

**ANA CLÁUDIA DUNDES**

***REGIÃO DO DEVIR E REGIÃO DO ATRASO.  
DISCURSO E REPRESENTAÇÕES  
SOBRE A REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP***

**Presidente Prudente  
2007**

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
FACULDADE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
*Campus de Presidente Prudente - SP*

ANA CLÁUDIA DUNDES

***REGIÃO DO DEVIR E REGIÃO DO ATRASO.***  
***DISCURSO E REPRESENTAÇÕES***  
***SOBRE A REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador: Dr. **Eliseu Savério Sposito**

Presidente Prudente  
Agosto de 2007

Dundes, Ana Cláudia  
D935r Região do devir e região do atraso: discurso e representações sobre a  
Região de Presidente Prudente - SP / Ana Cláudia Dundes. - Presidente  
Prudente : [s.n.], 2007  
314 f.:il

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências  
e Tecnologia

Orientador: Eliseu Savério Sposito

Banca: Raul Borges Guimarães, Everaldo Santos Melazzo, Sandra  
Lencioni, André Roberto Martin.

Inclui bibliografia + anexos

1. Geografia 2. Geografia regional 3. Região. 4. Política local e regional 4.  
Discurso e representações. I. Autor. II. Título. III. Presidente Prudente -  
Faculdade de Ciências e Tecnologia.

CDD (18.ed.) 910

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação  
Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação - UNESP, Câmpus de Presidente Prudente.

## TERMO DE APROVAÇÃO

ANA CLÁUDIA DUNDES

REGIÃO DO DEVIR E REGIÃO DO ATRASO. DISCURSO E REPRESENTAÇÕES  
SOBRE A REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Geografia, da  
Universidade Estadual Paulista, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito  
Departamento de Geografia – FCT/UNESP

Prof. Dr. Raul Borges Guimarães  
Departamento de Geografia – FCT/UNESP

Prof. Dr. Everaldo Santos Melazzo  
Departamento de Geografia – FCT/UNESP

Prof<sup>ª</sup>.Dr<sup>ª</sup> Sandra Lencioni  
Departamento de Geografia – FFLCH/USP

Prof. Dr. André Roberto Martin  
Departamento de Geografia – FFLCH/USP

Presidente Prudente, 02 de outubro de 2007



*à Iracema Massuia, mulher-menina, sinônimo de coragem,  
de parcos estudos, mas sabedora de tantas coisas da vida*

*a Antonio Dundes, mineiro, qu'inda menino,  
apeou nas terras do pretérito rincão e delas fez o seu chão*

## *Agradecimentos*

Mais que agradecer o desejo é de compartilhar o *fim-começo-fim* de mais uma etapa que, por mais solitária, se fez no conforto da afetividade, da solidariedade e do profissionalismo.

Outra vez, na minha caminhada acadêmica, agradeço ao meu orientador, que pacientemente acompanhou minhas incertezas e inseguranças sem jamais desacreditar na reflexão proposta nesta tese. Para além das formalidades: Obrigada, *Eliseu!*

Aos professores *Raul Guimarães* e *Jayro Melo*, pelas críticas e sugestões apresentadas no Exame de Qualificação, que contribuíram imensamente para a continuidade das reflexões e análises deste trabalho.

À *Izabel Castanha Gil*, que com seus textos, pronta e gentilmente cedidos, proporcionou-me a visão do ‘outro. Ao *Alvaro Barboza*, pelos préstimos e pela amizade. Ao *Vitor Miyazaki*, pela arte-final dos mapas. Ao *Oscar Sobarzo* e *Antônio Sobreira* que pronta e amigavelmente interpretaram e traduziram o resumo deste trabalho.

Ao pessoal da Biblioteca da UNESP, sempre gentis e dispostos a ajudar, quando me ‘instalei’ na sala dos jornais.

À *Márcia*, *Ivonete* e *Erinati*, da secretaria da pós-graduação; com profissionalismo, atenção e gentileza conseguem passar tranqüilidade tão necessária ao cumprimento das etapas do curso. À *Marilu Abreu*, pela dedica e respeitosa revisão do texto; foi um prazer conhecê-la.

À supervisora *Vera Bianco*, e à dirigente de ensino, *Helena Carolina Marrey Nauhardt*, da Diretoria de Presidente Prudente, que me acolheram quando estive parcialmente afastada das aulas da rede pública, usufruindo do programa ‘Bolsa Mestrado’ da Secretaria da Educação, prestando serviço junto àquela Diretoria.

Aos amigos, base e suporte afetivo. Com carinho e dedicação ofereceram as condições para que eu pudesse concluir este trabalho: *Nalva*, *Zilma* e *Vilma*: vocês três são exemplo de solidariedade. Novamente a *Antônio Sobreira*, pela disposição em ler e discutir o primeiro esboço da tese e pela amizade. À *Elaine Branco* e *Cláudia Gomes*, sabedoras da arte de ouvir e disponíveis sempre. Ao *Fábio Dall Antonia*, que tem o dom de aparecer e ajudar nos momentos difíceis.

Aos colegas da pós: *Beatriz*, *Leandro Bruno*, *Xisto Souza*, *Igor Catalão*, *Sérgio* e *Carlos Loboda*, pelo companheirismo que demonstraram no curto, mas importante, período de convivência; que a amizade perdure.

Ao *Orlando Neves*, pela ajuda nos reparos finais deste trabalho e pela amizade de sempre. Ao *Lúcas Dundes*, que “*vezenquando*” assume o papel de irmão mais velho e me acode dos apuros; ao *Cláudio Dundes*, que, mesmo a distância, participa de perto dos momentos importantes.

À *Antonia Rodrigues Dundes* e *Valdomiro Dundes*, mãe e pai amados, porto seguro. Com vocês me faço forte.

Obrigada!

*... de olhar perdido no laranja quase surreal do sol que se punha, estremece no  
calafrio de recordações de um tempo ainda por vir.  
Trepada na porteira alta do sítio, sobre o espigão, cuja espinha dorsal era a seca  
estrada recoberta pelo fofo lençol de areião, onde tantas vezes afundara os pés infantes,  
mirava no horizonte a silhueta dos edifícios da urbe nem tão distante.  
Nem imaginava que, doravante, seu olhar percorreria o caminho inverso e que numa  
manhã qualquer, empoleirada na sua torre de concreto armado, observaria tão  
próximas as memórias de suas raízes.*

*Ana Dundes*

## Resumo

Esta tese refere-se ao estudo da Região de Presidente Prudente, localizada no oeste do Estado de São Paulo, que se constituiu no auge da expansão da cultura cafeeira paulista no século XX. Trata-se de um estudo de Geografia Regional, que se aproxima da Geografia Histórica, buscando compreender a partir do discurso regional as representações sociais sobre a região e os significados políticos dessas representações. O veículo escolhido para a apreensão do discurso foi o jornal mais antigo da região, ainda editado, que é simultaneamente também um dos sujeitos produtores do discurso regional. O jornal, documento de domínio público, é reconhecido nesta tese como um espaço de diálogo de atores sociais (jornalistas, acadêmicos, empresários, políticos etc.) que enunciam e têm a região como importante base territorial nas relações de poder.

No conjunto de discursos apreendidos no jornal e de três obras referenciais sobre a formação da região, identificou-se através das diferentes denominações e imagens regionais, contidas nesses discursos, representações sociais sobre a região. Do Sertão do Vale do Paranapanema à Região de Presidente Prudente, passando pela Alta Sorocabana e 10ª Região Administrativa, percorreu-se sua história centenária identificando duas formas como a região é representada socialmente: a região do *devir* e a região do *atraso*.

Dessa identificação, levantou-se a hipótese de que o discurso, político em sua essência, significa e ressignifica a região tornando suas fronteiras voláteis e indefinidas, atuando no sentido de ampliá-las, o que demonstra que a região tem grande importância nas relações de poder que se dão em âmbito regional. A região é, portanto, além de um espaço de identidade e convivência, um espaço de conveniência política.

**Palavras-chave:** Região, discurso regional, representações sociais, política local e regional, Geografia Regional.



## Abstract

This study is about Presidente Prudente's region in the west of São Paulo State. This region was constituted in the summit of the coffee plantation expansion in São Paulo State in the century XX. Through to Regional Geography study and the Historical Geography it's looking for to understand the regional speech and social representations and the political meanings of them. The local oldest newspaper play a part of the role to building this regional speech then it was chosen to indentify theirs subjects. This thesis uses a newspaper like a recognized public document whose is a space for dialogue between social subjects (journalists, academics, entrepreneurs, political etc.). Those subjects enunciate and consider the region as well as important territorial base in the relationships of power.

In the group of speeches studied in this newspaper and others three referencial academic works it was possible to identify differents denominations for regional imaginary means contained in those speeches and social representations. From the of Paranapanema Valley to Presidente Prudente Region, going by Alta Sorocabana and 10th Administrative Region, it was traveled by centennial history identifying two forms socially represented: the region of the *devir* (to become economically developed) and the region of the *delay* (to fail economically).

The hypothesis building is that a regional speech gives significations and new signifactaions for region that turning their borders volatile and indefinite. The effect of indefined borders is acting in the sense to enlarge the region area influence, what demonstrates that has great power importance in this space. The region is, therefore, the space of social identity and coexistence and the space of political conveniences.

**Keywords:** Theory of region, regional speech, social representations, local and regional politics, Regional Geography.

## Resumen

Esta tesis contempla el estudio de la Región de Presidente Prudente, localizada en el oeste del Estado de Sao Paulo, que se constituyó en el momento del auge de la expansión cafetera paulista en el siglo XX. Corresponde a un estudio de Geografía Regional que se aproxima de la Geografía Histórica, procurando comprender, a partir del discurso regional, las representaciones sociales de la región y sus significados políticos. El vehículo seleccionado para la comprensión del discurso fue el periódico en circulación más antiguo de la región, que también es uno de los sujetos productores del discurso regional. El periódico, como documento de dominio público, es reconocido en este estudio como un espacio de diálogo de actores sociales (periodistas, académicos, empresarios, políticos, etc.) que expresan y tienen la región como importante base territorial de las relaciones de poder.

En el conjunto de discursos identificados en el periódico y en tres obras de referencia sobre la formación de la región fueron identificadas denominaciones e imágenes regionales que se asocian a diferentes representaciones sociales de la región. Del *Sertao* del Valle de Paranapanema a la Región de Presidente Prudente, pasando por la Alta Sorocabana y Décima Región Administrativa, recorreremos su historia centenaria identificando dos formas principales como la región es representada socialmente: la región del *porvenir* y la región del *atraso*.

A partir de esa identificación fue levantada la hipótesis de que el discurso, político en su esencia, otorga significados y re-significados para la región, tornando sus fronteras volátiles e indefinidas, actuando en el sentido de su ampliación, demostrando la gran importancia que las relaciones de poder tienen en el ámbito regional. Por lo tanto, la región además de un espacio de identidad y convivencia es un espacio de conveniencia política.

**Palabras claves:** Región, discurso regional, representaciones sociales, política local y regional, Geografía Regional.

## SUMÁRIO

<b>Lista de Figuras</b> .....	11
<b>Lista de Quadros e Tabelas</b> .....	12
<b>Lista de Siglas e Abreviaturas</b> .....	13
<b>Introdução</b> .....	15
<b>1 A organicidade da região: o ir e vir de um conceito</b> .....	19
1.1 Porque mais do que nunca, a região .....	19
1.2 Região: discurso e representações sociais.....	31
1.3 Discurso e ideologia.....	46
1.4 O Jornal e o discurso: dialogismo, polifonia e intertextualidade.....	53
1.5 Metodologia da pesquisa.....	56
<b>2 A região da academia: o discurso científico sobre a Alta Sorocabana</b> .....	61
2.1 Do sertão do Vale do Paranapanema à Alta Sorocabana: na trilha das representações da região.....	64
2.2 Na trilha dos ícones regionais: a natureza, a ferrovia e a cidade.....	77
2.2.1 A natureza indomada.....	77
2.2.2 A ferrovia e a cidade.....	86
<b>3 Da Alta Sorocabana à Região de Presidente Prudente: no discurso no/do jornal, a região do devir</b> .....	102
3.1 Da Alta Sorocabana à 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente: no discurso, a representação da região do devir.....	107
3.2 No discurso, a região do devir: “em busca de sua vocação” (1970-2006).....	110
3.2.1 Agricultura versus pecuária (década de 1970 e 1980).....	111
3.2.2 Novos “surtos”, mesmos discursos: a busca da vocação continua .....	129
<b>4 Da Região de Presidente Prudente a Região do Pontal: no discurso do/no jornal, a região do atraso</b> .....	156
4.1 A “Região de Presidente Prudente” no discurso do jornal, representações em transição: do atraso do progresso ao progresso do atraso (1990-2006).....	158
4.1.1 No discurso: a evolução do atraso.....	162
4.2 A “expansão” do Pontal, que não era “aqui” .....	185
4.2.1 A UNIPONTAL, a AMNAP e a Região de Presidente Prudente: o significado das associações municipais.....	202

<b>5</b>	<b>O poder da <i>região do atraso</i> na assunção/manutenção do poder político.....</b>	<b>212</b>
5.1	Da Alta Sorocabana à 10ª Região Administrativa: a região nas campanhas eleitorais parlamentares (1970-1982).....	214
5.2	Da 10ª Região Administrativa à <i>Região de Presidente Prudente</i> : o poder da <i>região do atraso</i> (1986-2006).....	223
	<b>Considerações Finais.....</b>	<b>266</b>
	<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>271</b>
	<b>Anexos.....</b>	<b>281</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente.....	28
<b>Figura 2</b> - Mesorregião Geográfica de Presidente Prudente.....	29
<b>Figura 3</b> - Mapa do Estado de São Paulo em 1904.....	70
<b>Figura 4</b> - Vale do Paranapanema (por volta da segunda metade do século XIX).....	71
<b>Figura 5</b> - Entrevista de Pierre Monbeig, ao jornal O Imparcila, em 1975.....	78
<b>Figura 6</b> - Capa do Livro de Abreu (1972).....	91
<b>Figura 7</b> - Notícias sobre o transporte ferroviário regional.....	95
<b>Figura 8</b> - Prudente caminha para seu grande destino -1972.....	97
<b>Figura 9</b> - Alta Sorocabana em 1971, segundo Leite (1972).....	103
<b>Figura 10</b> - Discurso e representações: região do <i>dever</i> e região do <i>atraso</i> .....	106
<b>Figura 11</b> - 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, em 1969 .....	109
<b>Figura 12</b> - A pecuária no jornal (década de 1970/80).....	125
<b>Figura 13</b> - Escritório Especial de Governo para o Pontal do Paranapanema.....	189
<b>Figura 14</b> - Mapa da Alta Sorocabana, segundo Abreu (1972).....	190
<b>Figura 15</b> - Associações Municipais AMNAP e UNIPONTAL - 2006 .....	203
<b>Figura 16</b> - Campanha de candidatos da região: eleições parlamentares – 1970.....	221
<b>Figura 17</b> - “Sociedade em Tópicos”: Agripino Lima – 1972.....	223
<b>Figura 18</b> - Campanha de candidatos da região: eleições parlamentares – 1978.....	225
<b>Figura 19</b> - O mapa da região, nas páginas e anúncios do jornal – 1986/98 .....	234
<b>Figura 20</b> - O mapa da “10ª Região” nas campanhas dos deputados -1986 .....	235
<b>Figura 21</b> - Propaganda política – eleições parlamentares de 1990.....	241
<b>Figura 22</b> - Inauguração do Hospital Universitário <i>Dr. Domingos Leonardo Cerávolo</i> –1994.....	249

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

<b>Quadro 1</b> - Recorte temporal da pesquisa no jornal “O Imparcial” .....	59
<b>Quadro 2</b> - Títulos de matérias e artigos: “Crise na agricultura regional” (décadas 1970-80).....	113
<b>Quadro 3</b> – Contexto, temas e denominações regionais em evidência no jornal (1970-2006).....	117
<b>Quadro 4</b> - Títulos de matérias: “Agricultura regional” (décadas 1970/80).....	119
<b>Quadro 5</b> - Produção da Sub-região agrícola de Presidente Prudente. (1947-1980).....	122
<b>Quadro 6</b> - Títulos de matérias/reportagens:“Pecuária regional” (décadas 1970-80).....	124
<b>Quadro 7</b> - Matérias e editoriais sobre a cultura da soja na região de Presidente Prudente (2002).....	148
<b>Quadro 8</b> - No jornal, a “10ª Região Administrativa” (1986-1994).....	165
<b>Quadro 9</b> - No discurso, o crescimento do atraso: “Conflitos Fundiários” (1998-2006) .....	167
<b>Quadro10</b> - No discurso, o crescimento do atraso: “A região dos presídios” (1998-2006).....	168
<b>Quadro 11</b> - O Pontal do Paranapanema no jornal (décadas de1970-1980).....	193
<b>Quadro 12</b> - A União dos Municípios da Alta Sorocabana, no Jornal.....	200
<b>Quadro 13</b> - Candidatos “da região” à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e Câmara Federal (1970-2006).....	218

## TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Uso da terra nos estabelecimentos agropecuários da Microrregião de Presidente Prudente (1950-1995/96).....	124
---	-----

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

**AL** - Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

**AMNAP** - Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista

**ARENA** - Aliança Renovadora Nacional

**AS** - Alta Sorocabana

**CESP** - Companhia Energética de São Paulo

**CF** – Câmara Federal dos Deputados.

**CIBPU** - Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai.

**CIESP** - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

**CODESPAR** - Conselho de Desenvolvimento para o Pontal do Paranapanema

**CUT** - Central Única dos Trabalhadores

**DIRA** - Divisão Regional Agrícola

**ERPLAN** - Escritórios Regionais de Planejamento

**FIBGE** - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**MDB** - Movimento Democrático Brasileiro

**MERCOSUL** - Mercado Comum do Sul

**MST** - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

**NAP** - Nova Alta Paulista

**OI** - Jornal O Imparcial (de Presidente Prudente)

**PDS** – Partido Democrático Social.

**PFL** - Partido da Frente Liberal

**PPS** - Partido Popular Socialista

**PRP** - Partido Republicano Progressista

**PSB** - Partido Socialista Brasileiro

**PSC** - Partido Social Cristão

**PSDB** - Partido da Social-Democracia Brasileira

**PT** - Partido dos Trabalhadores

**PTB** - Partido Trabalhista Brasileiro

**PROALCOOL** - Programa Nacional do Alcool.

**PROINDE** - Plano Rodoviário de Interiorização do Desenvolvimento

**PROPONTAL** - Programa para o Desenvolvimento do Pontal do Paranapanema

**RA** - Região Administrativa

**SEADE** - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

**SEBRAE** - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**UDR** - União Democrática Ruralista.

**UNIPONTAL** - União dos Municípios do Pontal do Paranapanema

**UNOESTE** - Universidade do Oeste Paulista

**UMAS** - União dos Municípios da Alta Sorocabana

**UVAS** - União dos Vereadores da Alta Sorocabana



## INTRODUÇÃO

*Neta e filha de pequenos agricultores residentes na área rural do município de Indiana, a menos de vinte quilômetros da cidade de Presidente Prudente, cresci no campo, mas não fui para a ‘roça’ porque de lá, a contragosto, saíam meus pais poucos anos depois que nasci, em 1970. Mas foi em meio ao bucolismo da paisagem de horizontes extravagantes, entre ‘causos’ e histórias que floresceram as primeiras indagações sobre as transformações pelas quais passara a região estudada nesta tese.*

O parágrafo acima talvez justifique o olhar contaminado do “eu-pesquisador”, que aparecerá nas linhas e entrelinhas desta investigação que ora apresentamos; separá-lo do objeto de estudo, nesse caso, seria negligenciar o *habitus* a que se refere Bourdieu. Porém, não será o *habitus* a justificativa para os eventuais equívocos ou contradições presentes nesta reflexão, que envolve parte de nossa história acadêmica.

O interesse por entender as representações sociais sobre a Região de Presidente Prudente, não surgiu de imediato; segue a trajetória da elaboração da dissertação de mestrado e da prática docente - na área de Economia Regional e Urbana, no curso de Economia da Associação Educacional Toledo. Na elaboração da dissertação de mestrado, que exigiu a leitura de 37 anos de edições do jornal “O Imparcial” (1960-1997), constatou-se a riqueza dos registros históricos contidos em jornais, fato que nos levou a tomá-los como base empírica para desenvolvimento da análise que se apresenta nesta tese.

Na dissertação de mestrado, a partir dessa fonte, pudemos reconstruir uma parte da história econômica de Presidente Prudente, que na condição de cidade pólo, reflete a economia regional. Contrapomos, naquele estudo, o discurso do poder político local com os projetos de desenvolvimento industrial, elaborados na escala municipal e estadual. Das observações gerais do material contido no jornal ficou a possibilidade de realizar novos estudos.

Mas foram, sobretudo, as reflexões provocadas pelos debates nas aulas de Economia Regional e Urbana, entre 1996 e 2005, que chamaram a atenção para o “discurso” da região sobre a região, especialmente no que se refere ao seu desenvolvimento econômico. Nos trabalhos de conclusão de curso sempre havia alunos que se interessavam por estudar as perspectivas de desenvolvimento da região. Em geral, eram os discursos enunciadores de “esperanças” de prosperidade da “região atrasada” que

os motivavam. Mas, mal concluíam os projetos de pesquisa, findavam também os discursos que vislumbravam as possibilidades de desenvolvimento econômico com introdução de uma ou outra atividade econômica.

Além dessas observações, que apontavam para a necessidade de entender as representações sociais sobre a região chamava atenção: as diferentes denominações que se dá à região: “*Alta Sorocabana*”, “*Região de Presidente Prudente*”, “*Região Oeste Paulista*”, “*Região do Pontal*” e “*10ª Região Administrativa de Presidente Prudente*”. Os nomes diferentes dados aos lugares, processos ou fatos, indiscutivelmente, guardam significados; nesse caso, revelam as transformações e ressignificações de uma região.

Para os jovens estudantes de economia - assim como fora para mim - a *Alta Sorocabana* é uma descoberta, uma região que pertencia a um passado que não conheceram, nem nos livros da escola. Quando se deparavam com a história contada por Dióres Santos Abreu, era comum se perderem na introdução dos seus trabalhos, porque se encantavam com o encontro da região dos seus avós. A região que conheciam, até então, era apenas a *Região de Presidente Prudente*, aquela a que se referem para identificar seu lugar de pertença. Mas quando o interlocutor tinha dificuldade de associar a região ao mapa do Estado de São Paulo era comum se referirem ao *Pontal do Paranapanema*, “à região dos conflitos”, ou ainda “à região dos presídios”.

Essas experiências fomentaram o interesse de continuar a pesquisa com jornal, por entendê-lo como um documento de domínio público, que promove e veicula vozes que coadunam na construção de sentidos de mundo, no caso, também dos sentidos da região. É claro que não são todos os autorizados a “falar” no jornal, mas nos seus silêncios e lacunas pode-se perceber e “acompanhar os embates retóricos na busca pela hegemonia de sentidos” (LIMA, 2006). Assim, o jornal, fonte de levantamento e também objeto de estudo, preenche-se de sua própria voz e dos “discursos competentes” que falam pela, para e da região, conformando um discurso comum que reflete e espelha as representações sociais da região.

O discurso, entendido como uma construção social, é passível de revelar as relações sociais que o engendram e, ao mesmo tempo, corrobora para produzi-las, reproduzi-las. “O homem aprende como ver o mundo pelos discursos que assimila e, na maior parte das vezes, reproduz esses discursos em sua fala” (FIORIN, 2004). Desse modo, o discurso é parte fundamental na formação das representações sociais que nascem no imaginário e atingem estruturas internas do pensamento; são construções mentais socialmente elaboradas, que se consubstanciam como símbolos e imagens construídas a

partir do vivido, tornando-se “visões de mundo” consensuais, ainda que tenham origem em determinados segmentos sociais (LEFEBVRE, 1983).

Assim, nesta tese, buscamos entender as representações sociais que o discurso do jornal revela e ao mesmo tempo ajuda a construir sobre a região, especialmente no que se refere às suas características socioeconômicas. Outra questão mais específica que perseguimos foi entender qual é a região do discurso político e qual sua importância nas relações de poder, seja ele econômico e/ou político para as elites locais/regionais.

Adjetivamos as elites como locais/regionais, porque as que são tratadas neste estudo estão localizadas na cidade de Presidente Prudente, que é o núcleo de onde emana o conjunto dos discursos analisados..

Presidente Prudente define-se como uma cidade média – que segundo o último Censo Demográfico possuía 185.229 habitantes –, e é centro da 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo<sup>1</sup>; estende sua influência econômica e política sobre as demais cidades da região por ser um importante centro universitário, de comércio e de serviços. É dela, então, que, sem dúvida, emana o poder político regional e o discurso de coesão regional.

Desse modo, ao longo desta tese o que se lerá é uma tentativa de entender a partir do discurso regional, emanado do núcleo prudentino e das representações sociais o movimento de significação e ressignificação da Região de Presidente Prudente e a importância desse espaço nas relações de poder político.

No capítulo um, expõem-se as questões teóricas a respeito do conceito de região e define-se o caminho teórico e metodológico para desenvolver este estudo, que envolve além da discussão a respeito do conceito de região, a discussão sobre o conceito de discurso, discurso competente e representações sociais.

No capítulo dois, investigamos no discurso acadêmico, representado por três obras pilares para entender a formação da Alta Sorocabana, as origens das representações sociais sobre a região, a saber: **a região do devir** e **a região do atraso**. e como o discurso acadêmico ressoa no discurso do jornal e corrobora para a constituição de imagens e ícones regionais.

No capítulo três, exploramos, na análise dos discursos, o fortalecimento e as transformações dessas representações da região, a fim de demonstrar especialmente como o discurso do/no jornal revela e, ao mesmo tempo, participa do processo de construção

---

<sup>1</sup> Contando com Presidente Prudente, são 53 cidades na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente. Cerca de 40% delas têm até 10.000 habitantes (18% tem até 5.000 habitantes). A segunda maior cidade é Dracena com 40.491 habitantes. (Censo Demográfico – FIBGE, 2000)

dessas representações. Nesse capítulo discutimos, sobretudo, os discursos que carregam em si a representação da região do devir.

Em suma, nos capítulos três e quatro, o que se demonstra é que a região passou, desde o início de seu processo de formação, por mudanças expressas também na forma de ser denominada e enunciada: das “*terras desconhecidas do oeste paulista*” ao “*Sertão ou Vale do Paranapanema*”; da “*Alta Sorocabana*” à “*10ª Região Administrativa do Estado*” (ou simplesmente Região de Presidente Prudente), até ser reconhecida hoje, também, como a região dos conflitos, a “*Região do Pontal*”; denominações essas que deixam ver, nas entrelinhas, não apenas um processo de definição e redefinição regional, mas especialmente a importância da região como trunfo nas relações de poder.

Por fim, no capítulo cinco, destacamos do conjunto dos discursos, os discursos “de” políticos que se definem como representantes “da região”. Demonstra-se a centralidade política exercida por Presidente Prudente e ainda a importância do recorte regional nas estratégias de assunção/manutenção do poder político.

# **I ORGANICIDADE DA REGIÃO: O IR E VIR DE UM CONCEITO**

*Se  
nasce  
morre nasce  
morre nasce morre  
renasce remorre renasce  
[...]*

*Haroldo de Campos*

## **1.1 Porque mais do que nunca, a região ...**

A “morte”, a “falência”, a “ressurreição”, a “vida” da região, quantas já não foram as metáforas que prenunciaram as crises de um dos conceitos pilares da Geografia? Sua “morte” diferida já há muito tem sido alvo de estudo e debate.

Mas o que há de errado nesse movimento? Não é inerente ao pensamento científico, ao dialético em especial, “o ir e vir” (HAESBAERT, 2005), a afirmação-negação-afirmação, o reconstruir das idéias dadas a priori? É de se esperar, então, que essa mesma lógica seja natural na construção-reconstrução teórica. E se assim o é, estamos diante de uma discussão que está longe de anunciar o “esgotamento” de um conceito, tão antigo quanto a própria Geografia, e que com ela se confunde desde seus primórdios.

Suas “crises” suscitam os debates que evidenciam - uns explicitam, outros deixam vaziar nas entrelinhas - em suas metáforas, a organicidade, a “vivacidade” de um conceito cuja dinâmica descrevemos emprestando a mobilidade cíclica dos versos de Haroldo de Campos, citados no início deste capítulo: “*nascemorrenasce*”...

A ciência, a que consegue explicar os fenômenos/processos, sejam eles sociais ou naturais, não importa por quais lentes os enxerguemos, refaz, repensa suas bases teóricas obedecendo ao próprio dinamismo da realidade que investiga, especialmente em se tratando de processos sociais, como no caso da Geografia Regional. A história da humanidade tem como pressuposto básico o movimento - ainda que seu ritmo seja variável, no tempo e no espaço, e impulsionado ao sabor das invenções humanas -, não é estática, imóvel, imutável. Assim, como poderíamos creditar legitimidade a um conceito que não acompanhasse esse movimento?

Como as crises<sup>2</sup> da Geografia se refletem positivamente nesse repensar do seu corpo teórico-metodológico e, conseqüentemente, na revisão/transformação de seus conceitos, temos, então, a ciência como um “organismo vivo”. O arrefecimento do conceito de região, o recrudescer do território, o aprofundamento do conceito de espaço, a valorização do lugar, aparentemente contraditória, face ao inevitável processo de globalização, são assim exemplos do movimento contínuo de uma ciência viva. É importante esclarecer que a maior exposição de um conceito não significa o desaparecimento dos demais, conforme se observa na história da Geografia.

Ademais, essas revisões conceituais permitem avanços teóricos e, como adverte Correa (2005), não se restringem ao conceito de região e nem são exclusivas à ciência geográfica. Outros conceitos-chave como paisagem, espaço, lugar e território têm sido debatidos tanto no interior da Geografia quanto por outras ciências humanas que deles também compartilham, assim no “[...] debate cada conceito possui várias acepções, cada uma calcada em uma específica corrente de pensamento. Lugar e região, por exemplo, têm sido diferentemente conceitualizados segundo as diversas correntes da geografia.” (p.16)

Assim, contrariando os alardes de seu estado moribundo, a região se faz presente nas mais diversas práticas discursivas e persiste nos estudos que experimentam novos percursos teórico-metodológicos, e isso nos leva a tentar compreender os significados da região que resultam da atual dinâmica espaço-temporal. Mas serão novos os significados da região? Ou serão novos os caminhos que percorremos para chegar até eles e os olhares que deitamos sobre os seus sentidos e significados?

A intenção original desta investigação, que ora se apresenta, era a de identificar quais elementos dão coesão e, conseqüentemente, legitimidade ao “recorte” espacial que denominamos como *Região de Presidente Prudente*. Paralelamente, perguntávamos se ao entender os processos de ressignificação dessa região através da investigação dos discursos que a enunciam, poderíamos avançar no campo teórico da Geografia Regional. Seria possível desenvolver uma metodologia de investigação a partir de uma análise particular capaz de servir de modelo para entender outras localidades? Que contribuições traríamos para compreender, transformar, quiçá conservar a concepção que temos de região? Quais os sentidos da região frente às transformações que se processam atualmente na relação sociedade-espaço?

---

<sup>2</sup> “ *A geografia está em crise. Viva a geografia*”, na década de 1980, Carlos W. P. Gonçalves dava vivas aos efeitos das crises para o avanço da ciência geográfica. (In: MOREIRA, R. (org). Geografia, teoria e crítica: o saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982, p.93-113.)

Porém, a princípio, contaminados por um ranço conservador, apesar da ânsia em experimentar um olhar diferente, chegamos a aventar a hipótese de negação da região, a negação de suas singularidades e da legitimidade de sua identidade. As questões suscitadas, quando da elaboração do projeto de pesquisa, deixam transparecer o apego ao método clássico de investigação regional, pois a preocupação era a de “delimitar” as diferenças que legitimariam suas “particularidades” e dariam identidade da Região de Presidente Prudente em relação às demais regiões (Araçatuba, Marília, São José do Rio Preto e Bauru) que compõem a porção Oeste do Estado de São Paulo (“*Oeste Paulista*”<sup>3</sup>).

Ainda que não negássemos as particularidades do processo de formação de cada uma, de maneira geral, questionávamos até que ponto as características - político-administrativas, econômicas, tecnológicas, culturais e paisagísticas-, dessas quatro regiões seriam distintas o suficiente para demarcar seus *limites*, já que se constituíram no bojo do mesmo período histórico de ocupação e formação territorial, a saber, no final do processo de expansão da agricultura cafeeira paulista. Assim nos indagávamos o que daria então identidade a cada uma dessas regiões tão parecidas? O que as faz distintas uma das outras?

Esse questionamento, quase ingênuo, revela-se, nas entrelinhas, contraditório ao afirmar o que se pretendia negar pois, sem perceber, buscávamos na lógica dos modelos clássicos *lablachianos*, a fórmula para entender a região como um espaço contínuo e delimitado por diferenças. Tomávamos a região ainda como uma “[...] realidade concreta, física, [...] como um quadro de referência para a população que aí vive. Enquanto realidade, esta região independe do pesquisador em seu estatuto ontológico. Ao geógrafo cabe desvendar, desvelar, a combinação de fatores responsável pela sua configuração”, assim como a concebiam os estudiosos da Escola Francesa de Geografia. (GOMES, 2005, p.57)

Nosso discurso, além de revelar uma concepção de região como espaço contínuo, denota que ainda entendíamos as “diferenças regionais” como passíveis de serem mensuráveis a partir de critérios econômicos, sociais, culturais, políticos, e/ou paisagísticos, sem nos darmos conta de que elas poderiam ser, acima de tudo, resultado de condições subjetivas como a de pertencimento a um lugar. Esquecíamos que estabelecer limites e fronteiras é, em verdade, atribuir legitimidade a critérios definidos pelas diversas instâncias da luta simbólica na qual também se insere a ciência.

---

<sup>3</sup> A região chamada de Oeste, em fins do século XIX, constituía-se por todas as terras paulistas que ficavam a oeste do Vale do Paraíba, por onde havia penetrado o café no Estado, ou ainda as terras a oeste de sua capital. (Cf. Sallum Jr, 1982, p.9), e é comum ainda o uso dessa expressão para enunciar genericamente algumas dessas regiões citadas, conforme se observou nos discursos investigados.

[...] a ciência que pretende propor os critérios mais bem alicerçados na realidade não deve esquecer que se limita a registrar um *estado* da luta das classificações, quer dizer, um estado da relação de forças materiais ou simbólicas entre os que têm interesse num ou noutra modo de classificação e que, como ela, invocam frequentemente a autoridade científica para fundamentarem na realidade e na razão a divisão arbitrária que querem impor. (BOURDIEU, 2001, p.115)

Entendemos agora que essas dúvidas são reflexos da dificuldade em nos desvencilharmos do conceito de região proveniente da Geografia Regional clássica que segundo Gomes (2005), propunha um plano de investigação mais ou menos constante: “Neste plano se deve começar pela descrição das características físicas seguida da descrição da estrutura da população e de suas atividades econômicas. O objetivo é encontrar para cada região uma **personalidade**, uma forma de ser diferente e particular.” (GOMES, 2005, p. 56, grifo nosso)

Esse modelo, de certo modo, está arraigado na maneira de entendê-la: uma área delimitada, com fronteiras fixas, que se distingue das demais por apresentar características internas homogêneas e singulares em relação ao seu entorno. Daí quando essas características são frágeis ou aparentemente tênues, temos a tendência a negar sua existência historicamente instaurada. No fundo, essas questões demonstram que se não rompêssemos com essa forma de entendimento, aí sim teríamos que concordar com os alardes da “falência” do conceito.

Somava-se a essas inquietações a impressão de que os estudos sobre região e conseqüentemente a Geografia Regional “aparentemente”<sup>4</sup> haviam perdido importância no seio da ciência geográfica. A notoriedade de que os conceitos como *espaço*, *território* e *lugar* ganham cada vez mais força e destaque nos estudos geográficos dava-nos uma “sensação” de que a região, escala intermediária entre o global e o local, já não teria relevância no atual contexto espaço-temporal.

Contudo, as evidências empíricas da permanência dos significados da região, no âmbito das representações sociais expressas nos discursos, sejam eles políticos e/ou midiáticos e científicos, tornam insustentável a negação do sentido de identidade que a região carrega. No senso comum, a região nunca deixou de ser enunciada e acionada como signo de identificação, então por que haveria de deixar de ser investigada?

---

<sup>4</sup> “Aparentemente” porque não acreditamos que tenha mesmo havido uma diminuição dos estudos regionais; talvez os títulos tenham mudado, ou o conceito de região tenha sido relegado a segundo plano, sendo “substituído” pelo de lugar ou localidade, tenha perdido a sua clareza, ou ainda tenha sido evitado, mas jamais diminuído ou desaparecido.



Se a região está no discurso, se está presente nas “falas”, isso denota a sua importância nas representações sociais, pois conforme Bakhtin, os signos são a materialização da comunicação social, que se expressa de maneira sem igual na linguagem.

Se entendemos o discurso como derivado do contexto e como produto de relações sociais, ele é revelador da relação sociedade-espço, daí o nosso interesse em entender a região a partir do discurso.

Essas observações instigaram-nos a discordar do estado moribundo da Geografia Regional. Desse modo, incluímo-nos entre os ditos “geógrafos regionais”, pois, tal qual demonstra Thrift (1996), acreditamos na importância de compreender a relação sociedade-espço.

[...] geografia regional é essencial à prática de produzir geografia humana. Ela propõe questões acerca do mundo em que vivemos de uma maneira importante porque é contextual. [...] Ao examinar contextos *particulares* do dia-a-dia, ela revela bem quão importante é o contexto. O contextual não pode ser varrido para debaixo do tapete por grandiosas teorias sociais, pois ele permanece onde realmente vivemos. (THRIFT, 1996, p. 242)

Mas como Albet I Mas (2001) perguntamos: como é possível entender as regiões diante da atual fluidez espacial? “[...] Si las fronteras se desvanecen, si las definiciones estables ya no existen, si los factores caracterizadores desaparecen: ¿existen todavía regiones? ¿han sido substituídas por redes? ¿la globalización hace del mundo una única gran región? [...]” Como podemos abordar as mudanças espaciais na pós-modernidade? Momento em que

[...]se habla de compresión espacio-temporal, es decir de una aniquilación del espacio por el tiempo. La revolución de los transportes y de las telecomunicaciones no ha anulado el espacio, pero ha transformado profundamente su organización y su percepción, sobre todo en el espacio-mundo, a la escala global. [...] Mundos que vivían de manera separada a mediados del siglo XX se encuentran yuxtapuestos en el XXI. Muchas fronteras (materiales, pero también políticas, económicas y culturales) han sido borradas, si bien otras han aparecido; el espacio es más fluido y se presta a todas las confrontaciones. (ALBET, 2001: p.38)

As questões que Albet I Mas (2001) apresenta versam sobre os estudos das regiões e do local no contexto pós-moderno que, para o autor, desafiam a pensar uma nova Geografia Regional constituída pelo estudo de lugares.

Como podemos compreender a região diante da complexidade espacial que se instaura com as novas tecnologias que possibilitam aos indivíduos, às empresas e às

instituições romper com as barreiras locais, ultrapassar os limites regionais e nos conectar a um contexto mundial?

En el seno de este “hiperespacio” configurado por uma red mundial y descentralizada, a los individuos les es difícil localizarse, confrontados como están ya no a su medio más inmediato sino a un horizonte inmenso, multiple, fragmentado y a veces inaprensible. La creciente confusión entre lo real y lo virtual conlleva una notable pérdida de identidad y, como reacción, a la creación de nuevas comunidades y territorios utilizados como anclajes defensivos que ayuden a resituarse ante aquella deslocalización. (ALBET I MAS, 2001: p.38)

Aparentemente, a escala regional, intermediária entre o mundo e o lugar vivido imediato, perde sua relevância na identidade dos lugares e das pessoas. Mas será que a globalização teria mesmo um efeito devastador apagando as singularidades regionais? É evidente que as mudanças na relação espaço-tempo proporcionada pelos avanços nas telecomunicações e nos transportes não se fazem sentir na mesma intensidade e ritmo em todos os lugares do globo, e ainda que transformem não subtraem os traços identitários das pessoas e dos lugares.

Talvez negligenciando os muitos estudos que se voltam hoje para entender as cidades médias e seu entorno regional, e mesmo os estudos das pequenas cidades e as transformações e resistências que se processam no campo, Albet I Mas (2001) alerta sobre o fato de que grande parte dos novos estudos, que se inserem na geografia dos lugares, se concentra no que ele denomina “planeta-arquipélago”, ou seja, nas grandes metrópoles ocidentais globalizadas, que são por excelência onde há grandes mesclas humanas, onde os contrastes econômicos e sociais aparecem com mais força, onde se restabelecem os usos e funções das cidades, onde o marketing marca as pautas da competitividade, onde se localizam os nós de um sistema globalizado (ALBET I MAS, 2001, p.47). Mas nos lugares onde essas mudanças não são tão explícitas como, por exemplo, nas zonas rurais ou em países do “terceiro mundo”, afirma ele, que ainda resta o desafio de compreendê-las frente a tais transformações.

Não deixa de ter razão porque, de certo modo, os referenciais teórico-metodológicos baseados nos estudos da geografia européia ainda têm fortes raízes no nosso modo de entender a relação do homem com o espaço, conforme expusemos no início deste capítulo.

Ao propormos o estudo da Região de Presidente Prudente - uma área do extremo oeste paulista que teve o início de sua ocupação e formação nas primeiras décadas do século XX, que poderíamos caracterizar, grosso modo, como distante das áreas metropolitanas; polarizada por uma cidade média (Presidente Prudente) que segue o padrão

de urbanização e modernidade das grandes metrópoles; constituída por municípios cuja economia se baseia na agropecuária e nos serviços; “atrasada” economicamente em relação às demais regiões do estado de São Paulo; e que preserva uma organização política conservadora – imediatamente nos vem, quase que involuntariamente, a necessidade de descrever todos os seus aspectos a fim de demonstrar sua “personalidade”.

Mas como apresenta uma fragilidade nas características que a diferenciam do seu entorno, dando-lhe uma “marca identitária” débil, ficamos inicialmente tentados a negar a legitimidade desse recorte, ainda que produzido e reconhecido socialmente. No entanto, quiçá até por conta dessa “fragilidade”, a região de Presidente Prudente é enunciada, e seus “interesses” são mais do que nunca “defendidos”. Continua-se “falando” a seu respeito, está presente nos jornais, nos discursos dos políticos, nas estratégias de marketing das empresas, na TV, “na boca das pessoas” que se identificam como pertencentes à região. Que características tem essa região de que se fala? Quem fala sobre essa região? Quais são seus limites e contornos? São os mesmos estabelecidos pela regionalização político-administrativa efetuada pelos órgãos de planejamento estatal? Que região é essa, a do discurso?

Assim como no discurso e nas falas do senso comum, reafirmamos que “[...] siguen existiendo regiones y, por lo tanto, sigue existiendo la necesidad de una geografía regional” (ALBET I MAS, 2001). Reafirmamos a existência da região, mas que já não pode mais ser investigada por meio de descrições estáticas; deve ser entendida como a condensação de uma ampla variedade das relações espaço-temporais, levando em conta as transformações atuais:

Al profundizar em su historicidad, lugares y regiones son vistos como procesos históricamente contingentes que hay que interpretar, ya que su simple descripción resulta inútil. La dinámica desconstruccionista del momento presente nos empuja a dejar de ver las regiones como “espacios delimitados”, células absolutas, piezas que encajan en el rompecabezas mundial; también tendemos a denunciar a la geografía regional “tradicional” por haberse dedicado a caer en juego de los poderes de una determinada época, inventando el imaginario preciso para crear un mundo de culturas supuestamente homogéneas e inmóviles, introspectivas e irremediabilmente localizadas. (ALBET I MAS, 2001, p.47)

Renunciar a esse “mundo imaginário imóvel e localizado”, de que fala Albet, exige esforços, pois, na elaboração do projeto, ao discutir o objeto de estudo nos impusemos a tarefa de delimitar seu recorte espacial como algo imprescindível para a pesquisa. Não entendíamos que a dificuldade em demonstrar, mapear, localizar o objeto de estudo, decorria do fato de que começávamos a investigação ao revés, ou seja, pelo que

deveria ser o seu resultado. Partíamos de uma região dada a priori, quando a intenção é, na verdade, a de identificar qual é a região do discurso, quais são seus limites e contornos (se é que existem de maneira definida), e quais são as representações regionais evocadas nos discursos que analisamos.

Iná Correia de Castro (1992<sup>a</sup>) já advertia que região é a expressão das diferenciações do processo de produção do espaço, é uma fração estruturada do território que possui uma identidade que a distingue do seu entorno: é observável e concreta, mas apesar da sua constituição espacial, delimitá-la é uma tarefa complexa, pois esta é dinâmica em seu processo de construção e “interage com o todo social e territorial”. Em suas palavras trata-se de uma questão “sem solução empírica”, pois:

O espaço geográfico incorpora os tempos da natureza e das sociedades, não há cortes bruscos em seu interior, e as diferenças vão se delineando progressivamente [...] Assim, embora fundamental, a delimitação da região jamais poderá ser rígida, pela própria dinâmica do espaço e pela dificuldade de segmentar linearmente sua complexidade. (p. 33)

Ainda assim, nos perguntávamos, qual seria o recorte mais representativo, já que são várias as formas como a região é recortada e enunciada: seria a “*Região da Alta Sorocabana*”, a “*10ª Região Administrativa de Presidente Prudente*”, ou ainda a “*Região do Pontal*”, como é também denominada mais recentemente?

Dentre as regionalizações<sup>5</sup> existentes destacamos a **10ª Região Administrativa de Presidente Prudente**<sup>6</sup> (Cf. Figura 1); a **Região de Governo de Presidente Prudente** - sub-região administrativa da 10ª Região Administrativa de

---

<sup>5</sup> Meneguette (2001), utiliza a expressão “espacializações” em seu *Atlas interativo do Pontal do Paranapanema*, onde procurou delimitar a Região do Pontal do Paranapanema e, para isso, resgatou as diferentes regionalizações estabelecidas nessa porção do Estado, Sudoeste Paulista, comparando-as.

<sup>6</sup> Regionalização estabelecida pelo governo do Estado de São Paulo na década de 1970, formada pela junção das regiões estabelecidas no processo de ocupação do Sudoeste Paulista: a Região da Alta Sorocabana e pela Região da Alta Paulista. A “preocupação do Poder Executivo em identificar conjuntos de cidades com características semelhantes quanto a vocação, padrões de polarização, hierarquia funcional, etc.”, deu origem “em julho de 1967, ao Decreto nº. 48.162, alterado pelo Decreto nº. 52.576, de dezembro de 1970, [que] definiu os níveis superiores de hierarquia funcional, bem como os territórios a ela associados, resultando em 11 Regiões e 48 Sub-Regiões Administrativas. Tal modelo deveria servir, fundamentalmente, de base para a localização dos diversos órgãos da administração pública estadual”. Além das Regiões Administrativas, o Estado se subdivide em Regiões de Governo: “O Decreto nº 22.970, de 29/11/84, criou as 42 Regiões de Governo, visando, entre outros objetivos, novo padrão de organização espacial para a administração pública estadual. Com isso, passaram a conviver os dois modelos – 11 Regiões Administrativas e 42 Regiões de Governo –, até que, em janeiro de 1987, o Decreto nº 26.581 compatibilizou as duas estruturas, acertando os contornos das Regiões Administrativas e de Governo, de modo que o conjunto destas últimas passasse a corresponder de forma perfeita aos limites das primeiras.” Em 1988, a Lei nº 6.207, de 26 de outubro, criou a Região Administrativa de Franca. O Decreto nº 32.141, de 14 de agosto de 1990, alterou a redação do inciso VI do artigo 4º, do Decreto no 26.581, de 05/01/87, relativo à Região Administrativa de Ribeirão Preto, e incorporou a esse artigo os incisos XII, XIII e XIV, correspondentes às Regiões Administrativas Central, Barretos e Franca, respectivamente. Assim, hoje são 15 RA's, mais três Regiões Metropolitanas. (SEADE, 2003)

Presidente Prudente, e ainda a **Mesorregião de Presidente Prudente**<sup>7</sup> (Cf. Figura 2) estabelecida pelo IBGE.

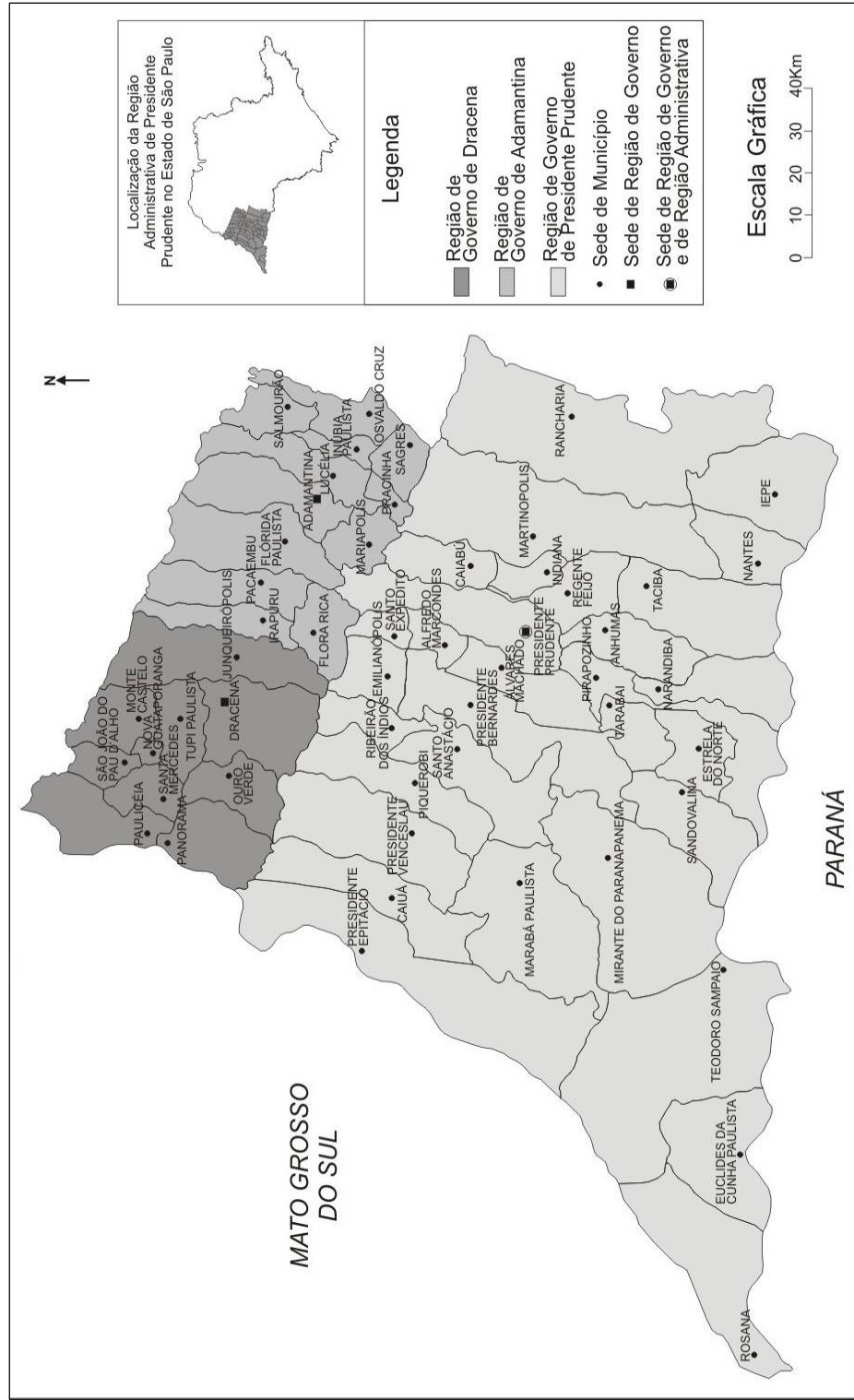
Comparando as figuras 1 e 2, percebe-se que a 10ª R. A. de Presidente Prudente, que congrega 53 municípios, não coincide com os limites da Mesorregião Geográfica de Presidente Prudente estabelecida pelo IBGE, que reúne 54 municípios (exclui os municípios de Nantes e Iepê, ao sul, que estão contidos na 10ª Região Administrativa e inclui outros três, João Ramalho, Parapuã e Rinópolis, a leste).

Embora nem todos os limites dessas regionalizações, que coexistem, coincidam exatamente, guardadas pequenas variações, pode-se afirmar que se aproximam dos contornos da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente. Assim, optamos por defini-la como área de referência da pesquisa devido a sua maior abrangência, incorporando as demais regionalizações (Regiões de Governo de Presidente Prudente, de Dracena e de Adamantina) e especialmente por se aproximar das que se estabeleceram no processo de ocupação segundo critérios histórico-naturais (Alta Sorocabana e a região da Nova Alta Paulista), o que permitiria que investigássemos a dinâmica histórica de sua formação e as transformações na sua forma de ser enunciada nos discursos do jornal.

---

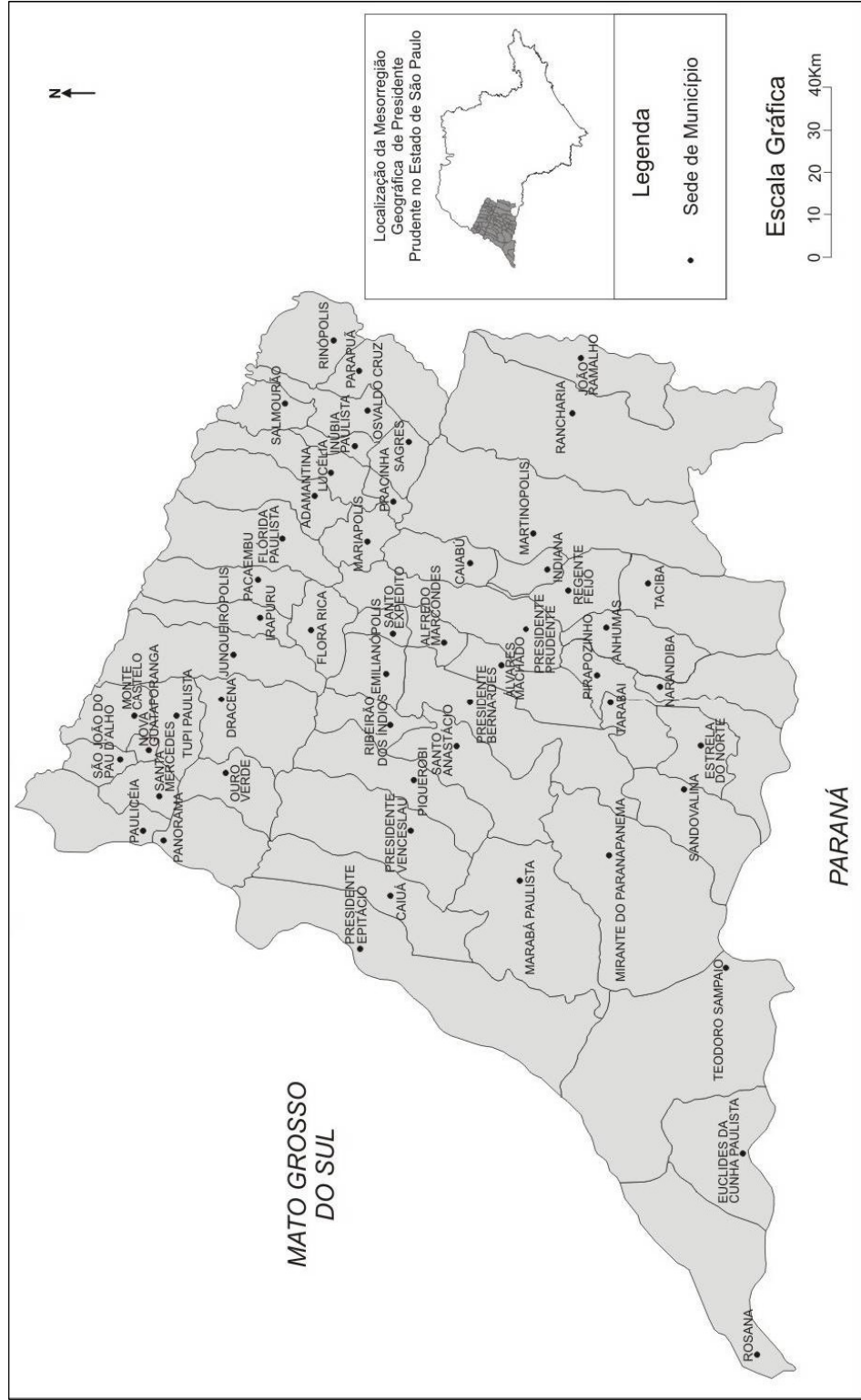
<sup>7</sup> De acordo com a divisão do Brasil adotada pela Fundação IBGE, vigente a partir de 1995, o Estado de São Paulo divide-se em 15 mesorregiões geográficas, que, por sua vez, dividem-se em 63 microrregiões geográficas. (SEADE, 2003). A metodologia empregada pelo IBGE para definir a divisão regional do Brasil em mesorregiões, “partindo de determinações mais amplas a nível conjuntural, buscou identificar áreas individualizadas em cada uma das Unidades Federadas, tomadas como universo de análise e definiu as mesorregiões com base nas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial.” (IBGE) É interessante notar, porém, que da mesorregião de Presidente Prudente foram excluídos dois municípios, Nantes e Iepê, que, todavia se enquadram nas três dimensões que o próprio Instituto estabeleceu para definir a regionalização.

Figura 1. 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente.



Fonte: Fundação SEADE  
 Organização: Ana Cláudia Dundes  
 Edição Gráfica: Vitor Miazaky

Figura 2. Mesorregião Geográfica de Presidente Prudente.



Fonte: Fundação FIBGE  
 Organização: Ana Cláudia Dundes  
 Edição Gráfica: Vitor Mizazky

A região ora aparece como “Alta Sorocabana”, ora como “Região de Presidente Prudente” ou “10ª Região Administrativa de Presidente Prudente”, “Região do Pontal” e até mesmo com dimensões mais amplas, como “Oeste Paulista”. A maior parte dos discursos selecionados, seja de políticos seja de lideranças políticas de outras esferas de poder (estadual e federal), têm ou tinham, como base territorial de atuação a regionalização estabelecida pelo Estado, 10ª Região Administrativa incorporando, portanto, a região da Nova Alta Paulista e ainda alguns municípios limítrofes que pertencem à Região Administrativa de Marília, mas há a ocorrência de discursos políticos e também do próprio jornal, que estendem suas bases de campanha e atuação para além desse recorte: “Oeste Paulista”, mesmo quando se referem à região de Presidente Prudente.

A existência de diferentes associações municipais na 10ª R.A. de Presidente Prudente (a extinta UMAS, a Amnap, e a Unipontal) é outra prova da fragilidade de um recorte estabelecido a priori, pois, conforme veremos no capítulo 4, os seus municípios membros extrapolam aqueles compreendidos na RA e avançam sobre limites da RA de Marília. Esses fatos evidenciaram que estabelecer limites claros para a região da pesquisa, era um esforço contrário à sua proposta que é o de “ver” e “mostrar” os limites e representações sociais existentes e expressos pelos discursos sobre a região. “Recortá-la” previamente seria então “limitar” não apenas a região como também a pesquisa.

Desse modo, ao invés de estabelecer limites regionais rígidos, tomamos a 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente apenas como referencial geográfico (que tem como sede a cidade de Presidente Prudente de onde emana a força de coesão regional e onde se origina e se articula o discurso regional investigado) e definimos as expressões “Alta Sorocabana”, “Região de Presidente Prudente”, “Nossa Região”, “Região do Pontal” e também “Região da Nova Alta Paulista” como chaves para o levantamento dos discursos que a enunciam. Assim, do *discurso da região* partimos em busca da *região do discurso*.

Esse foi apenas o começo dos tropeços no percurso da pesquisa dos sentidos da região do discurso... Ainda nos restavam dúvidas acerca das possibilidades de fugir dos velhos vícios metodológicos, se poderíamos entender a região a partir do discurso da/pela região. E ainda que não logremos responder a contento a todas essas inquietações, acrescentamos: que significados teria a região para a manutenção das estruturas políticas regionais? Qual a importância dessa investigação para o desenvolvimento da ciência e para a compreensão/transformação da realidade local/regional?



## 1.2 Região: discurso e representações sociais

O resgate da história da Geografia Regional é recorrente nos estudos que discutem seus rumos, portanto aqui sublinharemos alguns aspectos daqueles que enfocam as tendências teórico-metodológicas que se estruturam a partir da revisão de conhecidos conceitos, revisitando possibilidades de análise inauguradas pela Geografia Humanística, e buscando nos aproximar dos instrumentos teóricos da Sociologia - teoria das representações sociais, bem como das reflexões sobre a Filosofia da Linguagem, para tentar compreender a região em sua complexidade.

Conforme a referência ao poema de Haroldo de Campos, Haesbaert (2005) parece também sugerir em suas metáforas a organicidade do conceito de região - e até mesmo sua existência além da materialidade (“ressurreição”) - , quando identifica, na história da Geografia, três grandes momentos de revisão teórica nos quais se decretou o que ele chama de “morte” da região: o neopositivismo, o marxismo e o “globalismo”, como também os momentos de ressurgimento do conceito: novas correntes materialistas, o neokantismo e o pós-estruturalismo.

Dentre as correntes que resgatam a Geografia Regional figura a pós-estruturalista, que faz uma leitura fragmentária, processual e “local” da região. Nessa corrente Haesbaert (2005) destaca o geógrafo Nigel Thrift, autor que desenvolve uma geografia regional que privilegia o *lugar* como foco das análises, por contemplar em si a possibilidade de entender a mobilidade nas relações espaço e sociedade.

[...] lugar da mobilidade, “permanentemente num estado de enunciação, entre endereços, sempre deferidos. Lugares são ‘estágios de intensidade’, traços de movimento, velocidade e circulação”(THRIFT, 1993, p. 94). Aí, a identidade também deveria ser redefinida, re-teorizada “como uma distribuição espaço-tempo de sujeito-contextos híbrido sendo constantemente copiados, revisados, sentenciados e enunciados” (THRIFT, 1993, p. 96). Em sua metodologia, o autor propõe ainda mesclar ciência e ficção, conceito e metáfora, um caminho difícil, mas muito inovador frente as perspectivas “estruturalistas” até aqui dominantes na Geografia. (HAESBAERT, 2005, p.17)

A tendência a entender a região agora numa analogia ao lugar ou como uma rede de lugares parece se ampliar. Maria Adélia A. de Souza também é uma das que reflete sobre essa fragmentação do espaço. Já no início da década de 1990, indagava se a “explosão” do território representava a “falência” da região, e diante das transformações na realidade mundial e brasileira, concluía que já não era possível definir a região como

objeto da Geografia brasileira, pois no seu entendimento a “[...]dinâmica dos nossos processos sócio-econômicos, aliada às características essenciais deste período da história e a compreensão (teórica) e prática da região no Brasil, estimula a propor esta conclusão”, pois, a “[...]difusão da informação, dos objetos, da exploração e a degradação do meio ambiente interfere nas identidades e dissemina as singularidades indefinidamente, conectando lugares, por vezes, não contíguos”. (SOUZA, 1993, p. 91)

Para a autora, na nova dimensão da relação espaço-tempo, o lugar ganha destaque gerando “novas geografias” aponta, então, como premente identificar novos objetos de investigação. Sugere, no nosso entender, que singularidades identificadas pontualmente, no *lugar*, se sobreporiam à região, entendida como um espaço de fronteiras definidas e contíguas, que já não é mais adequado a entender a realidade e que, portanto, se faz urgente repensar formas de entender a Geografia brasileira. Embora não aprofunde e, no título de seu ensaio, dê destaque aos conceitos de território e região, deixa pistas acerca da necessidade de repensar o *lugar* como conceito para entender a nova dinâmica da relação espaço-tempo.

Na verdade o conceito de lugar passa a ser revisitado, pois, conforme Correa (2005) ganhava relevância já na Geografia Humanística que se desenvolve a partir da década de 1970, tendo como base teórica as filosofias do significado, sobretudo o existencialismo e a fenomenologia, revalorizando a subjetividade e o simbólico, a intuição, os sentimentos e experiências; retoma o historicismo e critica a geografia lógico-positivista, privilegiando

[...] o singular e não o particular ou o universal, e ao invés da explicação, tem na compreensão a base de inteligibilidade do mundo real.

A paisagem torna-se um conceito revalorizado, assim como a região, enquanto o conceito de território tem na geografia uma de suas matrizes. O lugar passa a ser o conceito-chave mais relevante, enquanto o espaço adquire, para muitos autores, o significado de espaço vivido. (CORREA, 2005, p.30)

Mas de que lugar falamos quando falamos de lugar? É uma das questões que faz, uma década mais tarde, Abel Albet I Mas (2001) quando, ao discutir o “presente” dos estudos regionais e locais no contexto pós-moderno, também destaca o *lugar* como instância privilegiada de análise geográfica frente às mudanças de paradigmas que ocorrem na atualidade. Pois, para ele, na essência, a Geografia contemporânea ao estudar hiper-espacos, nós, redes, contextos e identidades, “[...] sigue hablándonos de regiones. O más bien de lugares. O mejor, de regiones que son lugares”(p.39) . Chama atenção para a polissemia do conceito de lugar, mais ampla do que o de região, e observa que na

linguagem comum “lugar” pode se referir a um país, a uma comarca, a uma região, mas, de modo geral, sempre se refere a âmbitos de referência locais, de proximidade de identidade e identificação.

Percebe-se que os estudos mais recentes se aprofundam na investigação das identidades das pessoas que, por mais que vivenciem experiências cada vez mais amplas e sem fronteiras, ainda estão intrinsecamente ligadas ao lugar, (...) “El lugar es siempre el lugar ‘de alguien’, es el centro de su universo en tanto que portador de significados y de identidades: ‘el sentido del lugar’ aparece siempre ligado al sentimiento de pertenencia”(ALBET I MAS, 2001, p.40).

Afirmações como essa, por mais que ainda guardem resquícios de interrogação, fazem pensar na proximidade conceitual ou até mesmo na imbricação/confusão entre *lugar* e *região*, na medida em que entendemos que a região é, sobretudo, um espaço de identidade, historicamente construído, assim como também o é a nação.

Sobre a complexidade atual dos estudos regionais, Thrift (1996) afirma que, desde os tempos de La Blache, sociedade e espaço mudaram muito, e que essas mudanças aumentaram os problemas para produção da Geografia Regional. Dentre eles, destaca três problemas para entender a moderna região. O primeiro é que a região está se fragmentando, já não se reconhece como “área contínua e demarcada” de outrora, vivemos hoje um “localismo globalizado” difuso em

[...] contraste com os tempos de Vidal, quando uma miríade de diferentes comunidades locais tinham, cada uma, diferentes modos de vida associados a elas, vinculados à natureza do meio ambiente e em que diferentes estratégias econômicas, sociais e culturais se desenvolveram durante muitos anos para atender as exigências daquele ambiente, o que vemos agora é uma série de localidades espalhadas através da megalópole que terão os *mesmos* estilos de vida associados com elas [...] (THRIFT, 1996, p.240)

O segundo diz respeito a como lidar com a comunidade no mundo atual de contexto fabricado, já que agora são mais espalhadas e mais nômades, “[...] Seus laços afetivos e até suas subjetividades são baseados nas comunicações e na mídia, tanto quanto na interação face-a-face. [...] Suas redes percorrem tanto fios como estradas [...]” (THRIFT, 1996, p.240), o senso de identidade das comunidades, nesse novo cenário tecido por “fios” e “estradas”, muitas vezes é adquirido, “imaginado” à distância. Contudo, observa que há um movimento contrário que ressalta a necessidade de identificação com a localidade, tendência demonstrada pela emergência de literaturas locais e de histórias de herança cultural, ainda que sejam veiculadas pela mídia.

O terceiro desafio que destaca corresponde a como podemos representar esse mundo “simulado” e discernir o que é contexto, comunidade ou local, na atualidade. Para ele os estudos sobre localidades são ainda profundamente conservadores: “Na era da televisão e do vídeo eles oferecem instantâneos. Numa era de movimento eles oferecem o estático. Numa era de comunidades, identidades e subjetividades difusas eles oferecem limites. Suas estratégias textuais deixam muito a desejar”. (THRIFT, 2001, p. 241)

Sugere, então, dentre outras necessidades, que para entender a moderna região é preciso investigar mais intensivamente a circulação das trocas simbólicas sobre o espaço, pois há todo um “complexo de textos e mídia que enquadra debates, forma opiniões e é progressivamente a esperança de soluções políticas informadas num mundo de símbolos”(p. 242) que não pode ser negligenciado. E mais, que é necessário encontrar novas maneiras de representar a região, encontrar novos instrumentos de leitura e de escrita, nos moldes do que se vem fazendo nos trabalhos sociais que discutem gênero, sexualidade e etnia.

Conforme se observa, os desafios para se romper conceitual e metodologicamente com o entendimento de região das abordagens tradicionais da Geografia Regional, são grandes. Daí, a necessidade de rever concepções e metodologias buscando nos conceitos de *espaço vivido* e *lugar* elementos para se compreender também a região; dentre eles identificamos a afetividade como um elemento importante na constituição da identidade na relação espaço-sociedade. Identidade que se constrói para além da condição *ser*, também na de *estar*.

Leite (1998) lembra que a experiência de viver o lugar se dá em diferentes escalas, “[...] cada pessoa está rodeada por camadas concêntricas do espaço vivido, da sala para o lar, para a vizinhança, cidade, região e para a nação”<sup>8</sup> (p.11). Assim pensamos que o sentimento de pertença à região, escala intermediária entre o lugar e o mundo, se forja da somatória de dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas, e que mesmo que seja, quiçá, tão simulacro do sentimento de pertencimento a uma nação, nem por isso menos legítimo e significativo na relação entre sujeitos e espaços, e nas relações de poder.

É então a partir dessa perspectiva que contempla a noção de identidade, de sentimento de pertença que voltamos a refletir sobre a Região de Presidente Prudente<sup>9</sup>, mas

---

<sup>8</sup> BITTIMAR, A. Hogar, Campo de Movimiento y sentido del Lugar. In: *Teoria y método en la geografía anglosajona*. María Dolores García Ramón (org.), Barcelona: Ariel, 1985, p.178 apud LEITE, 1998, p.11.

<sup>9</sup> O programa de Pós-Graduação em Geografia, da FCT – Unesp de Presidente Prudente, tem uma vasta produção de dissertações e teses que estudam a região, ainda que nem todas diretamente ligadas à

agora com o objetivo de investigar nos discursos as representações sociais sobre a região, procurando compreender que região é a revelada pelos discursos, que imagens regionais são enunciadas nos discursos, como o discurso “deixar ver” seus significados e processos de ressignificação, bem como as implicações políticas dessas representações sociais a respeito da região.

Desse modo, ao investigar a região a partir do discurso, aproximamo-nos da vertente humanista que a considera “como um quadro de referência na consciência das sociedades”, onde o espaço se torna “uma teia de significações de experiências, isto é, a região define um código social comum que tem uma base territorial” (GOMES, 2005, p.67<sup>10</sup>), pois entendemos que o discurso é, ao mesmo tempo, constituído por e construtor de “*códigos comuns*”; os códigos e signos que ao final forjam as representações que dão sentido à região.

Entretanto, a opção por uma metodologia investigativa que dá ênfase ao discurso não nos permite ser fiel ao modelo fenomenológico, na medida em que não optamos por estudar a percepção individual que os representantes de cada segmento social têm da região; assim a escolha pelo discurso do/no jornal se deu por acreditarmos que este veículo permite investigar as representações sociais existentes sobre a região.

Todavia, por que o discurso e que discurso é esse?

Gomes (2005), em uma de suas discussões a respeito do conceito de região, destaca a estreita relação que esta guarda com o poder, e foi com base também nessa observação que nos chamou atenção o discurso político em relação à região.

A região está presente nos editoriais e manchetes de jornais, está presente nas estratégias de empresas e políticos, está presente nas teses e estudos, ou seja, está mais do que nunca presente no discurso, portanto, é inegável seu significado político, entendendo que o sentido de “político” aqui, passa sim pela esfera político partidária, mas não se restringe a ela, pois assim como o poder, a política faz parte das relações sociais como um todo.

O discurso regional veiculado na imprensa escrita foi escolhido por ser revelador/produtor das representações sociais a respeito da região e porque poderia ser um

---

nomenclatura de regional, investigam e produzem trabalhos referentes a sua organização urbana, fundiária e agrícola, problemas ambientais da referida região. Além disso, o Departamento de Geografia conta com Grupos Acadêmicos como, dentre outros, o Gasperr – Grupo Acadêmico Produção do Espaço e Redefinições Regionais ao qual essa pesquisa também está vinculada, que tem como uma de suas temáticas as Redefinições Regionais.

<sup>10</sup> No seu artigo Gomes, refere-se ao entendimento de região de BASSAND, M. e GUINDANI, S. *Maldéveloppement regional et luttes identitaires. Espaces et Sociétés*. Paris, n. 42, 1983. p.13-26.

indicador da relevância ou não da região nas relações de poder'. Nas análises realizadas especialmente no capítulo 5, veremos que esse discurso permite perceber que a região é um importante “trunfo”<sup>11</sup> nas estratégias de obtenção e manutenção do poder, especialmente do poder político.

Assim como Castro (1997), afirmamos que a Geografia não pode negar os símbolos, as imagens e o imaginário como parte integrante de seus conteúdos. Há uma inseparabilidade entre imaginário, política e território, pois na constituição do imaginário social há a necessária interação entre a terra e o homem.

Constituindo a base das representações que orientam as direções das ações dos homens sobre e espaço, o domínio do simbólico possui um inegável valor explicativo. Mais do que fonte de sobrevivência, a terra é um registro simbólico por excelência e, apesar de a racionalidade moderna ter conquistado os espaços objetivos das relações sociais, as representações permanecem nos dispositivos simbólicos, nas práticas codificadas e ritualizadas, no imaginário e em suas projeções. (CASTRO, 1997, p. 156)

Entendemos que no discurso é possível ler o significado simbólico do espaço, no caso desse estudo, circunscrito à escala regional. O espaço, que para Castro é inspirador dos mitos e a base das organizações rituais que compõem o imaginário, é “ao mesmo tempo continente e conteúdo dos seus signos e símbolos”. Como o imaginário social é fruto das relações humanas e se desdobra em imaginário político e “[...] ambos, por sua matriz espacial e por serem informados pela geografia dos lugares, encerram em si o imaginário geográfico”. (CASTRO, 1997, p.157)

Para Castro (1997) o imaginário social representa conceitual e empiricamente uma alternativa metodológica para tratar dos fenômenos geográficos, pois contempla em si dois papéis.

Primeiro, o papel heurístico do imaginário, cujos conteúdos simbólicos das imagens, do impreciso, das contradições constituem desafios colocados à investigação científica [...]. Segundo, e decorrência natural do primeiro, considerar que conceitual e empiricamente o imaginário constitui uma alternativa metodológica para lidar com a complexidade dos fenômenos geográficos; ou seja, com a multiplicidade das suas mediações e dos seus símbolos, com a incorporação explicativa do não racional e do emocional ... (p. 160)

Essa argumentação ganha forças, especialmente quando as investigações entram no campo das relações entre política e espaço, pois o conteúdo político do espaço é inegável, e conforme observaremos nas análises que se seguem, o sentimento de pertencer

---

<sup>11</sup>Apropriando-nos do termo utilizado por Raffestin (1980), a identidade regional reforçada, e por que não dizer forjada, pelo poder do discurso, é um “trunfo” na territorialização do poder.

e defender os interesses de uma região em comum, acionado pelo discurso político, é um elemento fundamental nas relações de poder. Assim, é indiscutível a necessidade de reconhecer o espaço como o conjunto do “sistema de ações e sistema de objetos” que afirma seu caráter político, pois na “idéia de ação há um forte nexos comportamental e decisional”. (CASTRO, 1997, p.161)

Assim, como sugere Castro, entre outros autores que nos servem de referência, acreditamos que espaço e política são fenômenos indissociáveis e que o imaginário social é um elemento fundamental para compreender essa relação. Portanto, para analisar a formação da identidade da Região de Presidente Prudente, forjada e reforçada pelas representações sociais sobre a região, historicamente construídas, consideramos as discussões acerca da dimensão do imaginário e o conceito de espaço vivido, visto que entre as forças que atuam na formação dessa identidade, figuram o sentimento de pertencimento regional acionado pelo discurso das lideranças locais que tem como base de sustentação os símbolos, as imagens e signos que se formam em torno do espaço de convivência e, por que não, de “conveniência”.

Lencioni (1999) relembra que Lacoste alerta que a região é mais ampla que o espaço vivido; portanto há que se ter cuidado ao tomar como referência a perspectiva humanista para estudar a região, porém, acreditamos no sentimento de pertencimento a uma região que pode não ser forjado a partir de experiências vividas como as que se vive no lugar imediato onde moramos, onde trabalhamos, onde nos divertimos, ou seja, não podemos estar em todas as cidades de uma região, assim como não estamos em todos os estados/províncias de uma nação. Contudo, é inegável a sua existência, pois da mesma forma como nos sentimos pertencentes a uma cidade, ainda que não a conheçamos em sua totalidade, que não circulemos em todos os seus lugares, bem como nos identificamos com uma área de atuação de movimentos populares ou de preservação ambiental, sentimo-nos pertencentes, ou não, a uma região.

Na constituição desse sentimento de pertencimento, é de fundamental importância o enunciar da região, daí a importância de investigar o discurso. Vainer<sup>12</sup>, afirma que as abordagens substancialistas tomam a região como algo evidente, que se constituiria no resultado de uma operação de acionamento de diferenças; entretanto, se nenhum sujeito histórico assumi-la como um recorte territorial relevante em suas estratégias políticas, econômicas e simbólicas, ela não ganha legitimidade social e, portanto, ela não se instaura; nem todas as diferenças existentes nos lugares constroem

---

<sup>12</sup> In. MELO, Jayro G. *Região, cidade e poder*. Presidente Prudente: GAsPERR/FCT-UNESP, 1996

regiões. Em suas palavras, é “a região que, socialmente falando, instala a diferença – isto é, torna socialmente relevante uma diferença”. (MELO, 1996, p.19)

O discurso político é entendido aqui como um dos instrumentos reveladores e ao mesmo tempo construtores de imagens regionais; então, desse modo, o foco desta pesquisa ilumina-o como elemento fundamental para compreender até que ponto as representações sociais sobre a região são significativas nas relações de poder que se estabelecem em âmbito local/regional. Entendemos que o discurso elabora e sedimenta uma identidade regional a partir de imagens e simulacros de objetos regionais enunciados de acordo com os interesses das lideranças políticas e econômicas. Trata-se, portanto, de entender o discurso como um recurso - que através da produção ou acionamento de sentidos, constrói, diminui ou amplia “fronteiras” e reforça identidades regionais - capaz de legitimar ou deslegitimar, criar e recriar, ou fazer desaparecer, ao menos ao nível das representações, uma região.

De modo geral, o que tentamos demonstrar é como esse discurso corrobora imagens que consolidam a identidade regional e como esta se torna um trunfo político na territorialização do poder.

Como Haesbaert (2004), entendemos o poder não apenas como aquele “objetificado” na figura do Estado, mas o “[...] poder como relação, e não como coisa a qual possuímos ou da qual somos expropriados, envolve não apenas relações sociais concretas, mas também as representações que elas veiculam e, de certa forma, também produzem. Assim, não há como separar poder político num sentido mais estrito e o poder simbólico”. (p.93)

Assim, é importante ressaltar que quando nos referimos, nesta pesquisa, ao discurso do poder local/regional, igualmente não nos restringimos a entendê-lo ou associá-lo ao poder político ou econômico, pois o poder constitui-se de um conjunto de relações sociais que extrapolam essa noção de segmentação e a idéia de uma força emanada de um centro. Sobre as relações de poder que se dão em âmbito local, Melo (1995), em seus estudos sobre o poder local, na região, atentou para a sua complexidade:

O conceito de poder local demanda algum esforço além daquele que se esgota ante os resultados das últimas eleições. É uma questão polêmica e não deve ser reduzida à concepção corrente de poder municipal de um partido, de um poderoso e rico proprietário de terras, ou ainda de um capitão de indústria. Essa aparência fenomênica do poder prende-se muito mais às expectativas, sentimentos de vitória, ansiedades e frustrações dos indivíduos do que a pulsação interior ao corpo dos agentes sociais na dimensão diacrônica. (p. 33)



Embora nos debrucemos especialmente sobre os discursos políticos, concentrados no e emandos do local, que é Presidente Prudente, sede da região, que são também discursos de “capitães de indústrias”, proprietários de terras e editores de jornais - sujeitos históricos que assumem a região como um recorte territorial relevante em suas estratégias políticas, econômicas e simbólicas-, não podemos entender as relações de poder unilateralmente, pois o poder, especialmente o poder simbólico, só se consolida numa relação, e quando consideramos o discurso (a linguagem) como instrumento de intermediação dessa relação, não é possível desconsiderar “os sistemas simbólicos” na construção da identidade regional.

Ao analisar o discurso de políticos, de empresários, de especialistas (jornalistas, economistas, geógrafos, historiadores etc.) veiculados pela imprensa escrita, em verdade, estamos tratando do “discurso competente”, o discurso autorizado de que nos fala Chauí (2001). O discurso competente

(...) confunde-se, pois, com a linguagem institucional permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera da sua própria competência. (CHAUI, 2001, p.7)

O discurso competente, aceito como verdadeiro, ao enunciar a região, ao analisá-la, ao defender seus interesses, reivindicar recursos, denunciar dados e diagnósticos, forja imagens que lhe dão sentidos. Bourdieu (2001) a esse respeito reafirma o que Bakhtin já defendia, a crença no discurso não está na palavra isolada em si, “[...] O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que a pronuncia, crença cuja produção não é de competência das palavras.” (p.15)

A propriedade da verdade parece ser imanente à palavra, fato que, no ocidente, deriva da religiosidade judaico-cristã para a qual a linguagem guarda proximidade com o divino e, portanto, forte ligação com o sagrado que está acima de todos os males, e então, apenas poderia produzir verdades. Segundo Lefebvre (1983), Nietzsche desvelou a ambigüidade da linguagem que pode ser tanto detentora da verdade quando da mentira porque ambas nascem com o uso social da palavra.

[...] Nietzsche descubrió o más bien quitó el velo a la ambigüidad del lenguaje. Lo cual tiene mayor importancia que el gesto de denominar. Occidente atribuyó mucho tiempo al lenguaje un origen divino; Dios pronunció y enseñó las palabras al primer hombre y el Verbo (logos) tiene la dignidad infinita de una persona divina, el Hijo de Dios. Lo

cual confería al lenguaje una dignidad eminente: una función de verdad. Los filósofos conservaran esta función eminente hasta nuestros días, a pesar de las reticencias de los más escépticos. (LEFEBVRE, 1983, p. 46)

A mensagem e a verdade nascem do discurso como prática social; é o uso social da palavra que lhe confere o poder de dizer “verdades”. Nietzsche afirma que os filósofos preservam a idéia de que são produtores de verdades e Lefebvre (1983) pergunta qual seria então o papel dos filósofos (dos estudiosos, de modo geral) diante dessa premissa (verbo igual a logos)? Para Nietzsche é o de revelar

[...] La apariencia, la ilusión, el error, ¿no la Verdad! Lenguaje de la verdad y verdad del lenguaje no se dissociaban. Ahora bien, Nietzsche rompió esa unidad, separó esos dos aspectos. [...] El lenguaje nace socialmente. Con lo que transmite (las opiniones, las representaciones) y con lo que circula con él, **el lenguaje no es ni verdadero ni falso**. Tanto la verdad como la mentira nacen del lenguaje, como uso social de las palabras. Si el lenguaje tiene alguna función es en primer lugar la disimulación. La necesidad de la verdad, su *pathos* y su *ethos*, nacen de los inconvenientes prácticos de disimulación, de la simulación. Instrumento de poder, la disimulación se descubre un buen día, se desmascara. El lenguaje y el teatro van juntos. (LEFEBVRE, 1983, p. 46, grifo nosso)

A palavra, a linguagem contém, portanto, já desde há muito, forte proximidade com o poder. Assim, o poder simbólico - que é uma forma transformada de outras formas de poder, deriva da transformação de outras espécies de capitais, transmutado em capital simbólico “[...] é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem **gnoseológica**: o sentido imediato do mundo (e em particular, do mundo social) supõe aquilo que Durkheim chama o **conformismo lógico**, quer dizer ‘concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências’”. (BOURDIEU, 2001, p.9)

Mas como compreender a constituição dessas “*concepções homogêneas*” acerca da região? Como os discursos analisados constroem “*concordâncias entre inteligências*” sobre ela? Para além do entendimento do poder imanente à palavra e da palavra do poder - autorizado a dizer “verdades” - os símbolos regionais enunciados pelo “jornal” são compreendidos como discursos competentes aceitos pelos enunciatários porque dentro de um processo que Bakhtin denominava de *dialogismo*; ou seja, as representações e “verdades” contidas nos discursos acerca da região são constructos de uma prática social. Não basta enunciar, é necessária uma relação de cumplicidade e comunhão de signos entre enunciator e enunciatário, é necessário comungar com as verdades enunciadas. De acordo com Bourdieu (2001, p.10) os símbolos não são somente

instrumentos de conhecimento e comunicação, são também instrumentos de “integração social”, “[...] eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido de mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social [...]”.

Quais são os consensos que se tem sobre a região de Presidente Prudente, se é que os há? Melhor dizendo, quais são as representações de região que o discurso carrega e ao mesmo tempo constrói? Antes de tentar responder a essas questões, é necessário nos aproximarmos do conceito de representação social no intuito de entender como ele nos auxilia a compreender os significados da região.

Entre as diversas definições de representação, o dicionário Houaiss<sup>13</sup> apresenta: “idéia ou imagem que concebemos do mundo ou de alguma coisa”, ou ainda na rubrica “filosofia”, representação é a “operação pela qual a mente tem presente em si mesma a imagem, a idéia ou o conceito que correspondem a um objeto que se encontra fora da consciência”. Grosso modo, poderíamos dizer que se trata de visões ou concepções de mundo construídas socialmente que cada indivíduo incorpora.

Minayo (2002) busca refinar o conceito de representações sociais a partir de alguns pensadores como, entre outros, Durkheim, Weber, Marx, Gramsci, Bourdieu e Bakhtin. O primeiro deles, Durkheim, refere-se às representações sociais como *representações coletivas*:

[...] o termo se refere a categorias de pensamento através das quais determinada sociedade elabora e expressa sua realidade. Durkheim afirma que essas categorias não são dadas a priori e não são universais na consciência, mas surgem ligadas aos atos sociais, transformando-se, elas próprias, em fatos passíveis de observação e de interpretação. Isto é, a observação revela segundo ele, que as representações sociais são um grupo de fenômenos reais, dotados de propriedades específicas e que se comportam também de forma específica. Na concepção de Durkheim, é a sociedade que pensa. Portanto, as representações não são necessariamente conscientes do ponto de vista individual. Assim, de um lado, elas conservam sempre a marca da realidade social onde nascem, mas também possuem vida independente, reproduzem-se e se misturam, tendo como causas outras representações e não apenas a estrutura social. (MINAYO, 2002, p.90)

Das idéias dos autores que analisa, Minayo (2002, p.108) sintetiza que representações sociais são imagens construídas sobre o real e que, portanto, são um

---

<sup>13</sup> HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Disponível em: <<http://www.Dicionariohouaiss.com.br>>. Sobre o uso de dicionários, Spink (1999, p.137), contesta a recomendação, que em geral se faz na academia, contra o seu uso para definições conceituais, já que para ele, os dicionários, especialmente os que contêm a etimologia da palavra “são fascinantes fontes de reflexão sobre a produção de sentidos”. Do mesmo modo o consideramos um recurso importante para entender e explicar uma palavra ou conceito.

material importante para as pesquisas no âmbito das Ciências Sociais. As representações sociais, segundo Minayo (2002)

[...] se manifestam em palavras, sentimentos e condutas e se institucionalizam, portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais. Sua mediação privilegiada, porém é a *linguagem*, tomada como forma de conhecimento e de interação social. Mesmo sabendo que ela traduz um pensamento fragmentário e se limita a certos aspectos da experiência existencial, freqüentemente contraditória, possui graus diversos de clareza e de nitidez em relação à realidade. (p. 108)

Entendendo-as também desse modo, buscamos identificar as representações sobre a região, que se manifestam e se produzem no discurso, pois compreendemos que o discurso, de maneira geral, especialmente do jornal, veículo e produtor de opiniões por excelência, institucionaliza as imagens regionais que enuncia, construindo consensos a respeito da região. O que não quer dizer que essas representações sejam “verdadeiras” ou legítimas. Segundo Minayo (2002) elas podem ser ao mesmo tempo ilusórias, contraditórias e “verdadeiras”; são importantes para realizar análises sociais,

[...] pois **retratam e refratam a realidade segundo determinado segmento da sociedade**. Porém, é importante observar que as *Representações Sociais* não conformam a realidade e seria outra ilusão tomá-las como verdades científicas, reduzindo a realidade à concepção que os homens fazem dela. Para terminar, vale reforçar que a mediação privilegiada para a compreensão das representações sociais é a linguagem. [...] (MINAYO, 2002, p.110, grifo nosso)

Explorando a semântica do conceito, antes de investigar como alguns pensadores a concebiam, Lefebvre (1983, p.15) também afirma que para a Filosofia moderna a representação não é nem a verdade e nem o erro, nem a presença e nem a ausência, nem a observação e nem a produção, mas algo intermediário.

Es a veces un hecho o fenómeno de conciencia, individual y social, que acompaña en una sociedad determinada ( y una lengua) tal palabra o tal serie de palabras, por una parte, y por otra tal objeto o constelación de objetos. Otras veces es una cosa o un conjunto de cosas correspondiente a relaciones que esas cosas encarnan conteniéndolas o velándolas. (LEFEBVRE, 1983, p. 23-4)

Lefebvre afirma ainda que as representações não podem ser entendidas apenas como alterações do real e da verdade ou por máscaras do real como se concebe em relação ao conceito de ideologia. Explica que a existência das representações está ligada às

condições de existência de um grupo, povo ou classe, e que as representações derivam do jogo de forças entre essas classes ou grupos e impõem-se ao conjunto da sociedade.

Proceden de una conyuntura o conjunción de fuerzas en una estructura social en que existen grupos, castas, clases, pero se dirigen a toda la sociedad; representan la figura, la imagen que un grupo (o casta, o clase) da de sí, unas veces para los demás, otras veces para sí, sin que una cosa excluya la otra. Los dominados (sexo, edad, grupo, clase, país) no tienen más remedio que aceptar las imágenes impuestas por los dominantes y reproducirlas interiorizándolas, no sin desviarlas según la fuerza de la protesta y enderezadas contra quienes las producen. Los dominantes, acentuando ciertos rasgos naturales [...], los convierten en una definición de carácter “definitivo”. Así se logra ofrecer, sin “mentir” particularmente, una imagen que perpetúa la dominación. (LEFEBVRE, 1983, p.60)

A esse respeito, sobre a imposição das representações sociais derivadas de um segmento social, Guimarães (2003), amparado em Bakhtin, explica que, na comunicação, as representações sociais estão sempre presentes, mas que os receptores de uma mensagem não são sujeitos passivos e que interagem com o discurso de outrem, participando na produção dos signos. Signos estes que se manifestam nas diferentes formas de enunciação “[...] e encontram-se impregnados da ordem hierárquica e da tensa política resultante das relações sociais”. (p. 10)

Reconhecendo as recomendações de Guimarães (2003), quando aproximamos o foco na investigação desse processo de construção de significados e representações acerca da região, há que se considerar também *o não dito*, o velado, ou o que vulgarmente denominamos de “entre linhas”, e Bakhtin, de intertextualidade, que tece uma complexa rede de significados constituídos socialmente, que se consubstancia no consenso de defender interesses, denunciar exclusão, de viver experiências comuns, de viver uma região.

No dito e no não dito do discurso, expressa-se a luta simbólica, no qual estão envolvidas as diferentes classes e frações de classe, para impor o que Bourdieu (2001) chama de definição de mundo social, e é essa “definição de mundo”, a definição de região e do que ela significa na luta pelo poder (político e econômico), que nos interessa entender mais amiúde, nesta investigação.

Nesse sentido é que exploramos e analisamos o discurso sobre a região que o jornal veicula e ao mesmo também constrói. Ele expressa os interesses de uma classe, e dentro dela os interesses de determinados grupos e/ou indivíduos, e forja representações da região que extrapolam os limites das classes ou grupos que representa tornando-o aceito como verdade para grande parte da sociedade regional. Claro está que não tomamos essas

representações como verdades, mas como matéria-prima fundamental para investigar a importância do recorte regional como trunfo de poder.

Ainda que as representações sociais forjadas sobre a região historicamente expressem ou privilegiem interesses de grupos que estão no poder (político e econômico), participam do processo de construção das representações diferentes atores sociais, mesmo que arbitrariamente. Como reforça Minayo (2002) as representações sociais:

Podem ser elaboradas por ideólogos e filósofos de uma época, mas perpassam o conjunto da sociedade ou de determinado grupo social, como algo anterior e habitual, que se reproduz a partir das estruturas e das próprias categorias de pensamento coletivo ou dos grupos. Por isso, embora essas categorias apareçam como elaboradas teoricamente por algum filósofo, elas são uma mistura de idéias das elites, das grandes massas e também das filosofias correntes, e expressão das contradições vividas no plano das relações sociais de produção. (p.109)

É esse movimento que percebemos nos discursos analisados, conforme demonstraremos no capítulo 2. No discurso autorizado que se institucionaliza - através dos meios de comunicação, pelo discurso acadêmico, pelo discurso político, pela ação de organizações civis etc. - como “competente”, produzido por estudiosos, por políticos e jornalistas, observa-se que algumas das características construídas ao longo da história da formação da região como, por exemplo: o “pioneirismo dos desbravadores”, a “Estrada de Ferro Sorocabana”<sup>14</sup>, a “terra de solos férteis”, a “pujança da agricultura e a pecuária”, são imagens que, embora pertencentes a seu passado, permanecem arraigadas ao imaginário social, e figuram como símbolos de identificação regional, contribuindo para o “forjar”<sup>15</sup> das representações da região.

Essas imagens positivas que remetem a um passado de expectativas de “pujança e progresso”, ainda que ausentes, estão presentes no discurso político ao lado das imagens de sua fragilidade: “a segunda região mais pobre do estado mais rico do país”; “terra dos grandes conflitos fundiários”; “região esquecida”; “região reconhecida como a dos presídios”<sup>16</sup> etc. São imagens negativas que hoje se sobrepõem às positivas, mas não as apagam, estão presentes no enunciar da região, dão-lhe visibilidade interna e externa e

---

<sup>14</sup> Conforme veremos no capítulo seguinte, ARRUDA (2000, p. 99), em sua obra “*Cidades e Sertões...*”, discute a simbologia de modernidade que as ferrovias (bem como as estradas, o telegrafo, a urbanização...), “carregavam” no processo de ocupação “civilizadora” dos territórios “pouco ocupados” do Oeste do País.

<sup>15</sup> No dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, o verbo transitivo direto “forjar” deriva da ação de trabalhar na forja; da atividade da metalurgia que do metal produz instrumentos e utensílios, ou seja, tem o sentido literal de “produzir”, “fabricar” algo, e é assim utilizado aqui., ainda que em determinados contextos apareça também com duplo sentido, contemplando seu sentido figurado de “*elaborar artificialmente; fabricar de modo mentiroso*”.

<sup>16</sup> (Editorial) *Região é ‘reconhecida’ como a dos presídios e agora de facções rivais*. O Imparcial. 18/10/2006, p3 A.

forjam representações que reforçam identidade e sentimento de pertencimento, elementos fundamentais na manutenção dos consensos que sustentam as estruturas de poder na região.

Conforme veremos, no capítulo 4, no discurso do jornal percebe-se que o acionar dessa representação da região, constituída por imagens negativas intensifica-se a partir da década de 1990, quando o conflito travado entre fazendeiros e movimentos de trabalhadores pela posse da terra em áreas devolutas no Pontal do Paranapanema rende notoriedade nacional à região, evidenciando-a como a região dos conflitos.

Soma-se a esse importante fato os protestos contrários às implantações de inúmeros presídios efetuadas pelos governos do Estado de São Paulo que, de acordo com a opinião pública, trariam junto com os empregos gerados o aumento do índice de criminalidade e violência na região. Assim, novas reivindicações e “bandeiras”<sup>17</sup> de luta são incorporadas à forma como a região é enunciada; o discurso que outrora enunciava as qualidades e potencialidades regionais para justificar as reivindicações regionais, agora se ampara nos seus “problemas” e “conflitos” para legitimar a defesa dos interesses regionais.

A investigação do discurso do/no jornal revela que nele estão presentes, simultaneamente, representações sociais aparentemente contraditórias: a *região do devir*, rica em possibilidades de crescimento, representação forjada no bojo do seu processo de ocupação e expansão econômica, quando ainda era área de fronteira agrícola nacional, e a *região do atraso*, área de baixo desenvolvimento econômico e sede de conflitos, forjada mais recentemente, quando da eclosão dos conflitos fundiários e atuação de movimentos sociais de luta pela terra. Tais imagens ganham evidência, no contexto regional e nacional, tornando-se estandarte no discurso autorizado, no discurso competente *da* e *sobre* a região.

É notória a importância do discurso da ciência, do discurso acadêmico nesse construir de representações; as análises e estudos produzidos pelos especialistas, especialmente pela produção geográfica, “amparam” e legitimam a região enunciada no discurso político e na imprensa, que de maneira geral, é a que tem poder de construir consensos acerca da região no imaginário social.

Ainda que o discurso científico seja, em determinados momentos, mal compreendido, ou até mesmo distorcido em favor de interesses particulares, ele é inegavelmente apropriado e fundamenta as representações que se constroem sobre a região.

---

<sup>17</sup> “Bandeiras” no discurso, porque na prática pouco se observou mobilizações demandadas da sociedade civil.

Essa tese parte, então, da hipótese de que o discurso político, manifesto na imprensa, que é também o discurso do jornal, e o discurso de especialistas dão significados e ressignificados à região, constituindo uma visão de região (ainda que tenha fronteiras voláteis e indefinidas) que tem uma grande importância nas relações de poder que se dão em âmbito regional. A região é, portanto, um trunfo, um espaço de convivência e de conveniência política. E é a partir dessas linhas teóricas e metodológicas gerais apresentadas que desenvolvemos as reflexões e análises que se seguem.

Antes de prosseguir no desenvolvimento das análises propostas, voltar-nos-emos novamente, com mais atenção, para as referências teóricas sobre o discurso ideológico e sobre a teoria de Bakhtin a respeito da Filosofia da Linguagem e do Discurso, reflexões que dão sustentação à análise dos discursos regionais selecionados nessa investigação.

## **1.2 Discurso e ideologia**

Para apurarmos um pouco mais os percursos teóricos que trilhamos na reflexão de como o discurso forja representações sociais sobre a região, faz-se necessário discorrer sobre o significado do discurso entendido, antes de tudo, como um texto, bem como discutir a forte relação entre discurso e ideologia e desses com a construção das representações sociais.

Conforme já destacamos, além do referencial oferecido por Bourdieu, Chauí e Lefebvre, também nos apoiamos no pensamento de Bakhtin, a respeito da relação entre linguagem e ideologia, desenvolvida nas suas reflexões sobre filosofia da linguagem. Seus pensamentos são de inegável contribuição para a análise de textos e discursos que hoje se produzem nas mais diferentes perspectivas teóricas. De acordo com Barros (1994), “Bakhtin antecipa de muito as principais orientações da lingüística moderna, principalmente no que respeita aos estudos da enunciação, da interação verbal e das relações entre linguagem, sociedade e história e entre linguagem e ideologia”. (p.1)

Para Bakhtin, um produto ideológico faz parte de uma realidade como todo corpo físico o faz, mas, ao contrário deste, reflete e retrata outra realidade. “Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia”. (BAKHTIN, 2002, p.31)

Afirma que todo corpo físico vale por si mesmo, mas todo corpo físico pode converter-se em signo sem, contudo, deixar de fazer parte da realidade material, mas



refletindo agora uma outra realidade, e ele pode “distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc.” (BAKHTIN, 2002, p. 32).

Sobre esse significado ideológico dos objetos poderíamos citar o exemplo da Ferrovia Sorocabana, que cortava a região estudada, que carregava, além das mercadorias e passageiros de outrora, a simbologia do progresso e da modernidade. Essa simbologia, mesmo quando da decadência desse sistema de transporte, permaneceu vinculada à ideologia desenvolvimentista que oculta em si os problemas e causas do “atraso” econômico regional.

Bakhtin (2002) afirma que existe um “universo de signos” que sobrevive ao lado de fenômenos naturais, do material tecnológico e dos artigos de consumo e que o domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: “são mutuamente correspondentes”. E mais, que “tudo que é ideológico tem valor semiótico”.

Critica a filosofia idealista e a visão psicologista da cultura, porque desconsideram a realidade objetiva do signo, e por afirmarem que a ideologia é um fato de consciência e que o aspecto exterior do signo é simplesmente um meio técnico de realização do seu efeito interior, ou seja, da compreensão; “[...] esquecem que a própria compreensão não pode manifestar-se senão através de um material semiótico (por exemplo, o discurso interior), que o signo se opõe ao signo, que a própria consciência só pode surgir e se afirmar como realidade mediante a encarnação material em signos”. (BAKHTIN, 2002, p. 33)

Refletindo a respeito da influência da linguagem sobre a consciência, contrapõe-se às idéias de Saussure que considera que a língua é um objeto abstrato ideal e reafirma a natureza social e não individual da fala e da enunciação.

Na introdução de *Marxismo e Filosofia da linguagem*, Marina Yaguello reforça que para Bakhtin “a fala está indissolivelmente ligada às condições da comunicação, que por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais”. E complementa:

A comunicação verbal, inseparável das outras formas de comunicação, implica conflitos, relações de dominação e de resistência, adaptação ou resistência à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder etc. (...) mas Bakhtin se interessa, primeiramente, pelos conflitos no interior de um mesmo sistema. Todo signo é ideológico; a ideologia é um reflexo das estruturas sociais; assim, toda modificação da ideologia encadeia uma modificação da língua. (YAGUELLO in BAKHTIN, 2002, p. 14-15)

Ao propor que a língua tem uma natureza social e, por conseguinte, ideológica, Bakhtin evidencia a inadequação dos mecanismos das análises lingüísticas que

se restringiam ao estudo da fonética, da morfologia e da sintaxe. Assim como Bakhtin, Cabral de Melo Neto exprime a necessidade de ir além dessa forma de entender a língua: *“Em situação de poço, a água equivale/ a uma palavra em situação dicionária:/ isolada, estanque no poço dela mesma,/ [...] e muda porque com nenhuma comunica,/ porque cortou-se a sintaxe desse rio,/ o fio de água por que ele discorria.”*<sup>18</sup> Ou seja, para as ciências sociais, no nosso caso, a ciência geográfica, não basta entender os mecanismos de estruturação interna da linguagem; para nossa investigação, é indispensável compreender os princípios gerais da comunicação, que levam em conta também, quiçá especialmente, os significados e estruturação externa dos textos que constituem o discurso analisado. Descolado do contexto, fora da relação espaço-temporal, o discurso em si tornar-se-ia vazio, inócuo para a análise que estamos propondo.

Reafirmando essa idéia de que todo signo é ideológico, Bakhtin (2002) diz que se “[...] subtraído às tensões da luta social, se posto à margem da luta de classes, irá infalivelmente debilitar-se, degenerará em alegoria, tornar-se-á objeto de estudo dos filólogos e não será mais um instrumento racional e vivo para a sociedade.” (p.46)

Defende, então, a idéia de que a consciência é social porque há uma indissociabilidade entre discurso, representações ideológicas e consciência: “A consciência individual é um fato sócio-ideológico” (p. 35).

Os signos são o alimento da consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento, e ela reflete sua lógica e suas leis. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social. Se privarmos a consciência de seu conteúdo semiótico e ideológico, não sobra nada. A imagem, a palavra, o gesto significativo, etc. constituem seu único abrigo. Fora desse material, há apenas o simples ato fisiológico, não esclarecido pela consciência, desprovido do sentido que os signos lhe conferem. (BAKHTIN, 2002, p.36)

Para ele os signos são a materialização da comunicação social, que se expressa de maneira sem igual na linguagem, melhor dizendo, na palavra:

*A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social. (BAKHTIN, 2002, p.36, grifo do autor)*

A palavra cabe em qualquer função ideológica, seja ela estética, moral, científica ou religiosa. Embora afirme que nenhum signo possa ser inteiramente

---

<sup>18</sup> *Rios sem discurso*, João Cabral de Melo Neto apud Fiorin (2005, p. 13)

representado por elas, a palavra está presente em todo e qualquer ato de compreensão e interpretação, ainda que não seja o instrumento direto do ato de comunicação.

É impossível, em última análise exprimir em palavras, de modo adequado, uma composição musical ou uma representação pictórica. [...]Nem sequer existe um substituto verbal para o mais simples gesto humano. [Ainda assim] A palavra está presente em todos os atos de compreensão e em todos os atos de interpretação. (BAKHTIN, 2002, p. 38)

E mais, ela é material privilegiado da comunicação na vida cotidiana e primeiro meio da consciência individual, sem a qual não haveria consciência e muito menos sua expressão.

A palavra é, por assim dizer, utilizável como signo interior; pode funcionar como signo sem expressão externa. Por isso, o problema da consciência individual como problema da *palavra interior*, em geral pode constituir um dos problemas fundamentais da filosofia da linguagem. (...) É devido a esse papel excepcional de instrumento da consciência que *a palavra funciona como elemento essencial que acompanha toda a criação ideológica seja ela qual for*. (BAKHTIN, 2002, p. 37)

Em linhas gerais, defende a idéia de que a lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social.

Sobre essa relação entre ideologia e linguagem, indispensável para o entendimento do discurso, enquanto elemento de construção das representações sociais sobre a região, apresentamos também, ainda que não seja possível esgotar aqui discussão tão complexa, algumas reflexões de Luis Fiorin, Marilena Chauí e Henri Lefebvre, para posteriormente voltarmos a alguns aspectos da teoria desenvolvida por Bakhtin que nos oferece referenciais básicos para entender os discursos.

De modo mais sintético, sobre a linguagem e ideologia, Fiorin (2004) afirma que, para além da idéia de “falsa consciência”, a ideologia é uma “visão de mundo”.

[...] é o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, a maneira como uma classe ordena, justifica e explica a ordem social. E que, portanto, “há tantas visões de mundo numa dada formação social quantas forem as classes sociais. Há visões de mundo presas às formas fenomênicas da realidade e outras a ultrapassam, indo até a essência. Nem toda ideologia é, portanto, uma ‘falsa consciência’ ” (FIORIN, 2004, p. 29)

Concordando com as idéias de Bakhtin, contrapõe-se a noção de que são as idéias que primeiro criam e fortalecem a organização social; afirma que “[...] a ideologia é constituída pela realidade e constituinte da realidade. Não é um conjunto de idéia que surge do nada ou da mente privilegiada de alguns pensadores”. (FIORIN, 2004, p. 30)

Fiorin afirma que o pensamento dominante na sociedade atual refuta a tese de que a consciência seja um produto social, mas que para Bakhtin a consciência é um fato socioideológico.

[...] sem linguagem não se pode falar em psiquismo humano, mas somente em processos fisiológicos ou processos do sistema nervoso, pois o que define o conteúdo da consciência são fatores sociais, que determinam a vida concreta dos indivíduos nas condições do meio social. O discurso não é pois a expressão da consciência, mas a consciência é formada pelo conjunto dos discursos interiorizados pelo indivíduo ao longo da vida. **O homem aprende como ver o mundo pelos discursos que assimila** e, na maior parte das vezes, reproduz esses discursos em sua fala. (FIORIN, 2004, p.35, grifo nosso)

Em relação à ideologia ressalva, porém, que não se pode tomá-la como reflexo exclusivo do modo de produção, muito embora esse seja um de seus condicionantes, pois língua e ideologia têm em si particularidades e suas próprias leis de funcionamento. Não nega, porém, que no modo de produção capitalista a ideologia dominante é a burguesa, mas que é preciso ir além desse entendimento.

Chauí (2001), aprofunda-se na discussão de que a ideologia não é apenas o falseamento da realidade, apesar de contemplar em si a qualidade de ocultar ou dissimular o real, por ser o modo como os agentes sociais representam para si mesmos o “aparecer” social, econômico e político.

Fundamentalmente, a ideologia é um corpo sistemático de representações e de normas que nos “ensinam” a conhecer e agir. A sistematicidade e a coerência ideológicas nascem de uma determinação muito precisa: o discurso ideológico é aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser, destarte, engendrar uma lógica de identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais como uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante. (CHAUI, 2001, p.03)

É justamente essa a lógica de identificação comum que buscamos entender na investigação dos discursos, ou seja, buscamos compreender os mecanismos pelos quais os discursos forjam não ideologias e sim representações sociais sobre a região<sup>19</sup>, mas das quais participam discursos ideológicos. Como em grande parte, quiçá na totalidade, tratamos de discursos hegemônicos (de jornalistas, prefeitos, deputados, especialistas, empresários etc.), indiscutivelmente tratamos de analisar como esses discursos ideológicos

---

<sup>19</sup> Em função da repetição doravante condensaremos a expressão “representações sociais sobre a região” em “representações regionais”

produzem e deixam aparecer as representações sociais sobre a região (doravante “representações regionais”).

Segundo a autora, a coerência ideológica se dá graças às lacunas do discurso: “Porque jamais se poderá dizer tudo até o fim, a ideologia é aquele discurso no qual os termos ausentes garantem a suposta veracidade daquilo que está explicitamente afirmado”. (CHAUI, 2001, p. 4)

Chauí (2001) explica que a ideologia se distingue do saber, porque nela as idéias assumem a forma de um saber instituído, que já perdeu a sua força inaugural e instituinte, o conhecimento já não é mais uma ameaça à representação do mundo social, ao contrário, por estar fora do tempo corrobora com a construção de representações. Para exemplificar essa transmutação do saber instituinte em saber instituído, Chauí, lembra como a física galilaica que punha em risco a representação de mundo que embasava a dominação teológico-política medieval, foi usada para demoli-la, mas que nesse processo, o saber instituinte torna-se um conhecimento válido convertendo-se aos poucos na ideologia da classe dominante burguesa. O saber de Galileu passa então a ser autorizado, transforma-se em discurso competente, conforme já destacamos anteriormente, “[...] aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado [...] porque perdeu os laços com o lugar e o tempo de sua origem”. (CHAUI, 2001, p.7)

Segundo a autora, na ideologia do discurso competente percebe-se um movimento duplo no qual o poder do Estado é negado e afirmado, dando a impressão da existência de duas modalidades de discurso competente: o discurso do burocrata e o discurso do não burocrata, que na verdade é um só.

Afirma que com o fenômeno da burocratização e organização do Estado burguês, a ideologia deixa de ser o

[...] discurso legislador, ético e pedagógico fundado na transcendência das idéias e dos valores, para converter-se em discurso anônimo e impessoal, fundado na pura racionalidade de fatos racionais. [...] deixou-se de fundar em essências e valores, como deixou de ser proferido do alto para fundar-se no racional inscrito no mundo e proferir-se ocultando o lugar de onde é pronunciado. Ganhou nova cara: tornou-se discurso neutro da cientificidade ou do conhecimento. (CHAUI, 2001, p.11)

O discurso competente tomado enquanto discurso do conhecimento é o discurso do especialista, proferido de um ponto determinado da hierarquia organizacional e, portanto, há tantos discursos competentes, quantos há lugares hierárquicos; trata-se, enfim “[...] de um discurso instituído ou da ciência institucionalizada e não de um saber

instituinte e inaugural e que, como conhecimento instituído, tem o papel de dissimular sob a capa da cientificidade a existência real da dominação.” (CHAUI, 2001, p. 11)

Compreender como se processa essa transmutação do discurso do conhecimento em discurso competente, e, finalmente, em discurso ideológico, nos é fundamental para entender o processo pelo qual os saberes produzidos sobre a região são apropriados pelo discurso jornalístico – que na verdade trata-se de um discurso polifônico, no qual se ouvem vozes de diversos atores - transmutando-se em ideologia que produzem representações, entendidas nesta pesquisa, conforme já destacamos antes, como representação de mundo.

Mas qual a diferença entre ideologias e representações sociais? Estaríamos confundindo ou fundindo esses dois conceitos? E mais como distinguir ideologia de representações sociais? Lefebvre (1983) parece responder à essas questões:

Las representaciones amplifican, desplazan, transponen ciertas “realidades”. Forman parte de una estrategia “inconsciente”. Nacen como símbolos en lo imaginario y se fortalecen volviéndose corrientes, casi instituidas. Mientras que las ideologías se elaboran durante acciones estratégicas mucho más conscientes (aunque ellas tampoco alcancen su fin sino desplazándolo y dissimulándolo). (p. 60)

Conforme essa explicação de Lefebvre (1983), as representações que nascem no imaginário<sup>20</sup> atingem estruturas internas ao pensamento, são construções mentais socialmente elaboradas, que se consubstanciam como símbolos e imagens construídas a partir do vivido, tornando-se visões de mundo consensuais, ainda que tenham origem em determinados segmentos sociais; não se pode dizer que sejam elaborações conscientes e estratégicas para dominação; estão mais próximas de serem explicações mediadoras entre o senso comum e o saber e abrangem as ideologias. Em suas palavras, as representações se definem: “Por la relación com una vivencia (una presencia). Rica y confusa, la representación envuelve e incluye a la ideología, empobrecida, clarificada. La eficacia de la abstracción y de la ideología proviene de las representaciones que persisten en ellas, más o menos reconocibles”. (LEFEBVRE, 1983, p. 69)

Apesar da matéria-prima desta tese ser o discurso, é importante lembrar que não temos como objetivo realizar um estudo no campo da lingüística, mais especificamente

---

<sup>20</sup> Pelo que compreendemos da leitura de Lefebvre (1983), o imaginário social é uma dimensão mais ampla do pensamento, na esfera do inconsciente, na qual estão inseridas as representações sociais, os signos, mitos etc. O autor diz que discernir o imaginário das representações não é tarefa fácil, mas sobre o imaginário arrisca dizer que é um desvão [...] “donde se pone todo lo que escapa al saber: la vivencia, la memoria, el cuerpo y el cerebro, la génesis de las representaciones, lo histórico, lo instintivo, los comportamientos, etcétera. Es la entidad oscura opuesta a la entidad aparentemente clara, la ‘cultura’, outro saco donde se pone lo que se quiere, desde la cocina hasta las ideologías”. (p.64)

no campo da Análise do Discurso<sup>21</sup>; nesta tese, que se insere no âmbito da Geografia Regional, propusemo-nos a entender como o discurso verbal corrobora na construção de representações espaciais e é, ao mesmo tempo, produto dessas mesmas representações; portanto, as reflexões e instrumentais teóricos do campo da filosofia da linguagem nos servem de instrumental para complementar a análise histórico-geográfica dos discursos aqui apresentados.

Os esclarecimentos teóricos tecidos até aqui são referenciais que nos auxiliam a pensar as questões propostas, porém antes de prosseguir na análise, voltaremos a alguns aspectos do pensamento de Bakhtin que nos permitem entender melhor a importância da linguagem e do discurso para compreender as representações sociais.

#### **1.4. O Jornal e o discurso: dialogismo, polifonia e intertextualidade.**

Novamente ressaltamos que é de suma importância entender o discurso como resultado da prática social de produção de textos, porque se assim entendido – “todo discurso é uma construção social” -, ele é então passível de revelar as relações sociais que o engendram, ao mesmo tempo, que corrobora para produzi-las, reproduzi-las, quiçá para perpetuá-las.

O discurso compreendido dessa maneira reflete necessariamente visões de mundo que se criam a partir do embate das relações sociais. Reflete visões de mundo que derivam de um determinado segmento dominante, mas que como ideologia constroem um consenso, uma verdade, uma representação da realidade aceita pelos demais segmentos. Por isso é fundamental entender alguns conceitos que explicam melhor a natureza social do discurso e da ideologia, já que é a partir do discurso do jornal que investigaremos as representações regionais.

O discurso é aqui entendido como um conjunto de textos produzidos socialmente, mas o que é o texto ou o enunciado? De acordo com Barros (1994), o estudo da enunciação tem espaço privilegiado nas reflexões de Bakhtin que entende o enunciado como o objeto dos estudos da linguagem.

O seu entendimento de **enunciado** aproxima-se do que se concebe atualmente como **texto**, que é “[...] considerado hoje tanto como objeto de significação, ou

---

<sup>21</sup> Sumariamente, a análise do discurso é uma prática que pertence ao campo da lingüística, uma interface entre a lingüística e as ciências humanas e sociais, que busca, para além de interpretar o texto, analisar suas construções ideológicas.

seja, como um ‘tecido’ organizado e estruturado, quanto como objeto de comunicação, ou melhor, objeto de uma cultura, cujo sentido depende, em suma, do contexto sócio-histórico”. (BARROS, 1994, p1)

O texto entendido como “*objeto de significação*”, relaciona-se ao exame dos procedimentos e mecanismos que o estruturam, que o tecem como um “*todo de sentido*” e dentro dessa caracterização é descrito pelo que se chama de *análise interna* ou *estrutural do texto*. Do segundo entendimento, o texto como “*objeto de comunicação*” entre dois sujeitos, deriva o que se denomina de *análise externa do texto*; o texto nessa perspectiva, “encontra seu lugar entre objetos culturais, inserido numa sociedade (de classes) e determinado por formações ideológicas específicas. Nesse caso, o texto precisa ser examinado em relação ao contexto sócio-histórico que o envolve e que, em última instância lhe atribui sentido”. (BARROS, 2001, p.7)

E é sob essa segunda perspectiva que nos interessa entender o discurso, a partir da sua análise externa, a partir da sua relação com o contexto sócio-histórico. Assim será possível reconstruir a partir do recorte temporal da pesquisa no jornal, o contexto dos discursos do jornal e ao mesmo tempo entender as representações de região que estes carregam e ao mesmo tempo constroem.

Para Bakhtin, o *texto-enunciado* deve ser analisado como um todo, desde sua organização, sua intenção, seu contexto e intertexto. O texto-enunciado se estabelece a partir da construção de sentidos entre enunciador e enunciatário, num processo que o autor chama de *dialogismo* discursivo. Nessa produção de sentidos, o sujeito (enunciador) perde seu papel de centro e é substituído por vozes sociais, que fazem dele um sujeito histórico e ideológico. Brait (1994), referindo-se às proposições de Bakhtin afirma:

(...) tudo que é dito, tudo que é expresso por um falante, por um enunciador, **não pertence só a ele**. Em todo discurso são percebidas vozes, às vezes infinitamente distantes e anônimas, quase impessoais, quase imperceptíveis, assim como as vozes próximas que ecoam simultaneamente no momento da fala. (BRAIT, 1994, p.14, grifo nosso)

Esse entendimento é fundamental, pois partimos do pressuposto de que o discurso dominante se constrói socialmente, mas é preciso entender o seu processo de construção: quais são as vozes que o constituem, e como ele adquire capacidade de influenciar as representações que se fazem de um espaço, no caso estudado, da Região de Presidente Prudente. Quando lemos no jornal o discurso de um dirigente de associação municipal, ou de um deputado, representante da região, estamos lendo o discurso de outros



sujeitos; o discurso do deputado não pertence só a ele, traz consigo o diálogo que estabelece com seus partidários, mas mais que com eles, com seus eleitores.

Barros (1994) afirma que o princípio do dialogismo abrange não apenas a concepção que Bakhtin tem da linguagem, como também de mundo, e quem sabe até de vida. O dialogismo é, portanto, “o princípio constitutivo da linguagem e a condição de sentido do discurso”. Ele decorre da interação verbal que se dá entre enunciador e enunciatário (entre o *eu e o tu*, entre o *eu e o outro*). Essa relação dialógica tem sido base de diversas correntes da análise do discurso bem como da análise da conversação, da semiótica narrativa e discursiva, dentre outras.

De acordo com Barros (1994), seu estudo vai desde o entendimento da interação verbal entre sujeitos, até as relações de *persuasão* e de *interpretação* que se estabelecem no texto. As relações de persuasão e de interpretação, estudadas pelas teorias semióticas e pragmáticas e pela análise do discurso, que procuram “[...] determinar o dispositivo veridictório que o enunciador estabelece no texto e o enunciatário interpreta, e relacionam procedimentos discursivos e efeitos de sentido. A persuasão e a interpretação envolvem sistemas de valores, do enunciador e do enunciatário, que, como afirma Bakhtin, participam da construção dialógica do sentido”. (BARROS, 1994, p. 3)

Outro aspecto do dialogismo é a *intertextualidade* presente no discurso ou mesmo em um texto. Para Bakhtin é inerente ao texto a existência de um diálogo entre muitos textos da cultura, “o texto é o ponto de intersecção de muitos diálogos, cruzamento de vozes oriundas de práticas de linguagem socialmente diversificadas”. (BARROS, 1994, p.4). É o que se pode perceber em muitos textos do jornal que dialogam, por exemplo, com textos produzidos pela academia; textos que passaram pelo processo descrito por Chauí, transmutados do discurso do conhecimento em discurso competente e, finalmente, em discurso ideológico.

A intertextualidade de Bakhtin difere do conceito de *polifonia*, porque para ele a intertextualidade é interna ao texto, é o elemento constitutivo da linguagem; já Barros (1994) emprega o termo polifonia para caracterizar certo tipo de texto que deixa entrever muitas vozes, em oposição aos textos monofônicos que escondem os diálogos que o constituem.

É a partir desses referenciais que consideramos a relevância do jornal como instrumento na investigação das representações sobre a região. Ainda que seja um instrumento de comunicação que tem sua “parcialidade” e comprometimento político e ideológico com a classe hegemônica, revela na contradição dos discursos, textos e vozes

que carrega e no seu próprio discurso, o diálogo que estabelece com outras classes, ou grupos e posicionamento político diferente.

O jornal é, portanto, o mosaico das diferentes vozes que falam sobre a região. Desse modo, não o tomamos como o único agente, ou sujeito produtor das representações regionais, além da sua própria voz ele é portador de outras vozes; ele é o instrumento (veículo) que elegemos para ouvir quem fala e o que se “fala” sobre, pela e para a região.

Esses são, por hora, alguns dos referenciais que embasam as análises que desenvolvemos e o entendimento que temos a respeito do discurso e que no decorrer da exposição da análise do discurso regional serão retomados.

### **1.5 Metodologia da pesquisa.**

Antes de dar continuidade às discussões propostas, esclareceremos a forma como realizamos o levantamento dos discursos, que são a base empírica da análise realizada neste trabalho.

Partindo do objetivo de identificar e analisar como a região aparece no discurso, especialmente político, optamos, então, por realizar no jornal “O Imparcial”, diário de circulação regional, um levantamento de artigos, editoriais e propagandas (políticas e publicitárias) que tivessem como enfoque o enunciar da região.

O jornal *O Imparcial*, fundado em 1939, por Heitor Graça e Manoel Honofre de Andrade, em Presidente Prudente, é o jornal mais antigo, em funcionamento. Começa circulando na cidade, mas logo expande sua área para a Região da Alta Sorocabana e hoje para a Região Administrativa de Presidente Prudente (40 municípios<sup>22</sup>). Possui uma tiragem de 10.500 exemplares por dia útil, e de 11.700 aos domingos.

A opção pela imprensa escrita justifica-se porque, além de possibilitar um contato geral com o contexto regional, concentra e registra discursos de diferentes atores,

---

<sup>22</sup> O jornal circula regularmente nos seguintes municípios da região: Alfredo Marcondes; Álvares Machado; Anhumas; Araxãs; Caiabu; Caiuá; Espigão; Estrela do Norte; Emilianópolis; Euclides da Cunha Paulista; Floresta do Sul; Iepê; Indiana; João Ramalho; Martinópolis; Mirante do Paranapanema; Montalvão; Nantes; Narandiba; Paraguaçu Paulista; Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Prudente, Presidente Bernardes; Presidente Epitácio; Presidente Venceslau; Primavera; Quatá; Rancharia; Regente Feijó; Ribeirão dos Índios; Rosana; Sandovalina; Santo Anastácio; Santo Expedito; Taciba; Tarabai; Teodoro Sampaio. E no município de Bataguassu (MS). Também é enviado para outros municípios do Estado, mas devido o baixo número de exemplares, não estão relacionados nessa lista. (Fonte das informações: Alberto Deodato, gerente de Marketing do jornal, jul/2007).

desde editores e jornalistas, políticos, empresários, especialistas, entre outros. É importante também destacar, que apesar de atualmente na região circular outro jornal diário, o “Oeste Notícias” (fundado em 1994), concorrente do jornal “O Imparcial”, optamos por realizar a pesquisa no jornal “O Imparcial” por se tratar do diário mais antigo ainda em atividade e que, portanto, além de permitir acompanhar a história regional ele é parte dela. É, sem dúvida, junto com o jornal “Oeste Notícias” e emissoras de TV e rádios locais, um dos importantes veículos formadores de opinião na região. Daí a sua escolha para apreendermos o discurso sobre a região e para entender as representações que revela e ao mesmo tempo ajuda a construir.

O recorte temporal da pesquisa ficou circunscrito aos períodos de campanhas eleitorais, municipais e àqueles referentes às eleições para a Câmara dos Deputados Federais (identificada pela sigla “CF”, no Quadro 3 do capítulo 3) e Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (“AL”), compreendidos entre as décadas de 1970 e 2006.

Ainda que a história de “desbravamento” e formação da região remonte a fins do século XIX e início do século XX, iniciamos o levantamento dos discursos a partir da década de 1970, período em que ocorre um processo de regionalização institucional, pelos órgãos político-administrativos do Estado, que se confronta com as regionalizações historicamente constituídas; nesse período, a regionalização histórica já estava consolidada (a região era identificada como Alta Sorocabana) e é a década do apogeu de crescimento econômico e populacional da cidade Presidente Prudente, quando tem fortalecida sua posição de pólo regional.

Inicialmente, a pesquisa voltou-se apenas para os períodos de eleições municipais; contudo, observamos que nos anos em que os pleitos municipais coincidiam com aqueles para Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa e para os Executivos Estadual e Federal, havia maior relevância no enunciar da região, especialmente nas campanhas dos deputados estaduais e federais. Nos editoriais dos jornais, nos meses que antecediam esses pleitos, observava-se também que as reivindicações regionais ganhavam evidência. Assim, depois dos primeiros levantamentos, passamos a privilegiar, os semestres que coincidiam com os períodos das eleições para deputados estaduais e federais, governadores e senadores, a fim de observar, além dos discursos gerais do/no jornal sobre a região, as reivindicações regionais, bem como as campanhas eleitorais dos candidatos “pela” região, especialmente dos deputados estaduais e federais.

Desse modo, a partir de 1992, deixamos de levantar os dados referentes aos períodos de pleitos municipais, já que verificamos, como era de se esperar, que as reivindicações e propostas de campanhas se voltavam para o âmbito dos interesses municipais. Além disso, já dispúnhamos de farto material sobre as eleições municipais de Presidente Prudente, levantadas na pesquisa que realizamos para a elaboração da dissertação de mestrado<sup>23</sup>. Essa mudança, porém, não resultou em prejuízo da observação dos discursos de prefeitos e vereadores em relação à região. É importante lembrar que apesar do discurso “do” político ser relevante nessa pesquisa, os demais discursos: dos editores do jornal, dos jornalistas, dos empresários, das organizações da sociedade civil, dos movimentos sociais, lideranças religiosas e dos especialistas, são também entendidos como políticos. O *discurso competente* refere-se ao discurso de todo aquele autorizado a “falar”.

No Quadro 1 observa-se que no início da pesquisa privilegiamos os semestres nos quais ocorriam os pleitos eleitorais municipais (1972, 1974 e 1978). Entretanto, em alguns anos eleitorais, realizamos a investigação no semestre subsequente às eleições para observar a variação na ocorrência de discursos sobre a região (1976/1977 e 1982/1983), mas como a maior incidência confirmava-se no segundo semestre, quando as campanhas eleitorais se intensificavam, após o pleito de 1990, para simplificar, realizamos os levantamentos nos dois semestres do ano em que ocorreram os pleitos.

Conforme já esclarecemos, o levantamento<sup>24</sup> se deu a partir de expressão-chave “Região de Presidente Prudente”, e/ou daquelas que fizessem referência à região, pois a forma como ela é enunciada apresenta variações. Assim selecionamos toda uma gama de discurso, desde anúncios de visitas de políticos à região (presidentes, governadores, deputados e ministros), e à cidade de Presidente Prudente, matérias e artigos referentes ao quadro econômico regional, notas de colunas sociais, anúncios de campanhas publicitárias e de campanhas políticas, matérias pagas, até editoriais e matérias ou cadernos elaborados para descrever e discutir temas especiais. A pesquisa sistemática e linear se deu até o final do 1º semestre de 2006, mesmo assim, ao longo da análise e redação da tese continuamos acompanhando as matérias referentes à região, especialmente no que se refere

---

<sup>23</sup> Não disponibilizamos esse levantamento no Anexo II, porque os arquivos não estão digitalizados; naquele levantamento, que cobriu o período de 1960 a 1997, todos os recortes do jornal foram xerocopiados ou manuscritos.

<sup>24</sup> O fato de termos realizado individualmente todo o levantamento que consistiu primeiro, na leitura e seleção dos artigos, matérias, editoriais etc., e posteriormente na reprodução em fotografia, que exigiu tratamento digital para que pudesse se tornar legível, tornou moroso o processo.

aos editoriais, conforme se observará nos capítulos subsequentes, que fazem referência a editoriais e matérias do segundo semestre de 2006.

Quadro 1. Recorte temporal da pesquisa no jornal “O Imparcial”.

PERÍODOS	PLEITOS				
	<i>Eleições Municipais</i> (Prefeito e Vice e Câmara Municipal)	<i>Assembléia Legislativa</i> (Deputados Estaduais)	<i>Executivo Estadual</i> (Governador)	<i>Senado e Câmara Federal</i> (Deputados Federais e Senadores)	<i>Executivo Federal</i> (Presidente e Vice)
<b>1970 -2º</b>	15 nov.	15 nov.	3 out.	15 nov.	
<b>1972- 2º</b>	15 nov				
<b>1974-2º</b>		15 nov.	3 out.	15 nov.	15 jan.
<b>1976 - 2º</b> <b>1977- 1º</b>	20 dez. 1976				
<b>1978-2º</b>		15 nov.	1º set.	15 nov.	15 out
<b>1982-2º</b> <b>1983-1º</b>	15 nov.1982	15 nov.	15 nov.	15 nov.	
<b>1986 - 2º</b>	15 nov.	15 nov.	15 nov.	15 nov.	
<b>1990 -2º</b>		3 out.	3 out.	3 out	
<b>1992-1ºe2º</b>	3 out.				
<b>1994-1ºe2º</b>		3 out	1º out 15 nov.	3 out.	3 out.
<b>1998-1º e 2º</b>		4 out	4 out 25 nov	4 out.	4 out.
<b>2002-1º e 2º</b>		6 out.	6 out. 27 out.	6 out.	6 out.
<b>2006-1º e 2º</b>		1º out.	1º out.	1º out.	1º out.

Organização: Ana Cláudia Dundes.

Outra fonte de investigação dos discursos sobre a região são obras que se debruçaram sobre o processo de formação da Região Oeste do Estado (e da “Alta Sorocabana”). Contudo, analisamos com maior profundidade as obras produzidas pelo geógrafo Pierre Monbeig (*Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*) e as obras de dois estudiosos da região, o historiador Dióres Santos Abreu (*Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente*) e o geógrafo José Ferrari Leite (*Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente*).

É importante ressaltar que há um sem-número de obras importantes, especialmente produzidas pela Geografia, que analisam diferentes temáticas regionais, contudo, selecionamos as citadas obras porque são reconhecidamente referências para o discurso regional. Estão nos catálogos das Prefeituras, presentes nos estudos realizados nas escolas, são obras de referência para as demais produzidas; assim, ainda que seus autores não sejam de domínio público, os símbolos e imagens que evocam, estão presentes no discurso regional.

Desse modo, além de procurar compreender os seus referenciais teórico-metodológicos e a concepção de região que constroem, analisamos os elementos (históricos, econômicos, físico-naturais, culturais etc.) evocados nas referidas obras e como eles comparecem nos demais discursos. As “vozes” da história tradicional e da Geografia Regional ecoam nas entrelinhas do discurso regional. São vozes que se somam e se confundem com o discurso comum e que propagaram as imagens que forjam as representações sociais sobre a região.

## 2 A REGIÃO DA ACADEMIA: O DISCURSO CIENTÍFICO SOBRE A ALTA SOROCABANA

Neste capítulo, apresentamos o processo de formação da região a partir da leitura de algumas obras - que são referências para a maioria dos estudos e análises produzidas sobre as diferentes temáticas da Região de Presidente Prudente-, a fim de discutirmos os pressupostos básicos dessas mesmas obras, sob a perspectiva da análise da Geografia Regional, e analisarmos o discurso científico para compreender a idéia de região que constroem para, no final, entendermos como a academia participa do processo de elaboração do “discurso competente”, sobre a região, veiculado pelo jornal “O Imparcial”.

Entre outras, são alvos de nossas reflexões especialmente quatro obras: “*Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*”, do geógrafo francês Pierre Monbeig; “*Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente*” (1972) e “*A ocupação do Pontal do Paranapanema*” (1981), do geógrafo José Ferrari Leite, e “*Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente*” (1972), do historiador Dióres Santos Abreu.

Partindo da concepção de que discurso é por princípio dialógico e intertextual, procuramos demonstrar, que de maneira geral, a produção acadêmica sobre a região (“voz da academia”) se faz ouvir no discurso do próprio jornal e nos discursos de outrem veiculados por ele.

O discurso acadêmico, por mais que seja comprometido com a crítica e pautado em critérios científicos, e ainda que tenha um posicionamento político-ideológico distinto, muitas vezes é incorporado ao discurso do jornal e aos demais discursos (de empresários, políticos, editores, lideranças e formadores de opinião em geral) que comparecem no jornal, somando-se ao processo de constituição das representações sociais sobre a região. É notório como o discurso acadêmico impregna, mesmo que de forma implícita ou de maneira distorcida, o discurso do jornal que é capaz de construir os “*consensus acerca do sentido de mundo social*” (Bourdieu, 2001), melhor dizendo, que é capaz de corroborar para manter a ordem e a coesão regional, quiçá instituir representações regionais, que legitimam e/ou deslegitimam diferentes regionalizações. A análise que se segue procura mostrar “as vozes” da academia que ressoam nos discursos do jornal e que, por fim, somam-se no forjar das representações sobre a região.

Ainda que o jornal não seja diretamente acessível à maioria da população, inegavelmente é um importante formador de opinião<sup>25</sup>, pois é, antes de mais nada, um “*documento de domínio público*”. Conforme Lima (2006), de maneira geral, os jornais

Como documentos de domínio público que são, depois de produzidos e publicamente disponíveis, múltiplas possibilidades de sentidos são geradas nos processos de interpretação de suas matérias - e histórias - pelos leitores [...]. Estes (os sentidos) são continuamente construídos e reconstruídos na medida em que as matérias são lidas, relidas e comentadas por diferentes pessoas, de diferentes lugares [...]. Decorre daí, que além de ator social contador de histórias, o jornal é um lugar de diálogo, e não apenas entre as vozes que estão nele presentificadas, mas também delas com o leitor, co-autor ativo das histórias contadas pelo jornal. (p.102)

A relevância do jornal na investigação das representações existentes sobre a região de Presidente Prudente reside justamente no fato de extrapolar a sua condição de ser “*ator social*” gerador e veiculador de discursos, e ser, mais do que isso, “*um lugar de diálogo*” (LIMA, 2006) em que interagem não apenas diferentes produtores de discursos (a academia, os empresários, políticos etc.), mas também o leitor (“*co-autor ativo*”) que, ao ler, ouvir e conversar, soma a sua experiência de viver o lugar, às suas “*próprias*” representações e as representações constituídas no jornal.

É nesse sentido que o princípio do dialogismo nos leva a concluir sobre a importância do discurso a respeito da região para a construção de suas representações, pois, apesar de parecer que a voz do leitor, que pode ser entendido para além dos leitores que têm acesso direto ao jornal, é ausente no discurso do jornal, segundo as teorias de Bakhtin (1981), quem “*fala*”, fala para o outro, e na sua fala está pressuposta as respostas que o outro espera ouvir. Assim, é possível afirmar que os discursos do e no jornal produzem “*consensus*” acerca da região, legitimando ou deslegitimando determinados recortes e ou reivindicações regionais.

---

<sup>25</sup> Conforme já esclarecemos, não temos a intenção de quantificar o alcance do jornal na população, tampouco de entender como suas mensagens são apreendidas individualmente ou em cada seguimento dos diferentes atores sociais. É indiscutível a relevância de uma investigação desse porte, entretanto o caminho da pesquisa nos exige fazer escolhas; escolher, recortar é fazer opção e é também deixar de lado, focar os olhos sobre um objeto, assim o é nessa pesquisa. Optamos por experimentar como a partir do discurso é possível apreender as representações regionais. Essa opção, contudo, dada a riqueza de possibilidade de análise que o jornal oferece como, por exemplo, análise das imagens (fotografias e cartogramas) não elimina as perdas que as escolhas implicam. Apesar disso, a imprensa escrita tem um alcance maior do que apenas seus leitores diretos, pois estes indiretamente irradiam suas informações para os demais não leitores, bem como “*informa*” outros veículos de comunicação como as rádios que, diariamente, lêem e/ou comentam as manchetes e sinopses de notícias dos jornais locais.



Há que se considerar, contudo, que se o jornal é espaço de diálogo entre distintas vozes, é também lugar de luta pela hegemonia<sup>26</sup> do discurso; assim, é preciso entender o jogo de articulação (entre as essas vozes) estabelecido pelo jornal para poder compreender as representações regionais que o discurso hegemônico carrega.

Desse modo, começaremos por investigar o peso do discurso científico, das vozes da academia, produtora de discursos autorizados, no forjar das representações regionais, para, a partir daí, entender as permanências e mudanças nessas representações.

As representações sociais, conforme já discutimos no capítulo anterior, conceituadas aqui também à semelhança do que Durkheim entendia como “*representações coletivas*”, referem-se a categorias de pensamento através das quais determinada sociedade expressa sua realidade. São categorias que surgem ligadas aos fatos sociais, “transformando-se elas próprias em fatos sociais passíveis de observação e interpretação”(MINAYO, 2002, p. 90). Veiculadas em discursos autorizados ou competentes, ganham status de consenso, próximo ao da “verdade”<sup>27</sup>, daí a importância que têm na manutenção e/ou transformação da realidade.

Desse modo, quando analisamos o discurso e consideramos toda a sua carga ideológica, entendemos que ele é expressão da realidade de uma determinada sociedade, pois traduz a maneira como uma sociedade ou um grupo pensa suas relações sociais e espaciais e revela os conflitos e processos geradores das transformações/permanências sociais e espaciais em suas representações.

Então, assim como Bourdieu (2001) e Bakhtin (2002), que se referem ao campo das representações através da fala como expressão da existência, buscamos ler nos discursos veiculados pelo jornal as representações regionais e as mudanças e permanências que elas revelam.

---

<sup>26</sup> Entendemos que hegemonia, conforme Faiclough (2001), é o poder de uma classe sobre a sociedade como um todo mas que se estabelece em aliança com outras forças sociais: “Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas.” (FAIRCLOUGH, 2001, p.122)

<sup>27</sup> Conforme já discutimos a partir de Lefebvre (1983, p. 46), a palavra, historicamente, carrega consigo o estigma da verdade.

## 2.1 Do sertão do Vale do Paranapanema à Alta Sorocabana: na trilha das representações da região.

O estilo literário, presente nas primeiras linhas da obra de Leite (1972), deixa vaziar um tom intimista que foge à impessoalidade que, às vezes, a linguagem científica é obrigada a adquirir.

Sua própria constituição geológica lhe confere a ondulação suave; paisagem diferente, ampla, para o viajante que procede das serras litorâneas e que vê o horizonte alargar-se até onde a vista não mais alcança. Para o habitante destes rincões, no entanto, tal paisagem se torna, aos poucos, cansativa, monótona, quebrada apenas pelos vales dos tributários do Rio Paraná, mostrando, às vezes, terras mais vermelhas (...) (LEITE, 1972, p.13)

Para quem vive na região é difícil não comungar dessa percepção sobre monotonia e ao mesmo tempo da sensação de amplidão de horizonte<sup>28</sup> que nos dá a paisagem regional descrita por Leite (1972); assim é igualmente difícil não deixar que o nosso discurso se contamine pelo sentimento de pertencer à região.

Não se trata de buscar a neutralidade científica despida do conhecimento que a percepção possibilita, longe disso, mas de cuidar para que a memória historicamente construída, o saber constituído a partir da experiência – impregnada de representações e imagens - de viver o lugar não ofusque a análise pretendida. Se temos como objetivo a análise do discurso de outrem, há que se ter cautela redobrada com o nosso próprio discurso, para que não seja dominado pela paixão suscitada quando se trata de explorar os lugares que abrigam nossas raízes e memórias, nossa história pessoal.

Minayo (2002) lembra Bourdieu, para quem todos nós estamos envolvidos por um *habitus*. De acordo com a autora, *habitus* seria como

[...] uma lei ‘imane’ depositada em cada ator social, desde a primeira infância, a partir de seu lugar na estrutura social. Segundo Bordieu, o ‘habitus’ é a mediação universalizante que proporciona às práticas sem razões explícitas sem intenção significativa, de um agente singular, seu sentido, sua razão e sua organicidade. (MINAYO, 2002, p.105)

São marcas das posições e situações de classe e relações com pessoas e lugares com os quais convivemos e pertencemos que constroem concepções de mundo;

---

<sup>28</sup> “Horizonte de frente pro nada / Moldura de precipício/ Que avisto dele agora? /Terra à vista, / Sol a pino? /Terra e céu [...] / Não há mar lá ao longe./ Só uma relva infinita./ Desnudo das matas de antes./ O solo fraqueja sob os pés da boiada rala.[...]”. (Dundes, A.C. Horizonte. *Canteiro de poesias*. 2004. Disponível em <<http://www.dundes.com/wiki/Ana/NaGAveta#ho>>)

assim temos sempre que ter cuidado com o poder que o senso comum exerce sobre nossas análises.

Partilhamos dessa preocupação, pois conforme Bourdieu (1973<sup>29</sup>, p. 183 apud MINAYO, 2002, p. 104) “Cada agente, ainda que não saiba ou que não queira, é produtor e reproduzidor de sentido objetivo, porque suas ações são o produto de um modo de agir do qual ele não é produtor imediato, nem tem o domínio completo”. Ainda que na condição de pesquisadores, estamos envolvidos num modo de pensar e de agir construído na vivência dos lugares sociais e é inegável a sua influência sobre as nossas concepções de mundo. Esta análise está igualmente sujeita a tal influência; nosso discurso carrega o mundo dos sentidos, do sensível, pois antes do discurso acadêmico, antes do olhar crítico, precede-nos o discurso comum dos “causos”, ainda que fragmentados e mal contextualizados, contados pelos avós no pé do fogão, mas mais que isso temos a experiência de viver a (na) região.

Voltando à sua obra lembramos que nesta primeira descrição da “área estudada”, a região da Alta Sorocabana, Leite (1972) aproxima-se da sensibilidade retratada na obra de Humboldt que - sob influência da *Filosofia da Natureza* schellingiana e da idéia da necessidade do conhecimento ser tratado em sua globalidade através da arte, da poesia, e condensando os aspectos subjetivos e objetivos como uma unidade - dizia dos sentimentos acionados pela natureza, pelas paisagens, sobre a alma humana.

En cualquier lugar de una llanura monótona, sin más límites del horizonte, donde las ondas del mar bañan la costa (...), el sentimiento de la Naturaleza, grande y libre, embarga nuestra alma y nos revela, como por una misteriosa inspiración, que las fuerzas del Universo están sometidas a leyes. El simple contacto del hombre con la naturaleza, esta influencia de los grandes espacios, o del “aire libre”, (...) ejercen una acción de sosiego, aplacan el dolor y acalman las pasiones, al tiempo que el alma se siente íntimamente agitada. (Humboldt, 1974-75 in GÓMES MENDOZA *et al*, 1982, p.161)

Assim como Humboldt, Leite (1972) tece uma descrição detalhada que deixa vazar inclusive aspectos subjetivos acionados pela percepção do viver a região. O subjetivismo apreendido no seu estilo beirando ao lirismo não o afasta em nada do objetivismo científico que adota na sua metodologia de pesquisa e muito menos da preocupação de estabelecer comparações e raciocínios gerais e evolutivos, descrevendo os fenômenos e dando ênfase à relação recíproca entre eles.

---

<sup>29</sup> A obra de Bourdieu referenciada por Minayo (2002) parece ser : BOURDIEU, P. *Squisse d'une Théorie de la Pratique*. Paris: Librairie Droz, 1972. “Parece ser” porque no corpo do texto a autora data a obra como 1973, mas nas referências bibliográficas consta 1972.

Pensamos que a “familiaridade” com o lugar expressa na sua forma de redigir, assim como o faz Abreu (1972), provoca uma intimidade e identidade do leitor com o seu texto, especialmente quando estes são também pertencentes à região. E ainda que a obra seja resultado de uma tese de doutoramento e, portanto, não demande grande leitura fora dos círculos da academia ou dos bancos escolares, é reconhecidamente uma obra que exerce influência nos discursos veiculados pela imprensa local, conforme será demonstrado no decorrer desse e dos demais capítulos, pois grande parte das análises sobre a região veiculadas pelo jornal, se não citam diretamente os estudos acadêmicos, fazem-lhes alguma referência, ainda que seja para discordar delas mesmo quando tenham sido interpretadas de modo distinto do que pretendiam seus autores. As “vozes” da academia, distantes ou próximas, ecoam no discurso do jornal.

Essa primeira obra a que nos referimos, “*Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente*”, assim como os demais estudos de Geografia tratados nesse capítulo, consensualmente pertencem ao rol da Geografia Regional clássica, a Escola Francesa de Geografia. A respeito dos referenciais teóricos e metodológicos de sua tese, Leite (1972) afirma:

Na primeira parte deste trabalho, usamos os métodos de estudos clássicos da Geografia Regional: - observações visuais da área em foco e respectivas comparações com outras áreas, principalmente no que tange à ocupação dos solos, tipos de lavouras e de cidades; análise de dados estatísticos, em geral de origem oficial; recorrência às fontes cartográficas também oriundas de órgãos administrativos e à pequena bibliografia existente sobre a chamada Alta Sorocabana. (LEITE, 1972, p.11)

Segue o plano de investigação das monografias regionais que Gomes (2005) afirma ser mais ou menos constante e que geralmente principiam pela [...] *descrição das características físicas seguida da descrição da estrutura da população e de suas atividades econômicas*. (p.56)

E é esse plano que trilham; iniciam por localizar a região delimitando suas fronteiras, em seguida descrevem a paisagem natural (solo, clima, relevo, vegetação e hidrografia) da região; seus aspectos humanos (população e povoamento); os aspectos econômicos e a rede urbana regional. Só depois dessa primeira e detalhada explanação é que discutem a problemática proposta, que no caso de Leite (1972), e de certo modo também do historiador Abreu (1972), consiste em demonstrar a polarização exercida pela cidade de Presidente Prudente na Região da Alta Sorocabana e para além de seus limites.

É interessante, porém, notar já, por parte de Leite (1972), uma necessidade de romper com esse modelo que, contudo, é ainda base de sua investigação sobre a região de influência de Presidente Prudente.

Deve-se confessar que, embora não fosse intenção nossa elaborar uma monografia, dela não conseguimos fugir por completo nesta primeira parte. Mas inegavelmente, é uma possibilidade válida. A nosso ver, foram dois os motivos principais dessa ocorrência: o primeiro por considerarmos a área de estudo ainda em processo de regionalização; o segundo por tratar-se de uma zona geográfica razoavelmente extensa, embora não muito complexa. (LEITE, 1972, p.11)

Gomes (2005) lembra que toda uma escola da Geografia se dedicou ao estudo das “regiões polarizadas”, entendidas como espaços tributários, organizados e comandados por uma cidade. Leva-nos a pensar ainda a respeito do papel de Presidente Prudente, quando resgata o trocadilho de Pierre George que afirmava que na Geografia clássica era a região que fazia a cidade e na Geografia moderna é a cidade que faz a região. Na apresentação de “*Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente*”, Pasquale Petrone<sup>30</sup> evidencia que é nessa última tendência que Leite (1972) se enquadra.

No conjunto dos fatos que, no passado, caracterizaram o espaço regional, a cidade foi sempre, basicamente, fruto de sua região. Gradativamente, em várias partes, pôde conhecer um processo que, com diferentes graus de intensidade, a tornou responsável pela definição e organização dos fatos regionais. (LEITE, 1972, p. 5)

Ainda que não pretendamos aprofundar a análise dos estudos das regiões funcionais, não podemos deixar de destacar que a cidade de Presidente Prudente tem um importante papel no “fazer” da região. Sua história se confunde com a história regional e não se pode esquecer que foi do município de Presidente Prudente que se desmembraram todos os demais que deram origem à Alta Sorocabana. A importância da cidade aumenta, nesta tese, quando observa-se que nos discursos sobre a região ela (a sede político-administrativa, econômica, cultural e tecnológica da região) é sem dúvida o núcleo produtor de suas representações, ainda que, na atualidade, perceba-se a emergência de outros municípios como enunciadores da região, especialmente aqueles onde os conflitos de terra e atuação dos movimentos de luta pela terra são mais fortes. No entanto, Presidente Prudente ainda é o foco produtor e difusor dos discursos sobre a região.

Nos estudos a que nos reportamos, Leite (1972), assim como Abreu (1972), têm clareza do espaço que investigam, ou seja, estudam a formação da região da Alta Sorocabana. Mas nesta tese que ora se apresenta, afinal de que região falamos: da Alta

---

<sup>30</sup> O professor Pasquale Petrone foi orientador de Leite (1972) e sua tese de doutorado, e fez tais afirmações na apresentação da obra editada na forma de livro.

Sorocabana, da Região de Presidente Prudente ou ainda da Região do Pontal? Inicialmente, tratamos da constituição da Alta Sorocabana que se deu no bojo da ocupação e domínio do Oeste paulista, para ao final entendermos as permanências e mudanças, que aparecem na atual representação da região e a identifica muito mais com a cidade de Presidente Prudente do que com a ferrovia que a nominava. Note-se que nossa preocupação não se volta apenas para entender a mudança na forma como a região é nomeada, mas principalmente para ler nas diferentes representações, que o discurso que a enuncia carrega o processo de transformação da região.

Assim, partimos do discurso científico que reconstrói o histórico de formação da região remontando o final do século XIX, para entender a gênese dessas representações. As obras em destaque neste capítulo permitem compreender como das terras dos “*Terrenos pouco explorados*” nasce o atual “Oeste Paulista”, ocupado e civilizado, e do qual faz parte a Região de Presidente Prudente.

Talvez, somente a partir da história seja possível explicar porque quando a região precisa ser redimensionada, ampliada na sua importância, ela apareça no discurso como “Região Oeste”, quando na verdade na maioria das vezes referem-se à área circunscrita à região de Presidente Prudente, ou até mesmo a uma de suas sub-regiões, como o Pontal do Paranapanema, por exemplo.

O editorial do jornal O Imparcial (OI) de 3 de janeiro de 2007 é apenas um dos discursos recentes que destacamos para ilustrar as denominações que a região pode receber ao ser enunciada: “*Moradores do oeste paulista esperam um ano de realizações*” é o título do editorial, que se refere à região como “*oeste*”, quando no corpo do texto versa sobre as expectativas de melhorias para as regiões da “*Alta Paulista*” e “*Pontal do Paranapanema*” que tiveram quatro deputados eleitos em outubro de 2006, fato que, segundo o editor, significaria uma possibilidade de avanço na representação política regional. Cabe ainda lembrar que as regiões citadas são sub-regiões da 10<sup>a</sup> Região Administrativa de Presidente Prudente; outro detalhe importante, é a diminuição ou, conforme observado nos discursos levantados, o “desaparecimento” da “Alta Sorocabana” dos títulos de matérias e editoriais e inclusive do corpo do texto, conforme ocorre no referido editorial.<sup>31</sup>

---

<sup>31</sup> Notícias como as de 2002 sobre a criação de uma “agência de desenvolvimento” destinada a estimular agricultura na 10ª Região Administrativa são mais uma prova da variação no modo como a região é enunciada; apresentada numa seqüência de matérias e reportagens, cujo conteúdo analisaremos no capítulo 3, que se referem claramente à região “10ª Região”, mas que apresenta nos títulos ou subtítulos a área de atuação da agência como “Oeste Paulista”. Observe a incompatibilidade do entre do conteúdo do texto e seu título: “*A 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo conta agora com uma Agência de Desenvolvimento Pró-*

Os estudos de Leite (1972 e 1998<sup>32</sup>), de Abreu (1972) e de Monbeig (1984) utilizam, como referência, além das obras da história da cafeicultura paulista, os estudos derivados das expedições científicas realizadas no final do século XIX e início do XX, pelo então Serviço Geográfico e Geológico de São Paulo, que depois viria a ser substituído pela Comissão Geográfica e Geológica.

O oeste de São Paulo fora, desde o século XVI e principalmente no decorrer do XVIII, vasculhado pelas bandeiras. Através do Tietê, do Paranapanema e do Paraná, alcançara-se o coração da América do Sul. Entretanto, os bandeirantes não se preocuparam, com poucas exceções, em descrever os seus roteiros. E o **sertão brasileiro** ficara desconhecido por falta de informações. No final do século passado e começo deste, iniciou-se uma pesquisa sistemática. (ABREU, 1972, p. 28, grifo nosso)

Os primeiros estudos do Vale do Paranapanema, na parte paulista, foram realizados por Teodoro Sampaio, por volta de 1886. Os estudos do Serviço Geográfico e Geológico se debruçaram na tentativa de descrever e cartografar para fomentar a ocupação e legitimação de posse das terras paulistas pelo Estado.

Era necessário conhecer para poder povoar e explorar o extremo Oeste de São Paulo, que continuava a figurar nos mapas do começo do século XX, como “Terrenos Desconhecidos” (Ver Figura 3): *Aberto pelos homens de Minas Gerais e pesquisado pelos homens da Ciência, o extremo oeste de São Paulo só se povoaria realmente com o aparecimento dos cafezais.* (ABREU, 1972, p.28).

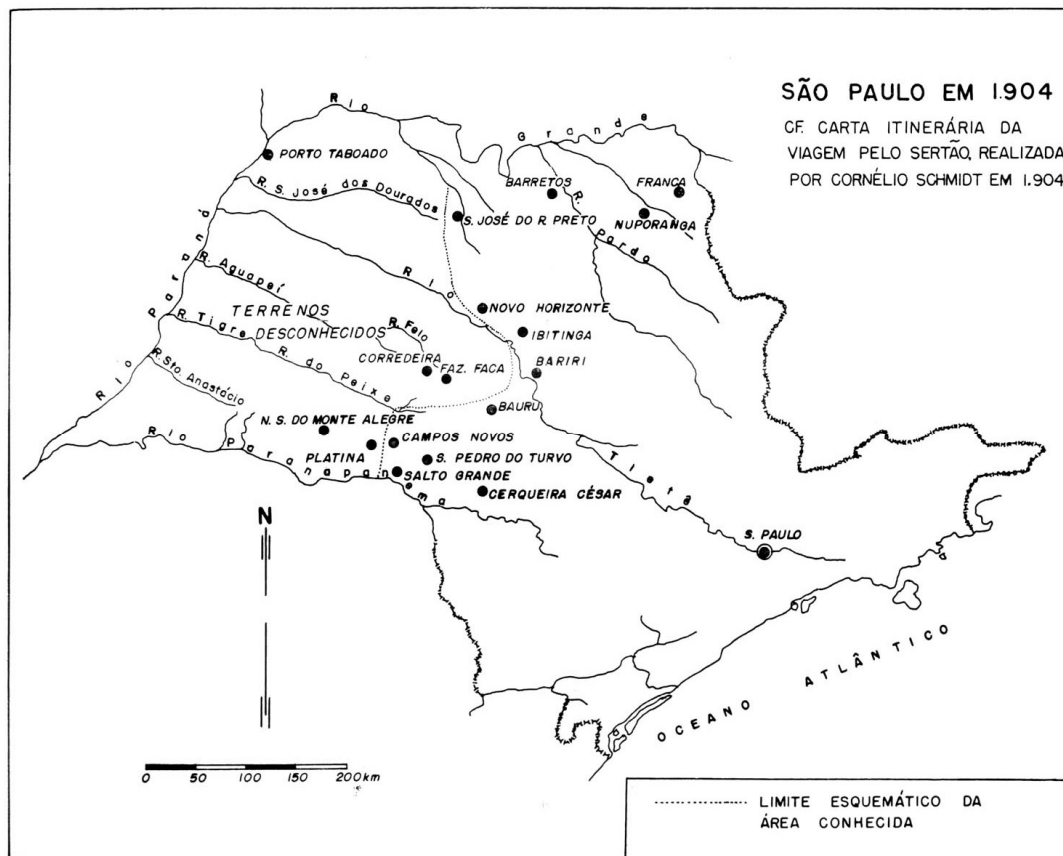
Sobre o Oeste desconhecido e “despovoado” do Estado de São Paulo escrevia Leite (1998) que, em meados do século XIX, “A última vila da província de São Paulo era Botucatu. Daí para o oeste, também além do rio Paraná, o território era **desconhecido e despovoado**”. O que havia de ocupação eram os “*esparsos agrupamentos indígenas*” de origem tupi-guarani. Além deles, as ruínas de fortes e antigas missões jesuíticas do Vale do Paranapanema, que “*há muito haviam sido destruídas pelas bandeiras*”. (LEITE, 1998, p.31, grifo nosso)

---

*Agricultura. A iniciativa é resultado do movimento pró-soja liderado com a implantação, neste ano, do programa Bolsa de Parcerias e Arrendamento de Terras do Oeste Paulista, que mobilizou e reuniu diversos setores da sociedade regional. A cultura carro-chefe é a soja.* (Título: Oeste Paulista ganha Agência de Desenvolvimento. [subtítulo] *Criada para fomentar a agricultura, o novo órgão é uma iniciativa empresarial da Bolsa de Arrendamento.* OI, 13/11/02, p 1 e 5 B)

<sup>32</sup> Tese de Livre Docência, *A ocupação do Pontal do Paranapanema*, apresentada em 1981 e que foi reeditada em 1998.

Figura 3 - Mapa do Estado de São Paulo, em 1904.



Fonte: ABREU, 1972, p. 39. Reprodução.

Abreu (1972), também descreve a região “*que se estendia para oeste, além de Botucatu, entre os Rios Paraná, Paranapanema e Peixe*” como ainda “*pouco conhecida*”. De Botucatu em diante “*era o sertão desconhecido, completamente inexplorado, estendendo-se por campos e matas, até o Rio Paraná*”. (p.15, grifo nosso)

O grande Vale do Paranapanema (Cf. Figura 4) ou Sertão do Paranapanema, “[...] *nomes com que se designava, no século XIX e princípio deste [XX], a parte meridional do Estado de São Paulo, desde Sorocaba e Botucatu até o Rio Paraná, abrangia toda a Bacia do Paranapanema [...]*” (ABREU, 1972, p.16), daria origem posteriormente, quando do prolongamento da ferrovia, aos povoados e cidades, cuja história comum e as relações que estabeleceram entre si, especialmente as econômicas forjariam a Região da Alta Sorocabana.





Quando analisamos as obras de referência, neste capítulo, especialmente aquelas dos geógrafos, não percebemos uma preocupação em usar o conceito de região; em diferentes passagens os autores referem-se à área de estudo como “zona”.

Monbeig, por estudar uma área mais ampla e num período precedente ao dos demais autores, refere-se a ela como “zona pioneira”, e quando se refere às áreas de influência das principais cidades do Oeste paulista, do final da década de 1940, refere-se a elas como “zona de Presidente Prudente”, “zona de Marília” etc. Duas décadas depois, Leite (1972) ainda se referiria à Alta Sorocabana como “zona” ou “área polarizada de Presidente Prudente”.<sup>33</sup> Fato que parece se esclarecer em Leite (1981), conforme capítulo 3.

Por mais cuidados que tenham com a complexa quantidade de informações sobre os dados naturais, culturais, sociais e econômicos, a região aparece no discurso científico, como um dado a priori, um espaço personificado pelas suas representações, um espaço que tem personalidade adquirida na relação homem-natureza, mas ainda compreendido como espaço/palco/receptáculo.

Em verdade, a Geografia moderna enfrenta ainda um desafio que nos parece não superado: trata-se da concepção kantiana de espaço que, de maneira geral, impregna nossa maneira de concebê-lo, por mais esforço que se tenha feito no sentido de entendê-lo para além dos pressupostos do espaço em Kant. Santos (2002) em *“Reinvenção do espaço”* afirma que o legado deixado por Kant foi uma leitura do mundo como “cenário” e a geografia como descrição do cenário e, nesse sentido, ela é física, absorve completamente o que está pressuposto na Estética Transcendental, ou seja, a noção de espaço é aquela que permite dar ordem à externalidade, identificando cada coisa em seu lugar. (SANTOS, 2002, p.185)

Ao comentar sobre a relação entre região e cidade, é mais ou menos isso que nos revela Pasquale Petrone sobre a concepção de espaço que permeia a obra de Leite (1972).

Cabe ter em mente que nas relações interessando os processos de organização a cidade é elemento indiscutivelmente significativo, porém não o único, e que a participação da denominada área de influência merece pelo menos a mesma atenção. Cabe, principalmente, considerar o fato de que o espaço em si mesmo não é objeto, mas tão somente instrumento de localização e distribuição dos fenômenos que interessam basicamente o homem. (LEITE, 1972, p.6)

---

<sup>33</sup> Ao justificar o fato de ter realizado um estudo monográfico que tentara evitar, Leite (1972) enumera dois motivos: *“primeiro por considerarmos a área de estudo ainda em processo de regionalização; o segundo por tratar-se de uma zona geográfica razoavelmente extensa, embora não muito complexa.”* (p. 11)

Diante dessas observações, questionamos se as dificuldades que temos em compreender o significado de região não é reflexo dessa questão teórico-conceitual mais ampla que envolve o conceito de espaço. Não será a região concebida como existente, tomada como independente dos atores que a instituem como área de controle e poder, área que parece existir para além das escolhas metodológicas e teóricas de seus estudiosos que a reconhecem e a concebem, uma prova cabal de que não conseguimos reinventar o espaço?

Antes de nos arriscarmos a responder a essa questão de fundo, voltamo-nos para entender como as representações da região vão sendo tecidas nas obras escolhidas nesta análise. Conforme vínhamos demonstrando, nas três obras faz-se referência ao “oeste desconhecido”, “despovoado” e, portanto, “inexplorado” - o “sertão das terras pouco exploradas”-, como a terra que convidava ao desafio, mas também a terra das possibilidades de riqueza rápida.

Logo no título de sua obra, Monbeig valoriza a ação dos homens que se apoderaram das terras inóspitas. A atitude de bravura dos pioneiros e fazendeiros que dominaram o sertão, segundo ele, teria sofrido forte influência da “psicologia bandeirante”, que contaminava e impulsionava os homens, fato que consensualmente é apontado como fundamental na conquista das terras do Oeste, Monbeig (1984) descreve:

O paulista da velha estirpe acompanhava orgulhosamente a marcha para oeste. (...) Para ele, tratava-se também de prosseguir a tradição dos pais que vieram arriscar a sorte, e era dentro desse espírito que ele continuava. A bem dizer, sofriam todos a magia dos grandes espaços livres e experimentavam todos a ardente convicção de que a fortuna lá os esperava (p. 123-24).

Essa “bravura” e “intrepidez” do “bandeirante moderno” são assinaladas por Leite (1972), que apesar de criticar a voracidade predatória com que “conquistaram” as terras, também a tem como necessária para o avanço sobre o Oeste.

Região que o homem **desbravou** e povoou de maneira semelhante ao desbravamento e povoamento do Brasil, no século XVI. Bandeirantes modernos, tão **intrépidos** quanto seus antepassados e não menos ambiciosos, ocuparam uma área usando dos mesmos processos que aqueles, desbaratando desenfreadamente a flora, a fauna, o índio. Contudo, **é lícito reconhecer que, deste pioneirismo audacioso, surgiu uma zona rica e próspera**, cujas condições geo-econômicas suplantam mesmo alguns Estados da Federação. (p. 9, grifo nosso)

Ao mito das bandeiras que reforçava o orgulho de perpetuar a tradição familiar de perseguir novas terras, acrescia-se, ou até mesmo confundia-se com o da busca pelo “Eldorado”, região onde se alcançaria a prosperidade.

Em todos os países novos, do norte ao sul do continente americano, observa-se a sedução das terras novas e a paixão pelo ganho rápido do dinheiro. Apelo do Grande Norte ao Canadá, marcha para oeste, ainda não há muito tempo, nos Estados Unidos, desbravamento do sertão paulista, não passam de variações de um grande tema continental. Ali o colono se põe a serviço do caçador; acolá se converte em herdeiro do *pioneer*; em São Paulo é o continuador do bandeirante. (MONBEIG, 1984, p.124)

Ao que parece, processa-se, nesse período que vai de fins do século XIX e início do XX, a partir da aura heróica herdada das bandeiras<sup>34</sup> pelos pioneiros e das promessas e esperanças de enriquecimento rápido, apesar dos muitos obstáculos, a construção das representações do oeste das terras desconhecidas e inexploradas no que denominamos como a *região do devir*, a região das potencialidades e vantagens oferecidas a quem chegasse primeiro às novas terras a serem desbravadas.

É interessante notar, porém, que essa representação se forja dentro de um contexto que identificava as regiões despovoadas como os *sertões*, como áreas caracterizadas pelo incivilizado, ou seja, pelo atraso, que deveriam ainda ser incorporadas ao território moderno do Estado nacional.

Arruda (2000), em sua tese de doutorado, analisou o imaginário sobre o espaço nacional brasileiro do fim do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Segundo ele o imaginário social desse período dividia o país em dois espaços antagônicos: as *idades e o sertão*. A cidade representava o moderno, era o pólo avançado da sociedade, o espaço civilizado; o sertão simbolizava o arcaico, o incivilizado sob o estigma do atraso e do arcaísmo social, político e econômico. O autor critica essa visão dicotômica e procura desconstruir a concepção de história que se constitui a partir da idéia de progresso, associada a um imaginário etnocentrista ainda não superado, que deu sustentação ao surgimento das sociedades modernas<sup>35</sup>.

Dentre as áreas que Arruda (2000) estudou, consta a Região Oeste do Estado de São Paulo, bem como outras, como por exemplo, de Mato Grosso do Sul (Campo Grande) e Norte do Paraná. Realizou sua análise, através da investigação de cartogramas, fotografias e relatórios produzidos pela Comissão Geográfica e Geológica do

---

<sup>34</sup> De acordo com Monbeig (1984), apesar do comportamento brutal dos bandeirantes provocado pela incessante sede de lucros, eles exerceram forte influência sobre os pioneiros, a ponto de dizer que viraram mito no imaginário nacional: “A intrepidez desses pioneiros de extensa linhagem, sua ousadia de aventurar-se tão longe, com tão escassos meios, no imenso Brasil, exercem forte atrativo sobre as crianças e os adolescentes para que se condoam dos morticínios de índios e se indignem com tal esbanjamento de energia para conquistar ouro. Fato extremamente importante, pois que se criou um mito do bandeirante, cuja eficácia psicológica é incontestável. Quando se quer celebrar um fazendeiro, desbravador de matas, plantador de cidades nenhum título melhor a diferir-lhe que o de habitante.” (MONBEIG, 1984, p.121)

<sup>35</sup> Prefácio do Prof. Livre-Docente José Carlos Barreiro, do Departamento de História da Unesp de Assis.

Estado de São Paulo que, segundo ele, ajudaram a construir um imaginário a respeito do sertão. Além desse material, entre outros, analisa as narrativas familiares das memórias a respeito dos sertões e das cidades. Trata-se, portanto, de um estudo que guarda proximidade com nossas preocupações, porque, ainda que seja um estudo ligado a história, lida com a temática regional e com a dificuldade em conciliar a experiência de viver o lugar; no seu caso, entretanto, trabalha com as memórias familiares e com as suas próprias, com a objetividade científica.

No decorrer de sua investigação, demonstra como os termos *cidades* e *sertões* se constituem a partir das representações culturais e de leituras elaboradas da observação da transformação da paisagem no processo de expansão da economia capitalista no país, no decorrer da marcha oeste da economia cafeeira. Buscando compreender a construção desse imaginário dicotômico e estigmatizado, desenvolve sua tese analisando, além das memórias familiares, gravuras, cartogramas, e estudos geográficos e históricos, elaborados por organismos estatais no intuito de promover a ocupação e domínio das terras ainda *incivilizadas*.

No imaginário social daquele período, o Brasil encontrava-se dividido em dois: um, o mundo urbanizado, no qual São Paulo era o pólo mais avançado, e o outro, o mundo dos “grotões”, os “sertões”, representado característica e indistintamente pelas regiões Norte e Nordeste. Essa divisão, portanto, opera com elementos altamente simbólicos. Lembrando Guimarães Rosa, Arruda (2000) afirma que no sentido físico-geográfico um dos pólos não possuía existência concreta pois, se procurássemos a localização geográfica do “sertão”, chegaríamos à mesma conclusão de Rosa: “os sertões” ou não existem ou estão em todas as partes. (ARRUDA, 2000, p. 13)

Assim, esse “sertão” que estava em toda parte simbolizava quase metade do Estado de São Paulo. A esse respeito, Arruda (2000) afirma que, ainda no início do século XX, mais da metade do território paulista era considerado “sertão”. Essa representação só seria eliminada no processo de transformação da paisagem do restante do território paulista e do Norte do Paraná ainda despovoado.

No início do século [século XX] a representação de grande parte do território paulista como “terrenos pouco explorados” era corrente. Há um mapa, por exemplo, publicado em 1903 pelo engenheiro Adolpho Augusto Pinto, que apresenta mais da metade do território paulista com a expressão “terrenos poucos explorados”. Os limites estabelecidos e reconhecidos como mapeados pela cartografia eram: ao norte, as cidades de S. José do Rio Preto, ao sul, Campos Novos do Paranapanema. Bauru, no centro do Estado aparecia como uma vila. O Rio do Peixe era considerado como afluente do Rio Feio –Aguapei. Os

“terrenos pouco explorados” estendiam-se dos limites definidos acima rumo ao oeste até o Rio Paraná, rumo ao sudoeste até o norte do Estado do Paraná e, rumo ao norte, alcançavam o sul do Estado de Minas Gerais. (ARRUDA, 2000, p. 15)

Quando Monbeig discorre sobre as dificuldades da marcha para oeste e identifica a região como a “*região mal conhecida*”, compreendemos a tese levantada por Arruda (2000) que explora como o discurso oficial corrobora na construção do imaginário sobre o sertão, pois o sertão de Monbeig (1984) corresponde à idéia do inexplorado e como veremos mais adiante, como áreas atrasadas. “Assim, em 1870, os planaltos e as florestas do oeste de São Paulo e do norte do Paraná constituíam **vasto sertão, região mal conhecida**” (MONBEIG, 1984, p.27, grifo nosso) e em sua obra, assim como na de Abreu (1972) e Leite (1972), a cidade representa o moderno e o progresso.

Por volta do final da década de 1940, decorridos setenta anos após o início da marcha rumo ao oeste da capital paulista, Monbeig (1984) afirmava que já era difícil encontrar o “sertão” que, nos trechos citados a seguir, é identificado como as áreas despovoadas e onde a natureza ainda não havia sido desbaratada:

Nesses planaltos, onde os nomes dos lugares habitados, marcados nos mapas, podiam contar-se nos dedos da mão, o povoamento recobriu tudo. Não se cogita mais de índios, **não há mais sertão**, a não ser no norte do Paraná. Restam ainda blocos florestais que esperavam pelo machado do lenhador e a queimada do desbravador [...] A margem esquerda do Paraná, na extensão em que o rio separa São Paulo do Mato Grosso, conservava ainda quase intacto seu revestimento florestal, mas o ataque do homem que avançava do leste, tende a reduzir cada vez mais a massa da vegetação tropical a uma espécie de floresta galeria. (p.27 -9 , grifo nosso)

Quinze anos depois [de 1934], não é mais exato falar de um sertão paulista, **pois tudo o que permanecia intacto** até a grande depressão econômica foi invadido pelos derrubadores de mato e hoje faz parte da zona pioneira. (p. 205, grifo nosso)

A marcha pioneira paulista deslocava o sertão para além das barrancas oeste do Rio Paraná, e o Mato Grosso de então passava a ser o sertão. O avanço do “progresso” representado pelas cidades semeadas nos trilhos das ferrovias empurrava as cercas do sertão atrasado para mais oeste. Conforme percebe-se nas obras de Monbeig (1984), de Leite (1972) e Abreu (1972), eles carregam em seus discursos as representações do atraso e do moderno, que traduzem o início do forjar de uma ideologia de progresso, que principia já nas primeiras décadas do século XX e que na região ganhará a consistência do desenvolvimentismo a partir das décadas de 60 e 70.

## 2.2 Na trilha dos ícones regionais: a natureza, a ferrovia e a cidade

### 2.2.1 A natureza indomada

A estrada de ferro; os povoados, que pouco depois dariam origem às cidades; as plantações de café, e as de algodão e amendoim, que a partir da década de 1970 cederiam espaço para as pastagens de criação de gado - em suma, a tecnologia em oposição à “natureza indomada”-, no discurso acadêmico comparecem como representações do desenvolvimento, como signos do progresso e vão constituir elementos fundamentais para a construção da representação da região do devir.

Conforme destacamos a seguir, a produção do saber, a “voz” da academia, é uma das importantes vozes que se faz ouvir no discurso do jornal. Nem sempre as vozes que ressoam em um discurso estão expostas claramente, mas no exemplo a seguir, uma entrevista, texto no qual está presente o discurso direto da academia, observa-se com mais clareza a importância do discurso acadêmico para a construção das representações acerca da região.

Em entrevista (Figura 5) concedida ao jornal “O Imparcial”, em 1975, Pierre Monbeig fala das suas impressões a respeito das transformações no “Oeste Paulista”, desde as suas primeiras incursões, em 1936, para realizar sua pesquisa que resultou na obra *“Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo”*. Nela comenta sobre as mudanças na paisagem, e sobre a necessidade de dominar e transformar a natureza em função do bem-estar humano. Monbeig refere-se à região das décadas de 1930 e 1940 como “zona” - evidenciando, mais uma vez, que a regionalização estava ainda em processo -, onde a “paisagem ainda era natural” e o “homem frágil:

‘As modificações são tantas que é algo difícil de responder de improviso esta indagação. O que chama mais atenção para quem visitou essa **zona** há 40 anos, é a profunda modificação da paisagem. A paisagem naquele tempo era ainda natural. O homem estava apenas arranhando a natureza. Hoje tudo que a gente vê, existe porque o homem tem interesse na sua presença. (O Imparcial, 29/04/1975, p.1<sup>36</sup>, grifo nosso)

O jornal o apresenta como estudioso; pessoa conhecedora da realidade regional, e, portanto, autorizada a falar sobre a região: “*O prof. Pierre Monbeig, geógrafo de nomeada internacional, professor da Universidade de São Paulo, é um dos homens que*

---

<sup>36</sup> UMA impressão da Alta Sorocabana, pelo prof. Pierre Monbeig, de 1936 a 75. OI. 29 /04/75, p.1. (do acervo da pesquisa de mestrado - DUNDES, 1998)

mais conhecem o Oeste do Estado de São Paulo e todo o seu processo de desenvolvimento, desde 1936”.(O Imparcial, 29/04/1975, p.1). É interessante relembra- que Bourdieu (2001), ao discorrer sobre a idéia de região, afirma que a *régio*, a região, deriva do ato de autoridade de circunscrevê-la, de impor uma definição legítima de mundo.

Este acto de direito que consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei é um acto de conhecimento, o qual, pode estar firmado, como todo o poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência daquilo que enuncia (a *auctorias*, como lembra Benveniste<sup>37</sup>, é a capacidade de produzir que cabe em partilha ao *auctor*. O *auctor*, mesmo quando só diz com autoridade aquilo que é, mesmo quando se limita a enunciar o ser, produz mudança no ser: ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, e ele subtrai-as ao arbitrário, sanciona-as, santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir, como conformes à natureza das coisas, “naturais”. (p. 114)

Figura 5 - Entrevista de Pierre Monbeig, em 1975



Fonte: Jornal O Imparcial, 29/04/1975, p.1.

<sup>37</sup> Bourdieu (2001) refere-se à obra de E. Benveniste. Le vocabulaire des institutions indo-européennes, II, Pouvoir, droit, religion. Paris, Minuit, 1969, p. 14-15.



Assim ocorre com as observações de Monbeig, estudioso, autoridade nos assuntos da região, que ao serem veiculadas de modo mais acessível (como nesse caso, numa entrevista) difundem-se e naturalizam-se como verdade; suas análises, ao enunciarem o “visível”, o “percebido” empiricamente, oficializam a representação que o jornal constrói sobre a região.

A respeito das transformações que observou durante as suas visitas à região (que em 1975, ele ainda chamava de “zona”) e à cidade, seja para realizar sua pesquisa seja para participar de eventos científicos, Monbeig destaca as mudanças na paisagem bem como o desenvolvimento da cidade de Presidente Prudente que se definia como pólo regional ampliando sua área de influência. Na sua “fala” a cidade, que aparece como o ícone do moderno, endossa as afirmações de Arruda (2000) de que as cidades simbolizam o progresso, em oposição ao atraso, representado pela natureza indomada dos sertões.

A primeira vez que atravessei a simpática cidade de Presidente Prudente foi no mês de julho de 1936, de trem [...] Era meramente uma estação. Tinha os trilhos da Sorocabana, alguma coisa que pretendia ser uma estrada, que não era pouco mais que uma picada melhorada. O homem era muito frágil nesse tempo. Entre 1936 e fim de 1946 tive outras oportunidades de visitar a Alta Sorocabana e voltar a Presidente Prudente.

Já todo o aspecto havia mudado. Nesse tempo o mais importante era o café. Ao lado do café já aparecia, o algodão, mas o café era o rei. Todo mundo pensava no café: o lavrador, o colono. A cidade tinha sua função no comercio do café, uma pequena atividade de serviços públicos e poucas profissões liberais.

Já havia uma modificação entre 36 e 46. Estou certo de que estive outra vez aqui há uns dois anos para uma reunião dos Geógrafos Brasileiros, estava apressado [...]

Hoje tenho a impressão que a cidade melhorou muito. É uma **verdadeira capital regional**. Deixou de ser uma das numerosas cidades do interior de São Paulo, mas francamente dinamizando-se. Ela está dinamizando não somente esta parte do Estado, não somente um bom trecho o norte do Paraná, como também atingindo sobre o Mato Grosso. Antigamente ninguém pensava que Presidente Prudente pudesse ser um elemento positivo para uma boa parte do Paraná’. (O Imparcial, 29/04/1975, p.1, grifo nosso)

As considerações que Monbeig faz sobre a cidade de Presidente Prudente, destacando seu desenvolvimento e a polarização que passa a exercer sobre a região e para além dela, conforme se observará nos capítulos seguintes, são recorrentes nos discursos do jornal e corroboram especialmente para o forjar da representação da região do devir.

Na entrevista, o jornal<sup>38</sup>, no ato de “sugerir” ao professor Monbeig que a prática humana de controle da natureza tenha sido predatória para o ambiente regional, encaminha a análise do entrevistado que, ao final, confirma a posição do jornal que, ao que tudo indica, defende que a transformação da natureza é um processo inevitável para o progresso, quando “sugere” a problemática. A necessidade do jornal em dar notoriedade à questão referente às ações de “transformação da natureza” oferece indícios de que isso já se tornava uma questão problemática.

**Foi-lhe sugerido que os pioneiros dessa região fizessem uma prática predatória do meio natural encontrado.** O prof. Monbeig rejeitou o conceito de pronto afirmando:

‘Eu não falei de uma destruição impiedosa, exclusivamente negativa do meio natural nesta região. Eu falei de transformação. Se o senhor vai em qualquer região da velha Europa, o sr. vai encontrar paisagens criadas pelo homem à partir da **natureza brutal**<sup>39</sup> exatamente como aqui. Mas isso não foi mal. Pelo contrário, foi um elemento positivo. Foi positivo na medida em que o homem é capaz de dirigir, de tomar posse dessa natureza. [...]

[...] quando o homem transforma a vegetação natural em campos cultivados, em lavoura de café, de algodão, de amendoim, de soja, de trigo etc. e em campos bem cultivados com gado também bem cuidado, então não há destruição absurda do meio natural. [...]

Um aspecto muito apaixonante dessa parte do Brasil, principalmente do interior de São Paulo, a que estamos assistindo aqui é a **domesticação** do meio natural pelo homem, da sua conquista, da sua transformação para o melhor bem-estar da população. É demagógico criticar, em qualquer ocasião e em qualquer lugar, essa intrusão de um grupo humano no meio natural.[...] (O Imparcial, 29/04/1975, p.1, grifo nosso)

Na entrevista, Monbeig sustenta a necessidade de avanço do progresso, progresso este cuja técnica já causava degradação dos solos, alterações climáticas, o assoreamento de rios, a destruição quase total da flora e fauna nativas, problemas já descritos e questionados por ele quando da publicação de sua tese.

A devastação acelerada das florestas sob um clima tão instável, não será capaz de alterar os regimes pluviométricos e termométricos? A convicção generalizada dos fazendeiros bastaria para persuadir-nos afirmativamente. [...]

[...] É chocante observar que, como as devastações florestais, uma região de clima subtropical está em vias de passar a ter um clima típico de sua latitude tropical. O pioneiro não estaria trabalhando contra si mesmo? (MONBEIG, 1984, p. 73)

---

<sup>38</sup> Na maior parte dos artigos, matérias e entrevistas levantados na pesquisa que embasa esta tese não consta sua autoria; desse modo, creditamo-la de maneira generalizada ao “jornal”.

<sup>39</sup> É interessante notar a transformação do discurso acadêmico nesse intervalo de pouco mais de 30 anos, a expressão “brutal”, por exemplo, utilizada para se referir à natureza ainda não explorada, não transformada pela técnica moderna, no discurso atual, sem dúvida, é utilizada muito mais para qualificar as ações humanas em relação à natureza.

A intervenção do homem modifica as condições da hidrologia e tem como resultado uma deterioração radical dos solos. Assim, tanto a terra roxa, que está no limite das características de um laterito, como os solos arenosos do Bauru superior, evoluem rapidamente e perigosamente. (MONBEIG, 1984, p.89)

A ação do homem é nociva aos solos, tanto pela eliminação da floresta como pelo emprego cada vez maior do arado. (MONBEIG, 1984, p.91)

Apreciando os trechos acima, extraídos de uma seção de capítulo dedicada a discutir “*as conseqüências da intervenção humana*” na zona pioneira paulista, seria de se estranhar as suas afirmações na entrevista para o jornal, que no mínimo pareceriam contraditórias. No entanto, há que se considerar o objetivo geral de sua tese, que era o de descrever e entender a importância da ação dos pioneiros e fazendeiros na ocupação dos territórios ainda desconhecidos do Estado de São Paulo e áreas circunvizinhas de outros estados. Analisado no contexto de construção do estado nacional moderno, quando a necessidade do avanço do progresso era a ideologia dominante (contexto em que a Geografia era um importante instrumento estratégico para o Estado), o discurso de Monbeig deixa de ser entendido como contraditório, mas adequado às necessidades e circunstâncias econômicas e políticas, revelando o pensamento científico-tecnista então predominante. Sem querer tomar partido ou furtar-nos das evidências da resposta dada por Monbeig ao jornal, há que se levar em conta que além do contexto descrito, sua situação de “entrevistado ilustre” coloca-o em situação embaraçosa; assim, não seria de se esperar que contradissesse diretamente a postura “progressista” do jornal. O jornal, já conhecedor e divulgador de suas teses<sup>40</sup>, ao “sugerir” a “prática predatória”, ao que nos parece, impele-o a responder o contrário.

Como se pôde observar, Monbeig (1984) não negligencia a problemática ambiental, trata-a com rigor científico, descrevendo e questionando os efeitos nocivos das

---

<sup>40</sup> Três anos antes, quando da realização do I Encontro Nacional de Geógrafos, que trataremos a seguir, o jornal anunciava a presença de Monbeig, “catedrático na Sourbonne que coincidentemente foi o primeiro geógrafo a elaborar um trabalho sobre o Oeste de São Paulo, com um estudo da colonização e do pioneirismo nesta região”. Nessa matéria, o jornal cita diretamente um trecho de sua tese de doutorado, onde se lê claramente sobre a degradação ambiental: “Pierre Monbeig escrevia sobre as regiões da Alta Sorocabana e Araraquarense: ‘Na situação atual, é difícil fazer previsões sobre essas duas regiões mas pode-se levantar hipótese sobre seu destino. É notável o contraste entre pequenos grupos de população centralizados, com fazendas e culturas que utilizam as terras mais férteis, e o oceano de invernadas que substitui o mar de café e o povoamento denso da agricultura. A criação de gado trouxe diminuição da densidade de população. A destruição da floresta, com a conseqüente lixiviação dos solos resultará na transformação completa do povoamento e da economia rural. O homem encontrou uma paisagem que ele destrói e, portanto, terá de adaptar-se às novas condições por ele criadas.’ ” ( *I Encontro Nacional de Geógrafos reúne 610 especialistas em Presidente Prudente*. OI. 02/07/1972, p1)

práticas de exploração da natureza, mas não contraria a lógica posta. Assim seu discurso de pessoa autorizada porque especialista, e porque cientista, sanciona o discurso velado do jornal. O discurso que traz a “transformação” da natureza como inevitável para o progresso, não se faz presente apenas nessa entrevista, está presente também em diversas passagens de “*Pioneiros e Fazendeiros...*”, o desmatamento provocado pela abertura das estradas de ferro ou de rodagem aparece quase como sinônimo de progresso, era um mal necessário (na verdade, um mal produtor de “bens”) para a ocupação e posse das terras.

Na Alta Sorocabana, os pioneiros deram prosseguimento à obra iniciada desde o fim da Primeira Guerra. Isso significa que eles avançaram tanto na direção do rio do Peixe, que foi atingido em quase todo o seu curso médio, como no rumo de Santo Anastácio e do Paranapanema. **Nessa área ainda há progressos a fazer**, mas já agora os derrubadores de matas e também as estradas penetram nessa última grande reserva florestal do Estado de São Paulo. Aí, os ataques também partem dos portos estabelecidos à margem do rio Paraná. (MONBEIG, 1984, p.206 – grifo nosso)

Pensamos que o discurso de Monbeig revela a tônica da ideologia desenvolvimentista predominante na década de 1970, que marca não só o seu discurso, mas o da história da Região da Alta Sorocabana que se produziu nesse período, e que permaneceria sustentando as estruturas políticas regionais até fins do século XX<sup>41</sup>. As práticas predatórias de transformação da natureza, que mais tarde resultariam em prejuízos ambientais com conseqüências adversas ao desenvolvimento econômico regional, estão claramente descritas na obra de Monbeig, mas ainda não eram objeto de preocupação e estudos.

Até a década de 1970, a relação do homem com o meio ambiente, assim como o processo irregular de ocupação de terras, foram temas tratados e denunciados por Monbeig (1984)<sup>42</sup>, Leite (1972)<sup>43</sup> e Abreu (1972)<sup>44</sup>, mas ainda não constituíam - pelo

---

<sup>41</sup> Ver mais a respeito em Dundes (1998).

<sup>42</sup> “Na linguagem popular, grileiro ou grilo é um fabricante, no mínimo, um falsificador de títulos de propriedade. Fato extremamente importante na região pioneira, onde era muito difícil encontrar o primeiro ocupante, saber se este ocupante adquiriu regularmente um título de propriedade” [...] (MONBEIG, 1984, p. 143) [...] “é preciso confessar que a Alta Sorocabana não tinha boa reputação. Ninguém ignorava que os títulos de propriedade eram mais duvidosos ali do que em qualquer outra região”. (Idem, p. 203)

<sup>43</sup> “Atualmente, a face botânica do Sudoeste Paulista apresenta apenas vestígios da antiga vegetação.[...]Por toda a região prudentina plantou-se o capim colômbio, forrageira preferida pelos criadores de gado de corte. As faixas de terrenos mais férteis foram aproveitadas para lavouras. A retirada da vegetação original [...] tem ocasionado o gradativo empobrecimento dos solos bem como sua degradação pela erosão mecânica conhecida como “vossoroca”. Nas áreas cujas matas foram derrubadas e, queimadas, em que as terras não foram aproveitadas para agricultura ou pecuária, cresce vegetação arbustiva, pobre, sendo raros os trechos em que há seu revigoramento. [...] A fauna, hoje também quase extinta, foi outrora rica e variada. [...]” (LEITE, 1972, p. 29)

menos entre os temas dos estudos da região, e os temas tratados pelo jornal- “questões” centrais, como a questão ambiental e os conflitos agrários.

Porém, pouco menos de uma década depois, Leite (1998) defenderia sua tese de livre docência enfocando na história do Pontal do Paranapanema<sup>45</sup>, sub-região da Alta Sorocabana, não apenas a forma ilícita como a maioria das suas terras teriam sido apropriadas (grilagem de terras devolutas), mas especialmente as práticas predatórias de exploração da natureza que desrespeitaram inclusive as áreas de reservas de florestas que ainda restavam. Em 1983, o jornal publica um artigo de José Ferrari Leite<sup>46</sup>, no qual descreve as situações críticas das áreas de reserva e onde faz sugestões ao Estado para solucionar as questões fundiárias em ambientais do Pontal do Paranapanema; mas essas não eram ainda temáticas debatidas pelo próprio jornal, tanto que a matéria aparece com devido destaque, mas em um box, como se delimitasse a opinião de outrem.

Ainda que esses temas e questões tenham sido tratados com relevância de detalhes, de maneira geral, até a década de 1970, nas obras produzidas sobre a região e no jornal, sobressai nos discursos um conjunto de elementos que vão corroborar no forjar de uma representação positiva, otimista, da **Região da Alta Sorocabana** como a *região do devir*, a região próspera em possibilidades, a região do vir a ser.

É claro que esse não é um traço exclusivo dessa região. A maioria dos discursos que contam a história dos lugares, das cidades, de outras regiões e dos países são marcados por um tom ufanista, mas de modo algum podemos negligenciá-los para perceber o movimento, a transformação das representações sociais sobre a região.

O discurso dos pesquisadores, apesar de científico, não está isento desse tom discursivo entusiasta; ao contrário, fomentam, ainda que sem a intenção, o forjar de uma representação de região. Uma prova disso são as expressões e verbos que valorizam as ações que permitiram a chegada e garantiram a manutenção dos pioneiros que se

---

<sup>44</sup> “Aproveitando a confusão e as dificuldades nas legitimações começaram a aparecer naqueles últimos anos do Império, no Sertão do Paranapanema, os grileiros. Eles não tinham a intenção de ocupar e explorar a terra, mas apenas de especular com ela.” (ABREU, 1972, p. 27)

<sup>45</sup> Leite (1998), à época em que defende sua tese, 1981, descrevia e localizava o Pontal do Paranapanema da seguinte maneira: “A área do território paulista denominada de Pontal do Paranapanema situa-se no extremo sudoeste do estado no triângulo formado pelos rios Paraná e Paranapanema. Um pouco incógnito no mapa do Brasil e desconhecido mesmo por muitos paulistas. Sua extensão, para efeito do presente trabalho, não ultrapassará os 6 mil km<sup>2</sup>, envolvendo os atuais municípios de Marabá Paulista, Presidente Epitácio e Teodoro Sampaio cujas superfícies correspondem a 2,36% do Estado de São Paulo.”(p.15) Conforme voltaremos a discutir mais adiante, os limites e representações do Pontal do Paranapanema vão ganhar novos contornos especialmente a partir de meados da década 1990, quando se evidencia como uma das principais regiões de conflitos fundiários no Brasil, área de luta do movimento de famílias organizadas no Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST. A notoriedade dos conflitos adquire dimensão tamanha que chega a identificar a antiga Região da Alta Sorocabana como Região do Pontal.

<sup>46</sup> LEITE, José Ferrari. *A reserva ecológica do Morro do Diabo*. O I. 22/04/1983, p7.

“**aventuravam**” nas novas terras, e que dão o tom heróico e ufanista à narrativa da história regional: as “**façanhas**” e “a **conquista** dos espigões do planalto ocidental” empreendidas pelos “**pioneiros**”; o “**domínio**” das terras despovoadas, marcado pelo desafio de adentrá-las; “o **rasgar** estradas”, “**implantar** ferrovias”, “**fundar** povoados” etc.

É um discurso envolto pelo “glamour” da conquista, que no imaginário comum adquiriu uma aura heróica, mas que foi, na verdade, marcado por excessos, denunciados por esses mesmos autores. Um exemplo disso foi o contato dos pioneiros com os índios, aqueles que, segundo Monbeig (1984) foram os verdadeiros pioneiros dessas terras; outro exemplo além daquele da exploração predatória da fauna e flora.

“Foram quase sempre sangrentos os contatos entre os índios e pioneiros” (MONBEIG, 1984, p. 130). O “*espaventar da indiada*” (LEITE, 1972, p), que havia sido iniciado pelas bandeiras, nada teve de pacífico; as invasões das terras indígenas, provocaram reações violentas de ambas as partes e o desfecho foi aquele que há tempos se tem conhecimento, a dizimação de tribos e povos.

Tornou-se mais áspera a luta, mais ou menos por toda parte, entre 1890 e 1900, no momento em que se acentuou o ímpeto colonizador. Foi a época dos mais famosos bugreiros e das dadas mais sangrentas. O empreendimento da construção da estrada de ferro Bauru-Mato Grosso assinala o declínio definitivo dos índios. Primeiro, porque dentre eles morreu um número grande, seja nas matanças, seja nas epidemias contraídas no contato com os brancos, e também voluntariamente disseminadas. Mas principalmente porque, ao início das viagens ferroviárias, seguiu-se um afluxo considerável de pioneiros que dispersaram. A superioridade numérica dos colonizadores aniquilou o pequeno grupo indígena. (MONBEIG, 1984, p. 132)

Monbeig (1984) afirma que a existência do indígena na região só não caiu no total esquecimento, porque a toponímia regional ainda guarda alguma referência aos seus primeiros habitantes conhecidos.

Do discurso científico, que ora enaltece ora denuncia as conseqüências do “desbravamento”, o que se depreende é que já nos primórdios da ocupação e domínio das “terras desconhecidas do oeste” há o forjar de representações espaciais<sup>47</sup> aparentemente antagônicas, pois no nosso entender, a representação do “sertão incivilizado”, a “terra do atraso” continha já em si a representação da terra das possibilidades de riqueza rápida. É nesse processo de domínio da natureza, de colonização e ocupação, que simbolizavam, ao final, o avanço do progresso, que identificamos a origem da representação da região como

---

<sup>47</sup> Espaciais porque nas primeiras décadas de ocupação do oeste paulista ainda não se caracterizava uma regionalização como a que se reconhece hoje, tanto que nas obras de Monbeig (1984), Leite (1972) e Abreu (1972), predominam as expressões “zonas”, “faixas” e “franjas” sobre “região”.

a *região do devir*, a região rica em possibilidades, que perdurará nos discursos sobre a região por muitas décadas até começar a ser ofuscada por um discurso que se ampara nas suas fragilidades econômicas, políticas e sociais.

O que estamos chamando de “terra” (terra do atraso, terra das possibilidades, na mesma imprecisão e abstração de “sertão” que está em toda parte), não se refere aos solos alardeados como férteis; essas “terras desconhecidas” já delineavam as primeiras fronteiras da região; “as terras” são, na verdade, o lugar que se transmutava de “desconhecido” para categoria de área *régis* (sob domínio e posse) quando passa a ser conhecida, colonizada e ocupada. Já era, portanto, o embrião da região que, posteriormente, com a marcha do “progresso” trazido nos trilhos das ferrovias, daria ao “Oeste” às divisões regionais como as conhecemos hoje.

Porém, a revisão da literatura nos fez refletir que talvez esteja nessa idéia de atraso, na representação de arcaísmo das terras sertanejas de que fala Arruda (2000), o embrião de outra representação que identificamos como a *região do atraso* e que, a princípio, parecia-nos ter origem posterior à da representação da região do devir.

Na primeira leitura dos discursos, pensávamos que a representação da *região do atraso* tivesse surgido apenas nas últimas décadas do século XX, a partir de 1990, quando se percebe a proeminência de um discurso que toma como bandeira as reivindicações e denúncias das causas do “atraso” regional, mas reconsiderando a literatura e os discursos dessas obras que ora analisamos, vemos que, na verdade, o surgimento dessa representação acontece paralelamente ao surgimento da região do devir. A região do atraso, simbolicamente continha em si a simbologia do vir a ser, a simbologia do progresso.

É claro que hoje os argumentos e os elementos simbólicos dessa representação “negativa” já não são os mesmos, já não é mais o sertão, com suas matas e seus índios, que ameaça o progresso; talvez a localização e precariedade dos meios de transporte ainda sirvam de justificativa, mas o caso é que a representação da região do atraso se sobressai no discurso atual.

O fato dessa representação ser hoje predominante nos discursos não significa, porém, o desaparecimento da *região do devir*; ao contrário, ambas representações formam um par dialético. Uma não existe sem a outra porque são opostos que se complementam. E é pelo fato de uma não existir sem a outra que elas surgem mais ou menos no mesmo período, ou seja, no auge do processo de colonização do Oeste, e no seio das narrativas sobre a epopéia da conquista.

Por vezes, uma ou outra representação da região (do devir e do atraso) “oculta-se” nas entrelinhas dos discursos, mas há momentos e contextos em que ressurge nos discursos, resgatada do imaginário social, do modo como mais é conveniente para o momento, podendo então a região ser acionada a partir dos seus atributos positivos ou das suas fragilidades.

Conforme demonstraremos nos capítulos que se seguem, a maneira como a região é enunciada revela o seu significado para além do espaço de convivência, mas também como espaço de conveniência, porque, nas relações de poder mostra-se como trunfo político. Mas antes disso, continuaremos a investigar no discurso científico as origens mais remotas da constituição dos ícones dessas representações regionais.

### **2.2.2 A ferrovia e a cidade**

Na história da região, apreendida nas obras analisadas nesta tese bem como nos discursos do jornal, identificam-se alguns elementos fundamentais no processo de construção de suas representações: *região do devir* e *região do atraso*, a ponto de alguns deles se transformarem em ícones regionais.

Entre esses elementos embrionários na “construção” das representações da região figuram a ferrovia e as cidades, ainda que um deles, a ferrovia, já há muito se faça ausente, ou tenha perdido a importância que teve no passado, mas ainda se faz presente seja nos discursos de reivindicações regionais, seja na memória local, como lembrança de um “passado pujante”.

Um outro elemento importante nos discursos que enunciam a região, conforme já demonstramos, e que está diretamente ligado aos outros dois, é a sua própria natureza, especialmente sua localização geográfica, que é enunciada de duas formas, uma delas como vantajosa (terras férteis porque ainda virgens, clima, relevo):

Se é verdade que faltaram riquezas no subsolo deste Sudoeste do Planalto Paulista, que atraíssem o interesse dos bandeirantes para a região nos séculos anteriores, é lícito reconhecer que o interesse tardio despertado para o antigo Vale do Paranapanema foi-lhe, até certo ponto, benéfico. A topografia simples, as boas qualidades, de modo geral, dos solos, o clima sem excessos pluviais e térmicos, bem como o revestimento vegetal uniforme, tornaram-se fáceis a penetração, o povoamento e a fixação do homem. (LEITE, 1972, p. 30)



e a outra como desvantajosa, como a sua localização distante das áreas consumidoras e exportadoras de café, por exemplo:

Se os fazendeiros de Araraquara, Ribeirão Preto e Jaú manifestaram pouco interesse pela Alta Sorocabana, foi por outros motivos. Antes de mais nada, pela distância, uma vez que, pela Paulista, que desfrutava de excelente renome, era fácil transferir-se dos municípios da terra roxa para os espigões de Rio Preto ou da Noroeste. Sabia-se também que as estradas de ferro articuladas com a Paulista estavam em condições de assegurar, bem ou mal, um tráfego sempre crescente. Mas na área de Presidente Prudente a situação era diferente: as distâncias eram maiores e a Sorocabana [estrada de ferro], propriedade do Governo do Estado, não gozava de grande prestígio entre os usuários. (MONBEIG, 1984, p.202)

A distância dos grandes centros comerciais, especialmente no início de sua ocupação, colocava-se como um obstáculo significativo, daí a importância das ferrovias e das estradas de rodagem, que desde então tem sido foco de reivindicações regionais. Assim, no discurso autorizado, a história da conquista do Oeste é marcada pelo desafio de apropriação da natureza indomada e pela necessidade de impulsionar o progresso a partir da tecnologia. Para a natureza selvagem dos sertões paulistas, para as grandes distâncias, as ferrovias representavam o moderno.

Diferente da região do Vale do Paraíba e das regiões mais próximas da capital paulista, para a região do Vale do Paranapanema antes do café veio a ferrovia. Foram seus trilhos que semearam na região as primeiras mudas de café, que experimentariam curto período de prosperidade dada a crise do café na década de 1930, momento em que os cafezais do Paranapanema alcançavam maior produtividade.

Depois da penetração pioneira dos mineiros, o Sertão do Paranapanema foi procurado pelos plantadores de café, sequiosos de terras de cultura para o plantio da árvore milionária. Beneficiada pela situação favorável do após guerra [1ª Guerra Mundial], a região do Paranapanema foi, então, realmente aberta. O povoamento contou com as vantagens oferecidas pelo transporte ferroviário prestado pela Estrada de Ferro Sorocabana. (ABREU, 1972, p.38)

[...] a ferrovia foi a melhor maneira para os negociantes de terras levarem seus compradores em potencial a conhecerem as glebas; favoreceu a penetração, os loteamentos, a ocupação o aproveitamento do solo. Ao longo das ferrovias multiplicaram-se os núcleos urbanos. [...] Sem a ferrovia, não teriam entrado tantos compradores, colonos em busca de fortuna, aventureiros de toda a espécie. (ABREU, 1972, p. 38)

Não há dúvida, porém, que o café foi o responsável direto pelo povoamento da Alta Sorocabana [...]. Há que se fazer um único esclarecimento: enquanto que as zonas mais velhas de café eram

procuradas pelas ferrovias, na zona pioneira do Sudoeste o café apenas estabeleceu-se após a implantação dos trilhos. (LEITE, 1972, p. 71)

A Estrada de Ferro Sorocabana, dada a sua importância no processo de formação regional, tornou-se um de seus ícones, tanto que, além de nomeá-la, possibilitou a colonização, a implantação das lavouras de café e o surgimento das cidades e amparou o intenso comércio agrícola no período de desenvolvimento da agricultura na região, especialmente na produção de algodão e do amendoim<sup>48</sup>. E, ainda que hoje tenha perdido sua função, restando apenas seus obsoletos trilhos e os edifícios das suas estações - que teimam em permanecer a despeito do desleixo com o patrimônio histórico - que pontilhavam cada cidade cortada pela estrada de ferro, não deixou de ser um elemento representativo da história regional e é hoje bandeira de luta em prol do desenvolvimento regional<sup>49</sup>; é, portanto, um importante patrimônio de sua história. Além disso, foi responsável pelo surgimento do “rosário de cidades” ao longo de seu percurso na região e entre elas a cidade de Presidente Prudente:

Cumprindo um programa estratégico do Governo brasileiro, de ordem política e militar, no sentido de tornar-se mais acessível o oeste aos centros litorâneos, a Estrada de Ferro Sorocabana, antecedendo o café, cortou os sertões do Sudoeste em busca do Rio Paraná. Em 1917 atingiu o espigão, na altura das nascentes do Ribeirão Santo Anastácio, onde florescia um jovem patrimônio conhecido por uns como Patrimônio do Veado e, mais comumente, por Vila Goulart. (LEITE, 1972, p 119)

Em um capítulo dedicado à análise de como os mapas e as ferrovias participaram do processo civilizatório dos sertões, Arruda (2000) destaca o papel das ferrovias na ocupação e posse das áreas ainda “incivilizadas” do território nacional. Segundo ele, a preocupação com a utilização dos recursos naturais e com a população nacional remonta o período imperial, mas são retomadas com maior intensidade no período que ele chama de “estado nacional moderno”. Para “civilizar” as terras despovoadas do

---

<sup>48</sup> Logo após a decadência do café, na década de 1930, a economia da região volta-se para a produção policultora, tornando, entre 1948 e 1960, uma das áreas de maior produção de algodão do Estado de São Paulo. No período compreendido entre 1930 até fins da 2ª Guerra Mundial, instalaram-se na região, ao longo da ferrovia Sorocabana, importantes empresas beneficiadoras de algodão, como Matarazzo, Anderson Clayton, Continental Gin Co., Mac Faden, Lótus, Sanbra, Braswey etc. Na década de 1960, a produção do algodão na região sofre forte queda, desencadeando o fechamento ou transferências de diversas dessas empresas beneficiadoras. Entre os diferentes fatores da decadência do algodão, que posteriormente seria substituído pelo cultivo do amendoim, figuram o enfraquecimento dos solos; as pragas que afetavam os algodoeiros e encareciam os custos de produção com inseticidas; a diminuição da demanda internacional com o fim da 2ª Guerra Mundial; elevação dos preços da terra devido à produção da pecuária que começa a se expandir a partir de então. (LEITE, 1972)

<sup>49</sup> Conforme discutiremos mais à frente, a Ferrovia Sorocabana, que foi privatizada e desativada é uma das causas que mobiliza a organização política em favor do desenvolvimento regional. Para saber mais ver Santos (2005).

sertão era necessário integrá-las ao restante do território “moderno” representado pelas cidades, e para tanto, os mecanismos utilizados foram as “ferrovias, estradas, telégrafos, mapeamentos, urbanização, civilização, modernização” [...] (ARRUDA, 2000, p.99)

[...] as ferrovias tornaram-se, já no século XIX, um dos fenômenos mais visíveis da relação entre ciência e técnica e um símbolo do “progresso”. Como símbolo de uma era e de um modo de ver o mundo, as ferrovias tornaram-se parâmetros de medição do estágio de desenvolvimento dos países e regiões. A chegada das pontas dos trilhos a algum lugar até então considerado “remoto”, dava ocasião a discursos esperançosos acerca de uma era de bonança e de progresso que certamente se prenunciava. (ARRUDA, 2000, p.110)

A ferrovia não só nomeou (como fizeram outras ferrovias como a Araraquarense, a Mogiana, entre outras) e possibilitou a constituição da Região da Alta Sorocabana como também teria essa mesma simbologia descrita por Arruda (2000), e expressa nos mais diversos discursos sobre a região. “Ela foi marcante para **o progresso da região**. E no caso particular de Presidente Prudente, o aparecimento e desenvolvimento da cidade ligaram-se estreitamente à Estrada de Ferro Sorocabana”. (ABREU, 1972, p.38, grifo nosso)

Arruda (2000) não se limita a assinalar a importância das ferrovias para a constituição das representações espaciais do país; elas denominavam os novos espaços ocupados, mas principalmente provocaram transformações efetivas nessas áreas e na cultura e hábitos de seus moradores. Era a ferrovia que “[...] partindo da cidade, local de modernidade, atingia as regiões ‘abandonadas’ levando as boas novas da técnica e do progresso; na volta dos trens, os engenheiros traziam as notícias daquelas regiões ‘atrasadas’ e de seu povo ‘caipira’ ”. (ARRUDA, 2000, p. 110)

Conforme já destacamos, o referido autor analisa a constituição do imaginário sobre os sertões e as cidades, a partir da memória social, e muito embora o alvo da nossa pesquisa privilegie o discurso e as representações sociais e não a memória, é importante destacar que se consideramos que o discurso se constrói a partir do princípio do dialogismo, da intertextualidade e da polifonia; se o discurso é constituído por textos que contêm em si o diálogo com outros textos; se a ele é imanente vozes que contêm outras vozes, claro está que a memória é um elemento constituinte fundamental do discurso e das representações. Sobre a memória e sua relação com as representações Lefebvre (1983) afirma:

El recuerdo difere de la representación por una cualidad, la de la vivencia. Mientras hay recuerdo, el pasado se enlaza con lo actual y conserva la vivacidad cambiante del presente; lo cual no significa de una *presencia*, sino de una *presencia en la presencia*. En cuanto es

representado, el pasado se fija y muere tanto en la historia como en la memoria subjetiva. Además, resulta frecuente que el presente o sea lo actual represente a través del pasado, por un recuerdo. (LEFEBVRE, 1983, p.63)

É possível, então, estabelecer um diálogo com Arruda (2002) porque, quando analisa a constituição das imagens de sertão, trabalha a partir da memória social e, ao resgatar as memórias a respeito do que eram os sertões e as cidades do passado, com sua própria experiência de vida, a esse respeito afirma que “[...] a experiência de vida não se limita a uma particularidade pessoal, mas envolve e é parte de um processo partilhado por toda a sociedade brasileira contemporânea, que foi a urbanização, ou em outras palavras, o surgimento das ‘cidades e sertões’ ”. Para ele a memória “[...] não se resume em um conjunto de lembranças sobre determinado fato ou espaço, mas constitui-se mesmo num processo de luta em torno do que deve ou será guardado” (p.41). Trata-se de um conceito importante porque permite analisar as representações produzidas através da experiência concreta, mas também a partir de desejos existentes e/ou igualmente construídos sobre um determinado espaço geográfico. Entendido dessa maneira, ganha relevância ainda maior na análise que relaciona memória coletiva e poder.

É importante ressaltar que embora o resgate do discurso do jornal sobre a região nos permita reconstruir parte de sua história, discursos esses que são impregnados de memória e ao mesmo tempo são veículos de acionamento da memória e fomentadores de representações sociais sobre a região, não temos a pretensão de aprofundar nossas reflexões teóricas sobre o conceito de memória. Nessa perspectiva, o que nos leva a ter identificação com o estudo de Arruda é a abordagem que realiza a partir da qual relaciona o discurso científico na constituição do imaginário a respeito dos sertões e das cidades. Desse modo, procuramos apresentar os primeiros discursos acadêmicos que se constroem sobre a região para demonstrar sua influência sobre o discurso comum expresso no jornal e que, ao final, contribui para a construção de representações regionais.

O discurso científico produzido sobre a região, assim como os documentos investigados por Arruda extrapolam os muros da academia e se fazem perceber nos discursos de políticos, empresários e lideranças em geral, veiculados pela imprensa<sup>50</sup>, e ainda que indiretamente participam da memória construída coletivamente. A respeito da relação entre poder e memória afirma: “É possível apontar uma forma de memória construída pelo poder, entendido em sentido amplo, aquela escrita e divulgada pelos

---

<sup>50</sup> Referimo-nos especificamente ao jornal O Imparcial no qual efetuamos os levantamentos dos discursos.

organismos estatais ou pela imprensa, através dos mapas, relatórios e descrições das expedições de mapeamentos realizados no início do século”. (ARRUDA, 2000, p.42)

O discurso acadêmico por mais que tenha a intenção de desvelar as construções ideológicas, estabelece com os demais discursos, especialmente com o discurso do senso comum, uma relação de poder; tem a propriedade de dizer a “verdade” e corrobora (ainda que à revelia) na elaboração das representações regionais que identificamos nos discursos analisados.

Assim não se pode negligenciar a importância do discurso científico, por mais que esse possa parecer cerrado em si, na constituição de um dos símbolos regionais, como a ferrovia. Na região, assim como no restante do país, a ferrovia também se tornou símbolo de progresso e hoje é parte de sua memória. Entendemos que as obras de Monbeig (1984), Leite (1972 e 1981) e Abreu (1972), como não poderiam deixar de ser, ao assinalarem, registrarem e, de certo modo, perpetuarem na história regional a importância da ferrovia para a sua formação, corroboram para forjar um ícone regional.

A capa<sup>51</sup> do livro “Formação histórica de uma cidade Pioneira Paulista: Presidente Prudente” de Abreu (1972), edição de sua tese de doutorado, é um exemplo da importância da ferrovia e da cidade como ícones regionais.

Figura 6 – Capa do livro de Abreu (1972)



<sup>51</sup> Elaborada por Cirton Genaro.

Conforme se observa na Figura 6, apresenta entre linhas retas e cores básicas (que lhe dão um ar de modernidade), no retângulo branco, a cidade, margeada pela ferrovia cuja locomotiva encontra-se no horizonte, vindo em direção à cidade. É uma ilustração que sintetiza a idéia de que a cidade e a ferrovia constituem-se em símbolos do moderno e do desenvolvido.

A estrada de Ferro Sorocabana, ícone regional, que outrora tivera tamanha relevância econômica, hoje aparece como registro de um passado ilustrado como de prosperidade, em oposição ao presente de anunciada decadência econômica.

[a cidade de Presidente Prudente] Estando muito bem localizada, constitui um corredor natural de exportação tanto para Santos como para a Bolívia e Paraguai.

Está ligada por ferrovias, rodovias e hidrovias a todo o Estado de São Paulo. A capital do Estado, Prudente liga-se por via férrea – Fepasa – em 738 km; pela rodovia Raposo Tavares (565 km) e por via aérea, com vôos diários pela Transportes Aéreos Marília.

Presidente Prudente, cuja influência transcendeu desde o início os limites do município em virtude de sua posição avançada na Alta Sorocabana, e tendo uma situação geográfica favorável para as comunicações, destaca-se ainda por inúmeras atividades e iniciativas de ordem cultural, educativa e assistencial. (O Imparcial, 14/09/1978, p.2<sup>52</sup>)

Foi responsável pela ocupação das terras, pelo surgimento das cidades e pela introdução do café, após sua decadência, possibilitou o comércio do algodão e do amendoim, semeando ao longo do seu percurso empresas beneficiadoras (como a Matarazzo, Anderson Clayton, Continental Gin Co, Sanbra, entre outras). Atualmente, privatizada e praticamente desativada, mobiliza articulações e organização em favor de projetos de desenvolvimento regional por meio da reativação da ferrovia.

A ferrovia Sorocabana conforme Santos (2005, p.185-6), em 1971 passou a pertencer à FEPASA - Ferrovia Paulista S/A; em 1997, a FEPASA foi repassada à Rede Ferroviária Federal – RFFSA; em 1998, através do Plano Nacional de Desestatização, é privatizada pelo BNDES e a RFFSA que repassam a concessão de exploração das ferrovias paulistas. Assim, o trecho da ferrovia que vai de Presidente Epitácio a Perequê foi privatizado pela FERROBAN - Ferrovias Bandeirantes S/A. Mas em 2000 a Ferrobán realiza a cisão de sua malha e concede o trecho Presidente Epitácio-Rubião Júnior para outra empresa, América Latina Logística S/A – ALL.

---

<sup>52</sup> *A geografia ajuda Prudente a aumentar o seu desenvolvimento.* O Imparcial. 14/09/1978, p. 1 e 2.

É a partir de 2001 que a “região” começa a denunciar o sucateamento e a desativação dos serviços nesse trecho, e a se mobilizar para reivindicar a recuperação e aproveitamento da ferrovia que encontrava-se sem condições de uso.

De acordo com Santos (2005, p. 186) em 2001 o “[...] Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona da Sorocabana faz denuncia ao Ministério Público Federal em Presidente Prudente, alertando que a ALL estava retirando os trilhos originais entre Presidente Prudente e Álvares Machado, substituindo-os por outros já sucateados [...]”. Em 2002, novas irregularidades são investigadas a ponto de ser instaurado um Processo Administrativo contra a concessionária (ALL), o qual constata a paralisação total das operações de trens no trecho. Nessa ocasião, o jornal O Imparcial se manifestava em favor dos interesses regionais em um de seus editoriais, criticando a posição da ALL, que segundo o jornal poderia prejudicar o desenvolvimento econômico da região:

Mesmo diante da declaração de sua assessoria de que retomará as atividades da ferrovia que corta o oeste paulista, no trecho entre Presidente Prudente e Presidente Epitácio, “com a demanda abaixo do ideal só para atender aos pedidos da região”, a América Latina Logística (ALL) não está fazendo nenhuma caridade.

A empresa só anunciou a decisão porque se viu ameaçada, depois que o Ministério Público Federal chegou a sugerir ao Ministério dos Transportes o fim da concessão da ALL.

[...]Graças ao trabalho firme da Procuradoria da República, a empresa – na verdade é uma concessionária de um serviço público – dá mostras de que se rende, deixando de, indevidamente, ignorar a região. Num momento como o atual, em que o oeste paulista discute alternativas viáveis para a retomada do seu desenvolvimento, a ferrovia torna-se mais que necessária; ele é fundamental. (Editorial, OI, 06/07/2002, p3 A<sup>53</sup>)

A mobilização mais efetiva em torno da reativação da ferrovia, começa em 2003 e é encabeçada pelo Sindicato dos Trabalhadores Ferroviários e pela ONG Proderpp – Núcleo de Desenvolvimento da Região de Presidente Prudente, que passa a articular-se com uma série de entidades regionais.<sup>54</sup>

São constantes no período investigado (1970-2006), e poderíamos afirmar que ao longo da história da região, as reivindicações de construção, ampliação e melhoria no sistema de transporte e de logística, referentes a ferrovia e especialmente em relação às rodovias<sup>55</sup>. Os problemas em relação ao funcionamento da ferrovia já eram sentidos na

---

<sup>53</sup> (Editorial) *A ALL não está fazendo nenhuma caridade ao retomar a ferrovia na região de Prudente*. OI, 06/07/02, p3. A)

<sup>54</sup> Ver detalhes em Santos (2005, p.187)

<sup>55</sup> A região de Presidente Prudente está em completo abandono pelo DER. OI. 14/07/70, p3.

década na década de 1970; comparecem nos editoriais e artigos do jornal O Imparcial (na Figura 6, observa o destaque dado às notícias sobre a ferrovia). Em 1976, por exemplo, Benedito de Oliveira, um dos articulistas do jornal, escrevia sobre o anúncio de fechamento de estações ferroviárias da Sorocabana pela FEPASA, que na ocasião alegava a baixa rentabilidade<sup>56</sup> da ferrovia como justificativa.

No artigo sob o título provocativo: “**Com o bico na água e morrendo de sede...**”, Benedito de Oliveira criticava a justificativa de falta de rentabilidade da ferrovia como causa dos fechamentos de estações; segundo ele era natural perder passageiros e cargas para as transportadoras rodoviárias, dadas as condições precárias dos serviços oferecidos:

[...] a Sorocabana parou no tempo, enquanto os meios de transporte rodoviário modernizaram-se crescendo no tempo e no espaço. **A orgulhosa Sorocabana que rasgou os sertões do Oeste e levantou cidades** ao longo de suas linhas hoje é apenas uma caricatura do que foi há uma geração atrás. Enquanto o trem japonês Tokyo-Osaka corre a 300 km e o francês Paris-Lion corre a 250 km horário, as composições da FEPASA andam a 40 km, velocidade menor do que de qualquer um dos velhos calhambeques ainda rodando pelas nossas estradas. A estrada entregou tudo de mão beijada às transportadoras. Não se modernizou [...] Era natural a defecção dos passageiros e da carga, pois, enquanto as transportadoras chegam tranquilamente em São Paulo, em oito horas de viagem cômoda, confortável, a FEPASA leva passageiros ao mesmo destino em dezoito horas de viagem sem conforto. Quanto as cargas, elas chegarão algum dia se os interessados não tiverem pressa. (OLIVEIRA, OI, 06/11/1976, p.3<sup>57</sup>)

Oliveira tece uma série de sugestões para a melhoria dos serviços da ferrovia, entre elas a retificação das linhas (que reduziria para 500 km os 700 km entre a região e capital); a eletrificação, substituindo o petróleo com preço elevado, no período, e o aumento da bitola das linhas, procedimentos que, segundo ele, permitiriam a diminuição dos custos e a melhoria dos serviços. Criticava o Estado por investir na construção de modernas rodovias e deixar de lado as ferrovias já existentes.

[...] o Estado não retifica, duplica, triplica e constrói outras estradas paralelas no sistema rodoviário, encontrando dinheiro para isso? **Se foi possível a Imigrantes no caminho do mar seria possível a Sorocabana no caminho do Oeste.** É apenas uma questão de boa vontade, ou de administração dinâmica.

---

<sup>56</sup> Em uma edição posterior à publicação desse artigo de Benedito de Oliveira, o então Presidente da FEPASA, o engenheiro Walter Bodini, defendia o fechamento de 118 estações em toda a malha ferroviária, o que atingiria a região do Pontal do Paranapanema, com a desativação de Estações no Ramal de Dourados. Quanto aos passageiros que ficariam sem o transporte ferroviário, e ainda não contavam com transporte rodoviário, o engenheiro afirmara na época: “*Sai mais barato para a Fepasa, para o Estado, enfim para todos, que os passageiros aluguem uma kombi*”. (Diretor da Fepasa justifica o fechamento das 118 estações. O Imparcial. 30/11/ 1976, p.1.)

<sup>57</sup> OLIVEIRA, Benedito de. *Com o bico na água e morrendo de sede...* O Imparcial. 06 de nov. 1976, p.3.



[...] Mas se isso não acontece e parece não irá jamais acontecer, pois a estrada é agora como o passarinho que está com o bico na água e morrendo de sede. (OLIVEIRA, OI, 06/11/1976, p.3)

Mais do que criticar o descuido com a ferrovia, insinua o abandono do “Oeste” (“*Se foi possível a Imigrantes no caminho do mar seria possível a Sorocabana no caminho do Oeste*”), por parte do Estado. De maneira geral, esse é um discurso comum e que se repete na história das reivindicações regionais; o atraso econômico, dentre outros fatores que trataremos nos capítulos seguintes, é atribuído ao “descaso do Estado” em relação à região. O Editorial, ainda que teça críticas que denotam a decadência da ferrovia, revela a importância econômica que a ferrovia tivera e seu valor simbólico na história regional e fazem lembrar a literatura existente sobre a região: “*A orgulhosa Sorocabana que rasgou os sertões do Oeste e levantou cidades*” (OLIVEIRA, OI, 06/11/1976, p3).

A ferrovia, conforme se observa, é pois um ícone regional que corrobora ao mesmo tempo para o forjar das duas representações de região: representou no passado (da chegada de seus trilhos à região, em 1917, até a década de 1970) a modernidade e o progresso, levando nos seus vagões a “pujança”, primeiro do café e depois do algodão e do amendoim; mas nas últimas quatro décadas, com o sucateamento e abandono, simboliza o inverso, reflete as transformações na economia, e a decadência da agricultura. Contudo, ainda assim é acionada nos discursos e traz à tona a memória dos tempos de riqueza agrícola. Nas reivindicações para a sua recuperação e reativação, lê-se que a representação da região do devir (Figura 7) está mais presente do que nunca (“presença na ausência”), é como se a recuperação da ferrovia pudesse resgatar os tempos áureos de prosperidade regional.

Figura 7. Notícia sobre transporte ferroviário regional



Fonte: Jornal O Imparcial, 15/12/1972, p1.

Em suma, os discursos que enunciam a ferrovia (as denúncias e reivindicações), além de revelarem seu valor simbólico, são um exemplo de como um mesmo ícone pode corroborar para a construção da representação da região do devir, mas também do atraso.

**Os transportes são o verdadeiro calcanhar-de-aquiles da região de Presidente Prudente.** É sabido que a infra-estrutura da malha regional é fundamental para uma retomada do desenvolvimento econômico, com o transporte de cargas e posicionamento estratégico para as empresas e indústrias. A retomada da ferrovia teria um papel importantíssimo nesse processo, como se espera a anos, recolocando a região nos trilhos do crescimento. (O Imparcial, 13/06/06, p3<sup>58</sup> - grifo nosso)

Conforme veremos no capítulo 3, essas reivindicações em relação ao sistema viário e logístico não se restringem à ferrovia; voltam-se especialmente sobre rodovias e tornam-se ainda mais freqüentes nos períodos de campanhas eleitorais de deputados e governadores; são, portanto, constantes, quase permanentes, na história da região e estão presentes nos discursos de todas as décadas analisadas, fato que parece demonstrar que a posição geográfica da região não é exatamente “favorável” ao seu desenvolvimento.

Os problemas em relação aos meios de transporte na Alta Sorocabana, registrados nos noticiários nas décadas pesquisadas evidenciam que os quase 600 km (560 km) que separam a sede da região da capital do Estado de São Paulo, bem como das demais capitais dos estados que a circundam, foram e são obstáculos não transpostos. Sua *posição geográfica* é, portanto, também um elemento que no discurso representa a região e a cidade de Presidente Prudente, e é acionado de duas maneiras: é ao mesmo tempo justificativa para as possibilidades de desenvolvimento e para o atraso econômico/cultural/tecnológico.

### *A cidade*

Mais um exemplo que favorece essa afirmativa é a localização geográfica da sede regional, a cidade de Presidente Prudente, que no discurso acadêmico comparece como um dos fatores, mas não o determinante, da função polarizadora na região:

Sem sombra de dúvida, Presidente Prudente é uma cidade que impressiona e surpreende no quadro urbano da Alta Sorocabana. [...]

---

<sup>58</sup> Editorial: “Transporte ferroviário realizado pela ALL na região de PP está aquém do esperado”. O Imparcial, 13/06/06, p.3.

A nosso ver não foi só um fator que fez da cidade de Presidente Prudente, a cidade líder da Alta Sorocabana. Foi isto sim, um conjunto de fatores físicos, históricos e econômicos. **Estes, mais que aquele.** Contudo, a **posição geográfica privilegiada**, facilmente observada num mapa do Estado de São Paulo, em situação estratégica no sudoeste, lhe confere a proximidade com os Estados do Paraná (80 km) e com o Mato Grosso (90 km). Tal condição garantiu a presença comercial de Presidente Prudente, a partir das décadas de 30 e 40, no Norte Novo do Paraná, e posteriormente, nas frentes pioneiras do sul matogrossense. (LEITE, 1972, p.153)

Leite (1972, p.154)) enumera os fatores históricos e econômicos que segundo ele, justificam a polarização exercida por Presidente Prudente. Logo em 1917, serviu de atrativo e ponto de fixação para os colonos compradores de terra. Os coronéis pioneiros, líderes de duas importantes companhias de colonização, encarregaram-se desde o começo de criar a infra-estrutura básica para a venda das terras no sertão recém aberto. Além, disso Presidente Prudente foi o primeiro município e primeira comarca da Alta Sorocabana. Na década de 1970, segundo Leite (1972), do seu território já haviam sido desmembrados 24 dos municípios que compunham a região na época.

Além da “*posição estratégica*”, cita outros fatores que proporcionaram ao município, e a sua sede, manter a “primazia” da produção cafeeira, seguida pela produção do algodão e amendoim, ocupando sempre um papel “definidor da economia regional”.

Outrossim, seja pela **posição estratégica** que ocupa no vértice do Planalto Sul-Occidental do Estado, seja pelo reconhecimento do papel que sempre representou na economia regional, inúmeros órgãos da administração estadual e federal, foram aqui instalados. Igualmente muitas casas comerciais paulistas montaram em Presidente Prudente, suas filiais, ocorrendo o mesmo com algumas indústrias, que a escolheram como centro distribuidor dos seus produtos, como cigarros, artigos dentários, derivados do petróleo, as agências de automóveis e caminhões, os produtos químicos, e farmacêuticos, material para construções, bebidas, etc. (LEITE, 1972, p. 153, grifo nosso)

Para o jornal O Imparcial, contudo, a função polarizadora da cidade parece ser entendida como resultado de sua natureza, como consequência “natural” de sua localização geográfica.

Ainda que as obras de Leite (1972), bem como a de Abreu (1972), apresentem as justificativas históricas e econômicas para a condição polarizadora da cidade, no discurso comum, essa condição é “naturalizada”, ou seja, as representações sobre a cidade sustentam-se sobre um determinismo geográfico como se a natureza impusesse um “destino” de desenvolvimento e riqueza à cidade e a região.

A matéria de primeira página de O Imparcial de 08 de outubro de 1972, (Cf. Figura 8), “*Prudente caminha para seu grande destino*”, além de revelar como o discurso acadêmico é apropriado pelo discurso jornalístico, o que na maioria das vezes ocorre de maneira distorcida, manipulada ou diluída e agregada a outros discursos políticos hegemônicos, demonstra essa naturalização a que nos referimos.

Figura 8 – Prudente caminha para seu grande destino -1972



Fonte: O Imparcial. 08 de out de 1972, p.1.

Já pelo título de primeira página (manchete) percebe-se o conteúdo e a intenção da matéria que é a de enaltecer o desenvolvimento de Presidente Prudente como pólo da região; a palavra “*destino*”, porém, naturaliza a sua condição de pólo dada a sua “*localização geográfica privilegiada*”. A forma como a cidade aparece no discurso fortalece a idéia de que a região está “*naturalmente*” destinada ao desenvolvimento. Coloca-se, portanto, como mais um ícone que corrobora para a construção da representação da região do devir.

A obra de Leite (1972), destacada nessa matéria do jornal (OI) como tese de doutoramento, portanto, derivada de estudos autorizados a analisar a cidade e a região com a isenção da ciência, apresenta os fatores históricos e econômicos, mencionados acima, como justificativa da polarização exercida pela cidade na Região da Alta Sorocabana, na

da Alta Paulista e nas regiões limítrofes dos estados do Paraná e Mato Grosso. Em um de seus capítulos destinado à análise do desenvolvimento industrial da cidade, Leite (1972) fala sobre a fragilidade desse setor; entretanto, no referido texto do jornal, o que se vê é que os dados, que em tese seriam negativos, são apresentados de maneira otimista (“*O crescimento do número das pequenas indústrias [...] se não é ideal [...] é bastante animador*”) e de modo a promover as possibilidades de desenvolvimento e econômico da cidade:

O crescimento do número das pequenas indústrias em Presidente Prudente nos últimos 20 anos se não é ideal, conforme assinalou recentemente o prof José Ferrari Leite, ao defender sua tese de doutorado na Faculdade de Filosofia local, é bastante animador. Assim é que dos 74 estabelecimentos industriais existentes em 1949, a cidade passou a contar com 320 em 1967. (O Imparcial, 08/10/1972, p.1<sup>59</sup>)

Embora, no corpo do texto, apresente as justificativas de Leite (1972), o título da matéria notoriamente naturaliza a sua condição de pólo regional da cidade. Outro detalhe importante a ser destacado é a forma como o jornal (a matéria não é assinada) se refere e define a área polarizada como “*uma vasta região do Brasil Central*”; por ser tão genérica, termina por ampliar os limites regionais, que conforme se observará doravante, são limites voláteis, ora diminuindo ora extrapolando inclusive as fronteiras da 10ª Região Administrativa; no trecho que segue, observa-se que logo depois de dizer que Presidente Prudente polariza uma vasta área do Brasil Central, o autor redefine sua área de influência: “*Ocupa Presidente Prudente, na Alta Sorocabana um papel definidor da economia regional*”:

Presidente Prudente, no extremo oeste do Estado, nasceu marcada por um destino, o de **polarizar uma vasta região do Brasil Central**, implantando-se como um autêntico entreposto comercial para servir os Estados limítrofes a São Paulo. É essa posição estratégica que lhe tem garantido sobrepujar as crises porque tem passado a economia do Brasil e adaptar-se sem grandes problemas a nova realidade da conjuntura econômica.[...]

Ocupa Presidente Prudente, na **Alta Sorocabana** um papel definidor da economia regional, seja pela posição estratégica que ocupa no sudoeste do Estado, seja pelo reconhecimento do papel que sempre representou na economia diversos órgãos da administração estadual e federal aqui instalados. (O Imparcial, 08/10/ 1972, p.1)

Esse é um exemplo de discurso que aciona a representação da **região do devir**, sustenta-se como “verdade” sobre o fado (“*destino*”) que a natureza traçou para a cidade, negando o discurso “negativo” ou o discurso da região do atraso, e nas vozes da

---

<sup>59</sup> “PRUDENTE caminha para seu grande destino”. O Imparcial. 08 de out. de 1972, p.1.(Figura 7)

academia, que nesse caso ressoam diretamente no texto do jornal; são as vozes autorizadas a falar sobre a região que legitimam o discurso regionalista do jornal.

Correndo o risco de ser enfadonhos citamos ainda outro exemplo da importância do discurso acadêmico para legitimar o discurso regionalista do jornal. Ainda em 1972, o jornal dava destaque de primeira página ao “Primeiro Encontro de Geógrafos Brasileiros na cidade (título de destaque, na primeira página “*O Encontro de Geógrafos, tornou Prudente conhecida no Brasil*”<sup>60</sup>). Dias antes, Barboza da Silveira um dos colunistas do jornal, havia escrito, também na primeira página, sob o título “*Prudente, cidade importante*”, sobre a relevância da cidade ter sido escolhida para sediar o Encontro de Geógrafos, fato que ele faz questão de enfatizar, havia concorrido com importantes capitais de Estado.

Desde sábado existe uma movimentação inusitada em nossa cidade, com a presença de geógrafos, sociólogos, economistas, geólogos, os quais estão tomando parte no Primeiro Encontro de Geógrafos brasileiros. Infelizmente, a grande maioria da população prudentina, não alcance a importância desse acontecimento cultural, trazendo até nossa Capital da Alta Sorocabana, as maiores expressões culturais brasileiras e algumas estrangeiras numa troca de experiências de alto gabarito.

Já foi noticiado e nunca é demais repetir, que quando no ano passado, foi realizada a assembléia da AGB para discutir onde seria esse primeiro encontro, se candidataram diversas capitais como Belém, capital do Pará, Salvador capital da Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, e o Professor Marcos Alegre, que é o coordenador desse importante conclave, também resolveu candidatar Pres. Prudente, dando suas justificativas.

“Dizia-nos o Professor Marcos Alegre – nunca esperava que nossa cidade fosse vencedora, candidatei-a porque era um direito que assistia aos presentes – e qual não foi minha surpresa quando o representante do Pará, foi o primeiro a votar em Pres. Prudente, dizendo que retirava a candidatura de sua capital – Belém – porquanto teria oportunidade de conhecer esta importante região do Estado de São Paulo e do Brasil”.

E os participantes do encontro, estão surpresos com que encontraram em nossa cidade, estão abismados, e muitos [...] disseram que esperavam encontrar uma cidade típica do interior e nunca tão progressiva[...].(SILVEIRA, Barbosa da. *Prudente, cidade importante*. OI, 05/07/72, p1)

Ao longo dos capítulos que se seguem observaremos ainda outros exemplos de como o discurso acadêmico local “aparece” no discurso do jornal, e ainda recorreremos às literaturas referenciadas neste capítulo, pois as obras de Abreu, Leite e Monbreig renderiam ainda outras leituras; mereceriam não apenas um capítulo, mas uma obra toda dedicada à exploração da riqueza histórica que registram e analisam. Não é por menos que

---

<sup>60</sup> *O Encontro de Geógrafos, tornou Prudente conhecida no Brasil*. O Imparcial. 09/07/1972, p1.

delas se vale a maioria dos estudos dedicados à região e às cidades que dela fazem parte. Estamos, portanto, longe de esgotar as possibilidades de leituras que oferecem. Contudo, a análise sumária realizada até aqui nos permite entender a origem das representações sociais sobre a região que identificaremos nos discursos a serem analisados nos próximos capítulos.

# 3

## DA ALTA SOROCABANA À REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE: NO DISCURSO DO/NO JORNAL, A REGIÃO DO DEVIR

No capítulo 2, procuramos entender, a partir das principais referências a respeito da região, a gênese das representações sociais sobre a região, a saber: a **região do devir** e a **região do atraso** e como o discurso acadêmico ressoa no discurso do jornal. Neste capítulo, exploramos, na análise dos discursos, o fortalecimento e as transformações dessas representações da região, a fim de demonstrar especialmente como o discurso do/no jornal revela e, ao mesmo tempo, participa do processo de construção dessas representações.

Como vimos observando, a região passou, desde o início de seu processo de formação, por mudanças expressas também na forma de ser denominada e enunciada: das “*terras desconhecidas do oeste paulista*” ao “*Sertão ou Vale do Paranapanema*”; da “*Alta Sorocabana*” à “*10ª Região Administrativa do Estado*” (ou simplesmente Região de Presidente Prudente), até ser reconhecida hoje, também, como a região dos conflitos, a “*Região do Pontal*”; denominações essas que nos interessam investigar porque deixam ver, nas entrelinhas, não apenas um processo de definição e redefinição regional, mas especialmente a importância da região como trunfo nas relações de poder.

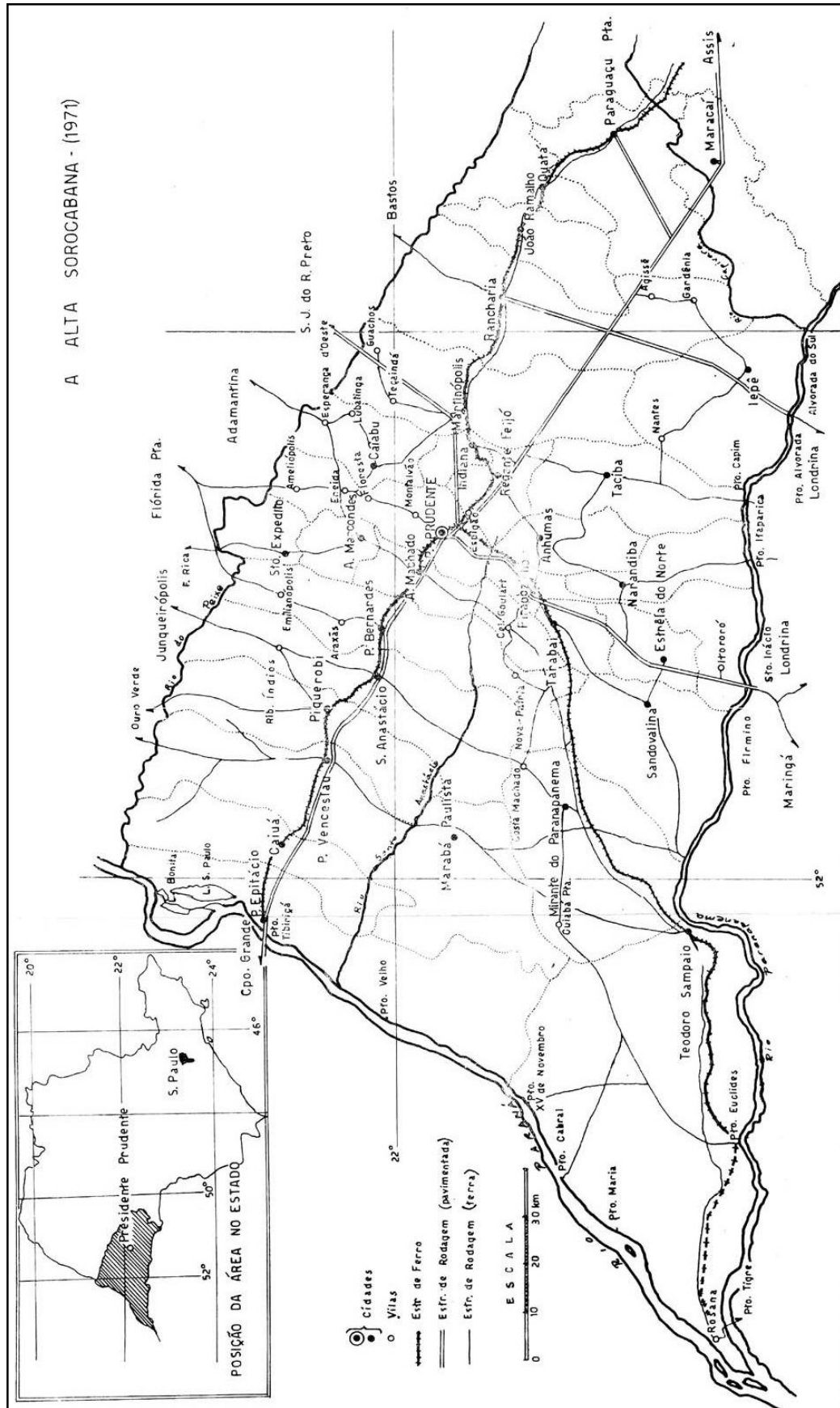
Na literatura analisada e nos discursos presentes *no* jornal, que na grande maioria são consoantes com o discurso *do* jornal, percebe-se claramente que, a partir da década de 1970, a região da Alta Sorocabana<sup>61</sup> (Figura 9) - naturalmente delimitada pelos

---

<sup>61</sup> Leite (1972), assim a descrevia: “A chamada região da Alta Sorocabana, localiza-se no Sudoeste do Planalto Sedimentar Paulista[...] Possui fronteiras naturais bem definidas a oeste, norte e sul, respectivamente os rios Paraná, Peixe e Paranapanema. A leste servem de limites os municípios de Lutécia, Assis e Florínea” (p.14). Com exceção da parte leste, a região tem um “desenho” definido “naturalmente” pelos rios que a circundam. Esse é um detalhe importante na definição dos limites da região, que talvez explique porque as variações de inclusão e exclusão de municípios nas diferentes formas como a região é representada graficamente só se dão a leste, já que não há um rio que a “encerre” como acontece a norte, sul e oeste. Em um dos cartogramas de Abreu (1972, p.23.), que representa a Alta Sorocabana (Cf. Figura 14, cap. 4), nota-se que a leste os limites não estão definidos como a norte, oeste e sul. Essa indefinição, contudo, não se restringe aos mapas e representações gráficas, conforme veremos; no discurso há uma volatilidade da Alta Sorocabana, com tendências sempre a incorporar municípios que a ela teoricamente não pertenceriam.



Figura 9 – Alta Sorocabana em 1971, segundo Leite (1972)



Fonte: Leite (1972, p 15) – Reprodução

rios Paraná, a oeste; pelo Paranapanema, ao sul e pelo rio do Peixe, ao norte – vai lentamente deixando de ocupar lugar de destaque no jornal (manchetes, editoriais, artigos, matérias).

Aos poucos a 10ª Região Administrativa é incorporada ao discurso do jornal, em função da polarização exercida pela cidade de Presidente Prudente e da nova regionalização político-administrativa promovida pelo Estado. A forma como a região aparece no jornal vai revelando um movimento de redefinição e ampliação de suas fronteiras: de “*Alta Sorocabana*”, regionalização historicamente constituída em função do binômio “ferrovia-café”, passa a ser reconhecida como “*10ª Região Administrativa do Estado*”, ou simplesmente “*Região de Presidente Prudente*”. Esse processo, no entanto, não se dá sem contradições e nem se encerra aí; tampouco extingue os antigos recortes, mas os incorpora e os redefine.

Conforme veremos, ainda que se conserve o núcleo em torno do qual a região se define (a cidade de Presidente Prudente, de onde surge e se articula) e as suas representações (*região do devir* e *região do atraso*), há um constante movimento de definição e redefinição das suas dimensões e significados, expressos nas denominações mais freqüentemente adotadas para enunciar a região. Assim o jornal, mosaico de discursos, por tecer e amarrar as vozes que nele comparecem na direção de fortalecer a hegemonia do seu próprio discurso, permite observar que o território é um trunfo nas relações de poder que se estabelecem tendo como base a região. Os discursos *no* e *do* jornal, ao enunciar a região defendendo seus interesses, “promovendo” suas potencialidades, “denunciando” seus problemas, aciona e corrobora o sentimento de pertença e de identidade regional. Nesse processo de ser enunciada/acionada, a região que o discurso revela se transforma não apenas na forma como é denominada/enunciada, mas especialmente na forma como é ressignificada e representada.

Desse modo, nos discursos atuais no/do jornal, e de maneira geral na mídia regional<sup>62</sup>, ela aparece ainda também denominada como região da “*Alta Sorocabana*”, mas não mais como referência à região principal, mas sim como parte de uma região maior reconhecida como “*Região de Presidente Prudente*”. Esses discursos incorporam e dão relevância às reivindicações da “*Região do Pontal*”, que outrora era considerada como uma sub-região da Alta Sorocabana à espera de sua “*redenção*”. Hoje, no discurso *do/no* jornal, são as reivindicações e questões do Pontal, somadas a outras, que dão visibilidade à

---

<sup>62</sup>É comum ouvir, por exemplo, no telejornal local (da TV Fronteira, filiada da rede Globo de Televisão) referências aos conjuntos de municípios da região de Presidente Prudente, como “Alta Sorocabana” e “Alta Paulista”.

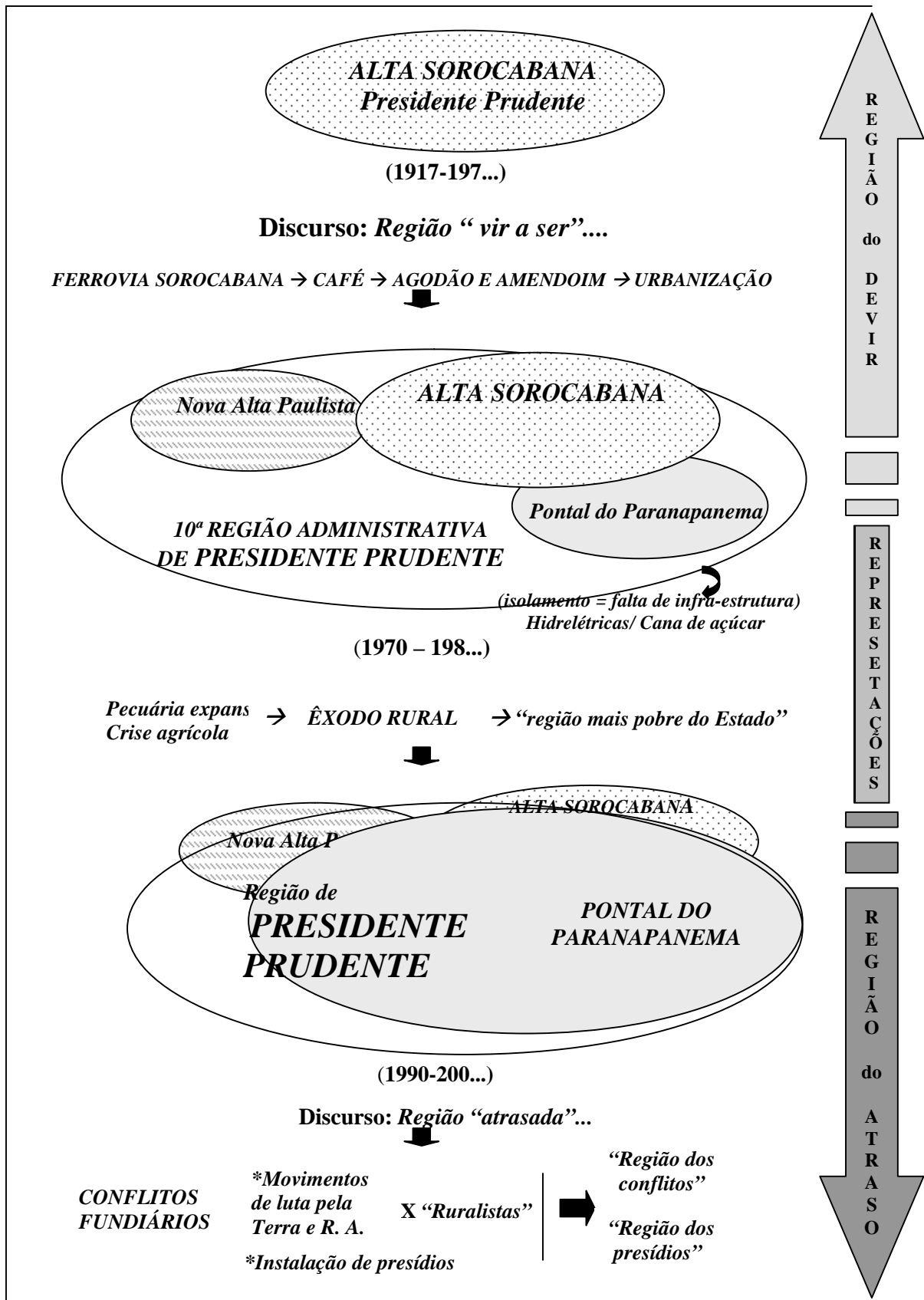
Região de Presidente Prudente, por isso, levando em consideração as representações regionais expressas na forma de enunciar a região, hoje *o Pontal é aqui*.

A região do Pontal do Paranapanema, que nas décadas de 1970-80 aparecia nos discursos do jornal claramente como a porção mais a oeste da Presidente Prudente e mais atrasada, como uma sub-região menos desenvolvida da Alta Sorocabana, bolsão de miséria comparável à região mais pobre do país (a região Nordeste) quase excluída da Alta Sorocabana, hoje no discurso e nas representações políticas foi incorporada à região como um todo e comparece como uma denominação mais forte e capaz de dar visibilidade à região. Suas reivindicações foram incorporadas às reivindicações gerais da região, a ponto de redefinir a forma como ela é reconhecida, fortalecendo a representação da *região do atraso*. No jornal das décadas de 1970 e 1980, *o Pontal não era aqui*, mas a partir da década de 1990, é incorporado à região a ponto de a União dos Municípios da Alta Sorocabana (doravante UMAS) ser substituída pela União dos municípios do Pontal do Paranapanema (UNIPONTAL), que hoje reúne municípios de toda a Alta Sorocabana. O Pontal hoje é a denominação que dá visibilidade e coesão às reivindicações regionais, pelos processos e conflitos que concentra.

A Figura 10 esquematiza dois processos; primeiro: a produção das representações regionais, a saber: a **região do devir** e a **região do atraso**. São representações que coexistem, conforme já explicamos, formam um par dialético, uma não existe sem a outra. Porém a análise dos discursos leva-nos a afirmar que a representação e a enunciação da região como região do atraso, e carente de atenção, se fortalece a partir da década de 1990.

Delimitamos a década de 1990 como marco dessas transformações em função do acirramento dos conflitos fundiários, quando a região passa a ser território de atuação de movimentos sociais de luta pela terra, especialmente pelo MST. Assim, os conflitos já existentes anteriormente, são, então, redimensionados e evidenciados, até internacionalmente, e em decorrência deste processo a região sofre um processo de transmutação na forma como é enunciada e reconhecida, absorvendo as reivindicações do Pontal a ponto de substituir a denominação do Pontal do Paranapanema substituir a Alta Sorocabana e a Região de Presidente Prudente. Este é o segundo processo que demonstramos, ou seja, a mudança na forma como a região é denominada e, portanto, reconhecida: *Alta Sorocabana → Região de Presidente Prudente → Região do Pontal* (Cf. Figura 10).

Figura 10. Discurso e representações: região do *devir* e região do *atraso*



São esses dois processos que procuramos descrever e demonstrar neste e no 4º capítulo.

### **3.1 Da Alta Sorocabana à 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente: no discurso, a representação da região do devir.**

Antes de nos aprofundarmos na demonstração e análise desse processo mais recente de transmutação na forma de denominar a região como “*Região do Pontal*” (“região dos conflitos”), analisaremos o processo que se percebe a partir da década de 1970, que é o enfraquecimento da “Alta Sorocabana”, como denominação e enquanto representação da região do devir. Em seguida, no capítulo 4, analisamos como, aos poucos, o recorte instituído, pelos órgãos de planejamento do Estado, “transforma” a “Alta Sorocabana” em “*Região de Presidente Prudente*”.

Nesse processo, destacamos o papel do jornal, que ao noticiar, comentar e analisar as práticas políticas e administrativas, os projetos, as estatísticas de institutos de pesquisa e, especialmente, os discursos políticos (tanto de lideranças locais quanto de governadores e deputados), aos poucos, incorpora em seu próprio discurso e faz conhecer e reconhecer a região como *10ª Região Administrativa de Presidente Prudente*, ou simplesmente como “*Região de Presidente Prudente*”.

Como adiantamos no capítulo 1, a regionalização político-administrativa de São Paulo, realizada pelo governo do Estado na década de 1970, fundiu as duas regiões do sudoeste do Estado, historicamente estabelecidas, compreendidas entre os rios Paranapanema e Aguapeí: a **Alta Sorocabana** e **Alta Paulista**<sup>63</sup>.

---

<sup>63</sup> A região é denominada de “Nova Alta Paulista”, mas em geral, e nos recortes do jornal “O Imparcial” aparece genericamente como “Alta Paulista”. De acordo com Gil (2004), a região “[...] foi a última porção do território paulista a ser ocupada, fato ocorrido entre o final da década de 1930 e durante as décadas de 1940 e 1950, com a expansão da cafeicultura e da ferrovia, cuja empresa concessionária era a Companhia Paulista de Estrada de Ferro (CPEF)” (p.11).[...] “A denominação Nova Alta Paulista foi dada pela população local, devido à ocupação posterior à de Marília. Naquela região [denominada Alta Paulista], a ocupação ocorreu entre as décadas de 1910 e 1920; no extremo oeste, no final da década de 1930, e, principalmente nas décadas de 1940 e 1950. As divisas territoriais também expressam esta indefinição, principalmente a leste, onde há contigüidade de municípios. Ao norte, ao sul, e a oeste, as divisas são demarcadas por rios – Aguapeí, do Peixe, e Paraná, respectivamente. A leste, para alguns, a divisa entre a Alta Paulista e a Nova Alta Paulista estaria nos limites municipais entre Rinópolis e Parapuã (a oeste, inclusos), com Iacri e Bastos (a leste, já pertencentes à Alta Paulista de Marília)”.(p.14). Trata-se da mesma dificuldade apresentada para delimitar a Alta Sorocabana de Presidente Prudente e a Alta Sorocabana de Assis. A ferrovia foi um elemento “regionalizador”; quase como um rio, ela estabeleceu sua “bacia de municípios e cidades” sendo, portanto, “naturalmente” difícil separar onde começa e onde termina uma e outra região.

Na ocasião, Leite (1972) estudava o efeito polarizador de Presidente Prudente identificando sua zona de influência, tomando como base de investigação o recorte regional da Alta Sorocabana, definida a partir de critérios histórico-naturais. Segundo Leite (1972), a polarização de Presidente Prudente ao ampliar sua área de influência, provocava uma redefinição regional, para além dos limites da Alta Sorocabana, “*desrespeitando os limites interestaduais*”(p.11).

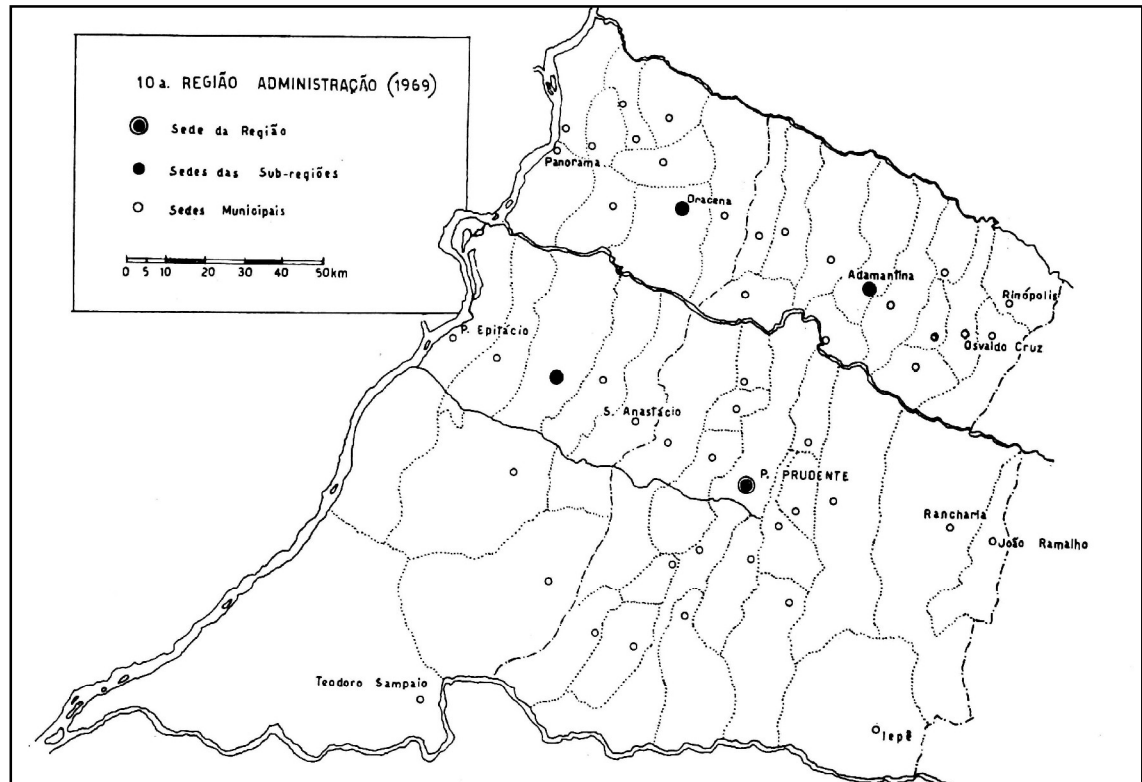
Ao mesmo tempo, a nova regionalização, em processo de implantação pelo Estado, transformava em sedes administrativas regionais os núcleos urbanos que alcançavam certo grau de desenvolvimento e eram “naturalmente” pólos de irradiação de serviços e mercadorias. Leite (1972) confirmava a importância crescente da cidade de Presidente Prudente no sudoeste paulista, atingindo as cidades da Alta Paulista e algumas áreas do sul do então Mato Grosso (que em 1979 se subdividiria em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), como também áreas do Norte do Paraná. Mas considerava “precipitada” a inclusão da Alta Paulista na 10ª Região Administrativa (Figura 11<sup>64</sup>), cuja sede é Presidente Prudente, pois para a ele a Alta Paulista, ainda que estivesse geograficamente mais próxima à cidade de Presidente Prudente, teria ligações históricas maiores com a cidade de Marília. Em suas palavras:

Embora não constitua surpresa a escolha de Presidente Prudente como sede regional da alta administração estadual, deve-se reconhecer certa precipitação dos planejadores quando **forçaram**, na falta de melhor termo, a inclusão da Alta Paulista na região administrativa prudentina já que tradicionalmente ligava-se à Marília. Da mesma forma, é difícil entender a exclusão desta região dos municípios de Quatá, Paraguaçu Paulista e Maracáí, os quais passaram a pertencer a região administrativa de Bauru e, posteriormente a recém criada 11.ª Região de Marília. (LEITE, 1972, p. 212, grifo nosso)

---

<sup>64</sup> Na Figura 11 é possível observar os limites da 10ª Região de Presidente Prudente em 1969, e os limites das duas sub-regiões (Dracena e Adamantina) da Nova Alta Paulista e os das sub-regiões da Alta Sorocabana (Presidente Venceslau e Presidente).

Figura 11. 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente em 1969



Fonte: Leite (1972, p. 214) - (Reprodução)

As observações de Leite (1972) fazem repensar as afirmações de Bourdieu (2001) de que, em geral, as fronteiras são produtos de atos jurídicos de delimitação (“*produto de uma imposição arbitrária*”), cujos critérios são reveladores do embate que se dá no campo das relações de poder, mas que nem sempre condizem com a realidade ou chegam a ser reconhecidas como legítimas. Embora essa questão não esteja posta nos mesmos termos de Bourdieu, Leite (1972) critica essa regionalização por “forçar” a inclusão da Alta Paulista na 10ª Região, e a exclusão de alguns municípios (Quatá, Paraguaçu Paulista e Maracá) cujas ligações eram mais forte com Presidente Prudente do que com Marília (sede da 11ª Região Administrativa, na qual foram incluídos), desconsiderando as relações historicamente estabelecidas. Diríamos que mais do que “forçar”, houve o “forjar” de uma região, mas que não logrou estabelecer uma identidade regional; uma e outra guardam suas particularidades e especificidades.

No entanto, de maneira geral, a forma como a região aparece denominada e representada no “discurso competente” *do* e *no* jornal, demonstra que o seu reconhecimento ainda que processual e gradativo aparentemente se deu sem grandes resistências. A “10ª Região Administrativa de Presidente Prudente”, ou “Região de

Presidente Prudente”, aos poucos, foi incorporada ao discurso do jornal, dos políticos e dos empresários e, podemos afirmar, no discurso do senso comum<sup>65</sup> especialmente das novas gerações; as gerações mais antigas, as dos avós, não só viram como participaram da formação da Alta Sorocabana e assim ainda a guardam na memória. É possível observar inclusive que o mapa da Alta Sorocabana, presente em logotipos do caderno regional, em matérias, suplementos, publicidades em geral e políticas, publicadas no jornal O Imparcial, aos poucos, é substituído pelo mapa da 10ª Região Administrativa (Cf. capítulo 4 e 5).

Embora a forjada “10ª Região Administrativa” passe a ser enunciada no e pelo jornal, levando ao quase desaparecimento da “Alta Sorocabana”(dos títulos de artigos, editoriais, matérias e anúncios do jornal), e apesar de ter sido adotada e reconhecida como base territorial pelas lideranças políticas regionais, o processo de “aceitação” do seu recorte regional não chegou a consolidar uma articulação política entre as duas regiões que a compuseram. A Alta Sorocabana e Alta Paulista continuariam a se organizar e defender suas reivindicações em associações municipais distintas (respectivamente a União dos Municípios da Alta Sorocabana - UMAS, que posteriormente daria lugar a União dos Municípios do Pontal do Paranapanema - UNIPONTAL, e a Associação Municipal da Nova Alta Paulista - AMNAP).

Antes de dar prosseguimento a essa discussão, analisaremos as representações sobre a região presentes no discurso do jornal nas décadas investigadas, de modo a observar, ao mesmo tempo, o contexto regional em transformação e as representações construídas sobre a região nesse período. Observar-se-á como os discursos manifestos nas reportagens, editoriais, publicidades e campanhas políticas no e do jornal O Imparcial, revelam para além do movimento de transformação econômica, o processo de construção e reconstrução das representações regionais.

### **3.2 No discurso, a *região do devir*: “em busca de sua vocação” (1970-2006)**

---

<sup>65</sup> Em nota anterior, no capítulo 1, destacamos a relevância de uma investigação das representações sobre a região nos diferentes seguimentos sociais. Acrescentamos agora a pertinência de se investigar as representações sob a ótica das gerações. As novas gerações, pós década de 1990, ou seja, os seguimentos mais jovens, provavelmente não se referem à região como “Alta Sorocabana”, mas sim como “Região de Presidente Prudente”. A Alta Sorocabana, assim como a ferrovia, pertence a um passado guardado na memória das gerações que vivenciaram aquele período: que viajaram nos seus carros, transportaram suas colheitas nos vagões; trabalharam nas lavouras, viram crescer ou encolher as cidades... A história ensinada nas escolas hoje, seguramente não é capaz de remeter às novas gerações o significado que lhes dão, ou davam, os seus avós. Esperamos que essa tese possa servir de base para futuros estudos.



### 3. 2.1 Agricultura *versus* pecuária (década de 1970 e 1980)

*[...]mas o que mais fez miséria no mundo é plantar: uma planta do sol e uma do tempo da chuva, só. O milho era do tempo de chuva. Naquele café, todo mundo enfeitado naquele café, e aquele café não dava nada...*<sup>66</sup>

Embora a Alta Sorocabana tenha se constituído no bojo da produção cafeeira, mais precisamente na segunda década do século XX, o café não teve vida longa na região, tanto que logo os agricultores se dedicariam à cultura de outros produtos. Com a Segunda Guerra Mundial, que criou mercado e fez aumentar o preço de produtos agrícolas nacionais, foi o algodão que se alastrou pelas áreas de cultivo da região, ladeado pelo amendoim que o substituiria, por outras culturas em menor escala, e pela pecuária crescente.

Na década de 1970, era esse o quadro econômico que se firmava: crise na agricultura que, aos poucos, cederia as terras de cultivo agrícola para as invernadas, destinadas à pecuária extensiva, estimulando o êxodo rural<sup>67</sup> e o crescimento da cidade de Presidente Prudente<sup>68</sup>. E foi justamente esse o panorama encontrado no jornal da década de 1970.

A região Alta Sorocabana está vendo transformar suas características econômicas, de fato, se em princípio sobressaia-se como região de alta produção agrícola, daquele estágio **vem se transmutando para ser reconhecida como importante centro pecuário estadual**. Para isto, contribui substancialmente sua proximidade com o Estado de Mato Grosso, futuro e próximo celeiro mundial de gado, em fase de cria, que estende a sua necessidade de pastos para engorda. Na região Sorocabana por via de consequência parece pois, ser natural, a eliminação paulatina da produção agrícola nesta região, substituindo-a por pradarias que venham a receber gado para engorda. (“*Nogueira Pecan*”: *Nova riqueza da Alta Sorocabana*. OI, 30/07/72, p1. Cad 2, grifo nosso)

---

<sup>66</sup> Iracema Massuia Dundes, lavradora, 82 anos. O “mundo” a que “Dona Iracema” se refere é a região de Presidente Prudente, na época de sua mocidade. (“Causo” registrado em 13 de out. 2006).

<sup>67</sup> O êxodo rural pode ser mensurado pelos dados do Censo Demográfico do IBGE de 1960, 70 e 80, que demonstram encolhimento da população rural na Alta Sorocabana. Em 1960, a população rural representava 60,1% do total da região (385.812); em 1970, a população rural cai para 46% do total de 425.925 residentes, e em 1980, era de apenas 25, 2% da população total (417.934). O processo de urbanização foi um fenômeno que se observou de maneira geral no país, especialmente nas regiões mais industrializadas, mas na região a situação se agrava ainda mais com o decréscimo populacional geral: entre 1960-1970 a região apresentava uma taxa de crescimento populacional de 0,99%, mas entre 1970-1980, houve um taxa negativa de crescimento (-1,89%). (ANTONIO, 1990, p.83-4).

<sup>68</sup> Segundo SPOSITO (1983), em 1970, a população urbana de Presidente Prudente começa a ultrapassar a população rural (52%) e em 1980, ela já representava 74%.

Naquela década, encontramos matérias e artigos significativos que versavam sobre as temáticas: *crise na agricultura, expansão da pecuária e êxodo rural na região*, conforme ilustram os Quadros 2 e 3.<sup>69</sup> Inclusive manifestações e movimentos em favor da agricultura, conforme se observa nos títulos 2 e 11, do Quadro 2:

O Sindicato Rural de Presidente Prudente, manifestando descontentamento às autoridades governamentais em virtude da liberação da importação de algodão pelas indústrias têxteis do país, encaminharam uma série de mensagem expondo esse desagrado e os inconvenientes da medida.

Ao ministro Delfim Netto, da Fazenda e ao Ministro Cirne Lima, da Agricultura, foi enviado o seguinte telegrama:

“O Sindicato Rural de Presidente Prudente, representando plantadores de algodão dessa região, manifesta o seu descontentamento com relação a inoportuna importação de algodão em plena fase de lançamento da campanha de incentivo a produção agrícola”.

Ao presidente da Comissão de Agricultura do Senado Federal, deputado Flavio de Brito e ao presidente da Comissão de Agricultura na Câmara Federal, deputado Braz Nogueira, foi enviada a seguinte mensagem: “O Sindicato Rural de Presidente Prudente solicita o seu pronunciamento junto às autoridade governamentais, face à liberação da importação de algodão, cuja efetivação trará desestímulo a toda classe, no momento em que o governo apela no sentido de aumento da produção.”

Em reunião realizada no Sindicato Rural, muitos produtores de algodão manifestaram-se desanimados com a medida, pois “em plena fase de preparação para o próximo plantio ela vai amedrontar a todos” (*Produtores de algodão protestam*. OI. 06/09/1970, p1. Título 2 - Quadro 2)

O deputado Armando Souza Pinheiro da bancada da Arena enviou telegrama ao presidente Ernesto Geisel, nos seguintes termos:

“Tomo a liberdade dirigir-me eminente Chefe da Nação para transmitir apelo generalizado produtores algodão região Alta Sorocabana vg Estado São Paulo vg sentido sejam determinadas providencias urgentes vc através Ministérios Fazenda e Agricultura vg para que possam comercializar seus produtos a precos compensatórios vg sob pena sofrerem sensíveis prejuízos vg ocasionando maior desalento e desestímulo lavradores região pt Segundo alegam vg preço mínimo básico produto vg foi fixado ano passado a Cr\$78.00 por saca pt Todavia vg razão elevação inflacionária vg o produto chegou a ser cotado na ordem de Cr\$100.00 a saca há dois meses passados pt No entanto vg agora que se inicia a fase de venda efetiva da produção e quando começam a se vencer os prazos para liquidação financiamentos vg empresas compradoras vg especialmente SANBRA e ANDERSON CLAYTON oferecem apenas Cr\$80.00 por saca vg são alegação de preço mínimo estar mantido em Cr\$ 78.00o qual vg porém vg está fixado aquém realidade pt Em razão desses produtores terem de pagar seus compromissos bancários vg são obrigados a vender a produção pelo preço oferta vg ocasionando-lhes sensíveis prejuízos pt Além

---

<sup>69</sup> Em função do grande número e da repetição dos temas dos títulos do acervo construído na pesquisa junto ao jornal, para a construção dos quadros com títulos de matérias, reportagens, artigos, editoriais, notas etc., selecionamos os títulos mais ilustrativos relativos às discussões apresentadas.

disso sabem que logo após esse período preços voltarão a se elevarem com lucro exclusivo em benefício intermediários vg como ocorreu produção de soja e outros produtos região no ano passado pt Dessa forma rogo ilustre Presidente Republica examinar possibilidade reajuste imediato preço mínimo algodão ou então autorizar prorrogação vencimento contratos financiamento Banco Brasil pt Agradecendo obsequiosa atenção eminente presidente vg renovo testemunho profundo respeito e admiração pt Saudações (*Deputado pede a Geisel pela região*. OI. 28/06/77, p.8 . Título 11- Quadro 2)

Quadro 2. **Títulos de matérias e artigos: “Crise na agricultura regional”** (décadas 1970-80)<sup>70</sup>

<i>Nº</i>	<i>Títulos</i>	<i>O Imparcial</i>
1.	O algodão perderá espaço para o amendoim	16/08/1970, p1-7
2.	Produtores de algodão protestam	06/09/1970, p1
3.	“Cancro Cítrico” reaparece na Alta Sorocabana	25/09/70, p10
4.	Algodão e amendoim em decadência.	11/07/1972, p1
5.	Êxodo rural causa sérias preocupações	12/07/1972, p1
6.	Êxodo rural - Ameaça a região (artigo: Benedito de Oliveira)	24/09/1972, p3 Cad3
7.	Prefeitos da região pedem amparo à agricultura	10/10/72, p1
8.	Preocupação (artigo: Benedito de Oliveira)	28/12/1972, p1
9.	Fracasso agrícola despovoou uma cidade	07/11/74, p1
10.	Êxodo rural provoca decadência em pequenos municípios da região	08/11/1974, p1
11.	Deputado pede a Giesel pela região	28/06/77, p8
12.	Diminuem as áreas plantadas na região	10/04/83 p11
13.	Diretor do Erin defende política agrícola para Presidente Prudente	12/04/83, p3
14.	Cr\$5 bilhões, prejuízos nas lavouras da região	21/06/83, p1 e 5

Fonte: Jornal O Imparcial (Presidente Prudente-SP)

Organização: Ana Cláudia Dundes.

Os artigos assinados por Benedito de Oliveira (Títulos 6 e 8 - Quadro 2), ilustram bem que as transformações que se processavam na região, como o esvaziamento populacional do campo e processo de urbanização, não eram passageiras, e também deixa ver a contradição das vozes que constituem o discurso do jornal.

[...] Nós achamos absurdo o plano de transformação da economia da Alta Sorocabana no sentido qualitativo, porque está contra os interesses da população: a favor apenas do pecuarista. Ora, nós aplicamos nossos capitais e o produto suado de nossas economias na construção de nossas cidades e fortalecimento de nossos municípios [...] de uma ora para outra recebemos uma ordem seca dos técnicos: “desocupem tudo dêem o fora, porque isto agora é para o boi”, como iremos ficar? Vender tudo? Para quem? O pecuarista pode comprar a terra para expansão dos seus pastos, mas não se interessa absolutamente pelo que existe nas cidades. [...]

Por isso é que achamos que os técnicos, em lugar desse plano simplista de ajeitar as coisas [...] devem meditar bem antes de implantá-lo. Convém lembrarem o grito de angústia do prefeito de São Paulo clamando contra o “inchamento” da metrópole. Se formos tangidos de

<sup>70</sup> Este quadro e os demais são apenas ilustrativos, dado o volume de matérias que se repete sobre as temáticas; não contemplam todo o material levantado que consta no Anexo II.

nossas terras, de nossas cidades, de nossas casas, não teremos outro lugar para ir senão procurar a capital, mesmo contra os apelos do prefeito.

[...] Encorajar novamente os agricultores, mantê-los nas suas terras, fixar o homem no campo é política de bom senso porque é do campo que vem a riqueza e o sustento das populações. Sem gêneros alimentícios, ao próprio país serão criadas condições imprevisíveis de estabilidade social. (OLIVEIRA, Benedito. *Êxodo rural - Ameaça a região*. O I. 24/09/1972, p3 Cad3. Título 6 – Quadro 2)

O plano e os técnicos criticados por Benedito de Oliveira referem-se às ações do Estado que, segundo ele, estariam transformando o “*oeste do Estado em região de pecuária*”, promovendo “*a volta do latifúndio com a grande propriedade engolindo as pequenas e expulsando os proprietários.*” Mais especificamente, condenava a construção de uma estrada pelo Plano Rodoviário de Interiorização do Desenvolvimento - PROINDE, que iria “*prejudicar sensivelmente as sedes de dois municípios*” (Santo Anastácio e Presidente Bernardes) por desviar delas o fluxo de pessoas e produtos de municípios menores para “*outras localidades*”.

Na verdade, muito mais do que o fato em si, o artigo interessa por ilustrar as diferentes vozes presentes no jornal; no caso desse artigo, as vozes que comparecem são aquelas que criticam as políticas econômicas que beneficiavam a expansão da pecuária em prejuízo dos agricultores.

Em outro artigo, naquele mesmo ano, volta a criticar a política de desenvolvimento nacional, que estaria, em sua opinião, resultando na expansão da pecuária (“*pecuarização da região*”), produtora de “*carne burguesa*”, em detrimento da agricultura, mantida pelo “*Jeca Tatu’ plantador de batata*”:

Vimos, neste jornal, um editorial<sup>71</sup> registrando a preocupação das autoridades regionais da Agricultura pelo que está se passando em Álvares Machado, Alfredo Marcondes e Santo Expedito: a evasão de moradores da zona rural. Não só de empregados – peões, parceiros ou volantes – mas também de pequenos proprietários que vendem suas terras e vão arriscar a vida nas cidades, à procura da miséria que o subemprego lhes oferece.

Entendemos que é uma preocupação tardia. [...]

As autoridades mostram, ou demonstram a preocupação, mas nada se resolve a respeito. No que se insiste – e muito- é na introdução pura e simples da pecuária. Ora, nesse caso, se essa é a meta do governo, então não precisaria haver qualquer preocupação com o agricultor. Ele está simplesmente colaborando com as autoridades no seu programa desenvolvimentista (será?): entregando suas terras aos donos dos bois e indo para a cidade, continuar na incerteza e na miséria, miséria mais

---

<sup>71</sup> A localização seções do jornal (editoriais, colunas, cadernos), durante a década de 70 e 80, eram bastante flexíveis, dificultando o levantamento realizado; desse modo, a leitura exigia que estívéssemos atentos a todas as páginas para evitar que se perdessem informações importantes, mas no caso desse editorial citado genericamente (não faz referência a data ou título) não foi possível encontrá-lo.

de luxo, mas na miséria, dando dor de cabeça às administrações e aos serviços públicos e sociais urbanos.[...]

A carne é burguesa, produto sofisticado de mercado internacional, o que não acontece com a batata, o milho, o feijão, o arroz. Daí a preferência, a honra, a glória e o orgulho de sua introdução e expansão a dano da ração proletária que desaparece porque contra ela conspiram o solo, as condições de clima, os intermediários e a falta de infraestrutura que deveria existir como principal fator de produção.

[...] Poderiam, também, as autoridades incentivar o produtor a mudar o tipo de cultura. Por que não liberar a região para o café como estão querendo os donos das terras que ainda não foram transformadas em pastagens? O silêncio, nesse caso, demonstra que o propósito de pecuarizar a Sorocabana já é definitivo e, assim, nada afastará as autoridades da meta proposta.

Então, não haverá motivo nenhum para preocupação. É só deixar os homens sair que a terra será entregue ao boi, sem lutas, sem brigas, sem dificuldades nenhuma. (OLIVERIA, Benedito. *Preocupação*. O Imparcial. 28/12/72, p.1)

As “preocupações” de Benedito Oliveira se dão dentro do contexto de implantação das políticas de interiorização do desenvolvimento iniciadas no governo de Abreu Sodré (1967-71). No governo de Laudo Natel (1971-75), essas políticas resultaram em planos como o PROINDE, cuja finalidade era intervir no processo de concentração econômica na capital do Estado, especialmente no que se refere às indústrias, criando e modernizando estradas nos principais eixos onde já havia uma tendência de realocação industrial<sup>72</sup>.

Além do PROINDE, criaram-se também os Escritórios Regionais de Planejamento – ERPLANS<sup>73</sup>, destinados a realizar diagnósticos socioeconômicos nas regiões administrativas, visando a diminuir as disparidades regionais do estado. (NEGRI, 1988, p. 14). De acordo com Negri (1988), a região denominada “Oeste Paulista” (formada pelas RAs de Presidente Prudente, Araçatuba, Marília, São José do Rio Preto), que vinha, desde a década de 1960, diminuindo sua participação na produção industrial do Estado de São Paulo (caindo de 5,4% para 4,5% , em 1970, e para 3,4% em 1980), pouco foi atingida pelos efeitos do “espraçamento” das unidades industriais que ocorreu, naquele período, ao redor da Região Metropolitana Paulista. Negri (1988) avalia que, no período entre 1967 e 1987,

[...] os diversos governantes estaduais, preocupados em seguir as determinações da política federal, perderam oportunidades de definir e implantar políticas de zoneamento agrícola, agroindustrial e industrial que levassem em conta, por exemplo, as áreas de “esvaziamento” do Oeste Paulista e as “deprimidas” do Vale do Ribeira, a infra-estrutura

---

<sup>72</sup> Via Anhanguera, em direção a Ribeirão Preto; a Via Washington Luiz , em direção a São José do Rio Preto; a Via Castelo Branco, que ia além de Sorocaba e a Via Dutra, em direção ao Vale do Paraíba.

<sup>73</sup> *Presidente Prudente terá escritório Regional de Planejamento*. O Imparcial, 04/12/70, p1

disponível e, principalmente, as profundas transformações urbanas ocorridas em diversas regiões administrativas. (p.20)

Essas mesmas políticas de interiorização, com seus escritórios e programas regionais de planejamento, que surgiam a cada governo, sobrepondo-se de modo a se complementar ou socorrer áreas específicas, foram aos poucos comparecendo nos discursos dos políticos, de técnicos e empresários e introduzindo o recorte da 10ª Região Administrativa no discurso do jornal. Na década de 1970, nos semestres investigados, eram poucas as matérias que faziam referência à 10ª RA. A grande maioria das notícias sobre a região enunciavam a Alta Sorocabana, o Pontal e também a Alta Paulista (mas essa era considerada uma região à parte, não compunha a “nossa região”). Em fins da década de 1970, ainda eram poucas as ocorrências de matérias que enunciavam a 10ª RA.

Em geral, as matérias que lhe faziam referências eram aquelas que noticiavam os programas e investimentos do governo do Estado, mas a “10ª Região Administrativa de Presidente Prudente” (10ªRA), ou simplesmente “Região de Presidente Prudente” (RPP), só passaria a predominar no jornal a partir de meados da década de 1980 (Cf. Quadro 3).

O Quadro 3<sup>74</sup> apresenta o contexto político estadual e regional, as temáticas em evidência no jornal nos semestres pesquisados, e a denominação regional predominante. Doravante esse quadro será referencial para as análises deste e dos capítulos seguintes.

Analisando ainda o contexto regional apresentado pelo jornal nas décadas de 1970/80, percebem-se, no seu discurso, comparando os títulos dos Quadros 4 e 5 e com o Quadro 2, vozes que se contradizem, porque apesar de o jornal apresentar discursos que se posicionam em defesa da “agricultura”, como no caso dos artigos de Benedito de Oliveira, e de denunciar a inevitável transformação em processo, ele tinha suas páginas predominantemente preenchidas por matérias que versavam sobre a prosperidade sazonal da agricultura e por aquelas que valorizavam as iniciativas de diversificação agrícola que, segundo o jornal, representavam possibilidades de riqueza e crescimento econômico regional.

São exemplos de discursos que negam o atraso e a decadência e afirmam as possibilidades de desenvolvimento da região; são discursos que revelam ainda o predomínio da representação da região como a região do devir. (V. Figura 10)

---

<sup>74</sup> O quadro 3 foi elaborado a partir da observação geral de todas as matérias, notas, artigos, editoriais e anúncios levantados. Parte desse material pode ser explorado com maiores detalhes no ANEXO I ou ainda no ANEXO II.

Quadro 3. Contexto, temas e denominações regionais em evidência no jornal (1970-2006)

Semestre	QUADRO POLÍTICO (estadual e regional)	TEMAS EM EVIDÊNCIA	Denominação
1970 (2º)	Gov. <b>Abreu Sodré</b> /Prefeito de PP: <b>Antonio Sandoval</b> /Deputado Estadual: <b>D. L. Cerávolo</b> – Arena/Deputado Federal: Hugo Lacorte Vitalle. <b>Deputados Eleitos:</b> Manoel Severo Lins/ Paulo Alberto De Oliveira/ Maluly Netto <b>Leonardo Cerávolo não é reeleito.</b>	Crise do algodão Construção da Usina Hidrelétrica de Capivara Reivindicação do <b>Distrito Industrial</b> de Pres.Prudente Reivindicação de apoio à Agricultura	<i>Alta Soroc</i>
1972 (2º)	Gov. <b>Laudo Natel</b> /Eleição de <b>Walter Lemes Soares</b> prefeito de PP (fim dos representantes dos coronéis na política prudentina: Sandoval /Cerávolo). Walter Lemes na presidência da <b>UMAS</b> Agripino Lima: vereador. (Criação da APEC)	Crise do algodão <b>Êxodo rural</b> / Expansão da pecuária Miséria no Pontal Críticas ao prefeito Sandoval	<i>Alta Soroc</i>
1974 (2º)	<i>Alta Sorocabana</i> sem representante nas assembleias. (26/11/74, p1)	Êxodo rural Reivindicações gerais (transporte, obras públicas, saúde, educação, agricultura)	<i>Alta Soroc</i>
1976/77 (2 e 1º)	Gov. <b>Paulo Egydio Martins</b> Eleição de <b>Paulo Constantino</b> prefeito PP	Expectativa de expansão da <b>CANA</b> . <b>ERPLAN's/ Pro-Pontal</b> Surgimento da <b>UNIPONTAL</b> (26/04/77)	<i>Alta Soroc</i>
1978 (2º)	<b>Dep eleitos:</b> Câmara Federal: <b>Zacharias e Padre Leão</b> – MDB/ A. Legislativa: <b>Walter Lemes</b> (ARENA) e <b>Mauro Bragato</b> (MDB). <b>Maluf</b> em campanha: transferência da capital para o interior.	Expectativa de expansão da <b>CANA</b> (Alcídia, <i>pioneira na produção de álcool na região</i> ) <b>Programas de desenvolvimento do Pontal</b> Política de descentralização – CDR: Conselho de Desenvolvimento Regional.	<i>Alta Soroc. RPP/10ªRA</i>
1982/83 (2 e 1º)	(Gov. José Maria Marin, suc.de Maluf) <b>Eleições diretas*:</b> <b>FRANCO MONTORO-MDB</b> (eleito governador) VirgílioTiezzi eleito prefeito de PP – MDB Deputados eleitos: <b>Bragato</b> (MDB) e <b>Walter Lemes</b> (PDS)	Prejuízos nas lavouras/diminuição da área plantada. Desemprego no Pontal (dispensa de operários das Hidrelétricas da CESP) <b>Posseiros :“Despejo de lavradores”no Pontal</b> (terras devolutas)	<i>Alta Soroc Pontal RPP/10ªRA</i>
1986 (2º)	Montoro/ <b>Orestes Quércia</b> –eleito governador/ <b>Tiezzi</b> prefeito PP Deputados: CF: <b>Agripino Lima</b> . (PFL) AL.: <b>Bragato</b> (PMDB) e Tadashi Kuriki (PTB) /*APEC – futura UNOESTE – Início do projeto do Hosp Universitário DLC.	Anúncio de criação o <b>EEG do Pontal</b> – Escritório Especial de Governo O Imparcial, “um jornal regional” (Mapa da 10ª RA em evidência)	<i>RPP/10ªRA</i>
1990 (2ºsem)	Quércia/ <b>Fleury Filho eleito governador</b> Pref.: <b>Paulo Constantino</b> Deputados eleitos: CF. <b>Tadashi Kuriki</b> (PTB). AL.: <b>Bragato</b> (PMDB), <b>Bergamo</b> (PDS)	<b>Ocupações de terra pelo MST: acirramento dos conflitos fundiários</b> Industrialização e desenvolvimento Agrícola. Crise no Proálcool: preocupação setor alcooleiro	<i>RPP/10ªRA Alta Soroc</i>
1992 (2º)	<b>Agripino Lima</b> – eleito prefeito de PP/ <b>Paulo Lima</b> – assume cargo de Deputado Federal. (abril/92) <b>Unipontal</b> ganha evidência <b>UMAS</b> desaparece do jornal.	<b>Pobreza no Pontal /Codespar-</b> Conselho de Desenvolvimento do Pontal do Paranapanema <b>MST no Pontal</b> Agricultura em situação em crise (fecha a Cica) <b>Proposta de separar o Pontal da 10ªRA</b>	<i>RPP/10ªRA Pontal</i>
1994 (2º)	Fleury Filho/ <b>Mario Covas eleito governador</b> <b>PSDB</b> Deputados eleitos: CF. <b>Paulo Lima</b> (PFL) AL. <b>Mauro Bragato</b> (PMDB)	(Inauguração do H. U. da Unoeste) Agricultura como meio de desenvolvimento regional. Conflitos no Pontal <b>UDR X MST.</b>	<i>Pontal RPP/10ªRA</i>
1998 (1º e 2º)	Covas/ <b>Mario Covas (reeleito)</b> Mauro Bragato Prefeito de PP. Deputados eleitos: CF <b>Paulo Lima</b> AL. <b>Agripino Lima</b>	Conflitos fundiários Projetos de integração ao <b>MERCOSUL</b> <b>Construção de presídios.</b> <b>AMNAP</b> – Reivindica criação de RA <b>Região nos editoriais do jornal</b>	<i>RPP/10ªRA (incorpora o Pontal)</i>
2002 (1º e 2º)	Covas/ <b>Geraldo Alckmin</b> – <b>PSDB eleito</b> <b>Agripino Lima</b> prefeito de Presidente Prudente. Deputados eleitos: CF <b>Paulo Lima</b> (PMDB) AL. Mauro Bragato não se elege (segundo suplente)	Conflitos fundiários Programa Bolsa Arrendamento: <b>SOJA</b> Compensação pela concentração dos presídios <b>Foruns de desenvolvimento regional.</b>	<i>RPP/10ªRA (incorpora o Pontal)</i>
2006 (1º e 2º)	Alckmin/ <b>José Serra</b> – <b>PSDB eleito</b> Deputados eleitos: CF <b>Talmir Rodrigues</b> (PV). AL.: <b>Mauro Bragato</b> (PSDB) e <b>Ed Thomas</b> (PMDB), de Presidente Prudente, e <b>Reinaldo Alguv</b> (PV), de Dracena.	Crescimento do cultivo da <b>CANA</b> Reivindicações: <b>resolução dos conflitos fundiários</b> e compensação pelos <b>presídios.</b> Expectativa de crescimento com a produção de <b>BIODIESEL</b>	<i>RPP/10ªRA (incorpora o Pontal)</i>

Fonte: Jornal O Imparcial (Presidente Prudente-SP)  
Organização: Ana Cláudia Dundes.

Na matéria “*Alta Sorocabana produz bom café*”, de 31 de agosto de 1972, p. 1, o jornal posiciona-se em defesa da agricultura, questionando a exclusão da região de um programa de financiamento da lavoura cafeeira da Secretaria de Agricultura paulista. Contesta a alegação dos técnicos que avaliaram que a região apresentava condições “*ecológicas desfavoráveis para o cultivo do café*”. Tais condições ecológicas desfavoráveis relacionavam-se ao “desequilíbrio hídrico”, que o jornal contesta defendendo a viabilidade da cultura do café na região que garantiria aos produtores de café um nível de vida melhor do que o apresentado pelos produtores de algodão e amendoim, e pelo fato de não estar sujeita a geadas como em outras regiões vizinhas.

[...]a Região da Alta Sorocabana conta com uma grande vantagem: não está sujeita a geadas. Elas atingem o Paraná, até as margens do rio Paranapanema, mas o fenômeno não se estende (*sic*) à **nossa região**.

Técnicos regionais têm se esforçado no sentido de que a Alta Sorocabana possa ser incluída na área de financiamento das mudas de café. A essa iniciativa estão se juntando entidades agrícolas e recentemente o prefeito de Martinópolis Sr. Antonino de Oliveira que se dirigiu à Secretaria da Agricultura e ao Banco do Estado, solicitando o estabelecimento desse benefício. (*Alta Sorocabana produz bom café*. OI. 31/08/72, p1, Título 3 – Quadro 4, grifo nosso)

A matéria “*Algodão e amendoim em decadência*” é outro exemplo de como o discurso do jornal nas décadas 1970/80 produz uma imagem positiva da região minimizando ou mesmo disfarçando os dados desfavoráveis que apresenta. Nessa matéria, manchete de primeira página, comenta sobre a diminuição (em 10% em relação a 1971) na produção de amendoim e de algodão. Embora no título utilize a palavra “decadência”, mais adequada para se referir à crise dessas lavouras, justifica que a área plantada permaneceu a mesma e que as expectativas da safra eram otimistas, mas que em função de um infortúnio natural, “*as chuvas fora do comum*”, no período de crescimento das plantas e durante a colheita, apresentou diminuição de produção:

Nesse ano, durante os meses de colheita choveu de forma desordenada o que prejudicou em muito, determinando uma quebra das maiores da produção prevista [...]

Pelas expectativas e pela forma como o algodão vinha se desenvolvendo, tudo fazia crer que o ano de 1972, seria um recordista em produção nos últimos 10 anos. Acreditava-se que seria atingida uma média de 250 arrobas por alqueires, tal a viçozidade e a força com que as lavouras se apresentavam. (*Algodão e amendoim em decadência*. OI . 11/07/1972, p1, Título 4-Quadro 2)

Outras matérias, daquele mesmo ano, ainda sobre a safra de amendoim, confirmam essa tendência a minorar os dados desfavoráveis: “A queda de área cultivada para a nova safra vem preocupando seriamente os meios industriais e comerciais do ramo. Os lavradores, desanimados pelos maus resultados financeiros obtidos nestas safras agora



cederam terreno para outros tipos de cultura”. Apontavam como causas os preços baixos pagos pelos industriais que “não chegaram a cobrir os custos de uma saca”.

Verifica-se que os plantadores de amendoim estão ficando cada vez mais descapitalizados e desprotegidos. O preço das sementes estão e elevado [sic], a mão-de-obra cara e a produção reduzindo-se.

Além disso as condições climáticas não têm sido favoráveis. (*Alta Sorocabana exporta mais amendoim que todas as regiões*.OI. 20/11/72, p1, Título 6-Quadro 4)

Quadro 4 - **Títulos de matérias: “Agricultura regional”** (décadas 1970/80)

<b>Nº</b>	<b>Títulos</b>	<b>O Imparcial</b>
1.	<i>Está surgindo uma nova riqueza (nogueira pecan)</i>	30/07/72, p1
2.	<i>“Nogueira Pecan”: Nova riqueza da Alta Sorocabana</i>	30/07/72, p1Cad 2
3.	<i>A Alta Sorocabana produz bom café</i>	31/08/72, p1
4.	<i>Nogueira Pecan Prudente é o maior produtor no Brasil</i>	08/11/72, p1-3
5.	<i>A Cica desenvolve uma nova riqueza da agricultura regional: o tomate</i>	06/08/74, p1
6.	<i>Alta Sorocabana exporta mais amendoim que todas as regiões</i>	20/11/72, p1.
7.	<i>Amendoim, soja e óleo de mamona; as grandes exportações da região</i>	28/12/72, p1
8.	<i>Exposição vai mostrar a pujança da nossa agricultura.</i>	01/07/76, p1
9.	<i>Aumentaram as exportações na região de Pres. Prudente</i>	21/07/76, p1
10.	<i>Algodão: novo mínimo abre boas perspectivas em toda a região</i>	05/08/76, p1-3
11.	<i>A política do algodão beneficiará o homem do campo</i>	14/08/76, p1-6
12.	<i>Boas perspectivas para a agricultura.</i>	26/08/76, p5
13.	<i>Algodão: área será dobrada na região de Presidente Prudente</i>	17/10/76, p1
14.	<i>Boas perspectivas para o arroz na Sorocabana</i>	17/10/76, p8
15.	<i>As novas opções para o agricultor de nossa região:pimenta e girassol</i>	14/10/76, p3
16.	<i>Aumenta área de amendoim na região de P. Prudente</i>	24/11/76, p1
17.	<i>Boas perspectivas para o milho na região</i>	30/11/76, p1
18.	<i>Trigo e café podem desenvolver a economia agrária da região</i>	03/04/77, p1
19.	<i>Prefeito da região faz anúncios na Alemanha para atrair agricultores</i>	15/04/77, p1
20.	<i>Usina de álcool e cultura de cana de açúcar</i>	26/04/77, p2
21.	<i>Soja: Rancharia está recebendo 150 mil t.</i>	26/04/77, p3
22.	<i>O trigo pode salvar a agricultura regional</i>	06/05/77, p3
23.	<i>Cultura da cana pode expandir na região de Pres. Prudente</i>	04/06/77, p1
24.	<i>Santo Anastácio quer reativar o plano de café na região</i>	07/06/77, p1
25.	<i>Cana-de-açúcar pode alterar a imagem do Pontal do Estado</i>	24/06/77, p1-3
26.	<i>Está surgindo no Pontal do Estado uma grande Usina de álcool de cana</i>	19/07/77, p1
27.	<i>A Alta Sorocabana já começa a sua produção de álcool anidro</i>	10/09/78, p1
28.	<i>O Pontal do Estado recebe sua Usina Pioneira de Álcool</i>	25/10/78, p5
29.	<i>DIRA vai fomentar plantio de seringueiras na região</i>	02/05/83, p1
30.	<i>Agroindústria da 10ª Região</i>	11/07/86, p1

Fonte: Jornal O Imparcial (Presidente Prudente-SP)

Organização: Ana Cláudia Dundes.

É interessante notar a contradição na comparação entre o título e o conteúdo da reportagem: “*Alta Sorocabana exporta mais amendoim que todas as regiões*”. Essa aparente incoerência entre o título, que ressalta a qualidade da região de ser “*a que mais exporta amendoim*” que “*todas*” as outras, confirma a tendência ufanista do jornal, pois apesar de informar as causas que justificam a redução da área cultivada e da produção

agrícola, destaca, no título, o fato da região permanecer entre as principais produtoras de amendoim, sugerindo com a palavra “todas” que seja a maior produtora do país.

O mesmo se verifica no título (7 do Quadro 4) “*Amendoim, soja e óleo de mamona; as grandes exportações da região*”, que reitera os indicadores de queda, agora não mais referentes à produção, mas também à área plantada do amendoim na região. Ostenta no seu título “*as grandes exportações da região*”, mas finaliza a matéria com: “Segundo se observa, a área de cultivo [do amendoim] sofreu redução havendo também decréscimo de produção por falta de adubação satisfatória e melhor orientação por parte dos técnicos das casas da Agricultura e outros departamento”.

São matérias que noticiam os acontecimentos diários, e que, portanto, não têm o distanciamento temporal para avaliar o processo de mudança como um todo, mas não se pode negar que esses discursos vão tecendo imagens e representações da região: representação da região, como a região das possibilidades é notória.

Essa é uma das riquezas da investigação do discurso no jornal: concentrar os discursos que se manifestam no dia-a-dia, aqueles do senso comum dos quais o viver na região permite participar, aqueles carregados do discurso hegemônico e produtor de representações sobre a região. São discursos que têm mostrado o que se verificou ao longo da história regional: trata-se de uma região ainda “*em busca de sua vocação*” econômica. É esse discurso otimista, enaltecendo as qualidades e possibilidades da região, que vai fortalecendo a representação da região do devir, a região que ainda não encontrou sua vocação, sua estabilidade ou, conforme dizia Leite (1981), sua “homogeneidade”.

Já no início da década de 1980, Leite (1981) chamava atenção para essa questão, quando afirmou que a Alta Sorocabana era então “*uma região em busca de sua vocação*” cuja “*consciência regional*” era ainda demasiado frágil, em suas palavras, “*insipiente*”. Essa fragilidade na definição de espaços regionais, para ele era uma característica da quase totalidade das regiões americanas, salvo aquelas confinadas isoladas pela geografia, como os Vales Andinos ou regiões Amazônicas. Comparando as regiões americanas com as regiões européias, Leite (1981) afirmava:

Torna-se, pois, difícil entender-se a existência, em termos objetivos, das chamadas “compages”, ou “verdadeiras regiões”, dos países europeus, sobretudo da França, onde a ecologia humana atingiu estágio bastante harmonioso. São pequenos espaços geo-sociais em que, ao lado dos aspectos físicos-climáticos, as atividades humanas permanecem homogêneas e coesas há alguns séculos, como o caso da região vinícola de Bordeaux.

Nesta circunstância, a integração homem-meio fez-se através da história. As guerras, as revoluções, as mudanças políticas apenas sedimentaram a consciência regional. (LEITE, 1981, p75)

Ainda que consideremos, como Albet I Mas (2001), que suas críticas sejam em decorrência da aplicação de referenciais teórico-metodológicos da geografia européia, destinados à análise de realidades distintas, é indiscutível que a Região de Presidente Prudente ainda não encontrou sua "vocaçãõ"; a busca incessante por uma atividade que dê identidade e que impulse seu desenvolvimento, talvez seja o que a identifica e lhe garanta uma certa "consciência regional". A busca pela vocação e tradição é um fato recorrente na história da região e, nas décadas mais recentes, torna-se mais explícita no discurso do jornal.

Dentre os fatores que levaram Leite (1981) a afirmar que a Alta Sorocabana era uma região "*sem tradição*", destaca-se o fato de ser jovem<sup>75</sup> - o que ainda hoje o é, pois a contar da fundação da cidade de Presidente Prudente, embrião da região, 1917, não é nem centenária - e por ter passado por ciclos econômicos que mudaram ao sabor de determinações externas.

Segundo Leite (1981), a região não encontrara seu ponto de acomodação, não definira sua vocação econômica, apresentando uma economia cíclica no seu pouco tempo de existência. Para ele, os diferentes "ciclos econômicos" que experimentara até ali (1980), eram resultado da influência de agentes e decisões externas; em suas palavras a região "Não homogeneizou-se porque os agentes de influência e decisão, foram sempre externos e por demais dinâmicos" (p.83)

Dentre as fases econômicas, cita o pioneiro período do café, que vai mais ou menos de 1917 a 1930; o do algodão e do amendoim, até meados da década de 1950; a da pecuária, a partir de meados da década de 1950. Explica ele que todas essas fases surgiram e perderam seu vigor em função de demandas e contextos externos. Perderiam o vigor ou a condição de "carro-chefe" da economia regional, mas não desapareceriam.

Assim foi com o café, que motivara a própria existência da região; surgira em decorrência dos preços de exportação, mas com a crise de superprodução, que resultou em falta de mercado e preços baixos, somada às condições de esgotamento dos solos, logo seria substituído por outra cultura, o algodão. Com a cotonicultura ocorre o mesmo, pois a Segunda Guerra lhe garantiria mercado, mas logo findou em decorrência da concorrência com as fibras artificiais importadas; então, foi o amendoim que sustentaria as agroindústrias já instaladas para o beneficiamento do algodão. O auge dessas culturas passara, mas nas décadas de 1970 e 1980, ainda há no jornal, notícias sobre as safras

---

<sup>75</sup> "Entre 1920 e 1950 estruturou-se a malha municipal regional. Pouquíssimos distritos alcançaram a condição de municípios após esta última data." (LEITE, 1981, p.76)

dessas lavouras, que mesmo numa produção decrescente, mantiveram-se na região. O Quadro 5, reorganizado a partir dos dados elaborados por Leite (1981), ilustram a queda de produção dessas três lavouras.

Quadro 5 - **Produção da Sub-região agrícola<sup>76</sup> de Presidente Prudente. (1947-1980)**

<i>CAFÉ</i>		<i>ALGODÃO</i>		<i>AMENDOIM</i>	
<i>Safra</i>	<i>Produção(kg)</i>	<i>Safra</i>	<i>Produção(kg)</i>	<i>Safra</i>	<i>Produção(kg)</i>
<b>1947/48</b>	10.020.000				
<b>1957/58</b>	4.110.000	<b>1951/52</b>	120.000.000	<b>1961/62</b>	102.775.000
<b>1967/68</b>	1.434.000	<b>1961/62</b>	31.050.000	<b>1968/70</b>	82.700.000
<b>1979/80</b>	4.420.000	<b>1979/80</b>	18.109.350	<b>1979/80</b>	38.477.500

Fonte: Leite, 1981, p.80

Organização: Ana Cláudia Dundes

Em todas essas fases, a região adaptou-se, criou uma certa estrutura para o desenvolvimento das atividades, mas logo tendo que se readaptar às mudanças determinadas por novas demandas, em geral, externas.

Esse foi, por exemplo, o efeito desestruturador<sup>77</sup> da CICA - Companhia Industrial de Conservas Alimentícias, que ao se instalar no município de Presidente Prudente, em 1974, provocou um novo surto agroindustrial, estimulando a introdução da tomaticultura na região, na década de 1970<sup>78</sup>.

Na ocasião, o jornal noticiava com entusiasmo: “A CICA desenvolve uma nova riqueza da agricultura regional: o tomate” (Título 5 - Quadro 4). A nova riqueza, como tantas outras, duraria apenas um período de menos de duas décadas, pois em 1992 anunciava seu fechamento: “CICA fecha as portas e deixa 300 desempregados” (OI, 31/10/92, p3). Bem mais do que os 300 desempregados, antes de seu fechamento, já provocara transtornos aos agricultores com as exigências de melhoria da qualidade do produto; somente os produtores mais capitalizados é que permaneceram fornecendo tomate à empresa (HESPANHOL, 1991).

<sup>76</sup> Os dados apresentados por Leite (1981), referem-se à produção da área da DIRA – Divisão Regional Agrícola de Presidente Prudente, que na época era formada pelos municípios de Álvares Machado, Alfredo Marcondes, Anhumas, Caiabu, Estrela do Norte, Indiana, Martinópolis, Narandiba, Pirapozinho, Presidente Prudente, Regente Feijó, Sandovalina, Santo Expedito, Taciba e Tarabai. Embora os dados não se refiram a toda a Alta Sorocabana, são ilustrativos da diminuição da produção agrícola naquele período em que se verificava a expansão da pecuária.

<sup>77</sup> Sobre o efeito desestruturador das empresas, especialmente agroindústrias, de capital forâneo, ver Dundes (1998, p. 100-17).

<sup>78</sup> A esse respeito, toda a infra-estrutura criada para a instalação da empresa em Presidente Prudente e os efeitos dela na economia regional, ver HESPANHOL (1991).

Além da CICA, e anteriormente, as empresas de beneficiamento de algodão e amendoim<sup>79</sup> de capital forâneo, poderíamos ainda citar os exemplos dos frigoríficos, como o BORDON, que investiram na região em períodos favoráveis, mas que diante das primeiras dificuldades, não relutaram em transferir seus equipamentos de produção para outras áreas ou para fora do próprio Estado. As vantagens fiscais oferecidas por estados vizinhos como o Mato Grosso do Sul é uma das principais justificativas para a migração de capital da região para essas áreas apontadas, especialmente no que se refere aos frigoríficos<sup>80</sup>.

O levantamento desse período demonstrou que a temática regional em evidência no jornal eram as mudanças na agropecuária regional. Segundo Hespanhol (2000), a partir da década de 1950, a crise da cotonicultura descapitalizou pequenos agricultores, diminuindo sensivelmente a mão-de-obra absorvida e promovendo a expulsão de grandes contingentes populacionais do campo. Somava-se a isso a expansão da pecuária extensiva (em função do crescimento do mercado de carne nos grandes centros) que provocou concentração fundiária na região e uma reorganização do uso das terras.

A Tabela 1, organizada a partir de Hespanhol (2000, p.145), que apresenta expansão das áreas destinadas à pecuária na Microrregião de Presidente Prudente<sup>81</sup> no período compreendido entre 1950-1996, permite observar que, nas décadas de 1970 e 1980, as pastagens destinadas à pecuária extensiva já representavam mais de 70% das terras cultivadas na região.

---

<sup>79</sup> Das 52 empresas de beneficiamento existentes em 1955, na Alta Sorocabana, apenas 29 funcionavam em 1965 (LEITE, 1972, p.141). O amendoim, que desde a década de 1940, era plantado nas entressafras do algodão e que a partir da década de 1960 superaria sua produção, garantiria a manutenção dessas empresas até fins da década de 1970. Dessas poucas unidades restaram os armazéns e as ruínas das unidades de beneficiamento que, junto à linha férrea, constituem ainda ícones da prosperidade sazonal da região.

<sup>80</sup> A “guerra fiscal” é apontada de maneira geral, como a causa do baixo investimento na Região Administrativa de Presidente Prudente, inclusive em diagnósticos realizados pela Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia - FUNDACE/USP (1998), que afirma que a proximidade da 10ª RA, dos Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná, que dispõem de incentivos fiscais específicos, inclusive federais, prejudica em demasia a economia da região, pois embora “carente”, recebe o mesmo tratamento oferecido às regiões mais ricas do estado de São Paulo e capital. (SANTOS, 2005, p.124).

<sup>81</sup> Apesar de Hespanhol (2000) apresentar dados referentes à Microrregião de Presidente Prudente, estabelecida pelo IBGE, esse recorte é muito próximo do recorte regional da Alta Sorocabana; desse modo utilizamos as informações organizadas pela autora para ilustrar as transformações que se processavam na região, no período em análise nesta tese.

Tabela 1. Uso da terra nos estabelecimentos agropecuários da Microrregião de Presidente Prudente (1950-1995/96)

ANO	Lavouras (hectares)	%	Pastagens (hectares)	%	Matas e florestas plantadas (hectares)	%	Terras não utilizadas	%
1950	338.221	25,9%	410.542	31,5%	437.357	33,6%	87.956	6,7%
1960	314.547	25,7%	718.392	58,75%	143.787	11,7%	30.542	2,5%
1970	235.968	14,8%	1.221.994	76,6%	93.359	5,8%	11.893	0,7%
1975	182.601	10,8%	1.352.273	79,8%	82.017	4,8%	38.920	2,3%
1980	210.994	12,7%	1.306.457	78,9%	121.179	7,3%	5.669	0,3%
1985	259.215	15,4%	1.252.739	74,6%	108.288	6,4%	19.097	1,2%
1995/96	146.283	9,7%	1.225.050	81,7%	77.633	5,2%	47.247	3,2%

Fonte: FIBGE, Censos Agrícolas do Est. de SP de 1950 e 1960; Censos Agropecuários do Est. de SP de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1985/86. In.: HESPANHOL (2000, p.145)

Reorganização: Ana Cláudia Dundes.

Diante de tal quadro de mudanças, ao lado das notícias dos problemas enfrentados pela agricultura, no jornal cresciam as matérias sobre a pecuária regional. As notícias referentes à pecuária, em geral, tomavam grande parte do espaço das primeiras páginas. As feiras, rodeios e exposições de animais, leilões e novas aquisições de tecnologia em matérias e reportagens (ilustradas por grandes fotos), notas, cadernos e suplementos, especificamente ligados à pecuária, tinham grande destaque no jornal, conforme ilustram o Quadro 6 e a Figura 12.<sup>82</sup>

Quadro 6. Títulos de matérias/reportagens: “Pecuária regional” (décadas 1970-80)

Nº	Títulos	O Imparcial
1.	Antonio Renato Prata: Sua maior preocupação, é a unificação do rebanho bovino. (Coluna Agropecuária)	09/07/72
2.	Exposição Regional de animais tem magnífico recinto	05/09/72 p1
3.	Esta semana começa a Parada do Nelore.	06/09/ 72 p1
4.	150 mil pessoas visitaram a IX Exposição Regional de animais	10/09/72, p1
5.	Couro vai colocar Prudente na exportação	22 /10/72, p1.
6.	Argentinos impressionados com o rebanho dessa região (Altino Correia)	13/11/76, p1-3
7.	Em Caiuá, criação de gado bovino alcança grande avanço técnico (Clovis More)	30/11/76, p1-3
8.	Região produz 100.000 litros de leite	04/03/77, p1
9.	Prudente ocupa posição destacada em inseminação	20/03/77, p1
10.	Criadores Alagoanos e Pernambucanos descobrem aqui a raça Quarto de Milha.	29/03/77 p3
11.	Criadores homenageados (Coluna Sinal Verde: Altino Correia e Sergio Antonio)	10/04/77, 14
12.	Pecuaristas temem que o governo desviará recursos do setor para a produção de cana	21/04/77, p1
13.	Cooperativa de carne começa a ser formada por pecuaristas	08/03/83, p7
14.	Bacia leiteira da Alta Sorocabana preocupada (Clovis More)	20/03/83, p11
15.	Coocarne a união que a pecuária espera	15/05/83.p3
16.	A pecuária na constituinte	21 08 86 p15

Fonte: Jornal O Imparcial (Presidente Prudente –SP)

Organização: Ana Cláudia Dundes

<sup>82</sup> Em função da recorrência das matérias sobre a pecuária, que na maioria das vezes versavam sobre as conquistas de prêmios em feiras, ou sobre a ocorrência de leilões e feiras de gado e cavalos, selecionamos apenas uma mostra desse material, para não avolumar ainda mais o acervo da pesquisa.

Figura 12. A pecuária no jornal (década de 1970/80)



\* Os números correspondem aos títulos do Quadro 5  
 Fonte: Jornal O Imparcial (Presidente Prudente –SP)  
 Organização: Ana Cláudia.Dundes

Se considerarmos o conteúdo e a postura geral do jornal, há uma aparente incoerência entre opiniões, como as de Benedito de Oliveira, que defendem os agricultores e as matérias que anunciam o crescimento e a prosperidade da pecuária. Tanto no conteúdo geral do jornal quanto na “coluna Agropecuária”, observa-se um volume significativo de matéria, fotos, reportagens e entrevistas sobre e com pecuaristas da região. Na referida coluna, por exemplo, pouco destaque se dava à agricultura; as notícias predominantes eram sobre a pecuária regional.

O trecho a seguir - que ilustra os conteúdos recorrentes nas colunas e cadernos voltados à pecuária - mostra uma reportagem (“*Antonio Renato Prata: Sua maior preocupação, é a unificação do rebanho bovino*”) de Valderi dos Santos para a coluna “Agropecuária”, sobre a fazenda “Dois Irmãos” de propriedade do “Dr. Antonio Renato Prata”, criador de gado nelore mocho. A reportagem, escrita num tom de “causo”, enaltece o bucolismo do campo em oposição à “*selva de cimento*”, mas ao mesmo tempo dá ênfase às técnicas modernas empregadas pelo pecuarista. Destaca nas fotos o gado premiado em feiras e exposições e apresenta uma breve biografia do pecuarista formado em agronomia.

O canto da codorna no morrer da tarde, o assovio da inhambu, a festa do pássaro-preto, o descambar do sol parecem o recitar de bonitos versos a misturar-se com o mugir do gado e as vozes roucas dos experimentados peões. A fazenda Dois Irmãos, é uma bela jóia campestre.

São 270 alqueires de solo ainda em fase de exploração, mas **onde pontifica a técnica moderna** [...]

Permanecemos várias horas na fazenda, ouvindo e aprendendo sobre o desenvolvimento de um rebanho que orgulha a pecuária regional. (SANTOS, Valderi dos. *Antonio Renato Prata: Sua maior preocupação, é a unificação do rebanho bovino*. 09/07/72, Título 1 – Quadro 6)

As matérias muitas vezes de páginas inteiras, quase sempre ilustradas com fotos de animais premiados ou com fotos das exposições regionais de animais, conforme mostra a Figura 12, vão construindo, no jornal, uma imagem da região. O discurso das matérias, reportagens e das imagens vai “revelando” a construção da identidade da região com a pecuária, conforme se observa nos seguintes trechos:

“Será no dia 9 próximo a abertura da IX Exposição Regional de Animais de Presidente Prudente **que vai revelar toda a potencialidade da pecuária da Alta Sorocabana**, cotejando-a com o que se faz de melhor na formação de finos plantéis em outras regiões do Estado. Nesta região, o Nelore definiu-se como a raça bovina que mais se aclimatou às condições ecológicas do oeste de São Paulo.”(*Esta semana começa a Parada do Nelore*. OI. 06/09/72, p1. Título 3 – Quadro 6, grifo nosso)



Ao visitar o recinto de exposições de Presidente Prudente na última 5ª feira, uma delegação de **criadores argentinos levou desta região a melhor impressão possível**. Depois de percorrer grandes centros agropecuários e verificar sua potencialidade, os pecuaristas da vizinha República, concluíram que “em Presidente Prudente encontra-se o gado que eles procuram”.[...]

[...] O propósito dos visitantes era conhecer a propriedade do Sr. Hiroshi Yoshio, dada a fama que o mesmo possui, como um dos maiores criadores de Nelore do Brasil. Mas Yoshio, na sua modéstia que o caracteriza e o enobrece, declinou dessa honraria, e deliberou convidar seus companheiros para uma apresentação de seus animais. [...] (CORREIA, Altino. *Argentinos impressionados com o rebanho dessa região*. OI.13/11/76,p.1. Título 6- Quadro 6, grifo nosso)

O aprimoramento de raças zebuínas para a região da Alta Sorocabana é uma necessidade. **A região que é considerada uma das mais desenvolvidas no setor da pecuária em todo o Estado**, tem no trabalho anônimo de criadores como o sr. Augusto Alves do município de Caiuá, um exemplo do esforço da iniciativa no sentido de melhorar o plantel brasileiro. Produzindo animais de qualidade, a pecuária nacional e o mercado [...] só tem a ganhar, e a reportagem que ora realizamos e divulgamos é um prêmio àqueles que não medem esforços para o aprimoramento do gado Nelore no Brasil [...](MORE, Clovis. *Em Caiuá, criação de gado bovino alcança grande avanço técnico*. OI. 30/11/76, p. 3. Título 7 - Quadro 6, grifo nosso)

A agricultura pouco aparece nos espaços destinados à “Agropecuária” (colunas, cadernos e eventuais suplementos); seus títulos e conteúdos dão destaque ao setor “pecuário” regional e, em geral, são comentam seus avanços tecnológicos:

A região de Presidente Prudente que se destaca no setor **agropecuário**, também vem ocupando posição privilegiada no campo de **inseminação artificial** desde que se inaugurou aqui, uma Central de Congelamento de sêmen conhecida por “Tairana”. Graças a um trabalho sério e dedicado que vem sendo realizado por técnicos em inseminação artificial em apenas alguns meses de atividade essa empresa **ganhou confiança e preferência dos criadores**. (*Prudente ocupa posição destacada em inseminação*. OI. 20/03/77, p1. Título 9 – Quadro 6)

Mas apesar de cada vez mais a imagem da região ser associada à pecuária, especialmente a partir da década de 1960, e mesmo com as crises cíclicas da agricultura no discurso regional, que revela também sua realidade econômica, ainda há uma busca incessante pela sua “verdadeira” vocação agrícola. A pecuária que a identificaria no contexto da economia estadual como região de criação de animais, parece ser negada como vocação, quiçá por não ter provocado a almejada “acomodação” ou desenvolvimento de uma tradição regional, ou por ter gerado as mazelas (êxodo rural, encolhimento populacional, desemprego etc.) denunciadas pelo próprio jornal, como nos artigos de Benedito de Oliveira. Assim, ainda na década de 1970, observam-se discursos como estes:

A Alta Sorocabana possui na agricultura sua principal fonte de riqueza, vindo em seguida a pecuária. Mas é o setor agrícola reconhecidamente o que mais absorve mão-de-obra, é o que gera maior parcela na produção de bens e concorre com elevada percentagem na produção agrícola do país.

Essa economia esteve ameaçada nos últimos anos em decorrência dos condicionamentos [...] Felizmente esse terrível estado de coisas está se dissipando diante dos mecanismos de assistência à lavoura que começam a funcionar de maneira mais convincente em socorro do homem do campo. (*A política do algodão beneficiará o homem do campo*. O I. 24 /08/76, p. 6)

“Toda região tem sua história, A Alta Paulista foi aberta em 1940, e procurou mais cedo o seu destino, dedicando-se à cafeicultura. A Alta Sorocabana foi aberta em 1920 e demorou a encontrar o seu destino que é a agricultura” – Quem disse isso foi o prefeito Severo Lins, de Rancharia, que está empolgado com o plantio de soja, trigo, café e cana, em toda a região. (*Está chegando a agricultura*. OI. 01/05/77, p4. Coluna Sinal Verde)

Assim nos perguntamos, por que a pecuária, apesar das representações que se constroem em torno dela, não forjaria então a identidade regional?

Em decorrência, talvez, das transformações negativas provocadas pelo avanço da pecuária como o êxodo rural, a reestruturação fundiária, o esvaziamento populacional das cidades menores, o desemprego etc., e porque a agricultura fosse considerada o setor que “*reconhecidamente mais absorve mão-de-obra*” e “*o que gera maior parcela na produção de bens*”, a pecuária não era explicitamente enunciada como vocação regional. Assim, o que se observa é a continuidade de um discurso que buscava na agricultura o meio para seu desenvolvimento e a sua “verdadeira” vocação...

Ao tomar posse no cargo de diretor do Escritório Regional da Secretaria do Interior, o sr. Antonio Marco Donaton classificou sua região “como uma das mais pobres do Estado” e apontou como principal problema “a extinção contínua das pequenas e médias empresas locais em virtude da política economia nacional”.

“Hoje, segundo Donaton, o índice desemprego é muito alto nas cidades da região, provocando uma marginalização da produção [sic] e fazendo crescer o índice da violência”. Além disso, a taxa de desemprego provoca também um esvaziamento populacional, problema para o qual **a única saída**, no seu modo de ver, **é a criação de uma política agrícola para a região de Presidente Prudente**, que fixe o elemento humano na sua região, evitando a marginalização nos grandes centros para onde se desloca em busca de melhores condições de vida. (*Diretor do Erin defende política agrícola para Presidente Prudente*. OI. 12/04/83,p3, Título 13 – Quadro 2, grifo nosso)

Até fins da década de 1970, nos discursos no/do jornal ressoam vozes que defendem a agricultura como a “saída”, melhor dizendo, como a “entrada” para o

desenvolvimento regional<sup>83</sup>. Apostava-se em um projeto de desenvolvimento movido por “surto” de produção que vão se sucedendo, como ocorrera com o café, o algodão; como ocorreria com a cana, a soja e, nas últimas décadas, novamente a cana e produtos para a produção do biodiesel.

As reivindicações explícitas em defesa da agricultura regional, não impediriam, entretanto, que aos poucos, os discursos que anunciavam o sucesso da pecuária fossem construindo e fortalecendo a imagem de uma região de criação de gado. A partir da década de 1990, quando eclodem os conflitos de terras, os discursos do/no jornal vão se revelando partidários dos “ruralistas”, em geral pecuaristas. Talvez a palavra eclodir não seja adequada, já que a história da região se confunde com a história dos conflitos de terra, mas é a partir da década de 1990 que os movimentos sociais de luta pela terra se organizam e tiram as notícias dos conflitos de terra dos bastidores. Assim, quando eles ganham evidência não só regional, mas nacional e até internacional, o discurso do jornal, já não mais se remete à agricultura como propulsora do desenvolvimento regional. A bandeira do desenvolvimento regional passa então a ser “a terra”, ou a legitimação das propriedades de terra.

Mas ainda assim perdura a “saga” da busca da vocação regional ...

### 3.2.2 Novos “surto”, mesmos discursos: a busca da vocação continua

#### *A cana-de-açúcar*

Além das já citadas, Leite (1981) apontava para uma nova fase que se iniciava em fins da década de 1970, com a instalação da primeira usina de álcool anidro na região do Pontal:

Procurando adaptar-se às contingências nacionais e **a procura de sua vocação**, a região entra agora no período da cana, para produção de álcool combustível. Três usinas já estão aprovadas pelo Próalcohol, todas autônomas: a Alcídia, com capacidade de 240.000 litros diários, situada no município de Teodoro Sampaio, já está implantada e em produção; a Laranja Doce, no município de Regente Feijó, e a Dalva, em Santo Anastácio [...] (LEITE, 1981, p.82, grifo nosso).

---

<sup>83</sup>Contudo, em Presidente Prudente, o discurso desenvolvimentista, sustentado pelo projeto de implantação de um distrito industrial era o predominante nas plataformas políticas, mas esse era, conforme constatamos, no levantamento junto ao jornal, o que emergia especialmente nas épocas de campanhas das eleições municipais. Foi um projeto de desenvolvimento, que terminou com a construção do NIPP-I, Núcleo Industrial de Presidente Prudente que, todavia, não logrou o progresso do setor industrial no município.

Era o ciclo (ou surto) da cana, que o jornal, então, anunciava novamente com expectativas em relação à possibilidade de prosperidade da economia regional: (Cf. Títulos 22, 24, 25, 26, 27 e 29 – Quadro 4):

A cana-de-açúcar duplicará o valor das terras do Pontal do Estado, a mão-de-obra ficará escassa e as cidades precisarão de melhor infraestrutura para atender os contingentes de trabalhadores importados. Surgirão novos hotéis, restaurantes, bares, armazéns, provocando uma transformação talvez radical na região atualmente classificada como a mais pobre do Estado.

Esta previsão feita por técnicos da Divisão Regional Agrícola é a mais otimista até agora sobre o Pontal, e tem base na febre da cana que chega ao município de Teodoro Sampaio. [...]

Quando a Alcídia ficar pronta outra usina a de Presidente Venceslau distante 70 quilômetros de Teodoro Sampaio, possivelmente comece a ser construída. Ela está sendo planejada por um grupo de empresários da Fazenda Santa Sofia, enquanto fala-se em outras organizações dispostas a seguir o mesmo exemplo. Se tudo der certo garantem os técnicos da DIRA – dentro de alguns anos a cana estará substituindo as lavouras tradicionais em externas áreas da Alta Sorocabana.[...] (*Cana-de-açúcar pode alterar a imagem do Pontal do Estado*. OI, 24/06/77, p1. Título 25 – Quadro 4)

O próprio texto do jornal ressalta a tendência da região em “substituir” uma atividade por outra (“*dentro de alguns anos a cana estará **substituindo** as lavouras tradicionais*”). A introdução da cultura da cana-de-açúcar em escala industrial<sup>84</sup> na região, na década de 1970, fortalecida a partir dos incentivos do Proálcool, criado pelo governo federal em meados da década de 1970<sup>85</sup>, ao invés de representar uma possibilidade de diversificação de sua economia, é anunciada como uma atividade “*redentora*” para a “*região mais pobre do Estado*”. Outros títulos, que embora tratem de atividades que tiveram menor impacto na região, também ilustram a expectativa que o jornal cria em torno do *vir a ser* regional; “*pode vir a ser*” é uma expressão marcante na construção da região do devir, conforme ilustram os títulos das matérias: “*Trigo e café **podem desenvolver** a economia agrária da região*”, “*O trigo **pode salvar** a agricultura regional*”, “*Cultura da cana **pode expandir** na região de Pres. Prudente*”, “*Cana-de-açúcar **pode alterar** a imagem do Pontal do Estado*” (Títulos 18, 22,23 e 25 – Quadro 4).

---

<sup>84</sup> A cultura da cana era praticada na região desde o início de sua ocupação, mas para forragem, para alimentação de animais e para a produção doméstica de açúcar e outros produtos.

<sup>85</sup> De acordo com o governo federal, a criação do PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool em 1975 (Decreto nº 76.593, de 14/11/1975), justificava-se em função do aumento do preço do petróleo, mas, em verdade, atrelada à expectativa de que os preços do petróleo provocariam uma crise, estava a necessidade premente “de ‘salvar’ a indústria do açúcar, em crise face aos baixos preços do açúcar no mercado internacional e sem condições objetivas de escoar a sua produção”. (CAVALCANTI, 1992)

A expansão da cana na região e as expectativas criadas em torno dela, somadas aos problemas momentâneos que a pecuária regional vinha passando, em fins da década de 1970, logo provocaram manifestações dos pecuaristas, anunciadas com destaque na primeira página: “*Pecuaristas temem que o governo desviará recursos do setor para a produção de cana*”:

Há um clima de preocupação reinante entre os pecuaristas da Alta Sorocabana, motivado pelas informações transmitidas por uma fonte oficial de Brasília, segundo a qual a Alta Sorocabana passou a ser considerada área produtora de cana, destinada a extração de álcool carburante, ficando **suspensos todos os projetos e incentivos governamentais para outras atividades**, principalmente ligada à pecuária de corte.<sup>86</sup>(grifo nosso)

A preocupação dos pecuaristas se dava em decorrência da proibição, por parte do governo federal, do funcionamento de matadouros municipais na Alta Sorocabana. Assim, mostravam-se preocupados, pois diante de tal anúncio a construção de um minifrigorífico, que reivindicavam, ficava prejudicada:

A notícia de Brasília deixou os pecuaristas apreensivos, pois como é sabido, a Alta Sorocabana contribui com grande parcela na produção bovina do Estado de São Paulo, principalmente com relação ao abastecimento de carne de primeira qualidade, existindo na região, frigoríficos de primeira linha[...].A Alta Sorocabana é ainda responsável pelo abastecimento de boa parte do mercado estrangeiro [...]

**O próprio presidente Ernesto Geisel teve a oportunidade de constatar a pujança da pecuária regional** quando no ano passado visitou a V Exposição Internacional do Nelore. [...]

A transformação da Alta Sorocabana em área produtora de cana para extração de álcool carburante, embora sendo medida relacionada aos mais altos interesses nacionais, vem sendo encarada com preocupação por parte dos criadores que tinham planos de expandir suas atividades aqui mesmo na região.<sup>87</sup> (Grifo nosso)

Em contrapartida, na mesma matéria, o jornal defendia, sob o subtítulo: “Trabalho”, os possíveis benefícios sociais com a implantação e expansão da cultura da cana, minimizando problemas como desemprego no campo e conseqüente êxodo rural, especialmente no Pontal do Paranapanema.

Do ponto de vista social, a medida do Governo dará solução a um dos problemas que mais tem preocupado as autoridades municipais: a falta de mercado de trabalho, que como resultado lógico, vem causando uma crescente onda de abandono do campo, e o aumento do contingente de desempregados nas cidades carentes de indústrias. [...]

---

<sup>86</sup> *Pecuaristas temem que o governo desviará recursos do setor para a produção de cana*. O Imparcial, 21/04/77, p1.(Título 12 – Quadro 5)

<sup>87</sup> Ibidem.

O plantio de cana abre amplas perspectivas para os trabalhadores sem qualificação profissional, fazendo crer que dentro de poucos anos o êxodo rural poderá ser apenas uma amarga lembrança.

A medida não significa dizer, também, que a pecuária de corte será extinta na região. Apenas não serão oferecidas as facilidades atuais [...]

Entre os prefeitos, o clima é de expectativa [...] principalmente nos municípios onde o esvaziamento populacional vem contribuindo para o surgimento de um estado de quase falência municipal. Essa transformação levará alguns anos mas trará inúmeros benefícios para a região, que embora perdendo a primazia de grande produtora de carne poderá ser, no futuro, área contribuidora do desenvolvimento nacional, produzindo combustível para o aceleração da grandeza brasileira.<sup>88</sup>

Mas, se no discurso, a cana aparecia como solução para os males regionais, na prática, mais uma vez, acompanhando o dinamismo das demandas externas e a política nacional, a cultura da cana experimentaria as mesmas fases do Proálcool<sup>89</sup>. A primeira fase do programa que, segundo Cavalcanti (1992), vai de 1975 a 1979, foi o período de criação e consolidação do programa no país; na região, nessa mesma época, a cultura da cana e a instalação de usinas para a produção de álcool, eram noticiadas com entusiasmo e expectativa pelo jornal. A matéria, a seguir, reproduz trechos do discurso do então governador Paulo Egydio Martins:

[...] o governador Paulo Egydio, em breve pronunciamento, afirmou recordar-se da sua primeira visita [...] quando o governador estava empenhado em debater os problemas mais urgentes da região do pontal do Paranapanema, “uma época em que a situação se mostrava angustiante pela própria falta de recursos da população da região”.

“Hoje, no Pontal – disse o sr. Paulo Egydio – temos duas grandes modificações. A primeira foi imposta pela ampla visão do ministro Ueki<sup>90</sup>, que soube como enfrentar, em seu cargo, a batalha da falta de capacidade do país em pagar o petróleo [...] a segunda, uma transformação que realizamos no **Pontal**, organizando um programa de desenvolvimento que lhe deu vida, novas opções. Essas modificações só os cegos se a admitir. [...]

[...] disse que a resposta aos pessimistas surgiu tanto no plano federal quanto no estadual, **porque o álcool, hoje, “é o nosso barril de petróleo por hectares de terra”**. (“Paulo Egydio: Pontal do Paranapanema vive hoje perspectivas mais promissoras”. OI. 25/10/78, p.1, grifo nosso)

---

<sup>88</sup> Ibidem.

<sup>89</sup> As fases do PROÁLCOOL são aquelas propostas por CAVALCANTI (1992).

<sup>90</sup> Shigeaki Ueki, antes de assumir o ministério das Minas e Energia, no governo militar de Ernesto Geisel, foi responsável pelas primeiras consultas e pedido de estudo sobre fontes não convencionais de energia para fornecer subsídios ao novo governo. O grupo de estudo que havia sido encarregado de realizar a pesquisa, conclui, em 1974, no documento intitulado “Fotossíntese como fonte de energia”, pela viabilidade da produção do álcool de cana, pois, entre outras razões, aproveitaria a capacidade ociosa das usinas de açúcar que atravessavam momento de crise. (BERTELLI, 2007)

O discurso do governador dá ênfase às transformações na região “mais ao oeste da Alta Sorocabana”, o Pontal do Paranapanema, considerada, conforme analisaremos no próximo item, a região mais carente de infra-estrutura e apartada do processo de desenvolvimento do Estado mais rico do país. Mas na década seguinte, a expectativa de crescimento e prosperidade econômica já se estendia para a região Administrativa de Presidente Prudente. De 1980 a 1985, na fase de aceleração e auge do Proálcool, o jornal anunciava os benefícios sociais da agroindústria alcooleira na região, agora não já mais restritos ao Pontal, à Alta Sorocabana, mas a toda “10ª Região:

Apresentando uma performance extraordinária, no campo da agro-indústria, a **10ª Região Administrativa** aponta os índices mais expressivos de produtividade de álcool hidratado, dentro do Estado de São Paulo. O natural crescimento fomentado pelas instalações das destilarias, veio cobrir grandes áreas rurais com vastas plantações de cana-de-açúcar e ao mesmo tempo, atraindo numerosa mão-de-obra rural, o que resultou na importante solução social, para o aproveitamento dos trabalhadores do campo. Por outro lado, a contribuição valiosa das destilarias [...] tem sido um fator determinante para o progresso interiorano, além da expansão das próprias agro-indústrias e o impulso de circulação de riquezas propiciados por suas atividades. (“*Agro-indústrias da 10ª Região*”. O I. 11/06/86, p1, grifo nosso)

Mas de 1986 a 1989, de acordo com Cavalcanti (1992), o Proálcool atinge a sua fase desaceleração e crise. A crise econômica e a crise institucional e política que se abatem sobre o país, no período entre 1986 e 1989, tiveram reflexos diretos no programa como um todo; os vários planos de estabilização econômica não haviam controlado o processo inflacionário e a deterioração das condições econômicas e sociais do país. Somados a essas condições internas desfavoráveis, os baixos preços do petróleo no mercado internacional, levariam à crise do Proálcool. Assim, depois do otimismo, logo viriam preocupações decorrentes do declínio da atividade na região:

[...]No Pontal do Paranapanema e na Alta Sorocabana, pioneira no Programa Nacional do Álcool, estão localizadas 12 destilarias e usinas responsáveis pela produção de 3.500.000 toneladas de cana-de-açúcar e 262.500.000 litros de álcool carburante por safra. Para essa produção são empregados diretamente 15.000 trabalhadores e considerando três dependentes por empregado, significa que 45.000 dependem do setor na região. “O efeito multiplicador dessa produção em outros setores da economia como prestação de serviços, comércio e indústria é de uma para seis, o que significa que 90.000 brasileiros dependem dessa atividade”, conclui o presidente da Unipontal, Antonio Quirino, em seu apelo ao presidente Fernando Collor de Melo para a definição de uma política governamental que mantenha o Programa Nacional do Álcool. (BENTO, Moacyr. *Unipontal: Quirino faz apelo ao Presidente da República para que seja mantido o Proálcool no Brasil*. OI. 19/08/90, p22)

Para Hespanhol (2000), o aprofundamento da crise no setor sucroalcooleiro, derivado da desregulamentação do setor, da retirada dos subsídios ao combustível e do baixo preço do álcool, resultou na redução do volume de cana produzido na região, no período entre 1990 e 1996, levando ao encerramento das atividades de algumas usinas, e na paralisação temporária de outras na região. Mas, apesar da crise, a cana, em meados da década de 1990, permaneceria como a principal lavoura (tanto em produção quanto em área cultivada) na região. (p.158)

No início da década de 2000, o discurso da cana é ofuscado pelo discurso em favor da cadeia do couro e da implantação da soja. Mas em 2006, a bioenergia ganha evidência no mercado nacional e internacional, e a cana, que se manteve como importante atividade na região, volta a crescer e com ela a agroindústria sucroalcooleira:

O Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) mostra que o aumento de áreas plantadas de cana-de-açúcar, em Presidente Prudente e em 21 cidades da região de abrangência do órgão, foi de 15 mil hectares. Enquanto no ano passado havia 101 mil hectares de áreas de cana, neste ano já são 116.700 hectares [...] o que representa um aumento de 15,5%. (*Plantio de cana cresce 15,5% na região de PP*. OI. 22/06/06, p1)

A União das Destilarias do Oeste Paulista (UDOP) informa, através de seu site, que, na região administrativa de Presidente Prudente, quatro novas usinas de cana-de-açúcar estão em fase de instalação. Essas usinas estão localizadas nas cidades de Narandiba, Martinópolis, Dracena e Junqueirópolis. Há ainda a abertura de dois novos escritórios de usinas em outras cidades da região. Hoje atuam na região administrativa de Presidente Prudente, segundo a Udop, 10 destilarias e usinas. ( VANTI, Priscila. *UDOP aponta criação de outras quatro usinas na região de PP*. OI. 10/03/06, p6 B)

No seminário “Agronegócios em Presidente Prudente e Região”, o presidente regional da Fiesp, Pérsio Melen Isaac, destacava que o foco das discussões deveria ser o setor sucroalcooleiro, “para mudar o perfil socioeconômico da região de Prudente”. (Idem. OI. 10/03/06, p6 B)

Depois de tantos discursos que defendeu e ajudou a produzir, sobre a vocação regional, agora o discurso do jornal muda. Ainda que não seja sua intenção, acaba criticando seu próprio discurso ao comentar sobre as apostas nos “ciclos” econômicos da região.

O desenvolvimento da região de Presidente Prudente sempre esteve marcado, ao longo da história, por ciclos produtivos de determinadas culturas e atividades no campo. Entre os principais, já houve os ciclos do café, do amendoim, do algodão, da soja e do boi. No entanto, depois de períodos altamente produtivos [...] o que ficou foram os



prejuízos, abandono de patrimônio, desemprego, dívidas e desesperança.[...]

Agora, a cana-de-açúcar desponta como o “novo” ciclo da região. Investimentos gigantescos na lavoura e a instalação de usinas de açúcar e álcool são anunciados aos quatro cantos. [...]

[...]É claro que, numa região marcada pela pobreza e pela falta de oportunidades, os empregos e a renda gerados de imediato pelas usinas e lavouras são fundamentais, nos aspectos social e econômico. No entanto, a cana e a cadeia produtiva nela envolvida, incluindo as destilarias, provoca profundos impactos ambientais. [...]

[...] a região necessita de um modelo produtivo que proporcione desenvolvimento sustentável. Não basta garantir emprego e renda hoje. É preciso pensar no amanhã. Ver as novas e antigas destilarias funcionando com capacidade máxima é um alento para a região. Mas preservar o ambiente para garantir a sobrevivência é fundamental. (Editorial: *A região necessita de um modelo produtivo que proporcione desenvolvimento sustentável*. OI. 11/03/06, p3A)

As análises mais cautelosas, que eram consideradas, no mínimo, como pessimistas e, no máximo, como contrárias ao desenvolvimento regional, vindas da academia, ou das promotorias e outras instituições ambientais, são incorporadas ao discurso do jornal.

O conceito de desenvolvimento sustentável também é absorvido pelos discursos de outras lideranças, que antes refutavam os problemas ambientais causados pelas monoculturas. Mas a fragilidade desse discurso se revela nas contradições e no apontamento de “soluções”, como o cultivo alternado da cana, com a cultura da soja:

“[...]Vejo com bons olhos esse crescimento, desde que esteja embasado em um critério preservacionista. Esse crescimento não deve ser desenfreado, mas, sim, sustentável”.

Contudo, Berno<sup>91</sup> aponta outra questão. **“Essa preocupação com a preservação, entretanto, não deve inviabilizar a vinda do investimento para a região.** Um não pode competir com o outro.” (Idem. OI. 10/03/06, p.6 B, grifo nosso)

A criação de mecanismos inteligentes para a cultura da cana-de-açúcar, como desenvolvimento sustentável, pode evitar a degradação do meio ambiente e o desemprego no campo. Esta é a avaliação da diretora executiva da organização não-governamental Agência de Desenvolvimento do Oeste Paulista, Anna Cláudia Berno. Ela afirma que a mecanização pode causar danos irreparáveis aos solos da região.

[...]Uma solução prática, capaz de evitar a degradação do solo, segundo Anna Cláudia, seria a integração entre culturas, como o plantio da cana com a soja, milho ou amendoim. [...](SIMÕES. Amanda. Usinas devem aliar desenvolvimento e preservação. OI. 18/01/06, p6 B)

---

<sup>91</sup> Anna Cláudia Berno, coordenadora regional da Bolsa de Parcerias e Arrendamento de Terras do Oeste Paulista e diretora executiva da organização não governamental Agência de Desenvolvimento do Oeste Paulista. Em 2002, o discurso das entidades que dirige era de que a região deveria se dedicar ao cultivo da soja, conforme apresentaremos a seguir.

O discurso de Berno é importante porque sintetiza o pensamento de empresários do setor do agronegócios, que apóiam e participam tanto da Agência de Desenvolvimento quanto da Bolsa de Parcerias de Arrendamento, que ela representa, conforme veremos a seguir. Mas esse discurso ainda, e talvez nunca, incorpora as análises de que o setor de agronegócios, baseado na monocultura, é excludente para os pequenos proprietários, já que exige capitalização e mecanização.

Mas os discursos não param neste surto. Conforme o próprio editorial do *O Imparcial*, ainda viria o couro, a soja...

### *O couro, o Mercosul e a soja.*

Vários são os exemplos de discursos que buscaram valorizar e promover as vocações regionais, manifestos no jornal, a exemplo do que ocorreu durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, em torno do projeto que visava a instalar um distrito industrial na cidade de Presidente Prudente, e que se tornou plataforma das campanhas políticas de diferentes governos desse município. Embora fosse um projeto que deveria beneficiar diretamente Presidente Prudente, a industrialização sempre foi um projeto regional. A atração de indústrias para o interior, enquanto prática de políticas de desenvolvimento estatal, não logrou sucesso, mas como discurso, se não foi “*Chave da indústria*”<sup>92</sup>, foi a chave que ajudaria a eleger prefeitos, deputados e governadores<sup>93</sup>. A industrialização não se deu; ao contrário, passada a fase do algodão e do amendoim, e com a crise dos frigoríficos a partir da década de 1990, a região viveria um processo de encolhimento do seu já incipiente setor industrial.

Apesar dos insucessos das campanhas de atração de investimentos para a região, algumas tentativas resultaram se não num frágil discurso regionalista, numa falácia desenvolvimentista. Assim, poderíamos enumerar o discurso fugaz que defendia o incentivo à “cadeia da mandioca”<sup>94</sup>, como forma de desenvolver a economia da região a

---

<sup>92</sup> Esse foi o slogan de campanha eleitoral primeiro do candidato a deputado estadual Paulo Alberto de Oliveira Lima, candidato a prefeito de Presidente Prudente, já em 1963, que junto com o deputado federal Adib Chammas, defendia a “*marcha pela industrialização*” do interior; nas eleições municipais de 1992, o slogan “*A chave da indústria*” volta a ser usada como marca da campanha do prefeito eleito Agripino Lima. (DUNDES, 1998, p.173-96).

<sup>93</sup> Sobre o projeto de instalação do Distrito Industrial e sobre o processo de (des)industrialização e Presidente Prudente ver Dundes (1998).

<sup>94</sup> “Estará em Presidente Prudente no próximo dia 20, o Deputado Federal, Sr. Adib Chammas, que virá tratar com o candidato a prefeito Paulo Alberto de Oliveira Lima, dos passos para a construção de uma fábrica de raspa de mandioca que empregará mais de 400 operários [...]” (*A Marcha da industrialização. Deputado Adib Chammas virá em Prudente instalar fábrica*. OI. 07/07/63, p1). Esse discurso voltaria esporadicamente na década de 1990, nas eleições para prefeito de Presidente Prudente.

partir da produção de seus derivados; ou ainda de discursos em favor da instalação da “agroindústria de cítricos”, que pareciam negligenciar o detalhe de que as terras dessa porção do estado sofrem fortes restrições para o cultivo de citros em grande escala, já que é alvo de rigorosas medidas de controle do “cancro cítrico”<sup>95</sup> que assola os pomares da região<sup>96</sup> Esses são discursos sazonais, que na falta de coerência logo cairiam no esquecimento, mas que “volta e meia” são recuperados, especialmente em campanhas eleitorais locais e regionais.

Alguns discursos marcam o final da década de 1990 provenientes de movimentos em prol do desenvolvimento da região. Entre eles destacamos aquele recuperado da década de 1970, no auge da produção frigorífica na região, que defende o desenvolvimento da região através do aproveitamento dos produtos derivados do abate do gado bovino, como, por exemplo, a “cadeia do couro”. Para ilustrar, recuperamos o discurso de Fioravante Scalon, empresário no setor industrial e pecuarista, então presidente da Fiesp-Ciesp da região de Presidente Prudente, em 1990, que defendia a industrialização da cidade, através do aproveitamento da matéria-prima regional:

[...] o couro do boi, o presidente da Fiesp-Ciesp acredita que “deveria ser mais desenvolvido, chegando até a fase final de industrialização, que seria, no caso, a implantação de fábricas de calçados. [...]”  
“[...]estamos convictos que hoje o boi é uma das matérias que temos que explorar. Tenho dito que se o **boi não gera muito emprego da porteira para dentro da fazenda**, na hora em que ele deixa a porteira da fazenda é um dos segmentos – se não é o seguimento - que mais empregam no País. Porque temos hoje 34 segmentos da agroindústria que participam diretamente da pecuária [...]”

---

<sup>95</sup> O cancro cítrico é uma doença, causada por uma bactéria de difícil extermínio, que ocorre em várias regiões brasileiras; ela causa grandes danos às plantas, trazendo prejuízos para os produtores, e foi justamente na cidade de Presidente Prudente, em 1957, que ela foi detectada pela primeira vez no país. Desde então, a região tem sido alvo de rigoroso controle da doença seja para fins domésticos ou comerciais. Esse controle que é exercido pela Defesa Agropecuária Paulista e pelo Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus), causa polêmica na região, porque emprega método que obriga a erradicação total dos pomares onde a doença é detectada; em estado como o Paraná, já se emprega método que erradica somente as plantas contaminadas e pequena área num raio próximo a ela. Em função dessas restrições, são freqüentes movimentações políticas visando a mudar a forma de controle do cancro cítrico na região. Em novembro de 2006, o site da Câmara municipal de Presidente Prudente publicou as ações do então vereador Ed Thomas, atualmente deputado estadual, em favor da mudança (V. <<http://www.camarapresidente.sp.gov.br/noticias/ver.asp?codigo=1009>>). Recentemente, o site da Assembléia Legislativa também registra audiência de uma comitiva de políticos da região, entre eles Marco Rocha, prefeito de Regente Feijó e presidente da UNIPONTAL, encabeçados pelo deputado estadual Mauro Bragato, representante da região, com o secretário da agricultura João de Almeida Sampaio Filho, para pedir a revisão da Resolução, CEE-CANECC/SP ? 3, de 31/10/2000, que regulamenta o controle do cancro cítrico no Estado.

<<http://www.al.sp.gov.br/noticias/NoticiaDetalhe.jsp?cod=d1775ba638292110VgnVCM1000002e0014ac>>

<sup>96</sup> “Há exatamente 49 anos [...] Jânio Quadros, determinou a erradicação total dos laranjais na Alta Sorocabana, com o surgimento do cancro cítrico. E fez mais: interditou a região ao plantio de novos pomares [...] Como resultado, Prudente recebeu um presente de grego) uma estação de experiências químicas contra a moléstia [...] Enquanto ela existir por aqui, os pomares não voltarão. [...] Não se entende que por 50 anos o Biológico [Instituto Biológico da Secretaria da Agricultura] não tenha sido capaz de deter a marcha da doença nos laranjais e ainda agora foram erradicadas 10.058 plantas da citros em 34 municípios de nossa região”. (Editorial: O Instituto Biológico perde a luta contra o cancro cítrico na região. OI. 28/05/06, p3 A)

[...] “Em 1990, através do ex-deputado federal Tadashi Kuriki nós tivemos uma movimentação muito grande para o segmento do boi, principalmente do couro. [...] (*Presidente da Fiesp-Ciesp preconiza a industrialização*. OI. 14/09/90, Cad 2, p.22, grifo nosso)

Se o “boi”, na fazenda, não gera emprego e expulsa o homem do campo para a cidade, que gere empregos nas indústrias de transformação. Esse é o discurso de um pecuarista, representante do setor industrial na região, que admite explicitamente que a pecuária não gera emprego.<sup>97</sup> Discurso compartilhado pelo referido deputado federal, Tadashi Kuriki, eleito por vários mandatos como representante da região (conforme veremos no capítulo 5). Em um artigo de sua autoria, publicado pelo jornal em 1990, Tadashi Kuriki manifestava-se pela implantação de uma escola de curtimento de couro em Presidente Prudente, projeto que visava a sanar, o problema da falta de mão-de-obra especializada nessa atividade.

[...]É triste assistir ao embarque de nossa juventude para outras regiões, em busca de trabalho e oportunidade [...]

[...]fomos a capital do “algodão” e do “amendoim”. Tínhamos então aqui, indústrias como a SANBRA, ANDERSON CLAYTON, MAC FADEN, MATARAZZO, LOTUS e outras [...]

A indústria vive da matéria-prima. Exaurida esta, procuram o seu caminho, em busca do seu destino. Vão para outras plagas, gerar produção, empregos e riqueza.

Raciocinemos:

Qual é a matéria-prima de que dispomos hoje?

Sem dúvida, é o boi. Temos um rebanho calculado em 2.500.000 cabeças. Nossa capacidade, já instalada de abate é de 6.000 bovinos por dia.

Infelizmente, depois de abatido, **o couro do nosso boi** é salgado e remetido para BIRIGUI, FRANCA e RIO GRANDE DO SUL, onde é curtido e industrializado, transformando-se em calçados, cintos, bolsas, jaquetas, malas e móveis de couro. Em síntese: “O boi é produzido e abatido aqui, e vai gerar empregos e divisas em outras regiões”.

Essas são as razões da minha luta diuturna, para que tenhamos em Presidente Prudente uma escola de curtimento e artefatos de couro. Donos da matéria prima, seremos também, sem dúvida, donos das indústrias. Couro, couro, couro, aqui se define o futuro. (KURIKI, Tadashi. *Couro: aqui se define o futuro*. OI. 10/08/90, p3, grifo nosso)

Os discursos de Fioravante Scalon e de Kuriki coincidem com o início das crises dos frigoríficos na região<sup>98</sup>:

<sup>97</sup> Os maiores empresários industriais da cidade de Presidente Prudente são também proprietários de terras e pecuaristas. (Cf. DUNDES, 1998).

<sup>98</sup> *Com pouco abate, Bordon dá férias a funcionários*. OI. 20/02/91, Cad. 2, p.15; *Bordon demite 95% de funcionários*. OI. 06/04/91, p9; *Frigoríficos demitem 720 funcionários*. OI. 17/07/91, p2; *Frigoríficos pedem isenção de impostos para o boi*. OI. 26/07/ 91, p9; *Redução no abate prejudica curtumes*. OI. 09/10/92, p4;

Em 1996, a situação dos frigoríficos ficou ainda mais crítica, pois, de acordo com o Sindicato dos trabalhadores das indústrias alimentícias, o número de desempregados, só no setor de frigoríficos de Presidente Prudente, foi superior a 1200 e na região acima de 2000. Na região, esse quadro deveu-se ao fechamento de frigoríficos em Presidente Venceslau (Kaiowa), [...]a paralisação das unidades de abate do Bordon, em Presidente Prudente e Presidente Epitácio e mais recentemente, do frigorífico Montalvão [...] (DUNDES, p.110)

Mas ainda que uma das etapas precedentes à cadeia do couro, a do abate, tenha entrado em crise, esse discurso se sustentaria. É o que se observa na campanha eleitoral de Agripino Lima, então candidato a prefeito de Presidente Prudente.

Na região prudentina se concentra o maior rebanho bovino do estado de São Paulo, estimado em mais de 1,2 milhões de cabeças de gado. Sua área agricultável é vastíssima. Não bastasse, as produções agrícolas do Paraná e Mato Grosso do Sul podem perfeitamente ser transformadas por indústrias em Presidente Prudente.

Ainda que se despreze a agricultura, a cidade tem o inquestionável potencial de se tornar a maior produtora de calçados e artefatos de couro do Brasil. E facilmente roubaria de Franca a condição de “capital do calçado”.(Couro: o caminho da indústria prudentina.OI. 18/03/92, p ?)

Em associação ao projeto, especialmente no aproveitamento da matéria-prima proporcionada pela criação bovina na região, Agripino Lima pretende que o prédio das antigas indústrias Matarazzo<sup>99</sup> em Prudente, na Vila Marcondes, seja ocupado para múltiplas atividades, incluindo uma escola profissionalizante sobre a produção de artefatos de couro. (Agripino Lima e Adilson Dias conversam com os trabalhadores. Reafirmada a proposta de industrialização. OI. 02/08/92, p6)

Apesar do discurso que insistia na industrialização da matéria-prima abundante, a região seguiria com poucos curtumes e as fábricas de sapato de maior porte (pequeno e médio) desapareceriam. A grande maioria das empresas que transformam o couro são microempresas, em sua maioria, selarias e fábricas de pequenos artefatos de couro, como cintos, bolsas, e acessórios de montaria etc.

O discurso torna-se corrente; não necessariamente nessa ordem, mas ganharia o discurso comum, as campanhas eleitorais, o jornal e torna-se alvo de mobilização em favor do desenvolvimento regional. A escola de formação de mão-de-obra para a transformação do couro, promessa de campanha de Agripino Lima, depois de um

---

*PP perde mais um frigorífico.( Apenas três empresas do ramo continuam operando no município, mesmo assim com demissões e redução do abate).* OI. 11/10/96,p.1 e 3.

<sup>99</sup> A escola de curtimento de couro foi construída em outra área da cidade; o referido prédio (também ícone do período áureo da agricultura na região), localizado junto com a antiga ferrovia Sorocabana, atualmente se encontr em obras de recuperação, onde será instalado um centro de formação e difusão cultural.

longo processo de regulamentação, foi inaugurada oficialmente em sua terceira gestão como prefeito, em junho de 2006.<sup>100</sup>

A concretização da Escola de Artefatos e Curtimento de Couro é uma luta árdua que a Prefeitura de Presidente Prudente e a Fiesp/Ciesp (Federação e Centro das Indústrias do Estado) estão tendo que travar contra a burocracia estatal. E justa. Esta escola, como vem defendendo há muito o diretor regional Fiesp/Ciesp, Fioravante Scalon, vai se tornar uma das principais molas propulsoras do desenvolvimento da região, porque explorará a principal matéria-prima do Oeste Paulista: o boi.

A Fiesp/Ciesp não está sonhando ao apresentar esse projeto audacioso. Para ganhar apoio do ex-presidente da entidade, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, a direção local realizou profunda pesquisa sobre o mercado do couro na região, e mostrou que a exploração dos **derivados do boi é a nossa verdadeira vocação**. Assim, a escola é baseada em uma proposta cientificamente provada como certa e eficaz para a região de Presidente Prudente.

Com isso, O Imparcial quer deixar claro que a Escola de Artefatos e Curtimento de Couro é um projeto de Presidente Prudente e que, por isso merece o apoio de todos os prudentinos. Essa escola é sem dúvida, levar o município e toda a região a um intenso processo de agroindustrialização, gerando renda e empregos de nível. (Editorial. *A Escola de Couros será uma importante mola propulsora para região de Prudente*. OI. 24/07/98, p3, grifo nosso)

Em 2003, um evento marcaria a tentativa de organização e mobilização para melhor aproveitamento do couro produzido na região, o “*1º Encontro da Cadeia Produtiva do Couro da Região Administrativa de Presidente Prudente*”, promovido pelo Fórum Regional de Desenvolvimento, constituído de entidades de toda a região. Santos (2005, p.183), que realizou um estudo sobre a importância do capital social no desenvolvimento regional na microrregião de Presidente Prudente, afirma que a região perdia, em 2004, cerca de US\$11.830.000,00, em função da baixa qualidade do couro, derivada da falta de conservação e manejo adequado.

O Encontro que teve como objetivo debater os problemas do setor e discutir técnicas de manejo de modo a agregar valor ao couro subaproveitado; reuniu então “[...]pecuaristas, frigoríficos, curtumes, grandes empresas agropecuárias, universidades, palestrantes sobre o tema, empresas de grande porte fabricantes de produtos agropecuários, sindicatos rurais, prefeitos e Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, emissoras de rádio, televisão, jornais, totalizando um público qualificado de 250 pessoas aproximadamente[...]” (SANTOS, 2005, p. 183), mas os pecuaristas, seguimento

---

<sup>100</sup> Junto com o Centro de Educação Profissional de Presidente Prudente “Antonio Zacharias” - a Escola de Curtimento de Couro e Alimentos foi inaugurada, no dia 23/06/06, a Incubadora de Empresas de Artefatos de Couro, destinada a orientar o desenvolvimento empresarial no setor. (V. < [http://www.fiesp.com.br/agencia\\_noticias/2006/06/23/7363.ntc](http://www.fiesp.com.br/agencia_noticias/2006/06/23/7363.ntc)>.

mais importante para o sucesso do evento, tiveram participação limitada de modo que o Sindicato Rural de Presidente Prudente, teve que convocá-los para a discussão.

Mas, na avaliação de Santos (2005, p184), em função do “individualismo e a falta de confiança mútua e a pouca disposição para se associarem” dos pecuaristas perdeu-se “uma grande chance de se alavancar a qualidade da produção local, quando todos os elos da cadeia ganhariam, ficou estagnada sem perspectiva de mudanças”.

Na prática, Presidente Prudente não se tornaria uma “franca” capital do calçado; na verdade, pouco mudaria em relação à melhoria do aproveitamento do couro, mesmo depois do evento e da instalação da Escola de Artefatos e Curtimento de Couro, mas permaneceriam o discurso jornal e as ações a fim de incentivar o aproveitamento do couro. Em editorial de março de 2006, o jornal destaca a importância da “1ª Expocouro”, uma exposição de produtos de empresas do setor, que aconteceria junto com a tradicional Exposição de Animais de Presidente Prudente, como forma de promoção do setor.

**A região de Presidente Prudente**, por sua característica histórica voltada à pecuária, **tem todos os atributos necessários para se destacar como principal pólo nacional da indústria do couro.** Há matéria-prima em abundância para ser industrializada. A Escola de Curtimento, que, depois de longos anos de paralisação, felizmente, saiu do papel e já funciona a todo vapor, oferece a qualificação fundamental à mão-de-obra. Existem ainda empresas que despontam no cenário internacional como o curtume Vitapelli, com seu gigantismo exportador. Tudo isso se soma para fazer do oeste paulista uma região importante neste segmento. Para que isso ocorra efetivamente, toda a cadeia produtiva do couro deve se articular e se organizar. E nada é mais propício para isso que a realização de uma feira de grande porte capaz de todas as vantagens que a região possui. A proposta da realização da 1ª Expocouro em Presidente Prudente, [...] é mais do que legítima. É, na verdade, uma forte demonstração de que o oeste paulista tem condições de potencializar a produção.[...] Temos de fabricar, aqui mesmo, estofados, calçados e toda a gama de produtos que o couro pode gerar. Os pecuaristas têm papel importante a assumir nesta articulação. Outra atenção especial tem de partir dos frigoríficos[...].(Editorial: *A realização da Expocouro ajudará a articular um setor extremamente importante na região.* OI. 18/03/06, p3 A)

O “boi”, ou seja, a pecuária, outrora negada, no discurso da década de 1970, como vocação, agora aparece como a “verdadeira vocação regional”. Mas este ainda não seria o último; novos discursos, paralelos a este, anunciariam ainda “outras” vocações regionais.

No final da década de 1990, refletindo o movimento de organização da sociedade civil em favor do desenvolvimento regional (através da criação de fóruns, agências e ONGs, e através da organização de eventos como simpósios, seminários e encontros), o jornal, também mais organizado, começa a se manifestar com maior regularidade e frequência em relação aos interesses da região. Nota-se, então, um aumento expressivo de editoriais analisando as perspectivas de desenvolvimento e assumindo as reivindicações regionais. O editorial comemorativo dos 67 anos do jornal, em 2006, destaca seu papel na defesa dos interesses regionais:

Desde muito cedo o jornal revelou suas preocupações com o crescimento, não apenas de Presidente Prudente, mas de toda a região estimulando sempre as melhores iniciativas. [...]

Ao completar hoje 67 anos de existência, temos a consciência, **de nosso esforço em favor do crescimento de nossa região** e da melhoria das condições de vida de nossas comunidades. (Editorial: *Em seus 67 anos de existência O Imparcial tem a consciência de serviços prestados a comunidade*. (OI. 02/02/06, p. A, grifo nosso)

Além dos editoriais e artigos, que expressam diretamente sua opinião, o jornal também participa diretamente<sup>101</sup> da organização de eventos ou apoiando-os, como simpósios e seminários de discussão de projetos de desenvolvimento regional, e através da criação de espaços de debate como ocorreria com a coluna “Tempos de Mercosul”.

Antes do discurso da soja, que em seguida seria a alternativa da vez para o desenvolvimento regional, o jornal inaugurou, segundo ele próprio, precedendo as ações da prefeitura e de outras entidades, a campanha para “transformar” a cidade de Presidente Prudente em “capital do MERCOSUL<sup>102</sup>”. Essa campanha, empreendida também por outras cidades do país, consistiu basicamente em discussões através de simpósios, fóruns e exposições destinadas a divulgar as possibilidades de ampliar o mercado a partir da integração da região ao Mercosul. Entre outros fatores, como o aproveitamento da matéria-prima regional, justificava o lançamento da campanha um dos “atributos naturais favoráveis” da cidade: a sua posição geográfica “estratégica”, já há tanto acionada no discurso para veicular uma imagem positiva dela e da região:

Negar a posição estratégica da região em relação ao Mercosul é desconhecer o próprio processo evolutivo da história. É não enxergar a

---

<sup>101</sup> *O Imparcial promove congresso turístico*. OI. 26/08/90, p1

<sup>102</sup> Mercado Comum do Sul, união aduaneira, estabelecida em 1995, pelos países signatários Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e pelos países associados Bolívia e Chile; a Venezuela também aderiu ao bloco em julho de 2006. Embora a união aduaneira tenha sido estabelecida naquele ano, as negociações para formar um bloco econômico remontam à década de 1960.



nova realidade mundial, na qual os países estão se unindo em blocos em busca do desenvolvimento. A reivindicação de um país se torna muito mais forte quando é feita por uma região e não apenas por uma nação. Assim, o fortalecimento do Mercosul não só é uma realidade como uma necessidade imposta pela globalização. [...]  
[...] Agora cabe a nós, prudentinos, encararmos esta nova ordem e nos organizar em torno dela. Uma coisa é certa: sem o envolvimento de toda a região e planejamento vamos ser atropelados pelo desenvolvimento do Mercosul. (Editorial: *Prudente compreendeu a necessidade de um projeto de desenvolvimento*. 27/11/98, p3A)

Sede da região, encravada entre os estados do Mato Grosso do Sul e Paraná, no “entroncamento” dos importantes rios Paraná e Paranapanema, esse discurso já existia mesmo antes da criação do Mercosul. Na década de 1960, a cidade havia sido escolhida pela Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguaí<sup>103</sup> para ser pólo de desenvolvimento da ampla área abrangendo além dos estados do Centro-Sul do país, também países vizinhos (Paraguai e Argentina)<sup>104</sup>.

No auge das negociações do Brasil com o MERCOSUL, entre 1997 e 98, o discurso da “localização favorável” da cidade é resgatado novamente, como o seria muitas vezes, sustentando a campanha da integração ao Mercosul. Em 1997, na gestão de Mauro Bragato, a prefeitura de Presidente Prudente entre outras ações (como a criação de um “Grupo de Trabalho para o Mercosul”), promove o seminário “O Mercosul, os empresários e o Papel do Município”, que fazia parte do “I Fórum de Integração ao Mercosul, de Presidente Prudente” - Fomepp. (27/05/97). O evento que teve apoio do O Imparcial, que havia criado a coluna “Tempo de Mercosul”, especialmente para discutir a integração da região ao Mercosul, contou com a presença de representantes dos governos federais e

---

<sup>103</sup> A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí foi criada por iniciativa dos estados do Centro-Sul brasileiro, em 1952; surgiu das orientações de uma conferência da ONU em Porto Rico, de 1950, que sugeria a necessidade de integrar e desenvolver o Oeste brasileiro, aproveitando seu potencial econômico, especialmente aquele na área da bacia do Rio Paraná. Já naquele período, indicava-se a necessidade de formação de um mercado integrado sul-americano: “O desenvolvimento do Vale do Rio Paraná é um objetivo com dupla finalidade de intensificar a atividade econômica no Oeste do país, tornando mais viáveis e econômicas as vias de transporte e a ocupação do território, e de aproximar os países limítrofes no sentido de criação de grandes vias continentais e assim da integração de um grande mercado sul-americano”. (ALMEIDA, Rômulo. *Experiência Brasileira de Planejamento, Orientação e Controle da Economia. Estudos Econômicos*, n.2, jun.1950, p.108 apud LEBRET, 1954, p.23)

<sup>104</sup> Das investigações, encomendadas pela CIBPU, resultou um estudo (V. GROTH, Ernesto (coord). *Projeto de um Distrito Industrial: Presidente Prudente*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1968), que indicava Presidente Prudente como a cidade que deveria sediar um distrito industrial; tinha como objetivo desenvolver um pólo de irradiação de desenvolvimento na área da Bacia do Paraná. Esse projeto, seguindo a “teoria dos pólos de desenvolvimento”, de François Perroux, fazia parte das estratégias de um planejamento indicativo e não interventor. Foi dele que nasceu a idéia de implantação do distrito industrial de Presidente Prudente, o que de fato ocorreria (na década de 1980), mas com recursos e iniciativa do poder público municipal, apesar das décadas de reivindicação para que o governo do Estado de São Paulo assumisse a responsabilidade e os custos de sua implantação.

estaduais. Entre os discursos, destacam-se os das autoridades convidadas a participar do evento, que na verdade, reproduzem o discurso produzido na região:

O vice-governador Geraldo Alckmin, que também participou do seminário, afirmou que a **localização geográfica de Presidente Prudente facilita sua integração ao Mercosul**. “Presidente Prudente é um centro agropecuário e agroindustrial”, disse o vice-governador. Alckmin também destacou que é fundamental para esse processo o papel da pequena e média empresa na geração de empregos numa economia globalizada.

O diretor-técnico do Instituto para o Desenvolvimento dos Transportes, Josef Barat, disse que a região de Presidente Prudente não deve se preocupar somente com a ligação até a capital e ao litoral. “A região tem que se preocupar também com a ligação com os Estados do Sul”, disse ele. Barat defendeu a **mudança de paradigma** do sistema de transporte. Para o técnico, a região de Presidente Prudente é privilegiada pela posição geográfica, mas se não houver uma interiorização do sistema de transportes com o Mercosul, isso pouco importará. (*Seminário de 97 é considerado o melhor do País por especialista*. OI. 30/04/98, p5 B, grifo nosso)

É importante lembrar que esse discurso ganhou intensidade justamente em 1998, ano de eleições para governador do Estado, para deputados e senadores. Conforme capítulo 5, o candidato a governador, reeleito, era do mesmo partido que o prefeito de Presidente Prudente. Assim, parecia mais do que pertinente acionar o controverso discurso da localização estratégica, usado também para justificar o atraso da região, devido à distância da capital e dos portos de exportação. Mas era necessário promover a imagem da **região do devir**.

As afirmações do diretor-técnico do Instituto para o Desenvolvimento dos Transportes, que sugerem “mudança de paradigma” nos projetos de transporte da região, no entanto, soam como mais uma falácia desenvolvimentista, porque historicamente, a região sempre postulou a construção de estradas e pontes para facilitar a comunicação com os estados vizinhos que a envolvem.

Em função do primeiro Fórum de Integração ao Mercosul de Presidente Prudente – Fomepp, em 1998, outros eventos ocorrem: “1º Tecnoleite” (Seminário de Tecnologia do Leite e 1ª Feira Agroindustrial do Leite no Mercosul) e o “1º Tecnocorte” (Seminário da Tecnologia do Gado de Corte e da 1ª Feira Agroindustrial do Gado de Corte no Mercosul), bem como a segunda edição do evento por “*iniciativa da Prefeitura, o Sebrae e Associação Comercial e Industrial de Prudente, com o apoio do jornal O Imparcial*”, como faz questão de destacar o jornal<sup>105</sup>. Nesse segundo seminário, a

---

<sup>105</sup> VINICIUS, Caio. *Primeiro Fórum originou novos eventos*. OI.30/04/98, p5 B. (Folha “Mercosul”).

discussão volta-se para o aproveitamento da hidrovia Tietê-Paraná e para a implantação de um “porto seco” em Presidente Prudente:

Presidente Prudente realiza hoje mais um evento voltado para o Mercado Comum do Sul: o II Fórum de Integração ao Mercosul de Presidente Prudente para o Oeste Paulista. Como as autoridades afirmam em reportagem especial sobre o evento, que O Imparcial publica hoje, os reflexos da mobilização da região em torno do Mercosul são enormes. A começar pela conscientização do setor produtivo. Foi graças às discussões sobre o Mercosul realizadas sobre o Mercosul realizadas em Presidente Prudente [...] que pôde ser despertada nas pessoas a noção da necessidade de se voltar para a nova realidade da economia mundial. (Editorial: *Se queremos progresso temos que correr atrás dele, não esperar*. OI. 30/04/98, p3A)

O projeto de integrar a região ao Mercosul, conforme se observa pela temática dos eventos derivados da primeira iniciativa, tornou-se estratégia de expansão de mercado também dos pecuaristas da região. Aliás, essa é uma tendência observada nesta pesquisa: a dos pecuaristas se articularem em associações de criação de animais que extrapolam as fronteiras regionais. São, em geral, associações nacionais<sup>106</sup> e/ou internacional de criação de nelore, cavalos etc. A coluna “Plantão”, naquele ano, destacava as iniciativas da Sociedade “Os Vaqueiros”<sup>107</sup>, que anunciava projeto de estender seus eventos para a área do Mercosul, o que poderia, segundo o colunista, “melhorar a imagem” da região afetada pelas ações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST - em favor dos projetos de reforma agrária. Mas não era esse o tom do discurso do colunista, que caracteriza a ação dos movimentos como “vandalismo”:

O Rodeio de Campeões, [...], vai afinal começar a dar a verdadeira dimensão que se deve dar no campo da economia agropecuária, ao potencial regional. Afinal, apesar de todas as dificuldades porque passa a economia nacional e de forma particular pela instabilidade emocional que tem causado o MST pelos métodos de vandalismo que tem posto em prática, **ainda somos a maior região produtora de gado de todo o Estado**. E ela passa por um processo de modernização seja pela adoção de novas técnicas de cria, recria e engorda, de cruzamento [...] e de tantos procedimentos novos que estamos testemunhando dia a dia. **A região também é pioneira e detém hoje um dos maiores plantéis do Brasil do cavalo Quarto de Milha. E estamos, por uma mera questão de geografia, a caminho do Mercosul**. E que é a Sociedade de Vaqueiros? Uma entidade nascida pelas mãos dessa aguerrida nova geração de pecuaristas que tem atrevimento, ousadia, responsabilidade e aquela criatividade de que tanto falamos neste jornal. [...]

O programa exibido pela Sociedade [...], exala um ar de modernidade e de extrema atualidade porque busca a internacionalização, do seu

---

<sup>106</sup> A ACNB dá nova palavra de ordem aos pecuaristas. OI. 29/03/77, p1 e 11. A ACNB é Associação dos Criadores de Nelores do Brasil, cujo presidente, na época, era um pecuarista da região José Mario Junqueira de Azevedo.

<sup>107</sup> Grupo de pecuaristas responsável por organizar o “Rodeio de Campeões” de Presidente Prudente.

importante evento anual. Para não citar o projeto todo, basta dizer que é a primeira vez que se toma a iniciativa em **nossa região** de convidar os técnicos da Embrapa, para discutir com eles algumas das pesquisas realizadas pela empresa e que passadas ao setor produtivo, resultaram em grandes avanços e vantagens. [...]. (*Os Vaqueiros vão dar a verdadeira dimensão da região na sua promoção*. OI. 18/11/98, p.3 A – Coluna Plantão, grifo nosso)

O entusiasmo manifesto na coluna, com as perspectivas geradas pelo projeto de integração da região ao Mercosul, na verdade, era expressão da opinião geral do jornal, que assume para si o papel de iniciador do movimento, conforme denotam editoriais:

O projeto de desenvolvimento de Presidente Prudente e região, através do Mercado Comum do Sul (Mercosul), é cada dia uma realidade mais próxima. Dois fatos importantes reforçaram essa tese, que O Imparcial levantou há alguns anos[...]. O primeiro ocorreu semana passada, quando um grupo de empresários coreanos anunciou investimentos iniciais de US\$16 milhões em Álvares Machado, em conjunto com empresários locais. Agora a sociedade Os Vaqueiros anuncia que vai voltar seu evento, um dos maiores do País – o Rodeio de Campeões - , para os países do Mercosul.

Os coreanos foram bastante claros ao anunciar sua vinda para o município. O investimento, afirmaram, se deve à posição estratégica de Presidente Prudente em relação ao Mercosul. Apesar do descrédito de alguns setores da cidade, essa foi a bandeira que O Imparcial e JPPM Advogados Associados abraçaram desde o início dessa discussão sobre o desenvolvimento de Presidente Prudente.

Foi acreditando na integração regional que o jornal abriu espaço para a coluna “Tempo de Mercosul”, pioneira no País sobre o mercado comum[...]

[...]Esses indícios de que a bandeira defendida pelo jornal é real, é um fato concreto, mostram que agora **é hora de toda a região se unir ainda mais forte e definir de uma vez por todas um projeto de desenvolvimento global**. (Editorial: *É hora de toda a região definir um projeto de desenvolvimento global*. OI. 19/11/98, p3 A).

Esse discurso, que perduraria por quase toda a segunda metade da década de 1990, atinge seu ápice justamente no período em que começariam as crises nas relações entre os países do Mercosul (CAMARGO, 2005). É claro, que antes disso, seguindo a tendência da economia nacional, houve um aumento das importações e exportações regionais de produtos da/para a Argentina, como as realizadas pelo Pastifício Liane, que se promovia como uma das primeiras empresas prudentinas a se beneficiar com o Mercosul<sup>108</sup>, comprando farinha de trigo de boa qualidade e a preços baixos. Mas, atrás da matéria-prima, viriam também os produtos manufaturados, disputando mercado.

---

<sup>108</sup> *MERCOSUL abre as portas para a Liane importar trigo e exportar biscoitos para a Argentina*. OI. 27/01/94, p6.

Assim, passada a euforia, junto com o enfraquecimento das relações do país com o Mercosul, especialmente com a crise econômica da Argentina, enfraquece o discurso de transformar Presidente Prudente na capital do Mercosul<sup>109</sup>. Embora passível de ser retomado no futuro, diríamos que o discurso desaparece, assim como a coluna “Tempo de Mercosul”.

### *A soja: nova alternativa, velho discurso*

“Quem foi que disse que a pecuária é a única alternativa? Pois um grupo de agricultores está provando que a soja também é viável na região de Presidente Prudente [...]”, pergunta e responde Sinomar Calmona, um dos colunistas de O Imparcial. Pois bem, entre outros, em alguns momentos, foi o jornal que disse, assim como havia dito, sobre o algodão, sobre o amendoim, sobre a cana, o tomate, o couro e, agora, a soja. (Cf. Quadro 7).

Em 2002, a agricultura volta a ser enunciada como vocação regional. Dessa vez, o “carro-chefe” do progresso regional era a soja. O preço da soja, em alta no mercado internacional, somado às iniciativas de cultivo e a projetos que visavam a estimular sua ampliação na região, provocou uma efervescência de discursos do tipo:

**“A soja trará riquezas para a região. Sairemos da condição de uma região pobre para uma rica. Onde tem soja, tem desenvolvimento”**. Esta é a aposta do futuro presidente da primeira Cooperativa de Produtores de Soja da Região de Presidente Prudente, João Gracindo, 42 anos, que realizou, ontem uma reunião com os produtores rurais da região para dar processo a criação da cooperativa que deverá estar em funcionamento até o final de abril deste ano.[...] EXEMPLO – Um dos pioneiros na plantação de soja na região, Vitor Leal Filizola, 39 anos, produtor do grão há 8 anos e engenheiro agrícola, falou sobre sua experiência com a cultura. Ele planta soja em mil hectares. Filizola que trabalhava com a pecuária, vem substituindo os pastos pelo grão. **“Onde introduzo a agricultura não volto mais na pecuária. É mais rentável a soja do que a pecuária”**, afirma. [...] Segundo Antonio Carlos [Zanin, produtor de soja], quando ele veio de Sertanópolis (PR), há 5 anos, para a região de Prudente, um gerente de banco disse que esta região era pobre e não dava nada. “Hoje, ao ver vocês, e a produção de soja, vejo como ele estava enganado”. (TOMÉ,

---

<sup>109</sup> Embora, no recorte estabelecido, não tenhamos coletado exemplos de discursos que usam essa expressão “*Presidente Prudente, capital do Mercosul*”, esse slogan fazia parte da campanha e era comum ouvi-lo em discursos de políticos e nos discursos comuns sobre a região. Na condição de moradora e cidadã da região, não posso me furtar ao fato de tantas vezes ter ouvido e discutido a pertinência da expressão nas orientações de monografias de alunos de Economia da Associação Educacional Toledo e nas rodas de conversas com colegas de trabalho.

Giselle. 'Onde tem soja, tem desenvolvimento'. OI. 05/03/02, p5 B.  
 Título 6 - Quadro 7, grifo nosso)

Quadro 7-Matérias e editoriais sobre a cultura da soja na região de Presidente Prudente (2002)

Nº	Títulos	O Imparcial
1	Soja vira alternativa para a região	28/02/02, p1
2	Região terá cooperativa da soja. (Sinomar Calmona)	01/03/02, p1B
3	(Editorial) Nossa região dá mostras de que, com um pouco de esforço, podemos nos desenvolver.	01/03/02, p3 A
4	(Editorial) A soja poderá recolocar a nossa região na condição de grande produtora rural.	02/03/02, p3 A
5	'Soja trará riqueza para a região'. <i>Para Presidente da cooperativa de produtores do grão, oeste paulista deixará condição de "primo" pobre..</i>	05/03/02, p1
6	'Onde tem soja, tem desenvolvimento'. (Giselle Tomé).	05/03/02, p5 B
7	(Editorial) Nossa região agora tem que se cercar da infra-estrutura ideal para cultivar a soja.	06/03/02, p3 A
8	Meirelles apóia cultivo de soja.	27/03/02, p1
9	'Não sei por que esta região não produz soja'. <i>Secretário da agricultura se reúne com prefeitos e diz que a produção do grão será como suporte para a pecuária. .</i>	27/03/02, p5B
10	(Editorial) O Estado pode apoiar a soja na região restabelecendo a ferrovia.	28/03/02, p3 A
11	(Editorial) Sem ferrovia, o transporte por hidrovía ficará estrangulado.	29/03/02, p3A
12	Soja ganha mais força na região. <i>Produtor do Rio Grande do Sul estuda o plantio da cultura em 1000 hectares.</i>	18/07/02, p1
13	Movimento pró-soja ganha força e adesão. <i>Produtor do Rio Grande do Sul visita região, estuda possibilidade de iniciar plantio de soja e reativar JB.</i>	18/07/02, p5B
14	A soja produzida aqui pode ser competitiva. (Giselle Tomé) Informações sobre o movimento pró-soja. (Giselle Tomé)	18/07/02, p5B
15	(Editorial) Enfim, nossa região poderá iniciar um novo surto de desenvolvimento	20/08/02, p3 A
16	Evento firmará contrato de mais de mil hectares. <i>Bolsa de Parcerias e Arrendamento de Terras traz agricultores do Paraná e Rio Grande do Sul.</i>	03/10/02, p5 B
17	(Editorial) Começam a surgir os primeiros resultados da iniciativa das parcerias de arrendamento.	04/10/02, p3
18	Soja recebe impulso na região. <i>Com assinatura de contratos da Bolsa de Arrendamento, são destinados 1.000 ha para plantio da cultura.</i>	17/10/02, p1
19	(10ª Região) Bolsa de Arrendamento firma primeiros contatos. <i>Mais de mi hectares foram disponibilizados para a soja; área abrange Venceslau, Piquerobi e Anastácio.</i> (Giselle Tomé)	17/10/02, p5 B
20	Oeste Paulista ganha Agência de Desenvolvimento. (Giselle Tomé)	13/11/02, p5 B
21	Empresários apóiam Agência de Desenvolvimento	24/11/02, p5 B
22	(Editorial) A retomada da agricultura na região começa a criar oportunidades de emprego no campo.	04/12/02, p3

Fonte: Jornal O Imparcial (Presidente Prudente –SP)

Organização: Ana Cláudia Dundes

O otimismo de João Gracindo e Vitor Leal Filizola em relação à soja, que tiraria a região da condição de “primo pobre” do Estado, dessa vez era endossada com mais cautela pelo jornal, conforme revelam seus editoriais.

Enfim, uma notícia de alento para a região de Presidente Prudente. O relato, apresentado pelo jornalista Sinomar Calmona, de que existem produtores se dando bem com a soja no Pontal do Paranapanema é algo a ser comemorado nas ruas, com fogos de artifício. Afinal de contas, as últimas notícias não eram nada promissoras. De um lado a destruição da Escola de Curtimento de Couros; de outro, presídios e

mais presídios [...]. Mesmo tarde, temos motivos para **dar um basta a tanta desgraça que assola a região.** [...]

É preciso que confiemos no crescimento dessa região muitas vezes esquecida como o último rincão do Estado de São Paulo, mas dotada de gente empreendedora [...] Precisamos do empreendedorismo, do exemplo dos homens que estão trazendo a soja para o oeste paulista. [...] essas lideranças passaram por cima de tudo e estão mostrando que é viável, sim, diversificar as nossas opções de atividades econômicas. Por certo, nossa região dá mostras de que, com um pouco de esforço, podemos nos desenvolver. (Editorial: *Nossa região dá mostras de que, com um pouco de esforço, podemos nos desenvolver.* OI 01/03/02, p3 A. Título 3 – Quadro 7, grifo nosso)

O tom de desabafo do editorial devia-se ao discurso paralelo que se fortalecia a respeito da região, a região dos conflitos e dos presídios. “As tantas desgraças” referiam-se, conforme veremos no capítulo 4, aos conflitos fundiários e a instalação de presídios que agora passariam a ser causa do atraso regional. Mas ainda assim as primeiras páginas do jornal anunciavam com entusiasmo o interesse de produtores rurais regionais e de outros estados em cultivar soja na região.

Naquele ano, foram criados, além da referida Cooperativa de Produtores de Soja da região, o “Programa Bolsa de Parcerias e Arrendamento de Terras do Oeste Paulista”<sup>110</sup> e uma agência de desenvolvimento incentivada pelos envolvidos no programa Bolsa de Parceria e Arrendamento. Em linhas gerais, o programa “Bolsa de Parcerias e Arrendamento” consiste em intermediar as negociações entre arrendatários interessados em produzir e proprietários de terra na região.

A Bolsa de Parcerias e Arrendamento de Terras é um escritório especializado em aproximar proprietários rurais de agricultores profissionais, associando-os através de contratos de arrendamentos ou parcerias com o objetivo comum de tocar lavouras tecnificadas, principalmente as culturas de grãos nobres como soja e milho. (*Empresários apóiam Agência de Desenvolvimento.* OI. 24/11/02, p5 B. Título 21-Quadro 7)

A idéia da Bolsa nasceu em Uberaba (MG), em 1985, pela iniciativa de José Humberto Guimarães<sup>111</sup>, coordenador nacional do programa, como forma de recuperar e aproveitar áreas degradadas de pastagens com o arrendamento para cultivo de lavouras. Foi implantado na região, em 2002, a partir da articulação de políticos e empresários da região,

---

<sup>110</sup> No site do “Bolsa Arrendamento” é possível observar que a área de cobertura do programa abrange 33 municípios da região de governo de Presidente Prudente, mais o município de João Ramalho (da Região de Governo de Assis), mas ainda assim, o programa recebe o nome de “Bolsa de Parceria e Arrendamento de Terras do **Oeste Paulista**”. Oeste paulista, genericamente, refere-se a praticamente metade do Estado de São Paulo. O programa, na região de Presidente Prudente, é mantido pela União do Municípios do Pontal do Paranapanema (UNIPONTAL), Conselho Regional de Desenvolvimento (CDR), Sindicato Rural de Presidente Prudente, CIESP Regional de Presidente Prudente, e a Coordenadoria de Assistência Integral (CATI)-Casa da Agricultura. (V.< [http://www.bolsadearrendamento.com.br/bolsas\\_body1.asp](http://www.bolsadearrendamento.com.br/bolsas_body1.asp)>).

<sup>111</sup> Atualmente secretário da Secretária de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Uberaba.

entre eles, o produtor de soja e pecuarista Jovelino Mineiro, considerado um empresário moderno e de visão progressista, como também por empresários do ramo de máquinas e equipamentos agrícolas, como Lídio Scalon. Para dar suporte ao programa foi criada a Agência de Desenvolvimento:

A idéia de criação da Agência, que é uma iniciativa empresarial, surgiu com o fortalecimento do movimento pró-soja. O proprietário da Aurora Tratores, Lídio Scalon, que acompanha há 6 anos o empresário Jovelino Mineiro, abraçou a iniciativa por acreditar que o grande potencial do oeste paulista é a agropecuária. “É importante salientar que a cultura comercial de grãos gera benefícios para toda a sociedade, do engraxate ao empresário e que nesta fase, elaborada e [sic] maneira empresarial na região a agricultura tecnificada se estabelecerá para crescer”, afirma Scalon. (Idem. Título 21 – Quadro 7)

Embora na teoria o programa não limitasse o cultivo de outros produtos, em função da alta de preços e em função das características da região e proximidade de áreas produtoras, a soja ganhou ênfase no programa, a ponto de ganhar consistência de “*movimento pró-soja*”, que contou com o apoio de bancos, universidades, sindicatos patronais, entre outros. No discurso de seus idealizadores, a soja traria benefícios para todos (“do engraxate ao empresário”), mas até mesmo o discurso do jornal deixa vazar dúvidas quanto a isso.

[...] Pode até ser que o plantio da soja e sua colheita não demandem expressiva mão-de-bra devido o alto nível de mecanização alcançado por esse tipo de lavoura mas trará uma movimentação financeira da maior importância, principalmente por se tratar de um produto francamente exportável e negociado na área do dólar. [...] (Editorial: *Enfim, nossa região poderá iniciar um novo surto de desenvolvimento*. OI. 20/08/02, p3 A. Título15 - Quadro 7)

O coordenador nacional da Bolsa de Parceria, José Humberto Guimarães, quando da criação da Agência de Desenvolvimento destinada a “instrumentá-la”, afirmava que a região deveria voltar-se para a sua verdadeira vocação: a terra.

[...] a grande mercadoria do oeste paulista é a terra. “Essa é a grande matéria-prima. É engraçado que, geralmente, nas cidades do interior muitos acreditam que as indústrias trarão o desenvolvimento e não percebem que a vocação regional é a terra, sua exploração econômica. Precisamos sim, de agroindústrias, mas é necessário que tenhamos inicialmente a produção de matéria-prima. E para isto, não falta espaço e nem condições ambientais na região”[...] (*Oeste Paulista ganha Agência de Desenvolvimento*. OI. 13/11/02, p 5 B. Título 20 –Quadro 7)



Sem termos a pretensão de avaliar a pertinência do programa para solução dos problemas regionais, o programa Bolsa de Parceria e o movimento pró-soja surgem num momento de acentuação dos conflitos fundiários na região. Assim, tomando em conta que uma das justificativas do programa era a de tornar produtivas as terras “ociosas”, há que se considerá-lo como uma iniciativa política de desmistificar a região como área de “terras improdutivas” e, portanto, passível de implantação dos projetos de reforma agrária, pleiteados pelos movimentos sociais da região. Uma tentativa de deslegitimar a luta pela reforma agrária na região.

A entrevista concedida a O Imparcial, pelo então Secretário de Agricultura, João Carlos de Souza Meireles, corrobora essa nossa afirmação:

Souza Meirelles – Primeiro, não consigo entender por que esta região não produz soja há mais tempo. Temos solo, e uma topografia que favorecem. Segundo, está é uma grande região pecuária que precisa conservar esta característica. Nós precisamos desideologizar a questão da pecuária, que ficou com um viés ideológico como sendo coisa que não ocupa terra, ao contrário, o maior segmento ocupador de mão-de-obra do país é a pecuária do corte brasileiro.[...] (*‘Não sei por que esta região não produz soja’*. OI. 27/03/02, p. 5 B.Título 9 – Quadro 7)

O discurso da coordenadora regional da Bolsa de Parcerias do Oeste Paulista, Anna Cláudia Berno, e de José Humberto Guimarães, idealizador do programa, parece não deixar dúvidas de que entre as causas do atraso da região, estaria a má vontade dos “sem-terra”, em dialogar e trabalhar em prol do desenvolvimento regional:

Fazia muito tempo que a região de Presidente Prudente não vivia momentos tão oportunos em termos de investimentos no setor de agronegócios. [...]

A soja veio para o oeste paulista mudando o panorama regional e promovendo a diversificação da agricultura. Além disso, estamos conseguindo manter a pecuária e, até mesmo, melhorá-la através da integração pecuária-agricultura. Em uma região onde a terra é a maior fonte de riqueza é comum surgir situações de disputa. As invasões que estamos assistindo nos últimos dias por movimentos ligados aos sem-terra são problemas reais que devem ser solucionados e, não, camuflados. [...]

Mas a dificuldade maior está quando o diálogo não acontece. Em um primeiro momento, os sem-terra falaram que participariam de uma reunião que foi promovida na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Presidente Prudente, no dia 3 deste mês, reunindo Estado, União e fazendeiros. Depois, se posicionaram contrário ao encontro. Movimentos sociais lutam por soluções e não por conflitos. [...]

O desenvolvimento regional é uma possibilidade real e concreta, o crescimento das lavouras confirma isto. **Quem quer buscar uma saída para conflitos não fica na ideologia e sim, na força do trabalho.** Somente com trabalho geramos riqueza e empregos. O

Brasil sempre terá jeito quando houver pessoas interessadas realmente em traçar alternativas. (BERNO & GUIMARÃES<sup>112</sup>, grifo nosso).

O discurso que se articula atribui o atraso do desenvolvimento regional, às ações dos movimentos sociais em favor da reforma agrária. Ele ampara-se e, ao mesmo tempo, constrói uma identificação da região com o atraso e com as possibilidades: região do devir e região do atraso são representações coexistentes que se contradizem e se complementam. Mas a região do atraso, proveniente do discurso que se produz na e pela região é, sem dúvida, a representação que ganha evidência externa e dá maior poder de voz à região:

Más lembranças – Uma das conseqüências dos conflitos entre o Movimento dos Sem-Terra e latifundiários do oeste paulista, acirrados na década de 90, foi a estagnação econômica da região. “Paramos de crescer. O medo impedia os proprietários de deixarem suas terras disponíveis a investidores, que também tinham receio e se afastavam”, conta o empresário do setor de máquinas agrícolas Lídio Scalon. (O Estado de São Paulo, Suplemento Agrícolas, 14 maio 2003<sup>113</sup>)

O recorte acima é um trecho de uma matéria sobre a implantação do Programa Bolsa Parcerias e Arredamento na região, publicada no Suplemento Agrícola do Jornal “O Estado de São Paulo”, de circulação estadual. Nele, a Bolsa Arrendamento e a expansão da soja aparecem como elementos capazes de mudar o “destino” da região. Além disso, revela a imagem regional veiculada interna e externamente, de região dos conflitos e, conseqüentemente, do atraso, que se dissemina sobre a região, em âmbito regional (interno) e em âmbito estadual e nacional (externo). Nesse discurso, a região aparece como economicamente estagnada em função dos conflitos de terra, e logo também pela concentração dos presídios, conforme veremos no capítulo seguinte.

Mas e a soja? A soja, nos anos seguintes, desapareceria gradativamente dos discursos. E voltam, como já vimos, os discursos em prol da agroindústria da cana, mas sob a denominação em alta: a bioenergia.

---

<sup>112</sup> BERNO, Anna Cláudia; GUIMARÃES, José Humberto. O Brasil terá jeito quando houver pessoas interessadas. *Bolsa de Parcerias e Arrendamento de Terras*. Artigo sem data, disponível no site do Programa < [http://www.bolsaearrendamento.com.br/artigos\\_body.asp?Q=1](http://www.bolsaearrendamento.com.br/artigos_body.asp?Q=1)> . Acesso em 24/07/07.

<sup>113</sup> FAVORO, Tatiana. Oeste paulista arrenda terras e se recupera. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 30/04/2003, Suplemento Agrícola.

### *Bioenergia e biodiesel: o discurso mais recente*

“A bioenergia tem se vislumbrado como **promessa viável para o desenvolvimento** econômico do oeste paulista, sobretudo na região de Presidente Prudente. Nos próximos dez anos, a expectativa é que o setor injete R\$ 24,5 milhões na área oeste do Estado. [...]”. Um novo surto, ou a consolidação de um setor? Com certeza um novo discurso. É o que indicam os editoriais de 2006:

As usinas de produção de álcool e açúcar constituem importante contribuição ao desenvolvimento da economia regional, ao ocupar espaços vazios dos territórios municipais, bem como criar um colossal parque de mão-de-obra. [...] Acrescente-se a essa contribuição, a geração de tributos de que se beneficiam os municípios e o Estado. E agora uma dessas empresas vem a público informar[...] que está dispensando o consumo de energia elétrica convencional [...] porque está produzindo sua própria energia, o que equivale a 11 milhões de kwh [...] O que era um problema de descarte industrial, o bagaço da cana, transformou-se em energia a partir da biomassa. (Editorial: *Importância das destilarias não se limita ao aspecto econômico agora produz energia*. OI. 11/06/06, p3 A)

O etanol da cana-de-açúcar já é uma realidade. Atualmente, mais de 20 destilarias estão em plena produção na região e oito em implantação. A projeção da União dos Produtores de Bioenergia (Udop) é que 40 novas usinas se instalem nos próximos anos. Os números da cana indicam cada vez mais sua consolidação. [...]

[...] A exploração em escala industrial de outras formas de bioenergia ainda é aguardada. **O biodiesel** – combustível produzido a partir de ácidos graxos, como plantas oleaginosas ou sebo animal – e a bioeletricidade (gerada a partir de bagaço de fibras vegetais) devem se afirmar neste contexto. Sua produção **pode alavancar o desenvolvimento regional**, calcando-se como líder estadual.

Como avalia a Udop em entrevista a este veículo, “o oeste de São Paulo é a região em que mais cresce a bioenergia e deve ser a maior produtora do País nos próximos cinco a dez anos”. Clima e solo regionais são apontados como adequados para a produção das matérias-primas. (Editorial: *Bioenergia apresenta crescimento na região, mas precisa de políticas para consolidação*. OI. 03/10/06, p3A).

Em outubro de 2006, é realizado o 1º Seminário sobre Biodiesel<sup>114</sup> do

---

<sup>114</sup> Biodiesel é um combustível biodegradável derivado de fontes renováveis; pode ser produzido a partir de gorduras animais ou de óleos de diferentes espécies vegetais como mamona, dendê (palma), girassol, babaçu, amendoim, pinhão manso e soja, dentre outras. No Brasil, em 2003, foi lançado o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, (PNPB), cujas diretrizes são: “Implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social ; Garantir preços competitivos, qualidade e suprimento; Produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas e em regiões diversas.” A Lei 11.097, de 13 jan. de 2005, “estabelece a obrigatoriedade da adição de um percentual mínimo de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor, em qualquer parte do território nacional. Esse percentual obrigatório será de 5% oito anos após a

Pontal do Paranapanema, que teve como objetivo apresentar aos participantes (pequenos produtores e integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST), a futura fábrica de produção de biodiesel e a introdução do “Pinhão Manso”, fruto do qual se extrai óleo.<sup>115</sup>

O deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh (PT), disse ontem, em Mirante do Paranapanema, durante discussão com assentados do Pontal do Paranapanema, que o “biodiesel é a salvação da lavoura” [...]

“Não é interessante que o biodiesel dê certo apenas no nordeste, como já vem dando. No Pontal também é muito importante”, afirma. Greenhalgh diz que a região é própria para o desenvolvimento do programa que tem como objetivo atender os pequenos agricultores de assentamentos. [...]

[...] “há 30 anos, a idéia do governo federal ao implantar o Programa Pró-Alcool era a de que pequenos agricultores plantassem cana de açúcar para sustentar o programa, mas os latifundiários mataram as pequenas plantações. Atualmente não existem mais as pequenas destilarias. Para isso não acontecer com o biodiesel, os assentados terão que se organizar em cooperativas e associações”. (CONSTANTE, Wilson. Biodiesel é “salvação”, firma Greenhalgh. OI. 04/03/06, p6 B)

O discurso do deputado federal, um discurso de um partido de esquerda que apóia os assentamentos e os movimentos pela reforma agrária, realizado em reunião com líderes de associações de assentamentos agrários na região, mostra a preocupação em envolver os pequenos agricultores na referida produção.

Entretanto, é interessante notar que, mesmo o discurso de que a região teria vocação para o cultivo da cana, uma cultura que, por suas características exclui o pequeno produtor, é adotado por líderes de esquerda que, ao final, também reproduzem o discurso das elites conservadoras da região. A matéria “*Mercadante vê cana como vocação regional*”, assinada por Larissa Nakao, cita indiretamente que o senador, então pré-candidato a governo de São Paulo, “afirmava” ser essa a vocação da região. Embora a matéria apresente citações diretas do discurso do deputado, não apresenta a referida frase:

O pré-candidato do PT afirma que a vocação da região é o setor alcooleiro e seria um dos fatores responsáveis para o crescimento econômico. “O setor vem crescendo muito cerca de 85% este ano, é o setor que vai continuar crescendo e vai trazer bons resultados para a região. Nós queremos que o trabalho que o governo federal vem fazendo com o Incra e Embrapa, para acabar com os conflitos de terra no Pontal, seja acompanhado pelo Itesp”, defende. (NAKAO, Larissa. *Mercadante vê cana como vocação regional*. OI. 02/06/06, p1B)

---

publicação da referida lei, havendo um percentual obrigatório intermediário de 2% três anos após a publicação da mesma.” (Portal do Biodiesel. Disponível em:<<http://www.biodiesel.gov.br/>> )

<sup>115</sup> CONSTANTE, Wilson. *A produção de biodiesel é foco de seminário*. O Imparcial. 20/10/2006.

De qualquer modo, ainda que, nesse caso, a frase seja uma interpretação da jornalista, em relação a outros temas e reivindicações, conforme se verifica no capítulo 5, os discursos produzidos internamente são reproduzidos por agentes formadores de opinião externos à região, sejam eles de linha política conservadora ou de esquerda.

O discurso da busca da vocação oscila como oscilam os “ciclos” econômicos, e a economia da região segue no fluxo das demandas externas sem, contudo, alcançar um modelo de desenvolvimento que a tire do tão alardeado posto de “segunda região mais pobre” do Estado. São discursos que, até a década de 1990, se aparavam na representação da região como a região das possibilidades de crescimento e desenvolvimento, na região do *vir a ser*. Nos discursos mais recentes, as reivindicações regionais, aquelas das elites políticas e econômicas que representam o poder tradicional ligado aos proprietários de terra, se sustentam na representação da região do atraso.

Por fim, em relação aos exemplos de discursos sobre a vocação regional apresentados, resta-nos destacar que as análises de Leite (1981) novamente se confirmam: são os fatores externos que indicam os rumos da economia regional. Basta agora esperar para observar se os “surto” de crescimento se consolidam em “vocação” regional ou se novamente outros virão, sem se enraizarem, promovendo um ir e vir de discursos que se prestam mais às campanhas políticas que ao fim a que se propõem: o de estimular o desenvolvimento regional.

## 4 DA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE À REGIÃO DO PONTAL: NO DISCURSO DO/NO JORNAL, A REGIÃO DO ATRASO

Embora já na década de 1970, mais precisamente 1978, ocorressem notícias enunciando a 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente ou Região de Presidente Prudente, elas só passam a preponderar nos discursos a partir de meados da década de 1980<sup>116</sup>. A Alta Sorocabana tende a “desaparecer” do discurso do jornal e dos discursos em geral, inclusive do discurso acadêmico.

Se até a década de 1990, nos estudos acadêmicos sobre a região o recorte predominante era a *Alta Sorocabana*, a partir daí, observa-se uma significativa transformação nos seus títulos. Isso se observa nas dissertações e teses produzidas, especialmente pelo Departamento de Geografia da Unesp de Presidente Prudente. Apenas para ilustrar, lembramos os trabalhos de Hespanhol (1991 e 2000), já citados no capítulo 3: o primeiro, de 1991, sua dissertação de mestrado teve como recorte regional a Alta Sorocabana (“*O tomate a caminho da indústria: a influência da CICA na Alta Sorocabana de Presidente Prudente*”), o segundo, a tese de doutorado, apresentada em 2000 (“*Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na Microrregião geográfica de Presidente Prudente-SP*”) teve como recorte a Microrregião de Presidente Prudente, estabelecida pelo FIBGE.

Desse modo, a academia, seguindo o processo de transformação regional, também suprime a *Alta Sorocabana* de seus recortes, embora, como no caso de Hespanhol (1991 e 2000), os municípios abrangidos nos dois trabalhos sejam praticamente os mesmos. Essa mudança também se deve ao fato dos dados censitários das diferentes instituições de pesquisa, como o FIBGE e o SEADE serem agrupados por microrregiões. Outra tendência observada a partir da década de 1990, é o predomínio de estudos sobre a região do *Pontal do Paranapanema*, cujo recorte também se confunde com a antiga área da *Alta Sorocabana*. Os estudos mais recentes, sobre os movimentos de luta pela terra e pela reforma agrária, consideram como *Pontal do Paranapanema*, praticamente, a mesma área e municípios compreendidos pelo recorte da *Alta Sorocabana*. Lima (2006<sup>a</sup>, p.13) e Montenegro (2006, p.273), por exemplo, consideram como *Pontal do Paranapanema* os municípios que compõem a UNIPONTAL<sup>117</sup>. As “escolhas” dos recortes regionais,

---

<sup>116</sup> Cf. Quadro 3 no capítulo 3.

<sup>117</sup> União dos Municípios do Pontal do Paranapanema (Cf. Figura 15), que abrange os 32 municípios da Região de Governo de Presidente Prudente, mais o município de João Ramalho, pertencente à Região de Governo de Assis.

logicamente, refletem-se, conforme discutimos no capítulo 2, o/no discurso geral e comum sobre a região.

Cabe notar que a *Nova Alta Paulista*, talvez por ter sido agregada à 10ª Região Administrativa e também por não possuir uma cidade que supere a importância de Presidente Prudente, e apesar de ter assistido ao sucateamento e desativação da ferrovia que a denomina, a Companhia Paulista de Estrada de Ferro, permaneceu assim reconhecida. É bem verdade que as regiões de governo que a compõem levam a denominação das cidades sedes: *Região de Dracena* e *Região de Adamantina*.

Afirmar o desaparecimento da *Alta Sorocabana*, por fim, tem um sentido de dizer que atualmente a denominação *Região de Presidente Prudente* se sobrepôs à de *Alta Sorocabana*: a ferrovia chegou semeando cidades, mas uma delas cresceu mais que as outras e passou a denominar a região.

É importante esclarecer que a denominação *Região de Presidente Prudente* que utilizamos nesta tese, não se refere à região de Governo de Presidente Prudente, ou Microrregião de Presidente Prudente. Seria também “forçado” afirmar que ela tem os mesmos contornos que a 10ªRA; contudo, a “*Região de Presidente Prudente*”, especialmente quando referenciada no discurso de políticos, expande-se na tentativa de abranger os municípios da Nova Alta Paulista, como já o fez com o município de João Ramalho, embora pertencente à 11ªRA de Marília. Não ultrapassa os contornos definidos da 10ªRA, mas trata-se de uma região de limites fluidos, que na medida da necessidade e dos interesses políticos, econômicos e/ou ideológicos se expande, mas que dificilmente se retrai.

O jornal, apesar de ser veículo que, em tese, presentifica vozes de sujeitos de intencionalidades diferentes, ao discursar pela e para a região, deixa ver a representação hegemônica sobre a região, pois na condição de ator social, apesar da imparcialidade pretendida, possui sua versão e intencionalidade em relação aos fatos que informa, analisa, critica. Em última instância, o jornal deixa ver a representação produzida internamente, que se difunde externamente, tanto que hoje a região é reconhecida pelos conflitos. A seguir, procuramos demonstrar, a partir da leitura dos recortes do jornal, a transição do discurso que carrega a representação da *região do devir* para o discurso que dá ênfase à *região do atraso*.

#### 4.1 A “Região de Presidente Prudente” no discurso do jornal, representações em transição: do atraso do progresso ao progresso do atraso (1990-2006)

Estabelecer limites temporais para o predomínio das representações regionais, seria negar o que vimos afirmando até aqui, de que as duas representações da região, do *dever* e do *atraso*, coexistem. Sem, no entanto, negar esse pensamento, percebe-se, nas últimas décadas, que os discursos das reivindicações regionais relegam as possibilidades do “vir a ser” regional, e dão ênfase às deficiências e carências, sobretudo, aos “problemas” como forma “eficiente” de se fazer enunciar e notar a região. O discurso que se constrói, a partir da década de 1990, e que se evidencia especialmente no final daquela década, aciona o *poder do atraso*<sup>118</sup> no enunciar dos interesses da região.

A seleção dos discursos, que retrata a forma como a região passa a ser enunciada, a partir dessa década, ilustra esta representação que passa a ser preponderante no reconhecimento da região: a *região atrasada*. Mas na intertextualidade dos discursos, está presente o oposto que a complementa, ou seja, o discurso do atraso regional contém em si a representação da região do *dever*.

A representação da região do *dever* justificava-se especialmente pelo fato da região ser jovem; uma região jovem precisava ainda construir o seu desenvolvimento; uma região de fronteira (*o Eldorado?*), como era no início do século XX, necessitava atrair e implantar o progresso. Embora na década de 1960 e 1970 ainda faltassem à Alta Sorocabana, estradas, telefonia, energia, indústria etc., preponderava no discurso a região do *dever*. Assim, com o tempo e investimentos e estímulos do Estado à “*pujança agrícola*” se somaria outras atividades promissoras, símbolo do pensamento desenvolvimentista, como a indústria.

“[...]é necessária a cooperação do Estado junto às grandes firmas nacionais ou junto às embaixadas estrangeiras e amigas facilitando-lhes o amplo conhecimento das **nossas grandes possibilidades interioranas** para as grandes indústrias. Uma zona eminentemente algodoeira como a Alta Sorocabana, por exemplo, não pode deixar de possuir uma grande indústria de fiação e tecelagem, já que o homem, a matéria-prima, o transporte fácil e a energia elétrica proporcionada por Salto Grande lhe garante o êxito completo e duradouro.[...]” (Discurso do Deputado Domingos Leonardo Cerávolo, em 1960<sup>119</sup>, grifo nosso)

---

<sup>118</sup> Embora a expressão, na tese, refira-se à representação que se constrói em torno do atraso do desenvolvimento regional, emprestamos a expressão do título que José de Souza Martins (1994) dá a sua coletânea de ensaios sobre a “história lenta” no Brasil.

<sup>119</sup> *Deputado defende na Assembléia a instalação de grandes indústrias no interior paulista*. OI. 09/02/60, p1.



O discurso do deputado estadual Domingos Leonardo Cerávolo, na Assembléia Legislativa Paulista, do início de 1960, é mais um exemplo de como a representação da *região do devir* forma um par dialético com a representação do *atraso*. Nele, antes de dar garantias do “*êxito completo e duradouro*” que a Alta Sorocabana oferecia, o deputado já denunciava os efeitos danosos do atraso na região, o desemprego: “[...] êle existe no Interior. Lá, também, se os moços não encontram trabalho, podem ser injustamente chamados de vagabundos; se as moças desamparadas não encontram uma colocação, podem ser mal vistas, mal orientadas e caminhar no encontro de uma vida mais fácil. [...]”<sup>120</sup>.

O mesmo se verificaria no discurso do jornal em 1990. Na matéria de retrospectiva do ano, publicada em página destinada à discussão dos problemas regionais, que o jornal havia criado naquele ano (“*uma semente com o intuito de buscar uma mostragem ampla*” do que a região é e do que poderia fazer), fica clara a representação da região, agora “10ª Região Administrativa”, ainda predominando como aquela das possibilidades:

Somos na realidade uma das mais ricas regiões do Estado de São Paulo, porém, trata-se de uma riqueza ainda não explorada. O nosso trabalho buscou simplesmente retratar o cotidiano da 10ª Região Administrativa do Estado e com isso, deixar claro que somos ricos e fortes. Se em 1990, lançamos uma semente com o intuito de buscar uma mostragem ampla do que somos e do que poderemos fazer, esperamos que no próximo ano, não existam idéias no papel, mas sim na sua prática.[...]

Aos prefeitos, vices e vereadores dos municípios que integram essa rica região [...] que não deixemos que 1991 seja pior que o ano que se finda. Conclamamos a todos para que se unam cada vez mais, independente de linhas políticas ou convicções partidárias, e possamos, gozar dos frutos da nossa região.

Não existem ricos ou pobres, pequenos ou grandes. Somos uma só pessoa e graças a isso é que poderemos ser humildes e alcançar apenas resultados positivos. Esqueçamos 1990, nos lados ruins e faremos de 1991 um ano de acerto, de esperança e de paz para a 10ª Região Administrativa. (*Comentando ... 1990*. O I. 28/12/90, p. 28)

Quando os surtos de prosperidade agrícola vão junto com os vagões da Ferrovia Sorocabana, que não voltam mais, a Alta Sorocabana transforma-se em Região de Presidente Prudente; mas esta - ainda que continuasse carente de estradas, e de investimentos (de preferência estatais) que lhe garantissem desenvolvimento ante as suas possibilidades - continuaria a ser a região do devir.

---

<sup>120</sup> Idem.

O discurso, citado acima, é elucidativo de como o jornal, seja na sua própria voz, como nesse caso, seja portando a voz de outrem, elabora um discurso na intenção de construir um consenso sobre a região, uma “concepção homogênea” capaz de suprimir as diferenças entre “*ricos e pobres*”, entre “*grandes e pequenos*” na região que é “*uma só pessoa*”. Um discurso, que ao dar prioridade “aos fatos” e análises de especialistas e empresários, traveste-se em discurso competente, autorizado a dizer verdades sobre a região; mas essas verdades, evidentemente, são aquelas das forças conservadoras.

Por ser veículo da palavra e a palavra carregar em si resquícios da simbologia da verdade, o jornal, especialmente, na leitura do senso comum é construtor de uma “realidade regional”, é um elemento difusor de pensamentos e projetos, que com certeza não representam os interesses de todos. Para ficarmos apenas num exemplo, retomamos o discurso do programa “Bolsa de Parceria e Arrendamento de Terras”, que objetivava o cultivo de “grãos nobres” na região; na época, o jornal veiculou as notícias do movimento “pró-soja” com otimismo, reivindicou infra-estrutura para seu escoamento (a reativação da ferrovia), anunciou com destaque o interesse de empresários de “outras áreas” em investir no cultivo do grão na região etc.

Longe estamos de defendermos a região para a região; o que estamos assinalando é o fato de, em momento algum, o jornal questionar, ou deixar que se questionasse, que aquele não era um projeto que resolveria o problema do pequeno agricultor, que ainda resiste, ou dos agricultores dos projetos de assentamentos agrários da região, que por vezes o jornal “defende”<sup>121</sup>. A expansão da cultura da soja, mais do que a da cana (ainda que também uma monocultura do agronegócio), mecanizada por excelência e, portanto, exigente de capital e quantidade de terras contínuas, exclui do processo os pequenos proprietários de terra.

As opiniões contrárias aos projetos de agronegócios na região, se foram divulgadas no jornal, com certeza não tiveram o destaque dado ao movimento pró-soja. Fernandes (2006) contrariando os discursos de que os movimentos pela reforma agrária empobrecem a região, afastando os investidores, afirma:

[...] foram criadas inúmeras tentativas do setor latifundiário e empresarial com finalidade de suprimir um modelo de desenvolvimento baseado na pequena produção camponesa em detrimento ao modelo de agricultura baseado na monocultura do algodão, cana e soja, e na pecuária de corte, no denominado agronegócio. Porém dados oficiais e

---

<sup>121</sup> No editorial: *Governo esquece de incentivar o pequeno produtor brasileiro*. OI. 03/03/98, p3A.(Título 1-Quadro 9), o jornal defende o pequeno e médio produtor rural, apoiando os protestos da “classe” na região, contra a política de empréstimos bancários que estaria endividando os produtores. No decorrer deste capítulo, observar-se-á que o “pequeno produtor” defendido pelo jornal, parece não incluir aqueles dos assentamentos agrários, conquistados pelos movimentos de luta pela terra e reforma agrária.

pesquisas revelam que o impacto socioterritorial ocorrido na região provém em grande parte de uma mudança nas relações de produção, comercialização principalmente com a implantação de Projetos de Assentamentos Rurais. Hoje, a renda média mensal das famílias assentadas nessa região gira em torno de 3 salários mínimos (+ou – U\$300), sem mencionar a renda autoconsumo, ou seja, os alimentos produzidos e consumidos dentro das unidades camponesas. (FERNANDES, 2006, p.109).

Fernandes (2006) cita ainda os ganhos com arrecadação de impostos municipais no Município de Mirante do Paranapanema, onde há maior concentração de assentados, pois a arrecadação saltou de R\$1,8 milhão em 1994, para R\$6,1 milhões em 1997.

Mas o discurso em defesa da expansão da soja, que ficou no esquecimento como tantos outros, na época soaria como verdade “redentora” até mesmo nos ouvidos de acadêmicos<sup>122</sup>.

A análise de que o discurso do jornal se traveste em discurso competente e, ao ser aceito como verdade, produz um consenso sobre a região corroborando para manter a ordem social vigente, confirma-se na simples leitura dos discursos mais recentes do jornal. São discursos que atribuem claramente os problemas regionais (como mercado de trabalho restrito, estagnação agropecuária e outros setores da economia regional, suposto crescimento da criminalidade, insegurança etc.), primeiro aos movimentos sociais em favor da reforma agrária que atuam na região, e por último, à grande quantidade de presídios que nela atualmente se concentra. Pode parecer ingênua à observação, mas no jornal não há sequer, pelo menos no levantamento realizado, um editorial que questione seriamente as causas do não desenvolvimento da região. O que se observa são discursos que corroboram a ideologia dominante, a dos representantes das elites regionais: empresários, proprietários de terra e políticos que defendem “os interesses da região”.

Então, perguntamos: que interesses são esses? E que região é essa? É a região do jornal, onde não há ricos nem pobres, pequenos nem grandes?

Não é bem isso que dizem as linhas e entrelinhas dos discursos analisados. Concordando com Bourdieu (2001), são esses discursos e as representações que tornam possível o *consensus* acerca da região que contribuem para a manutenção da ordem social vigente. Ordem social que não contempla, por exemplo, um projeto de desenvolvimento regional fundamentado na reforma agrária. A região, concebida desse modo, cujos

---

<sup>122</sup> Em 2003, em um debate com a coordenadora regional da Bolsa de Parcerias e Arrendamento, Anna C. Bernno, a maioria dos participantes, alunos do 4º ano de Economia da Associação Educacional Toledo de Pres. Prudente, concordavam com a proposta de implantação da soja como caminho para o crescimento e desenvolvimento econômico regional.

interesses parecem ser comuns a todas as classes, grupos, gerações, etnias e gêneros que a constituem, torna-se um mito, e é, sem dúvida, um importante trunfo nas relações de poder, seja ele econômico e/ou político.

Nas estratégias de manutenção do poder e da ordem regional, o discurso do atraso do progresso que causava, por exemplo, as mazelas do desemprego “*difamando os moços e levando as moças a uma vida mais fácil*”, na região rica em possibilidades defendida pelo deputado e tantas vezes no e pelo jornal, na virada do século, seria substituído pelo discurso do “*progresso do atraso*”. Sob a perspectiva das representações, a região do *atraso* ganha cores mais intensas do que as do *devir*.

#### **4.1.1 No discurso: a evolução do atraso**

É interessante notar que esse “atraso”, nas décadas de 1970 e 1980, conforme já destacado, era empurrado para “mais a oeste”, para o Pontal da Alta Sorocabana. Nos discursos, os problemas comuns à Alta Sorocabana e depois à 10ª Região Administrativa eram considerados mais intensos, se não exclusivos da região do Pontal. Contudo, a partir de meados da década de 1980, a sub-região, área “muda”, “ponto escuro” do Estado, alvo de programas e projetos de desenvolvimento do governo do Estado, começa a ganhar evidência. Tanto que merece um editorial do jornal, explicando porque o governador Laudo Natel<sup>123</sup> teria deixado de visitar Presidente Prudente em seu aniversário, e ido antes “ver de perto” os problemas do Pontal.

As “dores” do Pontal, que outrora, na grande maioria das vezes, no discurso, não apareciam como pertencentes à Alta Sorocabana, também não foram assumidas quando a 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, ou *Região de Presidente Prudente*, passou a ser enunciada como a “nossa região”, quer dizer, como a região defendida pelo discurso do/no jornal. Mas se nos discursos os “problemas” eram do Pontal, as “soluções” eram da região como um todo, conforme discutimos no item 4.2.

No Quadro 3, no capítulo anterior, nota-se que a partir da década de 1990 as notícias sobre os problemas fundiários no Pontal começam a aparecer com peso de “conflitos fundiários”. Porém, como eles acompanham a história da região, já se lia, muito antes, notícias sobre despejo de posseiros e outras questões de posse e titulação de terras,

---

<sup>123</sup> (Editorial) *O significado da visita do governador Laudo Natel*. OI. 29/08/74, p1.

tais como os que aparecem no levantamento de 1982<sup>124</sup>, e como tantos outros que ficaram de fora do recorte que estabelecemos.

Até mais ou menos 1998, os problemas fundiários, ainda pertenciam ao Pontal; a “10ª Região” ou “Região de Presidente Prudente”, que passa a preponderar como denominação da região enunciada no jornal, ainda não havia tomado para si suas reivindicações e problemas. Mas, em 2002 e 2006, o discurso que se apresenta é outro; os conflitos do Pontal tornam-se da *Região de Presidente Prudente*. Quando o Pontal do Paranapanema ganha evidência, até internacional, a *Região de Presidente Prudente*, incorpora-o e o assume.

Do que tratavam os discursos sobre a região nas décadas de 1980 e 1990, quando não se referiam ao Pontal? Como vimos, quando a região do/no jornal era a Alta Sorocabana, os problemas da agricultura e prosperidade da pecuária, o surto de crescimento com a agroindústria da cana, reivindicações de estradas e infra-estruturas foram as temáticas encontradas na pesquisa realizada, além daquelas que se referiam ao Pontal. Quando a região se expande, tornando-se a *Região de Presidente Prudente*, pouco mudaria.

Nas décadas de 1970 e 1980, as reivindicações gerais da região resumiam-se àquelas destinadas ao governo do Estado que, em alguns casos, chegavam a ser encaminhadas diretamente ao executivo federal. Entre as reivindicações, destacamos:

- Política agrícola favorável ao setor na região: reivindicação de preço mínimo do algodão e do amendoim adequado à realidade do agricultor, financiamentos para os agricultores, projetos de ampliação de outras culturas (café, citricultura etc.);
- Melhoria no sistema de transporte, através da ampliação da Rodovia Raposo Tavares, e extensão da Rodovia Castelo Branco até a região; extensão do Ramal Ferroviário de Dourados, até Rosana.
- Cobrança da execução dos programas de desenvolvimento na área do Pontal do Paranapanema; e das obras derivadas dos projetos de instalação de Usinas Hidrelétricas na região<sup>125</sup>.

---

<sup>124</sup> *Despejo no Pontal pela PM não encontra reação*. OI. 03/08/82, p.1; *No Pontal nova ameaça de despejo*. OI. 0209/82, p.1.

<sup>125</sup> A exemplo do que ocorrera quando prefeitos se juntaram para enviar Memorial ao governador Laudo Natel, pedindo que Vila Operária da CESP, que construiria a Usina Capivara, fosse instalada no território paulista, mais precisamente no município de Taciba e não no Estado do Paraná, no município de Porecatu. Segundo o jornal, o Memorial começava informando que: “Presidente Prudente como sede da região administrativa, cidade-pólo de irradiação de desenvolvimento e integração, não poderia deixar de reclamar para a sua região, especificamente o município paulista de Taciba, a Vila Operária da Usina Capivara, que a CESP pretende edificar fora de São Paulo, na cidade de Porecatu, do vizinho Estado do Paraná. [...]o Governo do Estado não pode permitir que uma de suas maiores empresas deixe de criar oportunidades de

- Obras de infra-estrutura para os municípios, como estradas vicinais, asfaltamento de ruas; verbas e repasses para a administração geral dos municípios, e
- Melhorias no atendimento médico regional.

As reivindicações recorrentes e que se destacam em todo o período em análise (1970-2006), são aquelas que primeiro tiveram o objetivo de romper o isolamento da região, criando estradas e melhorando as já existentes; depois continuariam sendo pleiteadas, pois, ao contrário do que se esperava, o sistema viário regional sofreu uma involução quando da perda das linhas de transporte ferroviário que, apesar de precárias, funcionavam com regularidade, atendendo à demanda existente.

Na década de 1970, já se tinha notícia das reivindicações em torno da expansão da Rodovia Presidente Castello Branco até a região. No trecho a seguir, o jornal escreve sobre a importância das rodovias modernas e conclama a “união” em favor do seu prolongamento até a região, reivindicação recorrente, especialmente em períodos de campanhas políticas eleitorais<sup>126</sup> (Cf. capítulo 5).

[...] no caso que interessa mais de perto à nossa região, ficaremos na análise da “Castello Branco”, cujas pistas encontram-se estacionadas no trevo de acesso à São Manuel e Avaré. Seu projeto estabelece sua extensão até a Alta Sorocabana, igualmente para suprir uma deficiência de há muitos sentida pela Raposo Tavares. Tecnicamente essa auto-estrada só pode ser equiparada à via dos Imigrantes, construída em grande parte com a mais alta sofisticação tecnológica para superar as imensas dificuldades oferecidas pela topografia da Serra do Mar.

A par da segurança que oferece, a rodovia “Castello Branco” se insinua por paisagens deslumbrantes, além dos elementos que ela conservou e outros que criou no seu canteiro central [...]

As vésperas da posse do novo governador de São Paulo- eng. Paulo Egídio Martins – a Alta Sorocabana deve unir-se em torno de uma reivindicação comum: o prosseguimento de suas pistas até a nossa região. (*Esta estrada precisa vir à região da Alta Sorocabana*. OI. 19/12/74, p1)

Em meados da década de 1980, começa a mudar a forma como a região é denominada no jornal. Tanto nos títulos quanto nos conteúdos das matérias, figura cada vez mais a “10ª Região Administrativa”, ou simplesmente “Região de Presidente

---

trabalho e desenvolvimento [ numa] região do nosso Estado, em prejuízo de seus próprios interesses, apenas porque Porecatu fica alguns quilômetros mais perto do que a mais próxima cidade paulista: Taciba. Mesmo porque, assim que V. Excia, determinar o início da rodovia já planejada pelo DER e que ligará a [represa] da barragem a Presidente Prudente, esse e todos os demais argumentos favoráveis a Porecatu deixarão de existir.” (*Reivindicação une a Alta Sorocabana*. OI.12/07/70, p1).

<sup>126</sup> *Vereadores debatem com deputados o prolongamento da Castelo Branco*. OI. 03/07/94, p8.

Prudente”<sup>127</sup>. Os títulos, que se referiam a esse recorte, em geral, vinham precedidos do antetítulo “10ª Região”<sup>128</sup>, conforme ilustra o Quadro 8.

Quadro 8 – No jornal, a “10ª Região Administrativa” (1986-1994)

Títulos	
1	1. (10ª Região) Exportados este ano mais 97 mil dólares. (22/08/86, p13)
9	2.(10ª Região) Quatro aniversários. (13/07/86, p1)
8	3.Agroindústria da 10ª Região. (11/07/86, p.1. Cad2)
6	4.Arrecadação tributária federal na décima região superou 200 milhões de cruzados, de janeiro a junho deste ano. (08/08/86, p22)
1	5.(10ª Região). Esforço da região para criar Conselho da Paulista. (23/05/92, Regional, p 7)
9	6.(10ª Região).SOS Rio Santo Anastácio no 1º Encontro Nacional (10/12/92, p10 Regional)
9	7. Emilianópolis é o 51º município da 10ª Região Administrativa (05/01/92, p1)
2	
1	8.(Pracinha) Criado o 52ª município na 10ª Região Administrativa. (04/01/94, Regional p7)
9	9.(10ª Região). Ação Regional aplica CR\$370 milhões em programas de atendimento social. (09/01/94, p9)
9	10.(10ª Região) Amnap e Unipontal reivindicarão novos projetos a Fleury Filho. (03/03/94, Regional,p8)
4	11.(10ª Região)Fleury encaminha para a Assembléia proposta de prolongamento da Castelo.(13/05/94, Reg. p9)
	12.Sindicato apresenta plano para retomada do crescimento da 10ª Região Administrativa.(02/08/94, p14)

Fonte: Jornal O Imparcial (Presidente Prudente-SP)

Organização: Ana Cláudia Dundes.

Outros exemplos de que o discurso do/no jornal vai introduzindo o recorte da 10ª Região Administrativa serão observados na seqüência de discursos que apresentamos a seguir. Gradativamente a 10ª RA vai ampliando os limites da *Região de Presidente Prudente*. Nos títulos 5 e 10 do Quadro 8, observa-se que a partir de então as notícias da 10ªRA incluem a Nova Alta Paulista; notícias que na década de 1970 eram, ainda, apresentadas como da “outra” região. Nos editoriais também se observa que as reivindicações regionais incluem as da Nova Alta Paulista. Essa inclusão, porém, não significaria o estabelecimento de uma unidade ou identidade comum às regiões da Alta Sorocabana e Nova Alta Paulista. Na verdade, para a Alta Sorocabana, a regionalização instituída pelo Estado representou um ganho político, já que incorporou outros municípios,

<sup>127</sup> Na verdade, não há uma preocupação por parte do jornal com a denominação e o seu significado. É comum usar “Região de Presidente Prudente” também para se referir ao entorno mais próximo à cidade. No entanto, os títulos selecionados nos quadros, entre os tantos levantados, são aqueles que se referem à região de Presidente Prudente que extrapola os antigos limites da Alta Sorocabana e inclui a Nova Alta Paulista.

<sup>128</sup> No jornal, os antetítulos não estão entre parênteses, mas nos quadros estão dispostos dessa maneira para dar destaque aos títulos. Na maioria dos títulos suprimimos o ante e o subtítulo dos quadros para não dificultar a leitura, com a poluição de informações. O antetítulo, ou “cartola”, é uma “explicação” que precede o título principal, tem a intenção de chamar a atenção para o título e indica seqüência das notícias. No jornal O Imparcial, em muitos casos, eles são bastante significativos. Nos quadros que se seguem há exemplos que indicam que muitas vezes eles são apenas referenciais ao local ou “região” de onde tratam as matérias. Mas, em outros, além de indicarem a seqüência das notícias recorrentes, como no caso dos “conflitos agrários”, “questão agrária” “Luta pela terra”, “crise agrária” que precedem as notícias recorrentes sobre as ocupações de terra, assentamentos e conflitos entre movimentos sociais e ruralistas, revelam também o posicionamento ideológico do jornal. Os antetítulos que precedem as notícias sobre a instalação dos presídios na região, dando um tom dramático à questão (“Barril de Pólvora” ou “Capital Carcerária”), é o outro exemplo.

ampliando, portanto, a importância de sua sede, Presidente Prudente, mas para a Nova Alta Paulista, conforme discutiremos mais adiante, talvez isso tenha representado a diminuição de sua representatividade.

Nas décadas de 1980 e 1990, a região do/no jornal é outra, as reivindicações regionais praticamente não mudam até 1998; mas, a partir daí, a leitura do jornal permite observar acentuação do discurso do atraso, conforme exemplificam os Títulos 6, 9, 10 e 14 - Quadro 9, incorporando de vez os problemas antes considerados do Pontal do Paranapanema (Títulos: 2, 3, 5, 7, 8, 15, 18, 19, 20 etc. – Quadro 9), bem como um “novo” problema, que a princípio foi recebido como benéfico: a instalação de presídios em diversos municípios da região (V. Quadro 10).

No levantamento geral, verifica-se a partir de 1998, um aumento notável dos editoriais, especialmente daqueles que tratam dos “interesses regionais”. Os quadros que se seguem apresentam exemplos de matérias e editoriais desse período. É bom lembrar que esses quadros são apenas ilustrações dos títulos levantados<sup>129</sup>.

O conteúdo desses editoriais, em geral, reclama a atenção do Estado aos problemas da região, baseado nas notícias do seu “empobrecimento”. Isso não significa, como já alertamos, que o jornal tenha abandonado o discurso da “riqueza inexplorada”, da riqueza “possível”.

O título 6 (Quadro 9) refere-se à matéria que noticia mais que o *workshop* do Sebrae de Presidente Prudente, promovido para discutir o Programa de Emprego e Renda (Proder), o diagnóstico da região; naquela reunião, em 1998, apresentou-se o relatório da pesquisa realizada pela Fundação para a Pesquisa e Desenvolvimento da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da Universidade de São Paulo (FUNDACE-USP, 1998<sup>130</sup>), que apontava para a “estagnação” da região<sup>131</sup>. E o jornal, por sua vez, apresentou um resumo do referido diagnóstico:

A pesquisa traça um diagnóstico da economia regional e apresenta dados preocupantes. O primeiro é o **baixo nível de renda da região**. Segundo a pesquisa, a renda per capita regional caiu cerca de 7% entre 1980 e 1990. Estima-se que, em 1993, a renda per capita era de US\$3.427, enquanto que no Brasil estava próxima de US\$4.500. [...] Os pesquisadores também constataram na região um **baixo crescimento populacional**. Entre 90 e 96, a população da região cresceu 0,66% ao ano, enquanto que no Estado de São Paulo o crescimento populacional, no período estudado, foi de 1,71% ao ano. A pesquisa também apontou a redução da participação da população da região de Prudente no quadro

---

<sup>129</sup> Relembramos que a totalidade dos artigos, editoriais, matérias, publicidades etc. selecionados na pesquisa pode ser apreciada no Anexo II.

<sup>130</sup> Já citado em nota do capítulo 3.

<sup>131</sup> A região do diagnóstico da FUNDACE/USP (1998) é a 10ª RA.



Quadro 9 – No discurso, o crescimento do atraso: “Conflitos Fundiários” (1998-2006)

Nº	Títulos	O Imparcial
1.	(Editorial) Governo esquece de incentivar o pequeno produtor brasileiro	03/03/98, p.3
2.	Liberação de dinheiro ao MST revolta ruralistas	06/03/98, p1e 4
3.	(Editorial) Os ruralistas precisam se unir e cobrar das autoridades respeito a quem produz	06/03/98, p3A
4.	(Editorial) Sem uma agricultura desenvolvida como a região pode cogitar a agroindústria?	09/04/98, p3A
5.	(Editorial) Propriedades altamente produtivas e premiadas por vários decênios não escapam dos invasores.	26/04/98, p.3A
6.	(10ª Região) Relatório traça diagnóstico da economia. <i>Pesquisa realizada por fundação da Universidade de São Paulo aponta a estagnação do crescimento regional.</i>	26/06/98, Reg, p5
7.	(Editorial) A eleição na UDR de Pres. Prudente revela nova mentalidade dos ruralistas no Pontal.	31/03/98, p3A
8.	(Questão Agrária) Fazendeiros impedem invasão em Venceslau.	14/06/98, p5A
9.	(Editorial) Empobrecimento regional precisa ser combatido com ação integrada.	27/06/98, p3A
10.	(Editorial) Cabe ao Estado criar um programa capaz de reabilitar a 10ª Região.	28/06/98, p3
11.	(10ª Região) UDR discute a crise no setor de frigoríficos.	30/06/98, p2
12.	(Ponto de vista) Reforma agrícola antes da agrária. <i>Presidente do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural defende a destinação de recursos à pequena propriedade rural.</i>	10/07/98, Cad2,p1.
13.	(Editorial) Não se faz reforma agrária sem que se respeite os postulados da Carta Magna.	16/07/98,p3A
14.	Pesquisa da USP mostra situação da 10ª Região. <i>Estudo aponta a queda da renda per capita nos últimos anos, em cerca de 7% e teve baixo crescimento populacional.</i>	02/08/98, p6 Reg.
15.	Presidente da UDR considera invasões como atos absurdos.	05/09/98, p6
16.	(Questão Fundiária) Invasões no Pontal recomeçam hoje. <i>MST decide retomar ações na região; terão prioridade as fazendas a serem desapropriadas e as devolutas.</i>	10 /09/98, p1
17.	(Editorial) Saques provocados por integrantes do MST deixam caminhoneiros apreensivos.	26/09/98, p3 A
18.	(Editorial) Com o estoque esgotado de terras devolutas o governo deve consolidar os assentamentos.	16/01/02, p3 A
19.	(Luta pela terra) Nabhan pede enquadramento de Cido Maia. <i>Presidente da União Democrática ruralista denuncia coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra ao MPE.</i>	21/03/06, p5B
20.	Invasões em 3 meses já somam 39% de 2005	23/03/06, p6B
21.	UDR denuncia ‘investida’ contra cana.	24/03/06, p1 e 5
22.	Terra da região perde até 40% do valor.	26/03/06, p6B
23.	(Editorial) Desvalorização do alqueire é reflexo do problema fundiário da região do Pontal	28/03/06, p3A
24.	Usina denuncia destruição de cana. <i>Decasa admite que incêndio ocorrido no domingo, que queimou 500 toneladas do produto, seria criminoso.</i>	28/03/06, p5B
25.	(Editorial) O MST caminha para ações terroristas?	04/04/06, p1
26.	(Grito do Ipiranga) Produtores rurais fecham faixa na SP-270. <i>Protesto iniciou ontem em Regente Feijó e segue até dia 16; setor exige da União políticas públicas voltadas à agricultura.</i>	09/05/06, p6B
27.	(Editorial) Os bloqueios dos produtores rurais incomodam, mas os do MST não?	12/05/06, p3A
28.	Representantes cobram solução para Pontal.	15/06/06, p5B
29.	(Editorial) MST volta a ameaçar região com novas invasões de áreas privadas	15/09/06, p3A

Fonte: Jornal: O Imparcial.

Organização: Ana Cláudia Dundes

Quadro 10 – No discurso, o crescimento do atraso: “A região dos presídios” (1998-2006)

Nº	Títulos	O Imparcial
1.	Covas realizou o maior projeto penitenciário em nosso Estado. (Coluna Plantão)	18/09/98, p3
2.	(Alckmin) Governador defende construção de presídios. <i>Segundo ele, as obras em penitenciárias são importantes para a geração de empregos no interior de São Paulo.</i>	22/09/98, p8
3.	(Alta Paulista) Governo inaugura 2ª penitenciária dia 19. <i>A Penitenciária localizada em Junqueirópolis tem capacidade para 792 presos que serão transferidos da capital.</i>	19/09/98, p6
4.	Nossa região está esquecida’, diz economista. <i>Para Álvaro Barboza, oeste paulista sofre com falta de representatividade.</i>	13/02/02, p1- 4 B
5.	(Editorial) Desativação do Carandiru trouxe desassossego e insegurança para cidade do interior paulista.	19/02/02, p3 A
6.	(Editorial) O que a população ganha com a inauguração do Centro de Ressocialização em Prudente?	22/02/02, p3 A
7.	Região terá mais três penitenciárias.	26/03/02, p2 B
8.	‘Região é depósito de presídios’. <i>Deputado José Genoíno, pré-candidato do PT ao governo do Estado, critica política carcerária de Alckmin.</i>	13/04/02, p1
9.	(Editorial) As ações dos criminosos estão cada vez mais ousadas na região de Pres. Prudente	12/07/02,p3A
10.	Prisão dá Emprego, diz Alckmin.	04/08/02, p1
11.	Região está virando depósito de presos, alerta promotor.	16/08/02, p1
12.	Ação conjunta pode salvar região. <i>Economista Álvaro Barboza prega, no Fórum Regional de Desenvolvimento, importância do trabalho solidário.</i>	20/08/02, p1e5
13.	(Desenvolvimento) Economista aposta no desenvolvimento. <i>Professor Álvaro Barbosa destaca a capacidade de mobilização dos prudentinos para superar atuais desafios.</i>	14/09/02, p1 B
14.	(Presídios) Região recebe 50 detentos do Carandiru.	17/09/02, 3B
15.	(Editorial) A região deve exigir do governo do Estado compensação pela instalação dos presídios	19/09/02,p3A
16.	(Editorial) Aos poucos é possível perceber que a região está recebendo a escória que acompanha os presídios.	10/11/02, p3 A
17.	(Editorial) O tráfico de drogas, infelizmente, está cada vez mais presente na nossa região.	03/12/02, p3 A
18.	Chega de presídios!!! A região quer educação pública de qualidade	28/03/06, p 5B
19.	(Editorial) É injusto para a região, a assistência médica dada aos presídios nas cotas dos convênios	16/04/06, p3A
20.	(Editorial) A região já deu sua contribuição, chega de penitenciárias por aqui.	(30/04/06, p3A
21.	(Editorial) Região não pode aceitar tudo que lhe é imposto	13/05/06, p3 A
22.	Protesto contra Febem reúne mil em Irapuru. <i>Entidades e moradores realizam passeata e pedem instalação de hospital e escola, ao invés de unidades para menores infratores.</i>	13/05/06, p1B
23.	(Insegurança) Presídios geram riscos à economia regional. <i>Opinião é de representantes do setor produtivo; imagem “negativa” é apontada como empecilho à vinda de investimento à região.</i>	14/05/06, p4 B
24.	Irapuru aprova lei que tenta impedir Febem	24/05/06, p5B
25.	(Editorial) Irapuru tenta barrar 2 unidades da Febem criando lei contra presídio.	25/05/06, p3A
26.	(Editorial) Irapuru recebe Febem em escola desativada, além de ter maior mortalidade infantil da DIR.	08/06/06, p3A
27.	(Barril de pólvora) Agentes mantêm suspensas visitas e presídio vive tensão.	09/07/06, p5B
28.	(Editorial) Região é ‘reconhecida’ como a dos presídios e agora de facções rivais	18/10/06, p3A
29.	(Editorial) Penitenciárias tornam a região de PP um exemplo nacional do que deve ser evitado	19/04/07, p3A

Fonte: Jornal: O Imparcial.

Organização: Ana Cláudia Dundes

populacional do Estado. Em 1970, a região representava 3,85% do Estado, em termos populacionais; em 1996, esse índice caiu para 2,22%, segundo a pesquisa. Conforme a pesquisa, a população da região de governo de Adamantina caiu 14% entre 70 e 76 (de 149.036 para 128.495 habitantes); a de Dracena encolheu 4% no período (passou de 108.755 para 104.785 habitantes). [...] somente a região de governo de Prudente cresceu (22%) entre 1970 e 96 (passou de 425.929 para 521.691 habitantes).[...]

#### **EMPREGO E SALÁRIO**

[...]Segundo a pesquisa, cerca de **60% dos que trabalham estão na informalidade**; 75% do emprego formal estão na região de governo de Prudente; a agropecuária e os serviços são responsáveis por cerca de 40% das ocupações. Além disso, a pesquisa verificou que nos municípios menores o setor público absorve cerca de 50% dos empregados registrados.[...] No setor agropecuário, foram três as principais constatações da pesquisa da Fundace: **convivência da pequena produção com grandes propriedades rurais; problemas do meio físico** (principalmente relacionados à baixa qualidade do solo e à erosão); e **problemas fundiários**.

#### **ESTAGNAÇÃO**

O presidente da Fundace, Rudinei Toneto Júnior, diz que [...]a região “está estagnada”.[...] (VENÉRIO NETTO, 1998<sup>132</sup>. Título 6 - Quadro 9, grifo nosso)

A matéria segue comentando as formas de mobilização da economia regional apresentadas pelos participantes, com destaque para os investimentos na recuperação da agricultura. Nela pode se apreciar o discurso direto, ainda que fragmentado, de representantes de empresários da região, no caso um empresário da Alta Paulista, fato relevante porque neste discurso os interesses da Alta Paulista fundem-se aos da *Região de Presidente Prudente*:

Para o empresário Carlos Aparecido Silva, de Dracena, vice-presidente da Federação das Associações Comerciais de São Paulo. (Facesp), o ponto-chave para a retomada do desenvolvimento econômico regional é a agricultura. Com relação à pesquisa [...] Silva comenta: “**É triste ver esses dados, mas o pior é que eles são reais.**”[...]“Geralmente, as iniciativas locais às vezes se perdem devido à falta de estrutura, mas com a participação do Sebrae isso não tende a ocorrer”, diz. “A defasagem populacional, de arrecadação, o baixo índice de participação, proveniente principalmente do êxodo rural, fizeram com que a **região ficasse mais pobre**”.(Idem, grifo nosso)

No dia seguinte à publicação da matéria, em editorial, o jornal analisa o “empobrecimento” da região<sup>133</sup> e cobra coesão dos seguimentos econômicos políticos da região:

---

<sup>132</sup> VENÉRIO NETTO, Gelson. 10ª Região. *Relatório traça diagnóstico da economia*. Pesquisa realizada por fundação da Universidade de São Paulo aponta a estagnação do crescimento regional. OI. 26/06/98, Regional, p.5.

Não é segredo para ninguém que a região de Presidente Prudente continua sendo **a segunda mais pobre do Estado**. Mas se não for tomada um posicionamento mais coeso de todos os segmentos as coisas tendem a ficar ainda pior. [...]

Em termos industriais, Prudente perde feio para outras regiões de São Paulo. Isto muito provavelmente por descaso do próprio governo estadual, reforçado pela falta de representatividade política regional. Ao longo do tempo, a região tem perdido espaço e tende a perder também e termos de fomento econômico. O diagnóstico da pesquisa da PUC relata em primeiro plano o baixo nível de renda. Outra constatação é o baixo crescimento demográfico. Isto poderá estar inserido dentro das causas do empobrecimento. [...]

Diante disso, deve-se manter-se bem atento ao perfil de candidatos que disputarão vagas na Assembléia Legislativa e na Câmara Federal. É indispensável que o eleitor não se deixe iludir pelas ‘plataformas’ demagógicas que certamente estarão defendendo.

Além do mais, os próprios municípios precisam, mais do que nunca, estarem unidos com o objetivo de traçarem ações integradas para que se possa reverter a situação de caos que ameaça predominar a região. Independentemente de ideologias políticas, prefeitos e vereadores devem estar afinados com a classe empresarial para que juntos, possam encontrar alternativas de solução para enfrentar e vencer o problema. Aliás, todos devem estar engajados nessa luta.[...](Editorial: *Empobrecimento regional precisa ser combatido com ação integrada*. OI. 27/06/98, p3. Título 9 -Quadro 9, grifo nosso)

A leitura do editorial permite constatar o que também “*não é segredo*” para um estudioso da região: a tendência histórica das lideranças atribuírem ao Estado a responsabilidade pela “pobreza” regional. Esse é um discurso recorrente, na história da região, e que se repete em outro editorial, que, por sintetizar as explicações que o discurso hegemônico dá ao atraso da região, reproduzimos integralmente:

A entrevista<sup>134</sup> que estamos publicando nesta edição como o vice-presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo, Carlos Aparecido Silva, empresário em Dracena, traz sua sugestão ao Governo do Estado de como reativar a economia desta região, conhecida como **a segunda mais pobre** do Estado de São Paulo. Era essa sua condição já há muitos anos e agravou-se nos últimos tempos com o desaparecimento da agricultura e o surgimento das ações do Movimento dos Sem-Terra, invadindo as propriedades e com isso a desestabilização do setor agropecuário, que parece ser o objetivo principal dessa entidade estimulada pelos chamados “segmentos progressistas” que ainda vicejam no país – Central Única dos Trabalhadores, Pastoral da Terra (leia-se Igreja Católica) e partidos radicais de esquerda, sobretudo o Partido dos Trabalhadores, que praticamente detém o comando daquele Movimento.

Também contribuiu seriamente para essa débâcle da economia da 10ª Região Administrativa a política fiscal adotada por diversos Estados como Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás e até

---

<sup>133</sup> O editorial refere-se a uma pesquisa da Faculdade de Administração e Economia da “PUC” (Pontifícia Universidade Católica), não foi possível averiguar se foi por confusão que o jornal credita à pesquisa à PUC e não à FUNDACE/USP.

<sup>134</sup> *Empresário pede redução de ICMS*. Vice presidente da Facesp sugere que imposto seja reduzido de 18% para 6% para promover o desenvolvimento da região. OI. 28/06/98, p.1 e 6.

Estados nordestinos, estabelecendo alíquotas consideravelmente reduzidas para recolher o Imposto sobre circulação de Mercadorias. Como resultado dessa iniciativa e de nenhuma providência por parte do governo do Estado de São Paulo, as indústrias começaram a migrar para aquelas regiões. Nossa região perdeu os frigoríficos que se desativaram por dificuldades financeiras em várias cidades da região. Presidente Prudente perdeu dois deles e, como resultado imediato, a menor participação no bolo de arrecadação estadual.

Ainda agora em Mato Grosso, o governador Dante Oliveira anunciou a redução do ICMS do leite longa vida, produzido na bacia leiteira do Jauru, de 17% para 7% e na venda para outros Estados o imposto passa de 12% para 7%. Quer dizer, dentro de alguns dias, esse leite matogrossense estará competindo com os laticínios locais que não terão como sobreviver.

Como diz o empresário Carlos Aparecido Silva, “a 10ª Região Administrativa não é suficientemente competitiva para comercializar na intensidade desejada com os Estados que abastecia, em virtude de sua carga tributária. (ICMS)”.

Atualmente, em nosso Estado, só os eixos São Paulo/Rio de Janeiro e São Paulo/Campinas/Ribeirão Preto e Araraquara, têm o benefício do desenvolvimento industrial. As regiões do Vale do Ribeira e da **Alta Sorocabana/Nova Alta Paulista e Pontal do Paranapanema, não têm a devida atenção do governo do Estado** e sua economia ingressou num perigoso processo de estagnação que pode ampliar-se e inviabilizar toda a economia regional.

A sugestão do sr. Vice-presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo é propor ao governador a redução do ICMS de 17% (acrescido de 1%) totalizando 18% para 6% estimulando assim os investimentos privados e abertura de novas empresas na região, capazes de gerar mais empregos e melhor arrecadação de tributos”. Mas não pode ser de uma voz isolada a do empresário dracenense. É preciso que haja um movimento regional, de que participem todas as representações regionais para exigir uma ação imediata do governo do Estado e não conformar-se mais com promessas de planos como aqueles prometidos por vários governos estaduais e que nunca foram levados à prática.

Se não houver um movimento solidário de todas essas **sub-regiões**, nem se saberá como ser possível a reversão deste quadro econômico que não nada animador. (Editorial: *Cabe ao Estado criar um programa capaz de reabilitar a 10ª Região*. OI. 28/06/98, p.3. Título 10-Quadro 9, grifo nosso)

O atraso evolui no discurso do jornal conforme se observa no tom pessimista do editorial, que não vê mais saída para a região, se não houver união de interesses e mobilização da 10ªRA e suas “sub-regiões”. A “*região esquecida pelo Estado*”, passa então a ser lembrada pelo seu atraso.

É interessante notar os mecanismos que o jornal utiliza para fortalecer a imagem do atraso, como meio de reivindicar pela região “promover-la”. A manchete de capa “*Nossa região está esquecida*”, diz *economista*, revela prática comum aos jornais, a de manipular as análises que veicula, dando destaque a frases, que isoladas do contexto do discurso, corroboram para a construção da representação da imagem do atraso: a “*região*

*esquecida*”. Tanto a manchete (1ª página), de chamada para a entrevista, quanto o título e subtítulo da entrevista (de página inteira), com o professor e economista Álvaro Barboza dos Santos, destacam resumos de sua análise, que numa leitura apressada dão impressão que defende o pensamento dominante no jornal. Em alguns pontos concorda com as causas do atraso denunciadas pelo jornal, quando afirma em diversas passagens o “esquecimento”, por parte do Estado, no que se refere aos investimentos na modernização das rodovias e na omissão a respeito da guerra fiscal, já que a região estaria em grande desvantagem em relação aos estados com que faz divisa. Sobre a questão fundiária, seu posicionamento, na entrevista, distinto do que defende o jornal. No entanto, o subtítulo da entrevista não deixa claro que o economista, especialista em desenvolvimento regional, discorda que a ação dos “sem-terra” atrapalharia o desenvolvimento da região, idéia claramente difundida e defendida pelo jornal.

**[...]O Imparcial – O senhor acredita que os sem-terra atrapalham o desenvolvimento da região de Presidente Prudente?**

*Álvaro Barboza dos Santos – Não, eu não acredito que eles atrapalham a região. Eu acho até que se houvesse um deslinde principalmente por parte do governo, se definisse esta questão de titularidade da terra, a região sairia ganhando. Mas eu não acho que os sem-terra estão destruindo a economia no Pontal, eu não concordo com esse tipo de afirmação. Agora eu acho que há necessidade de se regulamentar corretamente essa questão, que as desapropriações que tiverem que ser feitas sigam parâmetros claros e definidos, dentro de uma política de governo que enfrente o problema de forma justa e corajosa. Entretanto o que se vê? O governo nem reconhece a titularidade dos atuais proprietários e nem define com eficiência a participação dos sem-terra nas desapropriações. A morosidade da Justiça também contribui para o agravamento do problema. Tudo isso somado, traz a explosão do conflito, muitas vezes exacerbando a violência de parte a parte. (BLINI, Rodrigo. “Nossa região tem sido esquecida”. Economista Álvaro Barboza dos Santos ressalta importância da reforma agrária para resolver impasse no Pontal. OI. 13/02/02, Cidades, p.4B. Título 4-Quadro 10)*

O último editorial citado e a entrevista demonstram que, no discurso do atraso, um novo elemento comparece: o “Movimento dos Sem-Terra” que, segundo o jornal, “*invadindo as propriedades*” parece ter como “*o objetivo principal*” desestabilizar o setor agropecuário regional. A questão colocada ao economista também evidencia o discurso que se instaura: o de que o atraso regional se deve à questão fundiária, especialmente pela atuação dos movimentos de luta pela terra e pela reforma agrária.

Embora Fernandes (1996) afirme que o processo de grilagem na região, que marca sua história de ocupação, é de conhecimento geral, fazendo parte do imaginário social de toda a população, raramente se encontram, no jornal, referências que expliquem o

porquê da atuação desses movimentos. No levantamento que realizamos, foram encontrados apenas três artigos, dois<sup>135</sup> de José Ferrari Leite, um deles já mencionado no capítulo 2, e um outro de Bernardo Mançano Fernandes. No primeiro, Leite denuncia a depredação da Reserva Florestal do Morro do Diabo<sup>136</sup> - que havia sido comercializada irregularmente por fazendeiros, mesmo após ter sido declarada como área de reserva, e critica a sugestão de assentar posseiros na área da reserva, como solução para os conflitos de terras já existentes. Naquele artigo, ele comenta sobre os problemas de titulações falsas, das chamadas terras griladas: “Na década de 1930, reinava completa confusão entre os ocupantes de terras no Pontal do Paranapanema por causa do desconhecimento do território e, conseqüentemente, dos limites dos estabelecimentos e ainda dos falsos títulos de domínio que grassavam entre os supostos ‘proprietários’ ”.<sup>137</sup>

No artigo de Fernandes, publicado por ocasião de uma emboscada de um fazendeiro a lideranças do MST, Fernandes explica:

[...] As balas certas que alvejaram Rainha<sup>138</sup> estão carregadas de história de violência, porque não é de hoje que se mata gente no Pontal do Paranapanema para defender o latifúndio. Esse fato, mais uma vez, traz à tona a questão agrária da região. São diversos os livros de Geografia e História que contam com detalhes o processo de grilagem de mais de um milhão de hectares de terras no Pontal. Desde meados do século XIX, as terras vêm sendo griladas e dos conflitos com os índios caiuás e caingangues, que tiveram seus territórios usurpados e foram exterminados, vieram os conflitos contra os posseiros, que foram expulsos, muitos assassinados e tiveram suas casas e roças queimadas. Hoje são conflitos contra os sem-terra que lutam por terras devolutas e griladas.[...](FERNANDES, Bernardo M. *Atentado contra a reforma agrária*. OI. 24/01/02, p3A)

Se na década de 1970 as vozes da academia, que explicam a região, apareciam no jornal apenas para corroborar com a representação da região do devir, nas últimas décadas pode-se dizer que a academia se faz praticamente ausente nos discursos do/no jornal.

---

<sup>135</sup> *Ferrari Leite defende mais atenção ao meio ambiente*. OI. 13/02/92, Caderno, p.1. (Entrevista de página inteira)

<sup>136</sup> “Na década de quarenta o Governador Fernando Costa cria as reservas florestais do Pontal: Reserva Lagoa São Paulo, Reserva do Pontal do Paranapanema e Reserva do Morro do Diabo, com o objetivo de retomar as terras e proteger a floresta. A área correspondia a 297.400 hectares. Contudo este ato não deve efeito. Somente a Reserva do Morro do Diabo não foi devastada totalmente pelos grileiros.” (FERNANDES, 1996, p. 108).

<sup>137</sup> *O Imparcial*. 22/04/83, p7.

<sup>138</sup> José Rainha Junior, líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, na região, foi baleado pelo fazendeiro Roberto Junqueira no dia 19 de janeiro de 2002, na fazenda Santa Rita do Pontal, em Primavera (distrito de Rosana). Esse é apenas um exemplo da violência derivada dos conflitos entre fazendeiros e os sem-terra.

A “indústria da grilagem<sup>139</sup>” de terras na região, que marcou a história de ocupação, é responsável pelos conflitos fundiários até hoje, pois grande parte das terras que a compõe derivaram da primeira e imensa posse irregular denominada Fazenda Pirapó-Santo Anastácio. Desse “grilo mãe” desmembraram-se centenas de “grilos filhos”. Muitas dessas terras ainda não foram regularizadas pela justiça. Fernandes (1996) lembra que “[...] em 1930, o Governo do Estado julga, mais uma vez, as terras da Pirapó-Santo Anastácio como devolutas. [...] em 1932, em nota oficial, “[...] alertava para o perigo da compra de terras na região do Pontal, em virtude da devolutividade das terras”.(p.107) Mas essas terras de titularidades irregulares, continuariam a ser loteadas e vendidas. Em 1996, Fernandes escrevia: “Com exceção de alguns acordos políticos realizados entre grileiros e o Estado, as terras griladas no Pontal encontram-se até hoje sem solução jurídica”(p.108) e ainda “[...] o Pontal do Paranapanema possui 444.130,12 ha de terras devolutas e 519.315,00 que estão com processos e ações discriminatórias a iniciar ou em andamento [...] A maior parte dessas terras estão sob o domínio de grandes grileiros-latifundiários.” (p.159).

Lima (2006<sup>a</sup>) afirma, que na região do Pontal “[...]há aproximada-mente um milhão de hectares de terras devolutas e improdutivas, ou seja, são terras que não sendo próprias em aplicadas ao uso público, não se incorporam ao domínio privado de forma legal, tendo em vista também que estas terras não atendem aos requisitos propostos na Constituição para terras produtivas”. (p.24)

É nesse contexto que se constituem e se territorializam<sup>140</sup> os MOSLUTRA<sup>141</sup>, em especial do MST na região, a partir da década de 1990<sup>142</sup>. Esses

---

<sup>139</sup> “Por ‘grilagem de terras’ se entende uma prática declaratória de posse de terras por meio de escriturações em livros existentes em paróquias feitas pelo próprio vigário, assinadas pelo interessado ou seu procurador e por algumas testemunhas. Era o ‘Registro Paroquial’ ou ‘Registro do Vigário’.”(LEITE, 1998, p.36). Sumariamente seria uma prática que forjava a posse e ocupação de terras anterior à mudança da Lei de Terras que permitia a legalização dos títulos de propriedade. Para conhecer detalhes das “artimanhas dos falsários de imaginação diabólica” para forjar os Registros Paroquiais, ver Monbeig (1984, p.143-5) e Leite (1998, p.36-53).

<sup>140</sup> Fernandes (2000), em suas reflexões sobre o processo de espacialização e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra -MST, lança o conceito “movimento social territorializado” ou “movimento socioterritorial” para explicar as implicações espaciais e territoriais desses movimentos. Segundo o autor “O movimento social territorializado ou sócioterritorial está organizado e atua em diferentes lugares ao mesmo tempo, ação possibilitada pela sua forma de organização, que permite espacializar a luta para conquistar novas frações do território, multiplicando-se no processo de territorialização. Um bom exemplo de movimento socioterritorial é o MST.” (FERNANDES, 2000, p.288). García (2004) questiona o conceito formulado pelo referido autor, por entender que o binômio “sócio” e “territorial” negaria o conceito de território. Conceito esse que superando a concepção homóloga de espaço cartesiano, contempla outras dimensões, para além da concreta, também a simbólica. Deste modo, Garcia defende a denominação “movimento territorial”. (V. GARCÍA, 2004, p. 20).

<sup>141</sup> Lima (2006<sup>a</sup>) entende por MOSLUTRA – Movimentos Sociais de luta pela Terra e pela Reforma Agrária, todos os grupos sociais que atuam na luta pela terra, um dos quais o Movimento dos Agricultores Sem-Terra-MAST, dissidente do MST, movimento que se inicia no país na década de 1980 e que na região passa a atuar



movimentos se fizeram ouvir a partir das ocupações e acampamentos que organizaram nas terras consideradas devolutas ou pertencentes ao Estado.

Os primeiros decretos e desapropriações para projetos de reforma agrária se deram em meados de 1980; desde então, intensificam-se na região os conflitos entre fazendeiros e sem-terra, fato que levou a região a ser reconhecida como uma das áreas onde os conflitos fundiários são mais intensos e freqüentes. (Fernandes, 1996 e 2000).

Mas as conquistas obtidas pelos movimentos pela reforma agrária, conforme já descritos por Fernandes (2006), raramente aparecem como positivos no jornal.

Após uma década e meia de luta dos camponeses sem terra, hoje estão assentadas na região, aproximadamente 4.414 famílias com a criação de 25.000 empregos diretos, em 88 projetos de assentamentos rurais. Mas essa luta é contínua, pois hoje ainda existem cerca de 4.900 famílias acampadas por toda a região. Assim como o número de famílias é grande, também é proporcional o número de movimentos camponeses – aproximadamente 15 [...] (FERNANDES, 2006, p.109)

Nas páginas do jornal, predominam as notícias de “revolta” dos ruralistas e da onda de violência decorrentes das ações, que o jornal denomina de “invasão” e os movimentos, de “ocupações” de terras. O discurso que se constrói é o de que a causa da pobreza regional é fruto dessas ações. Para ilustrar como ele se constrói, apresentamos uma seqüência de matérias e editoriais.

No primeiro exemplo, uma notícia sobre a revolta dos ruralistas ao saberem de uma liberação de verba para investimentos dos assentados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra na região:

A liberação de R\$600 mil para o MST revoltou ruralistas da região do Pontal. Os fazendeiros encaram a medida com repúdio e críticas, principalmente, ao governo federal. A maior queixa deles é que, enquanto proprietários rurais instalados há vários anos na região enfrentam dificuldades em obter recursos, o MST, ao contrário, encontra “facilidades”. (*Liberação de dinheiro ao MST revolta ruralistas*. OI. 06/03/98, p. Título 2 - Quadro 9)

Revolta manifesta pelo presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente, o pecuarista Domingos Ishi<sup>143</sup>, é endossada pelo jornal, que em editorial do mesmo dia, dizia que o governo federal teria cedido à chantagem do MST, porque se

---

intensamente a partir da década de 1990. Para maior detalhes sobre os diversos movimentos de luta pela terra e pela reforma agrária ver Lima (2006).

<sup>142</sup> O MST realizou sua primeira ocupação no Pontal do Paranapanema em 14 de julho de 1990 (FERNANDES, 1996).

<sup>143</sup> Domingos Ishi, pecuarista, atuou no Sindicato Rural de Presidente Prudente por 22 anos, dos quais 16 na presidência. Seu último mandato foi no ano de 2005. (Informações prestadas pelo próprio Domingos Ishi, em 03/08/07). Em 2002, também apoiou o programa Bolsa de Parcerias e Arredamento do Oeste Paulista.

tratava de um ano eleitoral e que a não liberação causaria impacto negativo à campanha de reeleição do então presidente Fernando Henrique Cardoso:

Da liberação de recursos do Banco do Brasil para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), duas lições podem ser tiradas. A primeira delas é que nossas instituições públicas são essencialmente políticas. A segunda é a importância da organização política de produtores rurais, onde reside a força do MST.

Ao invés de manter a postura técnica, como pretendia a agência de Teodoro Sampaio, o Banco do Brasil cedeu às chantagens políticas do líder sem-terra José Rainha Junior e rapidamente eliminou a burocracia e adiantou, sem mais nem menos, R\$600 mil ao movimento, que “jura por Deus” que vai gerar empregos no Pontal do Paranapanema.

Com certeza, se esse argumento partisse de um produtor rural, o gerente teria rido da cara dele e seu processo iria para uma gaveta[...]

[...]Com a tensão no Pontal, o presidente Fernando Henrique Cardoso, em pleno ano eleitoral, ficaria vulnerável aos ataques da oposição. A repercussão chegaria lá fora. Além de perder os votos, FHC poderia ver investimentos externos, dados como certos, caírem por terra. Então, os burocratas tremem autorizam imediata liberação de recursos.[...]

Os oportunistas que manipulam os sem-terra têm essa noção. São formados para ações políticas. Eles também têm consciência da fraca unidade entre os produtores e se aproveitam disso. Por isso, é hora de o setor produtivo se unir e cobrar, juntos, vergonha na cara das autoridades públicas deste País e respeito a quem produz e mata a fome dos brasileiros.( Editorial: *Os ruralistas precisam se unir e cobrar das autoridades respeito a quem produz.* OI. 06/03/98, p3A.Título 3 - Quadro 9)

Em outro editorial comenta novamente que a intenção do MST seria de desestabilizar os pecuaristas (“*sistema de produção pecuária*”) a quem a região “*muito deve*”. Cita em especial a história do pecuarista Hiroshi Yoshio, imigrante que se tornou “[...]figura legendaria, respeitada em todo o País, pelo que muito contribuiu para o aperfeiçoamento genético do gado fornecedor de carne [...] pela disseminação da raça Nelore” em todo o país, mas afirma que a atitude do Movimento atingiria “outros pecuaristas da importância de Hiroshi Yoshio”:

A invasão das fazendas Santa Isabel e Iporanga, de propriedade da família Yoshio, no município de Santo Anastácio, sob o comando das lideranças do MST, dá bem a mostra de que não se pretende outra coisa no Pontal do Paranapanema, que desestabilizar o sistema de produção pecuária. Stédile, Rainha e outros líderes como eles, preparados nos campos de exercício da CUT, nas imediações de São Paulo (capital) e no Rio Grande do Sul, não estão nem um pouco preocupados em agilizar os assentamentos e dotá-los da melhor infra-estrutura. A tática tem apenas dois objetivos: o primeiro de manter os empresários rurais em constante sobressalto e em segundo lugar, os acampados permanentemente revoltados. No primeiro, eles mantêm os proprietários rurais totalmente desestimulados a realizar novos projetos de investimentos e com o segundo, garantem uma massa de manobra para manter os espaços no noticiário das TVs e dos jornais.[...]

[...]a irresponsabilidade do MST, da Pastoral da Terra e da CUT, não respeitou nem mesmo as propriedades de um empresário a quem a região muito deve e muito deverá para todo o sempre, invadindo-a, como se fossem fazendas tomadas pelas ervas daninhas, incapazes de produzir. (Editorial: *Propriedades altamente produtivas e premiadas por vários decênios não escapam dos invasores*. OI. 26/04/98, p.3. Título 5 - Quadro 9)

Claramente, o jornal, toma partido dos ruralistas na questão fundiária regional. No seu discurso ressoam as vozes e discursos dos ruralistas, que agora atribuem os problemas do desenvolvimento regional à ação dos movimentos de luta pela terra na região. É interessante notar que as análises do jornal a respeito da realidade regional se respaldam em discursos de especialistas, como instituições de pesquisas de universidades renomadas, no discurso de promotores, economistas, representantes de classes, e nos dos “doutores”. No editorial de “*A eleição na UDR de Pres. Prudente revela nova mentalidade dos ruralistas no Pontal*”, o jornal dá destaque à mudança do perfil dos pecuaristas da região, que naquele ano, teriam eleito uma médica<sup>144</sup>, para representar a entidade:

Pesquisa recente realizada pelo estatístico Antônio Assis de Carvalho, do campus prudentino da Universidade Estadual Paulista, surpreendeu a todos mostrando o elevado crescimento do nível educacional no setor ruralista de Presidente Prudente e região.[...] Uma prova prática daquilo que o professor Toninho levantou na pesquisa foi a eleição da médica Tânia Tenório de Farias para a presidência da União Democrática Ruralista (UDR).

É lógico que a entidade estava até então bem representada, pelo advogado e pecuarista Roosevelt Roque dos Santos. Mas a eleição da dra. Tânia mostra uma nova mentalidade dos ruralistas, uma sensibilidade diferente. Sensibilidade e inteligência demonstrou a nova presidente da UDR. Isto foi possível de ser verificado em suas declarações sobre os problemas fundiários.

Ela reconhece a necessidade de uma reforma agrária, a existência de muita terra ociosa que poderia servir para ampliar a capacidade de produção do País. No entanto, sem invasões. “Isso é crime, é baderna”, reagiu com firmeza à pergunta do repórter. A defesa de dra Tânia, de uma reforma agrária dentro dos limites legais, é o que toda sociedade democrática deve também defender.

A nova presidente da UDR também pediu união dos ruralistas. Isto é essencial, e este jornal tem dito isso reiteradamente. Os primeiros sinais de união começam a surgir. Ontem mesmo, a “Folha de São Paulo” trazia como manchete a união de ruralistas de nove Estados para a criação de um serviço de segurança patrimonial, através da Associação Nacional de Produtores Rurais (Anpru).[...]

Mas isso não basta. [...] Ou o setor produtivo faz, em conjunto, pressão política para uma solução para o caso, ou vai gastar cada dia mais com segurança até o ponto de não suportar mais este custo e ter que

---

<sup>144</sup> O jornal traz um breve perfil da presidente na matéria que noticia sua eleição: “A ginecologista e obstetra Tânia Tenório de Farias, nascida em Recife (PE), se classifica como uma ‘pequena proprietária’. Ela diz ser dona de 10 alqueires de terra em Mirante do Paranapanema, onde trabalha com pecuária de leite, e arrendatária de terra para pecuária de corte. ‘Pelo menos não poderão me chamar de latifundiária’, brinca.” (VENÉRIO NETTO, Gelson. *Médica assume presidência da UDR*. OI. 29/03/98, Regional, p5)

abandonar a propriedade. (Editorial: *A eleição na UDR de Pres. Prudente revela uma nova mentalidade dos ruralistas no Pontal*. OI. 31/03/98, p3 A. Título 7-Quadro 9)

A “médica” e o “advogado”, portanto, estavam aptos a proferirem discursos competentes, assim como o estatístico que constatava a mudança no perfil do “ruralista”<sup>145</sup>.

A representante da UDR avaliava que o “*crime e a baderna*” prejudicavam a região:

A presidente da União Democrática Ruralista (UDR) Tânia Tenório Farias, considera absurdas as invasões que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) estão fazendo no Pontal, destruindo cercas e colocando fogo nas pastagens. “Eles estão certos da impunidade e fazem isso sabendo que o Governo vir atrás e negociar [sic] as terras, após as pressões sofridas pelos pecuaristas”, diz. “**A consequência disso é péssima para a região**, pois o clima de baderna e complacência das autoridades que estão omitindo uma situação muito grave, está afugentando cada vez mais investidores”, enfatiza. (PINATO, Gilmar. *Presidente da UDR considera invasões como atos absurdos*. OI. 05/09/98, p6. Título 15-Quadro 9, grifo nosso)

Poderíamos estender a seqüência de discursos que se repetem corroborando para a construção de um discurso que atribui o atraso regional à atuação dos movimentos sociais pela reforma agrária que, todavia, são tratados no discurso do/no jornal como fonte de “conflitos fundiários”, portanto, a causa da instabilidade e baixo crescimento do setor agropecuário regional.

Souza (2005) reforça a afirmação de que não há, no jornal *O Imparcial*, discursos que expliquem porque a região se tornou alvo de atuação de movimentos sociais de luta pela terra, especialmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST. A pesquisadora ressalta que os jornais, nos quais levantou e analisou os discursos sobre a atuação do MST, *O Imparcial* e *Folha de São Paulo*, vão “apagando” o processo de ocupação da região que se deu por meio da grilagem de terras, processo este que explica porque desde 1990 se tornou a terra dos conflitos.

Segundo Souza (2005), esses dois veículos vão construindo um discurso sobre o MST que o associa com imagens de violência e ações extremistas. Em suas palavras:

Discursos e imagens que privilegiam o destaque para a violência são recorrentes e reforçam, além do caráter de violência do MST, a idéia de uma região assolada pelo “crime de invasão de terras”. Dificilmente se encontram nos textos das reportagens informações que possam desfazer

---

<sup>145</sup> É interessante notar o uso da denominação “ruralista” para tratar do seguimento regional cuja principal atividade é a pecuária. Talvez em função da pecuária ser considerada, uma das responsáveis pelo êxodo rural na região, a exemplo dos artigos de Benedito de Oliveira, analisados no capítulo 3.

essas impressões ou que informem, por exemplo, sobre a grilagem dessas terras que o Movimento reivindica. (p.20)

E continua:

Esses discursos são comuns tanto na mídia escrita quanto na televisiva. Os estereótipos associados ao MST e, por conseguinte ao Pontal do Paranapanema, são atualizados pela imprensa por meio de formações discursivas (FDs) que vêm sendo construídas e reconstruídas há muito tempo. O cenário construído pelo discurso jornalístico das “invasões” (foices, enxadas e cercas sendo derrubadas, os barracos de lona preta nas cercas das fazendas) está associado ao poder dos meios de comunicação, que normalmente mostram o Pontal de um ponto de vista destrutivo, como denúncia dos latifundiários e menos da apropriação, por parte destes, de terras devolutas. (SOUZA, 2005, p.20-1)

Embora este discurso tenha sido apenas um dos elementos analisados no processo de fortalecimento da representação da região do atraso, a análise que Souza (2005) faz, sem dúvida, se confirma no levantamento que realizamos<sup>146</sup>. E, apesar da preocupação em selecionar matérias que contassem o “outro lado” da história, as reportagens e matérias que deixam falar os líderes do movimento apenas reforçam os discursos descritos até aqui. Quando os líderes “falam”, o contexto do discurso onde suas vozes são ouvidas reforçam a idéia de que são promotores do “crime e da baderna”. A manchete de primeira página do dia 03 de março de 1998 é apenas um exemplo disso:

O movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) do Pontal do Paranapanema (SP) rompeu ontem os entendimentos que vinha mantendo com o governo federal visando pacificação da questão fundiária na região. A decisão foi anunciada ontem pelo principal líder dos sem-terra na área, José Rainha Júnior. Segundo ele, foi adotada por causa da demora e burocracia do Banco do Brasil em liberar recursos, já aprovados, para a instalação de um complexo agroindustrial para processamento de grãos em Teodoro Sampaio. “A partir de agora estão rompidos todos os acordos e suspensos todos os entendimentos com o governo federal; eles querem a guerra e a terão”, disse Rainha. Ele foi à agência do BB para retirar processos que envolvem financiamento da empresa. Ele também pretendia desistir do financiamento do laticínio aprovado para ser construído em Euclides da Cunha. (*Rainha declara guerra ao governo*. OI. 03/03/98, p1)

---

<sup>146</sup> Conforme se observa nos anexos 1 e 2, muitas matérias e editoriais foram selecionados sobre os conflitos de terra no Pontal do Paranapanema; todavia, a quantidade encontrada na leitura do jornal foi infinitamente maior do que a que consta do acervo construído nesta pesquisa. No entanto, as matérias, editoriais e reportagens são apenas uma parte, talvez hoje a principal, dos elementos do discurso que reforça a representação da região do atraso. Por esse motivo levantamos apenas exemplos de como a questão fundiária e a luta pela terra é tratada no jornal. Uma análise mais apurada sobre como o MST é enunciado na imprensa é encontrada em SOUZA (2005).

Os títulos, exemplificados no quadro 9, falam por si e comprovam a imagem que o discurso hegemônico constrói especialmente sobre o MST, mas também de outros movimentos que atuam na região, e que têm reflexos no fortalecimento da representação da região do atraso.

A questão fundiária regional é hoje, sem dúvida, no discurso, o elemento mais importante para acionar a representação social da região do atraso, e é a que deu e dá maior visibilidade à região. Mas não é o único. Na última década, outra questão ganha espaço no discurso fortalecendo a imagem da região como a “região dos conflitos”, mas agora em função do projeto penitenciário do Estado que concentrou presídios na região.

Em 1998, o jornal O Imparcial escrevia na coluna *Plantão*:

O governador Mário Covas realizou um grande governo mas foi um mau comunicador. Grande parte de seu mandato foi dedicado exclusivamente a recuperar a saúde financeira do Estado e ele trabalhou em silêncio e arrastou contra si a impopularidade de muitos atos. Quando sentiu que as finanças estavam saneadas, aplicou-se em obras que só agora estão sendo divulgadas. Na área da segurança pública, Covas realizou um projeto de ampliação da capacidade do sistema penitenciário em todo o Estado, construindo mais 24 novas unidades. Foi graças a esse programa que seu governo começou a desafogar os complexos penitenciários da capital, transferindo milhares de detentos para as novas instalações, todas consideradas de segurança máxima. Nem um governo fez tanto nessa área como o atual governador, licenciado. (*Covas realizou o maior projeto penitenciário em nosso Estado*. OI. 18/09/98, Plantão, p.3A. Título 1-Quadro 10)

Em ano eleitoral (1998), o jornal em editoriais e notas como a citada acima, não esconde o apóio à reeleição do então governador Mário Covas. A instalação dos presídios na região era defendida pelo Governo do Estado como benéfico à região:

O investimento do Governo do Estado na construção de penitenciárias no interior de São Paulo, incluindo Presidente Prudente e região, tem contribuído para aumentar a geração de empregos e não para o crescimento da “insegurança”, conforme afirmou o governador em exercício Geraldo Alckimin (PSDB), que visitou, sábado, oito municípios da região. Ele fez uma comparação entre a fábrica Toyota, inaugurada na semana passada em Indaiatuba, e as penitenciárias. Segundo o governador, a montadora gerou 340 empregos, enquanto cada presídio proporciona 420 vagas diretas e permanentes – 380 civis e 40 militares.

Além disso, Alckmin considerou que um presídio é responsável pela ocupação de 600 a 700 trabalhadores na construção. “Só há uma maneira de ter segurança: é ter onde colocar o preso”, disse o governador em entrevista coletiva [...] (*Governador defende construção de presídios*. OI. 22/09/98, p8. Título 2-Quadro 10)

Quando as instalações se iniciam ainda na década de 1980, os municípios da região buscavam atrair para si as instalações das penitenciárias, sob o mesmo argumento

do governador em exercício, Geraldo Alckmin, o de gerar empregos diretos e indiretos. De acordo com Santos (2005, p.169), entre 1990 e 2000, o governo do estado intensifica a transferência de presos da região metropolitana para o interior, acelerando as construções de presídios em toda a 10ª RA. Ao todo são 19 unidades prisionais e centros de ressocialização, distribuídos da seguinte forma: 9 na Região de Governo de Presidente Prudente, 10 na Nova Alta Paulista<sup>147</sup>.

Mas logo se assiste à mudança das reivindicações e dos discursos. As penitenciárias, antes disputadas passariam a ser rechaçadas e usadas como mecanismo de reivindicação junto ao governo do Estado. Os municípios reclamam então por ações compensatórias pelo fato dos presídios provocarem desequilíbrio nas suas finanças e insegurança para a população.

Como as famílias desse enorme contingente de pessoas presas se deslocam para os municípios da microrregião, vindo das mais variadas regiões do estado de São Paulo e do país, os equipamentos municipais tornam-se sobrecarregados pelo aumento da demanda por serviços sociais, sem contrapartida do governo estadual. Também ocorre uma sobrecarga para o sistema de segurança pública, a cargo das polícias civil e militar, que não tem tido reforços humanos e patrimoniais na proporção das novas responsabilidades, gerando insegurança crescente à população. (SANTOS, 2005, p.170)

Alteram-se os discursos dos prefeitos, dos deputados (não daqueles que apoiavam o governo) e o do jornal, que em 1998, tecia elogios ao governador pelo *grande projeto penitenciário*, mas em 2006, critica o Governo, ainda sob comando do mesmo partido político (PSDB):

A região já possui muitos problemas, **atraso em seu desenvolvimento, conflito agrário sem fim, sendo a segunda mais pobre do Estado**. Os políticos que administram as cidades da Alta Sorocabana, Alta Paulista e Nova Alta Paulista, executivos e legisladores, ONGs e sociedade organizada precisam mostrar a insatisfação pelas últimas medidas adotadas pela SAP<sup>148</sup>. **Estamos sendo discriminados**. A SAP agora dá seu golpe final ao concentrar líderes de facções em Presidente Venceslau e ampliar unidades como bem entende. Fácil para quem vive distante da região, preocupante para quem aqui vive e produz. A região não pode mais aceitar **imposições** que já chegaram ao limite da compreensão e da tolerância. (Editorial: *Região não pode aceitar tudo que lhe é imposto*. 13/05/06, p3 A. Título 21 - Quadro 10, grifo nosso)

Discurso que se torna recorrente, e está presente nos editoriais mais recentes.

---

<sup>147</sup> Em Presidente Prudente 2 unidades, em Presidente Venceslau 2, em Presidente Bernardes 2, uma das quais de segurança máxima, em Martinópolis 1, em Caiuá 1 e em Marabá Paulista 1. Na Alta Paulista são: 2 em Pacaembu, 1 em Dracena, 1 em Junqueirópolis, 1 em Pracinha, 1 em Osvaldo Cruz, 1 em Lucélia, 1 em Tupi Paulista, 1 em Irapuru e 1 em Flórida Paulista.

<sup>148</sup> Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo.

Os impactos da concentração de penitenciárias no oeste paulista e das facções criminosas que nelas agem, colocaram Presidente Prudente na vitrine nacional das mazelas sociais, transformando **a região em um paradigma indesejado** a outras localidades brasileiras.

Demonstração clara disto foi retratada por O Imparcial, nesta semana. Enquanto a sociedade de Uberaba (MG) se articula para dizer não à instalação de uma penitenciária federal, temendo suas conseqüências desastrosas à economia e à sociedade local, o Ministério Público mineiro veio buscar no caso de Presidente Prudente o exemplo do que se deve evitar.

Superlotação carcerária, facções agindo dentro e fora dos presídios, favelização das áreas urbanas, desemprego e miséria de famílias de condenados pela Justiça são “alguns” dos problemas advindos com as penitenciárias, que tornam o modelo paulista um antimodelo.

“Queremos mostrar à população de Uberaba que as penitenciárias podem trazer inúmeros novos problemas para a nossa região”, afirmou a O Imparcial o promotor de Justiça Eduardo Pimentel de Figueiredo, que elabora um levantamento das conseqüências sociais das prisões na região de Presidente Prudente, visando levar à sua comunidade uma amostra do que lá poderia ocorrer com a implantação de uma unidade federal de presos de alta periculosidade. [...]

[...]O atual governo de São Paulo deve voltar a olhar para **a região de Presidente Prudente, relegada a segundo plano** pelos seus antecessores no governo paulista, para resgatar a dívida histórica que o Estado tem com o oeste paulista. Gerir com competência as penitenciárias e compensar os municípios da 10ª Região Administrativa com medidas mitigatórias são os únicos mecanismos possíveis a fim de se **alterar a imagem da região, transformando-a de vitrine de mazelas, para uma vitrine de progresso e crescimento social e econômico**. (Editorial: *Penitenciárias tornam a região de PP um exemplo nacional do que deve ser evitado*. OI. 19/04/07, p3A. Título 29-Quadro 10, grifo nosso)

Os editoriais refletem as vozes das lideranças econômicas, tornando-se quase um consenso no discurso geral sobre a realidade regional. A reportagem “*Presídios geram riscos à economia regional*”, apresenta a opinião de três representantes do setor empresarial, o diretor regional da Federação das Indústrias de São Paulo-Fiesp, do presidente do Núcleo de Desenvolvimento da Região de Presidente Prudente – Proderpp, e do presidente do Sindicato Patronal da Alta Sorocabana.

Com a transferência das principais lideranças da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) para a região e os ataques às polícias Civil, Militar e agentes penitenciárias, na capital, representantes do comércio e desenvolvimento em Presidente Prudente **alertam para os riscos à economia da região**. O que mais os preocupam é a imagem negativa que as empresas têm da cidade e os assaltos, roubos e furtos ao comércio local.

Para o diretor regional da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Pérsio Melem Isaac, hoje a tranquilidade no interior não existe mais. Ele afirma que o número de assaltos desanima os comerciantes em suas atividades e os que pretendem abrir um novo negócio. Para ele, o sistema carcerário se mostra “caótica”. “A segurança deixa a desejar pela



falta de policiais, remuneração inadequada a eles, falta de equipamentos, entre outros problemas. O crime organizado e mais ousado pondo em risco a segurança da população da região”, afirma Isaac. Segundo ele, o povo é vítima de uma situação que não se resolve.

Para o presidente do Núcleo de Desenvolvimento da Região de Presidente Prudente (Proderpp), Álvaro Barboza, só o fato de ter 19 presídios em um raio de 120 quilômetros já é um fator de risco à população. “Com a vinda de presos de alta periculosidade a tendência é que o povo fique ainda mais preocupado”, ressalta o presidente.[...]

O presidente do sindicato Patronal da Alta Sorocabana, Vitalino Crellis revela que em reunião pela Federação do Comércio e Centro de Comércio do Estado de São Paulo os empresários de mostraram falta de interesse pela região por causa do número de presídios, falta de segurança e a atuação do Movimento dos Sem-Terra (MST). “As empresas preferem ir para o Nordeste”, diz. (*Presídios geram riscos a economia regional*. OI. 14/05/06, p4B, grifo nosso)

É bem verdade que, em maio de 2006, o aumento do número de reportagens, e matérias sobre o “impacto negativo” dos presídios à economia e segurança da região, se deu em função do violento ataque da facção criminosa: o Primeiro Comando da Capital - PCC, que passou a promover rebeliões e uma onda de violência nas cidades sedes de presídios, primeiro nas do Estado de São Paulo e depois em cidades de outros estados. Os motins que se iniciam no dia 12 de maio e duram até 16, atingem os presídios da região<sup>149</sup> e o pânico se estendeu da capital para o interior. Mas esse discurso sobre a realidade regional já estava instaurado anos antes daquele acontecimento e que, mesmo com o fim dos motins (que a mídia nacional e internacional tratou com sensacionalismo), não cessou.

Discurso que ganha credibilidade quando confirmado por especialistas no assunto:

O promotor de Justiça de Execuções Penais, Mário Coimbra, disse ontem estar preocupado com o fato de o Estado aumentar a capacidade dos presídios em 25%, sem ter ampliado as áreas das penitenciárias. Coimbra disse ainda que a região de Presidente Prudente será transformada em “depósito de presos”. O oeste paulista é hoje líder no número de presos no Estado. Além disso as prisões instaladas na região estão superlotadas. Para Coimbra, o problema maior está em Prudente. (*Região está virando depósito de presos, alerta promotor*. OI. 16/08/02, p1)

Em 2002, o jornal lançava a discussão sobre o impacto da construção dos presídios na região, ouvindo e publicando a opinião de autoridades, embora divulgasse

---

<sup>149</sup> Em 14 de maio o jornal divulgava: “Seis motins nas penitenciárias da região de Presidente Prudente, foram deflagrados ontem na segunda maior megarrebelião da história de São Paulo. As ações foram comandadas pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), segundo a Secretaria de Administração Penitenciária. A organização criminosa teria desencadeado as rebeliões como represália ao governo do Estado pela transferência de suas principais lideranças para a Penitenciária II de Presidente Venceslau.[...]”. (*PCC deflagra seis rebeliões na região e deixa 30 mortos em SP*. OI.14/05/06, p1)

opiniões divergentes da sua, como a do então diretor de reabilitação criminal, na Penitenciária de Presidente Venceslau, José Hamilton do Amaral<sup>150</sup>,

**O Imparcial - A região perde ou ganha com a vinda de tantos presídios?**

*José Hamilton do Amaral - A região ganha. Talvez não ganhe no ideário nós todos que gostaríamos que a região fosse voltada para aspectos mais construtivos. Todos nós sonharíamos, por exemplo, que o governo mudasse para cá a capital do Estado. Ou trouxesse para cá, universidades, hospitais, Secretarias, ou serviços que valorizasse culturalmente, economicamente, nossa região. Mas trazendo presídios também ganha, pois traz emprego público. Embora o crime assuste muito, o trabalho penitenciário também é de alta tecnologia. Envolve especialistas e também é um grande laboratório de pesquisa em criminologia, que vai ser, sem dúvida nenhuma, grande preocupação, nos próximos anos, em todo o mundo. (MARIO LUIZ, 2002<sup>151</sup>)*

o jornal segue denunciando os efeitos negativos dos presídios à imagem da “região esquecida” pelo Estado, só lembrada em função da instalação dos presídios.

É interessante notar que esse é um discurso que serve para reivindicação de diferentes segmentos; não é, portanto, um discurso restrito aos políticos e empresários; é um discurso que se torna consensual. Em ano eleitoral, 2006, a subsede regional do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), em ocasião da visita do ainda governador, Geraldo Alckmin<sup>152</sup>, à região, manifesta-se criticando o governo e reivindicando melhorias no ensino: “Durante os últimos anos o governo estadual, por motivo não muito claro, escolheu nossa região para a construção e instalação de presídios, em contrapartida o mesmo governo não construiu nenhuma escola. [...]”<sup>153</sup>.

A seqüência dos discursos apresentados, sobre os conflitos fundiários e sobre os presídios na região, embora exaustiva, é apenas uma amostragem do material selecionado, mas dá uma noção da sua recorrência no jornal de maior circulação regional. Salvo exceções que, todavia, não são divulgadas no jornal e quando são, são isolados e sem grande destaque<sup>154</sup>, a repetição desse discurso implica num processo de convencimento e formação de consenso sobre as causas do atraso regional. Assim, no discurso do/no jornal a

---

<sup>150</sup> Segundo o jornal, médico legista, na época com 66 anos; professor de criminologia da Academia de Polícia Civil do estado de São Paulo; professor de medicina legal em uma das Faculdades de direito de Presidente Prudente e com muitos anos de experiência na área de psiquiatria criminal.

<sup>151</sup> MARIO LUIZ. “Região poderia ter órgãos paraprisionais”. José Hamilton do Amaral não crê que haja uma compensação direta para a região por ter tantos presídios. OI. 10/09/02, Cidades, p.2B.

<sup>152</sup> Logo Geraldo Alckmin se afastaria do cargo para concorrer à presidência da república.

<sup>153</sup> Chega de presídios!! A região quer educação pública de qualidade. OI. 28/03/06, p5B.

<sup>154</sup> Como no caso de Bernardo Mançano Fernandes (OI. 24/01/02, p.3A), estudioso sobre o MST, de reconhecida contribuição para a compreensão da questão agrária na região, raramente “aparece” no jornal.

região tornou-se a região dos “conflitos fundiários” e dos “presídios<sup>155</sup>”, solidificando a representação da *região do atraso*. Representação essa que, conforme discutiremos no capítulo seguinte, torna-se trunfo nas relações de poder, especialmente político.

Do movimento pela reforma agrária, empreendido hoje por vários grupos, especialmente o MST, que tem sido marcado por conflitos intensos entre estes, fazendeiros e Estado, mas principalmente que tem resultado em conquistas como a implantação de assentamentos e projetos de desenvolvimento agrário, o que se lê no discurso no/do jornal, é que estes são os responsáveis pela “questão agrária”, “crise fundiária”, “conflitos agrários” ou ainda “luta pela terra” (fazendo referência inclusive à reação dos proprietários de terra à ação dos movimentos sociais pela reforma agrária). No discurso hegemônico que o jornal veicula, comprometido com as estruturas conservadoras, o que se percebe é o apagar do passado comprometedor. O projeto defendido pelos movimentos que se territorializaram redefinindo inclusive a denominação e o significado que se dá hoje à região, não é tratado como um paradigma alternativo de desenvolvimento, ao contrário, os movimentos, especialmente o MST, junto com os “presídios” (que parecem se personificar) são tidos como os grandes vilões do atraso regional.

#### **4.2 A “expansão” do Pontal, que não era “aqui”**

Se até fins da década de 1970, a região tinha sua identidade<sup>156</sup> essencialmente ligada à ferrovia e à agricultura, depois passa por um processo de identificação com a cidade de Presidente Prudente e com a “pecuarização” da economia. Na década de 1990, inicia-se um processo de “associação” da região com os problemas já existentes, mas que emergem como “questão agrária”. Assim, o Pontal, *que não era aqui*<sup>157</sup>, ganha força, porque se torna palco de processos que colocam em confronto diferentes paradigmas de desenvolvimento. O primeiro defendido pelas elites econômicas e políticas (empresários e ruralistas), prega a modernização (conservadora) da agropecuária regional avançando na direção do agronegócio, mas que preserva as estruturas sociais e políticas vigentes; e o outro, fruto da ação dos movimentos pela reforma agrária - pautado

---

<sup>155</sup> Editorial: *Região é ‘reconhecida’ como a dos presídios e agora de facções rivais*. OI. 18/10/06, p3A.

<sup>156</sup> Identidade compreendida mais como modo de se fazer reconhecer, menos no sentido de “personalidade”.

<sup>157</sup> “Aqui” refere-se à *Região de Presidente Prudente*, outrora *Alta Sorocabana*; faz alusão, em última instância, ao lugar em que nos colocamos como sujeito que pesquisa, mas também como sujeito que compõe o objeto da pesquisa. Nossa perspectiva na análise é inevitavelmente a de dentro, já que não é possível apartar desse processo o fato de vivenciarmos a região.

nos princípios do cooperativismo e da manutenção da agricultura camponesa- que, se lograr, implicará na transformação das estruturas sociais, políticas e econômicas da região.

Diante de tal complexidade (que não se resume aos conflitos e à violência, como parece insistir o jornal), as fronteiras e o poder de enunciar do Pontal do Paranapanema, são incorporados pela *Região de Presidente Prudente*. O Pontal que era área “muda”, passa a “falar” mais alto pela região. Considerando a “curta” história da região, pode-se dizer que esse processo se deu lentamente, mas na verdade, seguindo a trajetória de menos de duas décadas do movimento de luta pela reforma agrária na região, esse processo é recente. Assim, hoje o Pontal é, mais do que nunca, *aqui...*

A observação e análise dos títulos e conteúdos das matérias do jornal permitem afirmar que os problemas e reivindicações do Pontal do Paranapanema, nas décadas de 1970 e 1980, ainda não eram totalmente “assumidos” como problemas da “Alta Sorocabana”, ou seja, da região como um todo.

Como vimos, a complexa história do Pontal do Paranapanema remonta aos primórdios da ocupação do Vale do Paranapanema. Marcada pelo processo de grilagem de terras, a região possui ainda “propriedades” de titulação irregular em áreas devolutas, tornando-se a partir da década de 1990, um dos principais focos de atuação de movimentos sociais de luta pela terra no país, e, conseqüentemente, de conflitos. Ainda nas décadas de 1970 e 80, as notícias sobre os problemas fundiários do Pontal, apesar de registrados, eram ofuscados pelas notícias sobre a crise da agricultura e o conseqüente êxodo e desemprego rural; e ainda, pela a implantação de projetos de desenvolvimento regional (Planos Rodoviários e Pró-Pontal); pela instalação de hidrelétricas, pela produção de cana e álcool e pelas enchentes nas terras ribeirinhas, que pioravam a situação de “penúria” de sua população.

Antonio (1990) explica, que desde a década de 1960, a região já era considerada o segundo maior foco de conflitos derivados das várias lutas pela terra que já eram nela empreendidas. Mas na década de 1970, época que delimitamos para iniciar a análise, esses conflitos eram abafados pela construção de três hidrelétricas na região do Pontal e pela implantação da usina de álcool Alcídia.

Segundo Antonio (1990), na década de 1970, a construção das grandes hidrelétricas, com recursos públicos, promoveu além da integração econômica na região, a elevação do padrão de vida da população criando

[...]a expectativa de “mais de trinta mil empregos”. Entretanto, a década de 80, 1983, se caracteriza com a desaceleração das obras das usinas e com a conseqüente demissão de milhares de trabalhadores. Essa demissão em massa, por parte da CESP, e das empreiteiras, somadas às

enchentes do rio Paranapanema, foram o estopim de uma situação crítica que já existia, renascendo assim o movimento social dos camponeses, - 'operários temporários'. A partir daí, tem-se toda a organização do movimento, e, que se transformará em vários movimentos reivindicatórios por trabalho e terra. (p.47).

Esse é o contexto geral no qual se inserem as notícias sobre o Pontal do Paranapanema, nessa época, mas as ações dos movimentos sociais, só começam a aparecer com evidência na década de 1990, especialmente com a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, o MST. Segundo Antonio (1990), notícias sobre os conflitos de terra no Pontal já circulavam na mídia nacional e internacional mesmo antes da década de 1990, mas é a partir dessa década que elas se tornam mais evidentes. No jornal O Imparcial, em alguns anos, essas notícias são diárias e por vezes tomam páginas inteiras nas páginas “Regional” e/ou “Agropecuária”.

Descrever os problemas do Pontal do Paranapanema parece menos difícil do que tentar definir de que Pontal se fala, dado os tantos recortes existentes. A começar pelo recorte de Antonio (1990) que estuda movimentos sociais de luta pela terra, atuantes no *Pontal*, mas que no título de sua tese (“*O Movimento Social e a Organização do Espaço Rural nos Assentamentos Populacionais dirigidos pelo Estado. Os exemplos na Alta Sorocabana no período 1960-1990*”) refere-se à *Alta Sorocabana*, isso revela que o Pontal do Paranapanema ainda não tinha o poder de se fazer reconhecer. O que se observa hoje é justamente o contrário. É o *Pontal* que faz reconhecer a *Região de Presidente Prudente*.

Ainda hoje, apesar da existência de vários estudos sobre o Pontal, há uma dificuldade em estabelecer a geografia do Pontal, revelada pela diversidade de recortes que se apresentam; nos trabalhos acadêmicos, o que se observa é a opção de uma ou outra regionalização, ainda que nem sempre seus autores estejam convencidos de que fizeram a melhor escolha, a exemplo de Borges (2004), que deixa isso claro em sua tese: “Diante das várias definições sobre os municípios a compor esta região, faço a opção, na tese, pela definição da União dos Municípios do Pontal (Unipontal), que considera como Pontal os municípios [...] presentes no Decreto nº 30.621, de 26/10/1989.” (p.17).

No decreto a que se refere Borges (2004), que criou o Conselho para o Desenvolvimento do Pontal do Paranapanema, no governo paulista de Orestes Quéricia, considera-se como pertencentes ao Pontal 14 municípios: Caiuá; Estrela do Norte; Marabá Paulista; Mirante do Paranapanema; Narandiba; Piquerobi; Pirapozinho; Presidente Bernardes; Presidente Epitácio; Presidente Venceslau; Sandovalina; Santo Anastácio; Tarabai e Teodoro Sampaio. Desse último foram desmembrados Rosana e Euclides da Cunha; de Santo Anastácio, desmembrou-se Ribeirão dos Índios e de Presidente

Bernardes, Emilianópolis. Mas o Pontal do Paranapanema da União dos Municípios do Pontal do Paranapanema - UNIPONTAL, hoje já não é mais aquele do decreto; expandiu-se assumindo os contornos mais amplos que os da Região de Governo de Presidente Prudente, se assemelhando aos da Alta Sorocabana de outrora.<sup>158</sup>

O Pontal foi aumentando; antes da criação do referido Conselho, no governo de André Franco Montoro, a política de descentralização político-administrativa havia estabelecido limites distintos para o Pontal, conforme ocorreu com o Escritório Especial de Governo do Pontal do Paranapanema (EEG), criado pelo Decreto nº 25.175 em 12/05/1986. Segundo o texto do decreto, publicado pelo O Imparcial, o EEG<sup>159</sup>, justificava-se porque o Pontal, mesmo compondo a Alta Sorocabana, possuía *peculiaridades* que demandavam maior atenção:

Considerando a dimensão e a gravidade dos problemas sócio-econômicos enfrentados pelos municípios que integram o chamado Pontal do Paranapanema.

Considerando que as estatísticas regionais têm registrado decréscimo populacional, notadamente nos Municípios de menor grau de urbanização.

Considerando o atual estágio dos programas de reestruturação fundiária na Região.

Considerando que, embora sem deixar de integrar a Alta Sorocabana como um todo, o Pontal do Paranapanema se destaca no contexto daquela Região por suas características sócio-econômicas, políticas e geográficas extremamente peculiares.

Considerando, finalmente, a necessidade de criação de instrumento [...]a equacionar as exigências regionais, com vistas a um direcionamento mais específico do Governo. (*Escritório Especial de Governo para o Pontal do Paranapanema..* OI. 18,/05/86, p25)

... criava-se então o EEG para o Pontal.

Como se vê no mapa publicado pelo jornal (Figura 13), a abrangência do que se considerava “*Pontal*” era menor do que a estabelecida três anos depois, no referido decreto. Compunham o Escritório Especial de Governo do Pontal oito municípios: Caiuá, Marabá Paulista, Mirante do Paranapanema, Piquerobi, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Sandovalina e Teodoro Sampaio. Recorte ainda um pouco maior do que o

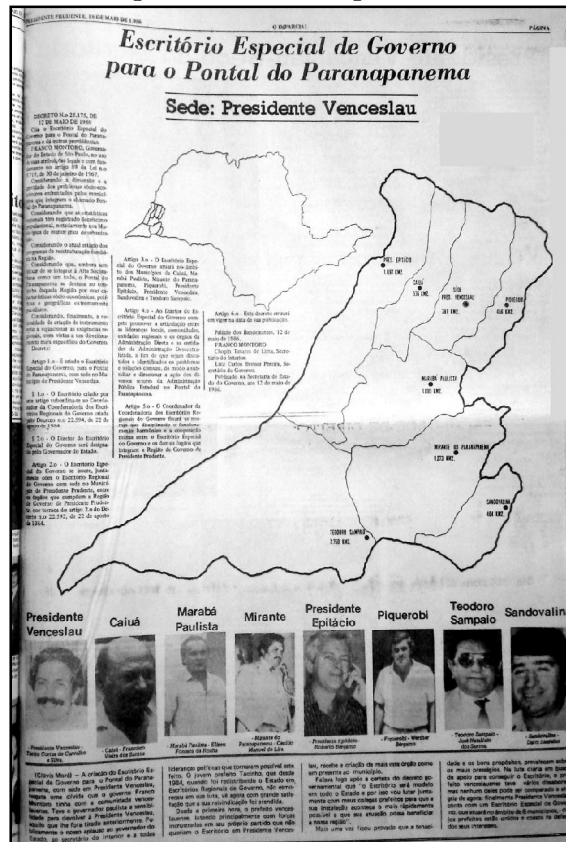
---

<sup>158</sup> Comparar Figura 1 e Figura 9 com a Figura 15.

<sup>159</sup> O Escritório Especial de Governo do Pontal estava subordinado ao Escritório Regional de Governo de Presidente Venceslau. Presidente Prudente também possuía outro Escritório Regional de Governo. Esses escritórios faziam parte da política de descentralização político-administrativa do governo do Estado. No entanto, na prática, pouco mudavam em relação à administração de recursos que permaneciam centrados nas secretarias de governo, conforme questionava o jornal: “[...]Os Escritórios Regionais têm mais caráter político, pois nesse setor não se sabe que atuação eles tiveram em benefício das comunidades servidas. A anunciada descentralização não ocorreu e as próprias Divisões das Secretarias de Estado ainda permanecem na dependência das ações das secretarias.[...]”. (*O Pontal do Paranapanema terá Escritório Especial.* OI. 03/08/86, p1.)

definido por Leite (1998), em 1981, que era constituído apenas de três municípios: Teodoro Sampaio, Presidente Epitácio, e Marabá Paulista.

Figura 13 - Escritório Especial de Governo para o Pontal do Paranapanema



Fonte: Jornal O Imparcial. 18/05/1986, p. 25

De acordo com Meneguette (2001), que estudou os diferentes recortes existentes para o Pontal do Paranapanema, Leite (1981)<sup>160</sup> adotava como sendo Pontal do Paranapanema uma área menor que todas as espacializações que a autora estudou. O Pontal do Paranapanema, para Leite correspondia

[...] às terras da Grande Reserva do Pontal e ao Parque Estadual do Morro do Diabo. É importante ressaltar que a assim chamada Grande Reserva do Pontal não existe de fato, embora tenha sido criada pelo Decreto-Lei Estadual no. 13.075, em 25/11/1942, com área de 2.468,4 km<sup>2</sup>. O objetivo da criação da Grande Reserva do Pontal deveu-se à conservação da flora e fauna por meio do estabelecimento posterior de florestas protetoras, entretanto, a área de mata restringe-se atualmente a 5,3% da área da Reserva contra 67,6% de pastagem, 24,31% de

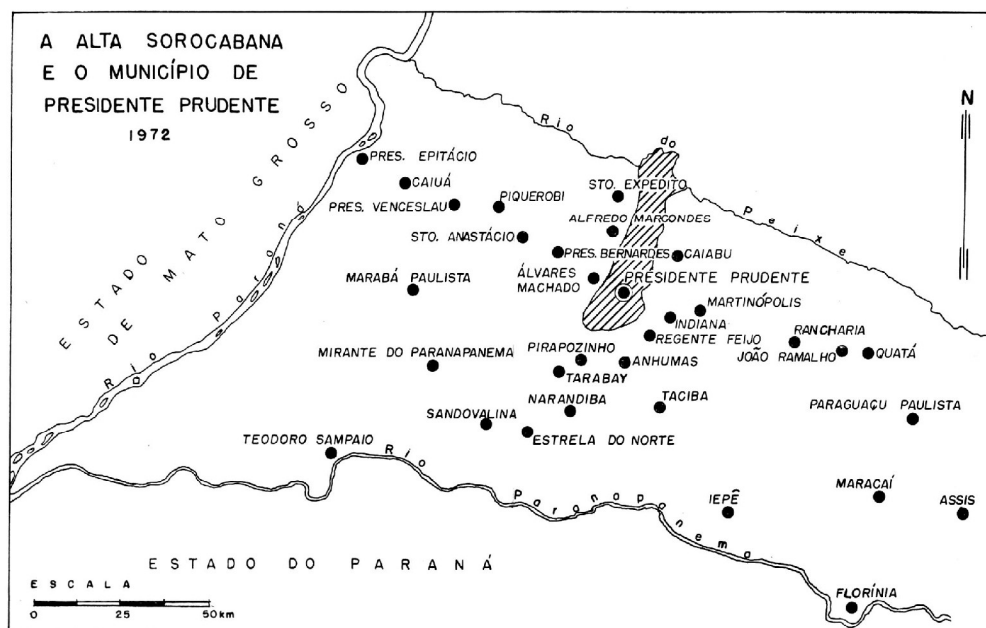
<sup>160</sup> Meneguette refere-se ao original da tese de livre-docência de Leite, editada como livro em 1998, à qual nos referimos nesta tese.

agricultura, 2,51% de banhado, 0,11% de cerrado e apenas. (MENEGUETTE, 2001, p.46)

Assim, o “Pontal do Paranapanema” dos discursos do jornal, no princípio da década de 1970, como era de se esperar, também não tinha traços definidos quanto ao seu recorte, da mesma forma que acontecia com a Alta Sorocabana, que muitas vezes no discurso e nas representações gráficas do jornal aparecia acrescida de municípios da RA de Marília, como Assis. Essa questão parece ter sido melhor resolvida por Abreu (1972) que, em sua representação da “Alta Sorocabana”, deixa em aberto seu limite ao leste, que é, em geral, o que apresenta as distinções e variações<sup>161</sup>. (Cf. Figura 14).

Assim como ocorreria com a 10ª Região Administrativa, são os mapas dos programas e projetos do Estado, especialmente aqueles da Secretaria de Planejamento, que vão aos poucos, divulgando o Pontal “oficial”. O Pontal, dos discursos do jornal, era então constituído pelos municípios “mais distantes”, a oeste da capital do estado, na periferia da Alta Sorocabana... Aqueles apartados do progresso e das cercanias da cidade de Presidente Prudente<sup>162</sup>, cuja situação, como em todo o restante da região, agravava-se com a decadência da agricultura e o avanço da pecuária.

Figura 14-Mapa da Alta Sorocabana, segundo Abreu (1972)



Fonte: Abreu (1972, p.23) – Reprodução.

<sup>161</sup> Na representação de Leite (1972), vista na Figura 9, a Alta Sorocabana “termina” nos municípios de Paraguaçu e Maracá.

<sup>162</sup> “Capital da Alta Sorocabana”, “Capital do Progresso”, que posteriormente seria reconhecida como capital da 10ª Região Administrativa.



Aquele Pontal das “dificuldades”, no discurso no/do jornal, era enunciado distintamente da Alta Sorocabana, seus problemas e reivindicações não eram assumidos como problemas da região como um todo, fato que se confirma com o próprio discurso do governo: “*embora sem deixar de integrar a Alta Sorocabana como um todo, o Pontal do Paranapanema se destaca no contexto daquela Região por suas características[...] peculiares*”<sup>163</sup>. No jornal isso não era diferente.

Na matéria já citada (Título 25 – Quadro 4), destacamos um dado que poderia parecer apenas detalhe, mas o fato da região ser enunciada no título como “Pontal” (“*Cana-de-açúcar pode alterar a imagem do Pontal do Estado*”), e que no primeiro parágrafo é qualificada como a “*região mais pobre do Estado*”, parece redimir a Alta Sorocabana desse atributo negativo. Todavia, no final do trecho citado, a região enunciada já não é mais o Pontal, a matéria é encerrada com a afirmação de que se a cultura da cana “desse certo” traria benefícios extensivos agora à Alta Sorocabana: “*Se tudo der certo garantem os técnicos da DIRA – dentro de alguns anos a cana estará substituindo as lavouras tradicionais em extensas áreas da **Alta Sorocabana***” (grifo nosso). Essa é uma tendência observada no discurso do jornal, no período em destaque (1970-80): a de agregar dados, perspectivas de crescimento, em suma, características positivas à Alta Sorocabana, ainda que sejam derivadas de iniciativas municipais (“*Prefeito da região faz anúncios na Alemanha para atrair agricultores*” e “*Santo Anastácio quer reativar o plano de café na região*”. Títulos 19 e 24 – Quadro 4), e “segregar” as características negativas da região. Se os problemas do Pontal não eram da Alta Sorocabana, as soluções sim.

Tratar o atraso como restrito a uma área da região, no nosso entender, era o mesmo que reafirmar a representação da região como a do devir e negar a representação da região do atraso, também presente nos discursos sobre a região. O atraso da Alta Sorocabana era “empurrado” para o Pontal, de modo a não ofuscar a imagem positiva da região que se construía no discurso.

“Se há no Pontal uma força de trabalho, como de fato existe, se as suas terras são ainda agricultáveis, é preciso apenas ativar a sua economia e incorporá-la ao processo de desenvolvimento do Estado”<sup>164</sup>. No discurso do Secretário de Economia e Planejamento, Miguel Colassuono, de 1972, o Pontal era área “atrasada” não da Alta

---

<sup>163</sup> Texto do decreto de criação do Escritório Especial de Governo do Pontal do Paranapanema. (OI. 18/05/86, p.25)

<sup>164</sup> *O governo vai ativar o Pontal do Paranapanema*. OI. 27/08/72, p1. (Título 2 – Quadro 11)

Sorocabana, mas do Estado. A matéria de primeira página<sup>165</sup>, registra a visita do secretário para ver em loco “*as condições de vida dos habitantes daquela área do Estado*”<sup>166</sup> descritas pelo Bispo Diocesano, D. José Gonçalves da Costa, ao então governador Laudo Natel.

A preocupação “manifesta” pelo bispo e endossada pelos prefeitos de Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio referia-se às condições da população das ilhas e de Rosana, então distrito de Teodoro Sampaio, às margens dos rios Paraná e Paranapanema, que segundo ele viviam isoladas, conforme D. José Gonçalves, “*ao Deus dará*”:

Apoiadas num mapa da região as autoridades mostraram ao prof. Miguel Colassuono toda a área que ele deveria sobrevoar [...] ao mesmo tempo que esclareciam os principais problemas existentes e que tornaram sua população **completamente marginalizada dos benefícios que estão chegando as demais regiões do Estado**.

Enfateizou o Secretário que sua visita revelava a grande preocupação do governador Laudo Natel que “não queria deixar um palmo do Estado sem a cobertura de seu governo”.

[...]O prefeito Justino de Souza Trindade, de Mirante do Paranapanema observou que a **falta de vias de penetração** é que estão **estrangulando o desenvolvimento do Pontal**. Destacou a tentativa feita pelo seu colega de Teodoro Sampaio, prefeito Sebastião Furlan, de ligar a sede de seu município com o Distrito de Rosana por uma ampla estrada de rodagem que, entretanto, por falta de recursos ficou no meio do trecho.(*O governo vai ativar o Pontal do Paranapanema*. O Imparcial. 27/08/72, p1. Título 2 – Quadro 11, grifo nosso)

No Quadro 11, é possível observar algumas reivindicações do Pontal trazidas pelo jornal, no período em análise. Nas duas décadas (1970/1980), o isolamento; a falta de estradas e infra-estrutura básica, como energia elétrica e asfaltamento; as enchentes; a decadência da agricultura (Títulos: 9 e 39); as reivindicações de posseiros expulsos das terras que ocupavam (Títulos: 27, 28, 29, 30...) e as dispensas de trabalhadores das obras das hidrelétricas (Títulos: 36, 37, 40...) eram os temas das notícias sobre o Pontal. Nas notícias, percebe-se que o Pontal é incluído nas políticas estaduais de interiorização do desenvolvimento, especialmente a partir dos projetos de implantação de usinas hidrelétricas nos rios que desenham a região Paraná e Paranapanema.

---

<sup>165</sup> Idem

<sup>166</sup> Colassuono visita hoje o Pontal. O I. 25/08/72, p1. (Título 1 – Quadro 11)

Quadro 11 - O Pontal do Paranapanema no jornal (décadas de 1970-1980)

Nº	Títulos	O Imparcial
1.	<i>Colassuono visita hoje o Pontal</i>	25/08/72, p1
2.	<i>O governo vai ativar o Pontal do Paranapanema</i>	27/08/72, p.1
3.	<i>Dificuldades no Pontal</i>	20/10/72, p1
4.	<i>Governador autoriza obras para o Pontal do Paranapanema.</i>	17/08/74, p1
5.	<i>O Pró-Pontal e o campus avançado, a redenção do Pontal do Paranapanema</i>	21/08/74, p1
6.	<i>Laudo Natel visita hoje o Pontal do Paranapanema.</i>	29/08/74, p1
7.	<i>(Editorial) O significado da visita do governador Laudo Natel</i>	29/08/74, p1
8.	<i>Hidrelétrica do Porto Primavera a grande notícia dada pelo governador Laudo Natel</i>	31/08/74, p1
9.	<i>Plantadores de mamona fracassam e aumenta o êxodo rural no Pontal.</i>	01/09/74, p1
10.	<i>Contratadas as obras iniciais do Plano Rodoviário do Pontal</i>	20/07/76, p1
11.	<i>Em definição o programa de desenvolvimento do Pontal</i>	05/09/76, p. 1
12.	<i>Em meados de 1977 o Pontal receberá seu maior programa de desenvolvimento</i>	8/12/76, p1
13.	<i>Egydio defenderá a construção das Usinas no Pontal do Estado</i>	8/12/76, p9
14.	<i>Novos prefeitos vão lutar pela concretização do Pró-Pontal</i>	07/01/77, p.1 e 3 *
15.	<i>Distorções sociais serão corrigidas no Pontal</i>	11/02/77, p.1 e 3
16.	<i>Uni-Pontal pode provocar esvaziamento da UMAS</i>	24/04/77, p.1
17.	<i>Unipontal será fundada dia 26.</i>	24/04/77, p.1
18.	<i>Cana de açúcar pode alterar imagem do Pontal do Estado</i>	24/06/77, p. 1 e 3
19.	<i>Vem aí o Unipontal.</i>	(05/07/77, p.5)
20.	<i>Esta surgindo no Pontal do Estado uma grande Usina de álcool de cana.</i>	(19/07/77, p.1)
21.	<i>Eletrificação rural já chegou a região do Pontal do Estado</i>	(19/07/77, p7)
22.	<i>Advogado sugere ao Estado continuar a ação discriminatória na área do Pontal.</i>	(13/07/78, p1)
23.	<i>Apoio ao Unipontal.</i>	(05/08/78, p4)
24.	<i>Nona reunião da Unipontal em Teodoro Sampaio. (Romualdo Fink de Andrade)</i>	(03/09/78, p.3)
25.	<i>O Pontal do Estado recebe sua Usina Pioneira de Álcool</i>	25/10/78, p5)
26.	<i>Paulo Egydio: “Pontal do Paranapanema vive hoje perspectivas mais promissoras”</i>	25/10/78, p1 e 5
27.	<i>Despejo no Pontal pela PM não encontra reação</i>	03/08/82, p.1
28.	<i>No Pontal nova ameaça de despejo.</i>	02/09/82, p.1
29.	<i>Agravam-se os problemas dos posseiros do Pontal</i>	26/02/83, p1 e 5
30.	<i>Denari para a Política de Terras</i>	22/03/83, p1
31.	<i>Comissão de posseiros do Pontal será recebida por secretários</i>	27/03/83, p. 7
32.	<i>Ato público contra o desemprego no Pontal</i>	13/05/83, p3
33.	<i>Advogado dos posseiros diz que a proposta é cômica</i>	17/05/83
34.	<i>A reserva ecológica do Morro do Diabo</i>	22/05/83, p7
35.	<i>Estado não aceita posseiros nas terras do Morro do Diabo</i>	24/05/83, p1
36.	<i>Dispensa de operários no Pontal gera inúmeros problemas</i>	(25/05/83, p9)
37.	<i>A Associação comercial de Primavera mostra quadro de desespero no Pontal</i>	30/06/83, p7
38.	<i>Cheias e desemprego levam Teodoro Sampaio a uma situação alarmante</i>	07 /06/83
39.	<i>Chuvas causam prejuízo de mais de 5 milhões na agricultura</i>	21/06/83 p5
40.	<i>Construção civil obras públicas podem diminuir desemprego na região</i>	12/01/83 p10
41.	<i>Comissão de posseiros do Pontal será recebida por secretários</i>	27 03 83 p7
42.	<i>Escritório Especial de Governo para o Pontal do Paranapanema</i>	18 05 86 p25
43.	<i>Na visita ao Pontal o gov Montoro e questionado sobre problemas da região</i>	26 04 86 p1
44.	<i>O Pontal do Paranapanema terá Escritório Especial</i>	03 08 86 p1
45.	<i>Pontal do Paranapanema: Especialistas holandeses estudam viabilidade de cooperação técnica</i>	24 07 86 p1
46.	<i>Unipontal questiona a agricultura e o FPM</i>	04/08/90, p1
47.	<i>Unipontal: Quirino faz apelo ao Presidente da República para que seja mantido o Proálcool no Brasil</i>	19/08/90, p.

Fonte: Jornal: O Imparcial.

Organização: Ana Cláudia Dundes

Aos poucos, a região torna-se o foco de atenção de governadores. Em 1974, Laudo Natel anunciava a eletrificação de algumas áreas do Pontal, como Euclides da Cunha, que ainda se servia de energia elétrica produzida por geradores a diesel.

“Com essas obras que serão executadas pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica, todo o Pontal do Paranapanema – e especialmente o município de Teodoro Sampaio – passará a integrar o sistema energético do Estado, proporcionando condições para maior desenvolvimento de uma região cujos enormes recursos começam a ser melhor aproveitados em benefício de sua população”(Governador autoriza obras para o Pontal do Paranapanema.OI. 17/08/74, p.1. Título 4- Quadro 11)

Além de levar rede de energia elétrica até os últimos “pontos escuros” do Estado, a extensão da rede de telefonia e de asfalto eram as metas do Programa para o Desenvolvimento do Pontal do Paranapanema (o “Pró-Pontal”) <sup>167</sup>, destinado inicialmente a atender a 5 municípios: Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema, Marabá Paulista, Santo Anastácio e Presidente Epitácio:

Segundo o secretário José Meiches, dentro do Programa de Interiorização do Desenvolvimento, meta prioritária da atual administração, e especialmente do PRO-PONTAL, o DAEE [Departamento de Águas e Energia Elétrica], através de sua Divisão de Eletricidade e Telefonia, elaborou os estudos e projetos necessários para a eletrificação da região do Pontal visando levar a energia da CESP a **uma das últimas regiões paulistas** ainda carentes desse benefício, proporcionando-lhe meios de acelerar o seu desenvolvimento, como já está ocorrendo no Vale do Ribeira [sic].[...] Com as obras que agora se iniciam nesse setor, o Pontal do Paranapanema ficará ligado ao sistema da CESP e disporá, brevemente, de toda a energia necessária ao seu progresso. (OI. 17/08/74, p.1. Título 4 – Quadro 11, grifo nosso)

No discurso do governo e do jornal o Pontal aparecia como a última região do Estado, a que necessitava de programas especiais para a sua “redenção”<sup>168</sup>, superando em estado de carência, inclusive a região do Vale do Ribeira, que até hoje é considerada a região mais pobre do Estado: “Algumas autoridades regionais já admitem que o Pontal do Paranapanema poderá sair do caos em que se encontra há muitos anos. Vivendo uma situação de completo isolamento, aquela região era considerada “muda” como o era até há

---

<sup>167</sup> O projeto Pro-Pontal, foi desenvolvido nos governos de Abreu Sodré (1967-1971) e Laudo Natel (1971-1975), dele derivando o planejamento das Usinas Hidrelétricas de Primavera, Rosana e Taquaruçu. (LEITE, 1981, p.188)

<sup>168</sup> Expressão usada pelo Bispo Diocesano, D. José Gonçalves da Costa, para agradecer as ações do governador Laudo Natel no Pontal; é interessante notar que, vez ou outra, ela volta a ser empregada nos discursos do jornal, inclusive em editoriais.

pouco tempo o Vale do Ribeira.”<sup>169</sup> O texto trata a região como “*aquela região muda*”, o que a distingue da “*nossa região*” (Alta Sorocabana), como usualmente o jornal se refere à região.

Em trecho seguinte, daquela mesma matéria - que anunciava outro projeto: a instalação de um “Campus Avançado”, em Teodoro Sampaio, cujos universitários se dedicariam especialmente aos problemas sanitários -, nota-se o que se observa em muitas outras: ora o discurso assume os “problemas” do Pontal como da região (nesse caso o texto já se refere a 10ª Região Administrativa),

De acordo com informações extra-oficiais, o Vale do Ribeira que antes era a área mais pobre do Estado já superou a 10ª Região Administrativa, à qual não conseguiu se integrar por falta de transportes e comunicações, o Pontal do Paranapanema. Para o funcionamento agora do “campus”, uma segunda verba de Cr\$2 milhões seria liberada em 1975 para a implantação definitiva do Plano. O prefeito José Natalício dos Santos, de Teodoro Sampaio está animado com esta promessa feita à sua região. [...] <sup>170</sup>

ora como apartada do “progresso” do Estado (merecedora de programas especiais), e portanto, isentando a região do atraso do Pontal:

“[...] o sr. Laudo Natel vem verificar pessoalmente, a implantação do “Pró-Pontal”, programa que inspiradamente adotou para integrar o vale do rio Paranapanema, no Pontal, ao processo de desenvolvimento que hoje se verifica em todo Estado. O isolamento a que foi votada **aquela região** durante tantos governos estabeleceu um slogan, só equiparável ao Vale do Ribeira – Zona Muda – para o qual o atual governo dirigiu sua especial atenção criando ali um progresso de infraestrutura, capaz de dar-lhe, a partir disso, condições de desenvolvimento aos seus próprios recursos. Ele entendeu que ao Pontal do Paranapanema não bastavam medidas de superfície e paliativas.”[...] (Editorial: “*O significado da visita do governador Laudo Natel*” (OI, 29/08/74, p1. Título 7- Quadro 11, grifo nosso)

Embora a região em evidência no discurso no/do jornal, nesse período em análise, seja a Alta Sorocabana, as reivindicações do Pontal do Paranapanema vão ganhando espaço nas reivindicações regionais e conseqüentemente no jornal. As políticas de desenvolvimento do Estado voltam-se também para a “*área muda*”. O governo de Paulo Egydio Martins (1975-1978) dá prosseguimento ao Pró-Pontal, que segundo o jornal, deveria resultar em “*alguma coisa de bom*” para o “*imenso rincão do Oeste de São Paulo*”, mas agora estendendo-o para nove municípios:

---

<sup>169</sup> *O Pró-Pontal e o campus avançado, a redenção do Pontal do Paranapanema*. OI. 21/08/74, p1. (Título 5 – Quadro 11)

<sup>170</sup> Idem.

A implantação definitiva do Programa para o desenvolvimento do Pontal do Paranapanema, que beneficiará nove municípios [...], deverá ser iniciada nos primeiros dias de janeiro vindouro. Até aqui foram realizados importantes estudos acerca dos levantamentos de dados sobre a região do Pontal, que permitem ao Governo estabelecer as prioridades do Programa que representará um investimento de 200 milhões, e que está dividido em duas etapas – básica e de suporte – prevendo a implantação de projetos nos setores agropecuário, da saúde, e transporte e de preservação do meio ambiente. (*Em meados de 1977 o Pontal receberá seu maior programa de desenvolvimento*. OI. 08/12/76, p1. Título12-Quadro 11)

Essa “atenção especial” ganha espaço nas primeiras páginas do jornal (Cf. Quadro 10). É nesse período, que começa a ser explorado o potencial energético do Pontal. De acordo com Mendes (2005), nas décadas de 1970 e 1980 foram implantadas usinas hidrelétricas nessa área do Estado, promovendo mudanças sócio-ambientais significativas<sup>171</sup>. Assim como os impactos ambientais e econômicos provocados por mais quatro hidrelétricas implantadas no Pontal, esses projetos causariam impacto no discurso do jornal; as notícias agora geravam, novamente, expectativas de sua “inclusão” no processo de desenvolvimento.

**Confiança** [Intertítulo]

O Pontal do Paranapanema sofrerá uma radical transformação e terá grande prosperidade, afirmou o governador, lembrando o exemplo do Vale do Ribeira, que “há pouco tempo superou todas as expectativas do Estado”. (*Hidrelétrica do Porto Primavera a grande notícia dada pelo governador Laudo Natel*. OI. 31/08/74, p1. Título 8 – Quadro 11)

O Pontal realmente sofreria, anos mais tarde, a referida “transformação radical”. A Usina Hidrelétrica de Porto Primavera<sup>172</sup>, anunciada pelo governador Laudo Natel em 1974, foi iniciada apenas em 1979, no governo de Paulo Salim Maluf, junto com outras duas hidrelétricas: Rosana e Taquaruçu, no rio Paranapanema. Desde 1963<sup>173</sup>, já havia estudos para aproveitamento dos rios Paraná e Paranapanema, até que em 1974, dentre as alternativas, a CESP optou por construir a Usina de Porto Primavera, prevista para entrar em operação em 1981. Sua inauguração, contudo, só ocorreria em 1999, depois de uma série de paralisações nas obras e adiamentos para que entrasse em operação

---

<sup>171</sup> No caso das ambientais foram catastróficas, como no caso do enchimento da represa da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera. (Ver, por exemplo: *Desastre ecológico mata 41 toneladas de peixes. Ministério Público instaura inquérito para apurar infração ambiental*. OI. 11/04/02, p1)

<sup>172</sup> Localizada no rio Paraná, entre os municípios de Rosana (SP) e Bataiporã (MS), é conhecida como Usina Porto Primavera, mas seu nome é Usina Hidrelétrica Eng. Sérgio Motta.

<sup>173</sup> Segundo Scarpinella (1999) “[...]a primeira proposição de aproveitamento do potencial energético do rio Paraná, no trecho compreendido entre Jupiá e Guaíra [...], foi feita pela Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, em 1963.”(p. 95) Essa comissão foi formada em 1952, pelos estados do centro-sul brasileiro (o então Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tinha como objetivo, seguindo as orientações da Conferência da ONU de 1950, em Porto Rico, integrar e desenvolver os estados e países vizinhos da referida bacia. (DUNDES, 1998, p. 152-3)

(SCARPINELLA, 1999, p. 101)<sup>174</sup>. Entre as causas do atraso para o início das operações estavam as ações sociais e ambientais compensatórias exigidas pelo Ministério Público de Presidente Prudente.

Mas não era esse o foco do discurso do jornal e dos políticos na época. O discurso era de otimismo e expectativa, conforme já destacou Antonio (1990). Assim, no discurso do/no jornal, as reivindicações do Pontal vão ganhando consistência, especialmente no dos políticos locais:

Logo que assumirem seus postos os prefeitos eleitos em 15 de novembro, começarão a se entender com os organismos governamentais a fim de que sejam apressadas as medidas concernentes ao PRO-PONTAL. Para os novos prefeitos a concretização desse programa não deve ser mais adiada e acreditam que o governador Paulo Egydio Martins está realmente interessado em promovê-lo imediatamente, mantendo tudo o que dissera na sua primeira visita à região. (*Novos prefeitos vão lutar pela concretização do Pró-Pontal*. OI. 07/10/77, p1. Título 14 - Quadro 11)

O Pontal cresce. Não apenas amplia-se a importância e o poder de enunciar a região a partir do Pontal, como a sua área de abrangência. Já não eram mais apenas cinco os municípios atendidos pelos programas de governo:

Ocupando aproximadamente **1/3 da 10ª Região Administrativa** do Estado, o Pontal do Paranapanema compreende uma área de 8.386 km<sup>2</sup> e uma população de 146.518 habitantes, distribuídos pelos **9 municípios**, que o integram: Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema, Sandovalina, Piquerobi, Marabá Paulista, Caiuá, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau e Santo Anastácio. (*Distorções sociais serão corrigidas no Pontal*. OI. 11/02/77, p1. Título 15 - Quadro 11, grifo nosso)

A evidência dada ao Pontal pelo programa energético e pelas conseqüentes obras de infra-estrutura necessárias para sua implantação, e também pela instalação da Usina de Álcool Alcídia reforçariam as reivindicações e expectativas de investimento estatal na região. No plano político regional delinea-se uma nova articulação em torno agora não mais da Alta Sorocabana, mas do Pontal do Paranapanema; os municípios na área de abrangência dos projetos, somados aos vizinhos, articulam-se numa nova associação, a “Uni-pontal”:

O movimento que vem sendo liderado pelo prefeito de Presidente Epitácio sr. Elio Gomes no sentido de criar uma nova Associação de

---

<sup>174</sup> O autor descreve e avalia todo o processo de elaboração do projeto da Usina Hidrelétrica Porto Primavera; em sua obra registra em detalhes a sucessão de adiamentos da sua operação, até 1999 (ver SCARPINELLA, 1999, p. 104).

Municípios o UNI-PONTAL, poderá ocasionar o breve esvaziamento da União dos Municípios da Alta Sorocabana – UMAS que congrega os municípios desta região.

Em ofício que está sendo remetido a todos os prefeitos que integram a região do Pontal do Paranapanema, o prefeito Elio Gomes está propondo a criação do novo órgão, nas mesmas condições e objetivos da UMAS, só q/ [sic] congregando apenas aqueles do Pontal do Paranapanema.

Em sua exposição de motivos o prefeito epitaiano cita que “a região do Pontal é uma das menos desenvolvidas do Estado e por isso os municípios que a integram devem se unir em torno e um mesmo ideal, o de defender ferrenhamente os seus interesses”.

Presidente Venceslau também deverá fazer parte do Uni-Pontal, pois foi um dos municípios convidados. Elio Gomes afirmou estar disposto a patrocinar uma reunião preparatória em sua cidade para a discussão com os colegas interessados na formação dessa nova entidade municipalista. (MORE, Clovis. *Uni-Pontal pode provocar o esvaziamento da UMAS*. OI. 24/04/77, p1. Título 16-Quadro 11)

Conforme a própria matéria, a já aparentemente frágil União dos Municípios da Alta Sorocabana - UMAS, poderia enfraquecer-se politicamente com o surgimento dessa nova organização dos municípios, o que de fato ocorreria anos depois culminando com sua extinção<sup>175</sup>. Os registros encontrados, no jornal, sobre a UMAS, não indicam grande poder de articulação municipal ou reivindicatório, mas indubitavelmente, essas associações eram e são importantes organismos de projeção política de lideranças locais na região. É o que se observou em relação a alguns políticos que quando prefeitos foram presidentes dessas associações, posição que lhes garantiria visibilidade na política regional e, possivelmente, a eleição como parlamentares (deputados estaduais e deputados federais). A primeira matéria encontrada, no recorte dessa pesquisa, registra justamente, Walter Lemes Soares, então prefeito de Presidente Prudente, na presidência da UMAS.

Ao término de mais uma Assembléia Geral Ordinária da União do Municípios da Ata Sorocabana que teve lugar em Regente Feijó, sábado último, o prefeito Walter Lemes Soares que presidiu os trabalhos, fez veemente pronunciamento conclamando prefeitos e vereadores da região que se faziam presentes, a contribuírem para o fortalecimento da ARENA e em torno do nome do professor Carlos Alberto Carvalho Pinto, candidato à reeleição para o Senado Federal. (*Presidente da U.M.A.S. quer o fortalecimento da ARENA*. OI. 25 /09/74,p1)

Em 1978, Walter Lemes Soares, após seu mandato de prefeito e líder da UMAS, seria eleito deputado estadual, assim como ocorreria, na década de 1980, com

---

<sup>175</sup> Como não há uma sede, onde se pudesse recorrer aos seus registros como atas das reuniões e documentos, as informações sobre ela, nesta tese, são apenas aquelas dos registros de jornal “O Imparcial”, nos períodos do levantamento (C.f. Quadro 1). Não temos registros exatos de quando iniciou e encerrou suas atividades.



Inocência Erbella, prefeito de Presidente Venceslau, município “convidado”<sup>176</sup> a participar da Unipontal. Embora a Unipontal tenha sido criada sob a presidência de Hélio Gomes, prefeito de Presidente Epitácio, a participação de Erbella já se destacava desde seu início, como representante dos “interesses regionais”<sup>177</sup>.

O prefeito Inocência Erbella de Presidente Venceslau, confirmou ontem que será dia 26 próximo; a primeira reunião em Mirante do Paranapanema, para a aprovação dos estatutos e formação da diretoria da União dos Municípios do Pontal (Unipontal).[...]

Segundo Inocência Erbella, não haverá cisão entre a nova entidade e a União dos Municípios da Alta Sorocabana (UMAS), que também fará sua primeira reunião dia 2, Rancharia. “Trabalharemos em conjunto entretanto [sic]achamos necessária a fundação da Unipontal como forma de reforçarmos a **defesa dos interesses da região**”, acrescentou o prefeito venceslauense.

Erbella esclareceu também que um dos principais problemas a ser discutidos pelas duas associações, é o reinício da Estrada da Integração, cuja abertura de nova concorrência foi prometida recentemente por Paulo Egydio. Ele entende que não se pode pensar em desenvolver a economia agrícola do Pontal, sem a rodovia ser terminada porque será ela quem facilitará o difícil escoamento das safras até as máquinas.

Outro assunto em pauta para debate, será a extensão da eletrificação e telefonia rurais a Presidente Venceslau, Presidente Epitácio, Caiuá, Piquerobi e Santo Anastácio.[...](*Unipontal será fundada dia 26*. OI. 24/06/77, p1. Título 17 – Quadro 11, grifo nosso)

Conforme adiantamos no capítulo 3, o surgimento dessa nova associação, em 26 de junho de 1977, a princípio constituída por sete municípios (Presidente Epitácio, Caiuá, Piquerobi, Mirante do Paranapanema, Marabá Paulista, Teodoro Sampaio e Presidente Venceslau), é mais um elemento que marca o crescimento do discurso em torno do Pontal do Paranapanema. Note-se que no discurso do prefeito Inocência Erbella, a região alvo de “defesa” da entidade distingue-se da região da Alta Sorocabana, que era ainda a denominação predominante no discurso das décadas de 1970 e 1980, mas sem dúvida, é também nessa mesma época que o Pontal começa a ganhar evidência, nas reivindicações e nos discursos regionalistas.

As reivindicações do Pontal “uma das regiões menos desenvolvidas do Estado”, a “região muda”, o “ponto escuro do estado”, “a região isolada”, negadas na década de 1970 e 1980 pela *Alta Sorocabana*, a partir da década de 1990 são incorporadas às da *Região de Presidente Prudente*.

---

<sup>176</sup> Cf. matéria: *Vem aí o Unipontal*. OI. 05/07/77, p5.

<sup>177</sup> *Erbella define-se como candidato regional*. OI. 15/06/86, p26. Notícia de sua candidatura a deputado federal.

Na década de 1990, assim como a Alta Sorocabana, a UMAS<sup>178</sup> desaparece do jornal, provavelmente em decorrência do surgimento da UNIPONTAL. Os poucos registros de que dispomos sobre ela denotam seu gradativo enfraquecimento.

**Quadro 12- A União dos Municípios da Alta Sorocabana, no Jornal**

<b><i>O Imparcial</i></b>
1. Presidente da UMAS quer o fortalecimento da Arena. (25/09/74, p1)
2. UMAS se reúne dia 2 em Rancharia (21/06/77, p1)
3. Prefeitos da Alta Sorocabana apóiam a tese de Maluf, da nova capital. (08/10/78, p1 -3 - 2º Cad.)
4. Ontem em Pirapozinho: UMAS decide utilizar os novos deputados como seu porta-voz. (08/12/78, p1 e 2)
5. E a UMAS? (Fatos e Fotos). (13/01/83, p. 8)
6. Ao PMDB não interessa que a UMAS sobreviva (23/02/83, p3)
7. Com PMDB ausente, UMAS elege diretoria pedessista. (25/02/83, p8)
8. Casseze anuncia Vieira na UMAS (23/10/90, p12)
9. Secretário de Collor na reunião do UMAS (30/10/90, p1)
10. Presidente da UMAS busca o amparo da Associação Paulista. (12/11/92, p9)

Fonte: O Imparcial (Presidente Prudente)

Organização: Ana Claudia Dundes

Notas e matérias sobre a UMAS sugerem que ela foi criada em 1974, tendo as mesmas funções das outras entidades municipalistas: defender os interesses “da região”, discutindo e levando as reivindicações dos municípios às instâncias competentes do governo do Estado. De acordo com Gil (2007<sup>a</sup>):

O grande número de municípios por RA, a arrecadação tributária insuficiente para atender as carências e urgências que pipocavam em todo o território paulista, as regiões mais expressivas econômica e politicamente impondo seu peso reivindicativo, o jogo do grande capital exercendo seu poder para não perder privilégios, e o envolvimento dos governantes com grupos de interesse, levaram à formação de várias associações de municípios ao longo da década de 1970. (p.5)

---

<sup>178</sup> Não sabemos ao certo quando a UMAS foi extinta. Registros do jornal, de 1994, indicam que havia sido extinta. Conforme a matéria, *Fleury encaminha para a Assembléia proposta de prolongamento da Castelo*. OI. 13/05/94, p9: “[...]O prolongamento da Rodovia Castelo Branco é uma das reivindicações das lideranças do oeste paulista, tendo sido bandeira da extinta União dos Municípios da Alta Sorocabana (Umas) e atualmente posicionam-se em defesa de tal melhoria a União dos Municípios do Pontal do Paranapanema (Unipontal), União dos Vereadores da Alta Sorocabana (Uvas) e a Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista (Amnap). [...]”

A União dos Vereadores da Alta Sorocabana-UVAS, apareceu no levantamento apenas nas notícias de 1994, depois disso também desaparece do jornal: *Uvas promove assembléia hoje e discute questões regionais*. (OI.26/03/94, p7); *Diretoria da UVAS espera reunir 150 vereadores no dia de amanhã*. (OI. 01/07/94, p9 Regional) [na pauta discussão dos conflitos de terras no Pontal]; *Vereadores debatem com deputados o prolongamento da Castelo Branco*. (OI.03/07/94, p8 Regional) e *Sorocabana. “Castelo até Epitácio”*. (OI. 09/12/94, p7). Naquele ano a UVAS promoveu debate com os candidatos a deputados pela região, sobre as propostas de prolongamento da referida rodovia.

Na condição de porta-vozes dos interesses das prefeituras, as associações municipais se faziam importantes para pleitearem ajuda do governo do Estado, especialmente quando este estava nas mãos de partido político distinto do partido dos prefeitos. Assim, se davam disputas pela diretoria da associação. É o que evidenciam notícias de 1983; com o PMDB no governo do Estado, para os prefeitos do mesmo partido, parecia desnecessária a existência da associação, mas para os prefeitos opositores, do PDS, que a princípio se sentiram desobrigados a participar da associação, a UMAS era indispensável, pois, segundo o jornal, seria um absurdo para aqueles do PDS se submeterem ao diretório do partido do PMDB. (Títulos 6 e 7–Quadro 12)

A partir de 1992, não se tem mais registros sobre a UMAS. Hoje os municípios que a compunham são associados à UNIPONTAL<sup>179</sup>, que surge pequena, para atender exclusivamente aos interesses dos municípios que constituíam o “Pontal”. É significativo que ela hoje congregue 32 municípios que antes pertenciam a UMAS, o que parece, é que o poder de reivindicar em nome do Pontal cresce<sup>180</sup>. Os programas e projetos, os conselhos e escritórios de desenvolvimento implantados pelos sucessivos governos e, em especial, os problemas “gritantes” (leia-se conflitos fundiários) dão ao Pontal visibilidade e ao restante da região, ainda que seja pelo fortalecimento da imagem de região atrasada. Pensamos que desse fato deriva o interesse dos outros municípios em se fazer representar por uma entidade que carrega o estigma dos conflitos.

Não estamos afirmando que a UNIPONTAL seja ilegítima representante dos interesses da *Região de Presidente Prudente*. Para avaliar seu significado político seria necessário aprofundar a pesquisa a seu respeito o que, todavia, não é proposta desse estudo. Contudo, o fato de haver uma associação municipal sob a denominação de *Pontal do Paranapanema* representando a região, que no passado era reconhecida como Alta Sorocabana, é revelador do poder reivindicatório que essa área tem hoje.

---

<sup>179</sup> As duas associações municipais extrapolam os limites territoriais da 10ªRA, incorporando também alguns municípios da R.A de Marília. Compõe a UNIPONTAL os seguintes municípios: Rosana, Euclides da Cunha Paulista, Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Marabá Paulista, Piquerobi, Santo Anastácio, Caiuá, Presidente Bernardes, Ribeirão dos Índios, Sandovalina, Estrela do Norte, Naranjuba, Tarabai, Pirapozinho, Presidente Prudente, Regente Feijó, Anhumas, Indiana, Martinópolis, Alfredo Marcondes, Caiabú, Taciba, Iepê, Rancharia, João Ramalho, Santo Expedito, Emilianópolis e Nantes.

<sup>180</sup> Em 1992, em pequena nota, na coluna “Plantão”, o jornal anuncia que os municípios que compunham o Pontal do Paranapanema articulavam um movimento para a criar uma região administrativa independente de Presidente Prudente: “[...] A área é considerada muito grande e deve contar com estrutura administrativa própria para a solução de seus problemas. Tudo está ainda no começo mas pode ganhar corpo”. (Coluna Plantão. OI.10/10/92, p3). Não há mais registros sobre esse movimento.

Se suprimíssemos da *Região de Presidente Prudente* a Nova Alta Paulista e o Pontal do Paranapanema, como já reivindicaram pequenos movimentos das duas regiões, o que restaria dela?

#### **4.2.1. A UNIPONTAL, a AMNAP e a Região de Presidente Prudente: o significado das associações municipais.**

Seguindo essa reflexão, a existência de associações distintas como a AMNAP e a UNIPONTAL (Figura 15) revela também que a 10<sup>a</sup> Região Administrativa não provocou a coesão e articulação das duas regiões para defender suas reivindicações e interesses, ainda que em muitos casos sejam as mesmas.

O recorte institucionalizado da 10<sup>a</sup>RA, imposto pelos órgãos de planejamento do Estado, é assumido, mas não conforma uma unidade regional, mas há um esforço no sentido de forjar uma “*Região de Presidente Prudente*”, coesa e com poder político, conforme discutiremos no capítulo 5. Nesse sentido, incorporar a NAP é fundamental, assim como o Pontal.

Mas no caso dessa última, ocorre justamente o contrário: o Pontal cresce<sup>181</sup> em importância, pelos processos que o configuram como região onde se territorializam<sup>182</sup>

---

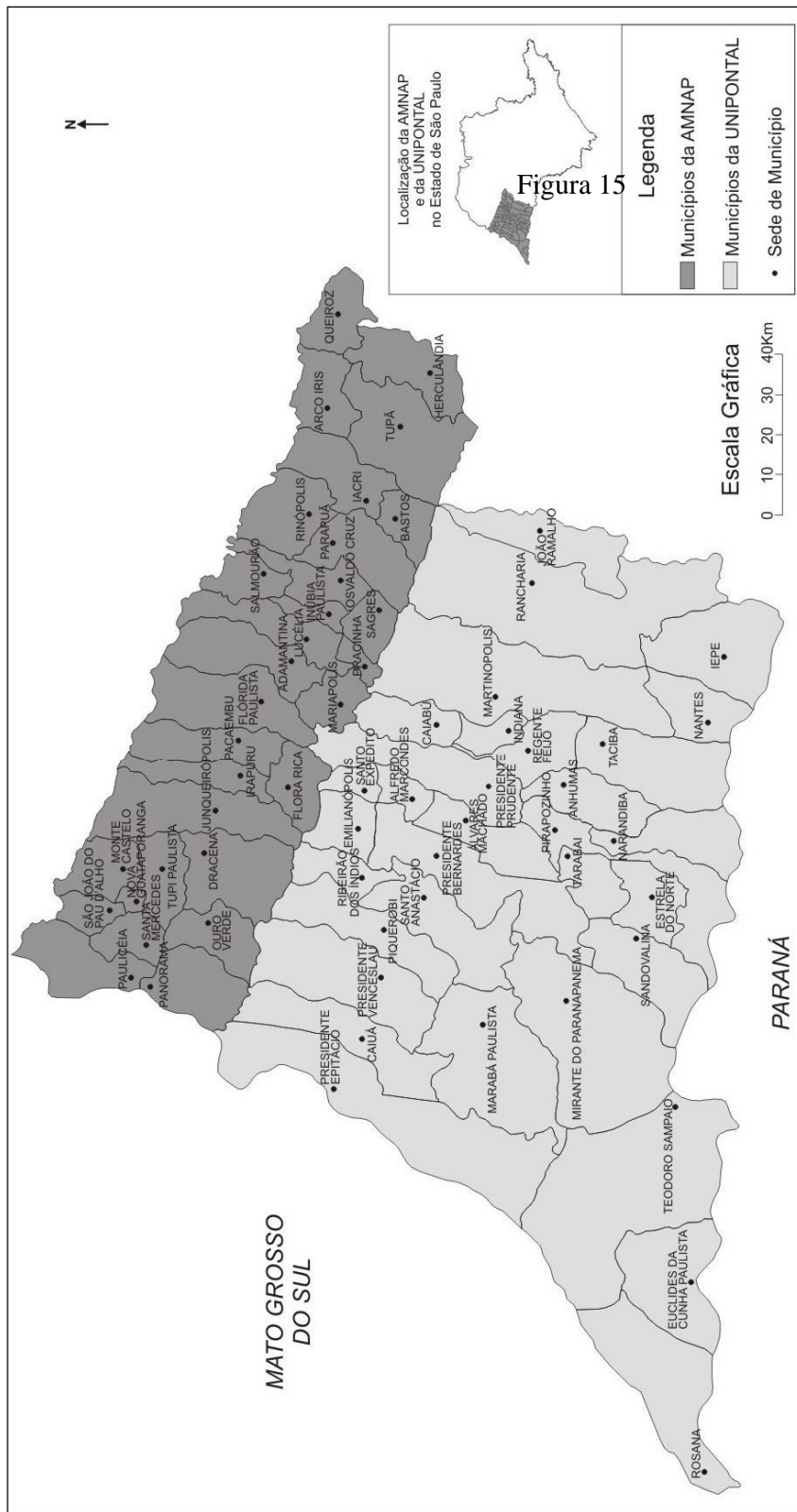
<sup>181</sup> No *Atlas Interativo do Pontal do Paranapanema* Meneguette (2001), faz uma contextualização espacial e temporal do Pontal do Paranapanema que revela um “movimento” de expansão do “Pontal” para além dos limites iniciais proposto por Leite (1981). É o que se observa na cartografia das ocupações de terra pelos movimentos de luta pela reforma agrária que se expande e atinge todos municípios da Região de Governo de Presidente Prudente e alguns da NAP.

Há ainda, segundo Meneguette(2001, p.60), outras espacialização para o Pontal, uma delas é aquela estabelecida pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema (CBH-PP), que considera a área de abrangência da Bacia do Paranapanema como uma Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos – UGRHI, definida por critérios geomorfológicos, políticos, econômicos e culturais, para implementação e desenvolvimento da Política Estadual de Recursos Hídricos e do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo.

São diversas as regionalizações existentes e possíveis, que variam conforme os critérios de definição, no entanto, não é nossa intenção discuti-las, mas centrar nossas reflexões sobre a poder do discurso na produção e revelação das representações regionais. Mas essas espacializações (MENEGUETTE, 2001), corroboram com a idéia de que o Pontal se expande.

<sup>182</sup> Movimentos de luta pela terra, como o MST, se territorializam (FERNANDES, 1996 e 2000) e nesse processo acirram-se os conflitos já existentes que vimos descrevendo, caracterizando hoje não apenas o Pontal, mas a região como um todo, como a *região dos conflitos*, o que corrobora para fortalecer a representação da *região do atraso*.

Figura 15 – Associações Municipais AMNAP\* e UNIPONTAL\*\* - 2006



Fonte: Unipontal e Amnap.  
 \*AMNAP - Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista . \*\*UNIPONTAL – União dos Municípios do Pontal do Paranapanema.  
 Organização: Ana Cláudia Dundes/  
 Edição Gráfica: Vitor Mizazky

movimentos pela reforma agrária, e por isso também se faz reconhecer como território de conflitos fundiários. O Pontal expande-se (e com ele o poder de enunciação regional) e sobrepõe-se à *Região de Presidente Prudente*, mas não a faz desaparecer, como aconteceu com a Alta Sorocabana, a faz ganhar evidência e poder no enunciar dos interesses das elites regionais.

Mas e a Nova Alta Paulista, fundiu-se à *Região de Presidente Prudente*?

A Nova Alta Paulista-NAP conta com a Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista-AMNAP, que segundo Gil (2007<sup>a</sup>), surge com o intuito de ser “[...] mediadora entre os municípios e o Estado, já que as regiões administrativas, que fizeram emergir as capitais regionais, não tinham poder de abrangência e articulação com todos os municípios sob sua jurisdição.”(GIL, 2007<sup>a</sup>, p.5)

Da criação e fortalecimento da AMNAP, o que se pode depreender é que decorridas três décadas, desde a criação da 10<sup>a</sup> Região Administrativa, as redes de relações entre municípios e cidades da Nova Alta Paulista se mantêm também com a cidade de Marília (sede da 11<sup>a</sup> Região Administrativa). Muitos dos serviços são atendidos por ela, conforme se observa na notícia que relata sobre os planos de ação da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista - AMNAP- para o ano de 2007, que inclui, entre outros pontos, melhorar os hospitais das suas cidades maiores, Dracena e Adamantina, para que não seja necessário recorrer aos hospitais de Marília<sup>183</sup>.

De acordo com Gil (2004),

Por causa da disposição da ferrovia (sentido leste-oeste), passando por Marília, a Nova Alta Paulista configurou-se espacialmente como uma extensão linear da Alta Paulista, tornando-se “natural” a sua vinculação àquela cidade [Marília]. A desativação da ferrovia, no entanto, revelou que essa regionalização não estava, de fato, consolidada. A localização geográfica da Nova Alta Paulista e das três capitais regionais – Marília, Presidente Prudente e Araçatuba -, bem como a distribuição espacial dos departamentos públicos, pulverizaram a atração de Marília e criaram uma outra dinâmica.

O distanciamento geográfico de Marília e a desarticulação do vínculo anterior, por via férrea, facilitaram uma polarização lateral. Presidente Prudente, ao Sul, e Araçatuba, ao Norte, com ênfase para Presidente Prudente no comércio, educação e entretenimento, além de outros departamentos das Secretarias Estaduais de Governo. (p.13)

---

<sup>183</sup> “De acordo com o novo presidente [da AMNAP, o prefeito de Lucélia, João Pedro Morandi], uma das principais metas da nova administração é viabilizar melhorias para os hospitais de Tupã, Adamantina e Dracena. ‘Não temos equipamentos necessários nas unidades e a população precisa se dirigir a Marília, por isso temos que resolver estes problemas’, aponta Silva.” (“Melhorias para hospitais será uma das prioridades para Amnap”. *Diário-online*. Tupã, 19 /12/2006. Disponível em <:http://www.unisite.com.br/reqpubl.php?ind=15980>.

Assim, embora haja fortes relações entre as cidades da Nova Alta Paulista e Presidente Prudente e ainda que tenham problemas e reivindicações em comum com a “Alta Sorocabana”<sup>184</sup>, como, por exemplo, a cobrança de que o Estado promova ações compensatórias pelo fato da região concentrar presídios:

Os jornais locais estampam matérias que comprovam o aumento de furtos e roubos e agressões à mão armada. Pela SP-294, a principal rodovia que cruza a Nova Alta Paulista, vê-se o trânsito nervoso de viaturas da polícia civil. Não se trata do aumento efetivo de policiais para intensificar a segurança dos cidadãos. São procedimentos inerentes aos presídios recém construídos ao longo deste eixo rodoviário. Entre 1999 e 2003, mais de dez mil novos “moradores” instalaram-se na região, distribuídos em sete presídios, num raio de apenas sessenta e cinco quilômetros. Outros três estão em vias de construção. Trata-se da mais recente resposta do governo estadual para os prefeitos que reivindicam fomento para a geração de novos empregos.(GIL, 2004, p.11)

e pela melhoria do sistema rodoviário e recuperação/reimplantação do sistema ferroviário<sup>185</sup>. Esse recorte regional ainda não se caracteriza como uma unidade regional coesa. Assim, parece-nos que a própria existência da Amnap e da Unipontal revela que as duas regiões guardam particularidades, se não pelos problemas, evidentemente comuns, pelos interesses políticos.

Mas se as particularidades ditadas por seus interesses e reivindicações econômicas, sociais e/ou culturais parecem frágeis para separá-las, as políticas também não parecem fortes o suficiente para provocar um desmembramento, apesar dos “anseios” da Nova Alta Paulista.

Em 1998, o jornal registra a mobilização da “*sociedade civil*” da Nova Alta Paulista em favor de sua separação da 10ª Região Administrativa, e se posiciona “favoravelmente” afirmando a legitimidade desse interesse (“*o anseio*”), mas finaliza o texto destacando que era “preciso ponderar muito sobre a pretensão” e “simular as conseqüências econômicas e políticas desse desligamento”<sup>186</sup>.

No editorial “*O anseio da Alta Paulista de ter sua própria sede de região é muito justa*” (sic), destaca ser justo o anseio por uma sede própria, quando na verdade o

---

<sup>184</sup> É interessante notar que o jornal faz referência a Alta Sorocabana quase sempre quando noticia a Nova Alta Paulista.

<sup>185</sup> Em 2006, a Amnap dedicou-se “[...] à reativação da ferrovia, no trecho denominado Ramal de Jahú (entre Bauru e Panorama), a elaboração de um TAC (Termo de Ajuste de Conduta), firmado entre o Governo Federal e a empresa concessionária da malha ferroviária paulista, América Latina Logística (ALL), passou a respaldar as ações da Amnap. Ficou acordado que a empresa reativaria o transporte de carga entre Bauru e Tupã, num total de 200 quilômetros, até o dia 28/12/2007, e o trecho entre Tupã e Panorama, num total de 160 quilômetros, até o dia 28/3/2007.” (GIL, 2007<sup>a</sup>, p.17)

<sup>186</sup> Editorial: *O anseio da Alta Paulista de ter sua própria sede de região é muito justa*. OI, 14/03/98, p3A

movimento propõe a separação da região; o título, ao destacar a mobilização pela “sede”, oculta o possível “*desmembramento*” e divisão da região, revelando a fragilidade do posicionamento “favorável” do jornal. Apresenta as justificativas<sup>187</sup> que levaram a inclusão da Alta Paulista na 10ªRA, e afirma ser “*nada mais justo*” “*retirar aquela região da dependência de Presidente Prudente*”.

Territorialmente os municípios da Alta Paulista, entre Panorama e Herculândia, deveriam estar ligados à regional de Marília. Mas geograficamente isso se tornou impossível, porque essas unidades municipais estão mais próximas de Presidente Prudente. Essa talvez seja a única razão de a Alta Paulista integrar a 10ª Região Administrativa do Estado, desde sua criação. E agora, está surgindo um movimento em Dracena, visando obter do governo do Estado um rezoneamento administrativo para retirar aquela região da dependência de Presidente Prudente. Nada mais justo. Não traz prejuízos a Presidente Prudente que se apóia seu próprio desenvolvimento e dos municípios que fazem parte da sua própria micro-região. (Editorial: *O anseio da Alta Paulista de ter sua própria sede de região é muito justa*.OI, 14/03/98, p3A)

Porém, apesar de destacar as “características próprias” da região (o cultivo do café e a diversificação agrícola com cultivo de frutas e seringueiras), frisa os problemas em comum com a Alta Sorocabana, especialmente em relação à fragilidade dos solos. Afirma que para Presidente Prudente o desmembramento “poderia” até ser benéfico, mas alerta para o “*enfraquecimento político*” que isso poderia acentuar:

[...]As duas regiões [AS e NAP] se intercomunicam muito bem e a independência administrativa pleiteada agora não mudará esse intercâmbio.

Quem sabe se, por outro lado, Presidente Prudente possa até beneficiar-se desse desmembramento com a redução das responsabilidades sobre os atuais 53 municípios que compõem a sua divisão administrativa.

O que as lideranças desse movimento precisam levar em consideração, contudo é a possibilidade de **reduzir-se o poder político da região**, quando na verdade ela deveria ter maior atuação junto aos grupos políticos dos municípios da Alta Sorocabana. Hoje somos um colégio de 600 mil eleitores. Se dividi-los podemos nos enfraquecer. Esse trabalho, lamentavelmente nunca foi feito nas duas mãos. Bragato e Tadashi Kuriki sempre tiveram votos na Alta Paulista, enquanto nenhum candidato dessa região tenha tido a mesma atuação por aqui. Culpa de quem?

Em relação ao Mercosul, ao qual os municípios paulistas localizados no Vale do rio Paraná, devem se integrar, não se sabe se essa desvinculação agora é o melhor caminho. As duas regiões nunca estiveram unidas para pleitear do governo do Estado a construção de boas rodovias para torná-las mais próximas, o que pode ter trazido prejuízos a uns e outros. [...] (Editorial: *O anseio da Alta Paulista de ter sua própria sede de região é muito justa*.OI, 14/03/98, p3 A)

---

<sup>187</sup> Que remetem àquelas mesmas críticas apresentadas por Leite (1972).



Os incentivadores do movimento fazem questão de dizer que o projeto foi resultado da organização da “*sociedade civil e não política*”, detalhe que parece revelar o desinteresse das lideranças políticas regionais em relação ao desmembramento, especialmente daqueles parlamentares que têm, ou tiveram como base eleitoral a 10ª Região Administrativa.

Ainda de acordo com Gil (2004), a região da Nova Alta Paulista considera-se, de certo modo, “órfã” em relação à representatividade política, por não possuir, pelo menos até 2004, parlamentares na Assembléia Legislativa Estadual e na Câmara Federal: “Apesar de várias tentativas, a população nunca elegeu um representante vinculado diretamente a ela. Assim, em épocas de eleição para parlamentares, a região transforma-se em área de “pesca de votos”. Os candidatos vêm, geralmente, das três regiões polarizadoras vizinhas”.(p.14) Esse fato, destacado pela autora, se confirma, conforme veremos nas campanhas políticas dos deputados “*pela 10ª RA*”, assunto que trataremos no capítulo 5.

Na ocasião do encaminhamento do Projeto de Lei de criação da região da Alta Paulista para a Assembléia Legislativa, um dos incentivadores do projeto, comerciante de Adamantina, José Maria Haddad, afirma que a iniciativa “é da sociedade civil e não política, envolvendo clubes de serviços (Rotary, Lions, Maçonaria), Associações Comerciais (Faciesp), OAB, Sociedade Paulista de Medicina, entre outros, com o apoio da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista (Amnap)”<sup>188</sup>. Na matéria o jornal apresenta as justificativas dadas pelo movimento:

[...] são várias as justificativas mostradas no projeto-de-lei, visando a nova região. Como **identidade de uma reforma agrária natural** entre os municípios compostos por pequenas, propriedades; geograficamente, trata-se de um bloco compacto de municípios, com povos da mesma origem, história, segmentos e objetivos uniformizados por uma agricultura intensa, diversificada e produtiva. Os 30 municípios pertencem à mesma bacia hidrográfica, do Aguapeí-Peixe. “Hoje estamos vinculados a três regiões, de Presidente Prudente, Marília e Araçatuba, sendo que temos uma identidade própria”, ressalta Haddad. Nestas cidades há cinco usinas de álcool, que geram ICMS e empregos, além dos plantios do café, uma característica da região. “O objetivo é impulsionar o desenvolvimento”, explica. Junto aos pedidos que resultaram no projeto-de-lei, foram incluídos 158 ofícios de entidades não governamentais, pedindo a instalação da nova região. Este é considerado o fato político mais importante para os prefeitos dos municípios, nos últimos anos. (PINATO, Gilmar. *Assembléia analisa a criação de nova região*. O I, 04/06/98, p6, grifo nosso)

---

<sup>188</sup> PINATO, Gilmar. (Alta Paulista) *Assembléia analisa a criação de nova região*. Doze deputados assinam o projeto-de-lei pedindo a instalação da região da Nova Alta Paulista, publicado ontem no D.O.E. O Imparcial, 04/06/98, Regional, p.6.

O projeto chegou a ser votado favoravelmente na Assembléia Legislativa, mas, segundo Haddad, “ [...] esvaziou-se por falta de recursos do governo estadual e por princípios ideológicos dos governantes contrários à descentralização político-administrativa nos moldes daquela já existente.’ ” (GIL, 2007<sup>a</sup>, p.22)

Apesar da aparente fragilidade do movimento, demonstrada até mesmo pela pouca relevância dada ao *fato político* pelo jornal<sup>189</sup>, o consideramos bastante significativo para ilustrar a fragilidade identitária da 10<sup>a</sup> Região Administrativa.

Desse modo, o que se observa é que apesar do seu recorte ser reconhecido<sup>190</sup> e estimule as relações com a sede administrativa, que centraliza secretarias e escritórios estatais, ele não extingue os laços historicamente estabelecidos entre os municípios, e tão pouco apaga as “identidades” regionais da Alta Sorocabana e da Nova Alta Paulista.

Mas retomando a “*voz isolada do empresário dracenense*” (v. título 10-Quadro 9), Carlos Aparecido Silva<sup>191</sup>, que faz uma proposição ao governo de Estado para melhorar a competitividade da 10<sup>a</sup>RA com os estados vizinhos, percebe-se que nas estratégias reivindicatórias desses dois conjuntos de municípios ora parece interessante a união, ora a separação.

Embora Gil (2007<sup>a</sup>) afirme a fragilidade dessas associações, em relação à AMNAP assinala um esforço no sentido de aumentar seu poder de articulação, organização e mobilização da sociedade em torno dos interesses da NAP, avalia que o principal ganho da AMNAP foi o despertar da consciência regional a: “Nova Alta Paulista toma consciência de si mesma”:

Uma de suas maiores contribuições dá-se no sentido da **construção da identidade regional**. É ela quem agrega o imaginário coletivo de pertencimento. Quem veio inicialmente para essa porção do Estado de São Paulo, o fez inspirado pelo ideal de se radicar no lugar, construir a sua vida como cidadão independente, fazendo valer o seu trabalho na materialização dos seus sonhos.

A denominação Nova Alta Paulista<sup>192</sup>, segundo depoimentos de vários de seus fundadores, surgiu dentro da Amnap, e isto tem uma conotação significativa. Não fosse a sua atuação, os efeitos da localização

---

<sup>189</sup> Durante todo o período pesquisado, notamos que o jornal acompanhava dia a dia os fatos que considerava relevantes, como por exemplo, a criação de uma agência de desenvolvimento, implantação de projetos de desenvolvimento, ou de preparativos de um seminário, mas o mesmo não ocorreu com esse fato, pelo menos não no ano de 1998.

<sup>190</sup> A 10<sup>a</sup> Região Administrativa, ou “Região de Presidente Prudente”, tem sido adotada como base político-administrativa, pelo Estado, partidos e políticos locais, não apenas dos deputados citados no editorial, mas também de outros.

<sup>191</sup> Vice-presidente da Fapesp - Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo, que também foi articuladora do projeto de lei de criação da Região Administrativa da NAP.

<sup>192</sup> Conforme já explicamos em nota anterior, a NAP é freqüentemente denominada como *Alta Paulista*, inclusive no jornal.

periférica em relação às Regiões Administrativas de Presidente Prudente e Marília e da distância geográfica desfavorável em relação à capital e aos principais centros consumidores seriam maiores. (GIL, 2007<sup>a</sup>, p.19-20)

Entretanto, pensamos que essas alternâncias nos discursos e estratégias revelam uma incoerência e ressaltam a fragilidade identitária tanto da *Nova Alta Paulista*, quando da *Região de Presidente Prudente*. Mas há claramente uma intencionalidade no sentido de forjar uma coesão, que amplie a representatividade regional, favorecendo-a na competição com outras regiões e na obtenção de recursos e benefícios junto ao Estado. No caso da 10<sup>a</sup> Região, a competição por mercados não se dá exatamente com as outras regiões paulistas, mas mais com as regiões de outros estados que circundam o sudoeste paulista. O núcleo de onde emana o discurso de coesão regional é obviamente a cidade de Presidente Prudente, que sedia o poder regional, conforme veremos a seguir.

No jogo velado das estratégias reivindicatórias, as duas regiões unidas na regionalização instituída pelo Estado, pouco têm atuado na direção de uma coalizão, que dirá no sentido de coesão. Mas o discurso - manifesto no jornal e pelo jornal - das elites econômicas e políticas, sediadas em Presidente Prudente, expressa que estas atuam no sentido de ampliar e unir os interesses das duas “sub-regiões” como forma de ascensão e/ou manutenção do poder, o que em última instância tem resultado, no mínimo, na estagnação do desenvolvimento regional.

Levando em consideração a análise de Gil(2007<sup>a</sup>) de que as forças políticas internas da Nova Alta Paulista atuam no sentido de tomarem “*consciência de si*, ou seja, de afirmarem sua autonomia, negando a condição de região comprimida e disputada entre as RA’s de Marília e de Presidente Prudente, mas também considerando que ora essas forças se juntam às forças políticas que emanam do núcleo prudentino, para reivindicar juntas, concordamos com Castro(1992<sup>a</sup>) que ajuda a elucidar o processo de transformação pelo qual passa região, quando a autora afirma que o exercício do poder público pode estimular ou inibir identidades regionais. Para a autora, nem sempre uma região definida por critérios político-administrativos representa a mesma escala daquela da região de vivência ou de identidade, mas ela “contém estas vivências e configura-se a partir de um processo de alianças que articula aquelas regiões entre si” (p.35). Mas segundo ela mesma esse é um processo lento:

[...] a região é um espaço vivido, ou seja, é plasmada pela territorialização das relações sociais. Sendo assim, seu ritmo de transformação é mais lento do que aquele das decisões do poder político. Há, portanto, uma superposição, no território, de escalas de poder: a da região da identidade territorial e a da região definida pela administração política do território.

A organização política do território impõe, portanto, a percepção de uma nova escala regional que pode incluir diferentes “regiões de vivência” ou subdividi-las.[...](CASTRO, 1992<sup>a</sup>, p.15).

Assim, a partir do que demonstramos, através da leitura dos discursos, é possível avaliar que está em curso o forjar de uma nova *Região de Presidente Prudente*, mais ampla territorial e politicamente, mas esse processo contém em si as contradições descritas por Castro (1992<sup>a</sup>).

Ainda que a análise de Castro (1992<sup>a</sup>) refira-se ao estudo de uma região mais ampla, no caso o Nordeste, dentro do Estado-Nação, podemos afirmar que há um processo análogo acontecendo em relação à região objeto de estudo dessa tese. Segundo a autora,

As “regiões políticas”, delineadas por interesse político-administrativo, se não são significativas de um tipo específico de identidade territorial, são importantes por revelar condições e situações particulares de relações entre espaço e política, num plano mais geral, e relações entre poder central e território, num plano mais restrito.(p.34)

Somos consoantes com a opinião da autora, de que os dois níveis regionais, da região de vivência e da região política instituída, não são exclusivos, mas sim complementares. Nas suas palavras, esses dois níveis, - que preferimos definir como dimensões -

[...]podem completar-se e mascarar-se mutuamente, dando legitimidade à região política e integrando federalismo e regionalismo. Na realidade, **o desenho dos limites da região política não é casual**; deriva da arbitragem das alianças e coalizões das elites das diferentes regiões de vivência que compõem a região política. Parece-nos, então, que em Estados Nacionais onde as regiões de vivência não se diferenciam por traços culturais específicos como língua, religião ou etnias, o seu mascaramento pelas regiões políticas é mais freqüente.[...](CASTRO, 1992<sup>a</sup>, p.35, grifo nosso)

Em nosso estudo, a escala de relações entre território e Estado, obviamente não é a mesma que a autora investiga. Estamos analisando relações que se estabelecem entre as regiões que fragmentam o Estado de São Paulo. Mas, mesmo nessa escala menor, verifica-se a reprodução do processo descrito por Castro.

Assim, a *Região de Presidente Prudente* hoje é aquela que incorporou os interesses e problemas da sua periferia; a importância do Pontal do Paranapanema no enunciar regional fez com que o seu atraso, outrora negado, fosse assumido dando novas feições à região que hoje se identifica com a representação do atraso. O núcleo de onde emanava o poder de enunciar a região se deslocou da sede regional, Presidente Prudente, para as margens da região, onde se territorializam os conflitos fundiários. No caso da

Nova Alta Paulista esse processo não se verifica. A Nova Alta Paulista, ainda não é *aqui*, quem sabe nunca o seja, mas o Pontal já é.

Contudo, os discursos, especialmente o discurso político, indicam que esse processo não se encerra aqui; está em andamento uma tentativa de incorporar a Nova Alta Paulista à *Região de Presidente Prudente*. Desse modo, nossa análise se encerrará na exploração do discurso do poder político regional, que aponta na direção do processo descrito por Castro (1992<sup>a</sup>). Os discursos políticos revelam a intenção de forjar a região institucionalizada em região de identidade ou vivência, fato que denota a importância da região como trunfo nas relações de poder, especialmente político.

## 5 O PODER DA REGIÃO DO ATRASO NA ASSUNÇÃO/MANUTENÇÃO DO PODER POLÍTICO

Dos discursos lidos, até aqui, o que se desvela é o forjar de uma região, que apesar de hoje se fazer enunciar a partir da força dos conflitos da “sub-região” Pontal do Paranapanema, ainda se apresenta como *Região de Presidente Prudente*.

Quiçá a alusão à técnica da *découpage* - que consiste na colagem de imagem que se adere à superfície onde é aplicada, assumindo-a como sua - ajude a compreender a importância do discurso e das representações na construção da “nova” identidade da região, que se revela na forma como é denominada.

Pensamos que a *Região de Presidente Prudente*, hoje assume as feições dos conflitos que caracterizam o Pontal do Paranapanema, e pleiteia incorporar a Nova Alta Paulista, negligenciando o esforço dessa última também no sentido de se afirmar como uma “outra” região independente e autônoma (GIL, 2007<sup>a</sup>). A coesão regional é, portanto, um projeto ambicionado pelas lideranças políticas e/ou econômicas que têm na região bases territoriais de poder.

Nesse sentido, a região revela-se um recurso de grande importância na assunção e/ou conservação de poder. Mas para que isso se efetue é preciso que a região se faça reconhecer, é necessário que ela seja assumida como relevante nas relações sociais que se estabelecem sobre sua base territorial. Assim, assiste-se, no discurso hegemônico, a tentativa, se não intenção de forjar um código social construído a partir de uma teia de significações de experiências em comum - entenda-se por “experiência em comum” especialmente reivindicações e problemas identificados como regionais - que dê sustentação e coesão à *Região de Presidente Prudente*. Esse esforço, é claro, emana com mais evidência das forças políticas que se centralizam na cidade de Presidente Prudente.

Retomamos as reflexões de Vainer, discutidas no capítulo 1, que afirma que a região só se instaura se sujeitos históricos a assumam como um recorte territorial relevante em suas estratégias políticas, econômicas e simbólicas. E, mais, que é a partir das diferenças que ela se faz reconhecer, mas que é a região que socialmente falando, instala a diferença e a torna relevante; não é a diferença que instala a região; a diferença por si só não é capaz de identificar/defini-la. Dessa proposição deriva nossa avaliação da importância do discurso como construtor e veículo de difusão das representações sociais no instaurar da região, pois entendemos, a partir da sua leitura, que a região é relevante nas

estratégias políticas e econômicas das elites políticas e/ou econômicas que exercem poder na escala regional, algumas das quais ambicionam escalas mais amplas de poder.<sup>193</sup>

Assim o discurso hegemônico, especialmente aquele emanado do núcleo prudentino, que foi o privilegiado nesta investigação, tem atuado no sentido de forjar um código social, que dê conta de transformar a região política instituída, a 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, em região de vivência, a *Região de Presidente Prudente*.

Desse modo, é necessário prosseguirmos na identificação dos atores sociais, que chamamos de elite política e econômica, para os quais é interessante que a região se faça ampliar e reconhecer. Entendemos que a existência de elite pressupõe relações sociais assimétricas, e que, portanto, “[...] o conceito de elite contém, implicitamente, uma qualificação de poder, no qual o político e o econômico interagem e se reforçam. [...] o alcance básico do conceito refere-se à classe que dispõe em um dado momento histórico, dos meios de acelerar ou retardar os processos de mudança social.” (CASTRO, 1992<sup>a</sup>, p.28)

Nos discursos percebe-se de quem são as vozes que falam sobre/pela/para a região; é no espaço dialógico do jornal - empresa que até pouco tempo tinha como slogan “*O jornal de maior circulação regional*”<sup>194</sup> – que soa e ressoa o discurso hegemônico, proferido direta ou indiretamente por empresários, proprietários de terras (que o jornal chama de empresários rurais), promotores, procuradores do Estado, consultores e políticos, que em suma representam as elites regionais. A esses interessa que a região se fortaleça e se expanda, assim como parece que lhes interessa conservar poder, e as estruturas sociais vigentes.

São portadores de um discurso ideológico que constrói a imagem de uma região coesa e homogênea - onde não há “ricos e pobres”, “grandes e pequenos”-, ainda que essa imagem seja a de uma região atrasada; nessa perspectiva, a região torna-se quase um mito<sup>195</sup>. Nesse discurso, os interesses dos seguidores detentores do poder local são transformados em interesses da região, daí a importância de se aumentar o poder de

---

<sup>193</sup> Não é por generalização evasiva que utilizamos as opções “e/ou”, mas porque algumas lideranças políticas são, acima de tudo, lideranças econômicas. Mas há líderes que consideramos eminentemente políticos, embora o cargo que ocupem, dados os mecanismos perniciosos ainda preponderantes na política nacional, permita “favorecimentos” e ou vantagens econômicas para os que ocupam cargos políticos.

<sup>194</sup> O slogan atual é “*O Imparcial, credibilidade é o que conta*”. (Ver < <http://oimparcial.uol.com.br> > ).

<sup>195</sup> Castro(1992<sup>a</sup>), analisa como a seca, a carência, enfim a necessidade, torna-se um mito, importante na manutenção do poder das elites nordestinas na sua relação com escalas mais amplas de poder. No caso da região estudada parece ser a própria região e suas representações sociais o paradigma que sustenta o poder das elites, mas essa afirmação, por hora, tem mais caráter de indagação do que de proposição.

enunciação da região. E nada mais eficiente que reivindicar melhorias para a “segunda região mais pobre do Estado”.

No capítulo anterior, aparecem as “vozes” dos ruralistas através da UDR, do Sindicato Rural de Presidente Prudente e a do próprio jornal, bem como a voz dos representantes dos empresários do setor secundário e terciário, que muitas são as mesmas do setor agropecuário<sup>196</sup>. Neste capítulo, apresentamos o discurso do seguimento político, que compõe o discurso hegemônico que corrobora para as representações sobre a região que vimos demonstrando. Também procuramos evidenciar, a partir da leitura desses discursos que, nas estratégias políticas, a região é um trunfo na obtenção e manutenção do poder.

É importante advertir que o discurso da elite política, que apresentamos, é em sua maioria, aquele que tem base territorial no núcleo regional: a cidade de Presidente Prudente, tendo estabelecido nela vínculos fortes como lugar de residência própria ou da família, sede de empresas e negócios, escritórios políticos etc. Quando falamos das forças políticas regionais, é necessário que se tenha em conta que as prudentinas são eminentes, especialmente no período mais recente. E ainda, estamos a denominar “forças políticas regionais” os deputados, estaduais e federais, e prefeitos e vereadores que exercem liderança na região, ou falam em nome dela.

### **5.1 Da Alta Sorocabana à 10ª Região Administrativa: a região nas campanhas eleitorais parlamentares (1970 a 1982)**

O discurso político ampara-se, conforme vimos, no exemplo do discurso do deputado Domingos Leonardo Cerávolo nas representações da região, do vir a ser e do atraso. Nele se revela a necessidade de enunciar a diferença seja pela riqueza potencial, seja pela pobreza emergencial. Daí deriva nosso interesse de perseguir o discurso que inventa e reinventa a região.

O recorte temporal proposto para o levantamento do discurso, privilegiou, conforme esclarecemos no capítulo 1, os semestres em que ocorreram eleições para Assembléia Legislativa, Câmara Federal e Executivo Estadual. Nesse levantamento

---

<sup>196</sup> Esse é, por exemplo, o caso de Fioravante Scalon, presidente da CIESP de Presidente Prudente, por gestões consecutivas. Ele é além de empresário, no ramo de venda de equipamento e máquinas agrícolas e retíficas automotivas, também pecuarista.



podemos levantar os atores sociais, que se estabeleceram na vida política tendo a região como base de suas lideranças.

Na história política da região, destacam-se alguns nomes, oriundos especialmente da cidade de Presidente Prudente, que construíram suas carreiras políticas a partir da defesa dos interesses da cidade de Presidente Prudente e os da região. Nossa pesquisa começa na década de 1970, época em que se assiste ao desaparecimento dos últimos representantes dos “velhos políticos” da região: Antonio Sandoval Netto e Domingos Leonardo Cerávolo, que durante anos se revezaram no executivo prudentino.

O primeiro, Antonio Sandoval, proprietário de terras, foi vereador e prefeito de Presidente Prudente em três gestões<sup>197</sup>; Domingo Leonardo Cerávolo também foi prefeito em três gestões e deputado estadual entre 1959 - 1962 e 1967 – 1971. Diferente do primeiro, não era proprietário de terras quando ingressou na política; era médico formado quando chega a Presidente Prudente em 1927, mas depois de ingressar na política, logo se tornaria também um proprietário de terras. Foi importante figura política, herdeiro do poder político dos coronéis.

Esse dois nomes são conhecidos como sucessores dos dois coronéis<sup>198</sup> que comandaram a política prudentina até a década de 1930. A partir daí Cerávolo gradativamente emerge como importante liderança; apesar do apoio que tinha daqueles, fez-se reconhecer por seu próprio prestígio pessoal e político. Durante o “Estado Novo”, foi nomeado prefeito por duas vezes consecutivas de 1938-1945, e eleito prefeito de 1952 a 1955. Apesar de terem emergido no período de decadência política dos coronéis e ascensão da política populista em nível nacional, na esfera local esses dois não romperam com a política do coronelismo.

A partir de Weffort (1980)<sup>199</sup>, Guimarães explica que na política prudentina, mesmo com a ascensão dos políticos populistas - quando ocorreu o golpe de estado que implantou a ditadura do presidente Getúlio Vargas (1937-1945)-, preservou-se a

---

<sup>197</sup> Foi prefeito nomeado pelo governo do Estado, pela primeira vez, sucedendo Domingos Leonardo Cerávolo, no período de 08/01/46 a 01/04/47; e por eleição direta nas gestões de 01/01/56 a 31/12/59 e 01/02/69 a 31/01/73.

<sup>198</sup> A história política de Presidente Prudente, e conseqüentemente da região é marcada pela liderança dos dois proprietários de terras, o coronel Francisco de Paula Goulart e o coronel José Soares Marcondes que promoveram a colonização, através do loteamento e venda de terras na região, bem como a formação das vilas Marcondes e Goulart que deram origem à cidade de Presidente Prudente. Sobre eles Abreu (1972) afirma: “Assim como a criação do município foi feita pelos esforços dos coronéis Goulart e Marcondes e pela pressão do grande desenvolvimento que ia alcançando a região, sua vida política girou nesse período em torno desses dois chefes. O latifúndio suplantando a pequena propriedade em área de terra possuída, dava aos coronéis latifundiários condições de manipularem politicamente uma população rural incapaz de se fazer representar em virtude principalmente de sua fraqueza econômica”. (p.209)

<sup>199</sup> WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

velha política herdada do pacto coronelista. Para compreendermos melhor: o coronelismo tem em comum com o populismo a identificação pessoal entre o chefe e a massa popular, mas difere daquele porque se sustenta no compromisso entre o poder público e o poder privado do proprietário de terras; já o populismo se caracteriza por colocar o poder público diretamente em contato com as bases populares. Desse modo, Guimarães (2000) explica que a gradativa decadência da liderança de Cerávolo se deu justamente por não ter evoluído nesse sentido, por ter preservado o velho estilo de fazer política, herdado dos coronéis<sup>200</sup>.

No entanto, Domingos Leonardo Cerávolo foi figura ilustre na história política de Presidente Prudente. Guimarães (2000) parece ter sintetizado com propriedade o significado de sua liderança, quando este assume a vida pública como prefeito da cidade:

Num ambiente conservador, no qual era difícil compreender a distinção entre os domínios do privado e do público, entre o círculo da família e do Estado, sobretudo onde predominava a família do tipo patriarcal, ele era o “homem cordial”, nos termos tratados por Holanda(1977)<sup>201</sup>.

A amabilidade no trato, a hospitalidade e a generosidade parecem ter sido atributos de Cerávolo. Forneceram o modelo de sua política social, que substituía o pacto social pela solidariedade humana, ancorada na benevolência, o que tornava para ele desnecessário um pacto tecido em torno da cidadania, em que o tema da saúde pública ocuparia lugar central.

Nessa estratégia, o indivíduo Cerávolo conseguiu manter-se em sua supremacia ante o social, personificando no imaginário social o papel do “herói” da cidade. Para a população pobre, ele era o pai protetor. Para a classe média, um modelo de ascensão social. Para os fazendeiros um político confiável. (p.191-2)

Mas é no cenário de decadência política desses dois personagens, Cerávolo e Sandoval Netto, em 1970, que iniciamos a pesquisa dos discursos no jornal. Naquele ano, Domingos Leonardo Cerávolo era representante da região na Assembléia Legislativa, mas

---

<sup>200</sup> Na análise desenvolvida por Carvalho (1997) o coronelismo é perpassado pelo mandonismo, mas o primeiro pode ser identificado no tempo “durante a Primeira República entre 1889 a 1930 [...] mas enterrado definitivamente em 1937.” Assim, segundo esse autor é possível identificar seu início, apogeu e decadência. Já o mandonismo: “Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas. A tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos”. (CARVALHO, 1997). Para Victor Nunes Leal (1948), que segundo Carvalho(1997) difunde o conceito de coronelismo, este último conceito seria um momento particular do mandonismo. Diante de tamanha complexidade, que não se encerra nessa breve exposição, seria arriscado dizer que o médico, proprietário de terras, e que mesmo Sandoval, fossem legítimos coronéis; isso exigiria que nos debruçássemos em uma análise específica que foge da ossada desta tese, mas em síntese somos consoantes com Guimarães (2000) a respeito de que para os fazendeiros que se afastam da vida pública a partir do final da década de 1930, Cerávolo era um “político confiável”.

<sup>201</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1977.

esse seria seu último mandato. Nas eleições daquele ano, Cerávolo concorreu novamente ao cargo, mas não foi reeleito. Na verdade, ambos os políticos, especialmente Sandoval Nato, eram alvo de críticas do jornal por representarem o atraso dos “velhos políticos”. Sandoval era acusado de emperrar o desenvolvimento da cidade e da região, já que, segundo o jornal, não se empenhava para que fosse instalado um distrito industrial em Presidente Prudente. Essas críticas são percebidas em uma matéria que desmente que Cerávolo não sairia candidato à Assembléia Legislativa:

Candidatura do Dr. Domingos Leonardo Cerávolo deve ter sido inspirada e incentivada pelo Paço Municipal que vê dia a dia o crescimento de uma candidatura que não lhe convém, que parece contar com a simpatia geral da população: a do ex-prefeito Watal Ishibashi.

Para provar prestígio ao futuro governador Laudo Natel, Sandoval e Cerávolo se recompõem depois de um aparente afastamento, fato que se repete em todas as fases políticas do município, para garantir a continuidade do veterano político na Assembléia. (*Cerávolo nunca deixou de ser candidato*. OI. 29/09/70, p1)

Naquele ano, concorreram ao cargo “esperanças moças” em oposição aos “políticos veteranos”<sup>202</sup>. Concorreram à Assembléia Legislativa vários candidatos “da região”, especialmente de Presidente Prudente: José de Salles Macuco, Watal Ishibashi, Célio de Oliveira Costa, Domingos Leonardo Cerávolo, todos de Presidente Prudente, Wilson Rondó<sup>203</sup>, de Presidente Venceslau e Manuel Severo Lins de Rancharia, todos estes candidatos da ARENA; Antonio Zacharias, empresário de Presidente Prudente, foi o único a sair pelo MDB. Além desses, Jorge Maluly Netto, apesar de viver na Região Noroeste, segundo o jornal já estava integrado à região. (Cf. Quadro 13<sup>204</sup>)

Para a Assembléia Legislativa foram eleitos Manoel Severo Lins e Jorge Maluly Netto. Domingos Leonardo Ceravolo não foi reeleito; encerrou, portanto, sua carreira política naquele mandato.

---

<sup>202</sup> Expressões que aparecem na matéria: *Cerávolo nunca deixou de ser candidato*. OI. 29/09/70, p1, “esperança moça” referia-se às candidaturas de novos políticos como Watal Ishibashi, ex-prefeito, e o então vice-prefeito Benedicto Pereira do Lago, que segundo o jornal teria sido impedido de sair candidato à Assembléia pelo Diretório da ARENA, o que favorecia a candidatura do “político veterano” Domingos Leonardo Cerávolo.

<sup>203</sup> Wilson Rondó não se elege em 1970, mas provavelmente ficou na suplência, pois em 1974, aparece em notícias do jornal como deputado estadual, quando foi candidato à reeleição. (*Atuação do deputado Wilson Rondó*. OI. 29/09/74, p.1)

<sup>204</sup> O Quadro 13 contém apenas os candidatos citados no jornal O Imparcial. Isso não significa que ele contemple todos os candidatos que concorreram tendo na região sua base eleitoral. Pelo levantamento que realizamos, pode ser que candidatos que saíram pela Nova Alta Paulista tenham sido excluídos, já que nas décadas de 1970 e 1980, no jornal, preponderavam notícias sobre a Alta Sorocabana.

Quadro 13 – Candidatos “da região” à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e Câmara Federal (1970-2006)

<i>Eleições</i>		<i>CANDIDATOS</i>		
<i>Anos</i>	<i>Prefeitos de Pres. Prudente</i>	<i>Deputados Estaduais</i>	<i>Deputados Federais</i>	<i>Governadores De São Paulo</i>
<b>1970</b>	Antonio Sandoval Netto (ARENA) (1969-73)	<b>Manuel Severo Lins</b> (Rancharia) <b>Jorge Maluly Netto</b> (Alta Noroeste) José de Salles Macuco; Watal Ishibashi; C.de Oliveira Costa; D. Leonardo Cerávolo (ARENA - Pres. Prudente) Wilson Rondó (Pres. Venceslau) Antonio Zacharias (PP - MDB)	<b>Paulo Alberto de Oliveira</b> (ARENA- Pres. Prudente)	<i>Abreu Sodré</i> (1967-71) Laudo Natel (1971/75)
<b>1974</b>	Walter Lemes Soares (ARENA) (1973-77)	Wilson Rondó (Pres. Venceslau); Severo Lins (Rancharia), Benedito Aparecido Pereira do Lago (PP), Jorge Maluly Neto (familiares em Álvares Machado)	Paulo Alberto de Oliveira Alves Sobrinho Mauricio Toledo	Paulo Egydio Martins (1975/79)
<b>1978</b>	Paulo Constantino (ARENA) (1977-82)	<b>Walter Lemes Soares</b> (ARENA). <b>Mauro Bragato</b> (MDB) Luis Gonzaga dos Santos (MDB)	Agripino de Oliveira Lima e Jandira Lobo de Oliveira (ARENA-PP) <b>Antonio Zacharias e Padre Leão</b> (MDB-PP)	Paulo Salim Maluf (1979/82) José Maria Marin (1982/83)
<b>1982</b>	Benedito Ap. P. do Lago (PDS) (1982-83)	<b>Walter Lemes Soares</b> (PDS) <b>Mauro Bragato</b> (MDB)	Antonio Zacharias(PDS)	A. Franco Montoro (1983/87)
<b>1986</b>	Virgilio Tiezzi Junior (PMDB) (1983-1988)	<b>Mauro Bragato</b> (PMDB) <b>Tadashi Kuriki</b> (PTB) Paulo Pires(PDS) Walter Lemes(PDS) Ulisses de Souza(PT) Inocência Erbella (PFL)	<b>Agripino Lima (PFL)</b> Frauzilino Araújo dos Santos (PDS) Antonio Zacharias(PDS) Renato Novo (PMDB) Armando Pinheiro (PTB)	Orestes Quércia (19887/91)
<b>1990</b>	Paulo Constantino (PTB) (1988-92)	<b>Mauro Bragato</b> (PMDB) Roberto Bergamo (PDS) Adilson Gil de Oliveira(PSDB) Hélio Cortes(PFL) Etc.	<b>Tadashi Kuriki (PRP)</b> <b>Paulo Lima (PFL) (suplência)</b> Virgílio Tiezzi (PMDB) José Caetano da Silva PT	A. Fleury Filho (1991/95)
<b>1994</b>	Agripino de Oliveira Lima Filho (PFL) (1993-96)	<b>Mauro Bragato</b> (PMDB) Hugo Luciano Waschek (PV) José Bezerra de Moura (PFL) Julio Omar(PSDB)	<b>Paulo Lima(PFL)</b> Tadashi Kuriki (PRP) Virgílio Tiezzi(PMDB)4 José Caetano da Silva (PT) Ap. Antonio da Silva (PRP)	Mario Covas (1995/01)
<b>1998</b>	Mauro Bragato (PSDB) (1997-2000)	<b>Agripino Lima (PFL)</b> Wilson Portela(PSDB) Tadashi Kuriki	<b>Paulo Lima (PFL)</b> Tiezzi (PMDB)	Mario Covas (1999/01) Geraldo Alckmin (2001/02)
<b>2002</b>	Agripino Lima Oliveira (2001-04)	<b>Mauro Bragato(PSDB) (suplência)</b>	<b>Paulo Lima</b> (PMDB) Zizi Trevizan (PPS) Ênio Perrone (PSDB) Talmir Rodrigues (PSB)	Geraldo Alckmin (2003/06)
<b>2006</b>	Agripino Lima Oliveira(PSC) (2004- 04/07*)	<b>Ed Thomas</b> (PMDB) <b>Mauro Bragato</b> (PSDB) <b>Reinaldo Alguz</b> (PV)	<b>Talmir Rodrigues (PV)</b> Paulo Lima	José Serra (2007/...)

Fonte: Jornal O Imparcial, Presidente Prudente.

Organização: Ana Cláudia Dundes.

\*Cassado em abril de 2007, a partir de 19/04/07 assumiu o vice-prefeito: Carlos Roberto Biancardi.

Obs.: Os nomes em negrito são de candidatos eleitos.

Para a Câmara Federal foi eleito Paulo Alberto de Oliveira, que segundo o jornal, tivera expressiva votação em Presidente Prudente porque representava a oposição ao velho quadro político municipal, referindo-se ao candidato Domingos Leonardo Cerávolo e ao prefeito Sandoval Netto, conforme fica evidente na notícia dos resultados das eleições:

A Alta Sorocabana fechou questão em torno de seus candidatos. Isso ficou evidenciado na votação obtida pelos srs. Paulo Alberto de Oliveira, Manoel Severo Lins e Jorge Maluly Netto, e até mesmo aqueles que não se elegeram, mas obtiveram expressiva votação como o srs Wilson Rondó e Watal Ishibashi. Com estas eleições **caem as velhas estruturas políticas do município de Presidente Prudente**. O Sr. Jorge Maluly Netto, hoje já integrado em nosso meio atuou em faixa própria, tendo como base eleitoral a região da noroeste onde está radicado há muitos anos. [...] (*Alta Sorocabana elegeu três deputados*. OI. 01/12/79, p1)

Também chama atenção o fato de Paulo Alberto de Oliveira ter procurado atrelar sua candidatura também à Alta Paulista (leia-se Nova Alta Paulista):

A sua extraordinária votação em Pres. Prudente, pode ser explicada e deve ser levada à conta, além do seu prestígio pessoal, a uma manifestação de rigoroso protesto contra os grupos políticos de evidência, sobretudo aos que se instalaram no Paço Municipal. [...] Ao seu lado alinharam as figuras mais expressivas da política regional para não citar todos, figuram os prefeitos de Álvares Machado, Santo Expedito, Caiabu e Teodoro Sampaio. Além desses apoios Paulinho realizou **alianças com autênticas lideranças políticas de nossa região e da Alta Paulista** que lhe foram de grande valia. (*Paulinho, uma esperança da região*. OI. 11/12/70, p1, grifo nosso)

Na posição de “capital” da Alta Sorocabana e logo sede da Região Administrativa, a política desenvolvida em Presidente Prudente tinha reflexos e influência na política regional. É o que ressalta Benedito de Oliveira em um artigo sobre a importância de se eleger um prefeito de Presidente Prudente que estendesse sua liderança à região. Naquela oportunidade, em 1972, ano de eleições municipais, suas críticas se voltavam diretamente para Sandoval Netto; estava em andamento uma campanha pela renovação política na região, o que culminou com a eleição de Walter Lemes, empresário prudentino no ramo de transporte, a prefeito de Presidente Prudente.

Já de há algum tempo a esta parte vimos lendo, na imprensa prudentina, opiniões a respeito da sucessão do Sr. ANTONIO SANDOVAL NETTO, na Prefeitura de Presidente Prudente. Entretanto, até agora nenhuma delas (as opiniões) – refletiram um dos aspectos mais importantes da questão: a liderança política; não liderança em termos de partidos políticos, mas a liderança regional. Presidente Prudente, pela posição que ocupa na região – a cidade mais importante, o centro mais progressista, a economia mais sólida, o mercado comercial mais desenvolvido, deve dinamizar sua política não mais em termos exclusivamente locais, mas regionais. O seu prefeito deve ser um homem que tenha condições de liderar essa política regional, com ascendência bastante para se impor e fazer-se aceitar por todos, como um porta-voz da região. Deve ser um nome respeitado e de indiscutível penetração na opinião política, no conselho geral das populações da Alta Sorocabana.

Fazer-se o contrário, personalizar o candidato apenas como administrador de Presidente Prudente, será desprezar o potencial que representa a política da região. Dentro, pois, do nosso ponto de vista, o candidato a Prefeito de Presidente Prudente deve preencher um vazio que existe no intercâmbio político regional e pela atuação nesse cenário, **unir a Alta Sorocabana num bloco político firme, coeso** marchando todos num sentido único, qual seja o de melhorar, fortalecer, politicamente os nossos municípios, ora agindo cada um por si, e pouco conseguido pela fraqueza das representações políticas locais. (OLIVEIRA, *Benedito de. O Prefeito de P. Prudente*. OI. 16/07/72, p1)

Como se vê, a 10ª RA, instituída pelo Estado, pouco se fazia reconhecer na esfera política. Havia ainda uma nítida separação entre a Alta Sorocabana e a Nova Alta Paulista. Naquelas eleições o discurso vigente ainda pretendia uma coesão política interna da Alta Sorocabana, “um bloco político firme”. Se compararmos as opiniões de Oliveira, em 1972, com as do editorial de trinta anos depois, 2002, percebe-se que o projeto de coesão política regional já vem de longe, mas a região almejada em 2002 é bem mais ampla que aquela de 1972: tenta unir não apenas os municípios da Alta Sorocabana, mas as “sub-regiões” que compõem a *Região de Presidente Prudente*.

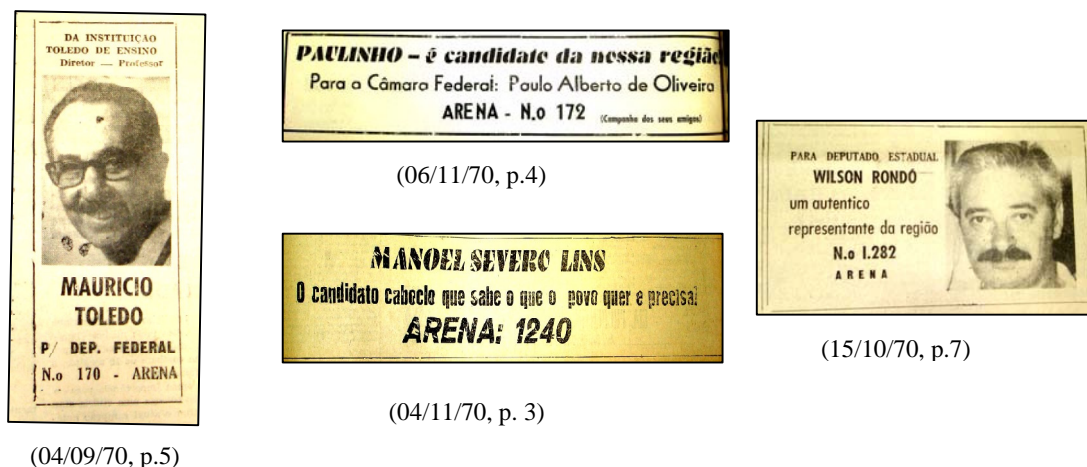
Não podemos aderir ao bairrismo barato. Entretanto, temos de refletir sobre a importância de contar com representantes específicos da região especialmente na Assembléia Legislativa do Estado. Hoje a **região de Prudente** não tem nenhum representante no Parlamento paulista. [...] **O meio político e a sociedade da Alta Sorocabana, da Alta Paulista e do Pontal do Paranapanema precisam se unir** – independentemente de suas facções – em torno de uma campanha voltada a conscientizar os eleitores a depositar votos, em outubro, em candidatos da região, comprometidos em ajudar resolver os seus problemas. É urgente a necessidade de preenchermos essa lacuna. (Editorial: *2002 será uma grande oportunidade para a nossa região se fortalecer politicamente*. OI. 03/01/02, p3A.)

O bairrismo negado no editorial, contudo, sempre foi a marca das campanhas, especialmente de candidatos a deputados estaduais e federais. Nos anúncios da campanha eleitoral de 1970, publicados no jornal, poucos eram os que apresentavam uma proposta efetiva de trabalho, mas todos ressaltavam que pelo fato de serem da região defenderiam seus interesses (Cf. Figura 16).

Os que não eram residentes na região procuravam associar suas atuações políticas à região, pelos préstimos, por algum vínculo familiar ou de trabalho. Esses eram os casos do médico e agricultor Jorge Maluly Neto, oriundo da Alta Noroeste (região de Araçatuba), mas que segundo o jornal, tinha “*raízes familiares em Álvares Machado*”, e de Maurício de Toledo, natural de Juiz de Fora, MG, e que na época era professor na Faculdade de Direito de Bauru e diretor-superintendente da sede da Instituição Toledo de

Ensino, naquela cidade; a entidade mantinha escolas superiores instaladas em diversas cidades do interior paulista, entre elas as unidades da região sitiadas em Presidente Prudente e em Presidente Venceslau<sup>205</sup>.

Figura 16 - Campanha de candidatos da região: eleições parlamentares - 1970



Fonte: Jornal O Imparcial (Presidente Prudente-SP)

A campanha de Severo Lins, o “candidato caboclo<sup>206</sup>”, por exemplo, pautou-se no fato de ser “da região” e na administração da prefeitura de Rancharia, o que lhe rendera fama de bom administrador preocupado com o bem-estar de sua comunidade.

[...] que pode fazer um deputado pela sua região? Para uma grande maioria a função de um deputado está muito limitada. Na verdade, um deputado pode e deve transformar-se numa figura de primeiro plano nas reivindicações dos municípios. É preciso, porém, que o cidadão, a quem as populações confiaram a importante representação, esteja integrado nos problemas dessas comunidades.

[...] Poderíamos citar uma série enorme dessas iniciativas, mas para não cansar o leitor, vamos apresentá-las uma a uma, no decorrer deste trabalho de apresentação do sr. Manoel Severo Lins ao eleitorado de toda a Alta Sorocabana e Alta Paulista. (*Severo Lins: provou na administração estar preparado para a Assembléia*. OI. 25/10/70, p5)

<sup>205</sup> Mais informações disponíveis em: <<http://www.unitoledo.br/intertemas/historico.asp>> e <[http://unitoledo.br/toledonews/ToledoNews\\_Ed83.pdf](http://unitoledo.br/toledonews/ToledoNews_Ed83.pdf)> Acesso em 30 jul 2007.

<sup>206</sup> Manoel Severo Lins era apresentado como agricultor e pecuarista; desse modo, entendemos que o adjetivo “caboclo”, refere-se mais à qualidade de trabalhador da terra, guardando sinonímia com “caipira”, do que propriamente à mistura étnica; faz alusão a sua simplicidade tal qual a da maioria da população regional de origem rural, estabelecendo identidade entre o candidato e o eleitorado.

Um dos seus feitos, destacado na campanha, foi a construção do Balneário de Rancharia, que junto com a Represa de Martinópolis e as praias do Rio Paraná, forma o pequeno conjunto de balneários da região:

As populações da região da Alta Sorocabana estão descobrindo agora o Balneário de Rancharia, apontado como a futura atração turística em nossa região. [...]

Severo Lins administrou sempre assim: pensando no povo em primeiro lugar. Primeiro dando-lhe escolas, condições de saúde, de trabalho, de apoio à agricultura e incentivando a vida comercial urbana.

Mas na vida de quem trabalha há sempre um dia de lazer, de despreocupação [...] Por isso o Balneário de Rancharia está se transformando no ponto de encontro da família regional. (*Balneário de Rancharia: uma obra de Severo Lins para toda a região*. OI. 13/11/70, p3)

A administração municipal e o fato de ser “filho” da região também foram utilizados como estratégia na campanha a deputado estadual de Watal Ishibashi, ex-prefeito de Presidente Prudente, que sucedeu Florivaldo Leal, prefeito assassinado no início do seu mandato.

#### **Watal, um homem da região** [Intertítulo]

Através do longo exercício político, apesar de sua juventude, Watal Ishibashi, que é **filho da região**, somou uma série de experiência como vereador, como vice-prefeito e pouco depois, num quadro difícil da vida prudentina, ante o trágico desaparecimento de Florivaldo Leal, o de prefeito, dirigindo o município por três anos. Watal Ishibashi revelando rara sensibilidade administrativa conseguiu transformar em realidade os primeiros projetos do então prefeito Florivaldo [...] (*Watal está a um passo da Assembléia*. OI. 11/11/70, p1)

Para não nos perdermos nos detalhes que o levantamento do jornal oferece, privilegiaremos alguns nomes que se destacam no cenário político regional depois da década de 1970: Walter Lemes Soares, Tadashi Kuriki, Mauro Bragato, Agripino de Oliveira Lima Filho e Paulo de Oliveira Lima.(Cf. Quadro 13)

Na década de 1970, emerge um novo tipo de político: “político-empresário”, ou seja, o político que acima de tudo era um empresário, cuja imagem se ligava à de um empreendedor local que impulsionaria o desenvolvimento do município e da região. Foi sob essa argumentação que Walter Lemes Soares, advogado e empresário no ramo dos transportes coletivos, foi eleito prefeito de Presidente Prudente nas eleições municipais de 1972. No âmbito local e regional, sua eleição representou uma renovação na situação política que até então esteve nas mãos dos “velhos-políticos”, como se referia o jornal, aos ditos “representantes dos coronéis”: o prefeito Antonio Sandoval Netto e o deputado estadual Domingos Leonardo Cerávolo.



Não que a eleição de Walter Lemes tenha representado uma ruptura com o modo populista de fazer política, mas atendia aos anseios de ‘modernização’ que vinham embalados na campanha de transformar Presidente Prudente num pólo de desenvolvimento industrial, conforme já comentamos nos capítulos 2 e 3. A eleição de Walter Lemes Soares para o executivo prudentino, em 1972, e a de Paulo Constantino, em 1976, marcaram definitivamente a saída dos políticos vinculados à política dos coronéis, do cenário político local e regional. Durante a sua gestão de prefeito, Walter Lemes foi também presidente da UMAS, e em 1978, foi eleito deputado estadual pela ARENA, enquanto Paulo Constantino ocupava a prefeitura de Presidente Prudente e também a presidência da UMAS.

Em 1972, surge ainda timidamente como vereador, mas notoriamente como empresário, outro nome que marcaria a história política da cidade e região: Agripino de Oliveira Lima. Nesse ano, junto com um grupo de professores, Agripino Lima cria a Associação Prudentina de Educação e Cultura - APEC<sup>207</sup>, uma instituição de ensino superior; e dá início à sua carreira política como vereador em Presidente Prudente.

Figura 17 – “Sociedade em Tópicos”: Agripino Lima – 1972



Fonte: Jornal O Imparcial (Presidente Prudente -SP)  
Coluna: *Sociedade em Tópicos*. 05/10/72, p.6.

<sup>207</sup> Prof. Agripino: “Enfrentamos luta difícil e muitos obstáculos”. OI. 16/08/72, p1. [Entrevista com Agripino de Oliveira Lima, quando obteve autorização do Ministério da Educação para o funcionamento da Faculdade de Ciências, Letras e Educação]; *Nova Faculdade de Ciências, Letras e Educação inicia suas atividades amanhã em P.Prudente*. OI. 15/10/72, p1.

Outro importante nome surgiria também na década de 1970; nas eleições de 1978, segundo o jornal, a “grande surpresa” foi a eleição do “jovem sociólogo”<sup>208</sup> Mauro Bragato a deputado estadual pela região:

As votações foram centradas em Padre Leão pelo MDB e no prof. Agripino, pela Arena, como candidatos a Câmara Federal bem como em Walter Lemes Soares pela Arena e Mauro Bragato pelo MDB, a Assembléia Legislativa.

A grande surpresa foi a votação recebida pelo jovem Mauro Bragato, que realizou uma campanha de pequenos recursos e algo tímida. Durante o período pré-eleitoral não se ouvia falar de seu nome, citando-se apenas que ele teria os votos da classe universitária e de uma elite intelectual.

Quais são as chances de Presidente Prudente eleger um ou dois deputados? É a indagação que paira no ar e que causa angústia aos prudentinos. [...] (*Prudentinos disseram “não” aos paraquedistas*. OI. 17/11/78, p4)

Se nas eleições de 1974 a região ficou sem representação<sup>209</sup>, nas de 1978, a “região” elegeu quatro candidatos de Presidente Prudente: Walter Lemes Soares (ARENA) e Mauro Bragato (MDB) foram eleitos para a Assembléia Legislativa; para a Câmara Federal foram eleitos Antônio Zacharias e Padre Leão, ambos do MDB. Naquele ano, ainda sob a ditadura militar, os governadores eram escolhidos em eleição indireta<sup>210</sup>. A campanha de Paulo Salim Maluf, candidato eleito ao governo de São Paulo, destacou-se e conquistou a região, porque Maluf somava aos programas de descentralização político-administrativa o projeto de transferência da capital do Estado para o interior<sup>211</sup>.

O governador eleito de São Paulo, eng. Paulo Salim Maluf, disse ontem em Presidente Prudente que a nova capital deve estar **mais próxima das barrancas do rio Paraná**, “porque temos que interiorizar bem a capital”.

[...] Referindo-se à escolha da área para construir a nova capital do Estado, afirmou que ela deverá ter caráter estritamente técnico e que dentro de 4 a 5 meses teremos uma localização fixada. “Vamos [ iniciar ] o projeto a partir de 15 de março, para começarmos as obras ao final de 1979, porque quero despachar na nova capital”

[...] Avaliando a política sucessória disse Maluf que a Arena vai vencer as eleições no Brasil e o resultado das urnas em São Paulo será

---

<sup>208</sup> “Mauro Bragato tem apenas 24 anos e será o segundo mais jovem da Assembléia Legislativa. É sociólogo, está fazendo trabalho para o Centro Nacional de Pesquisas e faz Mestrado na Universidade Católica de São Paulo”. (*Mauro Bragato hoje em São Paulo*. OI. 07/12/78, p1)

<sup>209</sup> “[...]a Alta Sorocabana não terá qualquer representante nas assembleias.”[...] (*Os deputados eleitos a 15 de novembro*. OI. 26/11/74, p1.)

<sup>210</sup> Eleição Indireta, realizada pelo Colégio Eleitoral (composto de membros da respectiva Assembléia Legislativa e de delegados das Câmaras Municipais do respectivo Estado), na forma do art. 1º, *caput* e parágrafo único, e art. 2º, do Decreto-Lei n.º 1.540, de 14-04-1977. Cf. <[http://www.tse.gov.br/eleicoes/eleicoes\\_gerais/eleicoes\\_gerais.html](http://www.tse.gov.br/eleicoes/eleicoes_gerais/eleicoes_gerais.html)>

<sup>211</sup> A proposta vinha dar continuidade às iniciativas de interiorização do desenvolvimento dos governos anteriores; segundo Negri (1988), a transferência da capital poderia acelerar o processo de interiorização da indústria paulista, mas em função do modo autoritário que foi encaminhada e os custos elevados de obra como essa, o projeto foi rejeitado pela Assembléia Legislativa.

francamente favorável ao partido governista.[...] (Maluf: “Quero a nova capital o mais perto das barrancas do rio Paraná”. OI. 08/10/78, p1, grifo nosso)

Mesmo inusitado, o projeto ganhou adesão da UMAS que chegou a enviar ao já eleito governador Paulo Maluf, um memorial apoiando a sua “promessa” de promover a interiorização da capital do Estado<sup>212</sup>.

Figura 18 – Campanha de candidatos da região: eleições parlamentares – 1978



(19/11/78, p.1)



(27/10/78, p11)



(04/11/78, p10)



(16/07/78, Cad 2, p1)

Fonte: Jornal O Imparcial (Presidente Prudente -SP)

Aquelas eleições de 1978, como as demais, foi marcada pelo discurso de que a região deveria se unir para ter representação política junto ao Estado. O discurso bairrista se repetia, o jornal alertava para o oportunismo dos candidatos “paraquedistas”, ou seja, aqueles vindos de outras regiões<sup>213</sup>, que só apareciam em época de eleição atrás de votos. Entre os candidatos em evidência no jornal estavam os políticos já citados: Walter Lemes e Agripino de Oliveira Lima. O primeiro tinha a simpatia do jornal por ter sido

<sup>212</sup> Prefeitos da Alta Sorocabana apóiam a tese de Maluf, da nova capital. OI. 08/10/78, p1 e 3 - 2º Caderno  
<sup>213</sup> Vote, pensando em Pres. Prudente e na Alta Sorocabana. OI. 15/11/78, p.1. (Anúncio sem autoria)

prefeito de Presidente Prudente, responsável pela renovação política, e o segundo pelos investimentos na cidade, com a ampliação da instituição de ensino superior, que havia criado em 1972, ano em que se elegeu vereador.

Ao falar o dr. **Walter Lemes Soares**, faz questão de frisar que a **Alta Sorocabana é uma região pobre**, sem agricultura, sem indústrias sem empregos mas que o povo vai se conscientizando da necessidade de chegar lá. Citando o trinômio – Saneamento, trabalho e educação – o ex-prefeito prudentino diz que continua preocupado com os problemas de P. Prudente e região e que “vimos pedir a compreensão e o apoio para que possamos pleitear do governo, solução para os nossos problemas regionais”.

Outro orador que está empolgando é o **prof. Agripino** que em seu pronunciamento defende com muita cátedra os problemas educacionais. Ele **se bate pela conquista do tão sonhado Hospital de base**, que tenha leitos suficientes para atender a população carente. Diz ainda que Presidente Prudente acaba de conquistar a primeira Faculdade de Farmácia e Bioquímica (Particular) e que de um total de 200 vagas atribuídas a todo o Estado de S. Paulo, nós temos 50 por cento ou o equivalente a 100 vagas.

No terreno político o prof. Agripino destaca que “**é hora de dizer um basta aos ‘paraquedistas’** porque muita gente de boa fé vota em candidatos desconhecidos que nada fizeram e nada farão por esta região”.

E concluindo seu pensamento: vimos para somar e para agradecer o que srs. tem feito pela cidade e dizer que é hora de termos representação na Câmara Federal e Assembléia Legislativa de São Paulo. (*O que se fala (e se ouve) nos comícios de Presidente Prudente*. OI. 09/11/78, p9, grifo nosso)

Apesar da 10ª RA ter sido criada no início da década de 1970, nas eleições ela ainda aparece muito timidamente como base territorial dos candidatos; a região defendida era a Alta Sorocabana, mas já se nota que aos poucos ela vai aparecendo nos discursos dos políticos mais atentos. A importância de se ampliar a área de representação e influência política dos deputados eleitos se observa nos trechos de matérias e discursos que se seguem:

[...] há hoje um debate da política em qualquer roda que forme nas ruas ou em qualquer outro ambiente porque a cidade concorre pela primeira vez com um grande número de candidatos.

De certa forma isso representa uma politização do povo prudentino e das comunidades em torno de Presidente Prudente, na composição da **10ª Região Administrativa**. (O Prudentino está se politizando? OI. 07/11/78, p3, grifo nosso)

Em suas declarações o prefeito de Presidente Prudente [Paulo Constantino] acrescentou que queremos a união, a qual possa trazer benefícios a esta cidade e região. “Para mim, não importa que seja ARENA ou MDB o que importa – digo mais uma vez – é trabalho por nossa cidade, pois os quatro candidatos foram eleitos por Presidente Prudente, e agora devemos pedir sua ajuda para o desenvolvimento local e regional”.

[...] O necessário é que todos entendamos que não é só Presidente Prudente e sim toda a **10ª Região Administrativa** do Estado que deve ser olhada por esses deputados, que devem trazer tudo de bom para cá, defendendo nossa região com unhas e dentes.(*O prefeito destaca a importância da eleição de quatro parlamentares*. OI. 22/11/78, p1, grifo nosso)

Os eleitos estavam dispostos a defender os interesses da região acima dos interesses e divergências partidárias. Esperando a confirmação de sua eleição, Walter Lemes da ARENA, afirmava:

[...]“Sejam da Arena ou do MDB os eleitos, tenho certeza, terão que trabalhar muito pela região e todos farão isso”, disse. E continuou: “Se formos dois, três ou quatro os eleitos, Presidente Prudente e toda a região estão dando um grande exemplo de civismo e de **sentimento regionalista**. Todas as regiões do Estado tem os seus deputados, por que Presidente Prudente não deveria ou não poderia tê-los?” (*Walter Lemes: “ainda aguardo os resultados para comemorar”*. OI. 19/11/78, p1, grifo nosso)

Sua proposta era consoante à do deputado federal Antônio Zacharias<sup>214</sup> do MDB, que entre outros pontos citava como prioridade a defesa da educação. Para a agricultura prometia:

[...] defender um projeto que visa baratear o custo de produção impedindo o enriquecimento ilícito de pessoas ligadas ao setor, pois o agricultor planta o amendoim (por exemplo) e vende a nove cruzeiros o quilo e depois compra esse mesmo amendoim para plantar, tabelado ao preço de vinte cruzeiros, e alguém está enriquecendo com esse tabelamento.[...]

[...] Voltando à Presidente Prudente ANTONIO ZACHARIAS pretende reunir os outros candidatos eleitos por Presidente Prudente, para traçar um plano de conjunto pela cidade e região, pois a campanha foi feita em alto nível, sem conflitos, e encerrada a luta eleitoral, é hora de **unir os candidatos da terra**, para defender os interesses de Presidente Prudente e região.(*Zacharias já tem planos para sua atuação no Congresso*. OI. 19/11/78, p3, grifo nosso)

O Padre Francisco Leão, de Presidente Venceslau, também eleito para a Câmara Federal, não destoava do discurso dos demais:

---

<sup>214</sup> Antonio Zacharias também foi vereador em Presidente Prudente; membro e liderança no Rotary Clube em Presidente Prudente e em Santo Anastácio, cidade onde seu pai, migrante libanês, se instalou como comerciante. Ingressou no Rotary Clube de Presidente Prudente no ano de 1967. “Foi presidente do RC de Santo Anastácio. No RC de Presidente Prudente foi presidente no ano de 1974/1975. Foi Governador do Distrito 462 no ano de 1985/1986. Alguns dos clubes fundados pôr Antônio Zacharias: RC de Santo Anastácio; RC de Presidente Bernardes; RC de Presidente Prudente Oeste; RC de Presidente Prudente Alvorada;RC de Presidente Prudente Nascente. Era sócio-honorário de vários clubes”. (CAMARA Municipal de Presidente Prudente, 24/06/2005. Disponível em < <http://www.camarapresidente.sp.gov.br/noticias/ver.asp?tabela=noticias&codigo=254>>) Era figura ilustre no jornal, sempre nas notícias, especialmente depois de sua eleição.

“Espero- disse- que outros companheiros também cheguem lá”. Pe. Leão aproveitou para agradecer o espírito cívico de todos os que moram na região e que demonstraram estar entrosados na solução dos problemas e do interesse regional, que por sinal, esteve muito tempo órfão de representação. (*Pe. Leão o novo fenômeno na vida política da região*. OI. 19/11/78, p1)

O discurso que aparecia com ares de democracia e defesa de participação popular nas decisões políticas vinha de Mauro Bragato, que atribuía a sua eleição aos “anseios da região” pela renovação política:

“A renovação – disse – surge quando um grupo de pessoas sente a necessidade de mudar alguma coisa. Nós, desde o começo de nosso trabalho, procuramos manter contato com todo o MDB da região e a resposta veio nas urnas”. [...] “É preciso fazer com que haja maior participação política do povo da Alta Sorocabana, pois não se aceita mais essa mania de “caciquismo”, razão de nossa região ser chamada de “atrasada” porque “o povo dá voto de cabresto”. Não aceitamos isso. Nossa proposta fundamental é criar condições para que Presidente Prudente e região avancem mais, seja mais politizada”. (*Mauro Bragato: “Minha votação é fruto da ânsia de renovação”*. OI. 19/11/78, p1)

Outro ponto merece destaque a partir desses eleições; é a relação direta que se verifica entre o executivo prudentino, deputados e governadores eleitos (V. Quadro 13). Em 1972, Walter Lemes é eleito prefeito, sendo sucedido, em 1977, por seu parceiro político<sup>215</sup>, Paulo Constantino, que por sua vez o apóia na candidatura a deputado estadual em 1978. Nas eleições de 1982, André Franco Montoro do MDB se elege por voto direto a governador de Estado, e Mauro Bragato se reelege. Nas eleições de 1978, além de Walter Lemes, Paulo Constantino apóia e promove a candidatura de Agripino Lima a deputado federal, amparado na justificativa de que Presidente Prudente e região precisavam de representação política. Mas não foi nessa eleição que Agripino se elegeria, mas sua campanha não se encerraria ali.

O prefeito [Paulo Constantino] rememorando sua primeira viagem a Brasília comentou para o público presente que todos os gabinetes que entrou só ouviu uma pergunta: “Quem é o representante político de Presidente Prudente na Câmara Federal? Eu não sabia como responder porque era humilhante dizer que não tínhamos nenhum deputado pela região. A sorte é que havia um deputado amigo que nos acompanhava com muito boa vontade e dele fizemos na eventualidade nosso representante”.

E continuou: “Os senhores talvez não possam avaliar a importância de termos um ou mais deputados eleitos pela região. Eu mesmo não avaliava isso. É por essa razão que estou aqui em praça pública, pedindo para que os prudentinos prestigiem os nossos candidatos. No restante de

---

<sup>215</sup> Walter Lemes Soares e Paulo Constantino são também parceiros de negócios, são os principais acionistas da Empresa de Transportes Andorinha S/A de Presidente Prudente; o primeiro é presidente do Conselho Deliberativo, e o segundo é vice-presidente do Conselho de Administração da Empresa.

minha administração serei beneficiado, mas o será também o próximo prefeito e por consequência a nossa cidade e toda a nossa região que hoje é muito ligada a Presidente Prudente.” (*O prefeito pede em comício que o povo vote nos candidatos da terra*. OI. 28/10/78, p3)

Pelo que se apreende no discurso de Paulo Constantino e do Quadro 13, é incontestável o poder exercido pelos políticos de Presidente Prudente na região. Com exceção da eleição de 1970 - marco da derrocada política de Sandoval Netto e Domingos Leonardo Cerávolo - que elegeu Manuel Severo Lins, ex-prefeito de Rancharia e Jorge Maluly Netto, médico e agricultor na Região Noroeste, como deputados estaduais, nas demais eleições a maioria dos deputados eleitos foram de Presidente Prudente. Em 1978, de Presidente Venceslau foi eleito o Padre Francisco Leão; antes, também de Venceslau, nas eleições de 1970, ficaria na suplência Wilson Rondó. Nas eleições de 2006, Reinaldo Alguz, de Dracena, município da Nova Alta Paulista, foi eleito deputado estadual.<sup>216</sup>

No discurso, Paulo Constantino ressalta os ganhos individuais que um deputado poderia garantir, é o que parece escapar de sua afirmação: “*No restante de minha administração serei beneficiado*”. No contexto em que se insere a frase, ele se referia ao benefício que teria como prefeito apoiado por um deputado, o que lhe garantiria maior poder de reivindicação de recursos e obras junto ao Estado. Mas a idéia de que se beneficiaria como empresário, não pode ser de todo descartada. Em matéria de 1982, o jornal noticia que a empresa de transporte Andorinha S/A, na qual Paulo Constantino e o deputado são os principais acionistas e diretores, conseguiu obter a concessão de mais uma linha por intermédio de Walter Lemes. Na matéria ilustrada por Paulo Constantino abraçando o deputado, se lia:

Esta legenda poderia retratar, efetivamente, o abraço de dois homens públicos, mas sobretudo empresários de renome, depois de uma nova conquista para a sua organização de transportes coletivos inter-estadual, a Empresa de Transporte Andorinha, S/A. Graças aos esforços despendidos pelo deputado Walter Lemes Soares, a organização vem de conseguir novas concessões de linhas, e , em especial uma que ligará diretamente Presidente Prudente à cidade de Santos, sem escalas, cuja viagem inaugural se dará dia 1º de outubro. [...] (*Andorinha: viagem inaugural da linha P. Prudente-Santos*. OI. 26/09/82, p.1)

As eleições de 1982 foram marcadas pela volta da eleição direta a governador, precedendo às eleições diretas a presidente. Naquelas eleições, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB , elegeu André Franco Montoro a governador do Estado; em Presidente Prudente elegeu Virgílio Tiezzi Junior a prefeito, e novamente

---

<sup>216</sup> É importante lembrar que estamos apresentando como deputados representantes da região, aqueles que assim são considerados pelo discurso do/no jornal O Imparcial.

Mauro Bragato, que se reelegeria desde 1978, por mais quatro eleições consecutivas. Além desse último, também foi reeleito Walter Lemes Soares. Antonio Zacharias, apesar da forte propaganda e do aparente apoio do jornal, não se reelegeu.

Nos discursos políticos de 1982, a região que os candidatos enunciam não se restringe à Alta Sorocabana; já se discursa pelos interesses da 10ª Região Administrativa, conforme a matéria do jornal que relata um discurso de Antonio Zacharias em favor da região.

Em discurso proferido na Câmara dos Deputados, o deputado federal Antonio Zacharias fez um apelo às autoridades da área econômica, no sentido de que examinem com atenção e com a maior boa vontade possível, a pretensão dos agricultores paulistas que estão empenhados na cultura da borracha e exercendo sua importante atividade na **10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo**, e procuram obter, junto as autoridades competentes, a implantação, ali do Probor III, segundo o modelo em funcionamento da região da Alta Mogiana. O pronunciamento de Zacharias foi feito após uma reunião com vereadores e lavradores de Álvares Machado[...] (*Zacharias pede em Brasília a inclusão da região no Probor*. OI. 18/09/82, p.4)

No jornal, eram comuns matérias comentando as atuações dos deputados federais e estaduais em favor da região, como o exemplo do discurso de Antonio Zacharias, citado acima, ou ainda das obras conquistadas por Walter Lemes, em 1982. A notícia sobre a liberação de recursos pelo governo do Estado para a conclusão da rodovia entre os municípios de Martinópolis e Rancharia, que segundo o deputado era uma reivindicação antiga, desde quando ele estava na presidência da UMAS<sup>217</sup>, é um exemplo, assim como a notícia da assinatura de convênio para construção de casas populares em municípios da região.

O deputado e ex-prefeito prudentino, Dr. Walter Lemes Soares foi portador, neste fim de semana, de mensagem do Governador José Maria Marin, destacando a assinatura de contratos entre a Caixa Econômica do Estado de São Paulo S/A e as Prefeituras Municipais de Caiabu, Panorama, Paraguaçu Paulista, Rancharia e Teodoro Sampaio, para a construção dentro do programa “Nosso Teto, de precisamente 393 casas populares. “Os recursos para a nossa região - afirmou o deputado Walter Soares – somam exatamente Cr\$231.911.949, 00, e vem beneficiar perto de 1.600 pessoas, o que demonstra, uma vez mais a ação do Governo, visando a favorecer as famílias que ainda não tem casa própria...”[...] (*Deputado anuncia casas populares para a região*. OI. 05/09/82, p15)

É necessário ressaltar que a “renovação” política da década de 1970, com o afastamento de Sandoval Netto e Domingos Leonardo Cerávolo não mudou de todo a relação do eleitorado com os eleitos. O modo personalista e assistencialista de fazer

---

<sup>217</sup> DEPUTADO Walter Lemes e a Rodovia Martinópolis-Rancharia. OI. 25/08/82, p.6.



política ainda é conservado. Em geral, os políticos eram procurados diretamente pela população para que resolvessem problemas pessoais ou familiares. A atitude benemerita e assistencialista permaneceu sendo a base entre o e eleitorado e alguns candidatos:

Como é de costume, o deputado Antonio Zacharias atendeu ontem a mais de 200 pessoas em seu escritório, procurando solucionar diversos problemas de ordem particular (bolsas de estudos, transferências, remoções etc.), além de necessidades de municípios da região, através de seus prefeitos e vereadores.[...]

Esse volume de pessoas que procura o deputado Antônio Zacharias demonstra confiança no trabalho desenvolvido pelo parlamentar prudentino em favor da população regional, além da facilidade que ele possui de transitar junto aos órgãos públicos, com prestígio para conseguir atenção para seus pedidos. (*Grande número de pessoas busca a ajuda do deputado Zacharias*. OI. 17/08/82, p.3)

Apesar do atendimento direto à população, das homenagens<sup>218</sup> que lhe rendiam na cidade de Presidente Prudente, da evidência na mídia<sup>219</sup>, e dos inúmeros apoios de vereadores e prefeitos de diversos municípios<sup>220</sup>, Antônio Zacharias não foi reeleito em 1982. Da região foram reeleitos a deputado estadual somente Mauro Bragato do PMDB, e Walter Lemes Soares agora sob a sigla do PDS<sup>221</sup>, e Jorge Maluly Neto, reeleito deputado federal também pelo PDS. Paulo Constantino, então prefeito afastado, apoiava as candidaturas de Reynaldo de Barros ao governo do Estado e de Walter Lemes.<sup>222</sup>

Com a eleição do governo do PMDB, Mauro Bragato, também reeleito, se fortalece como liderança, articulando reuniões entre os diretórios do partido na região, inclusive da Alta Paulista. Também pelo partido se elege prefeito de Presidente Prudente o engenheiro Vírgilio Tiezzi Júnior. O PMDB representava oposição ao partido “antidemocrático” do PDS:

Sob a liderança do deputado Mauro Bragato, os presidente do diretório do PMDB de 24 municípios na região, estiveram reunidos ontem em Presidente Prudente para discutir sua participação no Governo Franco Montoro.[...]

Antes que o deputado Mauro Bragato encerrasse a discussão que se formou, Paulo Augusto Isaac, do diretório municipal de Pres.Prudente propôs que o novo Governo deve tirar dos cargos políticos todos aqueles que trabalharam para manter a estrutura do PDS: “temos que visualizar que no nosso principal inimigo é a ditadura militar e a sua sustentação que é o PDS, varrendo essa gente para fora, e lá colocando gente do

<sup>218</sup> Antonio Zacharias foi paraninfo da turma de Administração de Empresas.OI. 22/08/82, p10

<sup>219</sup> Revista “Manchete” destaca Deputado Zacharias. OI. 15/08/82, p5.

<sup>220</sup> Mais de 30 candidatos a vereador apóiam a reeleição de Zacharias.OI. 21/08/82, p5, Líderes políticos regionais apóiam o deputado Zacharias. OI. 03/09/92, p.7) etc.

<sup>221</sup> Na década de 1980, com o início da democratização política, que possibilitou as eleições diretas para governador em 1982, a organização bipartite deu abertura para a formação de outros partidos. Assim a Aliança Renovadora Nacional - ARENA- se tornou o Partido Democrático Social- PDS e o Movimento Democrático Brasileiro -MDB- se tornou Partido do Movimento Democrático Brasileiro.- PMDB.

<sup>222</sup> Contantino “Lutarei pelo PDS em toda nossa região”. 29/09/82, p1.

PMDB”. (*Diretórios do PMDB na região reuniram-se ontem em Prudente*. OI. 19/12/82, p.3)

O início da década de 1980 foi marcado pela emergência de movimentos de luta pela terra no extremo oeste do Estado, que atingiu também a Alta Sorocabana: “Eram realizados por posseiros, atingidos por barragens, ex-arrendatários, bóias-frias, desempregados rurais e urbanos, etc.”(FERNANDES, 1996, p.95). Esses movimentos contavam com o apoio da Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base e da Comissão da Pastoral da Terra, partidos políticos, como PMDB e o PT , e de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, da Central Única dos Trabalhadores – CUT, entre outros sindicatos.

Nesse contexto, a vitória do PMDB ao governo do Estado favorecia a ação desses movimentos. O diretório do PMDB e de Mauro Bragato<sup>223</sup> apoiaram a organização das primeiras ocupações de terra, como forma de luta, já que as negociações não avançavam: “Outro apoio que os trabalhadores receberam foi de políticos do PMDB. Estes tiveram um papel fundamental na organização do movimento. Deputados desse partido foram importantes na montagem da história, sendo uns dos fomentadores das primeiras ocupações de terra, embora guardassem interesses eleitorais”. (FERNANDES, 1996, p.111).

Entre as ocupações de terra a que se refere Fernandes (1996) estão aquelas que foram realizadas no Pontal do Paranapanema nas fazendas Tucano e Rosanela: “[...] No dia 15 de novembro de 1983 aconteceu uma grande ocupação (aproximadamente trezentas e cinquenta famílias) nas fazendas Tucano e Rosanela, de *propriedade* da construtora Camargo Corrêa e da empresa Vicar S/A Comercial Pastoril.[...]”(p.109). A legitimidade da propriedade era questionada e julgada nas instâncias jurídicas de Teodoro Sampaio e de São Paulo. Os ocupantes eram constituídos por trabalhadores desempregados

---

<sup>223</sup> “Uma comissão de posseiros da região do Pontal do Paranapanema, acompanhada do deputado estadual Mauro Bragato, do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teodoro Sampaio, José Ferreira Cruz, do advogado Emídio Severino Silva, do presidente do diretório do PMDB de Teodoro, Gerson Caminhoto e do procurador Zelmo Denari será recebida pelos secretários da Justiça e da Agricultura em São Paulo nesta segunda-feira. A finalidade dos encontros é a de discutirem as possíveis formas de solução para os conflitos de terras que se arrastam há quase dez anos naquela região.[...] O deputado Mauro Bragato, que encaminhou os entendimentos para a realização das audiências e que vem trabalhando em contato direto com os secretários de estado na questão do Pontal, informou que o interesse do governador Montoro não é apenas distribuir títulos, mas sobretudo propiciar condições para que os lavradores possam trabalhar a terra com mais proveito.” (*Comissão de posseiros do Pontal será recebida por secretários*. OI. 27/03/83, p7)

nas obras das hidrelétricas<sup>224</sup>, por bóias-frias da Usina de Álcool Alcídia e por posseiros ilhéus e ribeirinhos atingidos por barragens. (p.109)

Naquele quadro de desemprego provocado pela paralisação das obras das hidrelétricas atrelado a crise progressiva da agricultura na região, conforme capítulos anteriores, começam a aparecer com mais intensidade o discurso em torno da pobreza regional. Mas o Pontal do Paranapanema, onde começavam florescer os movimentos de luta pela terra, não aparece enunciado nas campanhas políticas publicadas no jornal<sup>225</sup>.

A partir de meados da década de 1980, a mundança que se percebe no discurso político dos candidatos a deputados estaduais e federais - como no do jornal (Cf. Quadro 8, capítulo 4) - é o enunciar a 10ª Região Administrativa.

A adoção da 10ª RA, como base política dos candidatos da região, refletia a continuidade das políticas de descentralização administrativa que davam ênfase às Regiões Administrativas. Em 1986, por exemplo, no governo peemedebista de André Franco Montoro (1983-87), foram criados nas Regiões de Governo, que subdividiam as RAs, os Escritórios Regionais de Governo os “ERG’s” (Negri, 1988). Nesse processo, enfraqueciam-se as associações municipais da Alta Sorocabana e da Nova Alta Paulista: a UMAS, que desapareceria na década de 1990, e a AMNAP<sup>226</sup>.

Assim, apresentar-se como candidatos pela *região política*, a 10ª RA, torna-se estrategicamente mais eficaz porque essa região fundia, ainda que artificialmente as duas regiões de identidade Alta Sorocabana e Nova Alta Paulista.

## **5.2 Da 10ª Região Administrativa à Região de Presidente Prudente: o poder da região do atraso (1986-2006)**

Talvez as imagens que o jornal traz, a partir da segunda metade da década de 1980, dêem conta de exemplificar como a 10ª RA torna-se cada vez mais presente no discurso político, especialmente nas eleições de 1986 (Figura 20).

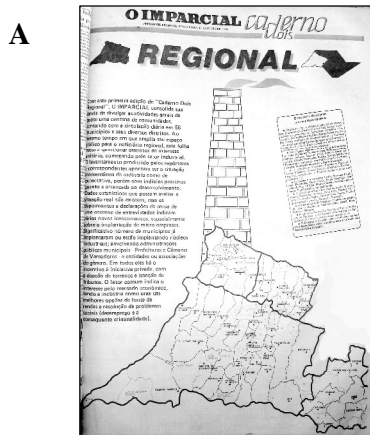
---

<sup>224</sup> *Agravam-se os problemas dos posseiros do Pontal*. OI. 26/02/82, p1 e 5; *Ato público contra o desemprego no Pontal*. OI. 13/05/83, p.3; *Dispensa de operários no Pontal gera inúmeros problemas*. OI. 25/05/83, p9; *A Associação Comercial de Primavera mostra o quadro de desespero no Pontal*. OI. 30/06/83, p.7; *Cheias e desemprego levam Teodoro Sampaio a uma situação “alarmante”*. OI. 07/06/83 etc.

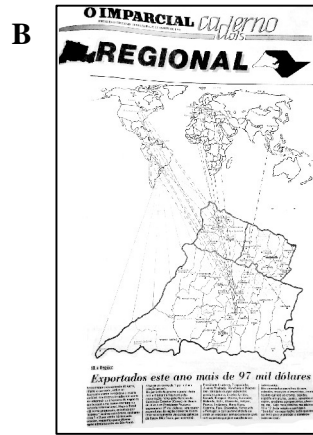
<sup>225</sup> Mauro Bragato, político envolvido com os movimentos atuantes no Pontal, ainda tinha pouca visibilidade no jornal. Na primeira candidatura, em 1978, não encontramos propaganda de sua candidatura; ele só parece no jornal quando se noticia a “surpresa” de sua eleição.

<sup>226</sup> Segundo Gil (2007<sup>a</sup>) essa política de criação das Regiões de Governo “foi a forma encontrada para operacionalizar a descentralização político-administrativa, tornando-se assim mais próximo da municipalidade. Nessa fase, a Amnap desorientou-se em seu modo original de condução. Inevitavelmente refluíu, ficando desativada por seis anos.”(p.6)

Figura 19 – O mapa da região, nas páginas e anúncios do jornal – 1986/98



(11/07/86, Caderno, p.13)



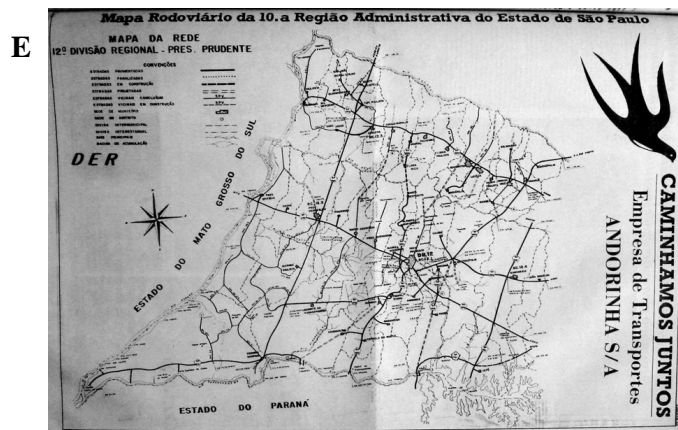
(22/08/86, Caderno 2, p.1)



(20/03/94, p.24)



(01/10/98, p.6)



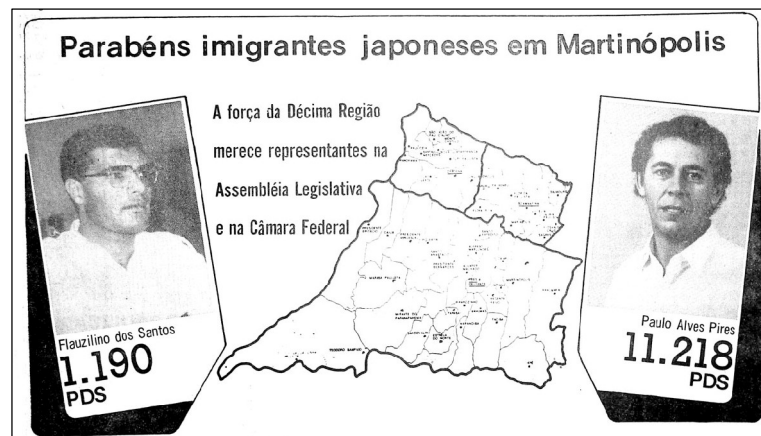
(25/07/86, p.13)

Fonte: Jornal O Imparcial (Presidente Prudente-SP)

Figura 20 – O mapa da “10ª Região” nas campanhas dos deputados -1986



(24/10/86, p.16)



(22/08/86, p.18)



(10/08/86, p.24)

Na verdade, elas (Figura 19) revelam que a “expansão” da região parece não ter se tornado apenas estratégia de ampliação da representatividade dos políticos “da região”, o jornal, antes que esses, assume a 10ª RA como recorte regional importante. Isso é o que se nota na representação cartográfica de sua área de cobertura e circulação. Embora os mapas de circulação do jornal aparecessem acrescidos de municípios da região de Assis, os contornos da 10ªRA são percebidos claramente. (C.f. Figura 19, recortes A e C),

A Figura 19 reúne dois anúncios de publicidade (C e D) do próprio jornal, que mapeiam sua área de circulação. O anúncio C, de 1994, tem os limites exatos da 10ª RA, mas acrescido da microrregião de Assis; nele se lê que o jornal circula em “mais de 60 cidades da região e micro-região vizinha alcançando um mercado consumidor superior a 1 milhão de pessoas”. Já no anúncio D, de 1998, o mapa apresenta uma região vazada, sem os limites municipais e sem separação entre a 10ª RA e a 11ªRA, que aparece parcialmente, mas ele é preciso ao pontuar as cidades nas quais afirmava circular. De qualquer modo, nos dois anúncios na representação cartográfica a região se amplia; numa leitura menos atenta, como costuma ser a leitura de publicidades, tem-se a impressão de que o jornal circula em toda aquela extensão do Estado, e que aquela é a representação da 10ªRA.

É interessante lembrar que atualmente o jornal não circula em todas as cidades da região<sup>227</sup>. Entendemos que esses mapas, por mais que pareçam desprezíveis, ao circularem diariamente, contribuem para formar uma “imagem” cartográfica da região. Na verdade, mapas como o C, de 1994, e o D, de 1998, não retratam exatamente a região político-administrativa, mas, por fim, fundem as regiões historicamente constituídas, Alta Sorocabana e Nova Alta Paulista, contribuindo de maneira significativa para introduzir essa nova concepção de região, para além daquela região do vivido. Fora dos bancos escolares (que muitas vezes se utilizam desses mesmos mapas) e das áreas técnicas (departamentos ou escritórios de estradas de rodagens, ou de planejamento econômico, por exemplo) que utilizam mapas oficiais como instrumento de trabalho, sem dúvida para o leitor comum o jornal, bem como os catálogos telefônicos, entre outros espaços de publicidade, são veículos que popularizam a cartografia que se produz, mas é importante estar atento para a intencionalidade e significados dessas representações cartográficas.

No caso, o significado ou intencionalidade de sua cartografia, talvez esteja na ampliação da sua área de influência; supomos que seja a de provocar uma identificação de leitores da Nova Alta Paulista, por exemplo, com o jornal que assumiria a condição de porta-voz dos interesses de “uma região”, a 10ª Região Administrativa de Presidente

---

<sup>227</sup> Cf. nota 20 do capítulo 1.

Prudente. Isso parece ficar mais explícito porque na mesma figura 19, no recorte A - capa do “Caderno 2 Regional”, o jornal esclarece que o mapa representava a sua área de cobertura composta por 56 municípios<sup>228</sup>; o recorte “A” retrata a página inteira da primeira edição do “Caderno Dois Regional”, que tinha como finalidade a discussão de assuntos de “interesses regionais”, como se pode observar na arte gráfica, a chaminé saindo detrás do mapa. Aquela edição tratava das atividades industriais da região. O recorte B<sup>229</sup> é outra edição do mesmo caderno, mas o mapa que a ilustra, traz a 10ªRA, com a precisão dos municípios que a compunham.

Em geral, os mapas da região que eventualmente ilustravam as publicidades veiculadas no jornal, os logotipos de cadernos, ou ainda alguma reportagem, até então, segunda metade da década de 1980, eram os da Alta Sorocabana. Naquele mesmo semestre a Empresa de Transporte Andorinha S/A ilustrava uma publicidade, de página inteira, com o mapa rodoviário completo da 10ªRA (Figura 19, anúncio E). Todos esses indícios somados aos discursos do/no jornal que vimos descrevendo, bem como aos discursos de campanhas políticas, levam-nos a afirmar que aos poucos a representação social da região, inclusive graficamente, vai se ampliando.

Talvez até por influência do jornal, o poder do mapa na representação da região parece ter sido descoberto como um eficiente recurso usado por alguns candidatos a deputado nas eleições de 1986, conforme se observa na Figura 20, fato que não observamos nas eleições anteriores. O mapa por si só reúne os municípios percorridos pelos candidatos nas campanhas, mas mais que isso, trata como espaço único as regiões da Nova Alta Sorocabana e Alta Paulista.

Os candidatos a deputados, nessas eleições não se definiam mais como candidatos da Alta Sorocabana que atendiam também aos interesses da Nova Alta Paulista, mas como representantes da 10ª RA, embora alguns, como o ex-deputado federal Antonio Zacharias, permanecessem atrelando a sua imagem à Alta Sorocabana<sup>230</sup>. O “discurso cartográfico” adotado corroborava com o discurso político, popularizando o recorte regional instituído, e simplificava as estratégias de campanha por abarcar os municípios

---

<sup>228</sup> “Com esta primeira edição do “Caderno Dois Regional”, O IMPARCIAL consolida sua tarefa de divulgar as atividades gerais de quase uma centena de comunidades, contando com a circulação diária em 56 municípios e seus diversos distritos. Ao mesmo tempo que amplia seu espaço gráfico para o noticiário regional, esta folha passa a questionar assuntos de interesse unitário, começando pelo setor industrial. [...]” (OI. 11/07/86, Caderno Dois Regional, p. 3)

<sup>229</sup> *10ª Região: Exportados este ano mais de 97 mil dólares.* OI. 22/08/86. Caderno Dois Regional, p.13.

<sup>230</sup> Em uma propaganda de sua candidatura a deputado federal pelo PDS aparecia junto a Inocência Erbella, candidato a deputado estadual pelo PFL, sob o slogan “*Unidos pelo progresso da Alta Sorocabana*” (OI. 25/10/86, p.3.) Erbella parecia não se definir, porque, como se pode ver na figura 20, aparece também como candidato que lutava para integrar o “Oeste Paulista”.

com os quais os candidatos estabeleciam ligações. Mas o candidato a deputado federal Agripino Lima (PFL) parece ter percebido que atrelar a sua imagem à região atrapalharia a campanha em outras regiões, assim associa a sua candidatura à uma área mais ampla: o “Oeste Paulista”. Tadashi Kuriki (PDS), no entanto, parece não se dar conta da contradição pois aparece ao lado do mapa da 10ª RA, mas também se anuncia como “Deputado do Oeste Paulista”; contudo, não sabemos, se em jornais de outras praças ou panfletos de campanha usados em outras regiões, ele tenha suprimido ou mudado o referido mapa. Nunca é demais lembrar que a identificação com o “Oeste Paulista” não é recurso exclusivo dos candidatos, mas também de entidades e organizações como o Programa de Parceria e Arrendamento do Oeste Paulista, a Universidade do Oeste Paulista, ou ainda o jornal concorrente de O Imparcial, o Oeste Notícias<sup>231</sup>, embora esses dois últimos exemplos sejam empreendimentos de dois políticos.

As eleições de 1986 foram especiais porque os deputados federais e senadores eleitos formaram a Assembléia Nacional Constituinte, que durante 1987 e 1988 trabalharam na formulação da nova Constituição brasileira, promulgada em 15 de outubro de 1988.

A partir daí, suscitava-se o debate de questões importantes para o país, algumas delas que interessavam à região por se destacarem no cenário regional, como por exemplo, os conflitos fundiários. Eles colocavam em evidência e em caráter de urgência a discussão dos princípios que deveriam fundamentar uma política de reforma agrária, que fosse capaz de resolver a questão fundiária na região. No entanto, o registro sobre esse debate é bastante restrito no jornal; um deles é um informe de campanha assinado por Agripino Lima, então candidato à constituinte como deputado federal. Nesse manifesto, Agripino se posicionava a favor da reforma agrária, mas tendo como precedente a defesa dos interesses dos proprietários de terras produtivas<sup>232</sup>, que para não deixar dúvida, quanto à interpretação, transcrevemos trechos:

---

<sup>231</sup> O jornal Oeste Notícias foi criado em 1994, no mesmo período em que o Grupo Paulo Lima instala a TV Fronteira Paulista, afiliada da Rede Globo. Segundo Gonzáles & Medeiros (2005), foi na década de 1990 “[...] que chegou em Presidente Prudente uma afiliada da Rede Manchete, a TV Pontal Paulista, pertencente ao grupo Paulo Lima, sendo a segunda emissora de TV a se instalar na cidade. Infelizmente, a TV Manchete, enfrentando sérias dificuldades em todo o Brasil teve de fechar suas portas, o que não foi diferente em Presidente Prudente. Diante da concessão que recebera, o deputado Federal Paulo Lima logo conseguiu outra rede, que se instalou no mesmo local que a anterior em junho de 1994, a TV Fronteira Paulista, afiliada da Rede Globo e primeira emissora totalmente digital do país. [...] Nesse mesmo ano, também chegou o jornal “Oeste Notícias”, do mesmo grupo, e que viria a ser, desde seu nascimento, o maior concorrente da história d’ “O Imparcial”. (p.12 e 13)

<sup>232</sup> O conceito ou os critérios para se definir o que são terras produtivas, é amplo e diverso, mas no que se refere à região, a questão da produtividade é secundária, porque antes de mais nada, os problemas fundiários decorrem do fato de que quase 1.000.000 hectares, do total das terras da região, foram ocupados



[...]Eu sou a favor da Reforma Agrária, e se eleito lutarei para que ela seja realizada. No entanto, acho que, se não forem preenchidas as condições que vou expor abaixo é melhor deixar as coisas como estão. Em primeiro lugar devemos nos perguntar: qual a finalidade da Reforma Agrária?

Só pode ser: levar o bem-estar ao homem do campo e assegurar a produção de alimentos e de outros produtos para a indústria, acompanhada de grandes excedentes para a exportação.

Então é evidente que em hipótese alguma deverão ser expropriadas terras produtivas, qualquer que seja sem tamanho. Devemos lutar para que, com tecnologia adequada, aumente a produção permitindo que os empregados ganhem mais e tenham melhores condições de vida.

Outra coisa importante é se conscientizar que apenas entregar terras a indivíduos de baixo nível cultural e despreparados tecnicamente leva somente a que eles se dediquem à produção para a sua sobrevivência. Por isso é necessário um grande esforço para levar a educação ao rúrcula. [...] (*Jornal da Constituinte. A respeito da reforma Agrária*. OI. 11/10/86, p.9)

No quadro 13, é possível observar que naquelas eleições houve um número significativo de candidatos, mas daqueles todos, foram eleitos Agripino de Oliveira Lima a deputado federal (PFL), o também prudentino Tadashi Kuriki (PTB), e Mauro Bragato (PMDB), para o seu terceiro mandato. Para governador concorreram naquelas eleições o empresário Antonio Ermírio de Moraes (PTB), apoiado por Agripino, Paulo Maluf (PDS), e Orestes Quércia, que foi eleito dando continuidade ao governo do PMDB.

Apesar de durante a campanha a deputado federal Agripino Lima afirmar que não deixaria seu mandato de deputado da Constituinte para concorrer a prefeito de Presidente Prudente, esse era seu “maior sonho” político<sup>233</sup>; em 1988, foi eleito vice-prefeito de Paulo Constantino, pela coligação “União Popular” (PSD-PTB-PFL-PDS-PL). Apesar do governo estadual estar ainda nas mãos do PMDB, derrotaram com tranquilidade o candidato Ênio Perrone.

Por sua vez, Mauro Bragato, no decorrer daqueles três mandatos - e dos três que ainda viriam - favorecido pela liderança do seu partido no Estado, e por sua boa relação com os governadores do PMDB, e depois do PSDB, foi fortalecendo sua imagem de deputado ligado à defesa dos interesses regionais. Ao longo de todo o levantamento no jornal, nos semestres das eleições, havia informes publicitários, quase diários, sobre suas

---

irregularmente, dos quais 444.000 hectares foram terras declaradas devolutas pelo Instituto de Terras de São Paulo (ITESP). (LIMA, 2006)

<sup>233</sup> “O deputado Constituinte, Agripino de Oliveira Lima, apesar de afirmar que seu maior sonho é ser um dia prefeito de Presidente Prudente, disse que não pensa em deixar o seu mandato de constituinte, após dois anos de exercê-lo, para candidatar-se a prefeito” (Agripino *já estuda possibilidade de deixar o PFL e voltar ao PTB*. OI. 24/12/86, Caderno 3, p1.)

obras e ações em benefício de municípios da região<sup>234</sup>. Em 1990, seu espaço publicitário no jornal é denominado “Trabalho Popular”; naquele ano, e nos subsequentes foi homenageado com o título de “Cidadão” em várias municipalidades (Presidente Prudente<sup>235</sup>, Dracena<sup>236</sup>, Piquerobi<sup>237</sup>, Rosana<sup>238</sup>, Santo Anastácio, Teodoro Sampaio, Adamantina<sup>239</sup> etc.), pelos seus “préstimos” às cidades e região.

As eleições de 1990 marcariam de vez a liderança desses dois políticos adversários. Mauro Bragato, mais uma vez é eleito, enquanto Agripino de Oliveira Lima, como vice-prefeito, trabalhou para eleger seu filho Paulo Lima como deputado federal.

Já naquele ano, a instituição de ensino superior fundada por Agripino Lima, havia sido reconhecida como universidade, a Universidade do Oeste Paulista -UNOESTE-, em 1987<sup>240</sup>; desse modo, em 1990, em função dos cursos da área médica já estava em andamento o projeto de construção do Hospital Universitário Dr. Domingos Leonardo Cerávolo, mantido também pela APEC. É justamente o projeto do Hospital Universitário, na época ainda chamado de Hospital Escola (HE), que ilustra a propaganda política de Paulo Lima, candidato a deputado federal pelo PFL.(Figura 21)

Na figura 21, Agripino Lima apresenta seu filho como candidato e diz que deixaria a vida “política partidária” para se dedicar às obras do hospital:

[...]Estou deixando a vida política partidária para dedicar-me exclusivamente, prioritária e plenamente na construção do HOSPITAL ESCOLA DR. DOMINGOS LEONARDO CERÁVOLO, hospital que será o orgulho de PRES. PRUDENTE e REGIÃO. Sei que será um longo caminho mas não sou daqueles que tem medo de ter certezas. Não apenas por AFETIVIDADE, mas por confiar na sua inteligência, coragem e destemor é que apresento meu filho PAULO LIMA como candidato a Deputado Federal. Espero que vocês todos dêem a ele o seu voto, e o voto significa CONFIANÇA e ESPERANÇA. (OI. 02/10/90, p.27)

---

<sup>234</sup> Informes publicitários: *Bragato anuncia mais uma vicinal*. OI. 23/09/86, p.3, *Com Bragato moradores além-linha conseguem melhorias na Mendes de Moraes*. OI. 24/09/86, p.8; *Bragato propõe a transformação de Eptácio em Estância Turística*. OI. 19/10/86, p. 31; *Mauro Bragato conquista para a região novas melhorias no setor educacional*. OI. 21/08/90, p.24 etc.

<sup>235</sup> Na ocasião, o jornal publicou um suplemento especial (Caderno 3) em homenagem a Mauro Bragato: *Mauro Bragato é Cidadão Prudentino. Reconhecimento ao deputado que trabalha*. OI. 04/08/90. Caderno 3 (Suplemento Especial)

<sup>236</sup> *Mauro Bragato é Cidadão de Dracena*. OI. 25/08/90, p.24.

<sup>237</sup> OI. 14/04/94, Regional, p.10.

<sup>238</sup> OI. 07/08/94, Regional, p.8 e 9.

<sup>239</sup> FERREIRA, Homero. *Deputado Bragato recebe o 34º título de cidadania*. OI. 10/06/94. Regional, p.9.

<sup>240</sup> É a maior instituição de ensino superior privada da 10ª Região Administrativa, conta com mais de 40 cursos de graduação, e com diversos cursos de pós-graduação. A UNOESTE foi reconhecida pela Portaria Ministerial nº 83, de 12 de fevereiro de 1987, e assim como o Hospital Universitário Dr. Domingos Leonardo Cerávolo é mantida pela Associação Prudentina de Educação e Cultura -APEC – que no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde consta como entidade filantrópica. (Informações disponíveis em: <[http://cnes.datasus.gov.br/Listar\\_Mantidas.asp?VCnpj=44860740000173](http://cnes.datasus.gov.br/Listar_Mantidas.asp?VCnpj=44860740000173)>)

Concorreram com Paulo Lima, o ex-prefeito Virgílio Tiezzi Júnior (PMDB), José Caetano da Silva (PT) e o deputado estadual Tadashi Kuriki (PRP), que daquela vez concorreu à Câmara Federal. Para a Assembléia Legislativa, além de Mauro Bragato, concorreram Hélio Cortez (PFL), Roberto Bergamo (PDS), Adilson Gil (PSDB), entre muitos outros.

Figura 21- Propaganda política – eleições parlamentares de 1990

**MENSAGEM**

**AMIGOS:** se alguma coisa lhes posso desejar de bom, certamente é que DEUS lhes traga toda paz. A paz que só Ele sabe dar. E só Ele pode dar. Estou deixando a vida-política partidária para dedicar-me exclusiva, prioritária e plenamente na construção do HOSPITAL ESCOLA DR. DOMINGOS LEONARDO CERÁVOLO, hospital que será o orgulho de PRES. PRUDENTE e REGIÃO. Sei que será um longo caminho mas não sou daqueles que tem medo de ter certezas. Não apenas por AFETIVIDADE, mas por confiar na sua inteligência, coragem e destemor é que apresento meu filho PAULO LIMA como candidato a Deputado Federal. Espero que vocês todos deem a ele o seu voto, e voto significa CONFIANÇA e ESPERANÇA.

AGRIPINO LIMA

O HOSPITAL ESCOLA contém 6 prédios, que foram denominados por blocos de I a VI.

BLOCO I - Será o bloco que irá abrigar a parte administrativa do hospital. Ele contará também com anti-teatros e salas de aula para o curso de medicina. Ele irá conter 3 pavimentos, totalizando 3.797,26 m<sup>2</sup> de área construída.

BLOCO II - São 4 pavimentos que irão conter apartamentos particulares, enfermaria de clínicas cirúrgicas e ortopédicas, setor de pediatria e de lactário, uma ala para queimados e uma ala de necrotério.

BLOCO III - Neste prédio teremos mais um pavimento com apartamentos particulares que podem ser reversíveis para enfermarias de 4 leitos, um outro pavimento com berçário, pré-parto e obstetrícia, um pavimento de clínica ginecológica e de oncologia, um pavimento de clínica médica e uma ala para vestiário de funcionários do hospital.

BLOCO IV - Este bloco é o prédio mais importante do hospital, pois é nele que se encontra o Centro Cirúrgico, UTI, Pronto Socorro, Laboratórios, Raio X, Banco de Sangue, Central de Esterilização, Hemodialisas, Almoarifado, pavilhão mecânico, e outros. Cada pavimento mede 3.348,75 m<sup>2</sup> e será servido por elevadores, monte-carga, escadas e rampa.

BLOCO V - Contém a lavanderia, cozinha e pavimentos de enfermarias.

BLOCO VI - Contém pavimentos de enfermarias e áreas reservadas para outros fins.

O total de área construída será de 61.646,16 m<sup>2</sup> e oferecerá a Presidente Prudente 1.100 leitos.

**PAULO LIMA** **DEPUTADO FEDERAL**  
**Nº 2506**

Fonte: O Imparcial. 02/10/90, p. 27.

Naquelas eleições, assim como em outras futuras, o jornal e a Radio Presidente Prudente promoveram um grande debate com os diversos candidatos a deputados pela “10ª Região Administrativa”. Mas é interessante notar que, contraditoriamente, apesar do título do debate se referir aos candidatos da 10ª RA, nos anúncios do debate, feito pelo jornal, menciona-se em separado os candidatos da Alta Sorocabana e os da Nova Alta Paulista. Além disso, o jornal, contrariando a propaganda e slogan de campanha dos deputados eleitos em 1986, Kuriki e Agripino Lima, “deputados do Oeste Paulista”, e que portanto deveria incluir a Nova Alta Paulista, informa que essa região estava sem representação parlamentar, por não ter nenhum deputado que a representasse:

O debate entre os candidatos da 10ª Região Administrativa do Estado está sendo aguardado com grande expectativa na região da Nova Alta

Paulista, quando quatro postulantes concorrem à Assembléia Legislativa, concorrem nas eleições de 3 de outubro.[...]

A realização do debate, numa iniciativa deste diário e Rádio Presidente Prudente com o apoio de várias emissoras da Alta Sorocabana e Nova Alta Paulista, surge como o primeiro passo para o fortalecimento da 10ª Região Administrativa do Estado.[...](COSTA, José. *Debate é aguardado com expectativa na Nova Alta Paulista*. OI. 11/08/90, p3)

Por esse discurso, percebe-se a artificialidade da 10ª Região Administrativa que ainda pouco se fazia reconhecer como região política: o debate seria entre os candidatos da 10ª RA, mas a RA era entendida como a somatória das duas regiões, e não como uma unidade, porque se assim fosse compreendida, não se consideraria que a Nova Alta Paulista estaria sem representação como afirmava o jornal:

Segundo observadores políticos da Nova Alta Paulista, o momento deve ser bem aproveitado, sob pena de mais uma vez, a região não estar representada na Assembléia Legislativa do Estado. Concorrem àquela casa, Zezinho Garcia (PRN) e Mário Alves (PDT) de Dracena, Domingos Telles Sanches (PDT) de Pacaembu e Sergio Gabriel Seixas (PSDB) de Adamantina. (Debate é aguardado com expectativa na Nova Alta Paulista. OI. 11/08/90, p.3)

O objetivo do debate era, segundo o jornal, “colocar em evidência os candidatos com domicílio em nossa região e dar-lhes oportunidade de provar que conhecem nossos problemas e têm suas soluções”<sup>241</sup>. Ainda na opinião do jornal, os 24 candidatos que participaram do debate demonstraram que conheciam os ‘problemas da região’<sup>242</sup>. Entre as questões debatidas estavam: habitação, municipalismo, agricultura, indústria, reforma agrária, meio ambiente<sup>243</sup>, hidrelétricas. A seguir citamos apenas alguns trechos de questões e respostas de alguns candidatos publicados na extensa reportagem sobre o debate:

**JOSÉ COSTA – Qual será o seu posicionamento em relação às nossas associações?**

ADILSON GIL – Sendo eleito nós vamos dar um apoio muito grande às associações, às entidades organizadas, porque é através delas que se faz uma política coerente junto às propostas do povo. Esta é a proposta do PSDB, assim como de Montoro quando governador do Estado que é a participação. (*Debate(I). Diferentes questões marcaram o primeiro bloco*. OI. 14/08/90, p.6)

---

<sup>241</sup> *Candidatos ocupam microfone de nossa região*. OI. 14/08/90, p.1.

<sup>242</sup> *Candidatos revelam conhecer problemas da região*. OI. 14/08/90, p5.

<sup>243</sup> Salta-nos aos olhos, no levantamento, a relevância da temática ambiental regional, tendo em vista as tantas matérias e editoriais que retratam parcela da problemática, como a degradação do solo e a conseqüente destruição dos mananciais da região, entre outras questões. Entretanto, tivemos que abrir mão de apresentar e discutir essa questão também regional, dada a amplitude da pesquisa, já demasiado ampla. No entanto, o material levantado e disponível no anexo II, oferece condições para iniciar uma discussão a respeito do discurso e das representações sociais sobre a problemática ambiental na região.

É interessante notar que o candidato fala em dar apoio às associações, mas não as nomeia, ainda em 1990, se tinha notícia da UMAS, além das que sobrevivem organizadas até hoje, a UNIPONTAL e a AMNAP.

Solicitado a traçar um futuro perfil da economia da região (lembrando, 10ªRA) o candidato Roberto Bergamo de Presidente Epitácio, apresentava o discurso corrente sobre a economia regional:

Basicamente, nossa região é agrícola, é agropastoril, mas infelizmente está carente. A minha proposta é lutar pela agroindustrialização. A gente percebe que todas as cidades têm o mesmo problema e elas carecem, principalmente dos nossos jovens. Quando eles estão na idade de trabalho, nós somos, infelizmente, verdadeiros exportadores de mão de obra. Por isso nós estamos perdendo grande valor e isso também é a preocupação de todas as famílias. Então nosso trabalho será em cima da industrialização. (Idem)

O fortalecimento do desenvolvimento industrial era uma solução consensual para os problemas da economia regional, reproduzindo precariamente o discurso desenvolvimentista nacional que se produzia desde a década de 1950. Os discursos apontavam “o que” seria necessário para resolver a questão do desemprego, por exemplo, mas raramente expunham “como” implantar uma política de industrialização. Na maioria deles, delegava-se ao governo de Estado a tarefa de “atrair” indústrias para a região, desconsiderando os limites legais e mercadológicos que se impunham à atuação do Estado nessa questão. Outras vezes, reproduziam-se políticas locais que em algum lugar do mundo, em condições diferentes, tinham resultado em desenvolvimento industrial, como por exemplo, a política de implantação de distrito industrial que aconteceu em Presidente Prudente, na década de 1980, e em mais de cem municípios paulistas, até o final da década de 1970<sup>244</sup>.

Mas ainda assim...

**[...]Deputado Tadashi Kuriki, dentre os inúmeros problemas que afligem a décima região administrativa qual a sua visão aquele que deve merecer as maiores atenções?**

TADASHI KURIKI – Sem dúvida alguma, os problemas que devem merecer as maiores atenções de todas as autoridades constituídas – começando pelo município, pelo Estado e pelo País - é o problema relacionado ao mercado de trabalho.[...]

São milhares de famílias que procuram os grandes centros a busca de emprego. Passando a habitar, quando não sob as pontes, nas favelas das grandes capitais. A industrialização do interior, uma agricultura forte para evitarmos que o problema migratório continue a ocorrer não apenas na Alta Sorocabana e Nova Alta Paulista, mas a nível de todo o Estado de São Paulo. (Idem)

---

<sup>244</sup> Negri (1988, p.17)

Observe-se que no discurso do deputado com relação ao “maior problema da região”, não há nenhuma referência às soluções; quanto ao êxodo rural amplamente apontado como causa do desemprego urbano regional que ele aponta, o deputado não faz referências aos movimentos sociais que se mobilizavam para impedir a saída dos trabalhadores do campo através da luta pela Reforma Agrária. Talvez por receio de se posicionar claramente em relação aos conflitos fundiários pulsantes na região, se omite de fazer proposições; não faz menção sequer a uma política agrícola ou mesmo industrial. Na verdade, ele é apenas um exemplo do posicionamento da maioria dos políticos.

Naquela reportagem, a imagem de Mauro Bragato como deputado que apoiava os movimentos sociais de luta pela terra, ficou evidenciada na questão formulada pelo jornalista Fichelcino Costa, quando o questiona sobre quais propostas ele defendia para solução dos conflitos fundiários no Pontal.

**FIDELCINO MACENO COSTA – Deputado Mauro Bragato, eleito deputado da terra, sem dúvida baluarte no assentamento de lavradores da região do Pontal do Paranapanema. Como novas invasões do Pontal tem trazido intranqüilidade a população da região e tem desvalorizado as propriedades rurais. Qual a solução que tem a apresentar na sua próxima gestão, se eleito para solucionar de vez o problema da terra no Pontal?**

MAURO BRAGATO-A reforma agrária, 2º o problema do Pontal vai ser resolvido com a regularização fundiária que é o que o governo está tentando fazer já a algum tempo e 3º, esta ocupação de terras, essa dificuldade toda, só terá equacionamento na medida em que houver compreensão por parte do público que está procurando gestionar através da secretaria da justiça e da outra parte dos proprietários que se dizem proprietários proprietários de terras no Pontal do Paranapanema através de um acordo que vem sendo gerenciado desde o governo Franco Montoro. Na realidade, no meu entendimento, a questão fundiária nessa região só será resolvida na medida em que houver entendimento que a Reforma Agrária é fundamental para o desenvolvimento nessa região, uma política agrícola, voltada para o nosso desenvolvimento, para que possa trazer dessa interação política, agrícola e agrária, solução aos nossos problemas de evasão da população e o esvaziamento econômico de nossa região.(Idem)

Mais do que o aparecimento da questão fundiária regional, ressalta ainda mais o silêncio político sobre o assunto. Pouco se lê sobre a opinião dos políticos a respeito da questão fundiária. O jornal se posiciona, assim como os especialistas, conforme vimos no capítulo anterior; o discurso hegemônico sobre essa questão está posto na questão do jornalista ao deputado: as “invasões de terras” causam intranqüilidade e desvalorização das terras na região.

Assim, interpretamos o silêncio reinante entre os políticos como consoantes com esse discurso geral apresentado pelo e no jornal - salvo exceções, como o

posicionamento de Mauro Bragato e de Agripino Lima, que não se furtaram em falar sobre o problema – como revelador de que pactuavam dessa opinião geral. Conforme Guimarães (2003) “mesmo os seres que se calam não são seres mudos”, no “não dito”, nesse caso, reside a reafirmação do já dito tantas vezes no/pelo jornal como a verdade sobre as causas dos problemas regionais.

O detalhamento dos temas discutidos torna-se desnecessário já que se repetiriam nos debates das eleições subseqüentes. Desse modo, consideramos desnecessário seguir na apresentação dos mesmos.

De todos aqueles 24 candidatos à Assembléia Legislativa e Câmara Federal, pela 10ªRA, se tem notícia, pelo jornal, de que foram eleitos apenas Tadashi Kuriki, a deputado federal e Mauro Bragato<sup>245</sup> a deputado estadual. Este último eleito talvez em decorrência da sua popularidade na região, já que era mediador entre municípios e o governo estadual do seu partido. Todas as ações e investimentos do Estado naquele período eram depositados como conquistas do deputado.

Paulo Lima, apesar da sua campanha amparada na figura do pai que foi se tornando carismática e benevolente, segundo o jornal, foi mal votado em Presidente Prudente<sup>246</sup>; ficou na suplência da Câmara Federal, assumindo o cargo de deputado federal em abril de 1992<sup>247</sup>. No debate, Paulo Lima reforça pontos que vinha destacando na propagando política, o de trabalhar ao lado do então deputado estadual, Agripino Lima.

**NEUSA MATTOS – Paulo Lima qual o seu relacionamento com os prefeitos da região. Se algum deles não defender a mesma bandeira política que a sua, estes serão ajudados pelo senhor?**

PAULO LIMA – Eu penso que vou defender o Estado de São Paulo e nossa região. Eu tenho amizade com todos os prefeitos, independente de partido. Eu tenho amizade com todos os prefeitos, independente de partidos. Eu não acredito em partidos, acredito nos homens. Nós sempre desenvolvemos o ideal de trabalho, com dedicação à cidade de Presidente Prudente e região. Nosso trabalho está aí para todo mundo ver, ajudando os segmentos de saúde e da educação. Sempre ajudamos

---

<sup>245</sup> “[...]Com a vitória de Fleury e o decidido apoio conferido pela décima região, o deputado Mauro Bragato sente-se fortalecido na sua atuação política, o que lhe dá condições de buscar um maior número de obras e de benefícios em geral para os 50 municípios. Bragato sempre teve trânsito livre no Palácio dos Bandeirantes, como os governos de Montoro e Quéricia, agora – como se diz na expressão popular – deixa de ter as portas abertas, e passa a tê-las escancaradas.[...]” (Vitória dos que trabalham: Bragato reeleito e Fleury governador. OI. 27/11/90, p.10.)

<sup>246</sup> “O candidato Paulo Lima não foi localizado ontem pela reportagem e segundo seu comando de campanha ele teria trabalhado em 260 municípios para obter votos em 200 deles. Como sua votação foi baixa em Presidente Prudente e não se conhecem resultados em outras cidades parece muito difícil sua eleição”. (A região teria apenas 2 deputados estaduais. OI. 05/10/90, p.1)

<sup>247</sup> “O pró-reitor da Unoeste, Paulo Lima assumirá uma vaga de deputado federal no Congresso Nacional, no lugar de João Mellão Netto que vai assumir o Ministério do Trabalho e Administração.[...]”(Paulo Lima assume vaga de Mellão. OI. 10/04/92, p1)

os mais carentes. Temos conhecimento de causa. Todos os prefeitos devem contar com o meu apoio.

Este é o segundo hospital do Brasil. Na parte da educação, vou defender a criança que hoje está distante da escola e abandonada. De cada de 100 crianças apenas 54 passam para o segundo ano escolar. Vou defender aumento salarial para os professores, no sentido de que os mesmos tenham estímulo. Quero também trabalhar a agricultura.(Idem, p.7)

A postura política de Agripino Lima, parece ter adquirido cores mais fortes na atitude assistencialista e benemérita que as do médico Domingos Leonardo Cerávolo estabeleceu com a população prudentina décadas antes. Como exemplos, o atendimento médico-dentário, prestado pela Faculdade de Odontologia à população carente; a entrega de cestas básicas em uma grande festa do dia das mães que anualmente a APEC promovia e na qual Agripino Lima distribuía pessoalmente as cestas básicas às mães<sup>248</sup>, foram construindo e fortalecendo a relação carismática de Agripino com a população mais carente de recursos.

Em 1992, no ano em que Paulo Lima assume o cargo de deputado federal, Agripino Lima foi eleito prefeito de Presidente Prudente pelo PFL. A filiação e fidelidade partidária para Agripino parecia ser uma formalidade política necessária. Logo que é eleito, o jornal, que durante sua campanha não escondia as críticas que tinha ao candidato<sup>249</sup>, publica na coluna Plantão, que o prefeito eleito afirmara não ter mais partido, “segundo ele, na prefeitura, quem manda é Presidente Prudente e não o PFL.”<sup>250</sup>

A eleição de Agripino Lima, apoiada por empresários da cidade<sup>251</sup>, dava continuidade, à política do “empresário empreendedor”: um bom administrador de seus próprios negócios estaria ‘naturalmente’ apto à boa administração pública; este foi o discurso que respaldou as eleições de Walter Lemes, Paulo Constantino e Agripino Lima. Esses se opunham aos que eles denominavam “políticos profissionais”. Referiam-se especialmente a Mauro Bragato, que praticamente tem sua carreira estritamente ligada à

---

<sup>248</sup> Em uma propaganda de sua campanha a deputado federal, Paulo Lima aparecia numa foto abraçando e entregando um presente a uma “mãe” e em outra foto cumprimentando um grupo de mulheres, e no texto do anúncio se lia: “Chega de papo furado: Quem Trabalha mostra!!! Anualmente, no mês de maio, mais de 10.000 mães carentes participam da tradicional “Festa das Mães” oferecida pela família do deputado Agripino Lima. Além de presentes, as mães ainda recebem uma cesta básica e participam de um grande show. Isto é verdade, isto é trabalho!” (OI. 08/08/90, p.8). Em 1992, em um informe publicitário de página inteira, Agripino publica a 18ª festa do dia das mães. (*Fundação Agripino Lima faz memorável festa para 15.000 mães de Presidente Prudente*. OI. 10/05/92, p.9)

<sup>249</sup> Na coluna Plantão o jornal critica Agripino Lima por não participar do debate promovido pela Rádio Presidente Prudente e pelo próprio jornal. (*Agripino Perde*. OI.31/07/92, p3 )

<sup>250</sup> *Agripino sem partido*. OI. 01/11/92, p3. (Coluna Plantão)

<sup>251</sup> Na convenção do PFL, que o escolheria a candidato, Agripino defendia o desenvolvimento de Presidente Prudente “sem cabides de emprego”, e afirmava que desenvolveria uma política de construção de casas populares, o que de fato o fez durante as suas gestões, e citava um dos importantes empresários da cidade, Laudério Botigelli, para presidir a Companhia Prudentina de Desenvolvimento, a Prudenco. (*Sandoval Neto: “o Futuro de Prudente estará em boas mão”*. OI. 23/06/92, p7)



vida política, característica que estendiam também ao engenheiro Virgílio Tiezzi Junior, prefeito de Presidente Prudente na gestão de 1983-1988.

Tadashi Kuriki, deputado federal, havia cogitado a idéia de se lançar candidato a prefeito. Seu nome chega a sair no jornal como candidato virtual, mas em função dos inúmeros apelos de prefeitos e vereadores de muitos municípios da região, publicados no jornal<sup>252</sup>, para que continuasse como deputado federal, representante da região, desiste da candidatura.

Em 1992, além do pleito municipal que agitou a vida política local, mobilizando inclusive os “velhos políticos”<sup>253</sup>, o jornal tinha suas páginas ilustradas pelos informes publicitários dos três deputados da região: Mauro Bragato, Tadashi Kuriki e Paulo Lima. Todas as “conquistas”<sup>254</sup> desses políticos para a região eram registradas nesses espaços. Naquele ano, Paulo Lima ainda publicava seus feitos n’O Imparcial já que o jornal do Grupo Paulo Lima, “Oeste Notícias”, ainda não havia sido criado.

Agripino Lima na prefeitura de Presidente Prudente, e Paulo Lima como deputado federal, daí para frente o poder dos Lima só cresceria. Nas eleições de 1994, Paulo Lima se reelege à Câmara Federal e Mauro Bragato dá continuidade à sua carreira de deputado no seu quarto mandato, apesar de Mário Covas ter sido eleito governador pelo PSDB. Naquelas eleições, Bragato ainda estava no PMDB e desse modo apoiou a candidatura de Barros Munhoz ao governo, que não passou para o segundo turno. Na segunda etapa, concorre com o candidato do PSDB, Mário Covas, Francisco Rossi, do PDT.

Paulo Lima (PFL), compondo com a coligação PSDB-PFL-PTB, apoiou e coordenou a campanha de Mário Covas e de Fernando Henrique Cardoso, candidato à presidência da república. Agripino Lima inicialmente declarou apoio ao candidato Barros

---

<sup>252</sup> *Precisamos de Tadashi em Brasília*. OI.16/06/92, p.7; Prefeito de Rancharia: *Recado ao Deputado Tadashi Kuriki*. OI. 17/06/92, p.7; Prefeito de Nandiba: *Solicitação ao Deputado Tadashi Kuriki*. OI.17/06/92, p.7; Presidente da Câmara Municipal de Pacaembu: *O clamor da Alta Paulista*. OI. 17/06/92, p.7; Prefeito de Presidente Bernardes: *Tadashi não se afaste da Câmara Federal!!!* OI. 16/06/92, p.7; Prefeito de Sandovalina: *Nosso apelo a Tadashi Kuriki*. 16/06/92, p.7 etc.

<sup>253</sup> O jornal noticia a presença do ex-prefeito Antonio Sandoval Neto, aos 85 anos, na convenção do PFL, declarando apoio à candidatura de Agripino Lima a prefeito de Presidente Prudente: “[...]Antonio Sandoval Neto cultiva o hábito da prática política e o faz com segurança da experiência adquirida. Domingo (21) esteve na convenção do PFL, hipotecando o apoio do PDS à candidatura de Agripino Lima e Adilson Dias. Sandoval defendeu abertamente a eleição de Agripino para Prefeito e Adilson Vive- Prefeito.

“ ‘A inveja matou Abel e continua matando’, disse Sandoval para sugerir a Agripino que se mantenha na sua posição e faça uma campanha limpa, mesmo que seja agredido. ‘Faça uma campanha de amor, sem intrigas e sem ressentimento, pois temos certeza de que você será o vencedor e o futuro de Presidente Prudente estará em boas mãos’, afirmou. [...]” ( *Sandoval Neto: “O futuro de Prudente está em boas mãos”*. OI. 23/06/1992, p. 7)

<sup>254</sup> A coluna de Mauro Bragato tinha como título “Trabalho Popular”, os feitos de Tadashi Kuriki eram publicados sob o slogan “Conquista de Tadashi” (Cf. OI. 29/09/92, p.8 e 9), já os informes de Paulo Lima tinham a marca “Quem trabalha mostra”.

Munhoz. Segundo ele, “em gratidão” ao então governador Luís Antônio Fleury Filho, pelas suas ações que favoreceram a cidade, como a aprovação de recursos para a transferência dos trilhos da Fepasa da área urbana para a área rural e por ter cedido 50 alqueires de terras do Estado para a implantação da Cidade da Criança<sup>255</sup>. A Cidade da Criança é um hoje um parque temático destinado ao lazer, cultura e projetos ambientais, nele foram implantados, entre outras instalações, um planetário que renderiam, em abril de 2007, a cassação de Agripino de Oliveira Lima do cargo de prefeito de Presidente Prudente, no seu terceiro mandato.

Apesar de declarar seu apoio ao candidato do PMDB, em outubro, Agripino aparece ao lado do filho, Paulo Lima, em uma foto de propaganda política apoiando Mário Covas<sup>256</sup>. Um mês antes, naquele ano, em 14 de setembro, data em que Presidente Prudente completou 77 anos, Agripino Lima inaugurou o Hospital Universitário Dr. Domingos Leonardo Cerávolo.

A edição do jornal do dia 15 de setembro de 1994, além do “Caderno 3” especial, estava repleta de manifestações de empresários e políticos cumprimentando Agripino de Oliveria Lima Filho, pela grande obra. Na primeira página do caderno dedicado à inauguração do H.U. (Figura 22), expunha-se o significado da grande obra – “um dos maiores complexos hospitalares da América Latina”- para Presidente Prudente e região:

[...] Presidente Prudente deu um passo importante para a solução do déficit de leitos hospitalares e a prática da chamada medicina de ponta. A Universidade do Oeste Paulista (Unoeste) entregou a primeira fase das obras do Hospital Dr. Domingos Leonardo Cerávolo, que futuramente será um dos maiores complexos hospitalares da América Latina. O fundador da Associação Prudentina de Educação e Cultura (Apec) – mantenedora da Unoeste -, Agripino de Oliveira Lima Filho estima que em quatro anos estarão funcionando os 1.100 leitos projetados e toda uma estrutura que permitirá a realização de pesquisas científicas e o funcionamento como hospital-escola dos cursos de Medicina, Enfermagem e Nutrição, entre os 21 cursos de graduação mantidos pela Unoeste.[...] (*Unoeste entrega HU no aniversário de Presidente Prudente*. OI. 15/09/94, Caderno 3, p.1)

---

<sup>255</sup> O traçado dos trilhos da ferrovia, que divide a cidade, nunca foi alterado; as obras realizadas por Agripino Lima, restringiram a criação de passagens de nível. As declarações de apoio ao candidato do PMDB, feita por Agripino Lima foram publicadas no informe publicitário: *Carta aberta aos amigos*. OI. 21/07/94, p.1.

<sup>256</sup> OI. 29/10/94, p.8.

Figura 22 – Inauguração do Hospital Universitário Dr. Domingos Leonardo Cerávolo – 1994



Fonte: Jornal O Imparcial. 15/09/94, Caderno 3, p.1.

O ‘velho sonho’ herdado de Domingos Leonardo Cerávolo foi realizado por Agripino Lima. A Domingos Leonardo Cerávolo, médico, vereador, prefeito municipal e deputado estadual, a cidade devia muito, escrevia-se no jornal, quando o hospital que leva seu nome foi inaugurado:

[...]Presidente Prudente lhe deve muito, pelo trabalho e acima de tudo – pelo desprendimento. Seu grande sonho, desde quando colaborou com a construção da Santa Casa, foi criar em Presidente Prudente uma Faculdade de Medicina, por ser capital regional. Como deputado estadual lutou e conseguiu uma Lei Estadual, criando a Faculdade de Medicina que nunca saiu do papel. Em 1974, em visita à APEC comemorando o segundo aniversário da instituição, o Dr. Cerávolo falou dos seus sonhos, de suas realizações e disse que, apenas um sonho e uma realização não pode concretizar em sua vida: a instalação da Faculdade de Medicina em Presidente Prudente.[...] (Dr. Domingos Leonardo Cerávolo fez da medicina um apostolado. OI. 15/09/94, Caderno3, p.2)

Embora estivesse longe das características do “homem cordial” identificada por Guimarães (2000), que conferia a figura de “herói” da cidade ao médico Domingos Leonardo Cerávolo, Agripino Lima herdou daquele, além do sonho, o ‘jeito’ personalista de fazer política. Além dessas características, a sua atitude “espontânea” de expressar suas posições e opiniões, por vezes gentilmente chamada de “exótica”, lhe renderiam também o adjetivo de polêmico.

Um exemplo de suas atitudes “polêmicas”, para não dizer extremadas e contra os princípios democráticos, aconteceu no seu segundo mandato de prefeito de Presidente Prudente, em 2002. Num período crítico dos conflitos fundiários na região, Agripino determinou o fechamento da Rodovia Assis Chateaubiand (SP-425) e decretou ponto facultativo aos servidores municipais, para impedir que membros do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST, que promoviam a “Marcha por terra, justiça e paz”, uma caminhada iniciada em Presidente Bernardes, entrassem na cidade de Presidente Prudente. Agripino Lima, usando máquinas da prefeitura municipal, fez uma barreira para impedir a passagem dos manifestantes. A marcha fazia parte de uma manifestação do MST, que pedia ao poder público estadual a agilização da reforma agrária e que fossem tomadas medidas em relação a questões judiciais contra integrantes do MST<sup>257</sup>, pois em 19 de janeiro daquele ano, conforme já comentado anteriormente, um fazendeiro havia baleado o líder do movimento José Rainha.

Agripino participou pessoalmente do ‘cerco’, até que o governador do Estado, Geraldo Alckmin, determinasse o desbloqueio da rodovia com ajuda da polícia militar. Por ter permanecido na rodovia durante todo o bloqueio, o prefeito foi internado por desidratação e insolação. Esses fatos renderiam notícias e manchetes no jornal<sup>258</sup>. Mas logo que se recompõe, volta para as primeiras páginas do jornal:

O prefeito de Presidente Prudente, Agripino Lima (PTB), deu ontem uma de suas declarações mais polêmicas. Para ele o fazendeiro Roberto Junqueira cometeu uma “falha lastimável”, a qual Agripino disse não perdoar: ter deixado “escapar a raposa”, numa clara referência ao líder do Movimento dos Sem-Terra (MST) no Pontal do Paranapanema, José Rainha Júnior. Agripino visitou Junqueira na cadeia de Santo Anastácio.[...] (*Agripino lamenta a fuga da ‘raposa’*. OI. 02/02/02, p1)

O jornal O Imparcial divulga então a repercussão das atitudes do prefeito na mídia nacional, publicando trechos de uma entrevista cedida por Agripino Lima ao jornal “O Estado de São Paulo”, na qual falava sobre o MST e seu líder, José Rainha:

---

<sup>257</sup> *Agripino abre guerra contra MST*. OI. 29/01/02, p.1

<sup>258</sup> Títulos da primeira página: *Alckmin desbloqueia rodovia em PP, Agripino é internado no HU, UDR apóia a atitude do prefeito*. OI. 31/01/02, p.1.

Presidente Prudente tem obtido cada vez mais destaque na grande mídia nacional. No domingo, o jornal “O Estado de São Paulo” reproduziu em uma página entrevista concedida pelo prefeito Agripino Lima (PTB) ao repórter Carlos Soulié do Amaral. Destacamos algumas frases do prefeito – “O povo brasileiro, o povo que respeita a vida, a lei e a ordem, está com medo. Os violentos se aproveitam”; “O Rainha tem mãos de seda, mãos de mulher gran-fina. Ele não é trabalhador rural. E todo mundo tem medo dele. Esse sujeito não passa de um Lampião, é um cangaceiro do século 21”; O Pontal do Paranapanema já foi um jardim, foi campeão na produção do arroz, de algodão, de amendoim, de milho, de carne. Tínhamos grandes firmas exportadoras instaladas aqui, atuando com entusiasmo. O progresso explodia. Hoje a região está economicamente fraca, e a produção vai cair mais ainda porque ninguém quer investir aqui, ninguém quer enfrentar a bandidagem dos sem-terra que o Rainha chefia”. ( *Repercussão de Prudente na mídia nacional não pára*.OI.05/02/02, Coluna Plantão, p3 A)

Mais importante que a fala do prefeito é o fato de que através de sua voz ‘espontânea’ ressoa o discurso do censo comum a respeito dos conflitos fundiários, que a partir de interpretações como essas vê deslegitimadas as causas defendidas: a reforma agrária e a justiça social. Na comparação de José Rainha com a figura lendária na história brasileira, o “Lampião”, aparece a idéia do “invasor” o que vem de fora, trazendo a intranquilidade, como se, no “jardim”, os conflitos existissem somente em função da presença do líder. A fala de Agripino Lima, varre da história regional as origens e causas dos conflitos existentes antes da organização dos movimentos sociais na região.

Mas as atitudes e afirmações polêmicas não afetavam os resultados das urnas e tampouco arranharam o carisma e o prestígio que Agripino Lima tinha, e tem, junto à população mais carente. Assim, entre obras e conquistas da APEC e do Grupo Paulo Lima, pai e filho se fortaleceram e se tornaram referência política local e regional. O primeiro a partir da base política local se projetou na política estadual, mantendo relações com as esferas políticas nacionais; o segundo, seguro no prestígio do pai, a partir da base regional, solidificou sua carreira como deputado federal. Entre declarações de afeto e admiração<sup>259</sup>, entre brigas e cisões políticas<sup>260</sup>, pai e filho assumiram de vez a liderança local e regional<sup>261</sup>, até 2007, quando Agripino foi cassado do cargo de prefeito de Presidente Prudente e Paulo Lima, não se reelegeu deputado federal.

---

<sup>259</sup> Ao lado da matéria escrita em homenagem a Cerávolo, no caderno especial de inauguração do HU, Paulo Lima publicou uma carta destinada a homenagear Agripino Lima. Nela o filho declinava ao pai admiração e descrevia seu carisma de homem público, sem deixar de citar seu caráter rabugento, rústico e intransigente. (*Carta Aberta*. OI. 15/09/94, Caderno 3, p.2, assinada por Paulo Lima)

<sup>260</sup> Em diferentes momentos os dois romperam relações políticas e familiares.

<sup>261</sup> A vida política de Agripino Lima, com certeza deverá render ainda muitos estudos sobre a política local e regional. Dada a riqueza de detalhes que sequer arranhamos nesta tese, esperamos ter contribuído para despertar nos estudiosos o interesse pelo aprofundamento histórico e sociológico desse personagem que tal qual Domingos Leonardo Cerávolo, marca a história política mais recente de Presidente Prudente.

Nas eleições de 1998, os papéis de liderança regional e local são trocados; Mauro Bragato, representante da região na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, desde 1978, nas eleições municipais de 1996, foi eleito prefeito de Presidente Prudente, filiado ao PSDB, partido do governador Mário Covas, eleito em 1994 e reeleito em 1998.

Desse modo, Mauro Bragato, no cumprimento do seu mandato de prefeito<sup>262</sup>, não concorreu nas eleições parlamentares de 1998, que elegeram Agripino Lima a deputado estadual e Paulo Lima<sup>263</sup>, que continuou como deputado federal, os dois pelo PFL.

O cenário regional onde se desenrola a campanha política de 1998 é aquele descrito nos capítulos anteriores. No âmbito local, que envolvia também o regional, Bragato, na prefeitura, lançava e/ou apoiava fóruns<sup>264</sup>, seminários de discussão e incentivo ao desenvolvimento regional<sup>265</sup>. Foi durante seu mandato que se iniciaram os seminários sobre a necessidade de integração da cidade, como pólo regional, ao Mercosul; também foi a partir daí que a sociedade civil começa a se organizar em ONG's e fóruns de discussão sobre o desenvolvimento regional, como o Proderpp<sup>266</sup> e a Agência de Desenvolvimento do Oeste Paulista.

Esse período também foi marcado pelo acirramento dos conflitos fundiários<sup>267</sup> do Pontal do Paranapanema: a cada conquista<sup>268</sup> dos movimentos de luta pela

---

<sup>262</sup> Durante sua gestão de prefeito, Mauro Bragato foi também presidente da Unipontal. Em 1998, sobre a Unipontal, que hoje tem sede na cidade de Presidente Prudente, o jornal escrevia que ela havia sido criada na década de 1980 - no 'site' da entidade, no histórico que compunha a página constava que ela havia sido criada na década de 1990, atualmente o histórico reformulada, mas, conforme o levantamento realizado no jornal, a associação municipal foi criada em 1977 - e que congregava 21 municípios. Segundo o jornal a participação do município de Presidente Prudente na associação se deu em função da iniciativa de Mauro Bragato, durante a sua gestão na prefeitura do município. A matéria que comentava sobre a eleição de uma nova diretoria, dizia que Mauro Bragato havia ajudado revitalização da entidade: “[...] O município de Presidente Prudente ingressou somente no ano passado com a solicitação do prefeito Mauro Bragato que reforçou a importância da Unipontal convidando outros 10 municípios a também formarem **este bloco representativo não apenas do Pontal do Paranapanema, mas também da Alta Sorocabana**.[...] Com o ingresso de novos municípios, a Unipontal passou a ter representatividade de 32 cidades da Região.[...]” Ainda segundo o jornal, para o prefeito Mauro Bragato, a entidade possibilitava a discussão dos projetos de reforma agrária e assentamentos fundiários com as lideranças políticas do Estado. (*Unipontal elege nova diretoria*. OI. 05/03/98, p4B, grifo nosso).

<sup>263</sup> Foram os dois deputados mais votados em Presidente Prudente; Paulo Lima obteve 46.679 votos na cidade; Agripino Lima (PFL) obteve 46.165 no colégio eleitoral prudentino, foi o 4º deputado estadual mais votado no Estado de São Paulo (Cf. O Imparcial de 06/10/98, Regional, p3 e OI. 08/10/98, p5)

<sup>264</sup> (Integração Regional) *Mercosul volta ser tema de debate em PP*. OI. 30/04/98, Mercosul, p.4. (Integração Regional). *Fórum contou com mais de 300 empresários*. OI. 01/05/98, Local, p3 etc.

<sup>265</sup> TOMÉ, Gisele. (10ª Região) *Entidades querem Câmara Pró-Desenvolvimento*. OI. 05/11/02, p.5B.

<sup>266</sup> O PRODERPP – Núcleo de Desenvolvimento da Região de Presidente Prudente, é uma Organização Não Governamental (ONG) fundada em junho de 2002; tem como objetivo discutir e propor ações que visem ao desenvolvimento socioeconômico da região; foi idealizada pelo economista e professor de economia, Álvaro Barboza dos Santos.

<sup>267</sup> Dizia o jornal em editoriais: *O MST quer criar um quadro de instabilidade e insegurança por todo o período eleitoral* (OI. 01/09/98, p3A), e *Lideranças do MST comandam as invasões, ameaçam as autoridades e ganham na Mídia* (OI. 17/09/98, p.3A). A UDR por sua vez também acusava: (Conflito

terra e pela reforma agrária, liderado pelo MST, mais se intensificavam os ânimos entre fazendeiros, representados pela União Democrática Ruralista – UDR, e os Sem-Terra.

O jornal mostrou-se favorável à reeleição de Mário Covas a governador do Estado<sup>269</sup>. Além das inúmeras notícias sobre suas ações em benefício da região, manifestava-se claramente nos editoriais. Assim, apesar da instalação de pedágios em trechos da SP-425, entre Presidente Prudente e Presidente Epitácio, tão criticada pela população e que renderia inclusive um movimento em prol da redução de tarifas<sup>270</sup>, o jornal aprovava as ações de Mário Covas:

[...] Pode-se dizer que a implantação dos pedágios impôs sacrifícios à população regional, mas não havia outra alternativa, pois o Governo do Estado não tem mais condições de responder por si próprio pela recuperação, implantação e recuperação das rodovias.[...]  
Não há pois como não creditar a Mário Covas, o fato de ser o governador que nos últimos 30 anos demonstrou maior preocupação com as condições da importante rodovia que serve à nossa região, contemplando-a com um projeto-ultra-moderno.(Editorial: *Afinal, um governo que se preocupou em recuperar a rodovia Raposo Tavares*. OI. 08/01/98, p3 A)

Nesse período o jornal publicou a nota, já comentada anteriormente, elogiando Covas por ter realizado “o maior projeto penitenciário no Estado” que, posteriormente, nas eleições de 2002 e 2006, seria usado para criticá-lo.

Agripino Lima foi eleito deputado estadual<sup>271</sup>, tendo entre as estratégias de sua campanha críticas ao governo municipal de Mauro Bragato, que durante sua gestão teve problemas como o atraso de pagamento dos vencimentos do funcionalismo municipal, o que lhe resultou na fama de mau administrador.

---

Fundiário) *Tânia acusa MST de superfaturamento* (OI. 02/04/98, p.1); *UDR fará protesto contra invasões*. (OI. 26/02/98, p.1A.); LOPES, Luiz Carlos. *UDR quer intervenção do Exército no Pontal*. (OI. 01/09/98, p6) etc.

<sup>268</sup> (Reforma Agrária) *Covas entrega mais de 1000 termos de áreas rurais*. 28/01/98, p.6; (Pontal) *Novos Assentamentos ganham R\$25 mi*. OI. 03/06/98, p1; (Questão Agrária) *Governo cede a MST e libera verba*. OI. 12/09/98, p1. etc.

<sup>269</sup> “Apesar das dificuldades financeiras porque passou o Estado no atual governo, como resultado de duas más administrações – Orestes Quércia e Fleury Filho – a região de Presidente Prudente não pode queixar-se do governador Covas. Ele desenvolveu em várias cidades projetos habitacionais cuja demanda é considerada ainda muito elevada. Deu continuidade às obras das hidrelétricas de Rosana e Primavera. E desta, inaugurou a primeira turbina, das 18 que comportarão seu integral funcionamento.

No setor de rodovias, percebendo que dificilmente o governo tomaria a si a incumbência de continuar a Castelo Branco até as barrancas do rio Paraná, decidiu pela modernização da Raposo Tavares, com as obras subsidiadas pelos próprios usuários através de dois pontos de pedágio.[...]” (Editorial: *Nossa região não tem do que se queixar em relação à Covas*. OI. 12/03/98, p3A)

<sup>270</sup> O referido movimento intitulado “Movimento Popular de Questionamento do Pedágio”, que conseguiu do Governo do Estado a redução do valor do pedágio, foi coordenado pela professora Zizi Trevisan (OI. 30/04/98, p6 B). Zizi Trevisan, professora e coordenadora de curso na Unoeste, em 2002, sairia candidata a deputada federal.

<sup>271</sup> *Agripino Lima é diplomado na Assembléia Legislativa*. 19/12/98, p.4.

Naquelas eleições, não se vê mais propaganda política de Agripino Lima a deputado estadual. Talvez elas estivessem no jornal fundado por Paulo Lima, mas de qualquer forma, sua eleição pelo menos, entre os eleitores de Presidente Prudente, já estava garantida pelo seu carisma, construído na relação assistencialista que estabeleceu especialmente com a “população carente” que o idolatrava.

Em 2002, na dança das cadeiras do poder, nas eleições parlamentares de 2002, Agripino já estava de volta à prefeitura<sup>272</sup> (eleito em 2000); Mauro Bragato, talvez pela impopularidade causada pelas críticas a sua gestão como prefeito, especialmente com o atraso dos pagamentos do funcionalismo, ficaria na suplência de deputado estadual, assumindo seu cargo só mais tarde. Paulo Lima deu prosseguimento ao seu quarto mandato como deputado federal. Apesar de apenas ele ter sido eleito, já que Bragato ficou na suplência naquelas eleições, o debate dos problemas regionais foi mais apurado, como revelam as entrevistas com candidatos a deputado que o jornal promoveu naquelas eleições.

Conforme se observou até aqui, nos discursos das campanhas eleitorais, enuncia-se a defesa dos interesses da região, mas as causas das dificuldades e problemas geralmente eram delegadas ao Governo do Estado que se esquecia da região. No entanto, naquele contexto de conflitos e de protestos contra a instalação de presídios, dificilmente a região seria olvidada pelo Governo. Mas como se percebe, a representação do atraso, hegemônica no discurso corrente, não se fazia presente com tanta evidência no discurso político, ainda dominado pela representação da região do dever, pois, pelo menos no registro do jornal, até então, se observava uma pulverização do enunciar das “mazelas” regionais. Enunciar a região do atraso nas estratégias de campanha seria o mesmo que estancar as possibilidades do “vir a ser”. É evidente que essa análise é parcial, porque não contamos com o que se “dizia” no calor dos discursos diretos, mas, ainda assim, os debates promovidos pelo jornal e uma emissora de rádio, que os transmitia a 10ª RA, são representativos do discurso dos políticos em épocas de campanha.

No capítulo 4, observou-se que no discurso geral sobre a região após 2000, passa a predominar a representação social da região como atrasada, esquecida, relegada. E foi nesse contexto que se deram as eleições regionais para o executivo estadual e parlamentares. Geraldo Alckmin, candidato ao governo, havia sucedido Mário Covas

---

<sup>272</sup> Agripino Lima, ironicamente declarou que votaria no candidato ao Governo do Estado do Partido dos trabalhadores, candidato da esquerda que ele repudiava, declaração essa para demarcar sua oposição à candidatura de Geraldo Alckmin, sucessor de Mário Covas no PSDB. (*Agripino declara apoio a Genoio*. OI. 14/02/02, p.1)



quando ele se afastou para a campanha de reeleição em 2000; posteriormente, Alckmin o sucede quando Mario Covas falece em 2001. Assim, já no governo, em 2002, Alckmin seria eleito como sucessor natural de Mário Covas, governador respeitado pelo jornal e pelos políticos da região.

Nas eleições de 2002, as “mazelas” regionais são denunciadas nas vozes dos candidatos a deputado estadual e federal. Os discursos políticos concentraram-se na reivindicação de compensações pela concentração de presídios e pelos problemas fundiários não resolvidos pelo Estado. O que se lia, e, portanto, se ouvia, nos discursos dos palanques, era a necessidade de “barganhar” um dos problemas gerados pelo próprio Estado, por benefícios e obras.

Por sua vez, o Governo, em campanha à reeleição, defendia que os presídios geravam empregos<sup>273</sup>, promessa essa que já havia provocado disputa entre prefeitos da região para que seus municípios fossem beneficiados com os empregos derivados das obras e do funcionamento dos presídios. A oposição, reproduzindo o discurso interno corrente afirmava que o era preciso eleger um novo governador, pois o governo do PSDB havia transformado a região em “depósito de presídios”<sup>274</sup>.

Para explicitar o debate e as propostas de trabalho dos candidatos da região o jornal criou uma folha, intitulada “O xadrez das eleições 2002”, na qual publicava o perfil e uma entrevista, de página inteira, com os candidatos a deputado estadual e federal. Selecionamos trechos de algumas entrevistas que confirmam o discurso corrente e evidenciam, agora, a representação social da *região do atraso*.

Ênio Perrone, médico e ex-vice-prefeito de Presidente Prudente na gestão de Mauro Bragato, candidato a deputado estadual pelo PPS, era um dos que defendia a compensação da região pela concentração dos presídios. Como candidato a deputado, entre tantos concorrentes, afirmava que as regiões do Estado que contavam com “dois ou três deputados sempre foram privilegiadas pelo governo do estado com investimentos”<sup>275</sup>.

---

<sup>273</sup> Em campanha na região, Alckmin afirmara ao jornal que a região já havia contribuído para a descentralização penitenciária do Estado de São Paulo e que não seriam mais construídas unidades prisionais na região, mas contestava a insatisfação da população afirmando que “[...]‘Cada unidade prisional representa mais de 400 empregos diretos, além de movimentar a economia desses pequenos municípios’, justificou.[...]” (“*Prisão dá emprego, diz Alckmin*”. OI. 04/08/02, p1.)

<sup>274</sup> “O deputado federal José Genoíno (PT), pré-candidato ao governo do Estado, criticou a política adotada pelo tucano Geraldo Alckmin no sistema penitenciário paulista. Na opinião do petista, o Estado transformou a região de Presidente Prudente num ‘depósito de presídios’.[...]” (“*Região é depósito de presídios*”. OI. 13/04/02, p.1)

<sup>275</sup> No Quadro 13 observa-se, que excetuando o período entre 1974 e 1978, somando os deputados estaduais e federais - eleitos e suplentes, que mais tarde assumiriam os cargos -, a região sempre esteve representada por no mínimo dois deputados. Mas Ênio Perrone se referia aos deputados estaduais, e ao fato da região ter contado durante muitos anos apenas com Mauro Bragato como único deputado pela região.

Dessa vez, concorrendo em partido diferente do partido do Governo, no seu discurso, cobrava investimentos do Estado para a região, que no passado atraía famílias, como a sua. Em suas palavras, lê-se que a região que outrora acenara com a possibilidade de progresso (a região do devir), agora relegada ao esquecimento, retrocedia no processo de desenvolvimento. Desse modo, como os demais candidatos, acionava no seu discurso a representação do atraso, para reivindicar pela região:

[...] A região está pagando pelo fato de não ter esses investimentos. Ela está precisando urgentemente de investimentos e a função do deputado é cobrar e fazer com que o governo traga condições para que possamos desenvolver economicamente a nossa região. A minha família chegou aqui em 1943 quando, de São Paulo, avisaram que essa era **uma região de grande progresso**. Naquela época, Washington Luis dizia que governar era abrir estradas. Trazendo o trem e as estradas para cá é que a região se desenvolveu. No entanto, nos últimos 20 anos nós perdemos o desenvolvimento tanto da ferrovia quanto das rodovias. Isso, com certeza, é um dos motivos que a região encontra dificuldades. Essa é uma função primordial do Estado e deixamos de conseguir por falta de força política. [...] Eu sinto na minha própria carne o **retrocesso do desenvolvimento da nossa região**. E a minha briga é para que a gente retome. Por outro lado, precisamos diminuir esses “investimentos” como os presídios e a falta de solução para o problema fundiário.[...](MACHADO, Cristiano. (O Xadrez das eleições) *Perrone cobrará do Estado a “compensação”*. OI. 21/07/02, p5 A. Grifo nosso)

Outro candidato a deputado federal pelo PSDB, ainda que não fosse candidato “da região”, Xico Graziano - engenheiro agrônomo, mestre em economia agrária e doutor em administração<sup>276</sup>, que ocupara entre outros cargos e atividades políticas, a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo e a presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (1995), era assim apresentado. Sob a condição de sujeito político envolvido e “entendedor” das questões fundiárias, entendemos que o jornal o considerava como candidato que defenderia os “interesses da região<sup>277</sup>”.

Além da fala de Graziano, que defendia claramente a posição do governo nas questões fundiárias e que, de certo modo, não representava ‘perigo’ para os proprietários de terra, o discurso do jornal, demonstrado nas questões do jornalista, era, sem dúvida, consoante com o discurso do entrevistado:

---

<sup>276</sup> Na reportagem é publicado seu currículo, incluindo livros publicados sobre a reforma agrária, além de referências políticas e familiares. Em uma das questões o jornalista - que se apresenta como O Imparcial, nessa reportagem não há assinatura - o apresenta como “profundo conhecedor dos problemas agrários brasileiros”, portanto, ‘dono’ de um discurso competente; na condição de especialista, entendedor, estava autorizado a falar sobre o assunto.

<sup>277</sup> Em sua propaganda política lia-se: “Xico conhece os problemas da terra. [...] Ele conhece muito bem a questão agrária nacional. Xico é o nome certo para a solução dos problemas de terras em nossa região”. (OI. 04/09/02, p6 A)

**OI. E já que falamos em reforma agrária, vale ouvir sua opinião sobre o que ocorre atualmente em nossa região, onde o debate no processo fundiário promete prolongar por mais duas ou três décadas, sem solução definitiva, prejudicando seriamente a imagem de nossa região. O que deve ser feito para que a reforma agrária não seja prejudicada, mas paralelamente se busque a consolidação das terras, sobretudo no Pontal do Paranapanema?**

Graziano – Julgo uma total irresponsabilidade alguém afirmar, como foi feito, que todas as terras do Pontal são suspeitas de terem posse irregular, griladas. Quem disse isso deveria ser processado, pois lançou uma vendeta para a região, trazendo miséria pela falta de investimentos. Nossa proposta é, no primeiro ano do próximo governo, regularizar as terras, para devolver a tranqüilidade aos produtores. Qualquer solução será melhor que essa insegurança coletiva, que facilita a vida dos invasores de terras, onde mistura gente de bem com bandidos e desqualificados.

**OI- Na sua opinião, o projeto em curso na região da Bolsa de Parcerias e Arrendamento de Terras poderá representar a redenção dos nossos municípios?**

Graziano – Redenção não, mas com certeza um caminho de futuro para a região. Estão de parabéns seus incentivadores. Quando fui Secretário da Agricultura lancei a idéia da parceria do algodão, quando arrendamos 6 fazendas e geramos 3000 empregos durante 4 meses. Foi o começo de uma virada na agricultura regional, que precisa se diversificar para gerar mais empregos.[...] (O xadrez das eleições 2002: *Xico Graziano: “O maior objetivo é aprovar meu projeto do novo Estatuto da Terra”*. OI. 08/08/02, p5 A.)

Xico Graziano, entre outras questões, trata de duas importantes. Na primeira, posiciona-se a favor da regularização das terras no Pontal - questão defendida por todos os envolvidos (Estado, movimentos dos sem-terra e fazendeiros), mas a partir de critérios e interesses distintos, mas suas afirmações aproximavam-se das defendidas pelos fazendeiros: “Qualquer solução será melhor que essa insegurança coletiva, que facilita a vida dos invasores de terras, onde mistura gente de bem com bandidos e desqualificados”. Na sua segunda resposta, embora abra mão da religiosa retórica da “redenção”, defende o projeto de incentivo à implantação do agronegócio na região através da Bolsa de Parcerias e Arrendamento.

Zizi Trevisan, candidata a deputada estadual pelo PPS, cujo discurso inegavelmente tinha o peso da ‘competência discursiva’<sup>278</sup>, também apresentada “n’O xadrez das eleições 2002”, quando indagada sobre quais eram suas propostas de trabalho, responde: “Minhas propostas centram num projeto de revitalização da imagem da nossa região através, primeiro, de diagnósticos e posteriormente elaboração conjunta de planos específicos de ação para solução ou

---

<sup>278</sup> Zizi Trevisan, Doutora em Letras, pesquisadora na área da Semiótica, professora na UNESP de Assis, e Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da UNOESTE e Pró-Reitora de Extensão e Ação Comunitária da também naquela universidade, é autora de diversos livros na sua área. Além da atuação em movimentos na região, como aquele pela redução das tarifas dos pedágios da SP-425, foi vereadora do município de Santo Anastácio (1983-88) e candidata a prefeita daquele município em 1996.

busca de soluções para os principais problemas da região. Toda transformação social ocorre em forma coletiva e não individualizada. [...]”<sup>279</sup>. Segue discorrendo sobre as competências do deputado e do governo do Estado. Então, na seqüência, o jornalista questiona:

**OI- Como seria esse projeto?**

Zizi-A gente sente que há um discurso pessimista sobre a nossa região. Isso é resultante de todos os problemas que nos afligem como conflitos fundiários, chegada de novos presídios, descaso com o meio ambiente e as questões da área educacional que deixam a desejar, entre outras. Acredito que a imagem é resultado de um discurso comum. Na medida que todos falam do problema, a imagem que fica para todos é de uma **região pobre e abandonada**. Sem esquecermos a realidade dos fatos, é preciso que realizemos diagnósticos para a constatação dessa condição. Após esse diagnóstico, elaboramos um plano de ação conjunta. A questão dos presídios, por exemplo, é a prova que está faltando responsabilidade dos governantes. O Estado não está dando à região a resposta justa para os nossos problemas. [...] (MACHADO, Cristiano. 07/07/02, p.5 A, grifo nosso)

Na entrevista ela critica os discursos que adjetivam negativamente a região (“pobre e abandonada”) comprometendo sua imagem; refere à necessidade de sua revitalização e aponta justamente o discurso do atraso que vimos descrevendo até aqui, como causa do seu “desgaste”<sup>280</sup>. Mas, apesar da análise que constroi, respaldada num conhecimento histórico e político sobre a região, Trevizan acaba incorrendo no mesmo discurso que critica. Sua ‘fala’ no fim, a despeito de suas intenções de revitalizar a imagem regional, acaba corroborando para o fortalecimento da imagem negativa. Na súmula que apresenta a entrevista - que é o primeiro contato do leitor, para muitos a única, com o restante do conteúdo - lê-se também um resumo do mesmo discurso do atraso que vimos descrevendo.

Mas ainda que haja essa contradição no discurso que propõe revitalizar a imagem da região - e, por consequência, a região -, a partir da negação do “discurso pessimista”, a análise que Zizi Trevizan faz ao criticar um candidato a deputado<sup>281</sup> que assumia na sua campanha, a condição de futuro negociador dos conflitos fundiários, reforça o que a análise da história regional e a discussão que levantamos terminam por apontar, de que a região está longe de resolver seus problemas, especialmente no que se refere aos conflitos fundiários.

---

<sup>279</sup> MACHADO, Cristiano. (O xadrez das eleições 2002) *Educadora quer revitalizar imagem da região*. OI. 07/07/02, p.5 A.

<sup>280</sup> Expressão do jornalista, na súmula que antecede a entrevista: “A revitalização da imagem da região, atualmente desgastada por causa de conflitos de terra e construção de presídios para abrigar criminosos perigosos, é a principal proposta da Educadora Maria de Lourdes Trevizan Perez (PPS)[...]”(Idem nota anterior)

<sup>281</sup> Ela não o identifica.

[...] Somos conhecidos em nível nacional como a região dos conflitos fundiários. Observei que um candidato até já informou que pretende continuar como negociador nestes conflitos. Eu acho que a própria declaração da condição futura de negociador já evidencia que **não se acredita na possibilidade de fim dos conflitos**. Acho ruim. Nosso projeto de revitalização da imagem da região, ao contrário, propõe o fim dos conflitos.[...](Idem, grifo nosso)

Zizi Trevizan não se elegeu, tampouco o médico Talmir Rodrigues. No entanto, a candidatura a deputado federal do “Dr. Talmir”, em 2002, renderia os votos necessários para sua eleição em 2006. Nas eleições de 2002, sua primeira candidatura, fundamentou sua proposta de trabalho nas atividades que já desenvolvia na área de saúde e assistência social. Na entrevista ao jornalista Gelson Venério, discorre sobre seu trabalho na área de assistência aos deficientes e cita que foi fundador do Conselho dos Deficientes da cidade de Presidente Prudente. Afirma que a população é carente e que seu programa se voltaria para o aumento de recursos para projetos sociais. A região, para Talmir Rodrigues, assim como seus assistidos, é “carente”, em suas palavras: “Se as pessoas começarem a viver de uma maneira mais saudável, em todos os sentidos, elas por sua vez vão fazer com que a nossa região também cresça. É uma região que está muito carente.”<sup>282</sup>

Chamou atenção na entrevista de Talmir Rodrigues o fato de apontar a “violência” e a “insegurança”, derivada da instalação de presídios, como um problema de ordem cultural e emocional:

Aqui em Presidente Prudente essa instalação de presídios tem trazido choque emocional e cultural para todos nós da região. Quando a gente conversa sobre esse assunto com as pessoas da capital, lá em São Paulo, elas parecem que estão insensibilizadas, dessensibilizadas. Elas ficam surpresas quando a gente fala que há transtornos para a região. Mas elas não entendem que uma região como a nossa, que sempre foi de famílias tradicionais, de repente quando se implanta presídios atrás deles vem todo um grupo de pessoas ligado aos prisioneiros, ligado a seus familiares [...]. Então, de repente, vamos ver mais famílias abandonadas, mais violência, porque vêm grupos de pessoas que já cometeram crimes [...]<sup>283</sup>

É importante destacar que, considerando o princípio dialógico do discurso, o enunciador fala para alguém que tem um sentido de mundo, então, para se fazer entender é preciso “comungar” com aquele sentido de mundo do outro. Desse modo, ainda que candidatos, como os citados, tivessem um pensamento distinto do discurso comum, dificilmente se manifestariam contrariando o discurso do jornal, que por sua vez reflete o discurso difundido regionalmente. Em campanhas políticas, não poderia ser diferente;

---

<sup>282</sup> VENÉRIO, Gelson. (O xadrez das eleições 2002) *Talmir Rodrigues: ‘Região está muito carente’*. OI. 25/08/02, p. 5 B.

<sup>283</sup> (Idem)

reproduz-se discurso “consensual”. Afirmamos isso porque nenhum dos discursos que acusam insegurança e violência, em função da presença dos presídios e dos “grupos de pessoas que os acompanham”, apresentam dados efetivos sobre o aumento desses indicadores sociais. Talvez as afirmações de Talmir Rodrigues sobre o “choque emocional e cultural das famílias tradicionais da região”, somados ao discurso que se repete, expliquem o aumento da “sensação” de insegurança.

Em 2006, Talmir Rodrigues foi eleito como único deputado federal pela 10ª Região, já que Paulo Lima não se reelegeu. Assim, apesar do lançamento de mais um Lima nas eleições de 2006, em 2007, a família Lima se afasta da política local e regional<sup>284</sup>. Como deputados estaduais foram eleitos: Ed Thomas (PMDB), ex-vereador e presidente da Câmara dos Vereadores de Presidente Prudente, Mauro Bragato(PSDB) e Reinaldo Alguz (PV), natural da cidade de Tupã; dessa vez, a Nova Alta Paulista consegue eleger um representante.

Em editorial publicado depois dos resultados das eleições, que novamente elege um governador do PSDB ( José Serra), o jornal comenta a difícil tarefa de melhorar a imagem da região, que os eleitos teriam:

[...] Serra tem a difícil missão para reverter esse quadro e permitir que a região de Presidente Prudente seja vista como deve, sem qualquer rótulo que a estigmatize como sendo apenas a de presídios e de conflitos agrários intermináveis.

A partir de 2007, a região ganha maior representatividade, com três deputados estaduais que podem e devem buscar medidas, usando seus mandatos e diálogo permanente, para mudar esse cenário político e administrativo. Até então apenas um deputado, Mauro Bragato, fazia parte da defesa dos interesses regionais, mas agora se somam a ele os eleitos Ed Thomas (PMDB) e Reinaldo Alguz (PV).

[...] Se não bastassem os atuais rótulos, agora mais um chega para completar: região de expressivo número de líderes rivais de facções do crime. (Editorial: *Região é ‘reconhecida’ como a dos presídios e agora de facções rivais*. OI. 18/10/2006, p.3 A)

Como se percebe, a região “estigmatizada”, como terra dos conflitos e “agora das facções rivais”, a que o jornal se refere é a 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente. Nos discursos mais recentes do jornal, assim como no discurso dos candidatos prudentinos, essa é a região enunciada.

---

<sup>284</sup> Nas eleições de 2006, César Lima concorreu ao cargo de deputado estadual pelo mesmo partido que seu pai, no PSC. Em uma de suas propagandas políticas publicadas n’Oimparcial, em uma foto ao lado do pai, lê-se: “Eu, *Agripino Lima*, peço o seu voto para o meu filho” e “É gente nova! É gente nossa”. (OI. 02/08/06, p.5A). Mas o prestígio político de Agripino Lima, que em abril de 2007 teria seu mandato de prefeito cassado, não foi suficiente para elegê-lo.

Contudo, o que se observa, é que se a nova Nova Alta Paulista considerava-se politicamente “órfã”, ou seja, sem representantes políticos na Assembléia Legislativa (Gil, 2007<sup>a</sup> e 2007), é porque não se “sentia” representada pelos deputados prudentinos. Mas, nos discursos de deputados como Mauro Bragato e Tadashi Kuriki e no geral, que emana do núcleo de poder regional expresso pelo discurso do/no jornal, a Nova Alta Paulista, a despeito do seu sentimento de “despertencimento” já foi incorporada pela “*Região de Presidente Prudente*”. Essa tem sido a estratégia política de Mauro Bragato que por décadas vem se mantendo como líder regional. No entanto, ainda que ele tenha em sua lista de trabalho pela região ações que incluem a defesa dos interesses da Nova Alta Paulista<sup>285</sup>, a sua liderança não tem sido suficiente para garantir coesão regional entre as regiões historicamente constituídas.

Conforme destacamos anteriormente, do conjunto dos discursos apresentados no todo deste trabalho, além das representações sociais sobre a região, que se constróem a partir das “vozes” hegemônicas “da” região, o que se depreende é o embate entre dois projetos políticos de desenvolvimento regional, um que defende a “modernização (conservadora)”<sup>286</sup> não só da estrutura fundiária regional, mas da estrutura econômica regional como um todo; e o outro que mobiliza-se pela “revolução” dessas estruturas.

Nesse campo de forças contrárias, apesar dos avanços dos movimentos sociais de luta pela terra - que se territorializam a ponto de mudar a forma como a região é identificada e reconhecida (o Pontal do Paranapanema, *região dos conflitos fundiários*) - a região se mantém estagnada em todos os aspectos. A mudança percebida é a acentuação do discurso e das representações sociais do atraso econômico e social que, por fim, sustentam as estruturas de uma política tradicional.

Talvez possamos caracterizar a estrutura política do núcleo regional - Presidente Prudente que é, portanto, local - como próximas ao *mandonismo*, que segundo Carvalho (1997), não é um sistema político, mas uma característica da política tradicional. O mandonismo refere-se, segundo o autor, a uma estrutura personalizada de poder caracterizada pela existência de “chefes políticos”, “potentados”, “mandões” que detém o controle de recursos estratégicos que lhes garantiria influência e poder político.

---

<sup>285</sup> Em 1992 o jornal publicava a que Mauro Bragato defendia a criação do Conselho para o Desenvolvimento da Nova Alta Paulista. ( 10<sup>a</sup> Região: *Esforço de lideranças para cirar Conselho da Paulista*. OI. 23/05/92, Regional, p.7); também registra sua participação em assembléias da AMNAP (*Assembléia da Amnap debate a habitação*. OI. 05/05/92, p.8) etc.

<sup>286</sup> Feliz coincidência com a expressão criada por Barrington Moore Jr. (MOORE JR, Barrinton. *Social Origins of Dictatoship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern Word*. Hardmondsworth: Peguin, 1966. apud DOMINGUES, 2002).

Essa característica de “chefe político personalista”, que se sobrepõe a filiações partidárias, conforme se observou no retrato sumário da história política prudentina - por extensão regional - parece definir a postura política de Agripino Lima, que desde meados da década de 1980, vem ocupando alternadamente, entre mandatos de prefeito e deputado, o poder na região. O ex-prefeito construiu, paralelamente à sua trajetória política, recursos importantes como uma Universidade e um Hospital Universitário, prestadores de assistência à saúde da população da cidade e da região, que se reverteram em favor do seu poderio político; além disso, algumas obras<sup>287</sup> realizadas durante sua gestão, no imaginário social ganharam a sua marca pessoal. Tudo isso somado, conferiu-lhe prestígio junto à população prudentina e regional.

No entanto, conforme vimos pelo conteúdo de sua campanha, Agripino Lima tem no *local* - a cidade de Presidente Prudente - o seu território político e quando enuncia a região, seja como prefeito ou deputado, o faz em nome de um “*Oeste Paulista*”, ampliando seus horizontes políticos para além das fronteiras da 10ª Região Administrativa. O enunciar dessa região mais ampla também aparece no nome da Universidade que fundou e mantém. A forte centralidade da cidade de Presidente Prudente sobre a região, e que indiscutivelmente se estende à Nova Alta Paulista, lhe conferiu além do poder político local também regional.

Paulo Lima, por sua vez, ainda que não tenha ocupado cargos políticos ligados ao executivo, guarda proximidade com o modo de fazer política de seu pai; ele também é detentor de importantes recursos “localizados” em Presidente Prudente, mas que lhe garante influência política na região. Contudo, conforme demonstraram sua propaganda política e as notícias sobre sua atuação política, diferente de Agripino Lima, o ex-deputado federal procura estabelecer relações mais próximas com os municípios da 10ª Região.

O discurso político, apresentado nesse capítulo, deixa ver que a região é basilar nas relações de poder e que as representações de região são importantes recursos, porque fortalecem a defesa de “interesses regionais” e velam os conflitos e os interesses particulares. As elites políticas, escoradas nos problemas da região, pouco têm se mobilizado para promover as “possibilidades” da região do devir, mas ainda assim a imagem do devir, contida na representação da região do atraso, engendra um sentido de unidade e identidade à região, que lhes confere a condição de legítimos representantes da região.

---

<sup>287</sup> Como o parque temático “Cidade da Criança”, a revitalização de áreas públicas como o “Parque do Povo” e da praça central de Presidente Prudente a “Praça Nove de Julho” etc



Nas décadas de 1970 e 1980, o discurso comum entre os candidatos é enunciar o pertencimento à região como garantia de defesa dos interesses da região do devir. As campanhas se voltam para reivindicação de prologamento de rodovias, de construção de usinas de energia elétrica e de álcool, atraindo o progresso para a região das possibilidades. No discurso político preponderava o orgulho de pertencer à região: “*nossa região*”, “*filho da terra*”, é “*gente nossa*”.

Contudo, esse discurso esmaece, assim como a representação da região do devir. A partir da década de 1990, ainda que não se aprofundem os debates e propostas, denunciam-se os problemas, o progresso que não chega, o “*esquecimento*” por parte do Governo do Estado, a condição de “*segunda região mais pobre*” do Estado de São Paulo etc. Assim, em fins da década de 1990, a representação da região do atraso fortalece o discurso político, colocando a região em evidência. Afirmar os problemas da região, enunciar-se como defensor de seus interesses, torna-se uma estratégia política eficaz.

Portanto, é inegável, o poder das representações sociais sobre a região na assunção política de lideranças que atuam no âmbito local/regional. Nota-se que, a partir de meados da década de 1980, o discurso político adota 10ª Região Administrativa como base política e aciona essas representações, seja a do *atraso*, seja a do *devir* e encuncia problemas e reivindicações comuns - como, por exemplo, a compensação por parte do Estado pela concentração de presídios e melhoria do sistema de viário regional - na direção de sedimentar um simulacro de identidade regional que envolve as duas regiões historicamente constiuídas, a Alta Sorocabana e a Nova Alta Paulista.

O discurso e as representações regionais são, então, recursos importantes na luta pela manutenção das relações de poder seja ele político e/ou econômico. É através deles que se “forja” uma região de fronteiras ampliadas - a *Região de Presidente Prudente* - que se estende na direção da Nova Alta Paulista e até mesmo um esboço de região de dimensões ainda mais amplas - a região “Oeste Paulista” - e de fronteiras indefinidas. Não é por mero acaso que programas e agências de desenvolvimento - que visam estimular o arrendamento, e por consequência a valorização de terras ocupadas com pastagens sobre solos degradados - levam no título um “Oeste Paulista” que apaga a imagem do *Pontal dos conflitos fundiários ou a Região de Presidente Prudente*, cuja imagem está vinculada aos conflitos fundiários e à concentração de presídios.

Conforme se observou, no âmbito da política regional não se tem uma elite política numericamente significativa: um deputado estadual e um deputado federal sediados em Presidente Prudente são as lideranças regionais. Assim, diferente do que

ocorre no âmbito da política nacional com a região Nordeste (Castro, 1992<sup>a</sup>), e embora, a partir de 1970, se assista a uma renovação política com a eleição de “políticos-empresários” e “políticos-profissionais” como lideranças da sede regional e da região, preserva-se o “atraso” das estruturas sociais, preservam-se uma estrutura de poder político tradicional. Não estamos afirmando que Mauro Bragato e Paulo Lima sejam os “potentados”, mas seguramente a liderança política individualizada que exercem, desarticulada das associações municipais ou entidades representativas da região, não promoveu um avanço no modo de fazer política na região.

Desse modo, embora atualmente a região tenha três representantes na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, não acreditamos que esse quadro de desarticulação mude expressivamente. Se antes uma das justificativas para o atraso regional residia no fato de se ter apenas um deputado, teremos que esperar para avaliar qual será a justificativa futura para o atraso.

A região do atraso, representação social preponderante no discurso regional, permanecerá enquanto dominar a estrutura de poder político tradicional. Algumas das “vozes” do discurso competente<sup>288</sup>, deixam ver que realmente a região não se faz representar, não porque não tenha um ou mais deputados, entidades, conselhos e organizações, mas também porque não há o envolvimento e participação da sociedade civil na defesa dos “interesses regionais”. Ainda que tenhamos algumas ressalvas sobre a legitimidade desses interesses regionais, lembrando que esse era o discurso do movimento “Pró-soja”, e da atual expansão da cultura canavieira na região, que tem chamado atenção para o aumento dos prejuízos ambientais na região, os “interesses regionais” podem ser os interesses de um segmento da elite econômica regional

Desse modo, enquanto durarem as estruturas tradicionais de poder que se ocultam sob a representação social da *região do atraso*, também permanecerá o imobilismo e/ou desarticulação das estruturas de organização política da sociedade civil o círculo vicioso do atraso. A “região”, essa da representação do atraso que contém a do

---

<sup>288</sup> Na entrevista “n’O xadrez das eleições 2002”, Zizi Trevizan discorre sobre a importância do trabalho do deputado ser articulado à sociedade civil. Por sua vez, Santos (2005), que estudou a importância do capital social para o desenvolvimento da Microrregião de Presidente Prudente, sobre seu baixo dinamismo econômico afirma que a pequena representatividade nas diferentes esferas de governo “[...] pode ser uma das principais causas da percepção de estagnação sócio-econômica da microrregião, que por sua vez é oriunda da pequena capacidade de organização social que tradicionalmente molda a sociedade local, não habituada a se mobilizar politicamente em prol de seus interesses. (p.196)”. E conclui que uma das condições para o desenvolvimento regional é o grau de evolução do seu *capital social*; por capital social, ele entende a “cooperação entre agentes, participação, confiança mútua e sensação de pertencimento”. Pela análise de dois casos ele apresenta pode-se afirmar que a região está longe se articular nesse sentido. (V. SANTOS, 2005, p.178- 194)

devir, continuará preservando o atraso, pois à sua sombra desaparecem os interesses de classe e grupos, os excluídos do crescimento econômico, os pequenos produtores familiares expelidos das terras que cultivavam, os que se debatem pelo acesso a ela, os que não conseguem ascender por meio do mercado de trabalho urbano, os trabalhadores que não têm acesso a assistência médica e educação de qualidade etc. Sob a guarda dos “conflitos”, atribuídos aos “vindo de fora” - como os detentos vindos de outras regiões e os líderes de movimentos sociais - a “região dos conflitos” apaga seus conflitos. No discurso, político em sua essência, ainda que seu enunciador seja um jornalista, economista, médico ou deputado, é a região que é ‘pobre’, ‘carente’, ‘violenta’, ‘conflituosa’ etc. Atrás dela desaparecem os atores, desaparecem as causas e permanecem os efeitos do atraso. Assim a região, para além de espaço de convivência e identidade, é também espaço de conveniência política.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*As coisas ficam muito boas  
quando a gente esquece...*

*Lupcínio Rodrigues*

Do conjunto dos discursos apreendidos no jornal e dos três estudos sobre a região, duas delas obras clássicas da Geografia Regional que tratam da ocupação do oeste do Estado de São Paulo e da formação da Alta Sorocabana, no sudoeste paulista, identificamos, a princípio, as diferentes denominações e imagens que se constituíram em ícones regionais: a *terra de solos férteis e agricultura pujante*, o progresso trazido nos trilhos da *Estrada de Ferro Sorocabana* e a *cidade* de Presidente Prudente, promissora e moderna. São imagens positivas, pertencentes a um passado nem tão remoto, mas tão fortes que ainda permanecem impregnadas no imaginário regional mesmo com o peso das imagens negativas do presente. Imagens que constituem a representação social da região como a do *dever*, a região das possibilidades de desenvolvimento e riquezas, aquela que atraiu os grileiros de terras, mas também agricultores, plantadores de café, e suas famílias, mineiros em sua maioria.

Mas a história da *Alta Sorocabana* e a do *Pontal do Paranapanema*, sua área periférica, compreendida no triângulo formado na confluência dos rios Paraná e Paranapanema, não é marcada apenas pela nobreza da luta do homem pioneiro para se fixar nas terras ainda por “desbravar”. A região tem seu passado ligado a uma ocupação predatória, que desrespeitou os habitantes originais e a própria natureza que oferecia as “possibilidades” de riqueza, e aos processos de apropriação ilegítima de suas terras. Um passado inegavelmente ligado às grilagens de terra, que se não é negado pelo discurso hegemônico regional, é silenciado pelas ‘vozes’ autorizadas a falar pela e para a região.

A Alta Sorocabana até a década de 1970, quando começamos a análise dos discursos *do* e *no* jornal, já se fazia reconhecer como região - já não era uma “zona” pertencente à “franja pioneira paulista”, a que se referia Pierre Monbeig (1981) em fins da década de 1940 - e passava por processos de transformação em sua economia até então eminentemente agropecuária. Mas, a partir dali, o arrefecimento da agricultura e o avanço da pecuária estimulam, por um lado, o êxodo rural e, por outro, o crescimento da cidade de Presidente Prudente, a capital, “do progresso” da Alta Sorocabana. Paralelamente a essas transformações, o Governo do Estado de São Paulo, negligenciando as relações historicamente instituídas no processo de formação dos municípios e a relação já estabelecida entre eles, institui a 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente,

agrupando ‘artificialmente’ Alta Sorocabana e a vizinha região da Nova Alta Paulista, extensão da Alta Paulista de Marília.

Essa região política, porém, como vimos, não se faz reconhecer como região de identidade, como região de referência: conjunto de municípios, lugares de vivência que derivaram do mesmo processo de formação, como são a Alta Sorocabana e Nova Alta Paulista. A região política, a 10ª Região, começa a aparecer e ser enunciada aos poucos, nas notícias sobre os programas e projetos das Secretarias do Governo do Estado, mas era ainda uma região que não se fazia reconhecer nem nos discursos de políticos representantes da região.

A 10ª Região que, sem dúvida, rendeu à cidade de Presidente Prudente maior *status* de poder regional do que já tinha, só seria enunciada de modo significativo pelo jornal e por políticos da região 15 anos depois de sua criação, mas ainda longe estava de ser reconhecida como região de identidade. Desse modo, convivem no discurso do e no jornal a Alta Sorocabana, o Pontal do Paranapanema, a 10ª Região Administrativa e a Nova Alta Paulista.

Mas, na década de 1990, a Alta Sorocabana vai perdendo a força de denominar e enunciar a região fazendo aparecer a *Região de Presidente Prudente*, cujos limites avançam junto com a influência política e econômica da cidade de Presidente sobre o sudoeste do Estado de São Paulo.

A *Região de Presidente Prudente*, que tem agora a cidade como referência, assume não apenas o Pontal do Paranapanema como também a Nova Alta Paulista. O Pontal considerado, até então, a área mais atrasada, o “ponto escuro”, a “área muda” do Estado de São Paulo, em função dos problemas e conseqüentes conflitos fundiários que eclodem com a atuação dos movimentos sociais de luta pela terra pela reforma agrária, ganha evidência aumentando a visibilidade e o poder de reivindicação da Região de Presidente Prudente. O Pontal deixa de ser “mudo” e “fala” mais alto, para o mundo, a existência das irregularidades fundiárias, a existência dos conflitos e do próprio atraso da região.

A Região passa a ser reconhecida não mais apenas como a Região de Presidente Prudente, mas também como a “Região do Conflitos”; desse processo de transformação, que revela mais que a mudança na forma de denominar e enunciar, evidencia-se a justaposição de três “níveis” de regiões, melhor dizendo, três regiões de significados distintos que se estabelecem por diferentes determinações, mas pelas quais

perpassam, embora não com a mesma intensidade, representações sociais de região do devir e do atraso.

A *Alta Sorocabana*, a primeira, é a região originária: *região de vivência e identidade* estabelecida historicamente- “quadro de referência na consciência das sociedades”, resultante de uma “teia de significações de experiências” que define um “código social comum sob a mesma base territorial” (GOMES, 2005) - e que, apesar de estar oculta pela força de enunciação da Região de Presidente Prudente, perdura nos discursos dos que ‘cresceram’ junto com ela, assistiram ao seu arrefecimento, mas a mantêm como memória, signo da *pujança* (pretérita) que se deseja como devir.

A segunda, a *10ª Região Administrativa*, região político-administrativa, de escala mais ampla que fundiu artificialmente duas *regiões de vivência*, instituída pelo Estado, ainda que não tenha garantido efetiva autonomia às RAs, acentuou a condição de centro à cidade de Presidente Prudente que passou a responder também pelos interesses dos municípios da Nova Alta Paulista. Essa regionalização, embora não tenha sido reconhecida de imediato e tampouco apagado a identidade e memória de Alta Sorocabana, foi aceita e adotada pelo núcleo de poder político e econômico prudentino, por ampliar sua área de influência e conseqüentemente o poder das elites políticas locais.

Por outro lado, a “outra” região de *vivência*, a *Nova Alta Paulista*, embora em determinados momentos assuma como seus, os interesses da 10ª Região, estrategicamente para fazer ouvir suas reivindicações junto ao Governo do Estado, somando suas forças às forças políticas de Presidente Prudente, rechaça a condição de dependência a Presidente Prudente. O movimento que se articulou e resultou, em 1998, no Projeto de Lei de criação da Região Administrativa de Nova Alta Paulista, que chegou a ser votado favoravelmente na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, mas que “se esvaziou” sob a alegação de que não havia recursos e interesse do governo em mudar a regionalização vigente, comprova, de um lado, a insatisfação da Nova Alta Paulista que não reconhece a 10ª Região Administrativa como legítima e, de outro, que para as lideranças políticas regionais, de origem prudentina, ela é significativa para a manutenção do poder. Inclusive o momento do encaminhamento do projeto é revelador, porque ocorreu justamente quando a 10ª Região estava sem representação na Assembléia Legislativa.

A terceira região, identificada no discurso e que se sustenta nas representações sociais da região do *devir* e do *atraso*, é a região que se pretende, quiçá também, como a região do *vir a ser*: a *Região de Presidente Prudente*. É a região, simulacro da 10ª Região Administrativa, que aspira se fazer reconhecer como região de

vivência, região de identidade, condição que se atingida lhe conferirá o poder da coesão regional, legitimando o recorte institucionalizado e fortalecendo a articulação entre as duas regiões, conseqüentemente, aumentando o poder de reivindicação da *Região de Presidente Prudente* e garantindo a elegibilidade política das lideranças prudentinas.

Essa região, em projeto, sustenta-se especialmente nos discursos políticos que enunciam o atraso regional que se estende também sobre a Nova Alta Paulista. Em torno do protesto contra a instalação de presídios e da reivindicação de compensações pela concentração deles na região, e da proposição de mudanças na política fiscal do Estado de São Paulo que prejudica a 10ª Região Administrativa, ao menos no discurso, as duas regiões relegadas ao ‘esquecimento’, ‘órfãs’ do Estado, unem-se e assumem a condição de atrasadas em relação às demais.

No discurso do jornal, que também defende “os interesses” da Nova Alta Paulista e assume o recorte da 10ª Região, inclusive na representação cartográfica de sua área de circulação, no discurso dos políticos locais/regionais, no das agências de desenvolvimento, no das empresas que assumem em suas denominações ainda uma outra região fictícia, um “Oeste Paulista”, vemos a intencionalidade de se ampliar as fronteiras regionais e de se negar as causas históricas do atraso. A *Região de Presidente Prudente*, que vez por outra é enunciada como “Oeste Paulista”, é capaz inclusive de abafar a identificação com o Pontal do Paranapanema.

Todos esses discursos, que se coadunam na direção de forjar a “*região simulacro*”, leva-nos a afirmar a proposição inicial de que o discurso, político em sua essência, significa e ressignifica a região tornando suas fronteiras voláteis e indefinidas, atuando no sentido de ampliá-las, o que demonstra que ela tem grande importância nas relações de poder que se dão em âmbito regional. A *região simulacro*, que se pretende fazer reconhecer como espaço de identidade e convivência é, sem dúvida, um espaço de conveniência política. “Nessa perspectiva, a região que se pretende forjar caracteriza-se como um “recurso” importante, como território: produto e “trunfo” (Raffestin, 1980) nas relações de poder político.

Para concluir, é importante admitir que nem todos os pontos que conformaram nossas reflexões iniciais, nem todas as questões de cunho teórico-metodológico, como por exemplo, a superação do conceito de região, lastro teórico dessa investigação, que se aproxima do conceito clássico de região homogênea, que tem uma identidade pautada em um código comum que se constitui na comunhão de experiências que se dá em uma mesma base territorial, foram esgotadas.

Na metodologia empregada, que partiu do discurso regional - revelador de que realmente o “homem aprende como ver o mundo pelos discursos que assimila e, na maior parte das vezes, reproduz esses discursos em sua fala” (FIORIN, 2004) - entendido como produto construído socialmente, a região que se revelou foi aquela que, equivocadamente, se pretendia superar. Pelo menos no âmbito do discurso e das representações sociais, a região que reencontramos está longe de algumas discussões de vanguarda que apontam para o seu fim.

No caso desta investigação, o resultado não poderia ser diferente. A *Alta Sorocabana*, que se mostrou no discurso, veio nas imagens positivas que se construíram socialmente e que se constituíram em ícones regionais - uma *ferrovia* que hoje corre nos trilhos da memória, os *campos férteis*, onde floresceram verdes cafezais artesanalmente plantados e onde se deitou o manto branco do algodão; e a *cidade*, capital do progresso sertanejo -, trouxe também à tona imagens de um passado renegado, o das terras griladas, o da exploração predatória da natureza, em nome de um progresso que o discurso insiste em denunciar que foi embora junto com os vagões da antiga ferrovia.

Ainda que o lirismo nos contamine a fala final, é essa região, romanésca e que guarda a bravura dos pioneiros, que está viva na memória das gerações que cresceram e envelheceram com ela. É a região baseado nessas imagens, fincadas nas representações sociais, que o discurso regional enuncia e contesta o atraso, pois ela está contida na *Região de Presidente Prudente*. É a região ausente, pertencente ao passado, que dá coesão à região do presente.

Contudo, apesar dos tropeços metodológicos, dos erros e acertos, acreditamos que as representações identificadas no discurso regional, podem constituir categorias que explicam, além da região em questão, os significados de outras regiões de fronteira.

Por fim, esperamos que de nossas reflexões resultem novas frentes de discussões e que os extensos registros de parte dos discursos que compõem o acervo que construímos, sirva de lastro para futuras investigações no âmbito dos estudos dessa e de outras regiões.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Santos Dióres. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FFCLPP, 1972.

\_\_\_\_\_. **Poder político local no populismo Presidente Prudente (SP) – 1928-1959**. Presidente Prudente: IPEA-UNESP, 1982. (Tese de livre-docência)

ALBET I MAS, Abel. ¿Regiones singulares y regiones sin lugares? Reconsiderando el estudio de lo regional y lo local em el contexto de la geografía postmoderna. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**. Barcelona, nº 32, 2001. p.35-52. < disponível na internet >

ANTONIO, Armando Pereira. **O movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo Estado**. Os exemplos na Alta Sorocabana no período 1960-1990. 1990. 178 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cad. Pesquisa**. n.117 São Paulo nov. 2002, p.127-147. ISSN 0100-1574. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15555.pdf>>

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões: entre a história e a memória**. Bauru: Edusc, 2000. 264 f.. (Coleção História)

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2002.

BARROS, Diana L. P. **Teoria semiótica do texto**. 4ª Ed. São Paulo: Ática, 2001. 96p.

BERTELLI, Luiz G. **A verdadeira história do ProAlcool**. Disponível em: < <http://www.biodieselbr.com/proalcool/historia/proalcool-historia-verdadeira.htm> > Acesso em 18 jan 2007.

BORGES, Maria Celma. **De pobres da terra ao movimento sem terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema-SP**. 2004. 388 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRAIT, Beth. As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In BARROS, Diana L.P. de, FIORIN, Luiz F.(org.) **Dialogismo, polifonia, intertextualidade em torno de Bakhtin**. São Paulo: Edusp, 1994.

BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre: FEE, n. 13, agosto, 1988.

CAMARGO, Sonia de. Mercosul: crise de crescimento ou crise terminal? **Lua Nova**, 2006, no.68, p.57-90. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n68/a03n68.pdf>> Acesso em abril 2007.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. A questão regional no Brasil contemporâneo. In. LAVINAS, Lena *et al.* (org.) **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1993.

CASTRO, Iná Elias de. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In CASTRO, Iná Elias de, *et al.* **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: BCD União de Editoras, 1997, p. 155-196.

\_\_\_\_\_. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de *et al.* **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. **Região - Lugar político e da política. Representação e território no Brasil**. Trabalho apresentado no Simpósio Internacional “Lugar, formação sócio-espacial, mundo”. São Paulo, 1994. (mimeo.)

\_\_\_\_\_. **Visibilidade da região e do regionalismo: A escala brasileira em questão**. Trabalho apresentado no Seminário: Integração, região e regionalismo. São José do Barreiro, ANPUR, 1992. (mimeo.)

\_\_\_\_\_. **O mito da necessidade**. Discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992<sup>a</sup>.

\_\_\_\_\_. Política e território: evidências da prática regionalista no Brasil. **Rev. de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 32, n. 3, 1989.

\_\_\_\_\_ Estado e região: Considerações sobre o regionalismo. **Anuário do Instituto de Geociências**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**. v 40, nº 2. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext)> Acesso 20 de jul 2007.

CAVALCANTI, Guilherme de Albuquerque. A dinâmica do PROÁLCOOL: Acumulação e crise 1975-1989. **Revista Brasileira de Energia**. v. 2, n. 1, 1992. Disponível em: <<http://www.sbpe.org.br/v2n1/v2n1a1.htm> >

CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia**. 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001. 309 f.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de *et al.* **Geografia: conceitos e temas**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p.15-47.

\_\_\_\_\_ **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

DOMINGUES, José Maurício. A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil. **Dados**. 2002, v. 45, n.3, p. 459-482. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v45n3/a05v45n3.pdf> >. Acesso em 01 ago 2007.

DUARTE, Aluizio Capdeville. Regionalização: considerações metodológicas. **Boletim de geografia teórica**. Rio Claro: Associação de Geografia Teórica, 10(20): 5-31, 1980.

DUNDES, Ana Cláudia. **O processo de (des)industrialização e o discurso desenvolvimentista em Presidente Prudente – SP**. 1998, 288 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UNB, 2001.

FERNANDES, Bernardo M, *et al.* Do Pontal do Paranapanema a Ribeirão Preto: uma viagem geográfica e paradigmática para melhor compreender os modelos de desenvolvimento da agricultura **CAMPO-TERRITÓRIO**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 107-114, fev. 2006.

FERNANDES, Bernardo M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 13ª Ed. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 2004.

FOUCAULT, Michel **A ordem do discurso**. 11ª Ed. São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

FUNDACE/USP. **Perspectivas para micro e pequena empresa no desenvolvimento da Região Administrativa de Presidente Prudente**. Relatório Final. Ribeirão Preto: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Departamento de Economia. 1998.

GARCÍA, Maria F. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. 2004. 216 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

GIL, Izabel Castanha. **Nova Alta Paulista, 1930-2006: entre memórias e sonhos. Do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional**. 2007. 411f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

\_\_\_\_\_. AMNAP: gênese, representação política e inserção no desenvolvimento regional. **Revista Omnia**, nº 9/10, ano VIII, 2007<sup>a</sup>, p. 1-26.

\_\_\_\_\_. Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo. **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 7, n.4, jan/jul 2004. p.5-19.

GÓMEZ MENDOZA, Josefina *et al.* **El pensamiento geográfico**. Estudio interpretativo y antología de textos: de Humboldt a las tendencias radicales. Madrid: Alianza Ed., 1982.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de *et al.* **Geografia: conceitos e temas**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 49-76.

GONZALES Lucilene dos Santos & MEDEIROS, Fábio Figueiredo de. História da publicidade em Presidente Prudente – SP. In: **Anais do III Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**. Novo Hamburgo/RS: Redealcar, 2005. Disponível em: <http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd3.htm> Acesso em: 20 jan 2007.

GUIMARÃES. Raul. Atores políticos, representações sociais e produção da escala geográfica. In: MELO, Jayro Gonçalves. **Espiral do espaço**. Presidente Prudente, GAsPERR, 2003, p.7-21.

\_\_\_\_\_. **Saúde pública e política urbana**. 2000. 224 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo

HAESBAERT, Rogério. Morte e vida da região: Antigos paradigmas e novas perspectivas da geografia regional. In: SPOSITO, Eliseu S. (org). **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente: UNESP/FCT/GAsPERR, 2005. p. 9-34.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HESPANHOL, Rosângela A. M. **Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na Microrregião geográfica de Presidente Prudente-SP**. 2000. 354 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

\_\_\_\_\_. **O tomate a caminho da indústria: a influência da CICA na Alta Sorocabana de Presidente Prudente**. 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

LAVINAS, Lena & NABUCO, Maria Regina. Regionalização: problema de método. **Espaço & Debates**. São Paulo, n. 38: 21-26, 1994.

LAVINAS, Lena *et al.* (org.) **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1993.

LEBRET, Louis J. **Problemas de desenvolvimento. Necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo**. São Paulo, CIBPU, vol 1, 1954.

LEFEBVRE, Henri. **La presencia y la ausencia**. Contribución a la teoría de las representaciones. Mexico, D.F. Fondo de Cultura Económica, 1983.

LEITE, Adriana. F. O lugar: Duas acepções geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências**. Rio de Janeiro: UFRJ, v.21, 1998. p.9-20. Disponível em <[http://www..anuario.igeo.ufrj.br/anuario\\_1998/vol21\\_09\\_20.pdf](http://www..anuario.igeo.ufrj.br/anuario_1998/vol21_09_20.pdf)>. Acesso 10 Set. 2006.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998.

\_\_\_\_\_ **A Alta Sorocabana**. Uma região em busca de sua vocação. Caderno Prudentino de Geografia. Presidente Prudente, AGB, n.2, p.75-83, 1981.

\_\_\_\_\_ **Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FFCLPP, 1972.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.

LIMA, Alexandre Bonetti. Os sentidos da mídia: o MST em dois diários. **Psicologia & Sociedade**. Porto Alegre, v.18, n.3, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n3/a14v18n3.pdf>> Acesso em 20 abr. 2007

LIMA, Edvaldo C. de. **Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema (sp): dissidências e dinâmica territorial**. 2006<sup>a</sup>. 132 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

LIPIETZ, Alan. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

MARTINS, José de Sousa. **O poder do atraso**. Ensaaios de sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MELO, Jayro. Gonçalves (org.) **Região, cidade e poder**. Presidente Prudente: GASPERR, 1996.

\_\_\_\_\_. O jornal e o coronel. **Recortes**. Presidente Prudente, FCT/UNESP-CNPQ, n. 3,1995.

MENDES, Noeli A. S. **As usinas hidrelétricas e seus impactos: os aspectos socioambientais e econômicos do reassentamento Rural de Rosana – Euclides da Cunha Paulista**. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MENEGUETTE, Arlete A.C. **Atlas interativo Pontal do Paranapanema: uma contribuição à educação ambiental**. 2001. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MINAYO, Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In:GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH(org.).**Textos em representações sociais**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p.89-111.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo:Hucitec-Pólis, 1984.

MONTENEGRO GÓMEZ. Jorge R. **Desenvolvimento em (des)construção:narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. 2006. 438 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1981.

NEGRI. Barjas. As políticas de descentralização industrial e o processo de interiorização em São Paulo: 1970-1985. In:TARTAGLIA, José C.& OLIVEIRA, Oswaldo Luiz de (orgs). **Modernização e Desenvolvimento no interior de São Paulo**. São Paulo: Ed. Unesp, 1988, p. 11-37.

OLIVEIRA, Francisco de. **Uma elegia para uma re(li)gião**: Sudene, nordeste, planejamento e conflito de classes. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

ORLANDI, Eni P. **A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil**. Disponível em <[http://spider.ufrgs.br/discurso/evento/conf\\_04/eniorlandi.pdf](http://spider.ufrgs.br/discurso/evento/conf_04/eniorlandi.pdf)>. Acesso em nov. de 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1980.

SALLUM JR, Brasília. **Capitalismo e cafeicultura**. Oeste paulista: 1888-1930. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

SANTOS, Álvaro Barboza dos. **Desenvolvimento regional e capital social: uma abordagem para a microrregião de Presidente Prudente-SP**. 2005, 233 f.. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SANTOS. Douglas. **Reinvenção do Espaço**. Diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Unesp, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_ **Território. Globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1996.

\_\_\_\_\_ **Técnica espaço tempo**. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_ **Espaço e método**. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Nobel, 1992.

SCARPINELLA, Claudio A. **Porto Primavera: o paradigma de análise e os processos de decisão e implantação**. 1999. Tese (Doutorado em Energia) – Escola Politécnica/Instituto de Eletrotécnica e Energia/ Instituto de Física/ Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo.



SILVA, Marcia da. **Territórios conservadores de poder no centro-sul do Paraná.** 2005. 263 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

\_\_\_\_\_ **O poder local em Presidente Prudente-SP, o comerciante e suas representações sociais.** 2000. 169 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SOUZA, Maria Adélia. A “explosão” do território: falência da região? **Cadernos IPPUR/UFRJ.** Rio de Janeiro, anoVII, nº 1,1993.

SOUZA, Sônia Maria Ribeiro de Souza. **Discursos em confronto no território da luta pela terra no/do Pontal do Paranapanema: MST e imprensa.** 2005. 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SPOSITO, Eliseu S. Reestruturação produtiva e reestruturação urbana no estado de São Paulo. In IX Coloquio Internacional de Geocrítica. **Los problemas del mundo actual. Soluciones y alternativas desde la Geografia y las Ciencias Sociales.** Porto Alegre: UFRS, 2007. Disponível em: < <http://www.ub.es/geocrit/9porto/eliseu.htm>>.

\_\_\_\_\_ **Contribuição para a metodologia de ensino do pensamento geográfico.** 2000. Tese (Livre Docência em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

\_\_\_\_\_ **Migração e permanência das pessoas nas cidades pequenas.** Os casos de Pirapozinho e Álvares Machado na Alta Sorocabana, SP. 1982. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SPOSITO, Maria E. B. & Guimarães, Raul Borges. **Conjuntura Prudente 97.** Presidente Prudente: GASPERR/FCT-UNESP, 1997.

SPOSITO. Maria E. B. **O ‘chão’ de Presidente Prudente: a lógica da expansão territorial urbana.** 1983. Dissertação (Mestrado em Geografia) do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

SPINK, Peter. Análise de documentos de domínio público. In: SPINK, Mary Jane (org.) **Práticas Discursivas e Produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 1999. p. 123-151.

SEADE. **Anuário Estatístico do Estado de São Paulo 2003**. São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/anuario/2003/index.php?tip=ment&opt=intro&tema=null&cap=1>> .Acesso em 20 jun 2006.

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO- SP. Região Administrativa de Presidente Prudente. Disponível em <[http://www.planejamento.sp.gov.br/AssEco/textos/Presidente\\_Prudente.pdf](http://www.planejamento.sp.gov.br/AssEco/textos/Presidente_Prudente.pdf)> Acesso em 20 jun 2006.

THRIFT, Nigel. Visando o âmago da região. In: GREGORY, D; MARTIN, R; SMITH, G.(orgs). **Sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p.215-247.

ANEXO I

SINTESE<sup>1</sup> DO LEVANTAMENTO NO JORNAL O IMPARCIAL<sup>2</sup>  
(1970, 1972, 1974, 1978, 1982, 1983, 1986, 1990, 1992, 1998, 2002, 2006)

1970 (2º semestre)	ELEIÇÕES: governador e dep. Federal Estadual e Senador. 10ª R.A / REGIÃO PRES. PRUDENTE	PONTAL
<p><b>ALTA SOROCABANA</b></p> <p>1. Laudo concitou a União dos Arenistas (03/07/70, p1)</p> <p>2. Laudo define suas metas: Educação e Agricultura. (05/07/70, p1)</p> <p>3. Vereador encaminha reivindicações da Região ao governador do Estado (05/07/70, p1)</p> <p>4. Reivindicação une a Alta Sorocabana. (12/07/70, p1)</p> <p>5. Eles disputarão os votos da Alta Sorocabana. (02/08/70, p1)</p> <p>6. O algodão perderá para o amendoim. (16/08/70, p1)</p> <p>7. Prefeitos da Alta Sorocabana com o Governador (30/08/70, p2)</p> <p>8. Reunidos em Paraguaçu municípios da Alta Sorocabana para estudar problemas comuns. (30/08/70, p2)</p> <p>9. Deputados da Sorocabana falam sobre o plano habitacional (03/09/70, p5)</p> <p>10. “Cancro Cítrico” reaparece na Alta Sorocabana. (25/09/70, p10)</p> <p>11. As eleições na Alta Sorocabana. (2/11/70, p1)</p> <p>12. Alta Sorocabana elegeu três deputados. (01-12-70, p1)</p> <p>13. Paulinho, uma esperança da região (11/12/70, p1)</p> <p>14. Severo Lins, já diplomado, esboça suas normas de ação. (18/12/70, p1)</p>	<p>1. DER descuida de nossas estradas. (14/07/70, p1)</p> <p>2. A região de Presidente Prudente está em completo abandono pelo DER. (14/07/70, p3)</p> <p>3. Produtores de algodão protestam. (06/09/70, p1)</p> <p>4. Pres. Prudente sediará no encontro da A.P.M. (24/09/70, p1)</p> <p>5. Presidente Prudente terá escritório Regional de Plancjamento. (04/12/70, p1)</p> <p>6. A posição das regiões administrativas. (15-12-70, p6)</p>	

<sup>1</sup> Contém apenas parte dos arquivos levantados.

<sup>2</sup> LEVANTAMENTO E ORGANIZAÇÃO: Ana Cláudia Dundes (2005- 06)

1972 (2º semestre)	ELEIÇÕES MUNICIPAIS	
<p><b>ALTA SOROCABANA</b></p> <p>1-Êxodo rural causa seria preocupação (12/07/72, p1)</p> <p>2-Êxodo rural ameaça a região (24/07/72, p.1)</p> <p>3-Nova riqueza na Alta Sorocabana (30/07/72)1</p> <p>4-Alta Sorocabana produz bom café (31/08/72, p1)</p> <p>5-Alta Sorocabana guarda governador. (24/09/72t, p1)</p> <p>6-Alta Sorocabana exporta mais que todas as regiões (20/10/72, p.1)</p> <p>7-Laudu inspeciona e inaugura obras na Alta Sorocabana (28/09/72)</p> <p>8-Em população a Alta Sorocabana só é inferior a duas regiões (11/11/72, p1)</p> <p>9-Alta Sorocabana exporta mais amendoim que todas as regiões (20 /11/72, p.10)</p> <p>10-Tecnologia chega a pecuária regional (26/11/72)</p> <p>11-Amendoim, soja e óleo de mamona; as grandes exportações da região. (28/12/72, p.1)</p> <p>12-(Editorial) Preocupação (28/12/72, p.1)</p> <p>13-Em 1972 muitas vidas ceifadas por acidentes na região (31/12/72, p.5)</p>	<p><b>10ª R.A / REGIÃO PRES. PRUDENTE</b></p> <p>1- Abre-se hoje a IX Exposição Regional de Animais (10/09/72, p.1)</p> <p>2- Uma exposição para 150 mil pessoas (24/09/72, p. 1)</p> <p>3-A economia na região de Pres. Prudente (3/12/72, p.1)</p>	<p><b>PONTAL DO PARANAPANEMA</b></p> <p>1.Colassuono visita hoje o Pontal (25/08/72, p.1)</p> <p>2. Dificuldades no Pontal (20/10/72, p1)</p> <p>3. (Editorial) Dias novos para o Pontal</p> <p>4.O governo vai ativar O Pontal do Paranapanema (27/08/72, p.1)</p>

1974 (2º semestre)	ELEIÇÕES: governador e dep. Federal Estadual e Senador.	
<p><i>ALTA SOROCABANA</i></p> <p>1- Prefeitos entregarão um memorial ao futuro governador Paulo Egydio. (12/07/74, p1)</p> <p>2- Candidatos do MDB no Imparcial (18-07-74, p1)</p> <p>3- Deputado Rondó presente a reunião mensal da UMAS. (08/08/74, p1)</p> <p>4- Presidente da U.M.A.S. quer o fortalecimento da Arena. (25-09-74, p1)</p> <p>5- Orestes Quércia na região (05-11-74, p1) [em campanha a Senador pela MDB, na Alta Sorocabana]</p> <p>6- Paulo Egydio excursiona hoje na Região da Alta Sorocabana. (26-10-74, p1)</p> <p>7- Grande comício em Prudente fecha excursão de Paulo Egydio Martins a Alta Sorocabana. (27/10/74, p1)</p> <p>8- Êxodo rural provoca decadência em pequenos municípios da região. (08/11/74, p1)</p> <p>9- Êxodo rural provoca decadência em pequenos municípios da região. (08/11/74, p1)</p> <p>10- A região pode ficar órfã nas câmaras legislativas. (19/11/74, p1)</p> <p>11- Êxodo rural provoca decadência em pequenos municípios da região. (08/11/75, p1)</p> <p>12- Esta estrada precisa vir a região da Alta Sorocabana (19/12/74, p1)</p> <p>13- Os deputados eleitos a 15 de novembro (26/11/74, p1)</p>	<p><i>10ª R.A / REGIÃO PRES. PRUDENTE</i></p> <p>1- A Cica desenvolve uma nova riqueza regional: o tomate. (06/08/74, p1)</p> <p>2- Porque não prestigiar os candidatos da região (15/11/74, p1)</p> <p>3- Laudo Natel instala hoje a Divisão Regional do DER em Pres. Prudente. (12/12/74, p1)</p>	<p><i>PONTAL</i></p> <p>1- Governador autoriza obras para o Pontal do Paranapanema. (17/08/74, p1)</p> <p>2- O Pro-Pontal e o campus avançado, a redenção do Pontal do Paranapanema (21/08/74, p1)</p> <p>3- Laudo Natel visita hoje o Pontal do Paranapanema. (29/08/74, p1)</p> <p>4- (Editorial) O significado da visita do governador Laudo Natel. (29/08/74, p1)</p> <p>5- Laudo Natel chegou ontem e hoje deverá sobrevoar o Pontal. 30/08/74, p1)</p> <p>6- Hidrelétrica do Porto Primavera a grande notícia dada pelo governador Laudo Natel (31-08-74, p1)</p> <p>7- Plantadores de mamona fracassam e aumenta o êxodo rural no Pontal. (01-09-74, p1)</p>

1976 (2º semestre)	ELEIÇÕES MUNICIPAIS	PONTAL DO PARANAPANEMA
<p><b>ALTA SOROCABANA</b></p> <p>1. Deputado Castelhano fala do Pontal e da A. Sorocabana ( 07/07/76)</p> <p>2. Esta se definindo o quadro político nos municípios da Sorocabana (13/07/76, p.7)</p> <p>3. As novas opções para o agricultor da nossa região: pimenta e girassol (14/10/76, p.1)</p> <p>4. Boas perspectivas para o arroz na Sorocabana (17/10/76, p.1)</p>	<p><b>10ª R.A. / REGIÃO DE PRES. PRUDENTE</b></p> <p>1. A aberta a XIX Exposição Agrícola de Presidente Prudente (03/07/76, p1)</p> <p>2. Aumentara as exportações na região de Pres Prudente (21/07/76, p. 8)</p> <p>3. Abre-se oficialmente a XII Exposição de animais (09/09/76, p1)</p> <p>4. Algodão: área será dobrada na região de Pres. Prudente (17/10/76, p1)</p> <p>5. Castellano quer saber os planos do DER na região de Pres Prudente (29/10/76, p1)</p> <p>6. Cel Erasmo Dias inaugurou a nova Delegacia Regional (12/11/76, p3)</p> <p>7. Aumenta área de amendoim na região de Presidente Prudente (24/11/76, p1)</p> <p>8. 10ª Região Administrativa terá integração cultural (18/12/76)</p>	<p><b>PONTAL DO PARANAPANEMA</b></p> <p>1. Contratadas as obras iniciais do Plano Rodoviário do Pontal (20/07/76l, p1)</p> <p>2. Em definição o programa de desenvolvimento do Pontal (05/09/76, p. 1)</p> <p>3. Em meados de 1977 o Pontal receberá seu maior programa de desenvolvimento (8/12/76, p1)</p> <p>4. Egidio defendera a construção das Usinas no Pontal do Estados (8/12/76, p9)</p> <p>Castello Branco em direção ao oeste Paulista 18 12 76 pl</p>

1977 (1º semestre)	10ª RA / REGIÃO DE PRES. PRUDENTE	PONTAL DO PARANAPANEMA
<p><i>ALTA SOROCABANA</i></p> <p>1- Conselhos Regionais socorrerão as regiões subdesenvolvidas (23 jan, p3)</p> <p>2- Estamos promovendo a integração Paraná-Sorocabana (25 jan, p.1)</p> <p>3- Canet Junior ao O Imparcial: “Estamos promovendo a integração Paraná-Sorocabana” (25 jan, p5)</p> <p>4- Produtores de fumo na região tem um novo convenio com a Secretaria da Agricultura (06/02/77, p1)</p> <p>5- O governo tem interesse na criação do hospital regional em Prudente. (27/02/77, p.1 e 7)</p> <p>6- Trigo e café podem desenvolver a economia da região (03/03/77, p.1)</p> <p>7- Em andamento as obras da estrada Prudente – Adamantina (03/03/77, p.5)</p> <p>8- A Alta Sorocabana recebe laranja de má qualidade das regiões produtoras (15/04/77, p1)</p> <p>9- A primeira experiência de reforma agrária na Alta Sorocabana avaliada após 13 anos. (14/04/77, p.5)</p> <p>10- Pecuarias temem que o governo desviará recursos do setor para a produção de cana. (21/04/77, p.1)</p> <p>11- A viagem do prefeito pela Alta Sorocabana. (05/05/77, p3)</p> <p>12- Trigo pode salvar a agricultura regional (06/05/77, p3)</p> <p>13- Café na Alta Sorocabana (05/05/77, p1)</p> <p>14- Candidatos de fora fazem sua campanha na região (21/06/77, p1)</p> <p>15- UMAS se reúne dia 2 em Rancharia (21/06/77, p1)</p> <p>16- Deputado pede a Geisel pela região 28/06/77, p8)</p>	<p>1- Região de Prudente produz 100 mil litros de leite (04/03/77, p.1)</p> <p>2- Região já recebeu 50 ton. de algodão (07/05/77, p2)</p> <p>3- Os prefeitos da região debateram o Conselho de Desenvolvimento (13/05/77, p.1)</p> <p>4- Cultura de Cana pode expandir na região de Presidente Prudente (04/06/77, p1)</p>	<p>1- Novos prefeitos vão lutar pela concretização do Pró-Pontal (07/01/77, p.1 e 3) *</p> <p>2- Distorções sociais serão corrigidas no Pontal (11/02/77, p.1 e 3)</p> <p>3- Uni-Pontal pode provocar esvaziamento da UMAS (24/04/77, p.1)</p> <p>4- Unipontal será fundada dia 26. (24/04/77, p.1)</p> <p>5- No Pontal do Paranapanema, Rosana e Teodoro Sampaio pelo asfalto. (17/05/77, p. ?)</p> <p>6- Cana de açúcar pode alterar imagem do Pontal do Estado (24/06/77, p. 1 e 3)</p> <p>7- Vem aí o Unipontal. (05/07/77, p.5)</p> <p>8- Esta surgindo no Pontal do Estado uma grande Usina de álcool de cana (19/07/77, p.1) (Alcídia)</p> <p>9- Eletrificação rural já chegou a região do Pontal do Estado (19/07/77, p7)</p>

<p align="center"><b>1978 (2º semestre)</b> <i>ALTA SOROCABANA</i></p>	<p align="center"><i>10ª R.A / REGIÃO DE PRES. PRUDENTE</i></p>	<p align="center"><i>PONTAL DO PARANAPANEMA</i></p>
<p>1- Existe petróleo na Alta Sorocabana (Altino Correia) (04/06/78, p1 e p3)  2- Pedido de credenciamento pela UMAS. (09/07/78, p.12)  3- Destilaria Alcídia começou a trabalhar no dia da independência. (10/09/79, p1)  4- A Alta Sorocabana já começa a sua produção de álcool anidro. (Clóvis More) (10/09/78, p1)  5- Maluf: “Quero a nova capital o mais perto das barrancas do rio Paraná. (08/10/78, p1)  6- Prefeitos da Alta Sorocabana apoiam a tese de Maluf, da nova capital. (08/10/78, p1 e 3 - 2º Caderno)  7- A Alta Sorocabana está unida em torno de dois candidatos. (prop. política) (04/11/78, p10)  8. Desta vez Pres. Prudente concorre com 7 candidatos. (15/11/78, p1) .  9. 81.357 eleitores em condições de votar na Comarca de P. Prudente. (15/11/78, p1)  10. Prudentinos disseram “não” aos paraquedistas. (17/11/78, p4)  11. Antonio Zacharias recebe na capital, os votos que não teve em sua região. (19/11/78, p1)  12. Mauro Bragato: “Minha votação é fruto da ânsia de renovação”. (19/11/78, p1)  13. Pe. Leão o novo fenômeno na vida política da região. (19/11/78, p1)  14. Zacharias já tem planos para sua atuação no Congresso. (19/11/78, p3)  15. Nossos candidatos se elegeram até mesmo com relativa folga. (22/11/78, p1)  16. Prof. Benedito: “A região conscientizou-se das vantagens de eleger seus candidatos. (22/11/78, p1)  17. Ontem em Pirapozinho: UMAS decide utilizar os novos deputados como seu porta-voz. (08/12/78, p1 e 2)</p>	<p>1. Novas estradas mudam quadro viário da região de Pres. Prudente (08-07-78, p1)  2. Prudente terá um Conselho Regional de Desenvolvimento. (14/10/78, p1 e 10)  3. Inocêncio Erbella no Conselho de Desenvolvimento Regional (29/10/78, p11)  4. Três novas estradas cortam a região de Prudente. (21/09/98, p1)  5. O prudentino está se politizando? (07/11/78, p3)  6. O que se fala (e se ouve) nos comícios de Presidente Prudente (09/11/78, p9)  7. Ao invés de 3 a região pode eleger 4. (19/11/78, p1)  8. Walter Lemes: “ainda aguardo os resultados para comemorar” (19/11/78, p1)  9. O prefeito destaca a importância da eleição de quatro parlamentares. (22/11/78, p1)</p>	<p>1. Advogado sugere ao Estado continuar a ação discriminatória na área do Pontal. (13/07/78, p1)  2. Herbert Levy no Pontal. (30/07/78, p.1)  3. Apoio ao Unipontal. (05/08/78, p4)  4. Nona reunião da União do Unipontal em Teodoro Sampaio. (03/09/78, p.3)  5. O Pontal do Estado recebe sua Usina Pioneira de Álcool (25/10/78, p5)  6. Paulo Egydio: ‘Pontal do Paranapanema vive hoje perspectivas mais promissoras’ (25/10/78, p1 e 5)</p>



<p><b>1982 (2º semestre)</b> <b>ALTA SOROCABANA</b></p>	<p><b>Eleições mun/gov/Dep Fed e Est/Sen.</b> <b>10ª R.A. / REGIÃO DE PRES. PRUDENTE</b></p>	<p><b>PONTAL DO PARANAPANEMA</b></p>
<p>1. Deputado Zacharias apóia a Cidade da Criança (20/08/82, p.7) 2. Deputado Walter Lemes Soares e a Rodovia Rancharia-Martinópolis. (25/08/82, p. 6) 3. Deputado anuncia casas populares para região. (05/09/82, p.15) [Walter Lemes] 4. Constantino “Lutarei pelo PDS em toda nossa região” (29/09/82, p.1) 5. Zacharias não se reelege mas não revela qualquer mágoa e agradece apoio recebido (12/12/82, p.7) 6. Mensagem de Walter Lemes (25/12/82, p. 8)</p>	<p>1, Zacharias recebe novas manifestações de apoio (27/08/82, p7) 2. Zacharias pede em Brasília para a inclusão da região no Probor (18/09/82, p.4) 3. Paulo Constantino ‘Estou convicto de que Reynaldo de Barros é um homem de bem’ (29/09/82, p3) * 4 Conselhos regionais de Montoro podem ter Prudente como piloto (07/12/82, p1) 5. Walter Lemes promete continuar lutando pela região apesar do governo do PMDB (24/12/82, p. 5) 6. Zacharias assume cargo federal (29/12/82, p3)</p>	<p>1. Despejo no Pontal pela PM não encontra reação (03/08/82, p.1) 2. No Pontal nova ameaça de despejo. (0209/82, p.1)</p>

1983 (1º semestre)	10ª R.A. / REGIÃO DE PRES. PRUDENTE	PONTAL DO PARANAPANEMA
<p><b>ALTA SOROCABANA</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. E a UMAS? Fatos e fotos. (13/01/83, p. 8)</li> <li>2. Prudente sediará Simpósio Alcooleiro e feira do Alcool da Alta Sorocabana. (23/01/83, p11)</li> <li>3. Ao PMDB não interessa que a UMAS sobreviva (23/02/83, p3)</li> <li>4. Com PMDB ausente, UMAS elege diretoria pedessista (25/02/83, p.8)</li> <li>5. Bacia Leiteira da Alta Sorocabana preocupada (28/03/83,p.11)</li> <li>6. Diminuem as áreas plantadas na região (10/04/83l, p1)</li> <li>7. Em Taciba agricultura, trabalho e saúde foram os assuntos da UMAS (29/04/83l, p1)</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Diretor do Erin defende política agrícola para Presidente Prudente (12/04/83, p3)</li> <li>2. Ainda o desenvolvimento regional (12/04/83, p3)</li> <li>3. DIRA vai fomentar plantio de seringueiras na região (02/05/83, p1)</li> <li>4. Cr\$5 bilhões, prejuízos nas lavouras da região. (21/06/83, p.1 e 5)</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Andorinha investe no Pontal (20/02/83, p8)</li> <li>2. Agravam-se os problemas dos posseiros do Pontal (26/02/83, p1 e 5)</li> <li>3. Denari para a Política de Terras (22/03/83, p1)</li> <li>4. Comissão de posseiros do Pontal será recebida por secretários (27/03/83, p. 7)</li> <li>5. Ato público contra o desemprego no Pontal (13/05/83, p3)</li> <li>6. Advogado dos posseiros diz que a proposta é cômica (17/05/83)</li> <li>7. A reserva ecológica do Morro do Diabo (22/05/83, p7)</li> <li>8. Estado não aceita posseiros nas terras do Morro do Diabo (24 /05/83, p1)</li> <li>9. Dispensa de operários no Pontal gera inúmeros problemas (25/05/83, p9)</li> <li>10.A Associação comercial de Primavera mostra quadro de desespero no Pontal (30/06/83, p7)</li> </ol>

<p><b>1986 (1º semestre)</b> <b>ALTA SOROCABANA</b></p>	<p><b>Eleições Mun/Gov/Dep Fed e Est/Senador.</b> <b>10ª RA / REGIÃO DE PRES. PRUDENTE</b></p>	<p><b>Oeste Paulista</b></p>
<p>1. (Primeira página do Caderno Regional) MAPA da Alta Sorocabana. (10 Set, p13) 2. <b>Presidente Prudente Capital Regional do Progresso.</b> (14 set, p.p.48) [cita 10 RA] 3. Tiezzi: ‘Precisamos de um governo que seja comprometido com a democracia’. (20 abril, p.6) 4. Zacharias apoiado pela União Popular da Região. (07 set, p11) 5. Zacharias e Erbela “Unidos pelo progresso da Alta Sorocabana” (25 out, p3)</p>	<p>1. Mais de 425 milhões arrecadados na região. (08 ago, p.17) 2. 10ª Região: Exportados este ano mais 97 mil dólares. (22 ago, p13) 3. 10ª Região: Quatro aniversários. (13 jun, p1) 4. A região, carente de dados estatísticos, mas a previsão é de crescimento. (1986, S/D) 5. A região de P. Prudente (25 out, p10) 6. Agricultura da região tende sofrer um acréscimo de 20% (Ari Cipola Jr.) (21 jun, p7) 7. Agroindústria da 10ª Região. (11 jun, p.1. Cad2) 8. Antonio Ermírio visita região de P. Prudente. (05 jun, p.9) 9. Arrecadação tributária federal na décima região superou 200 milhões de cruzados, de janeiro a junho deste ano. (08 ago, p22) 10. Erbela define-se como candidato regional. (15 jun, p26) 11. Estas cidades constituem ponto de honra do meu compromisso (24 out, p16) 12. Lideranças do PMDB manifestam unidade em torno de Quércia (10 abril, p5) 13. Presidente Prudente capital regional do progresso. (14 set, p.p.48) 14. Propaganda da Andorinha (25 jul, p13) 15. Teodoro Sampaio: O maior município do Estado [...], o segundo maior em habitantes e eleitores da Décima Região Administrativa de Governo. (07 ago, p.7) 16. Zacharias apoiado pela União Popular da Região. (07 set, p11)</p>	<p>PONTAL</p> <p>1. APEC a futura UNOESTE em seu ano 14. (15 jun, p.24) 2. Educação e trabalho. “Oeste Paulista na constituinte”. (8 out, p9) 3. Lançado na região, Quércia diz que é o “candidato municipalista” (23 abril, p1) 4. Para integrar o Oeste Paulista Agripino e Erbella (10 ago, p24) 5 Zacharias apoiado pela União Popular da Região. (07 set, p11)</p>

<b>1990 (2º semestre)</b>	<b>ELEIÇÕES: governador e dep. Federal Estadual e Senador.</b>	<b>PONTAL</b>	<b>O. PTA</b>
<p><b>ALTA SOROCABANA</b></p> <p>1- Os candidatos conhecem os problemas da sua região (01/08/90, p2)</p> <p>2- Tadashi participa da reunião da Annap (07/08/90, p.8)</p> <p>3- Candidatos ocupam microfone de emissoras da nossa região (14/08/90, p1)</p> <p>4- Bergamo intensifica campanha na região e faz comício(17/08/90, 7)</p> <p>5- Mauro Bragato: Trabalho Popular (23/08/90, p.24) <sup>1</sup></p> <p>6- A região teria apenas dois deputados (05/10/90, p.1)</p> <p>7- Casseze anuncia Vieira na UMAS (23/10/90, p12)</p> <p>8- Mauro Bragato reafirma seus compromissos com a região. (23/10/90)</p> <p>9- Entusiasmo e confiança (27/10/90, p.9)</p> <p>10- Secretário de Collor na reunião do UMAS (30/10/90, p1)</p> <p>11- Kuriki assume o comando da campanha do Maluf e convoca as lideranças regionais. (04/11/90, p4)</p> <p>12. Tese de doutoramento destaca conflitos de terras na região (23/10/90, p.04)</p> <p>13. Informe (27/11/90, p11)</p>	<p>10ª R.A / REGIÃO DE PRES. PRUDENTE</p> <p>1-Publicidade Hiper-mercado Eldorado “O crescimento da região de Presidente Prudente...” (02/08/90, p8)</p> <p>2- <b>Sergio Melle dispara na preferência do eleitorado</b> (04/08/90, p.20)</p> <p>3-Candidatos revelam conhecer problemas da região (12/08/90, p5)</p> <p>4-Debate é aguardado com expectativa na Nova Alta Paulista (11/08/90, p3)</p> <p>5- <b>Quais os compromissos dos candidatos da região</b> (12/08/90, p.48)</p> <p>6- Perfil dos candidatos da décima região (14/08/90, p.8)</p> <p>7-Prefeito Niltinho e grande liderança apóiam o deputado Tadashi Kuriki (15/08/90, p11)</p> <p>8- Mauro Bragato conquista para a região novas melhorias no setor educacional (21/08/90, p24)</p> <p>9-Agripino e Paulo Lima. (02/10/90, p27)</p> <p>10-Eleições 90:Aos amigos de Prudente e região e Estado. (02/10/90,p.29)</p> <p>11- Região de Presidente Prudente consagra Paulo Maluf (9/11/90, p9)</p> <p>12- Roberto Bergamo agradecimentos dos votos (10/11/90, p4)</p> <p>13- <b>Multidões proclamam Fleury governador do Estado de São Paulo.</b> (15/11/90, p12)</p> <p>14- <b>Vitória dos que trabalham: Bragato reeleito e Fleury governador.</b> (27/11/90, p.10 e 11)</p> <p>15- <b>Bragato, Kuriki e Bergamo</b> (28/11/90, p. 20 Cad Regional)</p> <p>16- <b>Comentando 1990</b> (28/12/90, p.20)</p>	<p>1-Unipontal questiona a agricultura e o FPM (04/08/90, p1)</p> <p>2-Prefeito Niltinho e grande liderança apóiam o deputado Tadashi Kuriki (15/08/90, p11)</p> <p>3- Seriedade marcou a participação de Bergamo (15/08/90, p.24)</p> <p>4- Unipontal: Quirino faz apelo ao Presidente da República para que seja mantido o Proálcool no Brasil.(19/08/90, p.</p> <p>5- Quirino prefeito de Epitácio e presidente da Unipontal engajado na campanha de Bergamo. (26/08/90, p.46)</p> <p>6- Tadashi Kuriki planeja a sua atuação federal (07/10/90, p12)</p>	<p>1. O imparcial promove congresso turístico (26/08/90, p.1)</p>

1992	ELEIÇÕES: PREFEITOS	PONTAL	OESTE PAULISTA
<p><b>ALTA SOROCABANA</b></p> <p>1-Walter Lemes enaltece o trabalho de Tadashi (05/05/92, p. 8 Regional)</p> <p>2-[Convite] Mauro Bragato (12/06/92, p7 Regional)</p> <p>3-União e democracia na Sorocabana. (19/07/92, p11)</p> <p>4-Crise gera dificuldades para o setor do álcool (09/10/92, p9)</p> <p>5-Presidente da UMAS busca o amparo da Associação Paulista. (12/11/92, p9)</p> <p>6-Hoje novos debates sobre a recuperação do rio Santo Anastácio. (27/11/92, p11 Regional)</p>	<p>10<sup>a</sup> R.A / REGIÃO DE PRES. PRUDENTE</p> <p>1- 10<sup>a</sup> Região. Bragato comunica liberação de verbas aos municípios (10/05/92, p.7 Regional)</p> <p>2- 10<sup>a</sup> Região. Deputado Tadashi Kuriki consegue novos recursos para três municípios (05/06/92, p.7 Regional)</p> <p>3- 10<sup>a</sup> Região. Esforço da região para criar Conselho da Paulista. (23/05/92, p.7 Regional)</p> <p>4- 10<sup>a</sup> Região. Mauro Bragato consegue mais recursos para os municípios (12/05/92, p2 Regional)</p> <p>5- 10<sup>a</sup> Região. Municípios recebem recursos do Sanebase Bragato anuncia valores (24/07/92, p.7 Regional)</p> <p>6- 10<sup>a</sup> Região. Sobram vagas nas escolas do Estado. (20/12/92, p13 Regional)</p> <p>7- 10<sup>a</sup> Região. SOS Rio Santo Anastácio no 1º Encontro Nacional (10/12/92, p10 Regional)</p> <p>8- 10<sup>a</sup> Região. Tadashi aponta prováveis candidaturas vitoriosas nas eleições de outubro. (29/04/92, p.5 Regional)</p> <p>9- 10<sup>a</sup> Região. Fleury primeiro governador a apresentar soluções para o Pontal (15/03/92, p.7 Regional)</p> <p>10- Mercado do boi retraído na região de Prudente. Poucos frigoríficos estão comprando para abater. (17/02/92, p16 Agropecuária)</p> <p>11- Mauro Bragato: “O político tem que ser transparente e sem medo de dialogar com o povo” (01/01/92, p5) [Otimista com o futuro da 10ªRA; problemas no Pontal]</p> <p>12- Otimismo de Mauro Bragato sobre a solução dos problemas regionais (15/03/92, p34 Regional) [Oeste Paulista e 10ª Região]</p> <p>13- Apelo da agricultura (11/11/92, p15)</p> <p>14- Algodão perde mais de 23 mil há na região (08/12/92, p10)</p> <p>15- Agricultura em situação calamitosa na região (22/10/92, p7)</p> <p>16- Governo adota medidas para auxiliar a região (10/11/92,</p>	<p>1. Invasões de terra aumentaram em 1991 (01/01/92, p.9 Agropecuária) [ “incerteza e medo”</p> <p>2. Impasse marca despejo dos sem terra da Fazenda São Bento (14/01/92, p9 Agropecuária)</p> <p>3. Assembléia da Unipontal discute reivindicações (07/02/92, p1)</p> <p>4. Adiada a assembléia geral da Unipontal (28/02/92, p5 Regional)</p> <p>5. Unipontal volta à luta pela Castelo Branco (11/02/92, p.5 Regional)</p> <p>6. 10ª Região. Fleury primeiro governador a apresentar soluções para o Pontal (15/03/92 Regional)</p> <p>7. Débitos previdenciários em debate na Unipontal (28/03/92, 5 Regional)</p> <p>26. Unipontal discute produção como fonte de riquezas (03/04/92 p.5 Regional)</p> <p>8. Retirada poderá durar três dias (14/10/92, p.9 – Agropecuária)</p> <p>9.. A pobreza do Pontal (05/05/92, p7 Regional)</p> <p>10. Alta Paulista. Governo anuncia US\$ 12 milhões ao desenvolvimento do Pontal (12/08/92, p7 Regional)</p> <p>11. José Jair M. da Costa: Falta força de vontade para tirar Prudente da pobreza (21/11/92, p11)</p> <p>[Secretário da agricultura prevê projetos que incluem a região; Pontal uma das regiões mais pobres do Estado]</p> <p>12. Fazendeiros do Pontal buscam soluções reais (19/05/92, p1)</p> <p>13. Audiência Unipontal (02/04/92, p9 Regional)</p> <p>14. Definições propostas para o desenvolvimento do Pontal (05/05/92, p7 Regional)</p> <p>15. Editorial . O explosivo Pontal (03/05/92, p1)</p> <p>16. Educação nos assentamento é debatida em Encontro Nacional (07/11/92, p4)</p>	<p>1. Otimismo de Mauro Bragato sobre a solução dos problemas regionais (15/03/92, p34 Regional)</p>

	<p>p1)</p> <p>17-<b>Conquista do deputado Tadashi Kuriki</b> (29/09/92, p.8 e 9)</p> <p>18-<b>Paulo Lima assume vaga de Mellão</b> (10/04/92, p1)</p> <p>19-<b>Deputado Federal Paulo Lima</b> (16/04/92, p4 ) 19-<b>Deputado Paulo Lima apóia candidatos</b> (17/07/92, p7 Regional)</p> <p>20- 10ª Região <b>Mauro Bragato busca recursos no orçamento 93</b> (04/11/92, p7)</p> <p>21-Emilianópolis é o 51º município da 10ª Região Administrativa (05/01/92, p1)</p> <p>22-10ª Região. <b>Estudantes apontam alternativas para o desenvolvimento regional</b> (15/04/92, p9 Regional)</p> <p>23-10ª Região. <b>O governo atende pedidos de Tadashi</b> (03/05/92,p.11)</p> <p>24- <b>Peemedebistas fazem 30</b> <b>prefeitos na região</b> (05/10/92, p1)</p> <p>25. <b>Pela permanência de Tadashi em Brasília na Câmara Federal</b> (18/06/92, p11 Regional) 26.<b>Precisamos de Tadashi em Brasília</b> (16/06/92, p7Regional)</p> <p>26. <b>Produtores enfrentam problemas com o preço de algodão na região</b> (30/04/92, p6 Agropecuária)</p> <p>28.10ª Região. <b>Ranking dos partidos</b> (06/10/92, p7) [O jornal usa como referência a região de circulação de jornal]</p> <p>27. <b>Tadashi Kuriki: Agripino corresponde aos anseios da nossa população</b> (23/06/92, p7 Regional) [Em 1990 brigou com Paulo Lima; desistiu de ser candidato a prefeito]</p> <p>28. 10ª Região. <b>Tadashi consegue apoio no pedido de escola técnica</b> (03/12/92, p9 Regional)</p>	<p>17.<b>Mauro Bragato Cidadão do Pontal.</b> (15/12/92, p9)</p> <p>18. <b>Reconhecimento ao trabalho</b> <sup>1</sup>. (15/12/92, p9)</p> <p>19.<b>Moção</b> (02/04/92, p9 Regional) [Unipontal]</p> <p>20.<b>Novas invasões ocorrem no Pontal do Paranapanema.</b> São Bento e Canaã são ocupadas na madrugada. (01/05/92, p.9 Agropecuária)</p> <p>21. <b>O Estado não tem vontade de dar solução ao Pontal.</b> (25/07/92, p1)</p> <p>22. <b>O PT e as ocupações no Pontal do Paranapanema</b> (10/05/92, p3)</p> <p>23. <b>Pontal do Paranapanema “Cultura da mandioca surge como opção</b> (22/10/92, p9 Agropecuária)</p> <p>24. <b>Pontal do Paranapanema. Deputado Bragato obtém de Fleury liberação de 1 milhão de dólares.</b> (20/10/92, p7)</p> <p>25. <b>Prefeito buscam apoio jurídico</b> (04/04/92, p7 Regional)</p> <p>26. <b>Invasão de Terras. Presidente da UDR defende uso de armas. Roosevelt acusa o governo estadual de praticar terrorismo no Pontal</b> (22/08/92, p1)</p> <p>27. <b>Região do Pontal</b> (10/10/92, p3) 24. <b>Unipontal anuncia a pauta da assembléia do dia 6</b> (28/05/92, 11 Regional) [cita os municípios que faziam parte na época, Prudente ainda não pertencia]</p> <p>28. <b>Unipontal aprova título ao deputado Mauro Bragato</b> (07/06/92, p1)</p> <p>29. <b>Unipontal entrega a Bragato o título de Cidadão do Pontal</b> (12/12/92, p8)</p> <p>30. <b>Unipontal programa reunião no dia 12</b> (06/12/92, p10 Regional)</p>
--	---	--

1994	ELEIÇÕES: GOVERNADOR, DEPUTADOS, SENADORES e PRESIDÊNCIA (LULA/FHC...)	10ª R.A / REGIÃO DE PRES. PRUDENTE	OESTE PAULISTA
<p><b>ALTA SOROCABANA</b></p> <p>1. (Alta Sorocabana) Uvas promove assembleia hoje e discute questões regionais. (26/03/94, p7)</p> <p>2. Alta Sorocabana. R\$1,5 milhão da Saúde para trinta municípios. (22/07/94, p.8) [Mauro Bragato]</p> <p>3. Amanhã: reunião da U.V.A.S (25/03/94, p9) [União dos Vereadores da Alta Sorocabana]</p> <p>4. Deputado Tadaashi Kuriki defende os hospitais ( 08/05/94, p13 Regional) [Hospitais da Alta Sorocabana]</p> <p>5. (Marabá Paulista) <b>Diretoria da UVAS espera reunir 150 vereadores no dia de amanhã.</b> (01/07/94, p9 Regional) [na pauta conflitos de terras no Pontal]</p> <p>6. (Marabá Paulista) <b>Vereadores debatem com deputados o prolongamento da Castelo Branco.</b> (03/07/94, p8 Regional)</p> <p>7. (Editorial) <b>Afinal, um plano para recuperar a economia da Alta Sorocabana.</b>(04/08/94, p3)</p> <p>8. (Alta Sorocabana) <b>Hospitais em dificuldades</b></p>	<p><b>10ª R.A / REGIÃO DE PRES. PRUDENTE</b></p> <p>1- (Perspectivas/94) Deputado Mauro Bragato manifesta otimismo sobre retomada do crescimento econômico. (01/01/94, p.9 Regional) 2- 10ª Região. Anunciado ontem o novo secretariado do governo Luiz Antonio Fleury. (04/01/94, p7 Regional)</p> <p>2. (Pracinha) Criado o 52º município na 10ª Região Administrativa. (04/01/94, p7 Regional)</p> <p>3. 10ª Região. Ação Regional aplica CR\$370 milhões em programas de atendimento social. (09/01/94, p9)</p> <p>4. 10ª Região. Projeto do Estado incentiva turismo em vários municípios. (29/01/94, p6. Regional)</p> <p>5. 10ª Região. Barros Munhoz apresenta-se como candidato do PMDB ao Governo de São Paulo e busca apoio das bases. (05/02/94, p7 Regional)</p> <p>6- Nas eleições de outubro o PMDB representará candidatos aos níveis estadual e federal. Bragato trabalha pela quinta legislatura e Tiezzi deverá buscar uma cadeira na Câmara. (08/02/94, p7 Regional)</p> <p>7. 10ª Região Tadaashi Kuruki consegue recursos para atendimento aos escolares. (03/07/94, p11)</p> <p>8. 10ª Região. Amnap e Unipontal reivindicarão novos projetos a Fleury Filho. (03/03/94, p8 Regional)</p> <p>9. (Pirapozinho) Estado entrega recursos aos Fundos Sociais de 26 municípios da 10ª Região Administrativa. (10/03/94, p9 Regional)</p> <p>10. (informe publicitário) Deputado Paulo Lima empenhado na reorganização do PFL. (10/04/94, p7 Regional)</p> <p>11. (Eleições 94) Confirmada a dobradinha Tiezzi/Bragato. PMDB regional quer um representante na Câmara Federal depois de 15 anos. (12/04/94, p7 Regional)</p> <p>12. (10ª Região) Delegacia Tributária espera manter crescimento na arrecadação do ICMS. (13/04/94, p.7 Regional)</p>	<p><b>PONTAL</b></p> <p>1- (Martinópolis) Fazenda Portal do sol é ocupada por mais de 170 sem terras. Regional. (14/01/94, 6)</p> <p>2- Sem Terra ocupam fazenda em Panorama (26/01/94, p20 Agropecuária)</p> <p>3- (10ª Região) Fleury lançará novo pacote de obras em visita no dia 23 de fevereiro. (14/01/94, p7 Regional) [ encontro com lideranças : Unipontal...]</p> <p>4- (Notas) Pontal. (22/02/94, p7 Regional)</p> <p>5- Alayde Quêrcia e Carmem Munhoz estarão em reunião da Unipontal. (19/05/94, p.8 Regional)</p> <p>6- Apoio à agricultura foi o tema da assembleia da Unipontal. (21/06/94, p9 Regional)</p> <p>7- Sem-Terra destroem e matam em Mirante. (28/06/94, 17 Cad 2) [matam animais]</p> <p>8- Assembleia da Unipontal. (06/08/94, p1)</p> <p>9- (Mirante do Paranapanema) Programas desenvolvimentais são debatidos na assembleia da Unipontal. (19/06/94, 15 Regional)</p> <p>10- Assembleia da Unipontal debate eletrificação. (19/11/94, p1)</p> <p>11- Sandovalina. Bouchinhas participa amanhã da assembleia da Unipontal. (18/11/94, p9, p9)</p> <p>12- Pontal. Ausência de Bouchinhas na Unipontal inviabiliza solução de problema. (22/11/94, p8 Regional)</p> <p>13- 10ª Região Bragato assume a bandeira da geração de empregos. 06/12/94, p9 Regional)</p> <p>14- Caminhoto é candidato a reeleição no cargo de presidente da Unipontal (01/03/94, p7 Regional)</p> <p>15- Teodoro Sampato. Caminhoto e Núbio Medeiros disputam a presidência da União dos Municípios. (26/05/94, p9 Regional)</p> <p>16- (Teodoro Sampato) Unipontal elege nova diretoria. (29/05/94, p10 Regional)</p>	<p><b>OESTE PAULISTA</b></p> <p>1. <b>Coligação com Cardoso e Covas favorece candidatos da região.</b> Comício de Paulo Lima em Álvares Machado reúne mais de 10.000 pessoas. (1994, sem data)</p> <p>2. Fernando Henrique em Prudente. (16/08/94, p7) [Paulo Lima coordenado da campanha de FHC no Oeste Paulista]</p>

<p><b>para pagar o 13° salário.</b> (Gilmar Pinato). (18/11/94, p8) [ União das Santas Casas da Alta Sorocabana]</p> <p>9. <b>Sorocabana.</b> “Castelo até Epitácio”. (09/12/94, p7)[Bandeira de luta da UVAS, prolongamento da Castelo]</p> <p>10. (Informe publicitário) <b>Paulo Lima é aplaudido pela Assembléia da UVAS.</b> (29/03/94, p.4 Local)</p> <p>11. (Informe publicitário) <b>Paulo Lima quer articular a região para extensão da Castelo.</b> (18/02/94, p2 Local)</p> <p>12- (Marabá Paulista) <b>Uvas debate o prolongamento da Rodovia Castelo Branco.</b> <i>Deputado Bragaço afirma que não haverá alteração no traçado.</i> (28/06/94, p9 Regional)</p> <p>13- (Alta Sorocabana) <b>Reunião de Vereadores após o 2° turno das eleições.</b> (01/12/94, p9 Regional) [UVAS]</p>	<p>13- (Eleições/94) <b>O deputado federal Tadashi Kuriki confirma que buscará sua reeleição.</b> Aponta que está bem cotado, por ter quebrado o tabu de que deputado federal nada podia fazer pela região. (19/04/94, p7. Regional)</p> <p>14- <b>Sindicato promove reunião entre pecuaristas em PP.</b> (05/05/94, 17 Cad 2)</p> <p>15. (10ª Região) <b>Fleury encaminha para a Assembléia proposta de prolongamento da Castelo.</b> (13/05/94, p9 Regional)</p> <p>16. 10ª Região. <b>Bragaço terá sua campanha nas ruas somente a partir do mês de julho.</b> (29/05/94, p1.Regional)</p> <p>17..(Eleições 94)<b>Começa ser definido quadro em Prudente.</b> Convenções confirmam os cinco nomes para a Câmara dos Deputados e quatro outros para a Assembléia. (31/05/94, p40)</p> <p>18-(10ª Região) <b>Associação de vereadores rejeita mudança no traçado da “Castelo”.</b> (09/06/94, p8 Regional)</p> <p>19. (Alta Paulista) <b>Criado o conselho de Desenvolvimento para beneficiar 25º mil habitantes.</b> (11/06/94, 9 REGIONAL)</p> <p>20. (10ª Região) <b>Estado anuncia agilização em obras executadas na malha viária regional.</b> (08/07/94, p8 Regional)</p> <p>21- <b>Paulo Lima assume coordenação da campanha regional do PSDB.</b> (2707/94, p.?)</p> <p>22-<b>Serra firma compromissos com representantes da região ao fazer campanha pelo Senado. <i>Ontem em Prudente o candidato acertou com Paulo Lima a coordenação da campanha regional do PSDB.</i></b> (28/07/94, p7)</p> <p>23- <b>Sindicato apresenta plano para retomada do crescimento da 10ª Região Administrativa.</b> (02/08/94, p14 Agropecuária)</p> <p>24. KURIKI, Tadashi. <b>Couro: Aqui se define o futuro.</b> 10/08/94, p03)</p> <p>25. <b>Projetos do setor econômico serão apresentados a FHC.</b> (20/08/94, p6 Política)</p> <p>26. <b>Epitácio é Tiezzi para Deputado Federal.</b> (24/08/94, p6)</p> <p>27- <b>Paulo Lima avalia sua campanha feita em cerca de 450</b></p>	<p>17- <b>Pontal do Paranapanema. Codespar e Secretaria do Planejamento aprovam o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social.</b> ( 23/02/94, p7 Regional)</p> <p>18- (Teodoro Sampaio) <b>Consenso na eleição da Unipontal para garantir união das lideranças.</b> (31/05/94, p9 Regional)</p> <p>19- (Pontal do Paranapanema) <b>Coordenador do SOS Rio Santo Anastácio.</b> Participa de simpósios do meio ambiente (25/03/94, p9)</p> <p>20. <b>Fatores de insegurança no Pontal do Paranapanema.</b> José Roberto Fernandes Castilho* (21/08/94, p36 Geral)</p> <p>21- (Sandovalina) <b>Cortes nos repasses do SUS serão tema da Unipontal</b> (09/09/94, p9 Regional)</p> <p>22- (Narandiba) <b>Diretoria da Unipontal discute pauta da nova assembléia geral.</b> (23/08/94, p8)</p> <p>23- (Pontal do Paranapanema) <b>Dois candidatos apresentam-se para a eleição da Unipontal.</b> (16/03/94, p.07 Regional)</p> <p>24- (Mirante do Paranapanema) <b>Estudos técnicos definirão programa de ação da Unipontal.</b> (31/05/94, p9 Regional)</p> <p>25-(Mirante do Paranapanema) <b>Unipontal debate a viabilização de projetos na área econômica.</b> (15/06/94, p9)</p> <p>26-(Mirante do Paranapanema) <b>Unipontal realiza assembléia hoje para definir execução de projetos.</b> (18/0694, p9 Regional)</p> <p>27- <b>Fazendeiros vão montar milícia rural no Pontal.</b> (28/06/94, p1)</p> <p>28- <b>MST diz que teme conflito armado e propõe reunião com fazendeiros</b> (29/06/94, p7 Agropecuária)</p> <p>29-(Mirante do Paranapanema) <b>Unipontal define programa para promover a economia regional.</b> (29//06/94, p9 Regional) [ (...) o primeiro caminho para promover o desenvolvimento regional será o de incentivar a produção agrícola. Presidente da</p>
--	---	--



	<p><b>cidadaes.</b> (02/10/94, p8 Política)</p> <p>28. <b>Bragato faz balanço positivo da campanha e avalia seu trabalho.</b> (02/10/94, p9 ) [ 10 Região]</p> <p>29- <b>Paulo Lima e Bragato foram os mais votados em Prudente.</b> (06/10/94, p1)</p> <p>30- (10ª Região) <b>Tadashi Kuriki fala da votação expressiva porém insuficiente.</b> (10/10/94, p.12)</p> <p>31- <b>Região de Prudente só elege dois deputados.</b> (11/10/94, p1)</p> <p>32. (Entrevista) <b>Covas entende que na região devem ser priorizados os benefícios à zona rural.</b> (30/10/94, p.10 Regional)</p> <p>33. (10ª Região) <b>Covas foi mais votado em 44 municípios e Rossi saiu vitorioso somente em 12.</b> (12/11/94, p9 Regional)</p> <p>34. <b>Mário Covas se elege governador.</b> Na região foi o mais votado na maioria dos municípios. (17/11/94, p1)</p>	<p>Unipontal Núbio.]</p> <p>30- (Carta a Redação) <b>UDR vs Sem terra.</b> (15/07/94, p3).</p> <p>31-(Presidente Venceslau) <b>Unipontal programa assembleia para o dia 6 do próximo mês.</b> (27/07/94, p8)</p> <p>32-(Pontal do Paranapanema) <b>Unipontal apresenta projetos agrícolas em assembleia geral.</b> (05/08/94, p9 Regional).</p> <p>33-(Presidente Venceslau) <b>Unipontal aprova projetos voltados à área econômica.</b> (09/08/94, p9)</p> <p>34-(Narandiba) <b>Unipontal debaterá a saúde municipalizada.</b> (30/08/94, p.9)</p> <p>35-(Narandiba) <b>Unipontal discute a questão de verbas à saúde na região.</b> (13/09/94, p8)</p> <p>36-(Pontal) <b>Fleury entregará novos títulos de terra dia 22.</b> (13/11/94, p01)</p> <p>37-<b>Presidente da UDR diz que cartilhas sandinistas orientam os Sem-Terra.</b> <i>Roosevelt diz que líder do movimento, José Rainha, é funcionário do Baneser.</i> (20/11/94, p.14 Agropecuária)</p> <p>38- <b>Rainha faz desafio a presidente da UDR.</b> (23/11/94, p1)</p> <p>39- <b>Líder dos sem terra desafia Roosevelt a apresentar provas de emprego no Baneser.</b> (23/11/94, p6. Agropecuária)</p> <p>40- (10ª Região) <b>Destruição do meio ambiente no Pontal apontada em levantamento</b> (04/12/94, p10 Regional)</p> <p>41- (Mirante do Paranapanema) <b>Fleury entregará quinta-feira títulos de posse aos sem terra.</b> (18/12/94, 13 Regional)</p> <p>42- (Orçamento) <b>Pontal terá US\$ 1 milhão em 95.</b> (18/12/94, p1) [ Projetos do Fundo de Desenvolvimento do Pontal que pertencia ao Codespar]</p> <p>43- (Pontal) <b>Recurso adicional no orçamento do Estado gera expectativa nas lideranças municipais.</b> (Homero Ferreira) (2012/94, p8 Regional)</p>	
--	--	---	--

AS	<p><b>1998 - ELEIÇÕES: PRESIDENTE /GOVERNADOR/ DEPUTADOS E SENADOR. (BRAGATO prefeito/COVAS –governador)</b></p> <p><b>10ª RA / REGIÃO DE PRES. PRUDENTE</b></p> <p>1-(Editorial) <b>Afinal, um governo se preocupou em recuperar a rodovia Raposo Tavares.</b> (08/01/98, p3)  2-(Editorial) <b>As universidades e faculdades da região precisam criar novos cursos técnicos.</b> (18/01/98, p3)  3-(Editorial) <b>Crise nas santas casas reflete o descaso do próprio governo com a saúde pública.</b> (25/01/98, p3)  4-(Questão agrária) <b>Casal Rainha deixa de ser sem-terra.</b> Diolinda Alves de Souza recebe hoje o título de posse de oito alqueires em Mirante do Paranapanema. (29/01/98, p1)  5-(Reforma agrária) <b>Covas regulariza lotes e nega candidatura.</b> Governo percorreu ontem, vários municípios da região, entregando casas e títulos de domínio de terras. (30/01/98, p6 B Regional)  6-(Editorial) <b>Remodelação e ampliação da Raposo retira nossa região do isolamento.</b> (01/02/98, p3)  7-(Editorial) <b>Obras rodoviárias do governo do Estado modificarão a paisagem de nossa região.</b> (05/02/98, p3)  8-(Alta Paulista) <b>Assembléia da Amnap é marcada pela organização.</b> (José Costa). (10/02/98, p4 Geral)  9-(Editorial) <b>Governo esquece de incentivar o pequeno produtor brasileiro.</b> (03/03/98, p.3)  <b>Liberação de dinheiro ao MST revolta ruralistas.</b> (06/03/98, p1 e 4)  10-(Editorial) <b>Os ruralistas precisam se unir e cobrar das autoridades respeito a quem produz.</b> (06/03/98, p3)  11-(10ª Região) <b>Manifesto contra o pedágio é suspenso.</b> <i>Pela segunda vez, o bloquete programado no posto de pedágio em Presidente Bernardes é frustrado.</i> (06/03/98, p4 Regional)  12-(Editorial) <b>Pode-se criticar a adoção dos pedágios, mas não há solução mais eficiente.</b> (07/03/98, p3)  13-( A pedidos) <b>Agripino retrata-se perante a justiça com Bragato.</b> (12/03/98, p1)  14-(Editorial) <b>Nossa região não tem do que se queixar em relação ao governador Mário Covas.</b> (12/03/98, p3)  15-(Editorial) <b>A região de Prudente precisa saber como tirar proveito da Hidrovia Tierê-Paraná.</b> (13/03/98,p3)  16-(Editorial) <b>O anseio da Alta Paulista de ter sua própria sede de região é muito justa.</b> (14/03/98, p.3 A).  17-(Alta Paulista) <b>Amnap apoia reeleição de Mario Covas.</b> (José Costa) (17/03/98, p3)  18- (eleições) <b>Covas receberá manifesto da região.</b> Prefeitos, vereadores e militantes tucanos vão em caravana a congresso pedir a candidatura do governador (24/03/98, p1)  19-(10ª Região) <b>Desemprego na lavoura de cana é assunto com Barelli.</b> (Gilmar Pinto). (27/03/98, p4)  20-(10ª Região) <b>Prefeituras recebem cerca de R\$700 mil.</b> (03/04/98,p4 Regional)  21-(Mirante do Paranapanema) <b>Presidente da UDR ignora pichações contra entidade.</b> (03/04/98, p4 Regional)  22-(10ª Região) <b>Movimento questiona preço dos pedágios.</b> (Gilmar Venério Netto) (05/04/98, p5 Regional)  23-(Editorial) <b>Sem uma agricultura desenvolvida como a região pode cogitar a agroindústria?</b> (09/04/98, p3 A)  24-(Ponto de vista) <b>Ishii crítica descaso do governo de SP.</b> Presidente do Sindicato Rural quer medidas para impedir que o agricultor continue sendo explorado. (Chagas Pereira). (24/04/98, p1 Cad2)  25-(Editorial) <b>Se queremos progresso temos que correr atrás dele, não esperar.</b> (30/04/98, p3) [   26-(Integração Regional) <b>Mercosul volta ser tema de debate em PP.</b> <i>Segunda edição do evento vai mostrar como funciona e como tirar melhor proveito do Mercado Comum do Sul.</i> (Caio Vinícius). (30/04/98, p4)</p>	<p><b>PONTAL</b></p> <p>1-(Editorial) <b>MST volta a criar problemas e ameaça bloquear agências do Branco do Brasil.</b> (07/01/98, p3)  2-(Reforma agrária) <b>MST ameaça novas invasões no Pontal.</b> <i>José Rainha Júnior, líder do movimento disse que os sem-terra preparados para iniciar ocupações a qualquer momento.</i> (Biaggio Talento) (07/01/98, p 1 e 4 Geral)  3-(Projetos) <b>MST do Pontal vai receber R\$3,7 milhões.</b> <i>Os sem terras pretendem instalar na região uma indústria de laticínios e armazéns de beneficiamento de cereais.</i> (09/01/98, p5 Regional)  4-(Pontal) <b>Domingos Ishii critica liberação de verbas ao MST.</b> (09/01/98, 1 e 5)  5-(Questão agrária) <b>MST vai voltar a invadir fazendas.</b> <i>As 42 propriedades declaradas improdutivas pelo Incra vão ser priorizadas; movimento vai cadastrar novos invasores.</i> (13/01/98, p1 e 6)  6-(Primavera) <b>Justiça concede reintegração.</b> Cerca de 80 pessoas estão acampadas na fazenda, que, segundo integrante do grupo, é um 'isca' para chamar a atenção. (22/01/98, p1 e 4)  7-(Presidente Epitácio) <b>Movimento Terra Brasil protesta em frente Prefeitura.</b> <i>Líderes reúnem-se com prefeito Dassist e pedem agilidade na seleção de famílias cadastradas.</i> (22/01/98, p4 Regional)  8-<b>Prefeitos criticam municipalização do ensino na Unipontal</b> (24/01/98, p1)  9-(Pontal) <b>Briga por sem-terra divide o MST.</b> Dissidências do movimento na região com a disputa pelas lavas de trabalhadores interessados em ganhar lote. (25/01/98, p1)</p>	O.P
----	--	---	-----

<p>27-(Integração Regional) <b>Primeiro Fórum originou novos eventos.</b> Depois do I Fomepp vieram a Tecnoleite e a Tecnocorte eventos voltados para os negócios no Mercosul. (30/04/98, p5 B)</p> <p>28-Seminário de 97 é considerado o melhor do País por especialista. (30/04/98, p5 B)</p> <p>29(Integração Regional) Fórum contou com mais de 300 empresários. O II Fomepp mobilizou empresários da região de Prudente e também da região noroeste do estado. (01/05/98, p3)</p> <p>30-(Editorial) <b>Economia forte depende do empenho de segmentos para o mercado comum.</b> (02/05/98, p3) (Teodoro Sampaio) <b>‘Candidatura de Agripino não passou do trevo de Prudente’, diz Cabrera.</b> (14/05/98, p4 Regional) [Cabrera candidato ao senado pelo (PFL), ex-min e ex-secretário estadual da agricultura.]</p> <p>32-(Tecnoleite/98) <b>Produção leiteira cresce 26, 7% em PP.</b> Gerente regional do Sebrae atribui crescimento à adoção de novas tecnologias por parte dos produtores. (Chagas Pereira) (28/05/98, p1)</p> <p>33-(Editorial) <b>Mais uma vez, Prudente lidera eventos voltados ao Mercosul.</b> (30/05/98, p3) (Alta Paulista) <b>Assembleia analisa a criação de nova região.</b> Doze deputados assim o projeto-de-lei pedindo a instalação da região da Nova Alta Paulista, publicado ontem no D.O.E (Gilmar Pinato) (04/06/98, 6 Regional.) *</p> <p>34-(Alta Paulista) <b>Agricultores marcam protesto para dia 24.</b> Manifesto da Frente Nacional de Produção reunirá produtores de várias partes do País, em Junqueirópolis.. (12/04/98, p4 Regional)</p> <p>35-(Editorial) <b>Propriedades altamente produtivas e premiadas por vários decênios não escapam dos invasores.</b> (26/04/98, p.3)</p> <p>36-Avanço é a inserção de PP no Mercosul, diz Bragato. (30/04/98, p4)</p> <p>37-(10ª Região) <b>Movimento consegue redução do pedágio.</b> <i>Tarifa nos pedágios de Caiuá e P. Bernardes reduz 31% a partir de amanhã, dia 1º, passando de R\$4,20 para R\$2,90.</i> (Gilmar Pinato e Homero Ferreira)(30/04/98,p6)</p> <p>38-(Lucélia) <b>Annap realizará reunião amanhã</b> (03/05/98, p8)</p> <p>39- (Eleições 98) <b>Maluf diz que Tadashi Kuriki é seu representante na região.</b> (31/05/98, p8 Regional)</p> <p>40-(Dinheiro Bloqueado) <b>MST ameaça ocupar agências do BB no Pontal.</b> Sem-terra querem que seja reconsiderada a decisão de suspender a liberação de recursos para a Cocamp. (Luis Carlos Lopes)</p> <p>41-(Editorial) <b>A interiorização da violência deve estar na pauta das discussões mais urgentes.</b> (14/06/98, p.3 Opinião)</p> <p>42-(10ª Região) <b>Secretário da Agricultura anuncia créditos.</b> Meirelles disse que há recursos para o pequeno agricultor, para as agroindústrias e microbacias. (18/07/98, p6 Regional)</p> <p>43-(10ª Região) <b>Wokshop do Programa de Emprego acontece amanhã.</b> (24/06/98, p4)</p> <p>44-<b>USP constata queda de 7% na renda regional.</b> (26/06/98, p1)</p> <p>45-(10ª Região) <b>Relatório traça diagnóstico da economia.</b> <i>Pesquisa realizada por fundação da Universidade de São Paulo aponta a estagnação do crescimento regional.</i> (Gelson Venério Netto). (26/06/98, p5 Regional)</p> <p>46-<b>Região cobra incentivo ao álcool.</b> Representantes de destilarias se reúnem hoje em PP; eles querem a ‘revitalização’ do setor com política de estímulo. (27/07/98, p1)</p> <p>47-(Editorial) <b>Empobrecimento regional precisa ser combatido com ação integrada.</b> (27/06/98, p3) *** Região do atraso.</p> <p>45-(10ª Região) <b>Destilarias cobram medidas do governo.</b> <i>Empresários do setor se reúnem hoje, em Prudente,</i></p>	<p>10-(Pontal) <b>Esperança Viva volta ameaçar com invasões.</b> (28/01/98, p.6 Regional)</p> <p>11-(Questão agrária) <b>MST aumentará ocupações, diz novo dirigente.</b> Delwek Matheus anuncia abertura de ‘frentes de luta’ em quatro regiões do Estado, além do Pontal do Paranapanema. (Gustavo Alves) (04/02/98, 6)</p> <p>12-(Problema fundiário) <b>Frentes de luta do MST geram revolta.</b> <i>Lideranças ruralista afirma que a Reforma Agrária já está feita em São Paulo e critica política governamental.</i> (Homero Ferreira) (05/02/98, p4 Local)</p> <p>13-(Pontal) <b>Rainha: invasões serão reiniciadas em abril.</b> Em abril, vamos conversar direitinho, diz com ironia líder do MST. (Gustavo Alves) (06/02/98, p2 Geral).</p> <p>14--(10ª Região) <b>Ano Pontal realizará primeira reunião do ano em Martinópolis.</b> (07/02/98, p6 Regional)</p> <p>(Questão fundiária)</p> <p>15-<b>Desapropriações beneficiam o Pontal.</b> <i>As 16 fazendas paulistas encaminhadas para Reforma Agrária neste final de semana vão atender 500 famílias da região.</i> (17/02/98, p1)</p> <p>16-(Questão agrária) <b>MST rompe entendimentos com o governo.</b> Rainha acusa BB de demora e burocracia em liberar recursos, já aprovados, para instalação de agroindústria. (Luiz Carlos Lopes)</p> <p>17-<b>UDR fará protesto contra invasões.</b> Produtores vão se concentrar no centro de Caiuá para alertar autoridades do município. (26/02/98, p1 e 4)</p> <p>18-(Questão Fundiária) <b>Rainha quer deixar o Pontal do Paranapanema.</b> <i>Principal líder do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra na região anuncia que pretende atuar no Nordeste.</i> (Luiz Carlos Lopes) (28/02/98, p5 Geral)</p> <p>19-(Questão agrária) <b>Rainha declara guerra ao governo.</b> Líder do MST acusa Banco do Brasil de</p>
--	---

<p><i>para discutir, inclusive a formação de um documento reivindicatório.</i> (Gelson Venério Netto). (27/06/98, p5 Regional)</p> <p>46-(Custo Brasil) <b>Empresário pede redução de ICMS.</b> <i>Vice-presidente da Facesp sugere que imposto seja reduzido de 18% para 6 % para promover o desenvolvimento da região.</i> (28/06/98, p1 e 6)</p> <p>47-<b>Setor do álcool ameaça fazer manifesto em PP.</b> (28/06/98, p1) (Editorial) <b>Cabe ao Estado criar um programa capaz de reabilitar a 10ª Região.</b> (28/06/98, p3) *** (anexar figura - região do atraso)</p> <p>48-(10ª Região) <b>UDR discute a crise no setor de frigoríficos.</b> (30/06/98, p2)</p> <p>49- (Editorial) <b>Assimilado o impacto ambiental, agora é preciso explorar o turismo no rio Paraná.</b> (09/07/98, p3)</p> <p>50-(Ponto de vista) <b>Reforma agrícola antes da agrária.</b> Presidente do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural defende a destinação de recursos à pequena propriedade rural. (10/07/98, p1 Cad2)</p> <p>51-(Editorial) <b>Empresários de Venceslau tomam iniciativa de propor um projeto de desenvolvimento.</b> (12/07/98, p3)</p> <p>52-(Editorial) <b>Não se faz reforma agrária sem que se respeite os postulados da Carta Magna.</b> (16/07/98, p3 A)</p> <p>53- <b>Para Ishii, agricultor não tem o que comemorar.</b> (21/07/98, p5)</p> <p>54- <b>A Escola de Couro será uma importante mola propulsora para região de Prudente.</b> (24/07/98, p3) (Editorial) <b>Destilarias continuam em dificuldades.</b> Duas empresas, em Regente Feijó e Santo Anastácio, estão negociando os pagamentos dos funcionários. (29/07/98, p4 Regional)</p> <p>55-(Editorial) <b>A Unesp não ampliou, desde sua instalação em Prudente, um leque de maiores opções.</b> (30/07/98, p3)</p> <p>56-(Perfil) <b>Pesquisa da USP mostra situação da 10ª Região.</b> Estudo aponta a queda da renda per capita nos últimos anos, em cerca de 7% e teve baixo crescimento populacional. (02/08/98, 6 Regional)</p> <p>57-(Questão Regional). <b>Maluf promete criar zona franca.</b> <i>Medida iria beneficiar a região de Presidente Prudente no aproveitamento de subprodutos do gado.</i> (17/08/98, 5 A)</p> <p>58-<b>Prefeituras protestam contra crise.</b> Em decisão inédita na região, prefeitos decidem fechar as portas dia 26 e denunciar situação dos municípios. (18/08/98, p1 e 5) [unipontal]</p> <p>59-(Editorial) <b>O MST quer criar um quadro de instabilidade e insegurança por todo o período eleitoral.</b> (01/09/98, p3)</p> <p>60-<b>Para Belisário invasões têm caráter eleitoral.</b> (Luiz Carlos Lopes) (01/09/98, p6)</p> <p>61-<b>Para lideranças regionais, só Tadashi pode ajudar a região.</b> (02/09/98, p4 A)</p> <p>62-<b>Presidente da UDR considera invasões como atos absurdos.</b> (05/09/98, p6)</p> <p>63-(Questão Fundiária) <b>Invasões no Pontal recomeçam hoje.</b> <i>MST decide retomar ações na região; terá prioridade as fazendas a serem desapropriadas e as devolutas.</i> (10 /09/98, p1)</p> <p>64-(10ª Região) <b>Meirelles intera-se sobre agricultura regional.</b> <i>Secretário da Agricultura ouve secretários municipais da Agricultura e mostra novo modelo de gestão.</i> (10/09/98, p8 Regional)</p> <p>65-(Questão agrária) <b>Governo cede a MST e libera verba para terras.</b> <i>Incrta vai repassar ao Itesp, na próxima semana, R\$25 mi para compra de áreas.</i> (12/09/98, p1)</p>	<p>Teodoro de demora e burocracia e ameaça: "Eles querem guerra e a terão". (03/03/98, p1 e 2)</p> <p>20-(10ª Região) <b>Unipontal elege nova diretoria.</b> (05/03/98, p4 Regional)</p> <p>21-(Crise no Pontal) <b>Liberção de dinheiro revolta ruralistas.</b> (Gelson Venério Netto) (06/03/98, p4 Regional)</p> <p>22-(10ª Região) <b>Mauro Bragato é reeleito presidente da Unipontal.</b> (07/03/98, p 1 e 4 Regional)</p> <p>23-(Santa Clara) <b>MST resistira à desocupação.</b> Segundo os líderes do movimento, a decisão foi tomada porque os 400 ocupantes não têm onde ficar. (17/03/98, p1)</p> <p>24-(Pontal) <b>Médica assume presidência da UDR.</b> (Gelson Venério Netto) (29/03/98, p5)</p> <p>25--(Editorial) <b>A eleição na UDR de Pres. Prudente revela nova mentalidade dos ruralistas no Pontal.</b> (31/03/98, p.3)</p> <p>26-(Pontal) <b>Centenas de sem-terra bloqueiam rodovia.</b> <i>Líderes do MST anunciam novas invasões e confirmam que não saem da fazenda Santa Clara.</i> (01/04/98, p4 Regional)</p> <p>27-(Pontal) <b>UDR elabora carta criticando ACM.</b> (Gelson Venério Netto) (19/04/98, p6 Regional)</p> <p>28-(Editorial) <b>Governo, políticos e entidades civis tiram proveito eleitoral da seca no NE.</b> (08/05/98, p3).</p> <p>29-(10ª Região) <b>Unipontal participa da marcha dos prefeitos a Brasília.</b> (20/05/98, p.5)</p> <p>30-(Conflito Agrário) <b>MST invade fazenda em Presidente Bernardes.</b> (02/06/98, p5 Regional)</p> <p>31-(Questão Agrária) <b>Rainha diz que fica no Pontal.</b> <i>Líder do MST estava de transferência para o NE, mas desistiu porque 'a situação por aqui ainda está muito tensa'.</i> (09/06/98, p1 e 6)</p> <p>32-(Preservação) <b>Pontal tem verba para meio ambiente.</b> Comitê da Bacia Hidrográfica, comperto</p>
--	--

<p>66-(Eleições/98) <b>Região fecha hoje apoio a Mário Covas.</b> Encontro, na Ordem dos advogados do Brasil, marca a aliança de oito partidos favoráveis à reeleição do governador licenciado. (Gelson Venério Netto) (15/09/98, 5 Geral)</p> <p>67-<b>Protesto não passa de ato simbólico em PP.</b> Manifesto da Unipontal contra a crise nas prefeituras se limita a faixas colocadas no Paço e ao discurso de Mauro Bragato. (15/09/98, p3 Local/Regional).</p> <p>68-<b>Covas realizou o maior projeto penitenciário em nosso Estado.</b> (Plantão) (18/09/98, p3)</p> <p>(Alekmin) <b>Governador defende construção de presídios.</b> Segundo ele, as obras em penitenciárias são importantes para a geração de empregos no interior de São Paulo. (Gelson Venério Netto) (22/09/98, p8)</p> <p>69-(Eleições) <b>Covas investe mais de R\$ 130 mi na região.</b> Governador licenciado visita Presidente Prudente na terça-feira e presta contas do que fez nos 4 anos.(27/09/98, p4 Política)</p> <p>70-(Editorial) <b>O término das obras viárias da região de PP deve ser prioridade de qualquer candidato.</b> (29/09/98, p.3)</p> <p>71-<b>Nossa Caixa atende vocação econômica da região de Presidente Prudente.</b> (29/09/98, p6 A)</p> <p>72-(Indústria) <b>Cresce oferta de emprego na região.</b> <i>Dados do Ciesp mostram que houve crescimento de 0.11% em agosto em comparação ao mês anterior.</i> (Chagas Pereira) (17/10/98, p1 B)</p> <p>73- (10ª Região) <b>Sem terra ocupam sede do Itesp em P. Prudente.</b> <i>Três grupos de sem terra da região invadiram o Itesp de manhã e se retiraram após reuniões e negociações.</i> (18/09/98, p4 Regional)</p> <p>74-(Alta Paulista) <b>Governo inaugura 2ª penitenciária dia 19.</b> <i>A Penitenciária localizada em Junqueirópolis tem capacidade para 792 presos que serão transferidos da capital.</i> (Gilmar Pinato) (19/09/98, p6)</p> <p>75-(Questão Agrária) <b>MASP promove ações para comprometer MST.</b> <i>Para Rainha, intenção seria estabelecer um confronto entre quem luta pela reforma agrária na região.</i> (19/09/98, p2 Geral)</p> <p>76-(Editorial) <b>Saques provocados por integrantes do MST deixam caminhoneiros apreensivos.</b> (26/09/98, p3)</p> <p>77-(Pacaembu) <b>Penitenciária para 792 detentos é inaugurada hoje.</b> (29/09/98, p7 B)</p> <p>78-<b>Agricultores querem Tadaashi na Assembléia.</b> (02/10/98, p4)</p> <p>79-<b>Paulo Lima obtém a maior votação de Pres. Prudente.</b> (06/10/98, p3, Regional)</p> <p>80-<b>Resultado das Eleições em Presidente Prudente.</b> (06/10/98, p3 Regional)</p> <p>81-<b>São Paulo: - Dep. Estadual – Mais votados.</b> (08/10/98, p.5)</p> <p>82-[Agrupino Lima é o 4º mais votado]</p> <p>83-<b>São Paulo: - Dep. Federal – Mais votados.</b> (08/10/98, p.5)</p> <p>84-[Paulo Lima é o 12º mais votado]</p> <p>85-<b>Agrupino pretende ser secretário de estado.</b> (06/10/98, 3 Regional) [Caso Maluf fosse eleito governador, pretendia a secretaria da saúde]</p> <p>86-(Editorial) <b>Desunido como sempre, empresariado rural continuará sem voz no debate nacional.</b> (08/10/98, p3)</p> <p>87-(Editorial) <b>Compromissos com Prudente devem ser encarados com maior seriedade.</b> 14/10/98, p3 [</p> <p>88-<b>Covas recebe apoio de prefeitos da região de PP e</b></p> <p>89-<b>Adamantina.</b> (17/10/98, p.4)</p> <p>90-(Editorial) <b>Covas não aderiu á guerra fiscal mas o governo deve reabilitar a nossa indústria frigorífica.</b></p>	<p>por 26 municípios, oferece R\$700mil, mas só Martinópolis apresentou projeto. (17/06/98, p1)</p> <p>33-(Editorial) <b>Lideranças dos sem-terra não sabem avaliar importância de uma fazenda.</b> (18/06/98, p3)</p> <p>34-(Teodoro Sampaio) <b>MST promete invadir banco amanhã.</b> <i>Diolinda Alves de Souza diz que o objetivo é pressionar o Branco do Brasil a liberar recursos para obra da Cocamp.</i> (07/06/98, p1)</p> <p>35-(Questão agrária) <b>Fazendeiros impedem invasão em Venceslau.</b> Armados, proprietários evitaram que 80 pessoas do Movimento Unidos Querendo Terra entrassem na fazenda Santa Sofia. (Luiz Carlos Lopes) (14/06/98, p5 Geral)</p> <p>36-(Presidente Bernardes) <b>Prefeito apóia atuação do MST na cidade.</b> (Gelson Venério Netto) (25/06/98, p5)</p> <p>37-(Crise no Pontal) <b>Rainha mobiliza MST contra condenação.</b> Medida judicial pode ser um dos temas da manifestação que os sem-terra organizam para o próximo dia 25. (Luiz Carlos Lopes) (02/07/98, p8 Geral)</p> <p>38-(Pontal) <b>Novos assentamentos ganham R\$ 25 mi.</b> Governo estadual vai investir R\$ 5 milhões em dinheiro e R\$20 milhões em TDAs para adquirir mais terras. (03/07/98, p1e 4)</p> <p>39-(Pontal) <b>MST quer reunir 3 mil em manifesto.</b> <i>Ato público em Mirante, hoje, terá a presença de Lula e servirá de protesto contra condenação de líderes sem-terra.</i> (02/08/98, p1)</p> <p>40-<b>MST retoma invasões.</b> (Luiz Carlos Lopes) (01/09/98, p6)</p> <p>41-(35ª Expo) <b>Meirelles abre a Tecnocorte hoje.</b> <i>Secretário estadual de Agricultura e Abastecimento discutirá sobre as novas fronteiras da cadeia produtiva.</i> (08/09/98, p4)</p> <p>42-(Questão agrária) <b>MST invade para defender honra de Rainha.</b> <i>Para ministro da Política</i></p>
---	--

<p>(18/10/98, p3)</p> <p>91-<b>Alckmin desbloqueia rodovia em PP.</b> Intervenção do governador do Estado de SP permite manifestação pacífica do Movimento dos Sem-Terra. (31/01/02, p1)</p> <p>92-<b>Agripino abre guerra contra MST.</b> Prefeito decreta ponto facultativo em PP e promete barrar pessoalmente marcha organizada por sem-terra. (29/01/02, p1)</p> <p>93-<b>Agripino lamenta fuga da ‘raposa’.</b> Prefeito insinua que fazendeiro deveria ter matado José Rainha Júnior, líder do Movimento dos Sem-Terra. (02/02/02, p1)</p> <p>94-<b>José Rainha afirma que prefeito não tem moral para ofendê-lo.</b> (02/02/02, p1)</p> <p>95-<b>Agripino diz que não apóia Alckmin.</b> Prefeito visita fazendeiro preso em Santo Anastácio e afirma que governador se esconde “embaixo da cama” (02/02/02, p1 Cad2)</p> <p>96-<b>Rainha diz que prefeito não tem moral para xingá-lo de bandido.</b> (02/02/02, p1 Cad2)</p> <p>97-<b>Agrônomo diz que região tem potencial para citros.</b> (15/03/02, p1)</p> <p>98-<b>Alckmin reúne-se com políticos e empresários.</b> Governo contesta afirmação de vinda de presídios aumentou índices da criminalidade na região. (04/08/02, p4 B)</p> <p>99-<b>(10ª Região) Projetos sociais são mostrados para mais de 40 municípios.</b> (Gilmar Pinato) (18/10/94, p.4) [II Simpósio “10ª Região Faz o social acontecer” (Fasa)/ Participação da Ampontal (Associação das Mulheres Organizadas do Pontal)</p> <p>100-<b>Mais duas penitenciárias serão inauguradas na região em novembro.</b> (20 10/98, p6 Regional) [ Martinópolis e Lucélia]</p> <p>101-<b>(Alta Paulista) Penitenciária é inaugurada em Junqueirópolis.</b> <i>É a segunda penitenciária que o Governo do Estado coloca em funcionamento na Região, numa obra de 13.500m<sup>2</sup> e construída com R\$ 9,9 milhões.</i> (28/10/98, p6 Regional)</p> <p>102-<b>(Alta Paulista) Empresa suspende produção de álcool.</b> <i>Legislação ultrapassada torna inviável atividade da Vale Verde, de Junqueirópolis, que emprega mil pessoas.</i> (21/10/98, p1)</p> <p>103-<b>(Alta Paulista) Funcionários de destilaria pedem auxílio.</b> (Gilmar Pinato) (21/10/98, p.4)</p> <p>104-<b>(Indústria) Fiesp cobrará melhorias para região.</b> Regional da entidade elege nova diretoria, que vai a covas exigir investimento em rodovias. (29/10/98, p1 e 6)</p> <p>105-<b>(Editorial) Segmentos regionais devem unir forças para reivindicar melhorias.</b> (31/10/98, p.3)</p> <p>106-<b>Prudente ganha com reeleição de Covas.</b> <i>Prefeito Mauro Bragato diz a O Imparcial que nunca o governo do Estado investiu tanto na cidade como agora</i> (01/11/98, p.3) [comenta sobre a atuação da Unipontal]</p> <p>107-<b>Os vaqueiros vão dar a verdadeira dimensão da região na sua promoção.</b> (Plantão) (18/11/98, p.3)</p> <p>108-<b>(Editorial) É hora de toda a região definir um projeto de desenvolvimento global.</b> (19/11/98, p3) ****</p> <p>109-<b>(Editorial) Prudente compreendeu a necessidade de um projeto de desenvolvimento.</b> (27/11/98, p3)</p> <p>110-<b>(Editorial) Por que o produtor rural não cria, em sistema cooperativo, o seu frigorífico?</b> (03/12/98, p3)</p> <p>111-<b>Agripino Lima é diplomado na Assembléia Legislativa.</b> (19/12/98, p4)</p> <p>112-<b>(Martimópolis) Encontro discute agricultura na região.</b> Com a participação de representantes do Ministério da Agricultura, o evento discutiu principalmente o zoneamento do setor. (23/12/98, p6 Regional)</p> <p>113-<b>(Editorial) Apesar da economia do País, 1998 foi um bom ano para P. Prudente.</b> (31/12/98, p3)</p>	<p><i>fundiária, Raul Jungmann, é ‘irresponsável’ forma usada para resolver disputas internas.</i> (Sandra Sato) (01/09/98, p.6 Geral)</p> <p>43-<b>UDR quer intervenção do Exército no Pontal</b> (Luiz Carlos Lopes) (01/09/98, p6)</p> <p>44-<b>(Conflito agrário) Invasões estão sendo em áreas negociadas, diz UDR.</b></p> <p>45-<b>MST suspende, temporariamente, invasão de 3 fazendas do Pontal</b> (Luiz Carlos Lopes) (01/09/98, p6 Geral)</p> <p>46-<b>(Crise no Pontal) Para Belisário, tensão do MST é artificial.</b> Secretário da Justiça palestra na Unesp e diz que ações dos sem-terra estão ligadas ao período eleitoral.</p> <p>47-<b>(Editorial) Lideranças do MST comandam as invasões, ameaçam as autoridades e ganham na Mídia.</b> (17/09/98, p3)</p> <p>48-<b>MST e UDR fracassam nas eleições.</b> (Luiz Carlos Lopes) (07/10/98, p4)</p> <p>49-<b>Candidatos apoiados pelo MST não são bem votados no Pontal.</b> (08/10/98, p3 Plantão)</p> <p>50-<b>(Protesto) Apenas oito prefeituras ficam fechadas.</b> (Gilmar Pinato) (18/10/98, p3 B)</p>
--	---

2002	ELIÇÕES: PRESIDENTE /GOVERNADOR/ DEPUTADOS E SENADOR	OESTE PTA
A. S.	<p>10<sup>a</sup> R.A / REGIÃO DE PRES. PRUDENTE</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>(Editorial) <b>2002</b> será uma grande oportunidade para a nossa região se fortalecer politicamente. (03/01/02, p3)</li> <li>(Editorial) <b>Com o estoque esgotado de terras devolutas o governo deve consolidar os assentamentos.</b> (16/01/02, p3 A)</li> <li>(Plantão) <b>Repercussão de Prudente na mídia nacional não pára.</b> (05/02/02, p3 A)</li> <li>(Futuro em risco) <b>‘O meio ambiente na região está doente’</b>. Segundo o promotor de Justiça Nelson Bugalho, ecossistema da região de PP precisa de tratamento urgente. (Giselle Tomé) (10/02/02, p4 B)</li> <li>(Futuro em risco) <b>‘O estrago já foi feito’, diz Weffort.</b> <i>Com a formação do lago da usina hidrelétrica de Porto Primavera, o meio ambiente da região sofreu grande dano.</i> (10/02/02, p5 B) [presidente da Apoena-ONG: Associação em Defesa do Rio Paraná]</li> <li><b>‘Nossa região está esquecida’, diz economista.</b> <i>Para Álvaro Barboza, oeste paulista sofre com falta de representatividade.</i> (13/02/02, p1 e p4 B)</li> <li>(Economia) <b>‘Nossa região tem sido esquecida’.</b> Economista Álvaro Barboza dos Santos ressalta importância da reforma agrária para resolver impasse no Pontal. (13/02/02, p4 B)</li> <li>(Editorial) <b>As lições do professor Barboza nos dão o caminho para atingir o desenvolvimento.</b> (17/02/02, p3 A)</li> <li>(Editorial) <b>Desativação do Carandiru trouxe desassossego e insegurança para cidade do interior paulista.</b> (19/02/02, p3 A)</li> <li>(Editorial) <b>O que a população ganha com a inauguração do Centro de Ressocialização em Prudente?</b> (22/02/02, p3 A) [ críticas a instalação de presídios na região]</li> <li>(Ressocialização) <b>CR começa a funcionar e PP.</b> Mauro Bragato se empenhará em conseguir verba de R\$50 mil, para reformas no local onde hoje é o cadeia. (23/02/02, p4 B)</li> <li><b>Soja vira alternativa para região.</b> <i>Agricultores já produzem 720mil sacas do grão e se unem para ter cooperativa.</i> (28/02/02, p1)</li> <li><b>Região terá cooperativa da soja.</b> <i>Produção já gera cerca de R\$16milhões por ano, e pode ser ampliada, com incentivos e industrialização.</i> (Sinomar Calmona) (01/03/02, p1 B)</li> <li>[Jovelino Mineiro, pioneiro no setor, planta 3 mil alqueires na região]</li> </ol>	<p>PONTAL</p> <ol style="list-style-type: none"> <li><b>Atentado contra a reforma agrária</b> (Bernardo Mançano Fernandes) (24/01/02,p3)</li> <li><b>(Crise no Pontal) MST faz marcha pela reforma agrária.</b> <i>Visando coibir possíveis invasões do MST na cidade, prefeito Agripino Lima decreta ponto facultativo.</i> (Rodrigo Blini) (29/01/02, p3 B)</li> <li><b>Unipontal realiza eleições hoje para escolher nova diretoria.</b> (Nel Oliveira) (28/02/02, p3B)</li> <li><b>Tucano é aclamado no comando da Unipontal.</b> <i>José Roberto Pinheiro Nunes diz que vai discutir em conjunto com lideranças as prioridades para a região.</i> (01/03/02, p1 e p5B)</li> <li><b>(Pontal do Paranapanema) Sem-terra invadem fazenda do amigo de FHC.</b> <i>Ocupação seria uma retaliação ao governo por causa da prisão de 16 líderes do movimento em Buritis (MG).</i> (26/03/02, p5 B)</li> <li><b>Fazendeiros se armam no Pontal.</b> <i>Reocupados com a retomada de invasões, proprietários de terras da região reforçam segurança contra MST.</i> (30/03/02, p1) (Editorial) <b>Rainha diz que haverá mais violência no Pontal e certamente vai comandá-la.</b> (17/04/02, p3 A)</li> <li><b>(Luta pela Terra) Governo assentará 1.000 famílias no Pontal.</b> <i>Assinatura de convênio entre Estado e União garante a liberação de</i></li> </ol>
		<p>1-(Desenvolvimento econômico) <b>Cooperativa de grãos procuram oeste paulista.</b> Produtores conhecem a região que seguem a Procuradoria do Estado tem mais de 1 milhão de terras para plantio. (14/09/02, p3 B)</p> <p>2-(Crescimento econômico) <b>Região gerará pesquisa para atender demanda.</b> Oeste Paulista deverá ter, até agosto, Fundação para apoiar o desenvolvimento de atividades científicas. (Giselle Tomé)</p> <p>3-<b>Oeste Paulista conta com Pólo Regional de Desenvolvimento</b> (Giselle Tomé) (14/11/02, p5 B)</p> <p>4-<b>Soja trará riqueza para região’</b> Para presidente da cooperativa de produtores do grão, oeste paulista deixará condição de “primo” pobre. (05/03/02, p1) [Cooperativa de Produtores de Soja de Presidente Prudente, João Gracindo.]</p> <p>5-(Oeste Paulista)</p>

	<p>15. (Editorial) <b>Nossa região dá mostras de que, com um pouco de esforço, podemos nos desenvolver.</b> (01/03/02, p3 A) .</p> <p>16. <b>Produtor rural pede união pela reativação da economia regional.</b> (01/03/02, p5 B) [em reunião da Unipontal, pede união em favor da “região oeste”, e que a Unipontal se articule com a Amnap ]</p> <p>17. (Editorial) <b>A soja poderá recolocar a nossa região na condição de grande produtora rural.</b> (02/03/02, p3 A)</p> <p>18. (Editorial) <b>Até quando a nossa região estará interdita ao plantio de citricos?</b> (05/03/02, p3 A)</p> <p>19. (Presidente Bernardes) <b>Novo presidio deve receber Andinho.</b> <i>Seqüestrador Wanderson Lima, considerado bandido mais perigoso do Estado, ocupará uma das 160 vagas abertas.</i> (05/03/02, p4B)</p> <p>20. (Economia) <b>‘Onde tem soja, tem desenvolvimento’.</b> <i>Esta é a afirmação do futuro presidente da primeira Cooperativa de Produtores de Soja da Região, João Gracindo.</i> (Giselle Tomé). (05/02/02, p5 B)</p> <p>21. (Editorial) <b>Região deve comemorar a notícia sobre a implantação de novos campi da Unesp.</b> (03/03/02, p3 A)</p> <p>22. (Editorial) <b>Nossa região agora tem que se cercar da infra-estrutura ideal para cultivar a soja.</b> (06/03/02, p.3 A)</p> <p>23. (Editorial) <b>O Estado precisa devolver à região os órgãos policiais extintos.</b> (13/03/02, p3 A)</p> <p>24. (Alternativa) <b>‘Esta é a melhor região do Estado’.</b> Agrônomo responsável pelo processo de erradicação do cancro cítrico garante potencial de citricultura. (15/03/02, p5 B)</p> <p>25. <b>Região terá mais três penitenciárias.</b> (Mario Luiz) (26/03/02, p2 B)</p> <p>26. <b>Meirelles apóia cultivo de soja.</b> Secretário estadual da Agricultura diz que produção do grão é suporte para pecuária no oeste paulista. (27/03/02, p1 e p5B)</p> <p>27. <b>‘Não sei por que esta região não produz soja’.</b> Secretário da agricultura se reúne com prefeitos e diz que a produção do grão ser como suporte para a pecuária. . (27/03/02, p5B)</p> <p>28. (Desenvolvimento) <b>Governo estadual anuncia investimentos.</b> (Giselle Tomé) (27/03/02, p5 B)</p> <p>29. (Editorial) <b>O Estado pode apoiar a soja na região restabelecendo a ferrovia.</b> (28/03/02, p3 A)</p> <p>30. (Editorial) <b>Sem ferrovia, o transporte por hidrovia ficará</b></p>	<p>R\$34,8milhões para a região de Prudente. (Alexandra Penhalver) (30/04/02, p5 B)</p> <p>10. <b>Secretaria de Agricultura apóia bolsa do Pontal.</b> Lourival Carmo Mônaco pediu a elaboração de um plano para definir o que poderá ser feito pelo projeto. (Giselle Tomé) (02/08/02, p5B) [Bolsa de parcerias e arrendamento]</p> <p>11. <b>José Rainha é preso no Pontal.</b> Operação realizada pela Polícia Civil aborda líder do MST em assentamento de Mirante do Paranapanema. (06/09/02, p1)</p> <p>12. <b>Sem-terra e prefeito se confrontam no Pontal.</b> (Divaldo Oliveira, de Sandovalina, acusa MST de atirar em sua casa). / <b>Greenhalgh denuncia ‘situação de tensão’</b> (10/09/02, p1)</p> <p>13. <b>Unesp abre campus em Primavera.</b> Pedagogia Cidadã, que conta com 100 alunos, será o primeiro curso da universidade na região do Pontal. (20/10/02, p1)</p>	<p><b>Empresários apóiam Agência de Desenvolvimento.</b> <i>Órgão sustentará e dará impulso aos trabalhos desenvolvidos pela Bolsa de Parceria e Arrendamento de Terras.</i> (Giselle Tomé) (24/11/02, p5 B)</p> <p><b>6-(10ª Região) Oeste Paulista ganha Agência de Desenvolvimento.</b> Criada para fomentar a agricultura, o novo órgão é uma iniciativa empresarial da Bolsa de Arrendamento. (13/11/02, p 1 e 5 B)</p> <p><b>7-[A 10ª Região] Administrativa do Estado de São Paulo conta agora com uma Agência de Desenvolvimento</b></p> <p><b>Pró-Agricultura. A iniciativa é resultado do movimento pró-soja liderado com a implantação, neste ano, do programa Bolsa de Parcerias e Arrendamento de Terras do Oeste Paulista, que mobilizou e reuniu diversos setores da sociedade regional. A cultura carro-chefe é a soja.</b> (p1)]</p>
--	--	--	---



	<p><b>estrangulado.</b> (29/03/02, p3A) [Transporte de soja]</p> <p>31. (Editorial) <b>Para os desinformados a política recessiva é problema só para Presidente Prudente.</b> (31/03/02, p3 A)</p> <p>32. (10ª Região) <b>Fórum discutirá opções de crescimento.</b> Entidades se unem para debater com a região os caminhos que podem ser tomados para o desenvolvimento. (Giselle Tomé) (31/03/02, p3 B)</p> <p>33. (Editorial) <b>A região deve buscar no turismo uma alternativa de crescimento.</b> (07/04/02, p3 A)</p> <p>34. <b>Desastre ecológico mata 41 toneladas de peixes.</b> Ministério Público instaura inquérito para apurar infração ambiental. (11/04/02, p1)</p> <p>35. <b>‘Região é depósito de presídios’.</b> Deputado José Genoíno, pré-candidato do PT ao governo do Estado, critica política carcerária de Alcmin. (13/04/02, p1)(visita) <b>Estado</b></p> <p><b>fez da região depósito de presídios.</b> <i>O deputado federal, José Genoíno (PT), acredita que instalação de penitenciárias empobrece região de PP.</i> (13/04/02, p5B)</p> <p>36. (Editorial) <b>Que a região encontre na Fundação uma força auxiliadora para o desenvolvimento.</b> (05/07/02, p.3 A) [Fundação Oeste Paulista. “forças para reerguer o Oeste Paulista”]</p> <p>37. (Editorial) <b>A ALJ não está fazendo nenhuma caridade ao retomar a ferrovia na região de Prudente.</b> (06/07/02, p3)</p> <p>38. (o Xadrez das eleições 2002) <b>Educadora quer revitalizar imagem da região.</b> <i>Zizi Trevisan propõe elaboração conjunta de planos específicos de ação para busca de soluções dos problemas.</i> (Cristiano Machado)(07/07/02, p5 A).</p> <p>39. (Editorial) <b>As ações dos criminosos estão cada vez mais ousadas na região de Pres. Prudente.</b> (12/07/02, p3 A)</p> <p>40. <b>Soja ganha mais força na região.</b> Produtor do Rio Grande do Sul estuda o plantio da cultura em 1000 hectares. (18/07/02, p1)</p> <p>41. (Crescimento econômico) <b>Movimento pró-soja ganha força e adesão.</b> Produtor do Rio Grande do Sul visita região, estuda possibilidade de iniciar plantio de soja e reativar JB. (18/07/02, p5B) [JB Duarte –armazém]</p> <p>42. <b>A soja produzida aqui pode ser competitiva.</b> (Giselle Tomé) [localização e ferrovia que será reativada em agosto, diminuiria os custos da soja, em relação a produzida em MT]</p> <p>43. <b>Informações sobre o movimento pró-soja.</b> (Giselle Tomé) (18/07/02,</p>	
--	---	--

	<p>p5B)</p> <p>44. (o xadrez das eleições 2002) <b>Perrone cobrará do Estado a “compensação”</b>. Ex-vice prefeito promete, caso seja eleito, lutar por investimentos “em troca” dos problemas da região. (Cristiano Machado) (21/07/02, p5A)</p> <p>45. (Presídios) <b>Confirmadas mais duas unidades para região</b>. Licitação para a construção deverá sair em 30 dias; cada penitenciária terá capacidade para 768 detentos. (Mario Luiz) (02/08/02, p 3B) [<i>Prefeitos de outras oito cidades, da região, estão interessados na construção de presídios em seus municípios.</i>]</p> <p>46. <b>Prisão dá Emprego, diz Alckmin</b>. (04/08/02, p1)</p> <p>47. [Governador e candidato a reeleição: “<i>Cada unidade prisional representa mais de 400 empregos diretos, além de movimentar a economia desses pequenos municípios</i>”, justificou. Também rebateu o argumento de que a instalação de prisões refletiu num aumento dos índices de criminalidade.]</p> <p>48. (Editorial) <b>A superlotação traz ainda mais caos para o sistema penitenciário da nossa região</b>. (04/08/02, p3 A)</p> <p>49. (Editorial) <b>Alckmin confirma obras na rodovia Raposo Tavares para o próximo ano</b>. (06/08/02, p3 A)</p> <p>50. (O xadrez das eleições 2002) <b>Xico Graziano “O maior objetivo é aprovar meu projeto do novo Estatuto da Terra”</b>(08/08/02, p5 A)</p> <p>51. (O xadrez das eleições 2002) <b>Koto quer lutar por uma universidade federal em PP</b>. Advogado também propõe projeto agrícola voltado ao beneficiamento na própria região de produtos da área rural. (Gelson Venério Netto) (11/08/02, p5 A)</p> <p>52. <b>Estação ambiental da região está ameaçada</b>. (14/08/02, p1)</p> <p>53. <b>Região está virando depósito de presos, alerta promotor</b>. (16/08/02, p1)</p> <p>54. (10ª Região) <b>Fórum quer estimular debate sobre potencial regional</b>. (Giselle Tomé) (17/08/02, p.5)</p> <p>55. (Editorial) <b>O fortalecimento da agroindústria é mais uma prova da viabilidade da nossa região</b> (18/08/02, p3 A)</p> <p>56. <b>Ação conjunta pode salvar região</b>. Economista Álvaro Barboza prega, no Fórum Regional de Desenvolvimento, importância do trabalho solidário. (20/08/02, p1e5)</p>	
--	--	--

	<p>57. (Editorial) <b>Enfim, nossa região poderá iniciar um novo surto de desenvolvimento.</b> (20/08/02, p3 A)</p> <p>58. <b>Região terá órgão desenvolvimentista.</b> (21/08/02, p1)</p> <p>59. (Desenvolvimento) <b>Para organizadores, Fórum atingiu objetivo.</b> Mais de 300 pessoas participaram durante os dois dias de debates; meio ambiente deve ser priorizado. (Rodrigo Bliini)(21/08/02, p4 B) [ Fórum Regional de Desenvolvimento]</p> <p>60. <b>Região de PP terá Câmara de Desenvolvimento.</b> Estimulados com o nível do evento, organizadores criaram um órgão para amadurecer propostas de crescimento. (Giselle Tome) (21/08/02, p5 B)</p> <p>61. (Editorial) <b>A universidade coloca-se à serviço do desenvolvimento econômico regional.</b> (22/08/02, p3 A)</p> <p>62. (Eleições 2002) <b>Entidades querem maior comprometimento.</b> Projeto, que visa defender qualquer bandeira partidária, reunirá candidatos comprometidos com a região. (Rodrigo Bliini) (23/08/02, p3 B)</p> <p>63. (O xadrez das eleições 2002) <b>Talmir Rodrigues: ‘Região está muito carente’.</b> Médico, que se candidata pela primeira vez a deputado federal, apresenta como prioridade projeto na área social. (Gelson Venério) (25/08/02, p5 B)</p> <p>64. (10ª Região) <b>Unesp autoriza a criação do curso de turismo em Rosana.</b> (31/08/02, p2 5B)</p> <p>65. <b>“Região poderia ter órgãos paraprisionais”.</b> José Hamilton do Amaral não crê que haja uma compensação direta para a região por ter tantos presídios. (10/09/02, p2 B)</p> <p>66. <b>Candidatos expõem planos em encontro na OAB</b> Quatro candidatos a deputado estadual pela região foram sabatinados sobre os programas de trabalho. Nel Oliveira) (11/09/02, p2 B)</p> <p>67. (Desenvolvimento) <b>Economista aposta no desenvolvimento.</b> Professor Álvaro Barbosa destaca a capacidade de mobilização dos prudentinos para superar atuais desafios. (Nel Oliveira)(14/09/02, p1 B)</p> <p>68. (presídios) <b>Região recebe 50 detentos do Carandiru.</b> (17/09/02, 3B)</p> <p>69. (Editorial) <b>A região deve exigir do governo do Estado compensação pela instalação dos presídios.</b> (19/09/02, p.3 A)***</p> <p>70. (Editorial) <b>Com a criação do Parque do Rio do Peixe a região contará com duas áreas intocáveis.</b> (22/09/02, p3 A)</p> <p>71. (Editorial) <b>Se aprovado, o voto distrital poderá ampliar o número</b></p>	
--	---	--

	<p><b>de deputados representando a região. (27/09/02, p3)</b></p> <p>72. (Editorial) <b>Maior rigor nas penitenciárias é o início de uma melhor atuação do governo do Estado. (02/10/02, p3)</b></p> <p>73. (Agricultura) <b>Evento firmará contrato de mais de mil hectares.</b> Bolsa de Parcerias e Arrendamento de Terras traz agricultores do Paraná e Rio Grande do Sul. (03/10/02, p5 B)</p> <p>74. (Editorial) <b>Começam a surgir os primeiros resultados da iniciativa das parcerias de arrendamento. (04/10/02, p3)</b></p> <p>75. (Eleições) <b>Alckmin virá para ato político dia 19 em PP.</b> Anúncio é de Bragato, responsável pela coordenação regional da campanha do PSDB visando o 2º turno. (Nel Oliveira) (12/10/02, p3 Cidades B)</p> <p>76. (Editorial) <b>O turismo já é uma excelente fonte de recursos para a economia de Epitácio. (13/10/02, p3 A)</b></p> <p>77. <b>Agripino declara apoio a Genoio.</b> (16/10/02, p1)</p> <p>78. <b>Soja recebe impulso na região.</b> Com assinatura de contratos da Bolsa de Arrendamento, são destinados 1.000ha para plantio da cultura. (17/10/02, p1)</p> <p>79. <b>10ª Região) Bolsa de Arrendamento firma primeiros contatos.</b> Mais de mil hectares foram disponibilizados para a soja; área abrange Venceslau, Piqueroi e Anastácio. (Giselle Tomé) (17/10/02, p5 B)</p> <p>80. (Editorial) <b>A Câmara chega aos extremos da subserviência ao prefeito, abrindo mão do poder fiscalizador (18/10/02, p3 A) [</b> Prefeito Agripino Lima]</p> <p>81. (Editorial) <b>O desenvolvimento científico é peça-chave para gerar crescimento econômico na região. (22/10/02, p3)</b></p> <p>82. (Editorial) <b>Alckmin representou para o eleitor o surgimento de um novo perfil de político sério e competente. (30/10/02, p3 A)</b></p> <p>83. (Eleições 2002) <b>Bragato espera boas perspectivas para a região em 2003. (30/10/02, p.2 B)</b></p> <p>84. (10ª Região) <b>Entidades querem Câmara Pró-Desenvolvimento.</b> Instituições se reuniram ontem para discutir criação de um órgão para impulsionar o crescimento regional. (Giselle Tomé) (05/11/02, p5 B)</p> <p>85. <b>Banco do Povo libera R\$300 mil na região. (06/11/02, p1)</b></p> <p>86. (Editorial) <b>Aos poucos é possível perceber que a região está recebendo a escória que acompanha os presidios. (10/11/02, p3 A)</b></p> <p>87. <b>Cresce emprego na indústria da região. (10/11/92, p1)</b></p> <p>88. (10ª Região) <b>Pólo Regional favorece produtores da Sorocabana.</b> Com sede em Prudente, órgão funcionará como uma espécie de “popa-</p>	
--	---	--

	<p>tempo” rural, oferecendo informações. (12/11/02, p5 Cidades) (Editorial) <b>Aos poucos, o setor industrial da região vai conseguindo expandir suas atividades.</b> (12/11/02, p3)</p> <p>90. (Editorial) <b>Na prática o Pólo de Desenvolvimento Regional revitaliza o trabalho das Casas de Agricultura.</b> (15/11/02, p3 A)</p> <p>91. <b>Aprovada lei que beneficia a Fundação Agripino Lima.</b> (14/11/02, p1)</p> <p>92. (Editorial) <b>Somente a duplicação da rodovia evitará os constantes acidentes na Nova Alta Paulista.</b> (17/11/02, p3)</p> <p>93. (Editorial) <b>A preocupação em capacitar empresários na região é uma missão nobre do Sebrae.</b> (19/11/02, p3)</p> <p>94. (10ª Região) <b>Entidades querem mais cursos para Unesp de PP.</b> <i>Comunidade se une e elabora Moção de apoio para que o Conselho Universitário aprove novas opções de carreira.</i> (Giselle Tomé) (20/11/02, p5 B)</p> <p>95. (Editorial) <b>Permitir a vinda de novos cursos para a região é o mínimo que o Estado pode fazer.</b> (21/11/02, p3)</p> <p>96. (Editorial) <b>O tráfico de drogas, infelizmente, está cada vez mais presente na nossa região.</b> (03/12/02, p3 A)</p> <p>97. (Editorial) <b>A retomada da agricultura na região começa a criar oportunidades de emprego no campo.</b> (04/12/02, p3) [Fala da cana e da soja]</p> <p>98. (10ª Região) <b>Fórum Regional de Desenvolvimento será em outubro.</b> <i>Segunda edição contará com atividades paralelas que abordarão temas específicos; agenda já foi definida.</i> (Gisele Tomé) (10/12/02, p.5 Cidades)</p>	
--	---	--

<b>2006:</b>	<b>ELEIÇÕES: PRESIDENTE /GOVERNADOR/ DEPUTADOS E SENADOR</b>		
A S	10 <sup>a</sup> R.A / REGIÃO DE PRES. PRUDENTE		O P
	<p>1-(Editorial) <b>Órgãos precisam fiscalizar cumprimento de determinações pela América Latina Logística.</b> (06/12/05, p3A)</p> <p>2- <b>Empresa japonesa se interessa pela região.</b> Três representantes do grupo Takemura Advanced estudam investimento no mercado de cana-de-açúcar em área de Sandovalina. (13/01/06, p1B)</p> <p>3-(Editorial) <b>Instalação de mais uma empresa aérea em Presidente Prudente beneficiaria usuário.</b> (17/01/06, p3A)</p> <p>4- <b>Sociedade cobra urgência na duplicação da Raposo.</b> Situação precária da rodovia na região trava desenvolvimento e coloca vidas em risco. (26/01/06, p1)</p> <p>(Um grito de socorro) <b>Sociedade civil exige pressa na duplicação.</b> Representantes de Organizações Não-Governamentais de região de Prudente cobram do Estado obra na Rodovia Raposo Tavares. (26/01/06, p1B)</p> <p>5- (Planião) <b>Amnap cobra de Lula fim de obras da ponte de Paulicéia.</b> (28/01/06, p3A)</p> <p>6. (Editorial) <b>Em seus 67 anos de existência, O Imparcial tem a consciência de serviços prestados à comunidade.</b> (02/02/06, p3A)</p> <p>7-(Produção agrícola) <b>IEA aponta redução na área de pastagens.</b> Ruralista afirma que a pecuária perde espaço para cultivos, como cana-de-açúcar; instituto indica retração de 0,8% em pastos paulistas. (01/03/06, p3B)</p> <p>8- <b>Grupo japonês desiste da região.</b> Empresa, que chegou a estudar investimento em cana em Sandovalina, dá preferência a aplicação bancária. (02/03/06, p1)</p> <p>9-(Pré-Candidatura) <b>Marta Suplicy participa de seminário regional em Prudente.</b> (05/03/06, p1B)</p> <p>10-(Desenvolvimento agrário) <b>UDOP aponta criação de outras quatro usinas na região de PP.</b> (Priscila Vanti) (10/03/06, p6B) [opiniões de lideranças Anna Berno/Álvaro Barboza]</p> <p>11-(Editorial) <b>A região necessita de um modelo produtivo que proporcione desenvolvimento sustentável.</b> (11/03/06, p3A)</p> <p>13. (Editorial) <b>A reutilização da Expocouro ajudará a articular um setor extremamente importante na região.</b> (18/03/06, p3A)</p> <p>14.(Luta pela terra) <b>Nabhan pede enquadramento de Cido Maia.</b> Presidente da União Democrática ruralista denuncia coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra ao MPE. (Priscila Vanti) (21/03/06, p5B)</p> <p>15.(Editorial) <b>Proibição de treminhos nas rodovias reabre debate sobre transporte ferroviário regional.</b> (21/03/06, p3A)</p> <p>16.(Luta pela terra) <b>Invasões em 3 meses já somam 39% de 2005.</b> Entre 2004 e 2005, ações na região de PP sobem de 55 para 66; somente no primeiro trimestre deste, total já atinge 26.</p>	<p>PONTAL</p> <p>1. (alternativa) <b>Biodiesel é “salvação”, afirma Greenhalgh.</b> Durante encontro com associações de assentados, deputado afirma que produção de combustível é a saída viável para o Pontal. (Wilson Constante)(04/03/06, p6B)</p> <p>2. (Editorial) <b>MST anuncia “2006 vermelho” para voltar à cena e atrair os flashes da mídia, abandona a produção.</b> (07/03/06, p3A)</p> <p>3. (2006 vermelho) <b>MST anuncia invasões em cinco propriedades de SP.</b> Ações foram confirmadas por Clébson Mendes, do MST no Pontal do Paranapanema; presidente da UDR diz que pode pedir prisão de líder. (08/03/06, p2 B)</p> <p>4. (Mirante do Paranapanema) <b>Mulheres fazem invasão lideradas por Diolinda Alves de Souza.</b> (Wilson Constante) (09/03/06, p5B)</p> <p>5. (Luta pela terra) <b>MST cumpre prometido e invade 5 fazendas.</b> Um dia após líder ter anunciado as invasões, propriedades da região do Pontal do Paranapanema sofrem ações do movimento.</p>	<p>1- (Editorial) <b>Lula tem dívida histórica com região oeste, mas prefere contemplar outras áreas do país.</b> (20/06/06, p3A)</p>

<p>(Priscila Vanti) (23/03/06, p6B)</p> <p>17-. <b>UDR denuncia 'investida' contra cana.</b> (24/03/06, p1)</p> <p>18. <b>UDR leva preocupação de usinas ao Estado.</b> Nabhan e representantes do setor da cana se reúnem com secretário da justiça para tratar de 'investida contra lavoura. (Vivian Lima) (24/03/06, p5B)</p> <p>19. (Desempenho do campo) <b>Terra da região perde até 40% do valor.</b> Queda é apontada pela Agência de Desenvolvimento do Oeste Paulista quando são comparados preços pagos em 2004 e 2006. (Vivian Lima) (26/03/06, p6B)</p> <p>20. (Plantão) <b>Desta vez é Lima quem pede universidade.</b> (28/03/06, p3A)</p> <p>21. <b>Chega de presídios!! A região quer educação pública de qualidade.</b> (28/03/06, 5B) [matéria paga pela apeoesp quando da visita do governador]</p> <p>22.(visita política) <b>Alekmín anuncia R\$1, 8 mi para vicinais.</b> Recursos serão empregados na recuperação de estradas regionais; governo liberou ainda R\$ 500mil para Hospital do Câncer. (Amanda Simões) (29/03/06, p1B)</p> <p>23.(De olho no futuro) <b>Setor sucroalcooleiro é foco de debate.</b> Produtores, pecuaristas e investidores se reúnem amanhã, no Sesi, em Prudente; evento é promovido pela Fiesp. (Bruno Dias). (30/03/06, p%B)</p> <p>24. (setor agrícola) <b>Exportação regional não acompanha alta estadual.</b> (30/03/06, p5B)</p> <p>25. <b>Usina denuncia destruição de cana.</b> Decasa admite que incêndio ocorrido no domingo, que queimou 500 toneladas do produto, seria criminoso. (04/04/06, p1)</p> <p>(Editorial) <b>Região aposta no setor sucroalcooleiro e prefeitos dão incentivo para abrigar usinas</b> (05/04/06, p3A)</p> <p>26. (Editorial) <b>O MST caminha para ações terroristas?</b> (09/04/06, p3B)</p> <p>27.(Editorial)<b>É injusto para a região, a assistência médica dada aos presídios nas cotas dos convênios.</b> (16/04/06, p3A)</p> <p>28.(Ações de protesto) <b>Movimento invade 10 áreas na região de PP.</b> Cerca de 800 famílias do MST participaram ontem de ato e organização justifica que medida foi pela "memória" de mortos no Pará. (18/04/06, p1 e 6B)</p> <p>29. (Editorial) <b>No seminário sobre exportação deveria estar agregado o tema "Porto Seco de P.Prudente.</b> (21/04/06, p3A)</p> <p>30. (Editorial) <b>A região já deu sua contribuição, chega de penitenciárias por aqui.</b> (30/04/06, p3A)***</p> <p>31. (Editorial) <b>Criminosos se organizam para obter detalhes de presídios da região de PP.</b> (04/05/06, p3A)</p> <p>32. (Editorial) <b>Sociedade deve estar atenta à instalação da Febem para que não ocorram desvios.</b> (06/05/06, p3A)</p> <p>33. (Pré-campanha) <b>José Serra fala sobre metas em visita a PP.</b> Setores penitenciário, de transporte e saúde seriam os focos de trabalho do pré-candidato pelo PSDB ao governo do</p>	<p>(Bruno dias)/<b>UDR pedirá prisão do líder Clédson Mendes.</b>(09/03/06, p5B)</p> <p>6. <b>Editorial) Não se pode buscar justiça quando na verdade outro crime é praticado.</b> (10/03/06, p3A)</p> <p>7. (Editorial) <b>Desvalorização ao alqueire é reflexo do problema fundiário da região do Pontal.</b>(28/03/06, p3A)</p> <p>8. <b>Pontal é foco de 68,4% das invasões de terra no Estado.</b> (03/06/06, p1)</p> <p>9. (Reforma agrária) <b>68,4% das invasões do Estado são no Pontal.</b> Instituto de Terras mostra que região é principal foco de conflito agrário no ano; 39 invasões já ocorreram no Pontal do Paranapanema. (03/06/06, p6B)</p> <p>10. (Questão fundiária) <b>Governo destina R\$28 mi para a região.</b> Anuncio de verba é feito em Teodoro Sampaio, durante reunião entre Incra, Itesp, MST e governo do Estado de São Paulo. (04/06/06, p1B)</p> <p>11. (Editorial) <b>Incra anuncia a liberação de R\$ 28 milhões para o Pontal, na verdade são R\$ 4 milhões.</b> (06/06/06, p3A)</p> <p>12. <b>Grupos ameaçam invadir 20 áreas.</b> <i>Cinco movimentos sem-</i></p>
--	--

<p>Estado. (09/05/06, p3B)</p> <p>34. (Grito do Ipiranga) <b>Produtores rurais fecham faixa na SP-270.</b> Protesto iniciou ontem em Regente Feijó e segue até dia 16; setor exige da União políticas públicas voltadas à agricultura. (Priscila Vanti) (09/05/06, p6B )</p> <p>35. <b>Prefeitos exigem mais investimentos no setor.</b> (09/05/06, p6B ) [movimento de agricultores que atingiu 9 estados do país]</p> <p>36. <b>Caná dobra exportações, diz Udop.</b> <i>União das Destilarias do Oeste Paulist registra 12% a mais na produção; usina de Teodoro exporta 100% de açúcar processado.</i> (10/05/06, p1)</p> <p>37. (combustível regional) <b>Destilarias exportam mais álcool e açúcar.</b> <i>Alta Paulista eleva produção para 1 mi de toneladas; Alcídia dobra exportação de álcool e destina 100% do açúcar para mercado exterior.</i> (10/05/06, p6B)</p> <p>38. <b>Com lotação ampliada em 46%, P-2 recebe 600 presos do Estado.</b> Após rebelião, unidade passou por reforma e capacidade saltou de 852 para 1.248; ontem, chegaram os primeiros sentenciados. (12/05/06, p1)</p> <p>39. (Editorial) <b>Os bloqueios dos produtores rurais incomodam, mas os do MST não?</b> (12/05/06, p3 A)</p> <p>40. (nos trilhos) <b>ONG espera transporte até Santos.</b> (12/05/06, p3 B)</p> <p>41. <b>P-2 é reativada e já recebe 600 detentos.</b> <i>Depois de oito meses em reforma, presídio de Presidente Venceslau teve ampliada a capacidade de 852 para 1.248 presidiários.</i> (Carolina Costa) (12/05/06, p4B)</p> <p>42. (Editorial) <b>Região não pode aceitar tudo que lhe é imposto.</b> (13/05/06, p3 A)</p> <p>43. (Manifestação) <b>Protesto contra Febem reúne mil em Irapuru.</b> Entidades e moradores realizam passeata e pedem instalação de hospital e escola, ao invés de unidades para menores infratores. (Carolina Costa) (13/05/06, p1B)</p> <p>44. <b>Região recebe alerta de atentados do PCC.</b> (14/05/06, p1)</p> <p>45. <b>PCC deflagra seis rebeliões na região e deixa 30 mortos em SP.</b> Organização criminosa desencadeia 24 motins no Estado como represália à transferência de líderes para Presidente Venceslau. (14/05/06, p1)</p> <p>44. (crime organizado) <b>Para deputado Bragato situação é de terrorismo.</b> ( Di Capelotti) (14/05/06, p1B)</p> <p>45. (foco de tensão) <b>Presos fazem 6 agentes reféns em Montalvão.</b> <i>Rebelião foi controlada depois de 7 horas, com entrada de Choque; cerca de 80 parentes de presos permaneceram na unidade.</i> (14/05/06, p3 B)</p> <p>46. (insegurança) <b>Presídios geram riscos à economia regional.</b> Opinião é de representantes do setor produtivo; imagem "negativa" é apontada como empecilho à vinda de investimento à região. (Maysa Facchiano) (14/05/06, p4 B) [19 presídios em um raio de 120km]</p>	<p><i>terra reúnem em Epitácio e anunciam mega invasão no Pontal e na Paulista dia 21.</i> (15/07/06, p1)</p> <p>13. (Editorial) <b>Documentário sobre conflito agrário estampa anos de desigualdade social.</b> (27/10/06, p3A)</p> <p>14. (Editorial) <b>Porto Intermodal de Rosana deverá ativar a economia do Pontal do Paranapanema</b> (01/12/06, p3A)</p>
--	--



	<p>47. <b>Facção criminosa faz ataques na região e comércio e aulas param.</b> <i>Dracena, Adamantina e Venceslau são alvos do crime organizado e policiais tentam tranquilizar comunidade.</i> (16/05/06, p1)</p> <p>48. (Crime organizado) <b>Líderes sinalizam problema como nacional.</b> (16/05/06, p6 B) [Bragato/ Marco Rocha – Unipontal]</p> <p>49. (Emergência) <b>ONG defende interrupção de linhas.</b> (19/05/06, p5 B)</p> <p>50. (Cidade penalizada ) <b>Venceslau fica hoje sem sinal de celular.</b> Para impedir que presos se comuniquem de dentro de penitenciária, decisão judicial impõe bloqueio de telefonia móvel na área. (Larissa Nakao) (19/05/06, p5B)</p> <p>51. (Capital carcerária) <b>Torres defende compensação por presídios.</b> Deputado federal afirma que concentração de penitenciárias na região não é boa e que governo estadual precisa atrair investimento. (Priscila Vanti) (20/05/06, p4B)</p> <p>52. <b>Exportação de couro sobe até 19, 5%.</b> <i>Nos primeiros quatro meses de 2006, setor eleva número de peças exportadas; faturamento também cresce.</i> (21/05/06, p1)</p> <p>53. <b>Irapuru aprova lei que tenta impedir Febem.</b> Pefeito sanciona projeto que exige aprovação em audiência pública para a criação de centro, fundação reafirma que instalará unidades. (Priscila Vanti) (24/05/06, 5B)</p> <p>54. (Editorial) <b>Irapuru tenta barrar 2 unidades da Febem criando lei contra presídio.</b> (25/05/06, p3 A)</p> <p>55. (investimento público) <b>Presídios gastam mais que ensino na região.</b> SAP afirma que unidades prisionais têm custo de R\$145, 8 mi; já nos campi da Unesp, o governo investe R\$35,3 mi.(Carolina Costa) (25/05/06, p3B)</p> <p>56. (Editorial) <b>O Instituto Biológico perde a luta contra o cancro cítrico na região.</b> (28/05/06, p3 A)</p> <p>57. <b>Deputado defende medidas de compensação para a região.</b> José Eduardo Cardozo, do PT, afirma que municípios precisam explorar potencial de desenvolvimento, mas que Estado tem que compensar pela instalação de presídios. (28/05/06, p5B)</p> <p>58-. (Editorial) <b>Imagens de ameaças a agentes do CRP revelam insegurança dentro do sistema penitenciário.</b> (30/05/06, p3A)</p> <p>59. (Avaliação econômica) <b>Mercadante vê cana como vocação regional.</b> Pré-candidato ao governo de São Paulo pelo PT, senador visita Prudente e se reúne com produtores rurais, sindicalistas e industriais. (02/06/06, p1B)</p> <p>60-. (Editorial) <b>Audiência pública sobre orçamento do Estado deve ter respostas para região.</b> (07/06/06, p3A)</p> <p>61. (Editorial) <b>Irapuru recebe Febem em escola desativada, além de ter maior mortalidade infantil da DIR.</b> (08/06/06, p3A)</p> <p>62. (Em campanha) <b>Alekmin promete cobrar conclusão de ponte.</b> Ex-governador visita Paulicéia e afirma que governo tem que destinar R\$34, 5 milhões para término de obra sobre</p>	
--	--	--

	<p>Rio Paraná. (Larissa Nakao) (09/06/06, p3B) [Ponte de Paulicéia]</p> <p>63. (Editorial) <b>Importância das destilarias não se limita ao aspecto econômico, agora produz energia.</b> (11/06/06, p3A) [ Usina Alto Alegre produz energia elétrica através da queima do bagaço da canal]</p> <p>64. (Malha ferroviária) <b>Transporte não corresponde ao esperado.</b> Enquanto ministro dos transportes anuncia crescimento do setor no País, região encontra-se com desenvolvimento precário. (11/06/06, p3B2)</p> <p>65. (Editorial) <b>Transporte ferroviário realizado pela ALL na região de PP está aquém do esperado.</b> (13/06/06, p3A)</p> <p>66. <b>Representantes cobram solução para Pontal.</b> (Giselle Tomé) (15/06/06, p5B)</p> <p>67. (Produção em alta) <b>Plantação de cana aumenta 15,5% na região.</b> (22/06/06, p5B)</p> <p>68. (Editorial) <b>Lombo tem todas as condições para liberar a região de problemas secular.</b> (23/06/06, p3A)</p> <p>69. (insegurança) <b>CRP de Bernardes vive 4 dias de tensão.</b> Detentos quebraram vidros e fizeram tumulto na Piranhão de quinta-feira a domingo; visitas podem ser suspensas por mais 20 dias. (04/07/06, p4B)</p> <p>70. (Barril de pólvora) <b>Agentes mantêm suspensas visitas e presídio vive tensão.</b>(Di Capelotti) (09/07/06, p5B)</p> <p>71. <b>Estudo aponta que região possui quatro mil erosões. Tese de doutorado defendida na Unesp ressalta que pequenos afluentes no Pontal estão assoreados.</b> (16/07/06, p1)</p> <p>72. (Editorial) <b>É no mínimo muito estranho o anúncio de uma programada invasão de 20 propriedades rurais.</b> (16/07/06, p3A)</p> <p>73. <b>Sem-terra dão tréguas nas invasões a fazendas.</b> (22/07/06, p1)</p> <p>74. (Mudando o tom) <b>Sem-terra recuam após encontro com Itesp.</b> Grupos descartam proposta de invadir 20 fazendas na região; Incra não comparece e nova reunião é marcada na terça em SP. (22/07/06, p5B)</p> <p>75. (eleições 2006) <b>Afif quer região como pólo exportador.</b> (Di Capelotti)(27/07/06, p6B) [candidato ao senado pelo PFL]</p> <p>76. (Medidas compensatórias) <b>Fleury critica concentração de presídios na região de PP.</b> Para ex-governador e atual deputado federal a interiorização das unidades prisionais poderá comprometer o total desenvolvimento econômico das cidades do Oeste Paulista. (Minália Trugillo) (30/07/06, p5B)</p> <p>77. (Editorial) <b>Sem medidas coercitivas jamais será recuperada a mata atlântica regional.</b> (02/08/06, p3A)</p> <p>78. <b>Ammap quer incentivo para desenvolvimento</b> (Minália Trugillo) (02/08/06, p6B)</p> <p>79. (Mercado regional) <b>Fórum do Sebrae movimentada cadeia do couro.</b> (Di Capelotti) (03/08/06, 6B)</p> <p>80. (“Presente”) <b>Edital abre licitação para Febem de Irapurú. Na véspera de aniversário</b></p>	
--	---	--

	<p><i>de 58 anos da cidade, Estado inicia concorrência para construção de duas unidades para infratores. (Amanda Simões) (06/08/06, 4B)</i></p> <p>81. (Editorial) <b>MST volta a ameaçar região com novas invasões de áreas privadas</b> (15/09/06, p3A)</p> <p>82. (Editorial) <b>Bioenergia apresenta crescimento na região, mas precisa de políticas para consolidação.</b> (03/10/06, p3A)</p> <p>83. <b>Região elege quatro candidatos a deputado. Edição: 03/10/2006</b></p> <p><b>PRISCILA VANTI-DA REDAÇÃO.</b> Nossa região</p> <p>84. (Editorial) <b>Região amplia quadro de representantes, mas é preciso união entre todos os eleitos</b> (04/10/06, p3A)</p> <p>85. <b>PMDB quer recontar votos e auditar urnas.</b> Edição: 07/10/2006 Nossa região</p> <p>86. <b>É muito grave supor que tenha havido fraude na apuração na eleição local.</b> Editorial 08/10/2006</p> <p>87. <b>Produção de biodiesel é foco de seminário. (Wilson Constante) 20/10/2006</b> nossa região</p> <p>88. (Editorial) <b>Região é 'reconhecida' como a dos presídios e agora de facções rivais.</b> (18/10/2006)</p> <p>89. <b>Ato no Pontal formula carta a autoridades. ( Wilson Constante).</b> (12/11/06) Nossa região</p> <p>90. <b>Deputado quer atuação do Ministério Público para investigar a atuação da Fundectrus. (Editorial) (17/11/06).</b></p> <p>91. (Editorial) <b>IBGE aponta que região não investe em política cultural.</b> (29/11/06, p3A)</p> <p><b>Setor já esperava por destaque da cana.</b> Nossa região (05/12/06)</p> <p>92. (Editorial) <b>Cana avança, mas outras culturas também devem ser estimuladas.</b> (06/12/06)</p> <p>93. <b>Deputados da região são diplomados em SP. (Priscila Vanti) Nossa região (20/12/06)</b> (Editorial) <b>Parlamentares têm que representar os votos dos eleitores do oeste paulista.</b> (21/12/06)</p> <p>94. <b>Annap e Unipontal fazem balanço positivo.</b> Nossa região (31/12/06)</p>		
--	--	--	--

## **ANEXO II**

CD - Arquivo digital dos editoriais, matérias, reportagens e publicidades sobre a Região de Presidente Prudente, publicados no jornal “O Imparcial.

(Disponível somente nas cópias impressas)